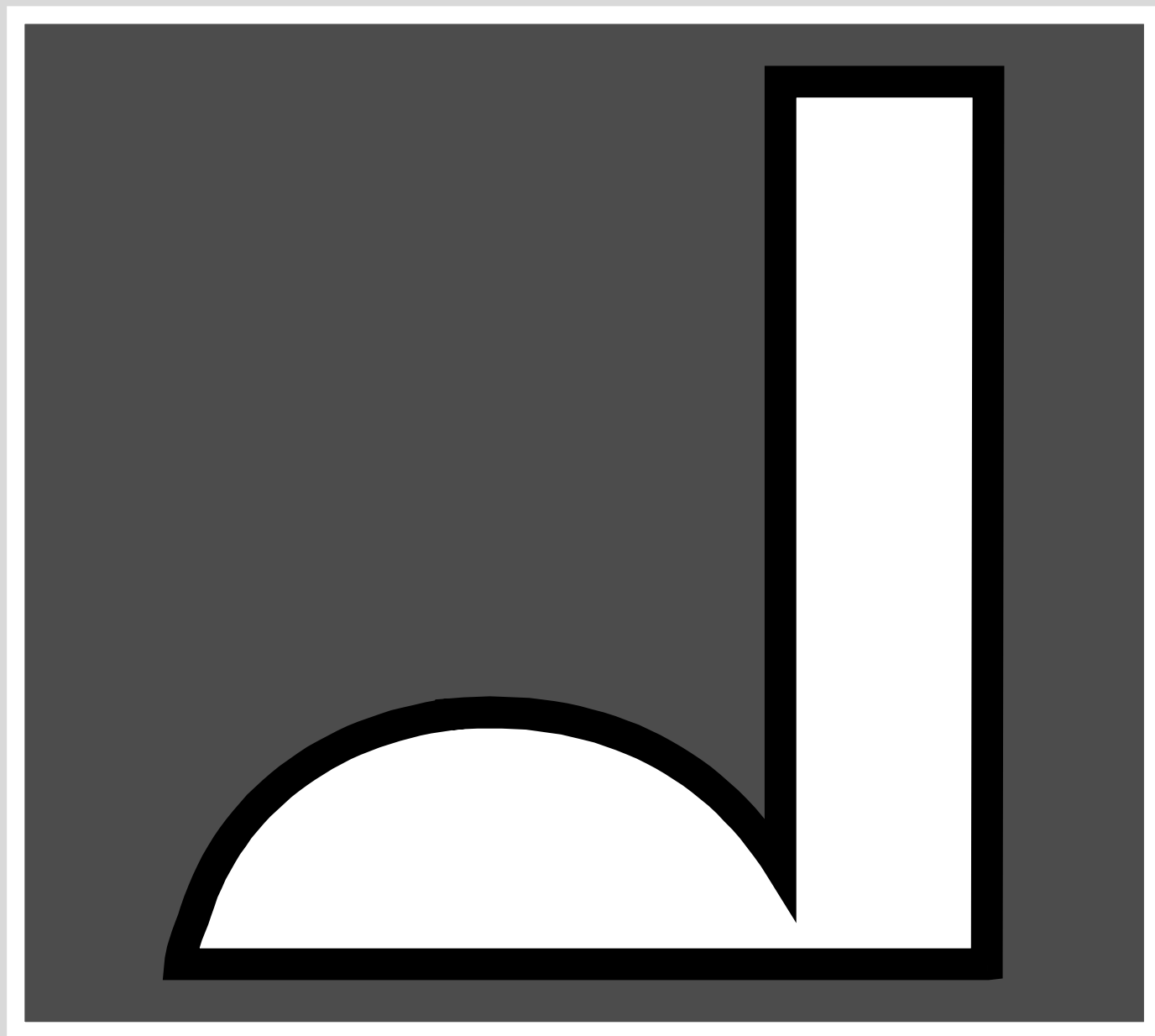




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 165 - QUINTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 458, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gavio- li de Ribeirão Claro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Claro, Esta- do do Paraná.	28979
Nº 459, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitá- ria Zagga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.....	28979
Nº 460, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitá- ria Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modula- da na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.	28979
Nº 461, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difus- ão Associadas FM da Cidade de Filomena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí.	28979
Nº 462, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Dona Maria Vergenti- na a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.	28980
Nº 463, de 2001, que aprova os textos da Emenda ao Anexo I e dos dois novos Anexos (VIII e IX) à Convenção de Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes, realizada em Kuching, na Malásia, em 27 de fevereiro de 1998.	28980
Nº 464, de 2001, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fi- tossanitários, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.....	28980
Nº 465, de 2001, que aprova o texto das Emendas dos arts. 7º (20 de maio de 1965), 24 e 25 (16 de maio de 1998) e 74 (18 de maio de 1978) da Constituição da Organização Mundial de Saú- de, concluída em Nova Iorque, em 22 de julho de 1946.	28981
Nº 466, de 2001, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília, em 18 de no- vembro de 1999.....	28981
Nº 467, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	28981
Nº 468, de 2001, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, cele- brado em Brasília, em 10 de abril de 2000.....	28981
Nº 469, de 2001, que aprova o texto do Acordo Relativo ao estabelecimento, no Rio de Ja- neiro, de um Escritório e de seus Privilégios e Imunidades no Território Brasileiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Latina, em Paris, em 15 de abril de 1999.	28982
Nº 470, de 2001, que aprova o ato que outorga concessão à Cable-Link Operadora de Si- nais de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.....	28982

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 159ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE (*)

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 250, de 2001 (nº 1.264/2001, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Jório Salgado Gama Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 28983

Nº 251, de 2001 (nº 1.257/2001, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Sebastião do Rego Barros Netto para o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 28987

Nº 252, de 2001 (nº 1.258/2001, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado proposta de recondução do Senhor Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 28988

Nº 253, de 2001 (nº 1.272/2001, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Synesio Sampaio Goes Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29005

Nº 254, de 2001 (nº 1.273/2001, na origem), de 20 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor José Botafogo Gonçalves, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Argentina. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29011

2.2.2 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 199/2001, de 13 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 539, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo. 29016

2.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2001 (nº 855/2001, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29016

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2001 (nº 860/2001, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29020

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2001 (nº 862/2001, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação nas Áreas de Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29023

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2001 (nº 863/2001, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou em 22 de junho de 2000. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 29026

2.2.4 – Parecer

Nº 1.353, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. 29038

(*) Leitura de pareceres após a Ordem do Dia (Item 2.3.2)

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 418 a 421, de 2001, lidos anteriormente, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições... 29039

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001, cujo parecer foi lido anteriormente..... 29039

2.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 689, de 2001 (nº 46/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle), tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.. À Mesa para decisão..... 29039

Nº 690, de 2001 (nº 47/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle), tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social as informações que menciona À Mesa para decisão. 29040

Nº 691, de 2001, da Comissão de Educação, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. Será votado após a Ordem do Dia. 29040

Nº 692, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito da cidade de Maringá/PR, João Paulino Vieira Filho. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Osmar Dias. 29040

2.2.7 – Ofícios

Nº 150/2001, de 21 do corrente, da Liderança do PSB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 10, de 2001..... 29041

Nº 258/2001, de 20 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Fiscalização e Controle. 29042

Nº 1.045/2001, de 21 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 10, de 2001..... 29042

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 1.455/2001, na origem, do Tribunal de Contas da União, comunicando que foram tomadas as providências no sentido de atender a solicitação de realização de inspeção na Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia, constante do Parecer nº 1.225/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1999. (Anexado à Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1999)..... 29042

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2001 (nº 2.208/99, na Casa de origem),

de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 29042

Recebimento do Aviso nº 747/2001, na origem, de 9 do corrente, do Ministério da Saúde, comunicando, em atendimento à conclusão do Parecer nº 1.164/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 94, de 2001 – TCU, que as determinações contidas na Decisão nº 318/2001, foram analisadas por órgãos técnicos daquele Ministério e as informações encaminhadas àquela Corte de Contas (anexado ao processado do Aviso nº 94, de 2001). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 29042

Recebimento do Aviso nº 203, de 2001 (nº 6.314/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 931, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento da fiscalização, na hipótese de novas liberações de recursos para o Projeto Pirapama – obras do Sistema de Abastecimento de Água de Pirapama, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. (TC – 005.392/99-3) 29042

2.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG – Alerta ao governo federal para a situação de calamidade que vive o Estado do Espírito Santo em consequência das chuvas. 29042

SENADOR MOREIRA MENDES – Apelo ao governo federal para que reveja a política de preços para o setor leiteiro. 29050

SENADOR MAGUITO VILELA – Repúdio à decisão da Comissão Executiva Nacional do PMDB, que limita o número de votantes no colégio eleitoral das prévias para escolha do candidato à Presidência da República. 29052

2.2.10 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Benício Parentes de Sampaio.

2.2.11 – Comunicação

Do Senador Benício Sampaio, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação..... 29059

2.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ... 29059

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2001, de autoria do Senador Sebastião rocha, que susta a aplicação do Decreto nº 4.010, de 12

de novembro de 2001, que dispõe sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 29061

2.2.13 – Leitura de Mensagem do Presidente da República

Nº 746, de 2001 (nº 1.266/2001, na origem), de 21 do corrente, de indicação do Deputado Heráclito Fortes para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação..... 29062

2.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 693, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001, que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região. **Deferido**, tendo usado da palavra o autor. A matéria será incluída em Ordem do Dia a partir de amanhã. 29062

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Aprovado com emendas e subemendas.** À Comissão Diretora para redação final. 29062

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (**Parecer nº 1.354, de 2001 – CDIR**). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 29068

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que altera a redação do artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados). **Leitura do Requerimento nº 694, de 2001**, de destaque para votação em separado de expressão, constante da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, que tramita em conjunto. **A matéria será apreciada após o Item 6.** 29069

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que altera a redação da alínea c do inciso I do art. 159 Constituição Federal (fi-

nanciamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). **Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001.** 29069

Item 4

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Valmir Amaral, sobre a Mensagem nº 217, de 2001 (nº 1.032/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.355, de 2001 – CRE. (Votação nominal por sobrecarta)..... 29070

Item 5

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 231, de 2001 (nº 1.083/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.356, de 2001 – CRE. (Votação nominal por sobrecarta)..... 29070

Item 6

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, sobre a Mensagem nº 237, de 2001 (nº 1.102/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Gregori, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. **Aprovado**, após leitura do Parecer nº 1.357, de 2001 – CRE, após usar da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Artur da Távola. (Votação nominal por sobrecarta) 29071

Item 2 (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que altera a redação do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados). **Aprovada em primeiro turno, com subemenda à Emenda nº 1 – Plen**, ficando prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, que tramitava em

conjunto, após usarem da palavra os Srs. Artur da Távola, Bernardo Cabral e Ademir Andrade. (Votação nominal) 29074

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001 (**Parer n° 1.358, de 2001 – CCJ**). Será incluída em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental. 29080

Item 3 (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que altera a redação da alínea c do inciso I do art. 159 Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). **Prejudicada**, em virtude da aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, que tramitava em conjunto..... 29080

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Ramez Tebet, que altera a redação do § 4º do art. 225 da Constituição Federal (dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, os Pantanais Mato-Grossense e Sul Mato-Grossense e a Zona Costeira, como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 29081

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2001 (nº 308/96, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação à alínea c do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados). **Não houve oradores** na quarta sessão de discussão, em primeiro turno.... 29081

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2001 (nº 277/2000, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal. (Dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 29081

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2001 (nº 113/95, na Casa de origem), que acrescenta

inciso II ao artigo 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola. **Aprovado. À sanção**..... 29081

Item 11

Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais. **Aprovado com emenda**, após usarem da palavra os Srs. José Fogaça, Romero Jucá e Osmar Dias. À Comissão Diretora para redação final. 29082

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 691, de 2001, de urgência, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. O Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001, será incluído na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 29085

2.3.2 – Leitura de pareceres

Nº 1.359, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000 (nº 577/99, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco..... 29085

Nº 1.360, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001 (nº 3.475/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento. 29086

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa aos Projetos de Lei da Câmara nºs 111, de 2000 e 118, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 29089

2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CARLOS WILSON – Comunicação sobre o início, no último dia 19, das inscrições para concurso público do Senado Federal de consultor legislativo e consultor de orçamento. 29089

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Críticas à medida provisória que transfere ao Presidente da República poderes sobre o pagamento dos salários de servidores grevistas. Aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do requerimento de autoria de S. Exª, para realização de audiência pública para discussão sobre o pacote antigreve

do governo federal. Comentários à reportagem publicada no **Jornal do Brasil**, de hoje, intitulada "Lucro de Bancos dobra na Era FH". Satisfação com a homenagem do município Poço Verde/SE, como modelo em desenvolvimento rural centrado em agricultura familiar. 29090

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Congratulações com o Prefeito José Everaldo, do município de Poço Verde/SE. 29094

SENADOR ARLINDO PORTO – Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, em tramitação no Senado, que inclui o odontólogo na permissão constitucional de acumulação de cargos públicos. 29094

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Defesa do pagamento de indenização à população de municípios vizinhos à obra da Hidrelétrica de Belomonte, devido aos prejuízos ambientais e econômicos causados pela construção. Precariedade das estradas PA-156 e PA-279. 29095

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações ao Plano de financiamento da safra agrícola e pecuária 2001/2002, do governo federal. 29096

SENADOR CARLOS BEZERRA – Cobranças sobre a aplicabilidade da Emenda Constitucional nº 29, que vinculou recursos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a gastos obrigatórios em ações e serviços de saúde. 29098

SENADOR CARLOS WILSON – Reflexão sobre a crise no setor de aviação civil brasileira. .. 29099

SENADOR PAULO HARTUNG – Comentários à edição do jornal **Valor Econômico**, de ontem, sobre o crescimento da arrecadação tributária brasileira. 29099

2.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 29101

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Paulo Souto, proferido na sessão deliberativa ordinária de 20-11-2001. 29104

4 – RETIFICAÇÃO

Ata da 155ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 14 de novembro de 2001 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 29106

5 – ATAS DE COMISSÃO

Atas da 2ª a 4ª Reuniões da Comissão Especial, criada por meio do Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e avaliação do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo comitê de bacia (instituídos pelo Decreto S/Nº de 5 de junho de 2001), realizadas em 23 e 30 de outubro e 6 de novembro de 2001, respectivamente. 29113

Atas da 5ª a 10ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22, de 2001 – SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações não Governamentais – ONG, realizadas em 14, 21 e 28, de agosto de 2001, 4 e 25, de setembro de 2001, e 23 de outubro de 2001. 29161

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.236 e 2.237, de 2001. 29248

Nº 2.238, de 2001, referente ao servidor Almir Santos Granado da Silva. 29249

Nº 2.239, de 2001, referente à servidora Kátia Asfora Oliveira. 29249

Nºs 2.240 e 2.241, de 2001. 29250

7 – ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nºs 119 a 127, de 2001. 29251

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

9 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 298, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Zagga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 444, de 14 de agosto de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Zagga para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 490, de 17 de agosto de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Associadas FM da Cidade de Filomena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 269, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Associadas FM da Cidade de Filomena a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Filomena, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Dona Maria Vergentina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 270, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Cultural Dona Maria Vergentina a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2001

Aprova os textos da Emenda ao Anexo I e dos dois novos Anexos (VIII e IX) à Convenção de Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes, realizada em Kuching, na Malásia, em 27 de fevereiro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda ao Anexo I e dos dois novos Anexos (VIII e IX) à Convenção de Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados durante a IV Reunião da Conferência das Partes,

realizada em Kuching, na Malásia, em 27 de fevereiro de 1998.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) Os textos da Emenda acima citado estão publicados no **DSF**, de 11-9-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2001

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que resultem em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 11-9-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2001

Aprova o texto das Emendas dos artigos 7º (20 de maio de 1965), 24 e 25 (16 de maio de 1998) e 74 (18 de maio de 1978) da Constituição da Organização Mundial de Saúde, concluída em Nova Iorque, em 22 de julho de 1946.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das Emendas dos artigos 7º (20 de maio de 1965), 24 e 25 (16 de maio de 1998) e 74 (18 de maio de 1978) da Constituição da Organização Mundial de Saúde, concluída em Nova Iorque, em 22 de julho de 1946.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em alteração ou revisão da referida Constituição, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto das Emendas acima citadas está publicado no **DSF**, de 14-9-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2001

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília, em 18 de novembro de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 25-9-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 169, de 25 de outubro de 1999, que outorga permissão à Fundação Sara Nossa Terra para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2001

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 28-9-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

(*)DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2001

Aprova o texto do Acordo Relativo ao estabelecimento, no Rio de Janeiro, de um Escritório e de seus Privilégios e Imunidades no Território Brasileiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Latina, em Paris, em 15 de abril de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Relativo ao estabelecimento, no Rio de Janeiro, de um Escritório e de seus Privilégios e Imunidades no Território Brasileiro, celebrado entre o Governo da República

Federativa do Brasil e a União Latina, em Paris, em 15 de abril de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 2-10-2001.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2001

Aprova o ato que outorga concessão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de novembro de 2000, que outorga concessão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Ata da 159ª Sessão Deliberativa Ordinária em 21 de novembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão,
Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto –
Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio –
Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio
– Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão –
Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy –
Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando
Matusalém – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira
– Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido –
Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho
– Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende –
João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Alencar
– José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney
– Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar
Quintanilha – Lindberg Cury – Lúdio Coelho – Luiz
Otávio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves –
Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes –
Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calhei-
ros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto
Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Ro-
cha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião
Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellin-
ton Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson, pro-
cederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 250, DE 2001 (Nº 1.264/01, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Cons-
tituição Federal, e com disposto no art. 56. § 1º, do Re-
gulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado
pelo Decreto nº 93.325, de 10 de outubro de 1986, no
art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de
outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas
Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Jó-
rio Salgado Gama Filho, Ministro de Primeira Classe da
Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Mi-
nistério das Relações Exteriores, para, cumulativamen-
te com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Repúbli-
ca da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do
Brasil junto à República de Maurício.

Os méritos do Embaixador Jório Salgado Gama
Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desem-
penho dessa elevada função, constam da anexa infor-
mação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2001. – **Fernando
Henrique Cardoso**, Presidente.

EM Nº 340 /DP/ARC-MRE/APES

Brasília, 13 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Consti-
tuição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regu-
lamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado
pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, e
no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10
de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa
Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado

Federal destinada à indicação do Senhor Jório Salgado Gama Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador Jório Salgado Gama Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Gilberto Coutinho Paranhos Velloso**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JÓRIO SALGADO GAMA FILHO

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 1940. Filho de Jório Salgado Gama e Lygia T. Salgado Gama. CPF: 075084 17453

Bacharel em Direito, PUC/RJ. Curso de Assuntos sobre Energia Nuclear, MRE. CPCD, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Americana de Beirute. CAE, IRBr.

Terceiro-Secretário, 17 de fevereiro de 1966.

Segundo-Secretário, merecimento, 9 de janeiro de 1969.

Primeiro-Secretário, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 26 de junho de 1980.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1986.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1993.

Chefe da Seção de Cadastro da Divisão do Pessoal. 1966/67

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1967/69.

Assistente do Chefe da Divisão de Orçamento, 1975/77.

Chefe da Divisão de Operações Comerciais, 1985/87.

Chefe do Departamento de Administração, 1991/92.

Chefe do Cerimonial, 1992/95.

Paris, Segundo-Secretário, 1969/72.

Paris, Chefe do Sepro, 1969/72.

Beirute, Segundo-Secretário, 1972/75.

Beirute, Chefe do Sepro. 1972/75

Beirute, Encarregado de Negócios, 1974.

Marselha, Encarregado, 1978.

Londres, Primeiro-Secretário, 1978/80.

Londres, Conselheiro, 1980/81.

Caracas, Conselheiro, 1981/84.

Caracas, Encarregado de Negócios, 1981.

Nova York, Chefe do Secom, 1987/91.

Nova York, Consul Adjunto, 1987/91.

Nova York, Encarregado do Consulado-Geral, 1988/89/90.

Los Angeles, Cônsul Geral, 1995/00

Pretória, Embaixador, 2001

II Conferência da UNCTAD, Nova Dehli, 1968 (membro).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Índia, Paquistão e Japão, 1968 (membro).

VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Noruega, Brasília, 1985 (delegado)

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1985 (membro).

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Forças Armadas, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Ordem de Santo Olavo, Cavaleiro, Noruega.

Ordem da República, Cavaleiro, Tunísia.

Ordem Vitoriana, membro da 5ª Classe, Grã-Bretanha.

Ordem do Sol Nascente, Cavaleiro Japão.

Ordem de Bernardo O' Higgins, Grande Oficial, Chile.

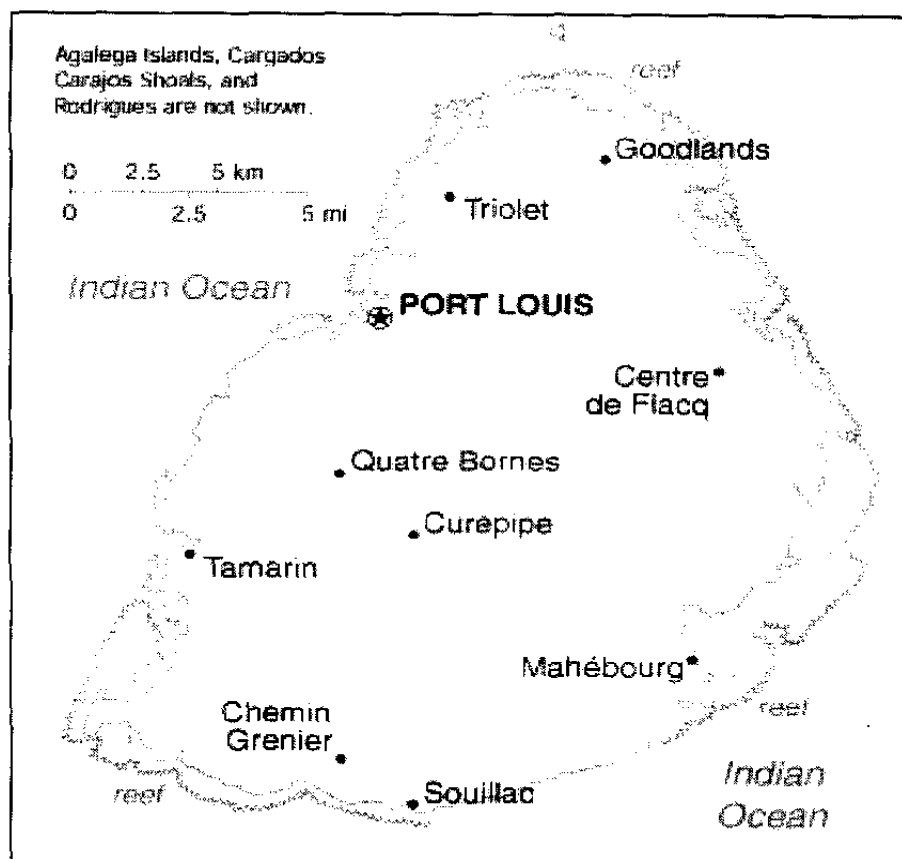
Ordem do Mérito, Cavaleiro, França.

Ordem do Cedro, Cavaleiro, Líbano.

Ordem do Mérito, Grande Oficial, Argentina.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

MAURÍCIO



Dados gerais

Nome Oficial	República de Maurício
População (2000)	1,1 milhão
Área	1.865 km ²
Capital	Port Louis
Data Nacional	12 de março
Sistema Político	República parlamentarista
Chefe de Estado	Presidente Cassam Uteem
Chefe de Governo	Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth
Min. Negócios Estrangeiros	Ali Gayan
PIB (2000)	USD 4,6 bilhões / 12,3 bilhões (PPC)

PIB per capita (2000)	USD 10.400 (PPC)	
Taxa de Crescimento (2000)	8,9%	
Inflação (2000)	5,3%	
Desemprego (1999 est.)	6,4%	
Origem setorial do PIB (1996)	Indústria de Manufaturas	29%
	Serviços	61%
	Agricultura	10%

Política Interna

Descoberta pelos portugueses, Maurício foi dominada também pela Holanda e pela França. Obteve sua independência do Reino Unido em 1968, após processo tumultuado, em que se procurou o equilíbrio entre os interesses em conflito, decorrentes sobretudo da diversidade étnica do país (os hindus com 52% e os crioulos, de origem mista africana e europeia, com 27%, são os principais grupos étnicos).

2. A partir da independência, a vida política de Maurício transcorre sem grandes percalços, sendo marcada, salvo breves interregnos, pela alternância de poder entre as duas principais forças políticas: o Partido Trabalhista Mauriciano (PTM) e o Movimento Militante Mauriciano (MMM).

3. Em março de 1992, foi proclamada a República e Sir Veerasamy Ringadoo (PTM), que fora até então governador-geral, tornou-se o primeiro Presidente da República. Alguns meses depois, contudo, em julho do mesmo ano, a eleição da Assembleia Nacional conferiria maioria ao MMM, o que possibilitou ao partido eleger o novo presidente, Cassam Uteem.

4. O Executivo é composto de gabinete cujos ministros são indicados pelo presidente com base em recomendações feitas pelo primeiro-ministro. O presidente e seu vice são eleitos pela Assembleia Nacional a cada cinco anos. As últimas eleições gerais se realizaram em 1997, tendo o Presidente Cassam Uteem sido reeleito, e as próximas estão programadas para 2002.

Nos últimos anos, o cenário político mauriciano foi marcado pelo surgimento de novas forças políticas, o que levou à descontinuidades nas coalizões de sustentação do governo. Nas últimas eleições gerais, entretanto, a aliança constituída pelos dois partidos tradicionais – MMM do Chanceler Paul Bérenger e PTM do Primeiro-Ministro Ramgoolam – obteve vitória arrasadora, conquistando 60 das 60 cadeiras do Parlamento. Tal resultado tem permitido ao novo primeiro-ministro um governo tranqüilo, com a oposição tendo de valer-se de outros canais, como a imprensa, para veicular eventuais críticas à atuação governamental.

Política Externa

Tradicionalmente ligada ao movimento não-alinhado, a política externa de Maurício tem-se caracterizado, nos últimos anos, pela crescente aproximação com o Ocidente, dada sua forte dependência econômica de investimentos estrangeiros. O governo do Primeiro-Ministro Ramgoolam tem procurado fortalecer as relações com o Reino Unido (o maior parceiro comercial), França, Índia, e, desde 1990, com a África do Sul, promovendo a imagem do país como economia estável e ponto atrativo para investimentos.

2. No âmbito da cooperação regional, Maurício participa da SADC (Southern African Development Community), da Comissão do Oceano Índico (criada em 1983), e do COMESA (Common Market for Eastern and Southern Africa). E, igualmente, membro da UA (União Africana) e signatário da Convenção de Lomé. Com o fim do **apartheid**, o governo mauriciano vem buscando estreitar os laços econômicos e políticos com a República da África do Sul, cabendo ressaltar que o principal foco da política externa mauriciano, em termos regionais, tem sido sua participação na SADC e no desenvolvimento da Zona de Paz do Oceano Índico, sediando, em 1997, a primeira reunião da Associação da Bacia do Oceano Índico.

3. O relacionamento com o ex-colonizador, o Reino Unido, tem-se caracterizado pela ambivalência. De um lado, o governo de Maurício tem procurado reforçar os laços econômicos e políticos com aquele país (o Primeiro-Ministro Ramgoolam visitou Londres em julho de 1996). Por outro lado, disputa com o Reino Unido a soberania sobre o atol de Diego Garcia, opondo-se a seu uso como base militar conjunta pelo RU e EUA.

4. O Primeiro-Ministro Ramgoolam visitou os Estados Unidos em fevereiro de 2000. O foco da visita recaiu sobre o projeto de Lei “Africa Growth and Opportunity Bill” cuja aprovação é de interesse do governo de Port Louis.

5. Em outubro de 2000, Maurício foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Relações com o Brasil

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Maurício em 12 de agosto de 1974 (Decreto nº 74.390), tendo sido criada então a embaixada do Brasil em Porto Louis, cumulativa, inicialmente, com a embaixada em Nairóbi, República do Quênia e, a partir de 14 de agosto de 1996, com a embaixada em Pretória, África do Sul.

2. Em outubro de 1996, por ocasião da 51ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o Ministro Resek manteve encontro com o representante permanente de Maurício nas Nações Unidas, Embaixador Taye Michelwan Chat Kwong. Entre outros temas, o Embaixador Chat Kwong defendeu a tese de assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança e acrescentou que, normalmente, seu governo tende a favorecer os pleitos brasileiros.

3. O intercâmbio comercial entre o Brasil e Maurício ainda é relativamente modesto. Em 2000, o Brasil exportou para Maurício um total de US\$1,912,130.00 e importou US\$131,683.00.

Economia

Maurício tem uma história econômica de sucesso. O país vem crescendo, desde a independência, a taxas de 5 a 6% ao ano. Desenvolveu os setores industrial, financeiro e de turismo, e possui hoje uma das mais altas rendas **per capita** da África.

2. O cultivo da cana-de-açúcar ocupa 90% das terras aráveis do país, e o açúcar contribuía, até a década de 80, com 60% do PIB nacional. A extrema vulnerabilidade às flutuações no volume e preço do produto, entretanto, levou o governo mauriciano a desenvolver bem sucedida estratégia de diversificação da economia e captação de investimentos externos – o açúcar responde hoje por apenas 25% de suas exportações.

3. Durante a década de 70, foram criadas Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), voltada para o beneficiamento de bens importados, principalmente têxteis, destinados, ao mercado exterior e empregando grande número de trabalhadores, o que reduziu sensivelmente o problema do desemprego. Essa iniciativa pode ser considerada o marco inicial em direção a uma industrialização cuidadosamente implementada.

4. Apesar da modernização, a agricultura ainda desempenha importante papel na economia de Maurício. Por essa razão, o país desempenhou papel ativo nas negociações de Bruxelas sobre o instrumento sucessor da Convenção de Lomé IV. O novo acordo garantirá, até 2008, acesso privilegiado ao mercado da União Européia. Em paralelo, as relações comerciais com Hong Kong, Japão e China vem crescendo acentuadamente.

5. Outro setor de destaque na economia da ilha é o do turismo, terceira fonte de receita para Maurício, após as manufaturas têxteis e o açúcar. O governo preocupa-se em oferecer um turismo de qualidade, havendo plano a longo prazo de desenvolvimento do setor.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 251, DE 2001

(Nº 1.257/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Sebastião do Rego Barros Netto ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Brasília, 14 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

SEBASTIÃO DO REGO BARROS NETTO

DADOS PESSOAIS:

Data e local de nascimento: Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1940

Filiação: Gil do Rego Barros e Haydée Parodi do Rego Barros

Documento de identidade: 1086, emitido pelo Ministério das Relações Exteriores em 20 de julho de 1984.

CPF: 380 380 997 53

CURSOS:

– Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco

– Curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro

– Curso de Economia Cafeeira, Instituto Brasileiro do Café

– Curso de Economia Internacional, Universidade de Georgetown, Washington D.C.

PROMOÇÕES:

– Terceiro-Secretário, 7 de novembro de 1963

– Segundo-Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966

– Primeiro-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973

– Conselheiro, merecimento, 17 de novembro de 1976

– Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de março de 1979

– Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de dezembro de 1983

CARGOS E MISSÕES:

– Secretário da Missão junto à CEE, em Bruxelas, 1966 a 1969

- Secretário da Embaixada do Brasil em Lima, 1970 a 1971
- Secretário da Missão junto à OEA, em Washington, 1971 a 1974
- Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais do Gabinete do Ministro de Estado, Brasília, 1976 a 1979
- Chefe da Delegação do Brasil às Sessões da Comissão de Energia da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1975 a 1976
- Delegado do Brasil na II Comissão da XXXIII Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1978
- Chefe da Delegação do Brasil à II Conferência de Avaliação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, Genebra, 1980
- Presidente do Grupo de Trabalho Intergovernamental para a Negociação de um Regime de Armazenamento Internacional de Plutônio, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, 1981 a 1982
- Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Brasília, 1982 a 1984
- Delegado do Brasil na II Comissão da XXXVIII Assembléia Geral da ONU, Nova York, setembro de 1983
- Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1984
- Chefe da Delegação do Brasil à XXI Sessão de Administração do PNUD, Genebra, 1984
- Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1984 a 1988
- Membro da Delegação do Brasil à Reunião Ministerial das Partes Contratantes do GATT que lançou a Rodada Uruguai, Punta del Este, 1986
- Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1988 a 1990
- Representante do Brasil na Reunião de Nível Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, Montreal, 1988
- Chefe da Delegação do Brasil à Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, Genebra, 1989
- Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na URSS a partir de 26 de janeiro de 1990, e na Rússia até dezembro de 1994
- Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil (não residente) junto ao Governo da Ucrânia, 1993 a 1994

- Secretário-Geral das Relações Exteriores, Brasília, 1995 a 1999
- Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na República Argentina, em 26-1-1999
- Buenos Aires, 15 de novembro de 2001. – **Sebastião do Rego Barros Neto**

(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM Nº 252, DE 2001

(Nº 1.258/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências proposta de recondução do Senhor Luiz Augusto Horta Nogueira ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Brasília, 14 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

Luiz Augusto Horta Nogueira

1. Dados Pessoais

Documentos: RG 7 778 711 SSP SP

CPF: 787 455 008/00

CREA: 111 178/D

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1956

Naturalidade: Cruzeiro – SP – Brasil

Filiação: Norival Galvão Nogueira

Maria José Horta Nogueira

Endereços:

Residencial: Rua Cel. Rennó, 1.167

37500-000 Itajubá – MG

Tel.: (35) 622-4321

Profissional: Escola Federal de Engenharia de Itajubá

Instituto de Mecânica

Campus Universitário

37.500-000 Itajubá – MG

Tel.: (35) 629-1000

629-1162 (direto)

629-1148(secretaria)

e-mail: horta@iem.efei.br

2. Títulos Acadêmicos

1. Engenheiro Mecânico. Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, concluído em 1978.

2. Mestre em Engenharia Mecânica, na área de Térmica e Fluídos. Faculdade de Engenharia de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, tendo completado os créditos em 1979 e defendido a tese: "Estratificação em Tanques de Armazenamento Térmico" em 15 de setembro de 1981.

3. Doutor em Engenharia Mecânica, Faculdade de Engenharia de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, tendo completado os créditos em 1983 e defendido a tese: "Análise do Consumo de Energia na Produção de Alcool de Cana de Açúcar", em 16 de junho de 1987.

4. Especialista em Planejamento Energético, Instituto de Economia Energética, Fundación Bariloche, Argentina, 1985.

3. Experiência Profissional

3.1 – Atividades profissionais:

1. Consultor e Instrutor da FUPAI – Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria, em temas associados a Pequenas Centrais Hidrelétricas, Conservação de Energia na Indústria.

Racionalização do Consumo de Energia Elétrica, Administração de Energia na Indústria, Turbinas a Vapor, Instrumentação e Controle aplicados à Caldeiras, Energia da Biomassa, Combustíveis e Combustão, Cogeração Industrial e Pneumática Industrial, desde 1984.

2. Membro de Grupo de Trabalho sobre Energia no meio Rural, da Secretaria de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais, de 1986 a 1988.

3. Inspetor de Caldeiras e Recipientes sob Pressão, conforme ABNT NR-13, com registro na Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, desde 1987.

4. Coordenador e participante da equipe para Estudo de Otimização Energética nas seguintes empresas:

Fusafte Ltda. (Itajubá, metalúrgica, 1988);
Têxtil Oliveira Ltda. (Itajubá, têxtil, 1988);
Vigor S.A. (Itajubá, laticínios, 1988);
Vicunha S.A. (Itajubá, têxtil, 1989);
Super Recap Ltda. (Itajubá, borracha, 1989);
Mafita Ltda. (Itajubá, matadouro, 1989);
Laticínio Sul Mineira (P. Alegre, laticínio, 1989);
Frigorífico Sola S.A. (T. Otoni, matadouro, 1991);

Frig. Cooperativa (G.Valadares, matadouro, 1991);

Banco do Brasil (Varginha, banco, 1991);

Bemge (Belo Horizonte, banco, 1992).

Cerâmica Sete Lagoas (S.Lagoas, cerâmica, 1993)

5. Consultor na área de Energia da Biomassa para o Projeto PER/86 (PNUD/Nações Unidas), junto ao Ministério de Energia y Minas, Peru, em julho e agosto de 1988;

6. Representante brasileiro no Seminário Planificación Energética en el Sector Residencial (Banco Mundial/Olade/OEA), Costa Rica, novembro de 1989;

7. Consultor em Estudos de Cogeração para a CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira e para a CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, de 1989 a 1991.

8. Representante brasileiro na Consulta de Especialistas sobre Consumo de Lenha em Indústrias Rurais, (FAO/SDG), Costa Rica, novembro de 1990.

9. Membro do Grupo de Trabalho sobre Racionalização do Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo, GERE/Secretaria de Ciência e Tecnologia, Brasília, 1990.

10. Consultor em Energia no Meio Rural no Projeto Suprimento de Energia a Comunidades Rurais Isoladas, FAKT/GTZ, Rio de Janeiro, 1991 a 1993.

11. Consultor em Estudos de Potencial de Cogeração, no Projeto Perspectivas de Uso do Gás Natural no Rio de Janeiro Eletrobrás/CEG/Petrobras/CERJ/Light/COPPE – UFRJ/CEE, Rio de Janeiro, 1991 a 1993.

12. Consultor para o estudo sobre o Brasil no Projeto "Marco Legal y Características Económicas de la Producción Combinada de Calor y Energia Util en America Latina", Olade/GTZ, Quito, 1992.

13. Consultor sobre Tecnologias, Estudos de Potencial e Aspectos Institucionais em Cogeração para o Projeto Cogerbera (Secret. Energia, Bahia/CCE. DG XII), Salvador, 1992.

14. Participante da equipe responsável pelo tópico "Energia da Biomassa", no documento "Política Energética para um Desenvolvimento Sustentável", preparado pela comunidade acadêmica brasileira para o MME – Ministério de Minas e Energia, 1994.

15. Membro do Grupo de Trabalho de Revisão e Planejamento de Atividades do PROCEL – Programa Brasileiro de Conservação de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás, 1994.

16. Consultor para Estudos de Geração Termelétrica para Leme Engenharia (Projeto Jesa), 1996.

17. Consultor sobre Energia de Biomassa para a Winrock International /USAID, 1997.

18. Consultor sobre Energia de Biomassa e Cogeração no Projeto “Energia Y Desarrollo Sustentable En America Latina y El Caribe” (Olade/Cepal/GTZ), no âmbito da Cooperação MME/Olade/GTZ para o Estudo de Caso sobre o Brasil, 1997.

19. Consultor do Projeto Bracel (Cooperação Euro-Brasileira em Combate ao Desperdício de Energia) no tema: reforço do Quadro Legal e Regulamentar para a Eficiência Energética no Brasil, 1997.

3.2 – Atividades Administrativas:

1. Coordenador da área de Projetos Mecânicos do Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá, em 1977 e 1978.

2. Coordenador Geral e Responsável pelos Laboratório de Mecânica dos Fluidos (ar e água), Laboratório de Máquinas Hidráulicas e Laboratório de Máquinas Térmicas, de 1980 a 1982.

3. Chefe do Laboratório de Máquinas Térmicas, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, de 1980 a 1982 e em 1986.

4. Organizador do Encontro sobre Energia do Campo, realizado em julho de 1986 em Itajubá, com patrocínio Finep/SCT – MG.

5. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, de 1986 a 1988.

6. Coordenador do Grupo de Agroenergia da Efei de 1984 a 1993.

7. Editor assistente da Editora da Efei, de 1987 a 1990.

8. Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, Rio de Janeiro, de 1989 a 1994.

9. Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Efei, de 1991 a 1992 e membro desta Comissão em 1994.

10. Organizador da Reunião das Redes Latino-Americana e Brasileira de Cooperação Técnica em Dendroenergia, realizada em outubro de 1991 em Itajubá, com o patrocínio FAO/Fapemig.

11. Coordenador da Rede Brasileira de Cooperação Técnica em Dendroenergia, desde 1991 e Coordenador da Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Dendroenergia desde 1995.

12. Relator adjunto do Grupo de Produção Térmica do XII SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Cigre/Eletróbras/Chesf, Recife, 1993.

13. Coordenador Técnico da área Geração Termelétrica e Cogeração do ENCIT/94 – Encontro Nacional de Ciências Térmicas, da Associação Brasileira de Ciências Mecânicas, São Paulo, 1994.

14. Relator do Grupo de Produção Térmica (Cogeração e Geração Termelétrica) do XIII SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Cigre/Eletróbras/ Eletrosul, Camboriú, 1995.

15. Coordenador Técnico da área Termodinâmica, Ciclos Térmicos e Propulsão do XIII COBEM – Congresso Brasileiro de Ciências Mecânicas, Associação Brasileira de Ciências Mecânicas, Belo Horizonte, 1995.

16. Cientista Visitante junto ao Wood Energy Program da FAO, Food and Agricultural Organization of United Nations, Roma 1997 a 1998.

17. Diretor Técnico da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Rio de Janeiro dez/98 até o presente momento

18. Membro do Conselho de Administração da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, a partir de abril/2000 até o presente momento.

3.3 – Atividades Docentes:

1. Professor de Tecnologia dos Processos, Elementos de Máquinas e Projeto Mecânico, no Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá, de 1975 a 1979.

2. Monitor de Química e Elementos de Máquinas, na Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, em 1975 e 1978.

3. Professor de Física, no Curso Vestibular do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, em 1978.

4. Conferencista convidado do Management Center do Brasil nas áreas de Gerência de Fabricação e Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento, de 1979 a 1984.

5. Professor do Instituto de Engenharia Mecânica, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, nas disciplinas Termodinâmica, Termodinâmica Aplicada, Máquinas Térmicas e Sistemas Térmicos 1, desde 1979.

6. Professor do Departamento de Mecânica Aplicada da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Unesp, nas disciplinas de Dinâmica de Máquinas, Vibrações Mecânicas e Projeto de Dispositivos e Ferramentas, de 1980 a 1981;

7. Professor ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, nas disciplinas Energia Solar, Termodinâmica Avançada, Com-

bustão, Planejamento Energético, e Centrais Termelétricas desde 1982.

8. Professor do Instituto de Economia Energética, Fundación Bariloche, no curso de Economía y Planificación Energética, nas áreas de Energia da Biomassa e Cogeração, desde 1986.

9. Professor do Curso Latino-Americano de Planejamento Energético, promovido pela AIE/Coppe/UFRJ, na área de Uso Racional de Energia, em 1990.

10. Professor Visitante (Termodinâmica) do Departamento de Energia, Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, julho de 1994.

3.4 – Atividades de Pesquisa Concluídas (registradas em instituições de fomento):

1. Desenvolvimento de Biodigestores Anaeróbicos para matadouros, Finep, 1985.

2. Estudos sobre Cogeração no setor sucro-alcooleiro, CNPq, 1988.

3. Modelo de Demanda de Energia para o Meio Rural, CNPq, 1988.

4. Avaliação da Indústria de Equipamentos de Pequeno e Médio Porte para Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia (área: Gaseificadores), CNPq, 1988.

5. Uso de gasogênio em sistemas de irrigação, Fapemig, 1989.

6. Análise da operação da válvula de ar na sucção de turbinas Mitchell-Banki, CNPq, 1989.

7. Desenvolvimentos em Laboratório de Máquinas Térmicas, Fapemig, 1989.

8. Construção de bomba aríete para o meio rural, CNPq, 1990.

9. Modelagem e Simulação de Sistemas de Cogeração, CNPq, 1992.

10. Desenvolvimentos teóricos e experimentais em Motores Stirling de Pistão Líquido, CNPq, 1994.

11. Uso de Biomassa gaseificada em Ciclos com Turbinas a Gás, CNPq, 1997.

4. Estágios Realizados

1. Departamento de Manutenção Mecânica da F.N.V. – Fábrica Nacional de Vagões S/A, Cruzeiro-SP, 1974; 400 horas.

2. Departamento de Produção, Metalúrgica “9 de Julho”, (Laminação), Cruzeiro-SP, de 1975 a 1976; 1000 horas.

3. Divisão de Ensaios (ensaios de motores diesel e a álcool), PMO – Centro Técnico Aeroespacial, São José dos Campos-SP, 1981, 40 horas.

4.1 Visitas Técnicas:

1. Encontros Diversos no DTI – Department of Trade and Industry, EST, OFGAS e British Gas Group, Londres e Loughborough, 5 a 11 de setembro de 1999.

2. Brazil Round 1, 1ª Rodada de Licitações da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Calgary, 15 de novembro de 1999.

3. Brazil Round 2, 2ª Rodada de Licitações da ANP, Agência Nacional do Petróleo, London, 12 a 18 de fevereiro de 2000.

4. World Forum on Energy Regulation, Montreal, 20 a 25 de maio de 2000.

5. Acompanhando o Diretor-Geral da ANP em palestra sobre “Promoción del Uso Eficiente de la Energía en América Latina”, **Allure** – Tecer Diálogo Parlamentario Europa-América Latina sobre Energía y Desarrollo Sustentable, Bruxelas, setembro de 2000.

6. The Commercial, Economic and Trading Aspects of Oil Refining Course, **The Petroleum Economist**, Gorse Hill, Working, 23-26 de março de 2001.

7. Encontros Diversos ao DTI – Department of Trade and Industry, Lattice – The Infrastructure Technology Group, BP Amoco Group, British Gas Group, Shell Research Group, Office of Fair Trading, Londres, 27 de março a 1º de abril de 2001.

8. Brazil Round 3, 3ª Rodada de Licitações da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Rio de Janeiro, 19 e 20 de junho de 2001.

5. Obras Publicadas

5.1. Livros:

1. **A Biodigestão anaeróbica como alternativa energética**. Editora Nobel, São Paulo, 1986.

2. **Anais do Encontro sobre Energia no Campo** (editor, associado ao Prof. Afonso H. M. Santos), PNUD/Unesco/Finep. Montevideo, 1987.

3. **Dendroenergía: fundamentos y aplicaciones**, (associado a Lora, E.S., Trossero, M.A. e Frisk, T.), FAO/FOWP, Wood Energy Today for Tomorrow Program. Roma, 1998 (publicado em português pela Aneel, Brasília, 2000).

5.2. Trabalhos em Livros:

1. Ismail, K.A.R.; Nogueira, L.A.H., “Experimental and Theoretical Study of Stratification in Liquid Thermal Storage Tanks”, **4th Miami International Conference on Alternative Energy Sources**, Miami-USA,

1981, posteriormente publicado em **Alternative Energy Sources**, vol. I, Ann Arbor Science, Michigan, USA, 1981.

2. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H., "Pequenas Centrais Hidrelétricas: sua capacitação na produção de alimentos e seu componente ecológico", na série **Capacitação para tomada de decisões na área de Energia – Seminário Internacional "Ecossistemas, Alimentos e Energia**, vol. 3, Finep/Unesco, Montevideo, Uruguay, 1986.

3. Nogueira, L.A.H., "A energia da biomassa para a Amazônia: é possível pensar em soluções locais para problemas locais?", in **Energia na Amazônia**, editor: Magalhães, S.B., Britto, R.C., Castro, E.R., Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Associação das Universidades Amazônicas, Belém, 1996

4. Nascimento, R.S., Guerra, H.N., Nogueira, L.A.H., "Visão energética da Amazônia Ocidental", in **Energia na Amazônia**, editor: Magalhães, S.B., Britto, R.C., Castro, E.R., Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Associação das Universidades Amazônicas, Belém, 1996.

5. Walter, A.C.S., Nogueira, L.A.H., "Produção de Eletricidade a partir de Biomassa", in **Tecnologias de Conversão Energética da Biomassa** (editores: Cortez, L.A. e Lora, E.S.) Série Sistemas Energéticos, vol. 2, Ed. Universidade do Amazonas, 1997.

6. Nogueira, L.A.H., M.A. Trossero, T.J. Etherington, "Wood Energy Situation and Trends", in **Energy in Developing Countries**, World Energy Council, Houston, 1998, 33 pp..

7. Olade/Cepal/GTZ. Energia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe. Membro da equipe de Consultores, Relatório Final, Instituto de Economia-UFRJ, Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, Eletrobras, julho de 1998.

8. Lambert-Torres, Germano, Peres, Pecorelli L., Horta Nogueira, L.A., "Considerations about Electric Vehicles Impacts on Daily Load and Environment", in **Advances in Physics, Electronics and Signal Processing Applications**. Edited by Nikos E. Mastorakis, Military Institutions of University Education – Hellenic Naval Academy, Greece, published by World Scientific and Engineering Society Press, 2000.

9. Vários autores. "Energia: Conceitos e Fundamentos"; "Auditoria Energética", in **Conservação de Energia, Eficiência Energética de Instalações e Equipamentos**. Editora da Efe, Fupai, Itajubá, 2001.

10. Vários autores. Usinas Termelétricas de pequeno porte no Estado de São Paulo. Membro da equipe técnica formada pela Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. São Paulo, Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2001.

5.3 – Trabalhos em periódicos:

1. Nogueira, L.A.H.; "Ondas de Combustão", **EFEI-Pesquisa**, nº 4, vol. V, Itajubá, 1979.

2. Nogueira, L.A.H.; Sen, T.K.; "Conversão Álcool/Gasolina, 1ª Parte", **EFEI-Pesquisa**, nº 3, vol. VI, Itajubá, 1980.

3. Nogueira, L.A.H. Sen, T.K.; "Conversão Álcool/Gasolina, 2ª Parte", **EFEI-Pesquisa**, nº 4, vol. VI, Itajubá, 1980.

4. Nogueira, L.A.H.; Souza, A.W.A.; "Um digestor anaeróbico econômico", **EFEI-Pesquisa**, nº 4, vol. VI, Itajubá, 1980.

5. Nogueira, L.A.H.; Girardi, R.M.; "Construção e calibração de um piranômetro", **EFEI-Pesquisa**, nº 2, vol. VII, Itajubá, 1981.

6. Nogueira, L.A.H.; Sen, T.K.; "Análise pela 2ª Lei da Termodinâmica de um sistema de refrigeração solar por absorção e anteprojeto da área dos coletores solares, por TI-59", **EFEI-Pesquisa**, nº 3, vol. VII, Itajubá, 1981.

7. Nogueira, L.A.H.; Reis, J.A.; "Combustão em Leito Fluidizado". **EFEI-Pesquisa**, nº 4, vol. VII, Itajubá, 1981.

8. Nogueira, L.A.H.; "Conversão de instalações utilizando combustíveis convencionais para biogás", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. VIII, nº 3, Itajubá, 1982.

9. Nogueira, L.A.H.; "Armazenamento térmico-considerações econômicas", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. IX, nº 2, Itajubá, 1983.

10. Nogueira, L.A.H.; "Estabilidade de chamas a altas velocidades: efeito de obstáculos ao fluxo", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. X, nº 1, Itajubá, 1984.

11. Macedo, I.C.; Nogueira, L.A.H.; "Balanço de energia na produção de cana-de-açúcar e álcool nas usinas cooperadas", **Boletim Técnico Copersucar**, nº 31, São Paulo, 1985.

12. Nogueira, L.A.H.; "A crise energética atual e sua antecessora", **Ciência e Cultura**, vol. 37, nº 6, São Paulo, 1985.

13. Nogueira, L.A.H.; "A análise energética na otimização de processos industriais", **Pesquisa e De-**

sempre **vimento Tecnológico**, vol. XI, nº 1, Itajubá, 1985.

14. Nogueira, L.A.H.; "Uma análise teórica da fusão em torno de cilindros", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XII, nº 1, Itajubá, 1986.

15. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Cogeração Industrial – aspectos técnicos e econômicos", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XIII, nº 1, Itajubá, 1987.

16. Nogueira, L.A.H.; Flôres, L.F.V.; "Potencialidade energética da borra de café", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XIII, nº 4, Itajubá, 1987.

17. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; Rodrigues, V.L.; "Análise energética e econômica da irrigação da batata no Sul de Minas Gerais", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XIV, nº 1, Itajubá, 1988.

18. Nogueira, L.A.H.; "Biomassa energética em el contexto latino-americano", **Revue de l'Energie**, vol. 39, nº 406, Paris, 1988.

19. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "A viabilidade econômica da cogeração industrial", **Eletricidade Moderna**, vol. 16, nº 173, São Paulo, 1988.

20. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Haddad, J.; "Racionalização do uso de energia elétrica", **Mundo Elétrico**, vol. 30, nº 352, São Paulo, 1989.

21. Balestieri, J.A.P.; Nogueira, L.A.H.; "Avaliação computacional de Propriedades e Processos Termodinâmicos", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XV, nº 1, Itajubá, 1989.

22. Nogueira, L.A.H.; "Discussão dos critérios de desempenho de turbinas a vapor de contrapressão", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XV, nº 3, Itajubá, 1989.

23. Silveira, J.L.; Nogueira, L.A.H.; "A cogeração no setor de papel e celulose", **Eletricidade Moderna**, vol. 17, nº 185, São Paulo, 1989.

24. Silveira, J.L.; Nogueira, L.A.H.; "Cogeração no contexto da fabricação de papel e celulose", **O Papel**, São Paulo, janeiro de 1990.

25. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; Macedo, I.C.; "Uma aplicação da Programação Dinâmica no Planejamento da Safra em Usinas de Açúcar e Alcool", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XVI, nº 1, Itajubá, 1990.

26. Moreira, A.C.M.; Nogueira, L.A.H.; "Geração de Energia Elétrica a partir de lenha para o interior do Amazonas", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, vol. XVI, nº 2, Itajubá, 1990.

27. La Rovere, E.L.; Nogueira, L.A.H.; "Integrate MHP in small watershed programs in Brazil", **Hydro-net**, vol. 3, nº 1, (também publicado em espanhol em **Hidrored**, nº 1), Frankfurt, 1991.

28. Nogueira, L.A.H.; "Marco Legal e Barreiras à Cogeração", **Revista STAB (Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil)**, vol. 11, nº 4, São Paulo, 1993.

29. Nogueira, L.A.H.; "Marco Legal y Características Económicas de la Cogeneración en Brasil", **Desarrollo y Energía**, vol. 2, nº 4, IDEE/FB, Bariloche, 1993.

30. Donatelli, J.L.M.; Nogueira, L.A.H.; "Modelagem e Simulação Termodinâmica de uma Caldeira de Grande porte operando em distintas configurações operacionais", **Revista Brasileira de Ciências Mecânicas**, ABCM, 16(1), Rio de Janeiro, 1994.

31. Carneiro Neto, F.A.; Hurtado, Y.S.; Nogueira, L.A.H.; "Estudo do Consumo de Energia na Zona Rural de Itajubá e região, mediante pesquisas em feiras-livres", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, EFEI, 18(1), Itajubá, 1994.

32. Silva, S.L.C.; Nogueira, L.A.H.; "Uso de Lenha para Cocção na Região Suburbana de Itajubá", **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, EFEI, 18(1), Itajubá, 1994.

33. Almeida, R.A.; Nogueira, L.A.H.; "Diagnóstico do Mercado Dendroenergético de Itajubá – Minas Gerais", **Pesquisa e desenvolvimento Tecnológico**, EFEI, 18(3), Itajubá, 1994.

34. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Cogeração no Setor Terciário: possibilidades e limitações", **Eletricidade Moderna**, vol. 23, nº 255, São Paulo, 1995.

35. Nogueira, L.A.H.; Alkmin, J.T.D.; "Metodologia para Avaliação do Potencial Técnico-Econômico em Cogeração", **Eletricidade Moderna**, vol. 24, nº 265, São Paulo, 1996.

36. Nascimento, M.A.R.; Nogueira, L.A.H.; "Estimativa do consumo de combustível em Centrais Termelétricas com Turbinas a Gás" **Eletricidade Moderna**, (aceito p/publicação), São Paulo, 1996.

37. Berg, E.A.T.; Nogueira, L.A.H.; "Cogeração na Indústria Cerâmica", **Cerâmica Industrial**, vol. 1, nº 03, Associação Brasileira de Cerâmica, São Paulo, 1996.

38. Martins, A.R.S.; Nogueira, L.A.H.; "Estimativa do Coeficiente de Performance de Sistemas Frigoríficos por Compressão de vapor", **Revista Brasileira de Ciências Mecânicas**, ABCM, Rio de Janeiro, 1996 (submetido para publicação)

39. Teixeira, M.; Nogueira, L.A.H.; "Efecto de la disociación sobre la energía de los productos de combustión", Información Tecnológica, Chile (aceito para publicação).

40. Fraenkel, S.L.; Nogueira, L.A.H.; Carvalho Jr., J.A.; Costa, F.S.; "Heat Transfer Coefficients for Drying in Pulsating Flows", International Comm. Heat and Mass Transfer, 25(4):471 – 480, 1998.

41. Nogueira, L.A.H., M.A.Trossero; Couto, L.; Couto, L.C., "Wood fuels for household consumption and industrial energy in relation to global fiber supplies", Unasylva, 193, Vol. 49, pp. 51-56, Roma, 1998.

42. Nogueira, L.A.H.; "Algunas reflexiones sobre la evaluación de la sustentabilidad", Boletim Glaers – Grupo Latino-americano y del Caribe sobre Energización para un Desarrollo Rural Sostenible, Vol. 1, nº 3, pp. 8, Montevideo, 1998.

43. "Research on Wood Energy and FAO's Academic Programme", "Point of View" section, Forest Energy Forum Newsletter, nº 2, Roma, June 1998, (Também disponível in FAO's web site)

5.4 – Trabalhos apresentados em congressos e simpósios e publicados nos respectivos anais:

1. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Uma análise comparativa da eletrificação rural entre as opções: linha de distribuição e autogeração com uso de biogás", I Seminário de Engenharia Mecânica da Efei, Itajubá, 1981.

2. Nogueira, L.A.H.; Girardi, R.M.; "DISTCOMP – Uma idéia em destilação solar", I Seminário de Engenharia Mecânica da Efei, Itajubá, 1981.

3. Nogueira, L.A.H.; "Uma comparação entre biodigestores anaeróbicos: modelos indiano e chinês", I Seminário de Engenharia Mecânica da Efei, Itajubá, 1981.

4. Nogueira, L.A.H.; Sen, T.K.; "Um estudo teórico aplicado aos sistemas de refrigeração solar por absorção", 2º Simpósio Brasileiro de Energia Solar, São Paulo, 1981.

5. Nogueira, L.A.H.; Flôres, L.F.V.; "O tratamento anaeróbico dos efluentes dos matadouros", II Seminário de Engenharia Mecânica da Efei, Itajubá, 1982.

6. Nogueira, L.A.H.; "Uma discussão dos critérios de otimização em processos industriais", Anais da 35ª Reunião da SBPC, Belém, 1983.

7. Ismail, K.A.R.; Nogueira, L.A.H.; "Uma aplicação do método integral de condução de calor à fusão em simetria cilíndrica", IV Congresso latino-americano de Energia Solar, Caracas-Venezuela, setembro de 1983.

8. Ismail, K.A.R.; Nogueira, L.A.H.; "Stratification in liquid storage tanks", International Solar Energy Symposium, Palma de Mallorca-Espanha, 1983.

9. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; "Pequenas Centrais Hidráulicas: sua capacitação na produção de alimentos e seu componente ecológico", Simpósio Internacional sobre Ecossistemas, Energia e Alimentos, Brasília, setembro de 1984.

10. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Um método de comparação entre a eletrificação rural por meio de linha de distribuição e a autogeração com biogás", IX Seminário de Distribuição de Energia Elétrica, Salvador, setembro de 1984.

11. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "A potencialidade das pequenas centrais termelétricas", 37ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1985.

12. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "O panorama mundial das pequenas centrais hidrelétricas", 37ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1985.

13. Nogueira, L.A.H.; Macedo, I.C.; "Determinação da energia do álcool etílico e do bagaço de cana de açúcar", VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica, São José dos Campos, dezembro de 1985.

14. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Pequenas Centrais Termelétricas: uma análise técnica e econômica", VIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, São Paulo, maio de 1986.

15. Nogueira, L.A.H.; Macedo, I.C.; "Análise energética da produção de álcool", V Congresso latino-americano de Energia Solar, Vina del Mar-Chile, outubro de 1986.

16. Nogueira, L.A.H.; "Uma abordagem das perspectivas de disponibilidade de biomassa face à poluição ambiental ocasionada pela queima de combustíveis fósseis", VII Seminário ADUNESP, Guaratinguetá, novembro de 1986.

17. Nogueira, L.A.H.; Macedo, I.C.; "Energia mínima para a fabricação do álcool etílico", I Simpósio Brasileiro de Transferência de Calor e Massa, Campinas, julho de 1987.

18. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Considerações técnico-econômicas aplicadas à cogeração de energia elétrica e calor de processo em indústrias", IX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Belo Horizonte, agosto de 1987.

19. Nogueira, L.A.H.; Flôres, L.F.V.; "Potencialidade energética da borra de café para as indústrias

de café solúvel", IV Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, agosto de 1987.

20. Lima, R.N.; Nogueira, L.A.H.; "Análise energética da cultura da batata no Sul de Minas Gerais", Encontro sobre Energia no Campo, Unicamp, Campinas, maio de 1988.

21. Balestieri, J.A.P.; Nogueira, L.A.H.; "Aspectos energéticos da cultura do milho no Sul de Minas Gerais", Encontro sobre Energia no Campo, Unicamp, Campinas, maio de 1988.

22. Guida, D.A.; Lopes, C.E.; Nogueira, L.A.H.; "Modelo de Demanda de Energia no Meio Rural", Encontro sobre Energia no Campo, Unicamp, Campinas, maio de 1988.

23. Nogueira, L.A.H.; Macedo, I.C.; "Análise da utilização de energia na produção de álcool por simulação computacional", IV Conferência Técnica UCLV, Las Villas-Cuba, junho de 1988.

24. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Haddad, J.; "Orientações técnico-econômicas ao consumidor na racionalização do uso de energia elétrica", X Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, Rio de Janeiro, outubro de 1988.

25. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Aplicação do Método da Convolução na Estimativa do Comportamento energético de Sistemas de Cogeração", II Encontro Nacional de Ciências Térmicas, Encit/88, Águas de Lindóia, dezembro de 1988.

26. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H.; "Planejamento da cogeração no setor sucro-alcooleiro", I Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Campinas, maio de 1989. 27. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Balestieri, J.A.P.; "The use of Gram Charlier Series to evaluate the energetical surplus in Cogeneration Systems", ASME Cogeneration-turbo 89, Nice-França, setembro de 1989.

28. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; Macedo, I.C.; Balestieri, J.A.P.; "Optimal Scheduling of Sugar-cane Harvest aiming to maximize cogeneration using Dynamic Programming", 24th. Intersociety Energy Conversion Engineering Conference, Washington-USA, setembro de 1989.

29. Krause, G.G.; Baum, M.; Carvalho Jr, A.V.; Carneiro, M.M.; Ribeiro, J.E.; Nogueira, L.A.H. e Corsetti, M.; "Viabilização da Tecnologia de Cogeração no Brasil", X Seminário Nacional de Transmissão e Produção de Energia Elétrica, Curitiba, outubro de 1989.

30. Nogueira, L.A.H.; Balestieri, J.A.P.; Silveira, J.L.; Massafeli, N.; "Análise energética da unidade I da UTE Piratininga", X Seminário Nacional de Trans-

missão e Produção de Energia Elétrica, Curitiba, outubro de 1989.

31. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Balestieri, J.A.P.; Haddad, J.; "Simulação probabilística de sistemas de Cogeração visando determinar o excedente de energia e capacidade", X Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Curitiba, outubro de 1989.

32. Nogueira, L.A.H.; Figueiredo, G.S.; Santos, A.H.M.; "Gasifiers for irrigation in Brazil, an economic study", Fifth European Conference on Biomass for Energy and Industry, Lisboa-Portugal, outubro de 1989.

33. Bajay, S.V.; Guerra, S.M.G.; Nogueira, L.A.H.; "The need for a third phase for the Brazilian Alcohol Program", Fifth European Conference on Biomass for Energy and Industry, Lisboa-Portugal, outubro de 1989.

34. Massafelli, N.; Nogueira, L.A.H.; "Ciclo Kalina, um novo ciclo de potência", X Seminário Adunesp, Guaratinguetá, novembro de 1989.

35. Silveira, J.L.; Nogueira, L.A.H.; "Aspectos da Cogeração no contexto da fabricação de papel e celulose", X Seminário Adunesp, Guaratinguetá, novembro de 1989.

36. Balestieri, J.A.P.; Gianoti, D.J.; Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; "Banco de dados sobre processos industriais para fins de cogeração", X Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica, Rio de Janeiro, novembro de 1989.

37. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M.; Figueiredo, G.S.; "Energy Optimization Studies applied to Biomass Gasifiers utilization in Irrigation Systems", World Renewable Energy Congress, Reading-UK, setembro de 1990.

38. Nogueira, L.A.H.; "Potential for Industrial Cogeneration in Brazil", (invited paper), Cogeneration 90, Madrid-Espanha, outubro de 1990.

39. Silveira, J.L.; Nogueira, L.A.H.; "Análise da Geração de excedentes em Sistemas de Cogeração na Indústria de Papel e Celulose", V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, novembro de 1990.

40. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Carulo, J.L.L.; Nogueira, L.A.H.; "Grupos Homogêneos de Usinas, Cenários de Desenvolvimento e Configurações Básicas na Otimização dos Sistemas de Cogeração do Setor Sucro-alcooleiro", V Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, novembro de 1990.

41. Nogueira, L.A.H.; "Cogeração Industrial no Brasil", V Seminário de Pesquisa da Efei, Itajubá, novembro de 1990.

42. Peres, C.A.; Nogueira, L.A.H.; "Aplicações do Ciclo Stirling no Meio Rural", V Seminário de Pesquisa da EFEI, Itajubá, novembro de 1990.

43. Donatelli, J.L.M.; Nogueira, L.A.H.; "Análise energética do Ciclo Térmico da Cia. Siderúrgica de Tubarão", III Encontro Nacional de Ciências Térmicas, Encit/90 Itapema, dezembro de 1990.

44. Donatelli, J.L.M.; Nogueira, L.A.H.; "Análise energética de uma Caldeira de grande porte empregando gases siderúrgicos", III Encontro Nacional de Ciências Térmicas, Encit/90, Itapema, dezembro de 1990.

45. Nogueira, L.A.H.; Silveira, J.L.; "Study of Energy Costs and Availabilities in Cogeneration Systems associated to Cellulose Plants", Sixth European Conference on Biomass for Energy, Industry and Environment, Atenas-Grécia, maio de 1991.

46. Peres, C.A.; Nogueira, L.A.H.; "Aspectos Metodológicos da Medição do Desempenho de Sistemas de Combustão à Lenha", Reunião das Redes Latino-americana e Brasileira de Cooperação Técnica em Dendroenergia, Itajubá, outubro de 1991.

47. Nogueira, L.A.H.; "Utilização de Turbinas a Gás Aeroderivativas em Cogeração", XI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Rio de Janeiro, novembro de 1991 (Menção honrosa pelo Comitê Organizador).

48. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H.; "Método de Alocação de Custos comuns em Instalações de Cogeração", XI Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica, São Paulo, novembro de 1991.

49. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H.; "Thermodynamic and Economic Simulations of Steam-Turbine Cogeneration Systems fueled by Sugar Cane Bagasse", ECOS-92, Energy Conversion Optimization and Simulation Congress, Zaragoza-Espanha, junho de 1992.

50. Silveira, J.L.; Nogueira, L.A.H.; "Thermoeconomic Functional Analysis applied to Cogeneration Systems Associated to Cellulose Plants", ECOS-92, Energy Conversion Optimization and Simulation Congress, Zaragoza-Espanha, junho de 1992.

51. Bortoni, E.C.; Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Tanaka, E.T.; Roris Filho, A.; "Simulação Probabilística para Avaliação de Excedente Energético Comercializável em Indústrias com Cogeração", Industrial Energy Conference, Induscon/IEEE, São Paulo, junho de 1992.

52. Nogueira, L.A.H.; Kusevic, E.D.; "Dendroenergia e o Ciclo de CO₂ na Atmosfera: um enfoque lati-

no-americano", Reunión Latino-americana y del Caribe sobre Energización para um Desarrollo Rural Sostenible, FAO/PNUD, Buenos Aires-Argentina, julho de 1992.

53. Santos, A.H.M.; Nogueira, L.A.H.; Bortoni, E.C.; "The utilization of the Portfolio Theory in Cogeneration Plant Optimization", Asme Cogen Turbo 92, Houston-USA, agosto de 1992.

54. Nogueira, L.A.H.; La Rovere, E.L.; "The Brazilian Technical Cooperation Network on Dendroenergy: the beginnings of an experience", **7th European Conference on Biomass for Energy and Environment, Agriculture and Industry**, Firenze-Itália, outubro de 1992

55. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Análise termo-econômica de sistemas de cogeração", **IV Encontro Nacional de Ciências Térmicas, ENCIT/92**, Rio de Janeiro, dezembro de 1992

56. Nogueira, L.A.H., "A Dendroenergia no Brasil", **1º Simpósio Brasileiro de Pesquisa Florestal**, IEF/UFV, Belo Horizonte, maio de 1993

57. Hurtado, Y.H.S.; Nogueira, L.A.H., "Modelagem e Simulação Termodinâmica de Caldeiras de Recuperação para Ciclos Combinados", **XII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica**, Recife, outubro de 1993

58. Flores, L.F.V.; Nogueira, L.A.H., "Panorama da Dendroenergia no Brasil", **Reunión de la Red Latinoamericana de Cooperación Técnica en Dendroenergia y Seminário Regional sobre Sistemas Dendroenergéticos Optimizados para el Desarrollo Rural Sostenible**, FAO, Tegucigalpa-Honduras, outubro de 1993

59. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M., "Costos y Precios en Dendroenergia: aspectos generales y valores para Brasil", **Reunión de la Red Latinoamericana de Cooperación Técnica en Dendroenergia y Seminário Regional sobre Sistemas Dendroenergéticos Optimizados para el Desarrollo Rural Sostenible**, FAO, Tegucigalpa-Honduras, outubro de 1993

60. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Cogeração e Produção Independente de Eletricidade nas Usinas de Açúcar e Alcool: sua viabilidade segundo a ótica dos diferentes atores envolvidos", **VI Congresso Brasileiro de Energia**, Rio de Janeiro, outubro de 1993

61. Hurtado, Y.H.S.; Nogueira, L.A.H., "Análise Energética de Ciclos Combinados", **XII Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica**, Brasília, dezembro de 1993

62. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M., Nogueira, F.J.H., "Energy Audits in Brazilian Agroindustries", **2nd ECEMEI – European Congress on Economics and management of Energy in Industry**, Universidade Lusíada, Estoril-Portugal, abril de 1994

63. Cruz, R.; Nogueira, L.A.H., "Uso da Biomassa Gaseificada como fonte de energia para a produção de eletricidade para comunidades isoladas do Amazonas", **II Encontro de Engenharia Mecânica Norte-Nordeste**, Belém, junho de 1994

64. Nogueira, L.A.H., "A Energia da Biomassa para a Amazônia: é possível pensar em soluções locais para os problemas locais?", **Seminário Internacional: A Questão Energética na Amazônia-avaliação e perspectivas socioeconômicas**, MPEG/UFGA, Belém, setembro de 1994

65. La Rovere, E.L.; Nogueira, L.A.H., "Fuelwood and Charcoal Costs and Prices: evolution and trends in Brazil", **VIII European Conference on Biomass for Energy**, EEC, Viena-Áustria, outubro de 1994

66. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "A Simulation Methodology to evaluate BIG-STIG systems in sugar and alcohol plants", **ASME COGEN-TURBO 94**, ASME, Portland, novembro de 1994

67. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Power Generation from Sugar-Cane by-products: an overview of the Brazilian case", **BIO-RESOURCES-International Congress on Biomass for Sustainable Development**, PNUD/IEI, Bangalore-Índia, novembro de 1994

68. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Simulação e Análise da Operação de Sistemas de Cogeração G-GT em Usinas de Açúcar e Alcool", **V Encontro Nacional de Ciências Térmicas-ENCIT 94**, ABCM, São Paulo, dezembro de 1994

69. Donatelli, J.L.M.; Nogueira, L.A.H., "Análise Energética da Combustão de Gases Siderúrgicos", **Encontro Nacional de Ciências Térmicas-ENCIT 94**, ABCM, São Paulo, dezembro de 1994

70. Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M., "Cogeração no Setor Terciário: Possibilidades, Vantagens e Limitações", **II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético**, SBPE/UNICAMP, Campinas, dezembro de 1994

71. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Avaliação do Potencial de Cogeração do Setor Suco-Alcooleiro no Estado de São Paulo", **II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético**, SBPE/UNICAMP, Campinas, dezembro de 1994

72. Haddad, J.; Nogueira, L.A.H.; Santos, A.H.M., "A Conservação de Energia Elétrica como um instrumento de Política Energética", **II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético**, SBPE/UNICAMP, Campinas, dezembro de 1994

73. Nogueira, L.A.H., "Capacitação de Pessoal em Geração Termelétrica", **I Encontro sobre Energia Térmica**, ELETROBRÁS-CEPEL, Rio de Janeiro, maio de 1995

74. Santos, A.H.M.; Bortoni, E.C.; Nogueira, L.A.H., "Probabilistic and Possibilistic approaches in Feasibility Studies of Cogeneration Plants", **COGEN-Turbo Power Conference**, ASME, Viena, agosto de 1995

75. Nogueira, L.A.H., "Em Busca do Uso Racional de Energia Elétrica no Brasil", **Seminário sobre Desperdícios no Setor Elétrico: causas e soluções**, Instituto de Engenharia, São Paulo, agosto de 1995

76. Nogueira, L.A.H.; Bortolaia, L.A.; Nascimento, M.A.R., "Ciclos Térmicos com Biomassa Gaseificada: configurações e desempenho", **XIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica**, Florianópolis, outubro de 1995 (Menção honrosa pelo Comitê Organizador)

77. Nogueira, L.A.H.; Moszkowicz, M., "Relatório Especial Prévio do Grupo II – Produção Térmica e Fontes Não Convencionais de Energia", **XIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica**, Florianópolis, outubro de 1995

78. Nogueira, L.A.H.; Walter, A.C.S., "Experiências de Geração de Energia Elétrica a Partir de Biomassa no Brasil: aspectos técnicos e econômicos", **Reunión Regional sobre Generación de Electricidad a partir de Biomasa**, FAO/UNDP, Montevideo, outubro de 1995

79. Nogueira, L.A.H., "Uso de Biomassa Florestal para Geração Elétrica em Grande Escala: o Projeto WBP-SIGAME no Brasil", **Reunión Regional sobre Generación de Electricidad a partir de Biomasa**, FAO/UNDP, Montevideo, outubro de 1995

80. Nogueira, L.A.H., "Biomassa e Energia Elétrica no Brasil: questões institucionais e ambientais", **Reunión Regional sobre Generación de Electricidad a partir de Biomasa**, FAO/UNDP, Montevideo, outubro de 1995

81. Teixeira, M.S.; Nogueira, L.A.H., "Estudo Exergético da Combustão considerando a Dissociação dos Produtos", **COBEM-CIDIM/95-XIII Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica/ II Congresso**

so Ibero Americano de Ingeniería Mecánica, Belo Horizonte, dezembro de 1995

82. Berg, E.A.T.; Nogueira, L.A.H., Cogeração na Indústria Cerâmica, **40º Congresso Brasileiro de Cerâmica**, ABC, Camboriú, 1996

83. Nogueira, L.A.H.; Carvalho, F.R., "Thermoeconomic studies applied to Maintenance of Power Plants", **ECOS'96 – Efficiency, Costs, Optimization and Simulation of Energy Systems Conference**, Stockholm, Suécia, junho de 1996

84. Nogueira, L.A.H.; Peres, C.A., "Efficiency of Small Boilers fuelled by Biomass", **IX European Conference on Bioenergy**, Copenhagen, Dinamarca, junho de 1996

85. Walter, A.C.S.; Bajay, S.V.; Nogueira, L.A.H., "Brazilian Potential of Electricity Production from Sugar-Cane By-products", **IV World Renewable Energy Congress**, Denver, USA, junho de 1996

86. Carvalho, F.R.; Nogueira, L.A.H., "Análise Termoeconômica aplicada à Manutenção de Centrais Termelétricas", **Encontro Nacional de Ciências Térmicas-ENCIT 96**, ABCM, Florianópolis, dezembro de 1996

87. Bortolaia, L.A.; Nogueira, L.A.H.; Nascimento, M.A.R., "Análise Econômica de Ciclos com Turbina a Gás utilizando Biomassa Gaseificada", **Encontro Nacional de Ciências Térmicas-ENCIT 96**, ABCM, Florianópolis, dezembro de 1996

88. Fraenkel, S.; Carvalho Jr., J.A.; Nogueira, L.A.H., "Um Estudo da Secagem utilizando Escamento Pulsante", **Encontro Nacional de Ciências Térmicas-ENCIT 96**, ABCM, Florianópolis, dezembro de 1996

89. Nogueira, L.A.H., "Somes views of biomass and statistics in Latin America", **Workshop on Biomass Energy: Key issues and Priority Needs**, International Energy Agency, Paris, fevereiro de 1997

90. Nogueira, L.A.H., "Cogeração: conceitos, aplicações e perspectivas", **Oportunidades em Cogeração**, Instituto Nacional de Eficiência Energética, Rio de Janeiro, maio de 1997

91. "A experiência brasileira de álcool automotivo e suas perspectivas de sustentabilidade", **Hacia una agricultura tropical con menos uso de energia fósil**, FAO and Grupo Latinoamericano y del Caribe sobre Energización para un Desarrollo Rural Sostenible, San Jose de las Lajas, Cuba, outubro de 1997

92. Pecorelli, A.; Nogueira, L.A.H., "Influências sobre os Sistemas de Energia com a introdução de Veículos Elétricos", **III Congresso Latino-americano**

de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Campos do Jordão, novembro de 1997

93. Carvalho, F.R.; Nogueira, L.A.H., "Análise Termoeconômica aplicada à Manutenção de Centrais de Ciclo Combinado", **Workshop sobre Eficiência, Custos, Otimização e Simulação de Sistemas Energéticos**, UNICAMP, Campinas, junho de 1997 e **XIV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica ELETROBRÁS/CIGRE**, Belém, novembro de 1997

94. Nogueira, L.A.H., "Una visión de la dendroenergía en América Latina y el Caribe", **Biomasa para la Producción de Energía y Alimentos**, FAO e Academia de Ciencias de Cuba, La Habana, Cuba, novembro de 1997

95. "Diagnostico y potencialidades de la dendroenergía en Brasil", **Biomasa para la Producción de Energía y Alimentos**, FAO and Academia de Ciencias de Cuba, La Habana, Cuba, novembro de 1997

96. Martins, A.R.S.; Nogueira, L.A.H., "Desenvolvimento metodológico para análise de Sistemas de Cogeração", **14º COBEM – Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica**, ABCM, Bauru, 1997

97. Teixeira, F.N.; Marfins, A.R.S.; Nogueira, L.A.H., "Otimização aplicada a configuração de Sistemas de Cogeração", **14º COBEM – Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica**, ABCM, Bauru, 1997

98. Nogueira, L.A.H.; Trossero, M.A., "Introducing WEIS – the FAO Wood Energy Information System", **Workshop ou Biomass Energy: Data, Analysis and Trends**, International Energy Agency, Paris, 1998

99. Trossero, M.A.; Nogueira, L.A.H., "FAO Unified Wood Energy Terminology", **Workshop on Biomass Energy: Data, Analysis and Trends**, International Energy Agency, Paris, 1998

100. Teixeira, F.N.; Lora, E.S.; Nogueira, L.A.H., "Uma avaliação quantitativa das vantagens ambientais da cogeração no Brasil", **7º ENCIT – Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciências Térmicas**, ABCM, Rio de Janeiro, 1998

101. Oliveira, F.C.; Nascimento, M.A.R.; Nogueira, L.A.H., "Análise termodinâmica e econômica de ciclos com biomassa gaseificada em sistemas de cogeração para a indústria madeireira", **7º ENCIT – Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciências Térmicas**, ABCM, Rio de Janeiro, 1998

102. Teixeira, F.N.; Nogueira, L.A.H.; Martins, A.R., "Um estudo do impacto do esquema tarifário da

concessionária sobre a seleção de acionadores para sistemas de cogeração”, **7º ENCIT – Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciências Térmicas**, ABCM, Rio de Janeiro, 1998

103. Nogueira, L.A.H., “The Opening of Oil and Gas in Brazil: Plans and Prospects”, **Oil and Gas in Latin America**, CWC Associates/Centre for Global Energy Studies, Miami, march, 1999

104. Nogueira L.A.H., “A Disponibilidade de Gás Natural e a Cogeração na Perspectiva do Órgão Regulamentador”, **Seminário Geração Distribuída: Cogeração e Geração com Resíduos**, INEE, Campinas, abril de 1999

105. Nogueira. L.A.H., “Brazil: The Way Forward”, **The Opening of Oil and Gas in Brazil**, CWC Associates, New York City, setembro de 1999

106. Bortoni, E.; Haddad, J.; Santos, A.H.M.; Nogueira, A.H.N., “Influência dos reparos no desempenho de motores trifásicos”, **XV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica**, Foz do Iguaçu, outubro de 1999, posteriormente publicado em **Elettricidade Moderna**, vol. 28, nº 312, São Paulo, 2000

107. Nogueira. L.A.H., “Cogeneration in Brazil”, **International Symposium ou Combined Heat & Power: Energy Solutions for the 21st Century**, Washington D.C, jan/fev de 2000

108. Nogueira. L.A.H., “O Papel das Agências Reguladoras”, **AGRENER 2000 & 3º Encontro de Energia no Meio Rural**, UNICAMP, Campinas, setembro de 2000

109. Nogueira. L.A.H., “The Regulatory System for the Brazilian Downstream Sector: an Overview”, **Oil and Gas Investments in Brazil: Second Annual Official Summit**, CWC Associates, New York City, set/out de 2000

110. Painel de Abastecimento e Distribuição, Rio 011 & Gas Expo and Conference 2000, IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, outubro de 2000

111. Nogueira, L.A.H., “A Atuação da ANP na Comercialização de GLP no Brasil”, **XVI Congresso AIGLP, Associação Ibero-Americana de Gás Liquefeito de Petróleo**, Salvador, abril de 2001

112. Nogueira, L.A.H., “An Update on the Brazilian Oil and Gas Regulatory Framework”, **Second Annual Bolivian Energy Summit – Defining Bolivia’s Role in the Energy Integration of the Southern Cone**, CWC Associates, Santa Cruz de la Sierra, junho de 2001

113. Antonio M.F.J.L. Bonomi, Heloisa de A. L. Borges, Nogueira, L.A.H., “Programa de Monitora-

mento da Qualidade de Combustíveis – Inteligência a Serviço da Fiscalização”, **VII Brazilian Petrochemical Congress & II Mercosul Chemical Industry Congress**, IBP Instituto Brasileiro de Petróleo, setembro de 2001

5.5. Palestras Proferidas em Seminários, Encontros ou Eventos em Geral

1. Nogueira, L.A.H., “A Qualidade dos Combustíveis no Brasil”, **Programa de Qualidade dos Combustíveis na Bahia**, UNIFACS, Salvador, agosto de 1999

2. Nogueira, L.A.H., “Ações contra a Crise no Mercado de Combustíveis”, **Audiência Pública (com as comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Economia, Indústria e Comércio)**, Câmara dos Deputados, Brasília, agosto de 1999

3. Mesa Redonda, “Refletindo sobre uma Agenda de Trabalho para o Mercosul”, **Encontro na Embaixada do Brasil**, Buenos Aires, agosto de 1999

4. Nogueira, L.A.H., “A Qualidade dos Combustíveis no Brasil”, **I Congresso de Postos Revendedores de Minas Gerais**, Minaspetro, Belo Horizonte, agosto de 1999

5. Mesa Redonda, “O Desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro”, **Encontro dos Associados da APINE**. Rio de Janeiro, setembro de 1999

6. Nogueira. L.A.H., “Diversificación de Proceso y Productos em la Industria Cañera: Modelo Económico para Optimización”, **Taller Internacional Caña de Azúcar**, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Santo Domingo, outubro de 1999

7. Nogueira, L.A.H., “O Novo Quadro das Atividades da Indústria do Petróleo no Brasil”, **Argentina Oil & Gas Expo 99**, Buenos Aires, outubro de 1999

8. Nogueira, L.A.H., “A Evolução do Marco Regulatório da Indústria do Petróleo e Gás Natural: Avanços e Perspectivas”, **Seminário sobre Petróleo e Gás no Brasil: Desafios e Oportunidades**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, novembro de 1999

9. Mesa Redonda, “Energia: Políticas Nacionais e Possibilidades de Cooperação”, **Seminário Brasil-China**, IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, novembro de 1999

10. Nogueira, L.A.H., “O Abastecimento Nacional dos Combustíveis e a sua Qualidade”, **Seminário sobre a Qualidade dos Combustíveis**, FIESP, São Paulo, novembro de 1999

11. Nogueira, L.A.H., “O Uso Racional de Energia”, **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL**, Brasília, novembro de 1999

12. Nogueira, L.A.H., "Bioenergia", XXIX Curso Latinoamericano de Posgrado en Economía y Política Energetica y Ambiental, Instituto de Economía Energetica, Bariloche, 10,11 & 12 de novembro de 1999

13. Debatedor no Seminário Protocolo de Kyoto: O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasília, janeiro de 2000

14. Debatedor no Seminário de Planejamento Estratégico do Setor Elétrico, Centro de Formação de RH do Banco do Brasil, Brasília, janeiro de 2000

15. Participando do Grupo de Trabalho ANEEL/ANP, Projeto Eficiência Energética: Integrando Usos e Reduzindo Desperdícios, Salvador, fevereiro de 2000

16. Lançamento do Programa de Qualidade dos Combustíveis em Natal (UFRN), Fortaleza (UFC), Belo Horizonte (UFMG), Porto Alegre (UFRGS), abril de 2000

17. Debatedor no painel "Regulação no Setor Energético: Serviços de Qualidade a Preços Módicos", III Semana de Direito Público, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, maio de 2000

18. Nogueira, L.A.H., "O Novo Cenário da Indústria do Petróleo no Brasil", Seminário Panorama do Setor Energético Catarinense, FIESC, Florianópolis, maio de 2000

19. Encerramento do Seminário A Cogeração e a Política Nacional de Energia, INEE, Campinas, maio de 2000

20. Mesa Redonda "Repensando a Matriz Energética Brasileira", Programa Brasil Pensa, TV Cultura, São Paulo, junho de 2000

21. Pronunciamento na Sessão de Abertura e presidindo painel sobre "A Visão Geral do Mercado de Combustíveis", Seminário Jurídico sobre o Mercado de Distribuição, IBP, São Paulo, junho de 2000

22. Mesa Redonda "Autonomia e Legitimidade da Ação Reguladora", I Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos, AGERBA, Salvador, julho de 2000

23. Nogueira, L.A.H., "Política Energética, Planejamento e Regulação", Curso Cenários 2000, FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, julho de 2000

24. Encerramento do Seminário sobre Tecnologia da Mobilidade – Combustíveis, Lubrificantes e Motores, IBP, Rio de Janeiro, agosto de 2000

25. Nogueira, L.A.H., "A ANP e seu Papel na Regulamentação do Setor Petróleo e Gás Natural" Curso de Extensão sobre Introdução à Indústria do Petró-

leo & Gás Natural, UNIVIX – Faculdade Brasileira, Vitória, agosto de 2000

26. Mesa Redonda no Seminário A Formação do Preço de Custo dos Combustíveis Automotivos Adquiridos pelos Postos Revendedores, SINCOPEPETRO, São Paulo, agosto de 2000

27. Inauguração do Laboratório de Análise de Combustíveis, UNICAMP, Campinas, outubro de 2000

28. Nogueira, L.A.H., "As atividades de Qualidade do Produto / Abastecimento / Fiscalização / Defesa da Concorrência", Comissão do Senado Federal na ANP, Rio de Janeiro, outubro de 2000

29. Nogueira, L.A.H., "A Qualidade dos Combustíveis Comercializados no Estado da Bahia", CPI dos Combustíveis, Assembleia Legislativa da Bahia, Salvador, outubro de 2000

30. Nogueira, L.A.H., "A ANP – Agência Nacional do Petróleo", Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senado Federal, Brasília, novembro de 2000

31. Nogueira, L.A.H., "A Evolução das Especificações dos Combustíveis no Brasil", V Encontro Parcerias para Desenvolvimento Tecnológico e Industrial em Bioenergia, Confederação Nacional da Indústria, Brasília, novembro de 2000

32. Nogueira, L.A.H., "A ANP – Realizações e Perspectivas", Seminário Águas da Amazônia, Universidade do Amazonas/Fundação Rede Amazônica, Manaus, dezembro de 2000

33. Debatedor no painel "Retrospectiva e Perspectivas do Modelo de Regulação", Seminário O Papel das Agências Reguladoras de Serviços Públicos, Instituto Hélio Beltrão, Brasília, dezembro de 2000

34. Nogueira, L.A.H., "A ANP: Realizações e Perspectivas", Abertura do Curso de Especialização em Engenharia do Petróleo, UNIFOR, Fortaleza, janeiro de 2001

35. Nogueira, L.A.H., "A ANP: Realizações e Perspectivas", Cenário Pós-Privatização do Setor Energético no Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, abril de 2001

36. Nogueira, L.A.H., "Cogeração, Geração Distribuída e Combustíveis", Seminário Internacional Cogeração & Geração Distribuída: Soluções Eficientes para o Enfrentamento da Crise de Energia Elétrica, INEE, junho de 2001

37. Nogueira, L.A.H., "Uma Visão do Abastecimento de Combustíveis no Brasil", POSTO SHOPPING 2001, SINCOPEPETRO – Sindicato do Co-

mércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, agosto de 2001

38. Nogueira, L.A.H., "Tendência de Evolução dos Combustíveis no Brasil". Seminário Mercado de Combustíveis no Brasil, AEA – Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, Brasília, setembro de 2001

39. Mediador do Painel da Tarde, Third Annual Official Summit – Investment Opportunities in Brazil's Energy Sector, CWC Associates, Rio de Janeiro, setembro de 2001

5.6. Apostilas e Publicações Avulsas:

1. Minimização de custos em centrais hidrotérmicas, EFEI, 32 pg., 1981.

2. Considerações sobre o projeto de pequenos biodigestores DPJ/EFEI, 12 pg., 1982.

3. A cinética da Biodigestão Anaeróbica, DPJ/EFEI, 12 pg., 1983.

4. Agroenergia – uma proposta de trabalho, documento para a Assembléia do IEM/EFEI, 4 pg., 1984.

5. Pequenas Centrais Termelétricas à Locomóveis – Grupo de Agroenergia, Seminário, 25 pg., 1985.

6. Cálculo da Temperatura Adiabática de Chama, considerando a dissociação, EFEI, 11 pg., 1985.

7. Determinação do Custo Energético, EFEI, 25 pag., 1986.

8. Introdução à Termoeconomia, EFEI, 24 pg., 1987.

9. Uma breve introdução à tecnologia da irrigação, Grupo de Agroenergia, seminário, 9 pg., 1987.

10. Uma contribuição ao Planejamento Energético do Meio Rural, EMBRATER, 11 pg., 1987.

11. Exergia – Uma abordagem conceitual, EFEI, 10 pg., 1987.

12. Aspectos de la Biomasa Energética, IDEE, 86 pg., 1987.

13. Análise Termodinâmica de dessuperaquecedores de caldeiras de grande porte, EFEI, 6 pg., 1988.

14. Análise da relação ar/combustível e potencial poluente em misturas combustíveis com gasolina, etanol e metanol, EFEI, 6 pg., 1990.

15. Crônica de uma crise anunciada, EFEI, 3 pg., 1990.

16. Cogeração – o espaço no Brasil, EFEI, 4 pg., 1990

17. Turbinas à Gás – aplicações estacionárias, EFEI, 5 pg., 1990.

18. Auditoria energética – metodologias, AIE/COPPE/UFRJ, 35 pg., 1990.

19. Aspectos do Consumo de lenha em indústrias rurais no Brasil, FAO, 12 pg., 1990.

20. Estudo da disponibilidade de Potência Elétrica em Sistemas de Cogeração com Turbinas a Gás, considerando equipamentos reais, operação em paridade térmica e uso de gás natural, AIE/COPPE/UFRJ, 20 pg., 1991.

21. La Dendroenergia em Brasil, FAO, 78 pg., 1992

22. Marco Legal y Características Económicas de la Producción Combinada de Calor y Energía Eléctrica (Cogeneración) en Brasil, OLADE, 106 pg., 1993

23. Auditorias Energéticas em Pequenas e Médias Empresas: metodologias e estudos de casos, FUNCAMP, 20 pg., 1993

24. Cogeneración: una introducción, IDEE, 61 pg., 1993

25. Análise Exergética de Processos, apostila do mini-curso preparada para o Encontro Nacional de Ciências Térmicas, 43 pg., junto com Perez, S.A.N. (UNICAMP) e Oliveira Jr.S. (USP/IPT), São Paulo., dezembro de 1994.

26. Uso Racional de Energia Elétrica, apostila do mini-curso preparada para o XVI Seminário Nacional de Estudantes de Engenharia, 80 pg., junto com Santos, A.H.M. e Haddad, J., Diretório Acadêmico da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, julho de 1995

27. Elementos de Cogeração Industrial, apostila para o Curso ENERGE (Eletrobrás/EFEI), 40 pg., junto com Martins. A.R.S., outubro de 1996

28. Energia: conceitos e fundamentos, apostila para o Curso ENERGE (Eletrobrás/EFEI), 25 pg., novembro de 1996

29. Bioenergy Terminology and Bioenergy Database, Wood Energy Programme, FOPW/FAO, junto com M.A. Trossero, 14 pg. 1997

30. Brazilian data on bioenergy: values and methodology, prepared for distribution to Latin American Network on Dendroenergy – LAND members, 8 pg. 1997

31. Conclusiones y Recomendaciones of "Biomasa para la Producción de Energía y Alimentos", evento patrocinado pela FAO e Academia de Ciencias de Cuba, La Habana, Cuba, novembro de 1997, 5 pp.

32. Biomasa in Brazil, relatório brasileiro para o Projeto Biomasa Energy Systems and Technology, USAID/Winrock International, junto com J.R. Moreira, 60 pg. 1997

33. Biomassa e Sustentabilidade Energética no Brasil, relatório para o Projeto "Energia Y Desarrollo Sustentable En America Latina Y El Caribe" (OLADE/CEPAL/GTZ), Cooperação MME/OLADE/CEPAL/GTZ, 35 pg., 1997

34. Cogeração e Sustentabilidade Energética no Brasil relatório para o Projeto "Energia Y Desarrollo Sustentable En America Latina Y El Caribe" (OLADE/CEPAL/GTZ), Cooperação MME/OLADE/CEPAL/GTZ, 25 pg., 1997

35. Directorio de instituciones en Brasil relacionadas con Dendroenergia, prepared for distribution to Latin American Network on Dendroenergy – LAND members, 6 pg., 1998

36. UWET – Unified Wood Energy Terminology, Wood Energy Programme, FOPW/FAO. junto com M.A. Trossero, 11 pg., 1998

37. Carbon Sequestration and Substitution by Wood Energy Systems, Wood Energy Programme, FOPW/FAO. junto com M.A. Trossero, 15 pg., 1998

5.7 – Traduções Realizadas:

1. A Gerência da Fabricação, Nemitz, W.C., M.C. do Brasil, São Paulo, 185 pág., 1983, (com Magalhães, P.)

2. **Manual Completo da Administração Industrial**, Wassermann, S., M.C. do Brasil, São Paulo, 358 pag., 1984, (com Magalhães, P.)

5.8 – Artigos em jornais de circulação nacional

1. Crônica de uma crise anunciada, **Folha de S. Paulo**, 20-1-91

2. O gás nosso de cada dia, **Folha de S. Paulo**, 14-6-92

3. Privatização ou Descentralização? (com A.H.M. Santos), **O Estado de S. Paulo**, 30-10-93

4. O Preço dos Combustíveis de Todos Nós, **Valor Econômico**, 15-9-00

5. Como Anda a Qualidade de nossos Combustíveis?, **Folha de S. Paulo**, 29-4-00

6. Entrevista ao Cenbio Notícias, 16-8-00

7. Downstream, a Reorganização do Mercado, **O Estado de S. Paulo**, 16-1-01

8. Racionamento e Consumo Eficiente, **Jornal do Brasil**, 27-6-01

5.9 – Trabalhos de iniciação científica orientados e publicados:

1. Assunção, V.F.; Vilela, R.A., "Estudos experimentais em Motores Stirling didáticos", **I CREEM-Congresso Regional de Estudantes de**

Engenharia Mecânica, ABCM/UFRJ, Rio de Janeiro, outubro de 1994

2. Vilela, R.A.; Assunção, V.F., "Análise Teórica de um Ciclo Stirling com Pistão Líquido", **I CREEM – Congresso Regional de Estudantes de Engenharia Mecânica**, ABCM/UFRJ, Rio de Janeiro, outubro de 1994

6. Participação em Teses e Dissertações

6.1 – Trabalhos Orientados

1. **Estudos teóricos e experimentais da Aplicação de Gaseificadores em Motores**, Figueiredo Neto, G.S., 13-12-89, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado).

2. **Aplicação do Método de Monte Carlo na análise de Sistemas de Cogeração**, Balestieri, J.A.P., 25-5-90, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Santos, A. H.M.).

3. **Estudos de Cogeração no contexto da Produção de Papel e Celulose**, Silveira, J.L., 24-8-90, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Santos, A.H.M.).

4. **Abordagem Exergética de Sistemas de Cogeração**, Lima, R.N., 1º-3-91, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado).

5. **Análise Energética e Exergética de Ciclos Combinados TG/TV**, Serrate, Y.H., 3-3-93, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado).

6. **Análise termodinâmica da Casa de Força da Cia. Siderúrgica de Tubarão**, Donatelli, J.L., 12-3-93, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado).

7. **Viabilidade e Perspectivas da Cogeração do Setor Sucro-Alcooleiro**, Walter, A.C.S., 18-11-94, Universidade Estadual de Campinas (Doutorado, co-orientação com Bajay, S.V.).

8. **Desempenho de Sistemas de Combustão de Lenha: aspectos conceituais e metodológicos**, Peres, C.A., 4-9-95, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Sen, T.K.)

9. **Análise Exergética de Processos de Combustão**, Teixeira, M.S., 29-9-95, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

10. **Estudo Teórico da Secagem em Leito Fixo com Escoamento Pulsante**, Fraenkel, S.L., 19-12-95, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

11. **Estudo do Potencial de Cogeração da Indústria Petroquímica no Brasil**, Martins, A.R.S.,

8-11-96, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

12. **Termoeconomia aplicada à Manutenção de Centrais Termelétricas**, Carvalho, F.R., 8-11-96, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

13. **Emprego de Biomassa Gaseificada em Turbinas a Gás**, Bortolaia, L.A., 18-12-96, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Nascimento, M.A.R.)

14. **Modelos Contratuais para Comercialização de Excedentes de Energia em Cogeração entre Autoprodutores e Concessionárias**, Souza, M.R., 1º-7-97, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

15. **Seleção de Ciclos e Configurações de Plantas de Cogeração**, Teixeira, F.N., 1º-7-97, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Balestieri, J.A.P.)

16. **Estudo energético e econômico da irrigação da batata comum no Sul de Minas Gerais**, Ferraz, J.M., 23-7-97, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, (Mestrado)

17. **Potencial de Cogeração no Estado do Amazonas**, Alkmin, J.T.D., 12-8-97, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado)

18. **Estudo Técnico-Econômico de Ciclos HAT (Humid Air Turbine)**, Franco, C.V., 1º-7-98, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Nascimento, M.A.R.)

19. **Análise das Condições de Operação de Turbinas a Gás Industriais usando Biomassa Gaseificada**, Ferreira, S.B., 14-7-98, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Nascimento, M.A.R.)

20. **Análise Termodinâmica e Econômica de Ciclos de Biomassa gaseificada em Sistemas de Cogeração para Indústria Madeireira**, Oliveira, P.C., 4-9-98, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Mestrado, co-orientação com Nascimento, M.A.R.)

21. **Avaliação dos Impactos Energéticos e Ambientais da Introdução de Veículos Elétricos**, Peres, L.A Pecorelli, 22-12-2000, Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Doutorado, co-orientação com Lambert-Torres, Germano)

6.2 – Participação em Bancas Examinadoras

1. Piovesani, F., **Influência do fator de película na otimização de Redes de Trocadores de Calor**, (orientador: Bastos, L.E.G.), mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990

2. Morales, R.F.D., **Projeto de um Sistema Híbrido Eólico-Diesel**, (orientador: Hirata, M.H.), mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990

3. Gallo, W.L.R., **Análise exergética de motores à gasolina e à álcool**, (orientador: Milanez, L.F.), doutorado, Unicamp, Campinas, 1990

4. Gonzalez Trabanino, A.M., **Cogeração na Indústria Açucareira de El Salvador**, (orientador: La Rovere, E.L.), mestrado, COPPE/UFRJ, 1990

5. Silva, E.P., **Energia como Fator de Desenvolvimento da Agropecuária no Estado do Ceará**, (orientador: La Rovere, E.L.), mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991

6. Massafelli, N., **Análise da Dinâmica de Resfriamento de Instalações Frigoríficas para Carne Bovina**, (orientador: Almeida, M.S.V.), mestrado, EFEI, Itajubá, 1991

7. Januzzi, G.D.M., **Conservação de Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**, livre-docência, Unicamp, Campinas, 1991

8. Ferreira, A.L., **Demanda e Conservação de Óleo Diesel na fase agrícola do Proálcool**, (orientador: Bajay, S.V.), mestrado, Unicamp, Campinas, 1992

9. Salazar, S., **Avaliação dos Programas de Conservação de Energia para o Setor Industrial**, (orientador Pereira, J.T.V.), mestrado, Unicamp, Campinas, 1992

10. Sinício, M.F., **Demanda e Conservação de energéticos nas Usinas de Açúcar e Álcool Paulistas**, (orientador: Bajay, S.V.), mestrado, Unicamp, Campinas, 1992

11. Oliveira, L., **Estimativa do Consumo de Lenha no Setor Residencial do Semi-Árido Paraibano**, (orientador: Araujo, T.S.), mestrado, UFPb, Campina Grande, 1992

12. Almeida, R.A., **Alocação de custos segundo uma visão exergética: uma aplicação à cogeração na indústria de papel e celulose**, (orientador: Santos, A.H.M.), mestrado, EFEI, Itajubá, 1993

13. Borges, T.P.F., **Fogão à Lenha de Combustão Limpa**, (orientador: Pereira, J.T.V.), mestrado, Unicamp, Campinas, 1994

14. Errera, M., **Considerações Ambientais em Termoeconomia: um estudo de caso**, (orientador: Milanez, L.F.), mestrado, Unicamp, Campinas, 1994

15. Balestieri, J.A.P., **Planejamento de Centrais de Co-geração: uma abordagem multiobjetiva**, (orientador: Correia, P.B.), doutorado, Unicamp, Campinas, 1994

16. Dias Filho, W., **Análise energética do Sistema de Produção de Álcool Carburante**: considerações sobre o efeito da capacidade da Usina, (orientador: Urban, C.W.), mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1994

17. Medeiros, J.X., **Energia Renovável na Siderurgia: análise socioeconômica e ambiental da produção de carvão vegetal para altofornos**, (orientador: Sevá Filho, A.O.), doutorado, Unicamp, Campinas, 1995

18. Concurso para Professor Titular (candidato aprovado: Oliveira, A.), Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, maio de 1995

19. Concurso para Professor Livre Docente (candidato aprovado: Nebra, S.A), Faculdade de Engenharia de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, junho de 1995

20. Colacchi, F., **Pequenas Centrais Hidrelétricas: instrumento de apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentado**, (orientador: La Rovere, E.L.), mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, março de 1996

21. Esteves, O.A., **Análise Exergética da Produção de Álcool Etílico de Cana de Açúcar**, (orientador Ferreira, O.C.), mestrado, UFMG, Belo Horizonte, fevereiro de 1996

22. Concurso para Professor Adjunto (candidato aprovado: Vargas, J.V.C.), Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, maio de 1996

23. Concurso para Professor Livre Docente (candidato aprovado: Cortez, L.A.), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, setembro de 1996

24. Concurso para Professor Livre Docente (candidato aprovado: Sevá Filho, A.O.), Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, janeiro de 1997

25. Concurso para Professor Adjunto (candidato aprovado: Orlande, H.R.B.), Departamento de Engenharia Mecânica, Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, março de 1997

26. Leal, P.M., **Avaliação Energética e Exergética de um Sistema Gerador de Processos Psicrométricos**, (orientador: Tadeu Jorge, J.), doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, março de 1997

27. Bicalho, R.G., **A Formação de Regularidades Tecnológicas na Indústria de Eletricidade**, (orientador: Tigre, P.B.), doutorado, Instituto de Eco-

nomia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, agosto de 1997

28. Monaco, M.A.G., **Aproveitamentos Hidrelétricos de Pequeno Porte no Novo Contexto Jurídico Institucional**, (orientador: Tiago, G.L.), mestrado, EFEI, Itajubá, 1998

29. Cerqueira, S.A.G., **Metodologias de Análise Termodinâmica**, (orientadora: Nebra, S.A.), doutorado, Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, março de 1999

30. Torres, E.A., **Avaliação Exergética e Termoeconômica de um Sistema de Cogeração de um Polo Petroquímico**, (orientador: Gallo, W.L.R.), doutorado, Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, março de 1999

31. Andino, M.E.A., **Sistemas Integrados de Produção de Energia atualizando Práticas Ancestrais**, (orientador: La Rovere, E.L.), doutorado, COPPE/UFRJ, maio de 1999

32. Coelho, S.T., **Mecanismos para implementação da Cogeração de Eletricidade a partir da Biomassa – Um modelo para o Estado de São Paulo**, (orientador: Zylbersztajn, D.), doutorado, IEE/USP, São Paulo, agosto de 1999

33. Nascimento, J.G.A., **Considerações sobre Incentivos Regulatórios à Geração Descentralizada de Energia Elétrica no Brasil**, (orientador: Santos, A.H.M.), mestrado, EFEI, Itajubá, dezembro de 1999

34. Silveira, J. P., **Regulação de Monopólios e Defesa da Concorrência: Um Estudo sobre a Indústria do Gás Natural no Brasil**, (orientador: Pinto Jr., H.Q.) mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, maio de 2000

35. Azuaga, D., **Danos Ambientais causados por Veículos Leves no Brasil** (orientador: Schaeffer, R.) mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, outubro de 2000

36. Fernandes E.S.L., **Mecanismos de Regulação Tarifária na Indústria de Gás Natural: o Caso do Gasoduto Brasil-Bolívia**, (orientador: Zylbersztajn, D.), doutorado, IEE/USP, São Paulo, novembro de 2000

37. Szklo, A.S., **Tendências de Desenvolvimento da Cogeração a Gás Natural no Brasil** (orientador: Tolmasquim, M. T.), doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, fevereiro de 2001

38. Gomes, C.M., **Análise Termodinâmica, Exergética e Termoeconômica de uma Instalação Termelétrica em Ciclo Combinado, com Cogeração de Vapor** (orientador: Gallo, W.L.R.), mestrado, Faculdade de Engenharia Mecânica, UNICAMP, Campinas, março de 2001

39. Mattos, L.B.R. de, **A Importância do Setor de Transportes na Emissão de Gases do Efeito Estufa – O Caso do Município do Rio de Janeiro** (orientador: La Rovere, E.L.), mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, abril de 2001

40. Oliveira, H.R., **Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para Utilizar Mistura Álcool Anidro/Diesel/Aditivo em Frota de Ônibus Urbano** (orientador: Coelho, S.T.), mestrado, IEE/USP, São Paulo, maio de 2001

41. Miranda, J.M. de, **Programação de Produção de Misturas de Produtos na Indústria de Petróleo Otimizada através de Métodos de Programação Matemática**, (orientador: Almeida, D.A. de), mestrado, EFEI, Itajubá, junho de 2001

42. Cottallat, R.A., **Proposta de automação de caldeiras aplicando controle distribuído – Fieldbus** (orientador:), mestrado, EFEI, Itajubá, 2001

43. Costa, C.L.C. da, **Estimativa do Rendimento Hidráulico de Turbinas a Vapor Tipo Curtis Utilizando um Algoritmo Computacional** (orientador: Magalhães Fº, P.), mestrado, Faculdade de Engenharia Mecânica, UNESP, Guaratinguetá, julho de 2001.

Luiz Augusto Horta Nogueira

Rio de Janeiro, outubro de 2001

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

**MENSAGEM Nº 253, DE 2001
(Nº 1.272/2001, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 56, inciso I, alínea a, e no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Synesio Sampaio Goes Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.

Os méritos do Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 344/DP/ARC-MRE/APES

Brasília, 16 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 56, inciso I, alínea a, e no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Synesio Sampaio Goes Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e curriculum-vitae do Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**Ministro de Primeira Classe
Synesio Sampaio Góes Filho**

Itú/SP, 13 de junho de 1939. Filho de Synesio Sampaio Góes e Maria José Rodrigues Sampaio.

ID: 3978-MRE

CPF: 00583766820

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-USP/SP. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento para Chefes de SECOM. Curso de Pós-graduação em Comércio Internacional, Ministério da Economia da França, Paris. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 24 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, antiguidade, 5 de maio de 1972.

Primeiro Secretário, merecimento, 21 de dezembro de 1976.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 20 de dezembro de 1991.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1968/69.

Assistente do Secretário-Geral de Política Exterior, 1969/71.

Adjunto do Cerimonial, da Presidência da República, 1979/81. Chefe do Cerimonial da Presidência da República, 1981/85

Introdutor Diplomático, 1990.

Chefe do Gabinete, Substituto, do Ministro de Estado, 1990.

Secretário de Relações com o Congresso, 1990/91.

Chefe do Cerimonial, 1991/92.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1992.

Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, 1993.

Paris, Terceiro Secretário, 1972.

Paris, Segundo Secretário, 1972/75.

Lima, Segundo Secretário, 1975/76.

Lima, Primeiro Secretário, 1976/79.

Lima, Encarregado de Negócios, 1979.

Londres, Ministro Conselheiro, 1985/89.

Bogotá, Embaixador, 1994/98.

Lisboa, Embaixador, 1998/01.

Assembléia Geral Extraordinária da UIOOT, México, 1970 (membro).

Reunião da Comissão Mista Brasil-França, Paris, 1973 (assessor).

Reunião da OCDE sobre Cooperação na Promoção de Exportação dos Países em Desenvolvimento, 1975 (observador-adjunto).

Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados, Lima, 1975 (assessor do observador).

III Sessão da Comissão Mista Econômica e de Cooperação Técnica Brasil-Peru, Lima, 1976 (membro).

Reunião do ECOSOC sobre Empresas Transnacionais, Lima, 1976 (membro).

Reunião Latino-Americana sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, Lima, 1976 (chefe).

Reunião Regional Preparatória para a América Latina e o Caribe da Conferência da ONU sobre a Água, Lima 1976 (membro).

Comitiva brasileira ao encontro dos Presidentes do Brasil e do Peru, Tabatinga, 1976 (membro).

Comitiva nas viagens oficiais do Presidente da República: Venezuela (1979), Argentina (1980);

França(1981); Portugal (1981); Peru (1981); Estados Unidos da América (1982 e 1983); Canadá (1982); México (1983); Nigéria (1983); Senegal (1983); Argélia (1983); Guiné-Bissau (1983);

Cabo Verde (1983); China (1984); Japão (1984); Bolívia (1984) e Paraguai (1984).

Professor de História Diplomática do Brasil, IRBr, 1992/93.

Membro da Banca Examinadora do CAE, 1992/93.

"Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas". IPRI, 1991.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Ordem do Mérito Brasília, Comendador, Brasil.

Medalha Cruz de João Ramalho, São Paulo, Brasil.

Medalha de Honra da Inconfidência, Brasil.

Ordem de Francisco Miranda, Terceira Classe, Venezuela.

Ordem do SoL Comendador, Peru.

Ordem do Mérito, Comendador, República Federal da Alemanha.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, República Francesa.

Ordem ao Mérito por Serviços Distinguidos, Oficial, Peru.

Ordem Mexicana da Águia Azteca, Comendador, México. Ordem Nacional do Mérito, Comendador, Equador.

Ordem do Sol Nascente, Terceira Classe, Japão.

Ordem de Isabel a Católica ("Encomienda de numero"), Espanha.

Ordem da Nigéria, Oficial, Nigéria.

Ordem do Marrocos, Marrocos.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento de Serviço Exterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BÉLGICA

Novembro de 2001

Avaliação geral do relacionamento Brasil-Bélgica.

As relações bilaterais caracterizam-se pelo diálogo político fluido e cordial e por um intenso e mutuamente vantajoso intercâmbio econômico-comercial. Existe ampla coincidência de posições em vários temas da agenda internacional, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da ONU e do sistema multilateral do comércio. No âmbito da União Européia, a Bélgica tem oferecido com frequência seu apoio a questões de interesse brasileiro.

Não obstante o bom estado do diálogo político, é no campo econômico que o relacionamento encontra seu mais dinâmico fundamento. A Bélgica, com apenas 10 milhões de habitantes, desponta como o sétimo maior mercado para nossas exportações. Os investimentos belgas no Brasil são igualmente significativos.

São vários os sinais do crescente interesse da Bélgica pelo Brasil, dentre os quais sobressaem a constituição de Grupo Parlamentar bilateral, a reabertura do Consulado no Rio de Janeiro, a visita bilateral do então Ministro do Exterior, Eric Derycke, em janeiro de 1999, e a de significativa missão comercial belga, presidida pelo Príncipe Herdeiro Filipe, em novembro de 1999. Ressalte-se, ainda, a visita ao Brasil em abril último do Secretário-Geral da Chancelaria belga, Embaixador Jan de Bock, ocasião em que se realizou proveitosa reunião de consultas políticas com o Embaixador Seixas Corrêa.

De nossa parte, a Bélgica foi objeto de visita do Presidente da República em seu primeiro ano de Governo (setembro de 1995), a qual consolidou junto às lideranças políticas e empresariais belgas o potencial do relacionamento bilateral. O Presidente Fernando Henrique Cardoso manteve contatos com importantes interlocutores belgas e inaugurou, em Bruxelas, exposição comemorativa dos 75 anos da visita ao Brasil do Rei Alberto I – o primeiro monarca europeu a visitar o País. O então Chanceler, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, realizou visita de trabalho à Bélgica em junho de 1996 e o Ministro Celso Lafer visitou o país em maio de 2001.

Cooperação militar

A cooperação militar constitui um dos mais importantes aspectos da relação. O Exército brasileiro adquiriu, em 1997, 98 tanques Leopard fabricados na

Bélgica. Um oficial da Marinha belga, convidado pela Marinha, participou, em 1998/1999, da Missão Antártica Brasileira, enquanto oficial da Marinha do Brasil fez curso de desminagem marítima em Antuérpia. A Bélgica é um dos principais mercados para as exportações brasileiras de material bélico.

Com base nesse positivo quadro, o Ministro da Defesa belga, André Flahaut, realizou visita ao Brasil de 29-10 a 1º-11 de 2000. Em seu encontro em Brasília, os Ministros Quintão e Flahaut abordaram os seguintes temas de interesse comum: reforma das Forças Armadas no Brasil e na Bélgica; cooperação militar regional; participação nas operações da ONU; a função das Forças Armadas na luta contra o tráfico de entorpecentes; e exposição acerca do material bélico belga disponível para venda. Há interesse belga em assinar um Memorando de Entendimentos com o Governo brasileiro na área militar.

Relações econômicas

O espaço econômico formado pela Bélgica e pelo Luxemburgo constitui um dos principais mercados de destino das exportações brasileiras, à frente de países como Reino Unido, França e Espanha. Como ocorre com os Países Baixos, boa parte de nosso comércio com a Bélgica deve-se ao trânsito de mercadorias no porto de Antuérpia e à atuação de casas especializadas em reexportação.

Em matéria de investimentos, sobressai a aquisição, em 1998, pela empresa Tractebel – ligada ao grupo francês Suez Lyonnaise –, do controle acionário da companhia de eletricidade Gerasul, por US\$879 milhões. Em outubro de 2000, inclusive, foi inaugurada a Usina de Itá (na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), primeiro empreendimento da Gerasul privatizada. A Tractebel adquiriu, também em 1998, em Tocantins, área destinada à construção da Usina Hidrelétrica de Canabrava, projeto orçado em US\$400 milhões. Existe, ainda, cooperação entre a Embraer e as empresas belgas Sonaca e Asco, fornecedoras de componentes para o avião ERJ-145 e para o mais novo produto da empresa, a aeronave ERJ-170. Esta cooperação acarretou a criação, em São José dos Campos, da empresa Sobraer.

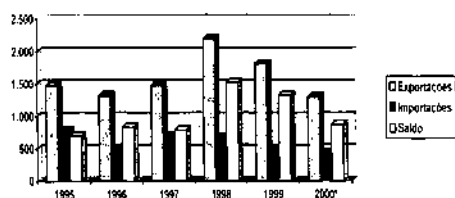
Além disso, a Traetebel vem buscando uma maior colaboração com a Petrobras no campo das plataformas marítimas, particularmente para estocagem “off-shore” e construção de “top-side facilities”. Entende a Tractebel que o “know how” da Petrobras pode ser exportado para outras regiões do mundo e que uma eventual associação entre as duas compa-

nhas poderia ser de grande utilidade, dados o conhecimento do mercado internacional, especialmente no sudeste da Ásia, que a Tractebel detém, e sua forte inserção no mercado mundial de energia. As companhias já entraram em conversações de alto nível, havendo a última reunião sido realizada na Presidência da Petrobras em agosto de 2000, com a participação do senhor Georges Vercammen, Vice-Presidente e principal executivo da Tractebel Engineering. A empresa Belgatom, por sua vez, também do grupo Tractebel, vem demonstrando igual interesse em participar do programa brasileiro de geração de energia nuclear.

Comércio bilateral (inclui Luxemburgo)

(em US\$ milhões FOB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Exportações	1.477	1.320	1.463	2.194	1.817	1.867	1.304
Importações	1.200	487	695	557	492	570	425
Saldo	277	833	768	1.527	1.325	1.296	879



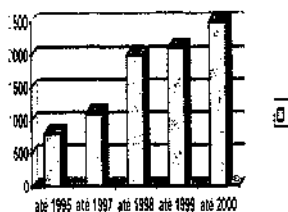
* até agosto. Fonte: MDIC

Estoque total de investimentos

(em US\$ milhões)

até 1995	até 1997	até 1998	até 1999	até 2000
500	1.100	2.000	2.100	2.500

Estimativa com base em dados do Banco Central e das Câmaras e Agências de Comércio



Dez principais produtos brasileiros exportados para a Bélgica em 2000:

- Suco de laranja concentrado
- Pastas químicas de madeira
- Produtos semimanufaturados de ferro ou aço
- Minérios de ferro e seus concentrados
- Alumínio em bruto
- Farelo e resíduos da extração de óleo de soja

- Café cru em grão
- Soja mesmo triturada
- Caulim e outras argilas caulínicas
- Fumo em folhas e desperdícios

Obs.: A Embraer vendeu recentemente 4 aviões para a Força Aérea belga, num total de US\$78 milhões.

Dez principais produtos belgas importados pelo Brasil em 1999:

- Partes e peças de aviões, helicópteros, e outros
- Medicamentos para medicina humana e veterinária
- Compostos organo-inorgânicos
- Polímeros de etileno, propileno e estireno
- Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas

- Teares para tecidos
- Bombas, compressores e suas partes
- Veículos automóveis de passageiros
- Barras, perfis, fios, chapas e tiras de alumínio
- Malte inteiro ou partido, não torrado

Principais investimentos recentes no Brasil:

- 1998

Tractebel: compra da Gerasul por US\$801,8 milhões

Tractebel: construção de usina hidrelétrica em Goiás

Beaulieu: fábrica de tapetes no Paraná

Tessengerlo Chimie: joint-venture no Rio Grande do Sul no setor químico

- 1999

Katoen Natie: compra da JOB (US\$35 milhões), na área de logística

INFORMAÇÕES GERAIS

Dados básicos

Nome Oficial: Reino da Bélgica

Capital: Bruxelas

Área: 30.519 km²

População: 10,2 milhões (est. 2000)

Sistema Político: A Bélgica é uma federação sob o regime monárquico-parlamentar. É dividida em três regiões (Valônia, Flandres e Bruxelas) que possuem alto nível de autonomia.

Chefe de Estado: Rei Alberto II (assumiu o trono em agosto de 1993)

Chefe de Governo: **Primeiro-Ministro Guy Verhofstadt**

Ministro do Exterior: Louis Michel

Embaixador da Bélgica no Brasil: Jean-Michel Veranneman de Watervliet

PIB, a preços correntes: US\$235,9 bilhões (2000)

Taxa Real de Crescimento do PIB: 3,8% (2000), 3% (est. 2001)

Composição do PIB: setor industrial 22,4%; setor de serviços 65%; setor agrícola 12,6%

PIB Per Capita: US\$22.407 (2000)

Moeda: franco belga

Câmbio: FB 45.15 = US\$1 (outubro de 2001)

Inflação: 2,5% (2000), 2,4%(est. 2001)

Taxa de Desemprego: 8,6% (est. 2000)

Exportações: US\$192,7 bilhões (2000)

Importações: US\$178,6 bilhões (2000)

Saldo Comercial: US\$14,05 bilhões (2000)

IDH: 0,925 (7ª posição)

Conjuntura política e econômica

Segundo pesquisas recentes, o Governo do liberal Guy Verhofstadt conta com o mais alto índice de aprovação desde sua posse, em julho de 1999. Sua gestão merece a aprovação de 47% dos entrevistados – 45% na pesquisa anterior – e a desaprovação de apenas 20% (os demais não manifestaram opinião). Na Região de Bruxelas o grau de aprovação atingiu 51%, em Flandres 50% e na Valônia, tradicional reduto socialista, 43%. A principal explicação para o aumento de popularidade de um Governo que já ultrapassa a metade da legislatura de quatro anos seria, à parte uma correta administração dentro de um quadro econômico ainda positivo, a favorável exposição aos olhos do público belga de seus dois principais dirigentes neste semestre em que a Bélgica exerce a Presidência da União Européia.

De fato, o liberal flamengo Guy Verhofstadt e o liberal francófono Louis Michel, vistos freqüentemente ao lado dos principais líderes mundiais nos últimos meses, têm enchido de orgulho os belgas. Contribui ainda para a ascensão da popularidade do Governo Verhofstadt a observação pelos principais partidos oposicionistas da trégua tácita acordada ao final do semestre anterior pela qual se absteriam de fustigar o Governo federal neste semestre em que toca à Bélgica o exercício da Presidência da UE. No mesmo sentido, os recorrentes e desgastantes atritos entre flamengos e valões têm ficado bastante abaixo da média nos últimos meses.

Não é à toa, portanto, que o Primeiro-Ministro Guy Verhofstadt, bilingüe quase perfeito, seja o homem público mais popular em Flandres, o segundo

mais popular em Bruxelas (onde há 85% de francófonos) e o terceiro mais popular na Valônia. O Chanceler Louis Michel, por sua vez, e o político mais popular em Bruxelas e o segundo mais popular na Valônia, onde perde para o Presidente do Partido Socialista, Elio Di Rupo. Falando um muito bom neerlandês, o que é pouco freqüente entre os políticos valões, Michel é apenas o número dezoito em popularidade em Flandres, embora ao mesmo tempo seja o único homem público do sul do país a figurar na lista dos vinte políticos mais populares da orgulhosa e exclusivista região flamenga.

No tocante aos partidos políticos, as agremiações liberais também continuam a ganhar terreno, ainda que ligeiramente. O partido liberal flamengo, primeiro partido em Flandres, prossegue ampliando sua vantagem sobre os oposicionistas socialis-cristãos. Em Bruxelas, a federação dos partidos liberais francófonos, na primeira posição, amplia ligeiramente a vantagem sobre o partido ecologista francófono, na segunda posição. Na Valônia, a federação liberal diminui um pouco a brecha que a separa do dominante Partido Socialista.

De resto, no conjunto, tanto o Partido Socialista francófono quanto o Partido Socialista flamengo, ambos integrantes da coligação no poder, perdem algo em popularidade. O PS francófono é o primeiro na Valônia e o terceiro em Bruxelas, enquanto o PS flamengo é o terceiro em Flandres. Os partidos ecologistas, também sócios da coalizão governista, mantêm-se estacionários. O partido ecologista francófono é o segundo nas preferências em Bruxelas e o terceiro na Valônia. Já o partido ecologista flamengo é apenas o quinto em Flandres.

Na oposição, os sociais-cristãos, talvez guardando munção para 2002, perdem terreno, ainda que ligeiramente. Assim, o partido social-cristão flamengo, do ex-Primeiro-Ministro Jean-Luc Dehaene, mantém sua segunda posição em Flandres, enquanto os sociais-cristãos francófonos prosseguem no quarto lugar tanto em Bruxelas quanto na Valônia.

A popularidade do Vlaams Blok, de extrema-direita, mantém-se praticamente estacionária; passou de 16,6% em junho para 16,5% em setembro. Havendo os entrevistados sido auscultados entre os dias quatro e catorze de setembro, os efeitos dos acontecimentos de 11-9 nos EUA praticamente não se fizeram sentir na atual pesquisa. O Vlaams Blok continua como o quarto partido em popularidade em Flandres (logo abaixo dos socialistas), mesma posição ocupada entre os partidos flamengos em Bruxelas.

O "Front National", o partido francófono equivalente de extrema-direita, aumentou sua popularidade na Valônia de 4,1% em junho para 4,4% em setembro; e em Bruxelas de 2,2% em junho para 2,5% em setembro. Dadas suas reduzidas dimensões, o "Front National" não causa maiores preocupações aos partidos democráticos, ao contrário do seu congênere do norte, o Vlaams Blok, para o qual continua em aplicação a política do "cordão sanitário", apoiada ademais pela grande imprensa.

Merece ainda um registro o partido flamengo Volksunie, direita moderada e sexto partido em Flandres, que obteve na pesquisa de opinião deste mês 7,6% das preferências em sua região. Curiosamente, em 15-9, no dia seguinte ao encerramento da coleta de dados da pesquisa, seus dirigentes, em virtude de graves disputas internas, decidiram dissolver o partido. Teme-se que uma parte de seus adeptos venha a engrossar as fileiras do Vlaams Blok. Por outro lado, já se cogita a refundação do Volksunie, com outro nome e excluídos os dissidentes minoritários.

Em suma, não se esperam maiores modificações no quadro político até o final do ano, quando se encerra a Presidência belga da UE. À parte a previsível desaceleração econômica em função dos acontecimentos de onze de setembro, parece ainda prematuro especular sobre se esses acontecimentos terão também repercussões marcantes no tocante à política interna do país, como, v.g., um eventual fortalecimento dos partidos de direita.

No que se refere à economia belga, recentes indicadores divulgados pela "Banque Nationale de Belgique" (BNP), Banco Central Belga, confirmam as previsões, formuladas no início do ano, de desaceleração da economia belga em 2001. Os índices de confiança dos agentes econômicos continuam a indicar expectativas de crescimento menor em 2001. O índice de conjuntura da BNP também manteve tendência de queda.

Segundo os dados e análises produzidos não somente pela BNB, mas por diversas outras fontes, entre elas, universidades, bancos e a própria OCDE, a economia deste país deverá acusar os efeitos de uma conjuntura internacional em deterioração. Nesse cenário adverso, o saldo da balança comercial deverá contribuir de modo mais modesto para o crescimento do PIB belga em 2001, em comparação com 2000. Isso se deverá, sobretudo, a quadro menos favorável na União Européia como um todo (para onde se dirigem cerca de 75% das exportações) e, em particular, na Alemanha, onde já se verifica redução razoavelmente importante da demanda. As exportações para

fora da UE foram, contudo, as que mais se ressentiram, mas, vale notar que seu peso na pauta belga é bem menor. Assim, globalmente, as exportações deverão expandir-se em apenas 4,3% no corrente ano, em comparação com o excepcional crescimento de 11,8% no ano passado.

Em seu conjunto, no entanto, as previsões para 2001 não são necessariamente pessimistas. Espera-se que os investimentos privados no segundo semestre mantenham-se em nível elevado. O consumo também tem dado sinais de manter-se com algum vigor: espera-se crescimento de 2,4%, em 2001, em comparação com 3,1%, em 2000. Assim, a demanda interna deverá compensar em parte a perda de dinamismo do setor externo.

Por setores, nota-se que a desaceleração econômica será consideravelmente maior na indústria (onde já se contabiliza grande número de demissões) e, em menor escala, no setor da construção. O setor agrícola deverá ainda continuar deprimido, como consequência de crises seguidas: dioxina, vaca louca e aftosa. O comércio, por sua vez, aparenta ser o setor que será menos atingido (sustentado por vigorosa demanda interna).

Fatores estruturais deverão também contribuir para que a economia belga atravesse razoavelmente bem o período de deterioração da conjuntura internacional e se garanta maior impulso de crescimento no próximo ano. Em particular, o incremento da demanda interna deverá manter-se, no médio e longo prazos, graças, em parte, ao aumento da renda disponível, devido às reformas fiscais que o Governo vem implementando, no sentido de diminuir encargos sociais e impostos. Essas medidas, ademais, incitam à moderação salarial e mantêm custos de mão-de-obra sob controle.

As pressões inflacionárias presentes desde o ano anterior – refletindo, em certa medida, o aumento do preço do petróleo, o enfraquecimento do euro e as crises agrícolas, inclusive o excesso de chuvas na primavera – deverão gradualmente ser reduzidas. Apesar disso, o próprio Governo abandonou previsões otimistas de inflação abaixo de 2% e espera agora que a taxa de inflação se situe em torno de 2,4% para o corrente ano e em 1,5% para 2002 (o banco BBL, para citar outra fonte, espera inflação de 2,2%, em 2001). A inflação média (em base anual) dos quatro primeiros meses do ano foi de 2,33%, mas já há indicações de que, após atingir um pico de 3,1% em maio, a partir de então começou a arrefecer (até mesmo como reflexo do menor nível de atividade econô-

mica), com taxas de 2,93% e 2,65%, em junho e julho, respectivamente.

Como reflexo do menor crescimento econômico, espera-se redução, igualmente, do ritmo de diminuição do desemprego, em passo relativamente acelerado ainda no início do ano. De qualquer forma, a trajetória descendente do desemprego deve ainda continuar, talvez chegando-se a estabilizar no final do ano (principalmente devido às demissões na indústria), mas sem necessariamente reversão do processo. As previsões mais otimistas prevêem taxa de desemprego que poderá situar-se abaixo de 7%, em comparação com os 8,6% de 2000.

Em suma, a força relativa da demanda interna, pela via do consumo e dos investimentos em nível razoavelmente elevados, deverá compensar a pior conjuntura externa, garantindo um crescimento do PIB entre 2,1% e 2,4% (espera-se crescimento em 2002 de até 2,7%). O desemprego deverá diminuir ainda um pouco mais ao longo do ano e certos setores, como o manufatureiro (onde se verifica clara redução da taxa de ocupação da capacidade instalada), deverão continuar a sofrer mais. Uma melhora efetiva do quadro econômico belga está ligada, pois, a sinais de maior dinamismo do setor externo. Dessa forma, caso não haja sinais nesse sentido – como, por exemplo, uma melhora do desempenho da economia norte-americana –, de preferência antes do final do ano, as perspectivas, tanto para 2002 como mesmo para este ano, poderão, novamente, ser revistas para baixo.

Quanto às finanças públicas, o menor crescimento econômico talvez venha a afetar a meta do Governo de alcançar um superávit de 0,2% do PIB para este ano, pois, na elaboração do orçamento, foi previsto crescimento do PIB de 2,5% (previsão considerada conservadora à época, quando se esperava uma taxa de 3,1%).

Para que o Governo federal possa levar adiante seus projetos de reforma fiscal, garantir o reforço do sistema de pensões e diminuir o peso da dívida pública, por exemplo, é quase certo que, ao contrário do que ocorre com o investimento privado, o investimento público deverá cair em 2001. Este fenômeno, aliás, já havia sido antecipado pelo mercado, pois não era esperado nível de investimento semelhante ao de 2000, ano eleitoral, em que a pressão por aumento de gastos é tradicionalmente elevada. Do ponto de vista econômico, o equilíbrio das finanças públicas coloca-se de modo relativamente simples, mas, da perspectiva política, deverá suscitar intensa negociação no seio da coalizão governamental (sobretudo, agora, com a volta iminente das férias), onde cada corrente

nutre seus próprios projetos, que, pelo visto, podem vir a disputar recursos mais escassos do que se antecipava.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 254, DE 2001

(Nº 1.273/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, § 1º, e no art. 59, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57, § 1º do Anexo 1 ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que de-sejo fazer, do Senhor José Botafogo Gonçalves, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Os méritos do Senhor José Botafogo Gonçalves, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00345/DP-MRE/APES

Brasília, 19 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, com o disposto no art. 18, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Botafogo Gonçalves, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Senhor José Botafogo Gonçalves, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**Ministro de Primeira Classe
José Botafogo Gonçalves**

Belo Horizonte/MG, 11 de janeiro de 1935. Filho de Octávio Botafogo Gonçalves da Silva e Marina P. Botafogo Gonçalves.

ID: 3360

CPF: 02437678115

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-PUC/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, CEPAL/BNDE.

Cônsul de Terceira Classe, 25 de janeiro de 1960.

Segundo-Secretário, antiguidade, 20 de abril de 1964.

Primeiro-Secretário, merecimento, 25 de junho de 1969.

Conselheiro, merecimento 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, 17 de dezembro de 1977.

Ministro de Primeira Classe, 16 de junho de 1982.

Chefe dos Serviços Gerais da Administração, 1970.

Chefe da Divisão de Política Financeira, 1970/72.

Chefe da Divisão de Política Comercial, 1977/79.

Agregado, 1979/87.

Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, 1995/98.

Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, 1998/99.

Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior, 1999/00.

Representante Especial do Presidente da República para Assuntos do Mercosul, 2000/01.

Moscú, Terceiro-Secretário, 1962/63.

Moscú, Segundo-Secretário, 1963/64.

Roma, Segundo-Secretário, 1964/67.

Vaticano, Segundo-Secretário, 1964.

Santiago, Segundo-Secretário, 1967/69.

Santiago, Primeiro-Secretário, 1969.

Paris, Primeiro-Secretário, 1973.

Paris, Conselheiro, 1973/75.

Bonn, Conselheiro, 1976/77.

Milão, Cônsul-Geral, 1991.

Grupo de Trabalho para o Estabelecimento de Entrepósito de Café no Porto de Beirute, 1961 (membro).

Junta Nacional do Algodão, 1961/62.

Conferência das Panes Contratantes do GATT, 1961 (membro).

Grupo de Trabalho para o Estudo das Relações do Brasil com a CEE, 1963 (secretário).

Congresso Mundial sobre Comunicações de Massa e Luta contra o Analfabetismo, 1964 (participante).

Reunião do Conselho da ONU para a FAO, 1965 (delegado-suplente).

XIII Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1965 (delegado).

Reunião "ad hoc" sobre Fibras Duras, FAO, 1966 (membro).

1 Sessão do Grupo de Estudos sobre Comércio de Bananas, Roma, 1966 (representante).

Missão Especial "Rubem Berta" à Itália, 1967 (membro).

Reunião da CECLA, Santiago, 1968 (membro).

XIII Período de Sessões da Cepal, Lima, 1969 (membro).

Reunião Conjunta do FMI e do BIRD, Copenhague, 1970 (membro).

Comissão de Promoção dos Funcionários Civis do MRE, 1970/73 (membro).

Negociações sobre Bitributação com Portugal, França e Alemanha, 1971 (delegado).

Negociações de Um Acordo para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Rendimento e Proventos entre o Brasil e a Bélgica, e o Brasil e Finlândia, Rio de Janeiro, 1971 (subchefe).

III Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Brasília, 1971 (delegado).

Negociações com a Holanda e a Áustria de Acordos sobre a Dupla Tributação em Matéria de Rendimentos, Rio de Janeiro, 1971 (subchefe).

Delegação do Brasil para se deslocar a Madri, Viena, Roma, Helsinki e Haia, com vistas a iniciar negociações com a Espanha e Áustria e prosseguir entendimentos com a Finlândia e Holanda visando à assinatura de Acordo para evitar a Bitributação e a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, 1972 (subchefe).

Negociações de Acordo com a RFA para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, Brasília, 1972 (subchefe).

Negociação de um Acordo com o Grão-ducado de Luxemburgo para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, Brasília, 1972 (subchefe).

IV Reunião de Diretores de Tributação Interna ALALC, México, 1972 (representante).

Negociação de um Acordo com a Dinamarca e a Suíça para evitar a dupla Tributação em matéria de Impostos sobre os Rendimentos, Copenhague e Berne, 1973 (subchefe).

Conferência Mundial sobre reforma Agrária, Roma, 1979 (delegado).

Missão do Ministro Delfim Netto que realizou contatos com a Comunidade Financeira Alemã, 1980 (delegado).

Missão do Ministro Delfim Netto a Buenos Aires, Argentina, 1980 (delegado).

Missão de Negociações de Acordos Financeiros com o Governo Francês em apoio ao esforço energético desenvolvido pelo Brasil, 1980 (delegado).

Missão do Presidente da Petrobras, à França, para negociações relativas a eventual protocolo financeiro em favor daquela Empresa Pública, 1980 (representante da Seplan).

VII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1980 (delegado).

XXII Reunião da Assembléia de Governadores do BID, Madri, 1981 (Governador Suplente temporário).

VII Reunião da Comissão Mista Brasil-União Soviética, Moscou, 1981 (delegado).

Reuniões das Juntas de Governadores do FMI, e BIRD, Belgrado, 1979, Washington, 1980 e Toronto, 1982 (delegado).

XXXVIII Sessão Anual das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, Genebra, 1982 (delegado).

VI Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Itália, 1982 (Governador Suplente temporário).

IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado).

XXXVIII Reunião Anual Conjunta das Assembléias de Governadores do FMI, do BIRD, e dos Comitês Interino e de Desenvolvimento, Washington, 1983 (delegado).

XIII Reunião do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-Estados Unidos da América, Easton, 1983 (delegado).

Delegação para negociar com os representantes das Agências Financeiras Públicas que são credores da dívida externa brasileira as características e condições de reestruturação dos pagamentos dessa dívida, Paris, 1983 (delegado).

Visita oficial do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, México, 1983 (membro).

A disposição do Ministério da Agricultura, 1979 (coordenador da Cingra).

Secretário da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional,

SUBIN/SEPLAN/PR, 1979/85.

Vice-Presidente de Relações Externas do Banco Mundial, 1985/87.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

ARGENTINA

Relações Bilaterais

Foi essencialmente no Prata que os interesses das duas metrópoles ibéricas se chocaram e desde então, a geografia e a história atuaram de maneira sinérgica para dar aos dois grandes atores sul-americanos a convicção de que, qualquer que fosse o signo da relação, esta seria sempre, de lado a lado, imensamente importante.

O relacionamento entre Brasil e Argentina alterou-se dramaticamente ao longo dos séculos, evoluindo de um conflito armado direto para uma relação madura, marcada pela interdependência recíproca.

No espaço de pouco mais de um século, argentinos e brasileiros passaram de rivais a sócios.

Pode-se dizer que a inflexão positiva dessa relação ocorreu no final dos anos 70, quando se concluiu o Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina sobre a utilização dos recursos hídricos da bacia do rio Paraná. Mais do que o fim da polêmica em torno da construção de Itaipu, encerrando uma década de tensões entre Brasília e Buenos Aires, o Acordo representou a abertura de novas possibilidades para as relações entre os dois países.

As oportunidades então abertas começaram a tomar forma com o restabelecimento dos regimes democráticos no Brasil e na Argentina, durante a década de 80. Paulatinamente, elaborou-se uma nova agenda conjunta, incrementando a qualidade do relacionamento bilateral. A baixa intensidade de diálogo, que até então dificultava a cooperação em terrenos naturalmente com-

plementares, rapidamente deu lugar à sólida aliança política e à iniciativa de integração que conduziram ao processo de criação do Mercosul.

A evolução do relacionamento dos dois países ao longo da última década apresentou resultados concretos, verificáveis pela intensificação do investimento direto mútuo e do comércio bilateral. A aliança entre Brasil e Argentina, entretanto, vai muito além da esfera puramente econômica. O processo de integração reveste-se de caráter estratégico, com resultados e objetivos de médio e longo prazos, cujo objetivo maior é viabilizar a inserção internacional de forma competitiva de ambos países.

O sucesso de um projeto de integração de longo prazo depende não apenas do empenho político e do desejo dos países envolvidos, mas também das condições físicas para fazê-lo. Assim, o desenvolvimento de infra-estrutura comum ou complementar é item fundamental da agenda bilateral, particularmente no que tange às estruturas de transporte, comunicações e energia. A Argentina é o maior fornecedor individual de petróleo do Brasil e começa a complementar a malha energética brasileira com o fornecimento de energia elétrica e de gás natural.

Conjuntura política

A Argentina atravessa um momento de grande complexidade e incertezas, tendo enfrentado um crônico processo de crise, iniciado no último ano do Governo Menem (1999). Em outubro de 1999, o Presidente Fernando de la Rúa foi eleito com 48,5 % dos votos. A eleição de De la Rúa foi viabilizada pela coalizão, denominada "Aliança", entre a União Cívica Radical (UCR) e a Frente País Solidário – FREPASO. Já nos primeiros meses de atuação, porém, a "Aliança" foi fracionada com a renúncia do Vice-Presidente Carlos "Chacho" Alvarez, da Frepaso, em outubro de 2000. Em decorrência das alterações políticas, analistas argentinos apontaram o surgimento de um novo eixo de governabilidade, estruturado em torno da UCR e do Partido justicialista (PJ).

O resultado das eleições legislativas, realizadas no dia 14 de outubro último, confirmaram o Partido Justicialista como o grande vencedor com cerca de 40% dos votos válidos, em âmbito nacional. O PJ ampliou seu controle sobre o Senado (passou a ter 41 das bancas) tornando-se a principal bancada na Câmara (deverá oscilar entre 110 e 113 deputados, de um total de 257). O Peronismo prevaleceu em 17 das 24 províncias, inclusive nas de maior importância, após a Capital (Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Santa Fe).

O resultado confirma as previsões de que o PJ exercerá a condição, inédita na Argentina, de oposição, com o controle de ambas as casas do Legislativo.

O Governo do Presidente Fernando de la Rúa segue buscando recompor sua base de apoio político. O resultado das últimas eleições redefiniu esse esforço em duas vertentes claras: uma "frente da governabilidade", com o Partido justicialista (PJ), "garantida" pelos interesses eleitorais da maioria peronista; e uma frente interna, duramente abalada pela campanha eleitoral deste ano e pelos resultados das urnas.

Conjuntura econômica

No dia 20 de março de 2001, Domingo Cavallo assumiu o comando da economia argentina, tendo procurado apresentar-se como um "Ministro da micro-economia", preocupado com a competitividade das empresas e o crescimento econômico. Procurou, num primeiro momento, tentar redinamizar a produção sem ter que lançar mão dos cortes que inviabilizaram a gestão de Ricardo López Murphy.

Graças, em parte, ao renome de "pai da convertibilidade" e de especialista em encontrar soluções criativas para contextos de crise, Cavallo conseguiu do Congresso a aprovação do imposto sobre transferências financeiras (ITF) e dos chamados "superpoderes", que lhe garantem ampla margem de manobra em matéria tributária, administrativa e de desregulamentação. O plano era garantir aumento de receita e combater a sonegação por meio do ITF e, com isso, criar margem para a redução seletiva de impostos distorcivos e inibidores da atividade econômica.

Adicionalmente, foram reduzidas as tarifas de bens de capital e elevadas as de bens de consumo, como estímulo à recuperação dos setores de **tradeables**, golpeados pela sobrevalorização do peso. As medidas tarifárias que exigiram a aprovação, pelo Conselho do Mercado Comum de **waiver** da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) – refletiam opinião expressa reiteradamente por Cavallo: a necessidade de transformar em zona de livre comércio.

No dia 27 de abril, Cavallo anunciou um pacote que englobou a generalização do IVA, aumento de alíquota do ITF e redução do gasto público. A revista **The Economist** ressaltou o sentido da mudança:

"Although Mr. Cavallo is not the sort to admit it, this is an about-face". Ao apelar para o rigor fiscal, o novo Ministro começou a perder popularidade, sobretudo entre os que viram sua chegada ao poder como uma mudança do modelo econômico argentino.

Seria um erro, contudo, imaginar uma virada ortodoxa plena. Elementos de "política ativa" permane-

ceram vivos, o que se evidenciou na celebração em maio, do primeiro convênio pró-competitividade. Acordado entre os Governos nacional, provinciais e da cidade de Buenos Aires e representantes empresariais e sindicais do setor metalúrgico e de bens de capital, o convênio, centrado em isenções e facilidades tributárias, serviu de modelo para instrumentos similares firmados com numerosos outros setores nos meses seguintes. A convivência entre medidas fiscais e políticas de estímulo à produção se tornou motivo de crítica. Quem apóia os convênios lamenta que sua efetividade esteja sendo minada pela política fiscal; quem prioriza as contas públicas reclama do contrário. Algum consenso existe quanto ao dano gerado pela crescente imprevisibilidade da política econômica e seu impacto sobre as decisões de consumo e investimento, chaves da redinamização.

Em 4 de junho, o Governo logrou reduzir em US\$16 bilhões o custo dos vencimentos da dívida pública até 2005 (elevando, para tanto, o juro médio dos novos bônus a 15,29%), por meio de uma troca de títulos.

O megacanje, como a blindagem, foi celebrado como uma garantia de solvência, que, ao afastar o risco de **default**, permitiria a redução dos juros e a conseqüente reativação produtiva.

Também em junho foram implementadas duas alterações importantes da política de conversibilidade. Em 15 de junho, foi criado o **factor de empalme** que, ao adiantar para as exportações e importações o efeito da cesta dólar-euro, representou concretamente uma desvalorização cambial limitada ao comércio externo. Em 21 de junho, o Congresso aprovou o projeto de conversibilidade ampliada, garantindo a incorporação do euro, a partir do momento futuro em que estiver equiparado ao dólar.

A flexibilização da política de conversibilidade, ao tocar o que é a coluna central da política econômica argentina desde 1991, gerou preocupação pela incerteza cambial que estimula. Nesse período, entre final de junho e início de julho, também surgiram más notícias na área fiscal, como o aumento interanual de 73% do déficit do setor público nacional em maio e a queda interanual de 4,9% da arrecadação tributária em junho. Para completar, o Ministro de Economia se envolveu em diferentes frentes de batalha pública. Debilitou o Mercosul ao publicar a Resolução 258/2001, que desconta o "factor de empalme" da tarifa aduaneira cobrada para vários bens, eliminando ou reduzindo a preferência dos sócios. Finalmente, entrou em conflito com os Governadores de Províncias devido ao atraso na transferência de recursos

prevista no "Compromiso Federal por el Crecimiento y la Disciplina Fiscal", de dezembro de 2000.

É nesse contexto, de difíceis resultados econômicos e fragilidade política, que Cavallo anuncia, em 12 de julho, o programa "déficit zero". A crise financeira, expressa em acelerada queda de depósitos e reservas, e a indisponibilidade de novos financiamentos transformaram o déficit zero em um imperativo. Não se trata de uma escolha, mas de um procedimento adotado ante a inviabilidade de qualquer outro caminho.

Uma importante vitória do Governo argentino, de que muitos duvidavam, foi a obtenção, em agosto, de novo respaldo do FMI, traduzido em crédito de US\$8 bilhões, que se somou aos recursos originais da blindagem. Deste total, US\$4 bilhões foram utilizados para reforçar as reservas do Banco Central. O fortalecimento das garantias do sistema financeiro, contudo, e mesmo o cumprimento da regra de déficit zero, não bastam para assegurar o fim da recessão argentina. O problema central, que, aliás, muito intimidou as autoridades do FMI no momento de aprovar o novo crédito, diz respeito ao crescimento econômico.

O PIB no segundo trimestre de 2001 caiu 0,5% (dado provisório), o estimador de atividade industrial de agosto aponta queda interanual de 5,9%, as vendas em supermercado em agosto diminuíram 5,1% na comparação interanual, as vendas em shopping centers apresentam queda interanual de 16,2% e o investimento interno bruto no segundo trimestre de 2001 caiu 6,3%. Em contraste com o segundo, a queda da arrecadação em setembro superou as previsões mais pessimistas, com uma redução interanual de 14% (o IVA, imposto que reflete diretamente a atividade econômica, caiu 31,4%). Finalmente, em contraste com o terceiro, o risco país segue muito alto, a taxa de juros interbancária triplicou e o dólar futuro (a doze meses) se aproxima de \$1,40 pesos.

Do ponto de vista do relacionamento bilateral, o Ministro da Economia propõe um jogo difícil e arriscado. Cavallo tenta substituir a agenda de relançamento do Mercosul pelos temas de seu interesse: fim da União Aduaneira, liberdade para negociação com terceiros, abandono da TEC, coordenação de políticas cambiais, etc. A transformação (ou regressão) do Mercosul é, talvez, o único campo em que Cavallo está logrando concretizar a visão expressa no momento de sua posse.

Conclusão

Não há dúvida de que Cavallo recebeu uma economia em situação frágil. No fundo de praticamen-

te todas as questões que nos opõem à Argentina no processo de negociação comercial do Mercosul, está uma diferença de concepções de parte a parte. Enquanto o Brasil tende a ver e negociar o Mercosul essencialmente sob uma perspectiva estratégica, a Argentina tende a privilegiar a perspectiva do mercado. O Brasil sempre reage com mais flexibilidade a uma situação de conflito, com mais visão de futuro, e sentido de equilíbrio. A Argentina, no entanto, muito embora compartilhe da visão estratégica do Brasil, encara o Mercosul acima de tudo como uma forma de penetrar no mercado brasileiro, o que a leva a reagir com mais imediatismo às crises. É natural para o mercado que cada produtor mova-se pelo desejo de vender mais e destruir seus competidores. Não o é, porém, para o Estado. É preciso ver as questões comerciais pontuais do Mercosul com um pouco mais de visão estratégica e um pouco menos de lógica de mercado, em especial em um momento de grave crise.

Não obstante as dificuldades circunstanciais por que passa o processo de integração sub-regional, há que se destacar a importância singular que a Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina adquiriu no universo da política externa brasileira. Pelo que representou historicamente e pelo que passou a significar após a criação do Mercosul, a Argentina constitui o desafio mais complexo, mais prioritário, mais vigoroso, e, portanto, o que mais demanda persistência, criatividade e sentido de futuro por parte do aparato de política externa brasileira. O desenvolvimento socioeconômico de forma conjunta dos dois países é, antes de mais nada, uma construção política, da qual decorre a estabilidade de toda a América do Sul, e, como tal carece de cuidados permanentemente.

(20 de novembro de 2001)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº 199/2001, de 13 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 539, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 418, DE 2001

(Nº 855/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE COOPERAÇÃO E COORDENACAO EM MATÉRIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

O Governo de República Federativa do Brasil e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes Contratantes"),
CONSIDERANDO:

Que é de interesse mútuo incrementar o intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários, bem como a cooperação técnica nos aspectos fitossanitários e zoossanitários entre os dois países;

Que os aspectos científicos, tecnológicos e normativos em matéria de saúde animal e sanidade vegetal revestem-se de especial interesse para facilitar o comércio internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos e para preservar seus territórios livres de pragas e doenças;

Que o reconhecimento, harmonização e agilização dos requisitos e procedimentos técnicos e administrativos exigidos nas importações e exportações

de produtos agrícolas e pecuários facilitarão o comércio desses animais, vegetais, seus produtos e subprodutos;

Que ambas as Partes Contratantes ratificaram o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC); são partes da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) da FAO, e são membros do Escritório Internacional de Epizootias (OIE) e do Comitê do Codex Alimentarius Decidem celebrar o seguinte Acordo:

CAPÍTULO I Objetivos

ARTIGO 1º

O Governo da República Federativa do Brasil, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Governo da República do Peru, através do Serviço Nacional de Sanidade Agrária do Ministério da Agricultura (SENASA doravante denominadas Entidades Executoras, comprometem-se a:

a) identificar e dar prioridade às ações de cooperação técnica em matérias de interesse comum, com o objetivo de lograr um melhor controle das pragas e das enfermidades fito e zoossanitárias existentes e facilitar o comércio de produtos agrícolas e pecuários entre os dois países;

b) elaborar programas para prevenir a introdução e propagação, em seus respectivos territórios, de pragas e de enfermidades fito e zoossanitárias sujeitas a regulamentos quarentenários, e também harmonizar, conforme o caso, os seus limites de tolerância;

c) promover a adoção, em seus respectivos territórios, de regras harmonizadas sobre higiene e tecnologia no que respeita aos controles oficiais de produtos de origem animal e vegetal.

CAPÍTULO II Das Ações

ARTIGO 2º

A cooperação entre as Partes Contratantes se dará através:

a) do intercâmbio de legislação e de informação técnico-científica sobre a situação fito e zoossanitária no território de cada uma das Partes Contratantes, incluindo métodos de controle de pragas e enfermidades, técnicas de diagnóstico, manejo e elaboração de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

b) do intercâmbio de pessoal especializado, com a finalidade de inspecionar, na origem, os proce-

dimentos e condições fito e zoossanitárias de produção animal e vegetal;

c) da definição de programas e tratamentos e fito e zoossanitários específicos que agilizem os procedimentos de comércio de produtos agropecuários;

d) da colaboração recíproca de caráter técnico em aspectos de reconhecimento, diagnóstico e medidas de prevenção de risco sanitário de ocorrências nos territórios de ambos os países;

e) do intercâmbio de especialistas e pessoal especializado nas matérias do presente Acordo, com fins de pesquisa e capacitação.

CAPÍTULO III Direitos e Obrigações das Partes Contratantes

ARTIGO 3º

As Partes Contratantes terão os seguintes direitos e obrigações:

a) adotar, manter ou aplicar medidas fito e zoossanitárias de verificação de resíduos, em conformidade com o presente Acordo, necessárias para a proteção da vida, da saúde humana, da saúde animal e da sanidade vegetal, no âmbito do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio (OMC). Não obstante, cada Parte Contratante terá o direito de fixar seus níveis de proteção, com base nos princípios científicos da análise de risco;

b) a Parte exportadora deverá certificar o cumprimento das exigências de importação da outra Parte, que poderá exigir, quando considerar necessário, os certificados fito e zoossanitários acordados para fins de intercâmbio comercial de produtos agropecuários;

c) outorgar as facilidades necessárias para a verificação dos controles, inspeções, aprovações e programas de caráter fito e zoossanitários;

d) promover o estabelecimento de sistemas de harmonização no âmbito agrossanitário para métodos de amostragem, diagnóstico e inspeção e certificação de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos nos níveis de campo, processamento industrial e lugar de entrada;

e) produzir, registrar e intercambiar informação sobre os laboratórios de análises de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos a serem exportados bilateralmente; ademais, estabelecer protocolos para as análises de laboratório a realizar quando necessário no trânsito de animais entre os dois países;

f) oferecer facilidades para a capacitação de pessoal técnico em instituições de ensino e pesquisa e em outras entidades afins à sanidade agropecuária.

ARTIGO 4º

As Partes Contratantes se comprometem a notificar-se mutuamente:

a) as mudanças significativas que ocorram na área zoossanitária, tais como o aparecimento ou a suspeita de doenças exóticas, conforme as listas A e B do Escritório Internacional das Epizootias (OIE), dentro das 24 horas imediatamente seguintes à detecção do problema;

b) as mudanças significativas na situação fitossanitária, tais como o surgimento de pragas quarentenárias ou a propagação destas sob controle oficial, no prazo de 10 dias a partir de sua verificação;

c) as ocorrências de importância epidemiológica no que respeita a doenças e pragas não incluídas nos dois itens anteriores;

d) as alterações nas normas fito e zoossanitárias vigentes que possam afetar o intercâmbio comercial bilateral de produtos agropecuários, pelo menos 60 dias antes da data de entrada em vigor da nova disposição, de modo a permitir observações da outra Parte Contratante. As situações de emergência estão isentas do prazo anteriormente indicado.

e) as medidas de urgência que se implementem para controlar os focos ou surtos de pragas de importância quarentenária e de enfermidades de notificação obrigatória.

CAPÍTULO IV

Da Comissão Mista e das Entidades Executoras

ARTIGO 5º

A coordenação e supervisão da aplicação do presente Acordo estarão a cargo de uma Comissão Mista integrada por representantes das Entidades Executoras da seguinte forma:

– O Secretário de Defesa Agropecuária do Brasil, ou seu representante;

– O Chefe do Serviço Nacional de Sanidade Agrária (SENASA) do Peru, ou seu representante;

– As respectivas equipes técnicas que se estimem adequadas.

ARTIGO 6º

Cabe à Comissão Mista definir as regiões específicas onde se efetuarão os trabalhos de cooperação e os projetos a realizar.

ARTIGO 7º

A Comissão Mista buscará promover, em seus respectivos territórios, a participação de instituições e associações dos setores público e privado no cumprimento dos objetivos e atividades previstas no presente Acordo.

ARTIGO 8º

Para discutir sobre matéria técnico-científica e harmonização de requisitos fito e zoossanitários, bem como os demais assuntos que surjam durante a execução do presente Acordo, a Comissão Mista reunir-se-á pelo menos uma vez por ano, em data e local acordados mutuamente. A sede do encontro será rotativa.

ARTIGO 9º

As Entidades Executoras elaborarão, de maneira coordenada, um informe anual sobre o desenvolvimento dos resultados deste Acordo.

ARTIGO 10

A Entidade Executora que, ao abrigo do presente Acordo, enviar representantes e especialistas ao território da outra Parte Contratante, arcará com os gastos correspondentes, a menos que as Partes Contratantes decidam o contrário. A Parte Contratante do país anfitrião facilitará o acesso dos funcionários aos lugares onde estes devam desenvolver o seu trabalho e proporcionará a assistência necessária ao cumprimento da missão.

ARTIGO 11

As Partes Contratantes poderão, com base neste Acordo, subscrever Protocolos Complementares em assuntos específicos de interesse mútuo. Todo Protocolo Complementar subscrito ao abrigo deste Acordo constituirá parte integrante do mesmo.

CAPÍTULO V

Período de Vigência e Emendas

ARTIGO 12

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após recebida a última notificação em que uma das Partes Contratantes informa à outra do cumprimento dos requisitos legais necessários à sua entrada em vigor. Terá validade de 1 (um) ano e será prorrogado automaticamente por iguais períodos sucessivos, exceto se 6 (seis) meses antes do término de um período uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, de sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO 13

O presente Acordo poderá ser alterado pelas Partes Contratantes. As modificações entrarão em vigor segundo o disposto no Artigo 12.

ARTIGO 14

Em casos de emergência de ameaça à saúde pública animal ou à sanidade pública vegetal, as Partes Contratantes poderão suspender a aplicação do presente Acordo. A suspensão deste Acordo, assim como a sua reativação, serão comunicadas imediatamente à outra Parte Contratante.

ARTIGO 15

Qualquer divergência sobre a interpretação ou execução do presente Acordo será resolvida por via diplomática.

ARTIGO 16

O término do presente Acordo não afetará a realização das atividades de cooperação que se encontrem em execução.

Feito em Lima, em 6 de dezembro de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil.
– **José Veigas Filho**, Embaixador.

Pelo Governo da República do Peru. – **Fernando Trazegnies Granda**, Ministro das Relações Exteriores.

MENSAGEM Nº 779, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.

Brasília, 6 de junho de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 130/MRE

Brasília, em 12 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo entre o Governo da República Federati-

va do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.

2. O referido Acordo tem por objetivo promover a cooperação técnica entre o Brasil e a República do Peru no campo da saúde pública veterinária e da proteção das plantas. Visa, igualmente, criar um quadro favorável à ampliação do comércio bilateral de produtos de origem animal e vegetal, tendo por base as normas e regulamentos estabelecidos pelos principais organismos e instrumentos internacionais sobre aquelas matérias, como, entre outros, o Escritório Internacional de Epizootias e a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.

3. Conforme prevê o Acordo, as autoridades sanitárias de uma Parte deverão comunicar à outra Parte eventuais alterações nas respectivas legislações e informar sobre a situação sanitária e fitossanitária em seu território. Uma Comissão Mista bilateral será encarregada de coordenar e supervisionar a implementação do Acordo. Esta Comissão deverá igualmente definir programas de cooperação a serem desenvolvidos conjuntamente e estabelecer medidas específicas de facilitação dos trâmites aduaneiros de produtos agropecuários e de harmonização das normas sanitárias.

4. O intercâmbio de informações e a aproximação entre setores agropecuários brasileiro e peruano, previstos no Acordo, deverão possibilitar, em particular, a redução dos riscos de propagação de pragas de plantas e de doenças de animais de um país para o outro. Trata-se de objetivo de alta prioridade, dada a extensão da fronteira física com o Peru.

5. Conforme salienta o Ministério da Agricultura, o presente Acordo obedece à orientação emanada do “Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias”, da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS/WTO, conforme a sigla em inglês), firmado pelo Brasil, que convida as Partes a assinarem entre si instrumentos com vistas a fixar regras bilaterais de intercâmbio comercial, em particular no que diz respeito às normas de inocuidade dos alimentos e aos procedimentos de defesa sanitária e fitossanitária.

6. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que teve a iniciativa de propor a assinatura do Acordo, participou ativamente da sua negociação e aprovou seu texto final, similar ao de Acordos do gênero firmados pelo Governo brasileiro com outros países.

7. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto à Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
.....

*(À Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 419, DE 2001
(Nº 860/2001, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Acordo sobre Co-
operação no Campo da Sanidade Veteri-
nária, celebrado entre o Governo da Re-
pública Federativa do Brasil e o Governo
da Romênia, em Brasília, em 25 de julho
de 2000.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA ROMÊNIA SOBRE
COOPERAÇÃO NO CAMPO DA
SANIDADE VETERINÁRIA**

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da Romênia

(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Decididos a expandir e desenvolver a cooperação mútua no campo da veterinária, a fim de assegurar o nível adequado de proteção contra doenças de animais e doenças humanas causadas por produtos de origem animal caracterizados como impróprios para a saúde, e

Guiados pelo desejo de desenvolver as relações entre os dois países, de facilitar o comércio mútuo de animais, sêmen para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária, forragem e outros produtos que possam afetar a saúde animal,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1º

As Partes Contratantes cooperarão com vistas à proteção dos territórios dos seus Estados contra a introdução e/ou disseminação de doenças de animais quando da importação, exportação e trânsito de animais, sêmen para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária, forragem e outros produtos que possam afetar a saúde animal.

ARTIGO 2º

As autoridades de sanidade veterinária competentes das Partes Contratantes para fins de implementação do presente Acordo são:

– Pela parte brasileira, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

– Pela parte romena, a Agência Nacional de Sanidade Veterinária do Ministério da Agricultura e da Alimentação.

ARTIGO 3º

As autoridades de sanidade veterinária competentes das Partes Contratantes deverão estabelecer, de comum acordo, atividades conjuntas para simplificar os procedimentos de sanidade veterinária para a importação, exportação e trânsito de animais, sêmen

para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária, forragem e outros produtos sujeitos a controle de sanidade veterinária na fronteira. Atividades em conjunto deverão ser acordadas, levando-se em consideração as legislações brasileira e romena, bem como as orientações emanadas do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Internacional do Comércio:

ARTIGO 4º

1. As autoridades de sanidade veterinária competentes devem fornecer-se mutuamente, sem demora, informação sobre:

a) a ocorrência, no território de seus Estados, das doenças especificadas na lista A do Escritório Internacional de Epizootias, incluindo o nome da espécie, o número de animais afetados por doenças, as áreas de ocorrência dos surtos, a base do diagnóstico e o tipo de atividade conduzida com vistas ao controle das doenças;

b) as doenças infecciosas de animais especificadas nas listas A e B do Escritório Internacional de Epizootias, em boletins mensais;

c) as condições de sanidade veterinária e os tipos de certificados de sanidade veterinária que definem as condições de importação, exportação e licenças de trânsito para animais, sêmen para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária, forragem e outros produtos que possam afetar a saúde dos animais.

2. As autoridades de sanidade veterinária competentes das Partes Contratantes deverão informar-se mútua e imediatamente sobre as medidas preventivas tomadas no caso da ocorrência de doença especificada na lista A do Escritório Internacional de Epizootias no território de país vizinho.

ARTIGO 5º

1. As Partes Contratantes deverão apoiar a cooperação entre as autoridades de sanidade veterinária competentes e entre instituições brasileiras e romenas que se beneficiem de avanços científicos e tecnológicos no campo da sanidade veterinária, por intermédio de:

a) intercâmbio de experiências e conhecimentos relativos aos temas profissionais da veterinária;

b) cooperação entre as autoridades de sanidade veterinária competentes e instituições;

c) intercâmbio de informações e de visitas de trabalho, pagas pela Parte Contratante que envia;

d) intercâmbio de revistas especializadas e de outras publicações sobre sanidade veterinária;

e) intercâmbio de informações relativas a atividades de sanidade veterinária e de disposições legais, normas e regulamentos publicadas neste campo;

f) intercâmbio de informações, normas e especialistas na área de processamento, testes, registro e comercialização de produtos veterinários.

2. As Partes Contratantes deverão permitir que suas autoridades de sanidade veterinária competentes realizem controles conjuntos nas unidades exportadoras de animais, sêmen para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária, forragem e outros produtos que possam afetar a saúde dos animais.

ARTIGO 6º

1. A fim de solucionar problemas práticos relacionados com a implementação do presente Acordo, as autoridades de sanidade veterinária competentes deverão organizar, caso necessário, reuniões de consulta.

2. As referidas reuniões de consulta deverão ser realizadas no Brasil e na Romênia, de modo alternado. A data e o lugar das reuniões de consulta deverão ser estabelecidas por acordo mútuo. Cada Parte Contratante deverá assumir as despesas de sua própria delegação, observando seus regulamentos legais internos.

ARTIGO 7º

1. O presente Acordo poderá ser emendado por entendimento entre as Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor segundo o disposto no art. 8.

2. As disposições do presente Acordo não afetam direitos e obrigações derivados de outros acordos internacionais bilaterais e multilaterais celebrados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 8º

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da última notificação pela qual as Partes Contratantes comunicam o cumprimento das formalidades legais internas necessárias para sua entrada em vigor.

ARTIGO 9º

O presente Acordo permanecerá em vigor por 5 (cinco) anos e sua validade será automaticamente

prorrogada por sucessivos períodos de 5 (cinco) anos, salvo se uma das Partes Contratantes decidir denunciá-lo, por notificação escrita à outra Parte Contratante, pelo menos 6 (seis) meses antes da data da respectiva expiração.

ARTIGO 10

Na data em que este Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia entrar em vigor, o Protocolo Sanitário-Veterinário referente às condições de importação dos animais vivos e dos produtos de origem animal, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, que entrou em vigor 11 de março de 1974, deixa de ter validade nas relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia.

Feito em Brasília, 25 de julho de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português, romeno e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil. – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estados das Relações Exteriores.

Pelo Governo da Romênia. – **Stelian Oancea**, Secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MENSAGEM Nº 1.357, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Brasília, 25 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 292/MRE

Brasília, em 14 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre cooperação no campo da sanidade veterinária celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000, por ocasião da visita ao Brasil do Senhor Presidente da Romênia, Emil Constantinescu.

2. O instrumento tem por objetivo promover a cooperação técnica entre o Brasil e a Romênia no campo da sanidade veterinária, Visa, igualmente, criar um quadro favorável à ampliação do comércio de produtos de origem animal entre os dois países, tendo por base as normas e regulamentos estabelecidos pelos principais organismos e instrumentos internacionais sobre a matéria, como o Escritório Internacional de Epizootias e o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio.

3. Conforme prevê o acordo, o Brasil e a Romênia deverão comunicar as alterações nas respectivas legislações nacionais e informar-se mutuamente sobre a situação sanitária nos seus territórios, em particular no que diz respeito à ocorrência de doenças de animais e eventuais medidas adotadas em casos de surtos. Esse intercâmbio de informações e a aproximação entre os setores agropecuários dos dois países deverão contribuir para a redução dos riscos de propagação de doenças de animais de um país para o outro por intermédio de produtos de origem animal comercializados bilateralmente.

4. No que respeita ao eventual dispêndio de recursos orçamentários, o acordo prevê, em seu art. 6, que as autoridades de sanidade veterinária dos dois países poderão organizar reuniões de consulta, com vistas à solução de problemas práticos ocasionados pela execução do acordo. Cada Parte Contratante deverá arcar com os custos de viagem dos seus representantes.

5. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento participou ativamente da negociação do acordo e aprovou o seu texto final.

6. Com vistas ao encaminhamento do presente texto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópia autenticada do acordo.

Respeitosamente, – **Gilberto Coutinho Paranhos Velloso**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes (arts. 44 a 135)

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo (arts. 44 a 75)

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional
(arts. 48 a 50)

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao Patrimônio nacional:

.....
.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 420, DE 2001

(Nº 862/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo sobre Co-
operação nas Áreas de Proteção de Plan-
tas e da Quarentena Vegetal, celebrado
entre o Governo da República Federativa
do Brasil e o Governo da Romênia, em
Brasília, em 25 de julho de 2000.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação nas Áreas de Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA ROMÊNIA SOBRE
COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA PROTEÇÃO
DE PLANTAS E DA QUARENTENA VEGETAL**

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da Romênia

(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Norteados pelo desejo de estimular a cooperação bilateral nas áreas da proteção de plantas e da quarentena vegetal;

A fim de proteger os territórios dos seus respectivos Estados contra a introdução e a disseminação

de organismos quarentenários, bem como para mitigar prejuízos por eles causados e facilitar o comércio e o intercâmbio bilateral de plantas e produtos vegetais; e

Levando em consideração os princípios da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) e do Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, assim como os princípios de quarentena vegetal relativos ao comércio internacional.

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

As autoridades competentes dos Estados das duas Partes Contratantes inspecionarão e pesquisarão, dentro dos seus territórios respectivos, as plantações agrícolas, florestas, produtos vegetais e outros artigos regulados, a fim de rastrear a ocorrência de pragas quarentenárias.

ARTIGO 2º

As autoridades competentes das duas Partes Contratantes responsáveis, pela implementação, de modo coordenado, do presente Acordo são:

– da parte brasileira, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

– da parte romena, a Agência Nacional de Sanidade Veterinária do Ministério da Agricultura e da Alimentação.

ARTIGO 3º

Para os fins do presente Acordo, os termos praga, praga quarentenária, artigo regulado, plantas e produtos de plantas deverão ser compreendidos conforme os significados a eles atribuídos no texto da Convenção Internacional sobre Proteção Vegetal revisada em 1997 e no Glossário de Termos Fitossanitários da Organização para a Alimentação e a Agricultura (Edição 1996).

ARTIGO 4º

As autoridades competentes deverão informar uma à outra, por escrito, de alterações significativas na situação fitossanitária, tais como os surtos epidêmicos e a disseminação, no território de seus Estados, de pragas quarentenárias que representem perigo específico para a agricultura e a atividade florestal, e que estejam incluídas na Lista de Pragmas de Importância Quarentenária do país.

ARTIGO 5º

Com o objetivo de evitar a introdução e/ou a disseminação de pragas quarentenárias no território do Estado da outra Parte Contratante, qualquer exporta-

ção de plantas ou produtos vegetais sujeitos a inspeção fitossanitária deverá estar acompanhada de um “certificado fitossanitário”, elaborado conforme o modelo especificado na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, expedido pelas autoridades competentes.

ARTIGO 6º

O certificado fitossanitário não elimina o direito de o Estado importador realizar inspeções fitossanitárias e de tomar as medidas necessárias (proibição de ingresso, destruição, desinfecção, desinfestação etc.) para evitar a introdução e/ou a disseminação de pragas quarentenárias em seu território.

ARTIGO 7º

1. Caso alguma praga de importância quarentenária seja detectada, a autoridade competente do Estado importador deverá informar a ocorrência à autoridade competente do Estado exportador tão logo possível.

2. Se a autoridade competente do Estado importador decidir que essas plantas e/ou produtos vegetais podem ser importados uma vez obedecidas as medidas fitossanitárias impostas (desinfecção, desinfestação, processamento imediato etc.), tal decisão deverá ser comunicada tão logo possível à autoridade competente do Estado exportador.

ARTIGO 8º

Com o objetivo de evitar a introdução de pragas de importância quarentenária, as Partes Contratantes, obedecendo os princípios do Acordo Sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS), têm o direito de:

- limitar ou impor condições especiais relativas à importação de plantas e de produtos vegetais;
- proibir a importação de plantas e de produtos vegetais.

ARTIGO 9º

As autoridades competentes deverão notificar-se mutuamente quais são os pontos de entrada por onde se permite a importação e/ou o trânsito de plantas e produtos vegetais sujeitos à inspeção fitossanitária.

ARTIGO 10

As Partes Contratantes, reconhecendo a utilidade da cooperação na área científica, bem como a oportunidade de harmonizar, tanto quanto possível, os métodos e meios de proteção vegetal, deverão estimular essa cooperação, por intermédio da:

- troca de informações sobre as condições fitossanitárias de plantações e de florestas, sobre as medidas tomadas no combate a pragas, assim como sobre os resultados alcançados;

– troca de legislações e regulamentos sobre proteção de plantas e quarentena vegetal e de literatura especializada, de modo a proporcionar a ambos os Estados melhor conhecimento nesses campos.

ARTIGO 11

1. A fim de solucionar problemas práticos relacionados à implementação do presente Acordo, as autoridades competentes deverão organizar, caso necessário, reuniões de consulta.

2. As referidas reuniões de consulta deverão ser convocadas no Brasil e na Romênia, de modo alternado. A data e o lugar das reuniões de consulta deverão ser estabelecidas por acordo mútuo. Cada Parte Contratante deverá assumir as despesas de sua própria delegação, observando seus regulamentos legais internos.

3. Se por meio de negociações diretas entre as autoridades competentes não for possível lograr-se solução, eventuais disputas serão resolvidas pela via diplomática.

ARTIGO 12

1. Com o objetivo de acelerar o transporte de plantas e de produtos vegetais e de reduzir o risco de ocorrência de pragas quarentenárias, a autoridade competente de uma Parte Contratante poderá, quando apropriado, e por acordo entre as Partes Contratantes, realizar a inspeção fitossanitária no território do Estado da outra Parte Contratante.

2. As autoridades competentes deverão estabelecer, em cada caso, as condições das referidas inspeções fitossanitárias.

ARTIGO 13

1. Cada Parte Contratante deverá informar à outra Parte Contratante a lista de pragas de importância quarentenária, bem como os requisitos específicos de quarentena (proibições, restrições e condições fitossanitárias) relativos à importação de plantas e de produtos vegetais.

2. Qualquer alteração nas disposições supracitadas deverá ser comunicada por escrito à outra Parte Contratante com a devida antecedência, antes da entrada em vigor da medida.

ARTIGO 14

1. O presente Acordo poderá ser emendado por entendimento mútuo das Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor segundo o disposto no Artigo 15.

2. As disposições do presente Acordo não afetam direitos e obrigações derivados de outros acordos internacionais bilaterais e multilaterais celebrados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 15

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da última notificação pela qual uma

das Partes Contratantes comunique o cumprimento das formalidades legais internas necessárias para sua entrada em vigor.

ARTIGO 16

O presente Acordo permanecerá em vigor por cinco anos e sua validade será automaticamente prorrogada por sucessivos períodos de cinco anos, salvo se uma das Partes Contratantes decidir denunciá-lo, por notificação escrita à outra Parte Contratante, pelo menos seis meses antes da respectiva data de expiração.

Feito em Brasília, em 25 de julho de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português, romeno e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil. – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Pelo Governo da Romênia. – **Stelian Oancea**, Secretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MENSAGEM Nº 1.413, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, o texto do Acordo sobre Cooperação nas Áreas da Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Brasília, 2 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 293/MRE

Brasília, 13 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Cooperação nas Áreas da Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000, por ocasião da visita ao Brasil do Senhor Presidente da Romênia, Emil Constantinescu.

2. O instrumento tem por objetivo promover a cooperação técnica entre o Brasil e a Romênia nos campos da proteção de plantas e da quarentena vegetal, com vistas ao combate das pragas de plantas e ao fortalecimento dos mecanismos de defesa fitossanitária. O Acordo visa, igualmente, criar um quadro favorável à ampliação do comércio de produtos de origem vegetal entre os dois países, tendo por base as normas e regulamentos estabelecidos pelos prin-

cipais organismos e instrumentos internacionais sobre a matéria, como a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais e o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Comércio.

3. Conforme prevê o Acordo, o Brasil e a Romênia deverão comunicar as alterações nas respectivas legislações e informar-se mutuamente sobre a situação fitossanitária dos seus territórios. Esse intercâmbio de informações e a aproximação entre os setores agrícolas dos dois países deverão contribuir para a redução dos riscos de propagação de doenças e de pragas de plantas de um país para o outro por intermédio de produtos de origem vegetal comercializados bilateralmente.

4. No que respeita ao eventual dispêndio de recursos orçamentários, o Acordo prevê, em seu art. 11, que poderão ser organizadas reuniões de consulta, a serem realizadas alternadamente no Brasil e na Romênia. Cada Parte Contratante deverá arcar com os custos de viagem dos seus representantes.

5. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento participou ativamente da negociação do Acordo e aprovou o seu texto final.

6 Com vistas ao encaminhamento do presente texto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópia autenticada do Acordo.

Respeitosamente, – **Gilberto Coutinho Paranhos Velloso**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
– CeDI

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 421, DE 2001**

(Nº 863/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou em 22 de junho de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou em 22 de junho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA
RÚSSIA SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA
DA QUARENTENA VEGETAL**

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da Federação da Rússia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),
Norteados pela vontade de promover a coope-

ração bilateral no domínio da quarentena vegetal,

Com vistas a reforçar a proteção dos territórios de ambos os países contra a introdução de organismos quarentenários e reduzir prejuízos por eles causados às colheitas, assim como facilitar o comércio e as trocas de sementes, material de semeadura e demais produtos sob controle do serviço de quarentena vegetal entre os dois Estados,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Os órgãos competentes das Partes Contratantes encarregados de coordenar as atividades com vistas à implementação do presente Acordo são:

a) da parte brasileira: o Departamento de Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento da República Federativa do Brasil;

b) da parte russa: a Inspeção Estatal de Quarentena Vegetal do Ministério da Agricultura da Federação da Rússia.

ARTIGO 2º

1. Para os fins do presente Acordo, organismos quarentenários são as pragas, plantas patogênicas e as ervas daninhas constantes das listas dos Anexos I e II.

2. Os órgãos competentes das Partes Contratantes poderão modificar ou aumentar as listas dos organismos quarentenários. As modificações e adições serão informadas aos órgãos competentes da outra Parte Contratante e entrarão em vigor 30 dias depois do recebimento da respectiva notificação.

ARTIGO 3º

Os órgãos competentes das Partes Contratantes:

a) pautar-se-ão em sua atividade, no âmbito do presente Acordo, pela legislação e pelas regras de quarentena vegetal em vigor nos territórios dos países de ambas as Partes Contratantes;

b) intercambiarão oportunamente normas legais e outros documentos sobre quarentena vegetal que regulam importação, exportação e trânsito de sementes, material de semeadura e demais produtos sob controle do serviço de quarentena vegetal (doravante denominados "carga sob quarentena");

c) intercambiarão a cada ano, no máximo até a data de 1º de abril, informação sobre ocorrência e disseminação, no ano anterior, de organismos quarentenários, assim como sobre as medidas tomadas para prevenir sua proliferação e meios de controle;

d) tomarão todas as medidas necessárias para impedir a introdução de organismos quarentenários juntamente com cargas sob quarentena no território da outra Parte Contratante, consoante a legislação de quarentena vegetal vigente no país importador;

e) concederão, se necessário e mediante entendimento mútuo, assistência científica e técnica, e outras assistências em matéria de quarentena vegetal, sempre na medida de suas possibilidades.

ARTIGO 4º

1. Cada lote de carga sob quarentena, quando transportado pelo território do Estado de uma Parte Contratante para (ou através) do território do Estado da outra Parte Contratante, deverá ir acompanhado do certificado fitossanitário expedido pelo serviço de quarentena vegetal do país exportador, probatório da ausência, na carga em questão, de organismos quarentenários para o país importador. O certificado fitossanitário será preenchido na língua oficial do país exportador e na língua inglesa.

2. A importação ou o trânsito de carga sob quarentena pelo território do Estado da Parte Contratante importadora realizar-se-á nas condições estipuladas

na licença de importação expedida pelo serviço de quarentena do país importador.

3. Os órgãos competentes das Partes Contratantes reservarão a si o direito de formular condições suplementares quanto ao estado fitossanitário de determinados lotes quando da aquisição de lotes em separado da mesma carga.

ARTIGO 5º

1. A presença do certificado fitossanitário não excluirá o direito de os órgãos competentes das Partes Contratantes submeterem a exame específico um lote de cargas sob quarentena, em conformidade com as regras fitossanitárias do seu país.

2. Caso organismos quarentenários sejam detectados no exame fitossanitário no território do país importador, os órgãos competentes das Partes Contratantes terão direito de devolver a carga sob quarentena ao país exportador, ou desinfetá-la, e, na impossibilidade de a desinfetar, destruí-la, em conformidade com as regras fitossanitárias do seu país. Os órgãos competentes do país importador comunicarão por escrito as medidas tomadas aos órgãos competentes do país exportador.

ARTIGO 6º

As Partes Contratantes obrigam-se a observar as cláusulas do presente Acordo no intercâmbio de quaisquer plantas e produtos vegetais, incluindo os casos de doação, permuta científica e casos em que o material de origem vegetal seja destinado a missões diplomáticas ou outras representações.

ARTIGO 7º

1. Ao se exportar mercadorias para o território do Estado da outra Parte Contratante, empregar-se-ão como material de embalagem papel, plástico e outros materiais que não poderão ser portadores de organismos quarentenários e que deverão estar livres de terra. Materiais de origem vegetal (inclusive feno, palha, folhas) que e possam ser portadores de organismos quarentenários não deverão ser utilizados.

2. Os meios de transporte usados no deslocamento de uma carga sob quarentena do território do Estado de uma Parte Contratante ao território do Estado da outra Parte Contratante estarão rigorosamente limpos e, se necessário, desinfetados, o que deverá constar do certificado fitossanitário expedido pelo serviço de quarentena vegetal do país exportador.

ARTIGO 8º

Em caso de exportação e importação de cargas sob quarentena do território do Estado de uma Parte Contratante para o território do Estado da outra Parte Contratante, poder-se-á aplicar, de comum acordo, controle fitossanitário conjunto dessas cargas e dos meios de seu transporte, seja nos postos fronteiriços

de quarentena vegetal ou no território dos Estados das Partes Contratantes.

ARTIGO 9º

1. Os órgãos competentes das Partes Contratantes encontrar-se-ão sempre que necessário, e pelo menos a cada dois anos, para solucionar questões práticas relativas à implementação do presente Acordo.

2. As reuniões realizar-se-ão alternadamente nos territórios dos Estados das Partes Contratantes. A data, o lugar e a agenda dessas reuniões serão decididos de comum acordo pelos órgãos competentes das Partes Contratantes.

3. As despesas de viagem serão assumidas respectivamente por cada Parte Contratante.

4. As despesas com a organização das reuniões serão assumidas pela Parte Contratante anfitriã.

ARTIGO 10

Os órgãos competentes das Partes Contratantes poderão entabular contatos diretos em qualquer momento para solucionar questões relativas às iniciativas implementadas no âmbito do presente Acordo.

ARTIGO 11

O presente Acordo não afetará os direitos e as obrigações das Partes Contratantes definidos em outros acordos de quarentena vegetal bilaterais é multilaterais celebrados por qualquer das Partes Contratantes, tampouco sua filiação a organizações internacionais de quarentena vegetal.

ARTIGO 12

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação por escrito sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo.

2. O presente Acordo terá validade de 5 (cinco) anos, prorrogáveis automaticamente por sucessivos períodos de 5 (cinco) anos, a não ser que uma das Partes Contratantes notifique a outra Parte Contratante, por escrito, de sua intenção de revogá-lo, no mínimo 6 (seis) meses antes de seu término.

Feito em Moscou, em 22 de junho de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português, russo e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação das disposições do presente Acordo, prevalecerá a versão em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil. — **Marco Antônio de Oliveira Maciel**, Vice-Presidente.

Pelo Governo da Federação da Rússia. — **Aleksei Gordeev**, Vice-Presidente Vice-Primeiro-Ministro.

ANEXO I**Lista de pragas, agentes patogênicos das plantas e ervas daninhas de importância quarentenária para a Federação da Rússia****I.- Organismos quarentenários não registrados no território da Federação da Rússia****A.- Pragas de plantas**

Anoplophora glabripennis Motschulsky
Callosobruchus analis L.
Callosobruchus maculatus F.
Callosobruchus phaseoli Gyll.
Ceratitis capitata Wied.
Conotrachelus nenuphar Hb.
Diabrotica virgifera virgifera Le Conte
Epitrix cucumeris Harris
Epitrix tuberis Gentner
Liriomyza huidobrensis Blanch.
Liriomyza sativae Blanch.
Liriomyza trifolii Burg.
Popillia japonica Newm.
Premnotypes sp.sp.
Pseudaulacaspis pentagona (Targ.-Toz)
Rhagoletis pomonella Walsh.
Spodoptera littoralis Boisd.
Spodoptera litura Fabr.
Thrips palmi Karny
Trogoderma granarium Ev.

B.- Agentes patogênicos das plantas**Fungos:**

Atropellis pinicola Zeller & Goodding.
A. piniphilla (Weir.) Lohman & Cash.
Didymella ligulicola (K.F.Baker,
Dimock & Davis) von Arx
Neovossia indica (Mitra) Mudkur
(= *Tilletia indica* Mitra)
Phymatotrichopsis omnivora (Duggar)
Hennebert (*Phymatotrichum omnivorum*
(Duggar)
Stenocarpella macrospora (Earle) Sutton
(= *Diplodia macrospora* Earle);
S. maydis (Berkeley) Sutton (= *D. maydis*
(Berkeley) Saccardo)
Thecaphora solani Thirum. et O'Brien.
(= *Angiosorus solani* Thirum. et O'Brien)

Bactérias:

Erwinia amylovora (Burill.)
Winslow et al.
Erwinia stewartii (Smith) Mergaert et al. (= *Erwinia*
stewartii (Smith) Dye)
Xanthomonas oryzae pv. *oryzicola*
(Fang. et al.) Swings et al.

Xanthomonas oryzae pv. *oryzae*
(Ishiyama) Swings et al.

Xylophilus ampelinus (Panag.) Willems
et al. (= *Xanthomonas ampelina* Panagopoulos)

Fitoplasma e Vírus:

Cherry rasp leaf nepovirus
Grapevine flavescence doree phyto-plasma
Peach latent mosaic viroid
Peach rosette mosaic nepovirus
Potato Andean latent tymovirus
Potato Andean mottle comovirus
Potato T trichovirus
Potato yellowing alfamovirus

Nematóides:

Bursaphelenchus xylophilus (Steiner et Buhner.) Nickle.

Globodera pallida (Stone.) Mulvey et Stone.

Meloidogyne chitwoodi Golden et al.

C.- Ervas daninhas

Bidens pilosa L.
Cenchrus pauciflorus Benth.
Helianthus californicus D.C.
Helianthus ciliaris D.C.
Ipomoea hederaceae L.
Ipomoea lacunosa L.
Iva axillaris Pursh.
Solanum carolinense L.
Solanum elaeagnifolium Cav.
Striga sp.sp.

II. Organismos quarentenários de propagação restrita no território da Federação da Rússia

A.- Pragas de Plantas

Bemisia tabaci Gen.
Carposina niponensis (Wlsg.)
Frankliniella occidentalis Perg.
Grapholitha molesta Busck.
Hyphantria cunea Drury
Lymantria dispar L (asian race)
Phthorimaea operculella Zell.
Quadraspidiotus perniciosus Comst.
Viteus vitifoliae Fitch.

B.- Agentes patogênicos das plantas

Fungos:

Cochliobolus heterostrophus Drechsler
(=*Bipolaris maydis* (Nisikado)
Shoem (race T)
Diaporthe helianthi Munt.-Cvet. et al.
(=*Phomopsis helianthi* Munt-Cvet et al.)

Phytophthora fragariae Hickman

Synchytrium endobioticum (Schilb.)
Percival

Bactérias:

Ralstonia solanacearum (Smith)
Yabuuchi et al. (=Pseudomonas
solanacearum (Smith) Smith)

Vírus:

Plum pox potyvirus

Nematóides:

Globodera rostochiensis (Woll.)
Behrens

C.- Ervas daninhas

Acroptilon repens D.C.
Ambrosia artemisiifolia L.
Ambrosia psilostachya D.C.
Ambrosia trifida L.
Cuscuta sp.sp.
Solanum rostratum Dun.
Solanum triflorum Nutt.

ANEXO II

Listas de pragas quarentenárias para a República Federativa do Brasil

I) Insetos e Ácaros

a) ACARINA

Acarus siro
Brevipalpus lewisi
Tetranychus pacificus

b) COLEOPTERA

Anthonomus eugenii
A. piri
A. pomorum
A. vestitus
Anthrenus leuconotus
Bixadus sierricola
Brachycerus spp.
Bruchidius spp.
Bruchus spp.
Chaetonema basalis
Conotrachelus nenuphar
Diclodispa armigera
Diocalandra taitense
Epicaerus cognatus
Gryctis chinocerus
Leptinotarsa decemlineata
Lissorhoptrus oryzophilus

Medythia quaterna
Odoiporus longicollis
Ootheca spp.
Oryctes spp.
Othiorhynchus sulcatus
Plocaederus ferrugineus
Premnotrypes spp.
Prostephanus truncatus
Rhabdoscelus obscurus
Sophronica ventralis
Sternochetus mangifera
Trichispa sericea
Trogoderma granarium
Xylosandrus compactus

c) DIPTERA

Atherigona oryzae
Atherigona soccata
Anastrepha ludens
Anastrepha suspensa
Bractocera spp.
Ceratitis rosa
Chromatomyia horticola
Contarinia tritici
Dacus spp.
Delia spp., excepto *D. platura*
Mayetiola destructor
Ophiomyia phaseoli
Orseolia oryzivora
Orseolia oryzae
Pterandrus rosa
Rhagoletis pomonella
Rhagoletis cingulata
Sitodiplosis mosellana

d) HEMIPTERA

Eurygaster integriceps
Helopeltis antonii
Lygus spp.

e) HOMOPTERA

Aleurocanthus woglumi

Aleurocanthus spiniferus
Ceroplastes destructor
Cicadulina mbila
Maconellicoccus hirsutus
Perkinsiella saccharicida
Planococcoides njalensis
Planococcus lilacinus
Pseudococcus comstocki
Rastrococcus invadens

f) HYMENOPTERA

Cephus cinctus

C. pygmaeus

g) LEPIDOPTERA

Agrius convolvuli

Agrotis segetum
Amyelois transitella
Anarsia lineatella
Argyrogramma signata
Carposina niponensis

Cephonodes hylas

Chilo partellus

Chilo suppressalis
Cryptophlebia leucotreta
Cydia spp. (exceto C. pomonella
e C. molesta)
Dyspepsa ulula
Earias bipranga
Earias insulana
Ectomyelois ceratoniae
Eldana saccharina
Erionota thrax
Heliothis armigera
Lampides boeticus
Leucinodes orbanalis
Leucoptera meyricki
Lobesia botrana

Mocis repanda

Mythimna loreyi
Mythimna separata
Nocoleia octasema
Ostrinia furcanalis
Ostrinia nubilalis
Othreis fullonia
Parasa lepida
Pectinophora scutigera
Phyllocnistis citrella
Platynota stultana
Prays citri
Scirpophoga incertulas
Sesamia inferens

h) THYSANOPTERA

Limothrips cerealium

Trips palmi

II) NEMATÓIDES

Anguina agrotis

Anguina tritici
Bursaphelenchus xylophilus
Ditylenchus angustus
Ditylenchus destructor
Ditylenchus dipsaci
Ditylenchus radiculicola
Globodera pallida
Globodera rostochiensis
Heterodera avenae
Heterodera goettingiana
Heterodera latipons
Heterodera schachtii
Heterodera zeae
Hirschmaniella oryzae
Meloidogyne naasi
Meloidogyne chitwoodi
Meloidogyne graminicola
Naccobbus aberrans

Naccobbus dorsalis
 Pratylenchus crenatus
 Pratylenchus fallax
 Pratylenchus neglectus
 Pratylenchus scribneri
 Pratylenchus thornei
 Pratylenchus vulnus
 Radopholus citrophilus
 Rotylenchulus parvus
 Subanguina radicicola

III) PROCARIONTES

(Bactérias, Micoplasmas, Rickettsias, Spiroplasma)

Apple chat fruit MLO
Apple proliferation MLO
Citrus greening Bacterium
 Clavibacter iranicus
 Clavibacter michiganensis ssp.
 Sepedonicus
 Clavibacter michiganensis ssp.
 Nebraskensis
 Clavibacter tritici
 Curtobacterium flaccumfaciens
 Pv. Flaccumfaciens
 Erwinia amylovora
 Erwinia stewartii
 Grapevine flavescence doree MLO
Lethal yellowing MLO
Peach rosette MLO
Peach yellow MLO
 Pear decline MLO
 Pseudomonas syringae pv.
 Japonica
 Pseudomonas syringae pv.
 Phaseolicola
 Spiroplasma citri
 Xanthomonas ampelina
 Xanthomonas campestris pv.
 Cassavae

Xanthomonas campestris pv. Citri
(Biotipos B, D e E)
Xanthomonas campestris pv.
oryzae
Xanthomonas campestris pv.
oryzicola
Xylella fastidiosa (Peach phony
Disease)

IV) VIRUS E VIRÓIDES

African cassava mosaic virus
Barley stripe mosaic virus
Banana bunchy top virus
Cadang-cadang viroid
Fiji disease virus
Pea seed born mosaic virus
Potato spindle tuber viroide
(tomato
bunch top viroid)
Plum-pox virus
Prune dwarf virus
Prunus necrotic ring spot virus
Sugarcane Sereh disease virus
Swollen shoot virus
Tomato ringspot virus

V) FUNGOS

Alternaria vitis
Alternaria triticina
Angiosorus solani
Apiosporina morbosa
Cercospora sorghi
Cladosporium alli-cepae
Cladosporium pisicolum
Colletotrichum coffenum var. virulans
Dactylochaeta glycines
(Pyrenochaeta
glycines)
Entyloma oryzae

Ephelis oryzae
Fusarium oxysporium
 f.sp. elaidis
Fusarium oxysporium
 f.sp. radialis lycopersici
Gibberella fujikuroi
Gibberella xylarioides
Glomerella cingulata
Glomerella manihotis
Gymnosporangium spp.
Haplobasidium musae
Helicoceras spp.
Hemileia coffeicola
Hendersonia oryzae
Hymenula cerealis
Moniliophthora roreri
Mycosphaerella fijiensis
Mycosphaerella zeae-maydis
Nectria galligena
Oncobasidium theobromae
Oospora oryzetorum
Oospora pustulans
Ophiobolus oryzinus
Periconia circinata
Phakopsora ampelopsidis
Phoma exigua var. *foveata*
Phoma tracheiphila
Phomopsis anacardii
Phyllosticta solitaria
Phymatotrichopsis omnivora
Physopella ampelopsidis
Phytophthora boehmeriae
Phytophthora cryptogea
Phytophthora erythorseptica
Phytophthora megasperma
 f.sp. Glycinea
Polyspora lini
Puccinia erianthi
Puccinia kuchnii
Sphacelotheca sacchari
Stagonospora sacchari
Synchytrium endobioticum

Tilletia controversa
Urocystis agropyri

VI) ERVAS DANINHAS

Striga spp.

VII) FUNGOS

Tilletia indica

MENSAGEM Nº 1.414, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou, em 22 de junho de 2000.

Brasília, 2 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 297/MRE

Brasília, 18 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A celebração do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal objetivou a elaboração de um texto básico que definisse as ações a serem adotadas com vistas à cooperação na área fitossanitária.

2. Nos termos do preâmbulo do Acordo, a promoção da cooperação bilateral no domínio da quarentena vegetal tem duas finalidades: uma sanitária de reforçar a proteção dos territórios de ambos os países contra a introdução de organismos quarentenários e reduzir prejuízos por eles causados às colheitas e outra comercial de facilitar o intercâmbio e as trocas de sementes, material de semeadura e demais produtos sob controle dos respectivos serviços nacionais no setor.

3. A negociação do Acordo foi conduzida em colaboração com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujo Departamento de Quarentena Vegetal é, de acordo com seu art. 1, o órgão competente, da parte brasileira, encarregado de coordenar as atividades decorrentes de sua implementação.

4. O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Quarentena Vegetal, firmado pelo Vice-Presidente da República e pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Agricultura da Federação da Rússia em Moscou, em 22 de junho de 2000, constitui valioso instrumento para a facilitação e ampliação do comércio de produtos agrícolas, de importância crescente na pauta bilateral.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****TÍTULO IV****Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****Do Poder Legislativo****Seção II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PARECER**PARECER Nº 1.353, DE 2001**

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento da Presidente Juscelino Kubitschek.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Paulo Octávio, cria o selo comemorativo do centenário do nascimento de Juscelino Kubitschek.

No parágrafo único do art. 1º, a proposição estipula que as tarefas de criação, emissão, comercialização e definição de valor serão desempenhadas pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

O projeto prevê, ainda, que a arrecadação obtida com a venda do selo, descontados os custos de produção, poderá ser destinada à elaboração de publicação sobre a vida e a obra de Juscelino Kubitschek, sob a supervisão da Sociedade Civil Memorial JK, com a finalidade de ser distribuída às crianças e adolescentes da rede pública de ensino, em todo o País.

Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou em regime de urgência e recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação; da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Como parte das comemorações do centenário de Juscelino Kubitschek, que ocorrerá em 12 de setembro de 2002, o projeto homenageia o ex-Presidente ao criar o selo alusivo à data.

Não há dúvida quanto à oportunidade da iniciativa. Na verdade, já são inúmeras as ações que deverão marcar a passagem do centenário de nascimento desse que foi um dos mais notáveis presidentes do Brasil.

Presidente da República, de 1955 a 1960, lançou-se à meta de construir 50 anos em cinco. Deus poupou-lhe o sentimento do medo. Promoveu, aos píncaros, a revolução do otimismo.

Sua trajetória política e sua obra serão sublinhadas por eventos que deverão destacar, em especial, a construção e a mudança da capital do País.

Grande realização do eminente político mineiro, consolidada como capital de todos os brasileiros, Brasília é internacionalmente conhecida como um dos mais importantes projetos urbanísticos de todos os tempos.

Ressalte-se que, em dezembro de 1987, a cidade foi elevada à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco.

III – Voto

Pelo exposto, ao examinarmos o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574, de 2001, na origem), pronunciamo-nos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Antonio Carlos Junior** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva** – **Geraldo Cândido** – **Mauro Miranda** – **Teotônio Vilela Filho** – **Arlindo Porto** – **Lindberg Cury** – **Maguito Vilela** – **Moreira Mendes** – **Alvaro Dias** – **Valmir Amaral** – **Roberto Saturnino** – **Artur da Távola**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 418 a 421, de 2001, lidos anteriormente, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art.376, III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574/2001, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, que dispõe sobre a criação do selo comemorativo do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 689, DE 2001

Considerando as recentes denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo o lobista Alexandre Paes dos Santos e funcionários do Ministério da Saúde com supostas intermediações e cobranças de propinas para a aquisição do medicamento Glivec produzido pela multinacional Novartis;

Considerando as anotações constantes da agenda e o conteúdo do lote com fitas registrando conversas entre o proprietário da APS Consultoria, apreendidos pela Polícia Federal, e jornalistas a respeito de práticas lesivas ao interesse público cuja ocorrência configuraria atos de extorsão, nos quais são citados os funcionários Renilson Rehem, Luiz Roberto Barradas, além de uma secretária de nome Débora, e, finalmente,

Considerando a gravidade das denúncias vazadas que indicam eventuais crimes de corrupção ativa e passiva e venda de informações privilegiadas, por parte de funcionários do Ministério da Saúde, com o objetivo, entre outros, de prover caixinha de campanha para financiar os gastos eleitorais de 2002.

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o parágrafo do art. 50 da Constituição Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Saúde, José Serra, solicitação de esclarecimentos relativos

às questões aqui levantadas, procedimentos adotados para a apuração dos fatos, bem como, seja determinado ao Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, esclarecimentos complementares referentes a eventuais participações da Anvisa nos lamentáveis episódios divulgados pela mídia.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2001. – **Ney Suassuna** (Autor), Presidente – **Fernando Ribeiro – Jefferson Péres – Romero Jucá – Heloísa Helena – Luiz Otávio – Eduardo Siqueira Campos – Valmir Amaral – Antônio Carlos Júnior.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 690, DE 2001

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, a solicitação que se segue:

a) cópias dos contratos de aluguel e manutenção do parque de informática da Dataprev com a Unisys com vigência até o final de 2003;

b) cópia do relatório de auditoria realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno relativo aos referidos contratos;

c) histórico fundamentado de execução físico-financeira da parceria da Dataprev com a Unisys desde o primeiro contrato firmado entre as partes.

Justificação

A revista **IstoÉ** que circulou no último final de semana (nº 1.673, de 24 de outubro de 2001) trouxe matéria da jornalista Sônia Filgueiras, intitulada **Mamata Multinacional**, onde são apresentadas sérias denúncias de irregularidades nos contratos entre a Dataprev, e a empresa Unisys. De acordo com a matéria, os três contratos com vigência até 2003, num valor de R\$180 milhões, foram firmados sem licitação, apresentam problemas de superfaturamento e outras irregularidades e estão sendo objeto de investigação por parte de auditores da Secretaria Federal de Controle Interno. O objetivo do presente Requerimento de Informações é oferecer aos senhores senadores as informações necessárias à formação de juízo de valor sobre as questões em pauta e dar cumprimento da competência constitucional que lhes é cometida nos termos do inciso X do art. 49 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2001. – **Ney Suassuna** (Autor), Presidente – **Fernando Ri-**

beiro – Jefferson Péres – Romero Jucá – Heloísa Helena – Luiz Otávio – Eduardo Siqueira Campos – Valmir Amaral – Antônio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esses requerimentos são datados de 23 de outubro de 2001, quando o Senador Ney Suassuna estava no exercício do cargo.

Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso II do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 691, de 2001

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 que “dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek”

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2001. – **Ricardo Santos – Francelino Pereira – Moreira Mendes – Geraldo Cândido – Luiz Pontes – Antônio Carlos Júnior – Amir Lando – Artur da Távola – Lúdio Coelho – Arlindo Porto – Mauro Miranda – Álvaro Dias – Emília Fernandes – Roberto Saturnino – Valmir Amaral – Luiz Otávio.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 692, DE 2001-11-5

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens, consistentes em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, bem como à Câmara de Vereadores de Maringá/Pr, pelo falecimento do ex-Prefeito daquele município João Paulino Vieira Filho.

Justificação

João Paulino Vieira Filho foi Prefeito de Maringá por duas vezes, de dezembro de 1960 a dezembro de

1964, e depois, de fevereiro de 1977 a maio de 1982. Em 1984 elegeu-se Deputado Federal. Considerado como o melhor prefeito de Maringá, João Paulino nasceu em 22 de setembro de 1921 na cidade de Antonina, também no Paraná, onde iniciou carreira política como vereador. Formou-se na faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1946. Como Promotor Público começou carreira em Antonina, sendo transferido para Mandaguari, em 1949. Em 1954 assumiu a Promotoria de Maringá. Exerceu o cargo até 1960, quando se elegeu prefeito pela primeira vez. Ele era casado com dona Branca de Jesus Camargo, com a qual teve três filhos.

Pelo incontestável papel que exerceu no desenvolvimento do Paraná, particularmente na Região Norte do Estado, João Paulino Vieira Filho tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense.

Sala das sessões, 21 de novembro de 2001. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria que me inscrevesse para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, obedecendo à ordem de chegada, com base no mesmo que o Senador Osmar Dias invocou, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação o Requerimento n.º 692, de 2001, de condolências pelo falecimento do ex-Prefeito João Paulino Vieira Filho. (Pausa)

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, do PDT do Estado do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou de Maringá, sou eleitor naquela cidade, onde foi Prefeito, por várias vezes, João Paulino Vieira Filho. Ele faleceu, mas deixou na história de Maringá um capítulo importante, porque ajudou a construir aquela que é considerada a mais bela cidade do interior do Brasil.

João Paulino Vieira Filho, como Prefeito, foi competente, realizou administrações modernas, com iniciativas que, para a época, significaram muito para o desenvolvimento da cidade, e deixou uma história, Sr. Presidente, escrita pela honestidade e pela seriedade na condução dos destinos de Maringá.

Por isso, como maringaense, solidarizo-me a essa homenagem justa e muito merecida, que todos os maringaenses, tenho certeza, acham que ele merece.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrado o encaminhamento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF. 150/2001 – GLPSB

Brasília, 21 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a a indicação do Senador Paulo Hartung para titular, em substituição a este Líder, na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 10, de 14 de novembro de 2001, que “altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Líder do PSB.

OF. GLPMDB Nº 258/2001

Brasília, 20 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Amir Lando, como membro titular, na Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em substituição ao Senador Wellington Roberto.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. PSDB/1.045/2001

Brasília, 21 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de indicar a Vossa Excelência os Deputados José Múcio Monteiro e Jovair Arantes, como membros titulares, e os Deputados Ricardo Rique e Candinho Mattos, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 10/01, que “altera a Lei nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o Aviso nº 1.455/2001, na origem, do Tribunal de Contas da União, comunicando que foram tomadas as providências no sentido de atender a solicitação de realização de inspeção na Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia, constante do Parecer nº 1.225/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1999.

O expediente, anexado ao processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 1999, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando manifestação daquele Órgão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2001 (nº 2.208/99, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Ministério da Saúde, o Aviso nº 747/2001, na origem, de 9 do corrente, comunicando, em atendimento à conclusão do Parecer nº 1.164/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 94, de 2001-TCU, que as determinações contidas na Decisão nº 318/2001 foram analisadas por órgãos técnicos daquele Ministério e as informações encaminhadas àquela Corte de Contas.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 94, de 2001, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 203, de 2001 (nº 6.314/2001, na origem), encaminhando cópia da Decisão nº 931, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento da fiscalização, na hipótese de novas liberações de recursos para o Projeto Pirapama – obras do Sistema de Abastecimento de Água de Pirapama, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. (TC – 005.392/99-3)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por vinte minutos, por cessão do Senador Roberto Saturnino.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço ao Senador Roberto Saturnino, meu companheiro e amigo do povo do Espírito Santo, pela cessão do seu tempo na Hora do Expediente. S. Ex^a realizaria, hoje, um importante pronunciamento, mas nos cedeu o seu tempo em razão do que vem ocorrendo no Estado do Espírito Santo nos últimos dias. Portanto, fica aqui o meu agradecimento, e – tenho certeza – o de toda a Bancada do Espírito Santo com assento nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as chuvas que estão atingindo o Espírito Santo nas últimas semanas já contabilizam nove pessoas mortas e pelo menos 2.600 desabrigadas. Os Municípios mais prejudicados, segundo informações da imprensa e da Defesa Civil, são os de Sooretama, no norte do Estado, e da Serra, na Grande Vitória, com cerca de 850 flagelados. Em Sooretama, Sr. Presidente, a tragédia vitimou uma família de quatro pessoas em virtude do rompimento de uma barragem na localidade de Córrego Rodrigues. São elas o produtor rural Valmir Costa, sua esposa, Natalice Ribeiro, e duas filhas, uma de nove anos e outra de seis anos, Vanessa e Valéria. Também está desaparecido Luiz Felipini, no Municí-

pio de Jaguaré, ao norte do Espírito Santo, igualmente em razão do estouro de uma barragem. Em Santa Maria de Jetibá, região central do Espírito Santo, Léa Schutz foi arrastada pela correnteza. Morreram ainda, Sr. Presidente, por deslizamento de terra, em Vila Valério, Município localizado ao norte do Estado, Edilson Paulo Souza, Adriano Paulo Souza e Aila Carolina Silva Oliveira.

Desde a última sexta-feira, em Vitória e Vila Velha, o número de desabrigados saltou, respectivamente, de cinco para dez; e de vinte para noventa. Os Prefeitos de Viana, Vila Velha, Serra, Itarana, Domingos Martins, Aracruz, Jaguaré, Mimoso do Sul e Cariacica decretaram situação de emergência. Vinte e oito cidades, Sr. Presidente, encontram-se em situação idêntica. Outros Municípios também já estão em via de decretar situação de emergência, o que, seguramente, vão fazer nas próximas horas. Entre eles, o Município de Águia Branca, ao norte do Espírito Santo, Afonso Cláudio, na região central, Alfredo Chaves, no sul, Baixo Guandu e Colatina, ambos ao norte, e Castelo, no sul do Estado.

Até ontem à noite, o Corpo de Bombeiros atendeu a mais de 200 ocorrências, a maioria para remoção de feridos na Grande Vitória, em Linhares, Guarapari, Colatina, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim. A Defesa Civil informou que a capital do Estado registra o maior número de ocorrências: 49, seguida de Guarapari, com 25, e Cachoeiro de Itapemirim, com 22 ocorrências. A Prefeitura de Aracruz informou, hoje, pela imprensa local, que há pelo menos cem famílias já desabrigadas no Município.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desde 1979, época em que eu era estudante de Economia na Universidade Federal do Espírito Santo, que o Espírito Santo não era castigado pelas chuvas e sofria tantas perdas humanas – essas, importantíssimas – e prejuízos materiais.

Ontem, os Senadores Gerson Camata, Ricardo Santos e eu estivemos com o Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, relatando todos os fatos e pedindo ajuda. Entregamo-lhe um relatório sobre as condições de cada localidade atingida e reiteramos o pedido para que S. Ex^a fosse pessoalmente ao nosso Estado para fazer um balanço da situação. Nesta oportunidade, Sr. Presidente, peço a transcrição, nos Anais da Casa, do documento assinado pelos três Senadores capixabas e entregue ao Ministro Ney Suassuna, assim como a do documento que entregaremos, ainda hoje, ao Ministro Interino dos Transportes.

Felizmente, Sr. Presidente, nossos apelos contaram com a sensibilidade do Ministro Ney Suassuna, que, hoje cedo, viajou para o Estado do Espírito Santo a fim de verificar, *in loco*, os estragos provocados pela chuva.

A presença de S. Ex^a é importante, porque mostra o interesse do Governo Federal em um momento de dificuldades por que passa o nosso Estado.

Sr. Presidente, são prejuízos incalculáveis, que se agravam pela queda de pelo menos 28 barreiras nas estradas capixabas, conforme registrado até ontem à noite. A BR-101, uma estrada importantíssima, como todos sabem, que liga o Nordeste ao Sul e ao Sudeste, está interrompida na divisa com a Bahia. Pelo menos três crateras foram abertas em pontos isolados daquela estrada.

Por isso, como disse anteriormente, os três Senadores da Bancada do Espírito Santo – Gerson Camata, Ricardo Santos e eu – iremos ter com o Ministro interino dos Transportes, Alderico Jeferson Silva Lima, para também fazermos um relato da situação e pedir liberação de recursos para que possa ser iniciada, o mais rápido possível, a recuperação das vias atingidas. Pediremos também a decretação de estado de emergência em relação às estradas federais no Estado do Espírito Santo, pelo menos para que possamos minorar os enormes prejuízos, viabilizando o escoamento daquilo que não está sendo perdido da produção do nosso Estado. Como todos sabem, o nosso Estado tem um parque industrial importante, mas também uma forte atividade na agricultura e na cafeicultura nacional.

Com o mesmo intuito, o nobre Deputado José Carlos Elias, Coordenador da nossa Bancada, representante do norte do Espírito Santo, esteve, ontem, com o Secretário-Geral da Presidência, o Ministro Artur Virgílio Neto, quando solicitou a S. Ex^a a liberação de recursos orçamentários e, também, a ajuda do Exército para a colocação de pontes móveis em trechos interrompidos das estradas.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Concedo um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Nobre Senador Paulo Hartung, associe-me ao pronunciamento de V. Ex^a quando relata situações trágicas que estão acontecendo no nosso Estado, o Espírito Santo, em função das pesadas chuvas que caíram em alguns localidades. São as chamadas trombas d'água, que caem ao norte, na região central, ao sul e na região metropolitana. V. Ex^a bem lembrou o grande dilúvio que caiu sobre o nosso Estado em 1979, provocando grandes enchentes e trazendo-nos os mais graves problemas dessa ordem já vividos nos últimos 30 anos. Portanto, agora, estamos com receio de que venha a acontecer novamente o que ocorreu em 1979, porque a situação está se agravando. Primeiramente, solidarizo-me com as famílias vitimadas pela perda de seus entes queridos em Soretama, Santa Maria de Jetibá, principalmente com os dois mil

e seiscentos desabrigados, já contabilizados, conforme o pronunciamento de V. Ex^a. São perdas humanas irreparáveis, como V. Ex^a disse. Da mesma forma, toda a economia do Estado está sendo afetada por esse fenômeno meteorológico, assim como a de regiões próximas, como o sul da Bahia. Estaremos hoje com o Ministro dos Transportes, conforme V. Ex^a afirmou, pedindo que seja decretado estado de emergência em todas as estradas federais no Estado do Espírito Santo. O quilômetro 93 da BR-101, que liga o Espírito Santo ao Nordeste, foi totalmente interceptado, e o tráfego pesado está sendo feito antiga Rio-Bahia interior, num trajeto de mais de 300 quilômetros. Portanto, o fato de ser o Espírito Santo um Estado corredor de exportação, que tem uma relação com outras regiões do País, faz com que fiquem apenas fortemente as economias das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, considerando o fluxo de mercadorias que de lá vêm para os portos capixabas. Associe-me ao pronunciamento de V. Ex^a e informo que o Senador Gerson Camata, V. Ex^a e eu seremos signatários de um segundo documento que será encaminhado ao Ministro dos Transportes. A Bancada Capixaba está pedindo uma audiência especial com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando solicitaremos a adoção de medidas urgentes e emergenciais para a normalização e para a minimização dos custos do Estado do Espírito Santo. Congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que, em boa hora, faz da tribuna do Senado.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Senador Ricardo Santos, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. V. Ex^a relembra o fato ocorrido em 1979, do qual temos uma triste lembrança: a omissão de governo. Por isso, estou aqui nesta tribuna; por isso, os três Senadores do Estado do Espírito Santo estão mobilizados. Vamos trabalhar para que esse episódio não se repita.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata, que, com muita alegria, quer oferecer sua contribuição sobre o tema.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Primeiramente, cumprimento V. Ex^a não só pela fala de hoje, mas também pelo pronunciamento de ontem e pela iniciativa que V. Ex^a teve de fazer com que nós três fôssemos ao Ministro Ney Suassuna. Agradeço também ao Ministro pela sensibilidade, pois, oito horas depois de pedirmos a presença dele no Estado do Espírito Santo, S. Ex^a lá desembarcou. Infelizmente, não pudemos acompanhá-lo porque houve reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em que se discutiu a reforma do Judiciário. Além dessa, tivemos outras atividades a serem desenvolvidas

no dia de hoje. Estivemos com o Ministro dos Transportes e com o DNER. Ainda teremos um encontro com o Presidente da República para analisarmos o quadro que V. Ex^a acaba de demonstrar. Junto a minha à voz de V. Ex^a na preocupação de que a interrupção da BR-101, em dois pontos, está desviando o tráfego pesado para a cidade de Colatina, onde a ponte antiga, que está sendo substituída por uma nova, é frágil. Imaginem todo o tráfego que une o Sul ao Nordeste do Brasil passando por ali, por dentro das cidades de São Domingos, de São Gabriel da Palha, de Nova Venécia! Imaginem as pontes mais frágeis, que nunca suportaram tráfego tão pesado! O que poderá acontecer com a interrupção dos trabalhos da fábrica da Aracruz Celulose – a maior fábrica de celulose do mundo – pela falta do transporte do eucalipto; a interrupção das atividades da Petrobras e do gasoduto que liga o norte do Estado às indústrias de Vitória. Todas essas situações devem ser analisadas imediatamente para que não ocorram. De modo que a iniciativa de V. Ex^a, o vigor e a frequência com que V. Ex^a coloca a situação é um alerta que se faz ao Governo Federal para que não ocorra omissão nesta hora em que os capixabas sofrem tanto e em que passam por tantas agruras e dificuldades.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Também incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Com muita satisfação, ouço o nobre Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Paulo Hartung, interrompo o discurso de V. Ex^a apenas para expressar a solidariedade da minha Bancada, do Bloco PSDB-PPB ao povo do Espírito Santo, às suas instituições, à sua Bancada de Senadores numa hora como esta. Alegro-me saber, como integrante da Bancada que constitui a base de sustentação do Governo, que a iniciativa da Bancada de Senadores do Espírito Santo de procurar o Ministro Ney Suassuna encontrou da parte de S. Ex^a a imediata reação de preocupação, de apoio e de responsabilidade. A S. Ex^a, portanto, faço chegar também o meu aplauso. Senador Paulo Hartung, além de cuidar do Estado do Espírito Santo numa hora como esta, talvez esteja chegando o momento em que o País precise dar prioridade à definição de uma política consistente de defesa civil. Nem ambiciono que, por enquanto, num prazo muito curto, possamos chegar a ter neste campo uma estrutura semelhante a que têm países como os Estados Unidos da América. Mas, em situações como esta, a questão do socorro ao povo, que, afinal de contas, é o dono do país, o socorro ao cidadão, neste momento, precede qualquer outra pri-

oridade. Por uma coincidência que considero infeliz, eu estava nos Estados Unidos, precisamente naquele dia 11 de setembro, e como não podia sair de lá e não pude durante alguns dias, fiquei atento a determinados comportamentos do Estado americano, do Poder Público dos Estados Unidos em uma hora como aquela. Ouvi comentários, inclusive de economistas, aconselhando cautela nos investimentos, em virtude da delicadeza do cenário econômico pelo qual o país estava atravessando. E a resposta das autoridades foi a de que o quadro econômico não era mais importante do que a responsabilidade do governo em relação ao seu povo. E, naquela hora, não se poderia estar medindo, contando dólares para atenuar, reduzir, ou comprimir o trabalho de assistência a que o povo tinha direito. Há um aspecto, com relação ao fato de uma sociedade dispor de uma estrutura de defesa civil eficaz, que me chamou a atenção. Naquele dia, quando a primeira torre do **World Trade Center** foi atingida, eram 8h45min. Menos de quarenta minutos depois, a segunda torre já havia sido atingida e estava ruindo e, ao ruir, matou mais de 350 bombeiros que, em 40 minutos, já haviam sido mobilizados para socorrer as pessoas atingidas na primeira torre. Era um testemunho que não requeria nenhuma palavra para explicar a prioridade conferida por um país civilizado à questão da defesa civil. Penso que o nosso País – que passa por transformações modernizadoras tão importantes que, aos poucos, colocam-nos num novo patamar como sociedade, com capacidade de lidar com nossos próprios problemas – precisa incorporar a preocupação com a defesa civil, com a criação de estruturas ágeis que não dependam de autorizações burocráticas complexas para agirem nas emergências. Acrescento esta reflexão à manifestação de solidariedade que tenho o dever de fazer, por intermédio de V. Ex^a, ao povo do Espírito Santo.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB - ES) – Senador Geraldo Melo, em nome do povo capixaba, que vive um momento dramático, agradeço a V. Ex^a pelas palavras de solidariedade e de apoio. E a reflexão de V. Ex^a, que incorporo ao meu pronunciamento, é correta no sentido de que há uma estrutura debilitada em todo o País. Até que conseguimos melhorar muito nos últimos anos, justiça seja feita, mas precisamos avançar muito mais, porque o que está em jogo, nessas situações, são vidas humanas, que não têm preço.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Paulo Hartung, concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Senador Maguito Vilela, concedo o aparte a V. Ex^a, pedindo um pouco de tolerância ao Sr. Presidente.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Paulo Hartung, em meu nome e no dos outros Senadores goianos, peço a palavra para associar-me aos Senadores Ricardo Santos e Gerson Camata, pres-

tando a solidariedade do povo goiano ao valoroso povo do Espírito Santo. Sabemos das muitas dificuldades por que passam centenas de famílias capixabas neste momento, especialmente aquelas enlutadas. Desejamos que V. Ex^{as} tenham êxito nos pleitos ao Governo Federal, que consideramos justos e urgentes. Espero que o Ministro Ney Suassuna, um Senador que sempre demonstrou muita sensibilidade, um paraibano que sempre enfrentou dificuldades com relação à seca e a outras catástrofes em seu Estado, seja sensível e socorra o Estado do Espírito Santo. Espero isso não só do Ministro Ney Suassuna, mas também dos Ministros dos Transportes e da Defesa Civil.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Senador Maguito Vilela, agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pela solidariedade.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Peço ao Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, um pouco de transigência para que eu possa ouvir o aparte do Senador José Alencar, amigo e importante representante de Minas Gerais, Estado vizinho ao nosso.

Concedo o aparte ao Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Eminentíssimo Senador Paulo Hartung, nós, mineiros, desde cedo aprendemos a admirar e a respeitar o valoroso povo do Espírito Santo. No Senado, aprendi também a admirar e a respeitar o trabalho de V. Ex^a, assim como dos eminentes Colegas que também representam seu Estado, os Senadores Gerson Camata e Ricardo Santos. É realmente admirável o trabalho que a representação do Estado do Espírito Santo realiza no Senado da República, não só em ocasiões em que está em jogo o interesse apenas do povo e do Estado, mas em relação também aos elevados interesses nacionais. Como Estado vizinho, Minas Gerais está solidária. Trazemos também nossa palavra de solidariedade neste momento em que o Estado do Espírito Santo sofre pelas chuvas que estão castigando especialmente determinadas regiões daquele importantíssimo Estado da Federação. Pode estar certo de que o povo do Estado de Minas Gerais está fazendo alavanca em favor das famílias do Espírito Santo para que sejam preservadas dessas dificuldades. Quero parabenizá-lo pela forma com que V. Ex^a traz o assunto ao conhecimento da Casa.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento. Agora concluo, Sr. Presidente, dizendo que tivemos, no Espírito Santo, um período longo de estiagem, provocando inclusive escassez de água para

consumo humano em algumas regiões e, também, para a agricultura e a pecuária. No início da Primavera, as chuvas voltaram em todo o País, e todos nós comemoramos porque torcíamos pelo reabastecimento das barragens e, por conseguinte, com o fim do racionamento de energia. Mas, nem sempre a natureza se manifesta na dose exata. Na última semana, especialmente a partir do último dia 16, os índices de precipitação pluviométrica alcançaram limites históricos de intensidade, chegando, em várias cidades do Espírito Santo, em cinco dias, ao equivalente de três meses de chuvas normais.

Esse revés da natureza que se abateu e que se abate sobre o Espírito Santo é uma tragédia, e, mais penoso ainda, é que isso ocorre num momento difícil em que nosso Estado se vê mergulhado numa grave fase administrativa, política e ética. Nossa população, tão indignada, clama por justiça social, austeridade, moralidade e punição para os excessos ali praticados. A adversidade da natureza soma-se, portanto, à ação de pessoas que, em prol de seus interesses, instalaram o caos no Espírito Santo.

Em nome do povo capixaba, Sr. Presidente, já prejudicado pelo quadro de desmandos no Estado, em nome do Senador Ricardo Santos e do Senador Gerson Camata, peço atenção e apoio imediato das autoridades federais, para que pelo menos se amenizem os prejuízos materiais que atingem famílias inteiras e a produção do nosso Estado, mas sobretudo para que se alivie a dor, o sofrimento de tantos que neste momento choram a perda de entes queridos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SENADOR PAULO HARTUNG
EM SEU DISCURSO, INSERIDOS NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Vitória, 20 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor

Dr. Ney Suassuna

DD. Ministro de Estado da Integração Nacional

Brasília – DF

Nesta

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Saudando Vossa Excelência pela recente posse como Ministro da Integração Nacional, manifestamos nosso desejo de uma profícua administração à frente desse importante ministério.

Cumpre-nos como representantes do Estado do Espírito Santo junto ao Senado, encaminhar informações sobre as intensas chuvas que ocorrem em todo o território estadual e um breve relato

de seus efeitos sobre a população, o que vem provocando situações de emergência ou de calamidade pública em vários municípios do estado.

Depois de um longo período de estiagem que marcou o último período seco no Espírito Santo, provocando inclusive escassez de água para uso agrícola e pecuário, as chuvas voltaram no início dessa primavera e se intensificaram gradativamente a partir de outubro passado. Nesta última semana, particularmente a partir do dia 16 passado, os índices de precipitação pluviométrica alcançaram limites históricos de intensidade, chegando a chover, em vários municípios, mais do que três meses de chuvas normais, num período curto de cinco dias.

As fortes chuvas, e mesmo trombas d'água em algumas localidades, com solos desprotegidos e pequena capacidade de drenagem nos leitos dos córregos e rios propiciaram o quadro de dificuldades relatados pela imprensa, cuja dimensão efetiva vem sendo levantada pela Defesa Civil, já que ela se ocupa, no momento, em atender os desabrigados e alertar a população, nas áreas de risco identificadas.

Ainda que não se tenha um levantamento detalhado de todos os problemas provocados pelas intensas chuvas, pode-se enumerar alguns de seus efeitos, intempestivamente:

— Surgimento de cratera no quilômetro 93 da BR-101, interrompendo a ligação com o Nordeste do País por essa rodovia. Os seis mil veículos diários que usam essa rodovia deverão utilizar um contorno alternativo – BR-259, até alcançar Nova Venécia e São Mateus – que aumenta em 120km a distância percorrida;

— São, até o momento, cerca de 1.500 desabrigados, decorrentes de inundações, queda de barreiras, casas destruídas e evacuação de famílias residentes em áreas de risco acentuado;

— Queda de barreiras e árvores em rodovias pavimentadas (BR-262, BR-101 e em várias rodovias estaduais), impedindo ou dificultando o tráfego de veículos;

— Estradas vicinais intransitáveis em todos os municípios do interior do estado, com formação de barreiras, queda de árvores e destruição de pontes, pontilhões e bueiros;

— Destruição de redes de drenagem pluvial e de esgotos em várias sedes municipais e distritais do interior, colocando sob risco de contaminação a população residente;

— Destruição de ruas e avenidas, assim como redes de iluminação pública, com vultosos prejuízos à infra-estrutura urbana.

Solidarizando-nos com a população capixaba vitimada pelas cheias, e procurando viabilizar recursos para que as prefeituras municipais possam deflagrar as iniciativas de recuperação dos danos provocados, vimos solicitar a Vossa Excelência a alocação de recursos para atender aos municípios que se encontram em situação de reconhecida emergência ou calamidade pública, segundo critérios da Secretaria Nacional de Defesa Civil, desse ministério.

Anexo, estamos encaminhando a síntese preliminar dos problemas identificados, até o dia 19 de novembro do corrente.

Anexo: Síntese preliminar dos problemas identificados, até o dia 19 de novembro de 2001, por município:

Município	Problemas identificados
Águia Branca	Decretou estado de emergência.
Afonso Cláudio	Há registros de 100 desabrigados no município. Barragens destruídas e estradas vicinais interrompidas.
Alfredo Chaves	A Prefeitura decretou situação de emergência. Os acessos dentro do município estão interditados por queda de ponte e barreiras. Há registro de 25 desabrigados. Estradas vicinais interrompidas.
Aracruz	A Prefeitura decretou estado de emergência. No distrito de Guaraná, cerca de 50 famílias ribeirinhas tiveram suas casas invadidas pelas águas. Tráfego comprometido no interior.
Baixo Guandu	A Prefeitura decretou situação de emergência. O rio Guandu está descendo forte, ultrapassando um metro da represa e ameaça invadir a cidade.
Cachoeiro de Itapemirim	A Prefeitura decretou situação de emergência. Há registros de 100 pessoas desabrigadas. Tráfego comprometido no interior.
Cariacica	Destruição de ruas e galerias pluviais. No bairro Vista Mar há risco de deslizamento de barreira. Há registros de 9 pessoas desabrigadas.
Castelo	Moradores dos bairros Independência e Niterói tiveram suas casas inundadas pela cheia do rio Castelo. Barragens e estradas vicinais interrompidas
Colatina	A elevação do rio Doce ameaça a população ribeirinha. Estradas vicinais interrompidas.
Domingos Martins	O acesso ao distrito de Alto Paraju está bloqueado. Na sede, houve deslizamento de barreira. Queda de árvores e barreiras em estradas vicinais.
Guarapari	Decretou estado de emergência.
Itarana	O município já decretou à Defesa Civil orientação para decretar situação de emergência. Há 163 desabrigados.
Jaguaré	Há 100 desabrigados e uma pessoa desapareceu após deslizamento de barragem. Interrupção da BR-101 norte.
Linhares	Desabamento de barreira e estradas vicinais comprometidas.
Mantenópolis	A prefeitura decretou estado de calamidade e as estradas que dão acesso ao Estado de Minas Gerais estão interditadas.
Marechal Floriano	A água da chuva inundou até o térreo do prédio da prefeitura. O nível do rio Jucu, Braço Sul, continua subindo. Barragens e árvores comprometem trânsito no interior.

Mimoso do Sul	A prefeitura decretou estado de calamidade. Tráfego em estradas vicinais interrompido. Há desabrigados.
Nova Venécia	A prefeitura deve decretar estado de emergência. Houve o desabamento de 3 pontes e 15 barragens romperam.
Pinheiros	No distrito de Sobrado, cerca de 4 mil pessoas estão sem água e ilhados, pois uma barreira fechou a entrada para o local. Houve destruição de barragens.
Santa Maria de Jetibá	A prefeitura decretou situação de emergência. registro de uma vítima fatal decorrente das fortes chuvas.
Santa Teresa	Na rodovia de acesso a Santa Tereza houve queda de barreiras e de parte da pista. Há registros de desabrigados e de uma vítima fatal decorrente das fortes chuvas.
São Mateus	O rio Itauninhas transbordou, inundando residências. A prefeitura estuda a possibilidade de decretar estado de emergência.
Serra	Cerca de 350 pessoas estão desabrigadas. Existe risco de deslizamentos.
Sooretama	Houve a destruição de 15 represas no interior do município. Existem ainda outras com risco de ruptura.
Viana	Há registros de 140 pessoas desabrigadas. Tráfego no interior interrompido.
Vila Velha	A prefeitura decretou situação de emergência.
Vitória	Alguns trechos de ruas e avenidas comprometidos. Há registros de 5 pessoas desabrigadas.

Acreditando firmemente na sensibilidade e na disposição de Vossa Excelência em atender ao nosso pleito, renovamos nossas saudações e aproveitamos a oportunidade para convidá-lo a visitar as principais regiões afetadas, se possível na próxima semana.

Atenciosamente, – **Gerson Camata – Paulo Hartung – Ricardo Santos.**

Brasília, 21 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Dr. Alderico Jefferson da Silva Lima
DD. Ministro Interino dos Transportes
Brasília – DF
Nesta

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Saudando Vossa Excelência, cumpre-nos, como representantes do Estado do Espírito Santo no Senado Federal, relatar os efeitos das intensas chuvas, na rede rodoviária do Espírito Santo.

Com efeito, em nosso estado, particularmente a partir do dia 16 passado, os índices de precipitação pluviométrica alcançaram limites históricos de intensidade, chegando a chover, em praticamente todos os municípios, mais do que três meses de chuvas normais, num período curto de seis dias.

Os impactos dessas chuvas sobre a população capixaba são significativos, chegando muitos municípios à reconhecida situação de emergência, ou calamidade pública, por prejuízos na infra-estrutura urbana e rural, provocados por inundações, queda

de barreiras, desmoronamentos de muros de contenção, de habitações etc. Registra-se, até agora, 2.600 desabrigados, nove mortos e três desaparecimentos. Mas é na rede rodoviária do Espírito Santo, por sua capilaridade e abrangência, por seus efeitos imediatos nos transportes de gêneros alimentícios e no deslocamento da população, que a emotividade leva ao desconforto do isolamento.

São vários trechos de rodovias já danificados, conforme a síntese anexa, que demandam iniciativas imediatas, em razão da situação de emergência, visando restabelecer a normalidade nas rodovias federais, estaduais e vicinais.

Solidarizando-nos com a população capixaba, com os usuários das rodovias federais no Espírito Santo (são mais de 12 mil veículos/dia) e com as comunidades ilhadas pelas chuvas, vimos solicitar o apoio de Vossa Excelência na solução dos problemas identificados, determinando em caráter de urgência e prioridade absoluta a realização de obras que recuperem os danos provocados, visando o restabelecimento do tráfego e a segurança nas estradas.

Em razão da excepcionabilidade e da emergência, solicitamos também a intercessão e disposição de Vossa Excelência na atuação solidária desse ministério com o estado e as prefeituras municipais, visando a normalização das rodovias em todos os municípios, principalmente decretando estado de emergência nas estradas federais do Espírito Santo, suprimindo o sentimento de abandono e isolamento que, nestas circunstâncias, atinge as comunidades vitimadas pelas cheias.

Acreditando, firmemente, no apoio e nas iniciativas desse ministério, sob o comando de Vossa Excelência, apresentamos nossas saudações e convidamos o Senhor Ministro a visitar o Espírito Santo e, dentro do possível, conhecer os trechos rodoviários mais atingidos pelas recentes chuvas.

Atenciosamente, – **Gerson Camata – Paulo Hartung – Ricardo Santos.**

Anexos:

1) Síntese preliminar dos problemas identificados nas rodovias federais no Estado do Espírito Santo, até o dia 20 de novembro de 2001.

2) Correspondência encaminhada ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Exmº Dr. Ney Suassuna, em 20 de novembro de 2001.

Síntese preliminar dos problemas identificados nas rodovias federais no Estado do Espírito Santo, até o dia 20 de novembro de 2001:

BR-101 SUL
- Km 4,4 e 7,3: o trecho que fica no município de Cariacica, próximo estádio Rio Branco, houve uma queda de barreira que interditou a pista esquerda no sentido CEASA. Em frente à CEASA, meia pista foi destruída numa área de 20 metros de extensão e 40 centímetros de profundidade. A pista foi arrancada. - Km 286: o trecho perto do rio Bubu, a pista está parcialmente interditada com passagem somente na 3ª faixa por causa da queda de uma barreira. - Km 290: trânsito lento por causa da queda de uma barreira, que atingindo a pista.
BR-101 NORTE
- Km 254: trânsito impedido no acostamento no trecho que fica depois do posto da Polícia Rodoviária Federal e antes da sede do município de São João del-Rei. O meio-fio e parte do acostamento foram destruídos pela chuva. - Km 230 a 235: localizados depois da sede de Fundão. O trânsito no acostamento está lento, porque pequenas barreiras estão caindo no acostamento da pista. - Km 125 a 130: perto da lagoa Juparanã, no município de Linhares, o trânsito está interrompido por causa do alagamento da pista, que tem com 70 centímetros de água. - Km 114, 119 e 122: no primeiro, uma poça de água de 46 centímetros de altura e 20 metros de extensão sobre a pista está dificultando a passagem dos carros, perto da reserva florestal, na região de Sooretama. Segundo, 15 metros de pista foram arrancados. No Km 122, o trânsito está liberado só para carros de passeio e a pista pode ser rompida a qualquer momento se a chuva continuar. - Km 93: o rompimento de uma barragem dividiu ao meio a pista da BR-101, em Jaguaré, impedindo a passagem dos carros que seguem para o extremo Norte do Estado ou para a Região Nordeste do País. - Km 17: Acostamento interrompido por causa de queda de barreiras na divisa do Espírito Santo com a Bahia.
BR-262
- Km 40: próximo à entrada para a sede do município de Domingos Martins, o trânsito está interditado na 3ª faixa (acostamento) da pista, que tem um buraco de 30 metros de largura por 60 metros de profundidade. - Km 114 e 119: o acostamento desses trechos, no município de Conceição do Castelo, está destruído por causa da erosão. - Km 172 e 174: o acostamento nesses dois pontos, no município de Ibatiba, está destruído.

Fonte: Jornal "A Tribuna" e DNER.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão.) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por vinte minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as crescentes dificuldades enfrentadas pelos produtores evidenciam o cenário de crise vivido pelo setor leiteiro em nosso País. No Estado de Rondônia, que aqui represento, registram-se insuficiente emprego de novas tecnologias, a grande ausência de incentivos federais e a irrisória remuneração dos produtores que, no seu conjunto, ameaçam inviabilizar o necessário crescimento dessa importante e básica atividade econômica.

No ano passado, o próprio Estado de Rondônia consumiu cerca de 60% do leite produzido, sendo o restante transferido para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre, Distrito Federal e Roraima. Além do consumo interno, mais da metade da manteiga produzida destinou-se a São Paulo, que já absorve a quase totalidade da fabricação de queijos, sendo o restante destinado aos mercados do Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Amazonas, Acre e Minas Gerais.

A crise do setor leiteiro em nosso Estado, determinada basicamente pela ridícula e irrisória remuneração de R\$0,14 por litro, paga pelas indústrias de laticínios aos produtores, pode obrigar a destinação de maior quantidade do produto à fabricação de queijos, setor onde se pode alcançar até R\$0,30 por litro, de modo a retribuir os investimentos em "tecnificação", como a de utilizar ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento.

Examinada a questão de forma ampla, percebe-se que o maior problema enfrentado pelos produtores relaciona-se aos preços. O custo da produção é maior nas regiões Sul e Sudeste, assim como no sul de Goiás – que formam as bacias leiteiras dotadas de alta tecnologia em genética, alimentação e manejo –, do que no caso do produto obtido nas regiões ao norte, em regime extensivo.

Daí resultam variações de até 80% no volume do produto lácteo, em períodos de safra e entressafra, que não repercutem, em razão da origem da matéria-prima, no preço final.

Deve-se acrescentar que o Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), registrou que, entre julho de 1998 e junho de 1999, o Brasil importou 1,31 bilhão de litros de leite. Essa prática, se, de um lado, garantiu o normal funcionamento dos laticínios,

de outro, provocou uma redução de 41,7% nos preços pagos ao produtor nacional, nos últimos cinco anos.

No biênio 1999/2000, observou-se uma redução de 55% nas importações, tendo como causas a aplicação de medidas **antidumping** e a desvalorização do Real, que deixaram, na prática, o produto estrangeiro fora do mercado.

A redução, equivalente à metade do aumento interno do produto, permitiu que os produtores, incentivados pela citada restrição às importações, aumentassem em 11% a produção nacional.

No entanto, a desvalorização cambial, as medidas de racionamento de energia e as influências do mercado global provocaram a queda do poder aquisitivo e a redução do consumo, em prejuízo do produtor primário.

Ademais, o crescimento da produção interna não reverteu a demanda de importação, uma vez que o leite líquido deve ser aqui consumido em 48 horas e o leite em pó, de origem estrangeira, tem prazo de um ano para sua utilização.

A saída, portanto, seria a estocagem de leite em pó, em grande parte nacional, considerando-se também que o aumento do consumo depende da diminuição dos preços pagos pela indústria aos produtores.

Deve-se considerar, ainda, Sr. Presidente, que o produto, com a assinalada vida útil de um ano, oferece mais alternativas de comercialização, entre as quais se inserem a exportação e a possibilidade de venda em períodos de entressafra.

Acresce que, em Rondônia, o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – Pró-leite, instituído pelo Governador José Bianco, por meio do Decreto nº 8.812, de 30 julho de 1999, registrou, inicialmente, crescimento significativo da indústria de lácteos. Porém, os números referentes à produção do setor o situavam muito aquém dos índices de desempenho demonstrado pelas demais instâncias produtoras.

Além disso, os dados de condenação do produto por falta de qualidade alcançavam aproximadamente 2,42% do leite que chegava aos laticínios. Amazonas, Acre, Roraima, Pará, Amapá, São Paulo, Rio de Janeiro e alguns Estados do Nordeste detinham a maior fatia do mercado, embora Rondônia apresentasse preço competitivo, em razão de o processo de produção beneficiar-se do sistema extensivo, ocupando grandes áreas de pastagem, ao contrário dos sistemas de confinamento e semiconfinamento, que aumentam os custos.

Com o financiamento da Suframa, o projeto voltava-se para o crescimento de 50% da produção do leite e da produtividade do rebanho leiteiro do Estado, bem como a redução de 80% do leite condenado por insuficiência de qualidade.

Exigiam-se, para tanto, ações de melhoramento do manejo alimentar, reprodutivo e sanitário, capazes de garantir para o leite de Rondônia a manutenção do consumo existente e a abertura de novos mercados.

As metas estabelecidas pelo projeto previam um aumento do período de lactação de 197 para 300 dias e da produção de leite por lactação de 580 para 788 quilos; a redução do intervalo entre partos de 24 para 16 meses e da idade para a primeira cobertura de 28 para 18 meses; o aumento do índice reprodutivo de 50% para 75%; a diminuição da mortalidade entre recém-nascidos de 10% para 5% e da incidência de leite recusado por falta de qualidade de 2,2% para 0,44%, além da extinção da incidência de brucelose.

O projeto, Sr. Presidente, que soma uma receita de cerca R\$1,752 milhão para uma despesa de R\$1,31 milhão, aproximadamente, considerado o período de 1999 à metade de julho último, tem como fonte financiadora a parceria entre o Governo de Rondônia e a indústria de lácteos, oficializada pelo decreto já mencionado e financiada pelo fundo instituído em julho de 1999, prevendo incentivo de cerca de 35% sobre o valor dos impostos devidos pelo setor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há que se extrair dessas resumidas considerações a reflexão sobre a necessidade de o Governo Federal, pela mais forte e decisiva atuação do Ministério da Agricultura e Abastecimento, estabelecer medidas de concreto e permanente amparo a esse relevante setor da economia nacional. Vale lembrar que, cerca de quatro ou cinco anos atrás, o setor passou por idêntico problema, mas conseguiu contorná-lo, dada a coesão dos produtores, dos Governos Federal, Estadual e Municipal, com o fechamento das fronteiras e a proibição da triangulação do leite importado via Argentina e Uruguai.

Há que se ressaltar, ainda, a questão das multinacionais desse segmento de mercado instaladas no País, que, a cada dia, avançam mais sobre os produtores nacionais. É preciso que o Governo adote uma posição firme no sentido de conter esse avanço, sem prejudicar a vinda de capital estrangeiro para o País.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos propor uma política tal qual aquela que se realizou há quatro ou cinco anos. Quero, portanto, deixar algumas sugestões, como, por exemplo, a proibição pelo Governo do uso da embalagem com validade de seis meses para o leite longa vida. A substituição pela embalagem com validade de dois meses evitaria que as empresas produtoras estocassem o produto, para colocá-lo no mercado na entressafra. Certamente, isso demandaria uma estabilização do preço nacional.

Deixo também para reflexão do Governo a possibilidade de se estudar um preço mínimo para o leite, de forma a remunerar o produtor de leite com um mí-

nimo indispensável para que possa tirar o seu custo de produção e viver no campo com dignidade.

Há um problema que nos aflige a todos também: a questão do leite importado, usado na merenda escolar sobretudo por grandes prefeituras. Isso é um absurdo, considerando que os nossos produtores de leite estão à míngua em todo o Brasil, especialmente no Estado de Rondônia.

Finalmente, tenho outra proposta no sentido de aumentar a fiscalização sobre o leite **in natura**, estimulando, dessa forma, a sua industrialização.

Sr. Presidente, faço essas considerações, porque um dos setores da economia mais importantes para o Estado de Rondônia é exatamente o da produção de leite, mas os produtores vêm passando, no nosso Estado, por profundas dificuldades, todas agravadas pelo baixo preço do café e, principalmente, pelo engessamento da economia, proposto pela Medida Provisória nº 2.166, que impede o avanço da fronteira agrícola no Estado de Rondônia, bem como o uso de 80% da área das propriedades. Isso está fazendo com que o setor madeireiro, outra importante alavanca de desenvolvimento do nosso Estado, passe por sérias dificuldades.

Se considerarmos esses três pontos – o setor madeireiro, o preço do café e, agora, o preço do leite –, vamos verificar que a economia do Estado de Rondônia, lamentavelmente, tem decrescido e vai continuar decrescendo neste ano, com reflexos altamente negativos para o ano que vem.

Portanto, nesta oportunidade, venho a esta tribuna para fazer um apelo ao Governo Federal no sentido de que olhe para Rondônia, que passa verdadeiramente por momentos de muita dificuldade e, certamente, vai ter o seu Produto Interno Bruto diminuído.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Com muito prazer, concedo um aparte ao eminente Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Moreira Mendes, quero solidarizar-me com V. Ex^a por esse brilhante e oportuno pronunciamento. Na realidade, o que fazem com os produtores de leite no Brasil é uma humilhação. V. Ex^a já disse – e o disse bem – que o País importou nos últimos meses, no último ano, mais de um bilhão de litros de leite, sendo que o Brasil produz leite suficiente para abastecer o País e até para exportar. No entanto, importa leite para fazer concorrência com os pequenos produtores do nosso País, sacrificados, desesperançados, desestimulados e praticamente quebrados, falidos. Aliás, ainda outro dia, dessa mesma tribuna, eu disse que era o

momento de o Governo fazer o "Pró-Leite". Não fez o Proer? Não acudiu os bancos brasileiros com milhões e milhões de reais do nosso povo? Os produtores de leite estão quebrados. É hora, portanto, de o Governo instituir o "Pró-Leite" e salvar as milhares de famílias que vivem da produção do leite, que, por sua vez, emprega milhares e milhares de pessoas neste País: é a pessoa que tira o leite, a que recolhe e cuida do gado, a que transporta o leite, enfim, a geração de empregos é muito grande. No entanto, o Governo Federal não dá importância para os pecuaristas e para os agricultores, e importa alimentos, importa leite em uma concorrência injusta e desleal. Assim, quero dizer que todas as sugestões apresentadas por V. Ex^a são muito boas, inclusive estou estudando a possibilidade de apresentar um projeto de lei que proíba o Governo de importar produtos que existam em quantidade suficiente no nosso País, evitando essa concorrência desleal e injusta, que dificulta a geração de empregos no Brasil, mas os cria lá fora, em outros países. Receba os meus cumprimentos e a minha solidariedade. Sabemos que o Estado de Rondônia está sendo sacrificado, mas também outros Estados brasileiros, como Goiás e Minas Gerais, grandes produtores de leite. Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Maguito Vilela, agradeço o aparte de V. Ex^a. Quando V. Ex^a concluir esse projeto, quero subscrevê-lo também, porque entendo que é muito oportuno e importante.

Com relação à questão do lucro dos bancos, quero pegar um mote do seu aparte. Não sei se nos jornais de hoje ou de ontem, mas li uma reportagem estarrecidora: um único banco obteve algo em torno de R\$340 milhões de lucro líquido, ou seja, o lucro obtido depois de pagos os impostos. Isso significa um terço do orçamento total do Estado de Rondônia. Não é possível haver tanto dinheiro concentrado nas mãos de tão poucas pessoas, enquanto produtores de leite do Estado de Rondônia estão literalmente passando fome.

Quero repetir o que já disse aqui várias vezes: o Estado de Rondônia foi colonizado oficialmente por pequenos proprietários, e todas as terras foram dadas pelo Incra. Somos cerca de 95 mil pequenos produtores. Portanto, é aviltante ver o preço do café como está, o preço do litro do leite custando R\$0,14, mas um copo de 300 ml de água mineral custando cerca de R\$0,50 e uma única instituição bancária privada tendo um lucro absurdo. É absurdo, portanto, como diz o Senador Maguito Vilela, o Proer dar dinheiro a esses bancos para que cada vez enriqueçam mais, enquanto a população do meu Estado passa fome e está à beira de perder o pouco que tem, pois estão vendendo seu gado, ven-

dendo talvez a família para poder pagar os empréstimos no banco. Fico realmente muito entristecido com isso. Não sei onde vamos parar.

Quero encerrar, Sr. Presidente, fazendo mais um alerta: é preciso pensar na questão da agricultura no Brasil, é preciso pensar com seriedade na questão do leite, porque não é possível que levemos os nossos produtores rurais, sobretudo os pequenos, a essa condição de quase miséria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna tomado por um sentimento de tristeza política, motivada pelo resultado da reunião da Executiva Nacional do PMDB ocorrida na tarde de ontem. Uma vez mais, comandado por um grupo de pessoas que parece mais sintonizado com os interesses do Palácio do Planalto do que com a sociedade e com o Partido a que pertencem, o PMDB caminha na contramão, relegando uma tradição histórica de democracia e respeito à sua militância e ao povo brasileiro.

A definição da realização de prévias com apenas 3.870 votantes é um golpe mortal nas pretensões do Partido de ter um candidato competitivo nas eleições presidenciais de 2002, se não for o prenúncio de algo ainda pior: o sepultamento definitivo da tese da candidatura própria.

Quando da campanha para a eleição do novo diretório nacional, fizemos o alerta para a importância de se eleger uma direção que estivesse desatrelada do Governo Federal e comprometida com o anseio das bases de ter candidato próprio à Presidência da República. Na época, recebemos críticas internas por isso. Eu, pessoalmente, fui acusado de estar enfraquecendo o Partido ao expor publicamente suas divergências. Lamentavelmente, tudo que estávamos prevendo começa a acontecer.

Uma vez mais, o grupo dos que se autodenominam governistas tenta tolher a participação da militância peemedebista, excluindo das prévias os mais importantes agentes políticos do Partido, que são os vereadores e os membros dos diretórios municipais. São essas pessoas, 12 mil vereadores e 80 mil membros de diretórios municipais Brasil afora, que carregam a campanha do Partido, cada um em sua cidade, no contato direto com o eleitor, no trabalho anônimo e obstinado que, ao longo dos anos, fez do PMDB o maior e o melhor Partido político do Brasil.

Excluir os vereadores e os membros dos diretórios municipais das prévias é como excluí-los da cam-

panha, é abrir mão do maior patrimônio político do PMDB, que é a sua presença em todas as regiões do Brasil. Como é que o Partido pode exigir trabalho e fidelidade dessas pessoas a um candidato que não ajudaram a escolher, que não foi legitimado por seus companheiros de Partido? Isso não é possível. A persistir nesse caminho, o PMDB corre o sério risco de novamente ter um candidato fora de sintonia com o Partido e com o País e de ver repetido o fiasco eleitoral dos últimos pleitos presidenciais que disputou.*

Será que a Executiva do Partido, integrada por Senadores e Deputados Federais, dispensará o trabalho dos Vereadores nas suas próprias eleições o ano que vem? Será que os Deputados Federais e Senadores integrantes da Executiva do PMDB dispensarão o apoio dos diretórios municipais na campanha eleitoral do ano que vem?

Ora, a mudança de regras para as prévias representa um golpe na própria Convenção, que deveria ser soberana e estar acima de qualquer outra instância partidária. A Convenção definiu por prévias amplas com todos os filiados. O próprio Presidente eleito do PMDB, o Deputado Michel Temer, divulgou documento em que falava em mais de 150 mil votantes nas prévias do PMDB. Mudar as regras agora é rasgar a própria Convenção e levar o PMDB para um processo passível de vícios e de manipulação.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a vem a esta tribuna para manifestar o descontentamento, mais do que isso, a preocupação da cúpula do PMDB, da Executiva Nacional do Partido, que desdiz o que disse, retira o que escreveu e vem com uma nova postura para tentar barrar uma candidatura natural à Presidência da República do nosso Partido. Lamento profundamente, repudio essa ação nefasta à democracia brasileira e me pergunto por que tanto medo de uma candidatura à Presidência da República do PMDB, da candidatura de Itamar Franco à Presidência da República se Itamar Franco, que foi Presidente da República, deixou o Governo com 82% de aceitação popular, se é Governador de Minas Gerais e é respeitado por 65% dos mineiros. Por que o Palácio do Planalto prepara uma ação tão forte contra o nosso Partido, ceifando o nosso direito de ter candidato à Presidência da República, se foi Itamar Franco quem nomeou o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso, primeiramente como Ministro das Relações Exteriores e posteriormente como Ministro da Fazenda, o que possibilitou a criação do Pla-

no Real? Por que temer tanto Itamar Franco se a pesquisa não lhe é tão favorável? Por que montar esse esquema no nosso Partido para dilacerá-lo? Não merecemos, pela história em favor da democracia neste País, uma insânia tão forte em cima do nosso Partido. Queremos ter o direito de escolher um candidato à Presidência da República sem manipulações, sem mecanismos de proteção e sem compra de votos na nossa Convenção. Meu querido Senador Maguito Vilela, V. Ex^a tem o nosso apoio, o nosso desejo, a nossa luta em prol da ampliação do Colégio Eleitoral, para democratizar essa pesquisa interna dentro do nosso Partido, a fim de escolher um candidato, seja Itamar Franco ou Pedro Simon, os dois nomes apresentados neste momento. O PMDB precisa ter um candidato à Presidência da República. Merecemos esse direito, porque somos o maior Partido deste País, com o maior número de Senadores, um grande número de Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos e milhares de Vereadores. V. Ex^a colocou muito bem: será que nós, Deputados e Senadores, vamos dispensar os Vereadores, para pedir votos, de casa em casa, em todas as cidades deste País? Por que o PMDB, o Partido que fez essa democracia no Brasil, vai deixar de lado os seus Vereadores espalhados numa consulta popular nesse universo do nosso Partido? Meu querido Senador Maguito Vilela, V. Ex^a, que nos liderou, porém ficou sozinho, sendo colocado de lado na Convenção e na Executiva do Partido, tinha o direito de ter 37% da Executiva do Partido, mas foi marginalizado também por esquemas do Palácio do Planalto. Mas V. Ex^a está de pé, lutando para que reine a democracia dentro do PMDB. Ela reinará, e o PMDB terá candidato próprio à Presidência da República, se Deus quiser.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e informo que o PMDB tem exatamente 11.373 Vereadores neste País que estão sendo excluídos e que não participarão da prévia da escolha do Presidente da República. Agora quero saber se aqueles que estão excluindo os Vereadores vão dispensar o seu apoio e o seu voto lá em seus Municípios na eleição do ano que vem.

O PMDB, Senador Mauro Miranda, tem 11.373 Vereadores, 1.263 Prefeitos espalhados por este País, 159 Deputados Estaduais, 88 Deputados Federais, 24 Senadores da República, 5 Governadores de Estado, 27 Diretórios Estaduais e 2.614 Diretórios Municipais espalhados por este País. É este Partido gigantesco que quer escolher o candidato a Presidente da República com apenas três mil e poucos eleitores.

Olha, quem quer ser candidato à Presidência da República do Brasil não pode temer as suas próprias

bases, não pode temer uma disputa interna. Quem quer ser candidato à Presidência da República e enfrentar 70 milhões de eleitores Brasil afora tem que enfrentar as bases do seu Partido, passar por elas, receber o apoio deste Partido para depois se credenciar candidato à Presidência da República.

A eleição presidencial não é colegiada. Trata-se de um pleito direto e popular, em que tem direito a voto mais de 70 milhões de brasileiros. Não adianta vencer prévias viciadas e não ter o apoio do conjunto partidário depois. Um candidato que foge de uma disputa democrática dentro do próprio partido certamente não terá condições de disputar nenhuma eleição, muito menos a de Presidente da República.

Quem se julga incompetente para convencer 100 mil pessoas dentro do seu próprio partido não tem a menor condição de enfrentar uma eleição democrática para Presidente. Se esse candidato não tem elementos para convencer os membros de seu partido, como é que vai convencer o conjunto da sociedade brasileira?

Na eleição presidencial não vale a barganha e nem a pressão, mas o debate das idéias e das propostas. Vale o trabalho entusiasmado da militância. Vale a união do partido. Militância e união que só se conquistam em um jogo limpo, de onde surge um candidato comprometido com um projeto de mudanças para o Brasil, um nome competitivo, desatrelado deste Governo que não consegue mais atender aos anseios da sociedade brasileira. Um candidato de proveta ungido pela troca de favores políticos não terá legitimidade na disputa, não terá legitimidade sequer para exigir do próprio partido apoio e trabalho.

Mas ainda temos tempo de mudar o rumo das coisas. A decisão tomada ontem pela Executiva Nacional precisa ainda ser referendada pelo Conselho Político. Ainda é possível corrigir esse equívoco, para que tenhamos condições de construir uma candidatura presidencial legítima, sintonizada com as bases partidárias e com a sociedade brasileira. Caso contrário, as dissidências internas serão inevitáveis. O Partido entrará para as eleições presidenciais do ano que vem totalmente dividido, com muitos de seus líderes importantes apoiando outros candidatos, com a militância desunida e totalmente desmotivada. O candidato do maior Partido do Brasil correrá o risco de ficar sem palanque e sem aliados em muitos Estados.

Faço este alerta, agora, porque temos tempo de refazer as coisas. Mais do que um alerta, faço um apelo ao Presidente Michel Temer. Apelo para sua responsabilidade de Presidente do maior, melhor e mais querido Partido deste País.

O PMDB é um Partido forte e aguerrido. Sua história confunde-se com a própria história recente do

Brasil. Não há um fato importante no País nos últimos anos em que o PMDB não tenha tido participação decisiva. Todas as pesquisas feitas no Brasil comprovam que o PMDB é o Partido de maior capilaridade em todos os Estados.

Mas não há fortaleza que resista a sucessivos golpes. Temos cometido equívocos nos últimos pleitos presidenciais, que nos custaram perdas enormes. Se persistirmos errando, corremos o risco de esfacelar de vez o PMDB como Partido nacional. Temos que aprender com os erros do passado e não insistir no caminho que tem transformado nosso Partido em uma instituição fragmentada.

A chance que temos é agora. Façamos as prévias amplas, com a participação da militância do PMDB em todo o País. Respeitando a vontade da maioria, teremos um candidato forte, com legitimidade para sair pelo Brasil em busca do apoio necessário para realizar as transformações sociais e econômicas que o País tanto anseia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes que os patrulhadores de plantão venham, uma vez mais, censurar-me pela franqueza e pela transparência com que acredito que as coisas devam ser tratadas, quero dizer que essas palavras estão sendo proferidas com a melhor das intenções. Trata-se, antes de tudo, de um alerta à direção do Partido. São observações construtivas que faço em tempo para que possa haver uma mudança de rumos.

O que peço à Direção Nacional, em especial ao Presidente Michel Temer, é uma reflexão sincera sobre a importância e a gravidade do momento vivido pelo País e pelo PMDB. Vamos deixar de lado os interesses do Planalto e pensar grande, pensar nesse nosso Partido fantástico, pensar no Brasil, acima de tudo.

Não podemos nos acovardar nem nos omitir nesta hora. Dos grandes homens públicos e das grandes agremiações partidárias esperam-se coragem, trabalho e muita dedicação pela Nação nos momentos mais difíceis. É isto que a sociedade brasileira espera de todos nós: coragem para declararmos nossa independência e lançarmos um candidato forte à sucessão presidencial; dedicação na construção e na execução de um projeto novo para o Brasil, que priorize o social sobre o econômico, o interesse nacional sobre o interesse estrangeiro, e trabalho incessante e obstinado em favor das camadas mais pobres da população brasileira, com as quais sempre estivemos em sintonia e a qual, realmente, necessita do amparo de programas governamentais.

Confio na responsabilidade e na sensibilidade política do Presidente Michel Temer e do Conselho

Político, para mudar a decisão de ontem da Executiva do Partido. Ainda há tempo. Será bom para o PMDB. Será bom para o Brasil.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao ilustre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. Acompanho com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, que denota um fundo de decepção e de revolta, plenamente justificáveis. Muitos poderão censurá-lo por trazer ao plenário do Senado uma questão interna do PMDB, mas, de antemão, manifesto o meu irrestrito apoio ao pronunciamento de V. Ex^a, que não poderia ser mais oportuno. Afinal esta Casa é constituída de políticos, e políticas, e seu discurso trata de uma questão absolutamente política a respeito de um dos maiores Partidos de nosso País. Endosso as manifestações de V. Ex^a, porque o que está acontecendo no PMDB é, sob todos os aspectos, inconcebível. Num determinado momento, quando buscávamos a disputa do Diretório e V. Ex^a encabeçava uma chapa, contrariando visivelmente os interesses do Palácio do Planalto, tivemos a honrabilidade de devolver ao Presidente da República as funções destacadas para indicação dos companheiros do PMDB de Goiás. E o fizemos por entender que, naquele momento, o PMDB precisava assumir uma posição de independência, para atender aos interesses maiores de nosso País. Estou certo de que o nosso companheiro Michel Temer, pessoa que sempre respeitei e com quem sempre mantive um relacionamento fraterno, amigável e respeitoso, ao disputar com V. Ex^a e sentir o clamor das bases por uma candidatura própria, não demorou a colocar nas mãos de cada companheiro uma carta-compromisso onde, dentre alguns itens, ele falava na prévia, da qual deveriam participar em torno de 150 mil peemedebistas. Ontem, ao ouvir o noticiário de que as coisas estavam tomando um rumo diferente, tomei a liberdade de telefonar ao Presidente Nacional do meu Partido, companheiro Michel Temer e fazer as minhas ponderações a respeito. Fiz a ele um alerta: "Presidente, companheiro, não jogue por terra todo um passado de respeito e consideração que V. Ex^a construiu na vida pública. Não faça isso. Em um Partido da dimensão do PMDB não se pode fazer o que os estudantes fazem nas disputas políticas estudantis". Não quero aqui fazer um discurso paralelo ao de V. Ex^a, que faz um grande discurso, um grande pronunciamento, mas prometo vir a esta tribuna manifestar o meu repúdio caso a Executiva Nacional do PMDB e o Conselho do Partido não reparem essa agressão

política que se pratica contra as bases do PMDB. Tenho autoridade para fazê-lo, Senador Maguito Vilela, como o têm todos os companheiros do Partido. Tenho talvez mais um pouco, porque o PMDB se fortaleceu a cada momento em que a ditadura cassava o mandato de um companheiro, prendia outro ou mandava um outro para o exílio. O Partido se agigantava na alma do povo. Fui cassado justamente por não ceder à pressão da ditadura e não atender ao imperativo de um general comandante que, no comando do Planalto, eu prefeito, era categórico: "Ou entra na arena ou não terá água". Preferi ser cassado, perder os meus direitos políticos, a fraquejar com um partido que representava o sentimento de um povo, sobretudo o dos mais oprimidos. Não se pode brincar com um Partido dessa natureza, que, sofrendo muitas vezes inconseqüências de dirigentes, continua forte, continua o maior Partido deste País. Voltarei à tribuna caso o Conselho do Partido não corrija essa selvageria política que tenta praticar contra aqueles que se movem por um ideal. Virei aqui fazer denúncias e fazer com que aqueles que irresponsavelmente dirigem o nosso Partido tenham, diante dos companheiros, o tratamento que realmente passariam a merecer. Não quero condená-los por esses erros, porque errar é humano, mas o que não é admissível é que persistam no erro, brincando de fazer política, brincando com a honorabilidade política dos outros, brincando com uma população que ainda se esforça para acreditar nos políticos do nosso País. Meus parabéns pelo pronunciamento oportuno de V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Peço a tolerância do Sr. Presidente para que eu possa ouvir os nobres Senadores Roberto Requião e Casildo Maldaner, dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente, que me solicitaram um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Maguito Vilela, peço tanto a V. Ex^a quanto aos apartantes a maior brevidade possível, uma vez que o tempo de V. Ex^a já está esgotado e a pauta é grande.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Maguito Vilela, todas as pesquisas de opinião de todos os institutos, dos mais sérios aos menos sérios, demonstram que hoje existem dois partidos com prestígio no Brasil: em primeiro lugar, o PT; em segun-

do lugar, o nosso velho MDB. A direção do nosso Partido conseguiu ganhar a convenção com uma equação extraordinariamente interessante: prometia a possibilidade da candidatura própria sem parar de "lamber a rapadura". Pretendia lambar a rapadura até que a língua sangrasse. "Continuaremos no Governo, liberando emendas, viabilizando favores e garantindo nomeações." Mas, na última hora, Michel Temer, vestido de Robin Hood, com o seu arco e a sua flecha, combateria o Governo, garantindo candidatura própria. Ledo engano de quem acreditou nessa proposta. E, hoje, o PMDB está desmontado. Culpa de quem? Culpa nossa. O uso do cachimbo entorta a boca. Essa adesão fisiológica vem sendo mantida há mais de sete anos, desde que nós, que disputamos com Fernando Henrique, passamos a concordar com o Governo em troca de uma adesão fisiológica. Estamos pagando o preço. Mas eu me entusiasmo com o discurso empolgado do Senador Iris Rezende e quero fazer aqui uma sugestão a V. Ex^a, ao Senador Iris Rezende e ao Senador Mauro Miranda: vamos assumir nós, que, de certa forma, representamos a cepa original do velho MDB de guerra, um compromisso, o de que não deixaremos o PMDB na mão dessa gente que pretende aderir ao Governo Federal. Vamos assumir o compromisso de, se os candidatos que se lançarem na disputa, por alguma circunstância, desistirem, conversar e lançar um candidato à Presidência da República por esse Partido, que teve excepcionais governadores e que não pode furtar-se à responsabilidade que tem com relação à expectativa popular. Não vamos deixar um Temer solitário ser um não-candidato, ser o candidato da adesão e da negociação com um Governo completamente desgastado, que é o Governo Fernando Henrique Cardoso. O meu sonho, Senador Maguito Vilela, era que as Oposições tivessem um candidato único; era PDT, PT e PMDB enfrentando, num primeiro e definitivo turno, essa proposta neoliberal que vem desgraçando o País, marginalizando populações e causando desastres na nossa economia. No entanto, se isso não for possível, Senadores Iris Rezende, Mauro Miranda e Maguito Vilela — que hoje se pronunciaram —, assumamos o compromisso de garantir ao Partido candidatura própria, seja a do Pedro Simon, seja a do Itamar Franco, seja a candidatura de um ex-governador do Partido, que garantirá a posição e a postulação de uma proposta diferenciada nas próximas eleições. Apresento esta proposta e espero a adesão dos companheiros. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Quanto à sua proposta, já concordamos com ela há muito tempo.

Concedo um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Maguito Vilela, primeiramente quero dizer que a decisão de ontem da Executiva não tem poderes para alterar uma resolução do Conselho Político Nacional. Já há uma resolução nacional — e inclusive havia na época em que presidia o Partido o companheiro catarinense Luiz Henrique da Silveira, quando o fórum e o universo eram outros, e não o que a Executiva tentou estipular ontem. Portanto, a Executiva não tem competência para dizer qual é o universo que votará nas prévias do dia 20 de janeiro. Ela tem a função de cumprir decisões que já estão estabelecidas. A do Conselho de Política Nacional é outro universo. Em segundo lugar — nesse caso, falo como Presidente da seção do nosso Partido, em Santa Catarina —, estamos convocando uma reunião da Executiva para segunda-feira, quando tiraremos uma moção, do nosso Estado, dirigida ao Conselho Político Nacional, de que nós, catarinenses, não aceitamos a alteração desse quórum. Não aceitamos. E que se cumpra aquilo que foi decidido na Convenção Nacional do último dia 9 de setembro, ou seja, que as prévias serão realizadas no dia 20 de janeiro e, acima de tudo, a candidatura própria à Presidência da República. Por isso, Senador Maguito Vilela, receba a homenagem e a solidariedade dos catarinenses.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a. Considero da maior importância essa batalha de Parlamentares e Senadores do PMDB para o processo de escolha de um candidato do Partido à Presidência da República, que, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, lutou para que fosse extinto o Colégio Eleitoral. Estivemos juntos na batalha das "Diretas já!". Portanto, considero próprio que cada um de nossos Partidos esteja, a esta altura, aperfeiçoando o processo democrático de escolha dos candidatos à Presidência da República. Da mesma maneira, no âmbito do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, tenho propugnado para que haja a realização de prévia, precedida de debates, a fim de

que todos os mais de novecentos mil filiados possam estar conscientes e participem da escolha do candidato à Presidência da República. Senador Maguito Vilela, eu também estranhei a decisão da Executiva do PMDB, porque ela afeta a democracia. Nós estivemos lado a lado na campanha das Diretas Já!, em 1984, e restringir o colégio eleitoral agora, restringir o número de pessoas que terá direito de escolher o candidato a Presidente da República é algo que afeta toda a Nação. Ainda que, portanto, V. Ex^a esteja discutindo algo afeito ao seu Partido, o PMDB, eu aqui resolvo dar-lhe o aparte porque, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, estou dizendo aos meus companheiros para darmos o exemplo, com a realização de prévias. Eu estou inscrito, Luiz Inácio Lula da Silva deverá se inscrever, e é a expectativa. O Prefeito Edmilson Rodrigues, de Belém do Pará, estará no Senado amanhã e combinou dialogar comigo, porque queremos que haja um procedimento exemplar para a democracia. Eu tenho conversado com a Senadora Heloísa Helena, com os Senadores Tião Viana e José Eduardo Dutra, bem como com todos os meus companheiros sobre a importância de aperfeiçoarmos a democracia. Por essa razão, congratulo-me com as palavras de V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado. Realmente, esse não é um problema apenas do PMDB, mas do Brasil, da democracia no nosso País.

Agradeço muito.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um brevíssimo aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – O último aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a compreensão de V. Ex^a, por gentileza, para que seja realmente o último aparte e solicito ao ilustre apartante a maior brevidade possível, porque já estamos em muito extrapolando o tempo e temos que entrar na Ordem do Dia.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Maguito Vilela, não podemos exacerbar na questão da decisão do nosso Partido sobre o candidato à Presidência da República, até porque a convenção decidiu que vamos ter candidato próprio. Essa decisão é inarredável, é irreversível. Eu votei contra a decisão da Executiva, votei pela prévia ampla, como membro da Executiva, e acho que podemos avançar mais, incluindo os Vereadores e os Vice-Prefeitos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – É a minha proposta.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Essa tese é simpática à maioria do Partido. Dessa forma, vamos ficar com um colégio razoável, que dá para definir bem internamente no Partido. Desse modo, o que precisamos fazer é dialogar e o nosso Partido sairá vitorioso dessa prévia, com uma candidatura muito forte e com condições de ganhar a Presidência da República. Precisamos conversar muito, articular muito e unificar o máximo possível o nosso Partido.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – É justamente por isso, Senador, que estou provocando o PMDB nacional: para que os Vereadores participem. Se os excluirmos agora, eles não vão se sentir na obrigação de trabalhar pelo candidato a Presidente, a Governador, a Senador ou a Deputado.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Eu concordo com V. Ex^a quando diz que esse é um assunto que interessa a todo o Brasil. O aparte do Senador Eduardo Suplicy – tenho certeza de que não foi a intenção de S. Ex^a – poderá gerar um mal entendido, por isso gostaria de fazer um registro. As prévias, no PT, são estatutárias – fazem parte do Estatuto do Partido, aprovado no Congresso do PT, que só poderá ser modificado em outro Congresso – e todos os filiados participam delas. Portanto, no caso do PT, se houver mais de um candidato, vai haver prévias. Essa é uma questão estatutária no PT. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito as Sr^{as} e os Srs. Senadores, bem como o nosso Presidente, hoje a figura maior do nosso Partido, líder incontestável, que, tenho certeza absoluta, marchará com a nossa idéia de reunir um colégio eleitoral amplo para a escolha do nosso candidato a Presidente da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Benício Parentes de Sampaio, primeiro suplente convocado da representação do Estado do Piauí, em virtude de renúncia do titular, Senador Hugo Napoleão.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma, que se
publicado na forma regimental, e os demais de
mentos exigidos por lei.



É o seguinte o diploma encaminhado à
Mesa:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL

Diploma

O Desembargador *AUGUSTO FALCÃO LOPES*, Presidente
do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, *CONFERE*, nos
termos do Art. 215 do Código Eleitoral, o presente *DIPLOMA*
de *Suplente de Senador da República* _____ ao cidadão
Benício Parentes de Sampaio
proclamado eleito no pleito realizado em *03 de outubro* de mil
novecentos noventa e quatro (1994), com *500335* votos,
pela legenda *da coligação "Vontade do Povo"*
(PPR/PTB/PT/PPS/PR) _____ para o
período de *01 de fevereiro* de 1995 a *31 de janeiro* de 2003.

Teresina (PI), *15 de dezembro* de 1994.

Des. Augusto Falcão Lopes
Presidente do TRE-PI

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Assim sendo, designo Comissão formada pelos ilustres Srs. Senadores Freitas Neto, Luiz Otávio e Juvêncio César da Fonseca para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

Convido todos os Srs. Senadores a, por gentileza, ficarem de pé a fim de ouvirmos o compromisso legal do Sr. Benício Parentes de Sampaio.

O SR. BENÍCIO PARENTES DE SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Benício Parentes de Sampaio, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que assumindo nesta data a representação do Estado do Piauí, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do PPB.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2001. – **Benício Sampaio.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2001

Altera a Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 5º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigor acrescido do seguinte inciso VII:

Art. 5º.

VII – autorizar a importação de produtos agrícolas cuja produção nacional atenda às necessidades físicas do abastecimento interno.(AC)

Art. 2º A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigor com o seguinte acréscimo:

Art. 42-A. As importações de produtos agrícolas, cujo volume produzido satisfaça a demanda interna, dependerão de aprovação prévia do Conselho Nacional de Política Agrícola. (AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Conforme o disposto na Lei nº 8.474, de 30 de janeiro de 1991, cabe ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), dentre outras atribuições, orientar a elaboração do Plano de Safra e propor ajustes ou alterações na política agrícola do País. A adoção de medidas capazes de reduzir o impacto de práticas protecionistas pelos maiores exportadores mundiais passa pela restrição das importações de produtos tradicionalmente produzidos pelos agricultores brasileiros, como leite, alho, cebola e feijão.

Assim, ao atribuir ao referido Conselho a responsabilidade de autorizar as eventuais importações de produtos agrícolas, buscamos garantir a transparência das decisões envolvendo esse processo, bem como garantir aos produtores brasileiros a possibilidade de que seus representantes sejam ouvidos, quando do estabelecimento das políticas de comercialização.

As prolongadas discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre as práticas protecionistas adotadas nos países membros revelam a profundidade da crise. A prática de estabelecer mecanismos protecionistas para o setor rural nos países industrializados persiste, mesmo com a maior globalização dos mercados, muitas vezes com prejuízo para os produtores agrícolas dos chamados países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil.

Na certeza de que a aprovação deste projeto de lei ajudará os produtores agrícolas brasileiros, peço sua aprovação nos termos em que se apresenta.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2001. – Senador **Maguito Vilela.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO II**Da Organização Institucional**

Art. 5º É instituído o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), vinculado ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), com as seguintes atribuições:

- I – (Vetado);
 - II – (Vetado);
 - III – orientar a elaboração do Plano de Safra;
 - IV – propor ajustamentos ou alterações na política agrícola;
 - V – (Vetado);
 - VI – manter sistema de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola.
- § 1º O Conselho Nacional da Política Agrícola (CNPA) será constituído pelos seguintes membros:
- I – um do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
 - II – um do Banco do Brasil S.A.;
 - III – dois da Confederação Nacional da Agricultura;
 - IV – dois representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);
 - v – dois da Organização das Cooperativas Brasileiras, ligados ao setor agropecuário;
 - VI – um do Departamento Nacional da Defesa do Consumidor;
 - VII – um da Secretaria do Meio Ambiente;
 - VIII – um da Secretaria do Desenvolvimento Regional;
 - IX – três do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA);
 - X – um do Ministério da Infra-Estrutura;
 - XI – dois representantes de setores econômicos privados abrangidos pela Lei Agrícola, de livre nomeação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA);
 - XII – (Vetado);
- § 2º (Vetado).

§ 3º O Conselho Nacional da Política Agrícola (CNPA) contará com uma Secretaria Executiva e sua estrutura funcional será integrada por Câmaras Setoriais, especializadas em produtos, insumos, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e demais componentes da atividade rural.

§ 4º As Câmaras Setoriais serão instaladas por ato e a critério do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, devendo o regimento interno do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) fixar o número de seus membros e respectivas atribuições.

§ 5º O regimento interno do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) será elaborado pelo Ministro da Agricultura e Reforma Agrária e submetido a aprovação do seu plenário.

§ 6º O Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) coordenará a organização de Conselhos Estaduais e Municipais de Política Agrícola, com as mesmas finalidades, no âmbito de suas competências.

§ 7º (Vetado).

§ 8º (Vetado).

Brasília, 17 de janeiro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR**, – **Antonio Cabrera Mano Filho**.

LEI Nº 8.174, DE 30 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre princípios de Política Agrícola, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de fixação e liberação dos estoques públicos.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 293, de 1991, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Além das atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola definidas em lei, compete ainda àquele colegiado:

I – controlar a aplicação da Política Agrícola, especialmente no que concerne ao fiel cumprimento dos seus objetivos e a adequada aplicação dos recursos destinados ao setor;

II – orientar na identificação das prioridades a serem estabelecidas no Plano de Diretrizes Agrícolas, tendo em vista o disposto no inciso anterior;

III – opinar sobre a pauta dos produtos amparados pela política de garantia dos preços mínimos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que deverão ser publicados, pelo menos, 60 dias antes do plantio, mantendo-se atualizados até a comercialização da respectiva safra, considerando as sazonalidades regionais; e

IV – assessorar o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária na fixação, anualmente, dos volumes mínimos do estoque regulador e estratégico para cada produto, tipo e localização, levando-se em conta as necessárias informações do governo e da iniciativa privada.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Agrícola será presidido pelo Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária.

Art. 2º Os produtos agrícolas que receberem vantagens, estímulos tributários ou subsídios diretos ou indiretos no país de origem, desde que os preços de internação no mercado nacional caracterizem-se em concorrência desleal ou predatória, terão tributação compensatória, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAA).

Art. 3º Os estoques públicos serão liberados pelo Poder Público quando os preços de mercado se situarem acima de um preço de intervenção, atendidas as regras disciplinadoras da intervenção do governo no mercado.

Art. 4º Os preços de garantia dos produtos de consumo alimentar básico da população, nas operações de financiamento e garantia de compra pelo Governo Federal, realizadas com pequenos produtores, deverão guardar equivalência com os valores dos financiamentos de custeio de forma a evitar a defasagem entre o preço de garantia e o débito com o agente financeiro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de janeiro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **Nelson Carneiro**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2001

Susta a aplicação do Decreto nº 4.010, de 12 novembro de 2001, que “Dispõe sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada aplicação do Decreto nº 4.010, de 12 de novembro de 2001.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os servidores públicos federais estão passando sérias dificuldades com a política salarial recessiva imposta pelo Governo Federal.

Este processo iniciado há alguns anos vem sendo paulatinamente, e em doses homeopáticas sendo imposto a esses trabalhadores, seja por meio de leis específicas originárias do próprio Poder Executivo, seja através de posicionamentos políticos oriundos do nosso parlamento, sendo o último aceitável por ser democrático, ainda que do ponto de vista social tenha profunda conotação depreciativa. Mas é resultado de discussão política.

Agora, por meio do Decreto nº 4.010, de 12 de novembro de 2001, surge novamente o braço de ferro contra o servidor público federal, sem antes haver a discussão política, sujeitando o já sofrido servidor público a mais uma ameaça recessiva.

A aplicação deste decreto é simples. O Superministro é quem determinará as folhas de pagamento de todos os ministérios, autárquica e fundacional, limitando assim a discussão setorial. Tira a responsabilidade de cada ministro, de cada presidente dos órgãos atingidos, da discussão da aplicação da remuneração.

E, por ser uma afronta ao servidor público federal, não poderia deixar de me manifestar através da ação legislativa, que ora faço por meio deste projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

**DECRETO Nº 4.010
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001**

Dispõe sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão mandar processar a folha de pagamento dos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, após liberação de recursos para o respectivo pagamento, mediante expressa autorização do Presidente da República.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os Decretos nºs 3.962, de 10 de outubro de 2001, e 3.999, de 5 de novembro de 2001.

Brasília, 12 de novembro de 2001; 180E da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Martus Tavares.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 13-11-2001.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 746, DE 2001 – CN
(nº 1.266/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995 – CN, indico o Senhor Deputado Heráclito Fortes para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional.

Brasília, 19 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Sr. Senadores, para honra nossa o ilustre Deputado Heráclito Fortes se encontra neste plenário e o saudamos em nome da Casa.

A matéria lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 693, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 167 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na Ordem do

Dia, por estar em condições de nela figurar, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001, que Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2001. – **Osmar Dias**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 215 do Regimento Interno.

A matéria constará da Ordem do Dia a partir de amanhã.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Estado do Paraná, queremos agradecer a V. Ex^a, que nos dá, nesta oportunidade, uma contribuição para o debate nesta Casa, o que pode levar à criação dos Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais e no Paraná. É claro que ainda deveremos aprovar a matéria em plenário, mas V. Ex^a nos dá essa oportunidade. Dessa forma, queremos, em nome do Estado do Paraná, agradecer a V. Ex^a pelo fato de a ter colocado, de forma urgente, em pauta, permitindo esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço, em nome da Mesa, a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 1.337 e 1.338, de 2001, Relator: Senador Romeu Tuma,

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 a 4 e 7 a 9, e parcialmente às Emendas nºs 5, 6 e 10, nos termos das Subemendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, respectivamente; e

– da Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 a 4, 7 e 8, e parcialmente às Emendas nºs 5, 6, 9 e 10, nos termos das Subemendas nºs 1 a 4-CAS, que apresenta, respectivamente.

A Presidência presta os seguintes esclarecimentos ao Plenário.

Ao projeto foram apresentadas dez emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no prazo único previsto no art. 122, inciso II, letra b, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, as quais foram publicadas na forma regimental.

Uma vez que a matéria tramita em regime de urgência constitucional, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais apreciaram simultaneamente o projeto e as emendas a ele oferecidas.

As conclusões dos pareceres das referidas Comissões foram concordantes, salvo quanto à Emenda nº 9, acolhida integralmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e acolhida, na forma de subemenda, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência comunica ao Plenário que, em obediência ao disposto no inciso III do art. 124 do Regimento Interno, é final o pronunciamento das Comissões sobre as emendas, salvo quanto à Emenda nº 9, sobre a qual houve discordância. Essa emenda será submetida à deliberação do Senado, sem discussão.

Em discussão o projeto, nos termos dos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos dos pareceres das Comissões, ressalvada a Emenda nº 9 e respectiva Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, de parecer discordante.

Não há oradores para encaminhar a votação. Declaro, assim, encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto, nos termos dos pareceres, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "sim", pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Governo encaminha o voto "sim".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto "sim".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, apenas para um esclarecimento.

Está em votação o parecer, ressalvadas as emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em votação o projeto, nos termos dos pareceres das Comissões, ressalvada a Emenda nº 9 e respectiva Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, de parecer discordante, que será votada a qualquer momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A n.º 9 é que foi do acordo, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, as Emendas nºs 3 e 6, se não me engano, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que foram aprovadas, estão em votação agora?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Foram aprovadas pela Comissão e serão submetidas à apreciação do Plenário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Quais emendas serão submetidas à votação em separado?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em votação o projeto, nos termos dos pareceres das Comissões, ressalvada a Emenda nº 9 e respectiva Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, de parecer discordante. (Pausa.)

Srs. Senadores, por gentileza, a aprovação do projeto... Senador José Eduardo Dutra...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – O Bloco vota a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em votação o Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 2001.

A aprovação do projeto implica a aprovação simultânea das Emendas nºs 1 a 4, 7 e 8, bem como das Subemendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e nºs 1, 2 e 4, da Comissão de Assuntos Sociais, às Emendas nºs 5, 6 e 10.

Em votação o projeto, da forma como li. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Em votação a Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, à Emenda nº 9, que tem preferência regimental.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Votando a Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, à Emenda nº 9 fica revogada. Então, queremos votar a Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, à Emenda nº 9?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É essa. É essa a emenda que está em votação, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – É isso que está sendo votado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse foi o resultado do acordo feito com a Senadora Emília Fernandes, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, é essa que está em votação. O Plenário votou acertadamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, o Governo encaminha favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria já foi votada.

Aprovada a Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais, ficando prejudicada a Emenda nº 9.

Aprovado o projeto, nos termos dos pareceres às Emendas nºs 1 a 4, 7 e 8, às Subemendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nºs 1, 2 e 4, da Comissão de Assuntos Sociais, bem como à Subemenda nº 3, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2001 (Nº 5.074/2001, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Tramitando em regime de urgência,
nos termos do art. 64, § 1º da Constituição)

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Estão sujeitos a controle e fiscalização, na forma prevista nesta lei, em sua fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização, todos os produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo às substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica que não estejam sob controle do órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 2º Para efeito de aplicação das medidas de controle e fiscalização previstas nesta lei, considera-se produto químico as substâncias químicas e as formulações que as contenham, nas concentrações estabelecidas em portaria, em qualquer estado físico, independentemente do nome fantasia dado ao produto e do uso lícito a que se destina.

Art. 2º O Ministro de Estado da Justiça, de ofício ou em razão de proposta do Departamento de Polícia Federal, da Secretaria Nacional Antidrogas ou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, definirá, em portaria, os produtos químicos, a serem controlados e, quando necessário, promoverá sua atualização, excluindo ou incluindo produtos, bem como estabelecerá os critérios e as formas de controle.

Art. 3º Compete ao Departamento de Polícia federal o controle e a fiscalização dos produtos químicos a que se refere o art. 1º desta lei e a aplicação das sanções administrativas decorrentes.

Art. 4º Para exercer qualquer uma das atividades sujeitas a controle e fiscalização relacionadas no art. 1º, a pessoa física ou jurídica deverá se cadastrar e requerer licença de funcionamento ao Departamento de Polícia Federal, de acordo com os critérios e as formas a serem estabelecidas na portaria a que se refere o art. 2º, independentemente das demais exigências legais e regulamentares.

§ 1º As pessoas jurídicas já cadastradas, que estejam exercendo atividade sujeita a controle e fiscalização, deverão providenciar seu recadastramento junto ao Departamento de Polícia Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.

§ 2º A pessoa física ou jurídica que em caráter eventual, necessitar exercer qualquer uma das atividades sujeitas a controle e fiscalização, deverá provi-

denunciar o seu cadastro junto ao Departamento de Polícia Federal e requerer autorização especial para efetivar as suas operações.

Art. 5º A pessoa jurídica referida no **caput** do art. 4º deverá requerer, anualmente, a Renovação da Licença de Funcionamento para o prosseguimento e suas atividades.

Art. 6º Todas as partes envolvidas deverão possuir licença de funcionamento, exceto quando se tratar de quantidades de produtos químicos inferiores aos limites a serem estabelecidos em portaria do Ministro de Estado da Justiça.

Art. 7º Para importar exportar ou reexportar os produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização, nos termos dos arts. 1º e 2º, será necessária autorização prévia do Departamento de Polícia Federal, nos casos previstos em portaria, sem prejuízo do disposto no art. 6º e dos previstos adotados pelos demais órgãos competentes.

Art. 8º O transporte de produtos químicos controlados deverá ser acompanhado do Guia de Trânsito.

Art. 9º A pessoa jurídica que realizar qualquer uma das atividades a que se refere o art 1º desta lei é obrigada a fornecer ao Departamento de Polícia Federal, periodicamente, as informações sobre suas operações.

Parágrafo único. Os documentos que consubs-tanciam as informações o que se refere este artigo deverão ser arquivados pelo prazo de cinco anos e apresentados ao Departamento de Polícia Federal quando solicitados.

Art. 10. Os modelos de mapas e formulários necessários à implementação das normas a que se referem os artigos anteriores serão publicados em portaria ministerial.

Art. 11. A pessoa física ou jurídica que, por qualquer motivo, suspender o exercício de atividade sujeita a controle e fiscalização ou mudar de atividade controlada deverá comunicar a paralisação ou alteração ao Departamento de Polícia federal, no prazo de trinta dias a partir da data da suspensão ou da mudança de atividade.

Art. 12. A pessoa física ou jurídica que exerça atividade sujeita a controle e fiscalização deverá informar ao Departamento de Polícia Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, qualquer suspeita de desvio de produto químico a que se refere esta lei.

Art. 13. Constitui infração administrativa:

— deixar de cadastrar-se ou licenciar-se no prazo legal;

II — deixar de comunicar ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de trinta dias, qualquer alteração cadastral ou estatutária a partir da data do ato aditivo, bem como a suspensão ou mudança de atividade sujeita a controle e fiscalização;

III — omitir as informações a que se refere o art. 9º desta lei, ou prestá-las com dados incompletos ou inexatos;

IV — deixar de apresentar ao órgão fiscalizador, quando solicitado, notas fiscais, manifestos e outros documentos de controle;

V — exercer qualquer das atividades sujeitas a controle e fiscalização, sem a devida Licença de Funcionamento ou Autorização Especial do órgão competente

VI — exercer atividade sujeita a controle e fiscalização com pessoa física ou jurídica não autorizada ou em situação irregular, nos termos desta lei:

VII — deixar de informar qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para a preparação ilícita de substância entorpecente, psicotrópica ou que determine dependência física ou psíquica;

VIII — importar, exportar ou reexportar produto químico controlado, sem autorização previa:

IX — realizar transporte sem Guia de Trânsito;

X — alterar a composição de produto químico controlado, sem prévia comunicação ao órgão competente:

XI —adulterar rótulos e embalagens de produtos químicos controlados visando a burlar o controle e a fiscalização

XII — deixar de informar, em local visível da embalagem e ao rótulo, a concentração do produto químico controlado.

XIII — deixar de comunicar ao Departamento de Polícia Federal furto, roubo ou extravio de produto químico controlado e documento de controle, no prazo de quarenta e oito horas; e

XIV — dificultar qualquer maneira, a ação do órgão de controle fiscalização.

Art. 14. Os procedimentos realizados no exercício da fiscalização documento proprio.

Art. 15. O descumprimento das normas estabelecidas nesta lei, independentemente de responsabilidade penal, sujeitará os infratores as seguintes medidas administrativas, aplicadas cumulativa ou isoladamente:

I – advertência formal;

II – apreensão do produto químico encontrado em situação irregular;

III – suspensão ou cancelamento de licença de funcionamento;

IV – revogação da autorização especial; e

V – multa de R\$2.128,20 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos) a R\$1.064.100,00 (um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais)

§ 1º Na dosimetria da medida administrativa, serão consideradas a situação econômica, a conduta do infrator, a reincidência, a natureza da infração, a quantidade dos produtos químicos encontrados situação irregular, e as circunstâncias em que ocorreram os fatos.

§ 2º A critério da autoridade competente, o recolhimento ao valor total da multa arbitrada poderá ser feito em até cinco parcelas mensais e consecutivas.

Art. 16. A pessoa física ou jurídica que cometer qualquer uma das infrações previstas nesta lei terá prazo de trinta dias, a contar da data da fiscalização, para sanar as irregularidades verificadas, sem prejuízo da aplicação de medidas administrativas previstas no art. 15.

§ 1º Sanadas as irregularidades, os produtos químicos eventualmente apreendidos serão devolvidos ao seu legítimo proprietário ou representante legal.

§ 2º Os produtos químicos que não forem regularizados e restituídos no prazo e nas condições estabelecidas neste artigo serão destruídos alienados ou doados pelo Departamento de Polícia Federal a instituições de ensino, pesquisa ou saúde pública, após trânsito em julgado da decisão proferida no respectivo processo administrativo.

§ 3º Em caso de risco iminente à saúde pública ou ao meio ambiente, o órgão fiscalizador poderá dar destinação imediata aos produtos químicos apreendidos.

Art. 17. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia conferido ao Departamento de Polícia Federal para controle e fiscalização das atividades relacionadas no art 1º desta lei.

Art. 18. São sujeitos passivos da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos as pessoas físicas e jurídicas que exerçam qualquer uma das atividades sujeitas a controle a fiscalização de que tratam o art. 1º desta lei.

Art 19. São isentos do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta lei;

I – os órgãos da Administração Pública direta federal, estadual e municipal;

II – as instituições públicas de ensino, pesquisa e saúde;

III – as entidades particulares de caráter assistencial, filantrópico e sem fins lucrativos que comprovem essa condição na forma da lei específica em vigor.

Art. 20. A Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos é devida pela prática dos seguintes atos de controle e fiscalização;

I – no valor de R\$319,24 (trezentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral; e

b) emissão de segunda via de Certificado de Registro Cadastral;

II – no valor de R\$159,62 (cento e cinquenta e nove e dois centavos) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento;

c) renovação de Licença de Funcionamento; e

d) alteração de Registro Cadastral;

III – no valor de R\$106,41 (cento e seis reais e quarenta e um centavos) para:

a) emissão de Autorização Prévia de Importação;

b) emissão de Autorização Prévia de Exportação; e

c) emissão de Autorização Prévia de Reexportação;

IV – no valor de R\$21,28 (vinte e um reais e vinte e oito centavos) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial;

V – no valor de R\$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) para:

a) emissão e Guia de Trânsito; e

b) emissão de segunda via de Guia de Trânsito.

Art. 21. A Taxa de Controle e fiscalização de Produtos Químicos será recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas em ato do Departamento de Polícia Federal.

Art. 22. Os recursos relativos à cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, à aplicação de multa e à alienação de produtos químicos previstas nesta lei constituem receita do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD.

Parágrafo único. O Fundo Nacional Antidrogas destinará oitenta por cento dos recursos relativos à cobrança da Taxa, à aplicação de multa e à alienação de produtos químicos, referidos no **caput** deste arti-

go, ao Departamento de Polícia Federal, para o reaparelhamento e custeio das atividades de controle e fiscalização de produtos químicos e de repressão ao tráfico ilícito de drogas.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogados os arts. 1º a 13 e 18 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Suprima-se o art. 8º do projeto de lei.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Suprima-se o inciso IX do art. 13 do projeto de lei.

EMENDA Nº 3 – CCJ

Altera-se o inciso VII do art. 13 do projeto de lei, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 13.....

VII – deixar de informar qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Altera-se o inciso XI do art. 13 do projeto de lei, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 13.

XI – adulterar laudos técnicos, notas fiscais, rótulos e embalagens de produtos químicos controlados visando a burlar o controle e a fiscalização

EMENDA Nº 7 – CCJ

Suprima-se o inciso III do art. 20 do projeto de lei.

EMENDA Nº 8 – CCJ

Suprima-se o inciso V do art. 20 do projeto de lei.

SUBEMENDA Nº 1 – CCJ

Substitua-se, no inciso XII do art. 13, o vocábulo “um” por “o” restando assim a redação daquele inciso:

“Art. 13.

XII – deixar de informar no laudo técnico, ou nota fiscal, quando for o caso, em local visível da embalagem e do rótulo, a concentração do produto químico controlado.”

SUBEMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao § 3º do art. 15 da proposição a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 3º Das sanções aplicadas caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, na forma e prazo estabelecidos em regulamento.”

SUBEMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 20 do PLC nº 89, de 2001, a seguinte redação:

“Art. 20

EMENDA Nº 1 – CAS

Suprimir-se o art. 8º do projeto.

EMENDA Nº 2 – CAS

Supressão do inciso IX do art. 13.

EMENDA Nº 4 – CAS

Altera o inciso XI do art. 13 do projeto.

SUBEMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se aos incisos do art. 20 da proposição a seguinte redação:

“Art.

I – no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;

b) emissão de segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e

c) alteração de Registro Cadastral.

II – no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e

c) renovação de Licença de Funcionamento.

III – no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial.”

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.354, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara Nº 89, de 2001 (Nº 5.074, de 2001, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara Nº 89, de 2001 (Nº 5.074, de 2001, na Casa de origem), que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, de de 2001. –
Ramez Tebet – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Carlos Wilson.

ANEXO AO PARECER Nº 1.354, DE 2001

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074, de 2001, na Casa de origem).

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1
(Corresponde à Emenda Nº 1 – CCJ/CAS)

Suprima-se o art. 8º do projeto.

EMENDA Nº 2
(Corresponde à Emenda Nº 2 – CCJ/CAS)

Suprima-se o inciso IX do art. 13 do projeto, renumerando-se os demais incisos.

EMENDA Nº 3
(Corresponde à Emenda Nº 3 – CCJ/CAS)

Dê-se ao inciso VII do art. 13 do projeto a seguinte redação:

“Art. 13.

VII – deixar de informar qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos;

EMENDA Nº 4
(Corresponde à Emenda Nº 4 – CCJ/CAS)

Dê-se ao inciso XI do art. 13 do projeto a seguinte redação:

“Art. 13.

XI – adulterar laudos técnicos, notas fiscais, rótulos e embalagens de produtos químicos controlados visando a burlar o controle e a fiscalização;

EMENDA Nº 5
(Corresponde às Subemendas nºs 1
CCJ e 1 – CAS à Emenda Nº 5)

Dê-se ao inciso XII do art. 13 do projeto a seguinte redação:

“Art. 13.

XII – deixar de informar no laudo técnico, ou nota fiscal, quando for o caso, em local visível da embalagem e do rótulo, a concentração do produto químico controlado;

EMENDA Nº 6
(Corresponde às Subemendas nºs 2
CCJ e 2 – CAS à Emenda Nº 6)

Acrescente-se § 3º ao art. 15 do projeto com a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 3º Das sanções aplicadas caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, na forma e prazo estabelecidos em regulamento.”

EMENDA Nº 7
(Corresponde às Emendas nºs 7 e 8
CCJ/CAS e à Subemenda Nº 3
CAS à Emenda nº 9 – CCJ)

Dê-se aos incisos do art. 20 do projeto a seguinte redação:

"Art. 20.
I – no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:
a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;
b) emissão de segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e
c) alteração de Registro Cadastral;
II – no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) para:
a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;
b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e
c) renovação de Licença de Funcionamento;
III – no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:
a) emissão de Autorização Especial; e
b) emissão de segunda via de Autorização Especial."

EMENDA Nº 8

(Corresponde às Subemendas nºs 3 CCJ e 4 – CAS à Emenda Nº 10)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 20 do projeto com a seguinte redação:

"Art. 20.
.....
Parágrafo único. Os valores constantes dos incisos I e II deste artigo serão reduzidos de:
I – 40% (quarenta por cento), quando se tratar de empresa de pequeno porte;
II – 50% (cinquenta por cento), quando se tratar de filial de empresa já cadastrada;
III – 70% (setenta por cento), quando se tratar de microempresa."

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, nos termos do Requerimento nº 580, de 2001)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001– chamo a atenção do Senador Ademir Andrade –, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que altera a redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinado a programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), tendo

Pareceres sob nºs 943 e 1.301, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º Pronunciamento, Relator **ad hoc**: Senador Osmar Dias (sobre a proposta): favorável; 2º Pronunciamento (nos termos do Requerimento nº 580, de 2001, de tramitação conjunta, sobre as matérias e sobre a Emenda nº 1-Plenário, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001), Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Subemenda (Substitutiva), que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, que tramita em conjunto.

A Presidência esclarece ao Plenário que a discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 9 de outubro último, quando foi apresentada a Emenda nº 1 – Plenário e aprovado o Requerimento nº 580, de 2001, de tramitação conjunta com a proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999.

Passa-se à votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

Chamo a atenção do Plenário e do Relator, porque o requerimento que será lido acaba de chegar à Mesa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 694, DE 2001**Destaque de disposição para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão “assegurada à aplicação de vinte e cinco por cento dos recursos para o financiamento, por intermédio do setor público estadual, de projetos de infra-estrutura econômica de apoio à produção e à comercialização;”, constante da Emenda nº 1 da PEC nº 69/1999, para inclusão na PEC nº 20/2001.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2001. – Senador **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, dado que o requerimento chega de última hora à Mesa e dada a complexidade da matéria, a Mesa entende de colocá-lo para apreciação antes do Item 7 da pauta, a fim de enviar esse requerimento à consideração do eminente Relator, para que a matéria seja mais bem estudada e explicitada.

O item continua na Ordem do Dia, mas não será apreciado agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

MENSAGEM Nº 217, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Valmir Amaral, sobre a Mensagem nº 217, de 2001 (nº 1.032/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.355, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – O Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal, para ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o nome do Senhor *José Augusto Lindgren Alves*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da

Carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

S. Ex^a recebeu 13 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

Declaro encerrada a discussão do Item nº 4.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

MENSAGEM Nº 231, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 231, de 2001 (nº 1.083/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.356, de 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – O Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal, para ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o nome do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos.

S. Ex^a recebeu 13 votos a favor e nenhum contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

Declaro encerrada a discussão.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

MENSAGEM Nº 237, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(**Votação secreta**)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, sobre a Mensagem nº 237, de 2001 (nº 1.102/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Gregori, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.357, de 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Lê parecer.) – O Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal, para ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o nome do Senhor José Gregori, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

S. Exª recebeu 15 votos favoráveis e nenhum contrário.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer o registro da ação daquele que está sendo indicado para se tornar Embaixador do Brasil em Portugal, em especial de sua ação como Ministro da Justiça, o Ministro José Gregori.

Ainda nesta semana, o jornalista Jânio de Freitas, que, muitas vezes, é bastante crítico dos diversos Ministros do Governo, fez um registro que eu gostaria de apresentar:

A propósito, José Gregori desempenhou-se no Ministério da Justiça sempre com serenidade, procurou ser equilibrado e evitou a desmoralização do cargo por parcialidades políticas. O que não fez contra a insegurança urbana, também por falta dos meios que não lhe foram passados pela Fazenda, fez pelos direitos humanos, por intermédio das famílias de mortos e desaparecidos na ditadura. Foi substituído no Ministério, quando mais conviria que lá permanecesse.

Sr. Presidente, também gostaria de comentar uma ação importante do Ministro José Gregori. Ainda na semana passada, o Ministro da Justiça, aliás, como último ato de sua Pasta, autorizou a viagem da Sr.ª Maria Célia Vargas à França, para a cidade de Nice, para reencontrar seu filho Hugo Vargas Hosner, que havia dela sido separado desde 1º de dezembro de 1986, portanto, há praticamente 15 anos. Foi autorizada a viagem em classe econômica. Acompanhei, a seu pedido, a Sr.ª Maria Célia Vargas, para que não ocorresse nenhum incidente. Felizmente, depois de quase 15 anos, houve o alegre reencontro de mãe e filho.

Registro aqui, Sr. Presidente, meus agradecimentos pela atenção do Ministro José Gregori. S. Exª recebeu, em maio do ano passado, a Sr.ª Maria Célia Vargas em audiência. Desde então S. Exª tem procurando apoiá-la e tomar as providências necessárias para sua viagem. Agradeço ao Embaixador do Brasil na França, Marcos Azambuja, bem como ao Primeiro-Ministro francês, Lionel Jospin, com quem me encontrei em abril último, em São Paulo. Na ocasião, S. Exª transmitiu à Sr.ª Maria Célia Vargas que a França não era tão grande assim e que seu filho seria encontrado. Felizmente, Sr. Presidente, houve o reencontro.

Gostaria de dizer quão importante será para todas as famílias de crianças desaparecidas e para todas as crianças que estão em busca de sua família receber o apoio do Congresso Nacional, do Poder Executivo, para que haja um reencontro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o processo de votação está iniciado. Peço a V. Exªs que permaneçam no plenário, porque teremos a votação de uma PEC, que exige **quorum** qualificado. Por isso, peço a compreensão dos Srs. Senadores para que permaneçam no plenário.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo

a palavra ao Senador Artur da Távola, sem prejuízo da votação, que já se iniciou.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a fala do ilustre e nobre Senador Eduardo Suplicy para acentuar a qualidade da atuação do Ministro José Gregori, hoje sufragado pelo Plenário Embaixador do Brasil em Portugal.

Como membro da Comissão de Relações Exteriores há muitos anos, acompanho esse que é um dos mais elevados trabalhos do Senado e menos conhecidos, qual seja, o da sabatina dos Embaixadores na Comissão, o que impõe aos Srs. Senadores conhecimento de política internacional e de relações econômicas internacionais; nessas ocasiões, têm os Senadores o privilégio de ouvir quadros qualificados oriundos do Itamaraty. Em vários anos como membro dessa Comissão, raras vezes encontrei ali uma unanimidade e um reconhecimento de trabalho como ocorreu quando da sabatina do ex-Ministro da Justiça José Gregori.

Por ali passou uma vida de coerência, uma vida de luta pela liberdade, uma grande experiência nacional como administrador e internacional como participante de eventos; ali estava um Ministro premiado pelas Nações Unidas por sua política de direitos humanos librada no Brasil.

Faço daqui um alcance que me cabe como Líder do Governo: quem se der ao trabalho de examinar isoladamente, com paciência e boa vontade, a tarefa da esmagadora maioria dos ministros do atual Governo, verificará o mesmo.

Se José Gregori foi um importante Ministro da Justiça, um Ministério de tanta complexidade, se analisarmos a política de saúde isoladamente, vamos verificar que nunca no Brasil se enfrentou laboratório estrangeiro, nunca se ousou avançar na produção dos genéricos, nunca se tratou de tal forma a saúde brasileira de modo, dentro das nossas dificuldades e limitações, a obter índices absolutamente únicos de vitória contra a Aids, de recuperação da saúde, de diminuição da mortalidade infantil.

Se examinarmos, hoje, a ação na área da educação no Brasil, verificaremos a formidável extensão do ensino fundamental e o aumento do contingente que chega ao segundo grau e já penetra, com surpre-

endente proporção, no ensino superior. Se analisarmos a atuação do Ministro da Reforma Agrária, verificaremos que jamais se fez no País uma quantidade de assentamentos na mesma proporção, atingindo a casa de 500 e tantas mil famílias. Se analisarmos o Ministério da Previdência — o ilustre Senador Waldeck Ornélas foi Ministro, e hoje há outro ilustre representante da Frente Liberal —, verificaremos que, apesar de todas as dificuldades, falas e injustiças, libradas pela Oposição, que, praticamente, condena **ab initio** tudo que seja do Governo, também se desenvolve uma ação no sentido de recuperação dessa formidável máquina de previdência pública, que é a previdência social no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu poderia ficar a analisar, individualmente — embora o esteja fazendo muito rapidamente, no encaminhamento de uma votação —, a ação de ministros do atual Governo que só é elogiada quando se trata de elogiar o trabalho, analisar a competência e verificar a seriedade. No entanto, observo que um Governo, com essas características, é permanentemente atacado, permanentemente levado para uma discussão política que não analisa os fatos como eles são e que monta aparências dentro das quais fica fácil construir com meias-verdades histórias inteiras que não significam verdade alguma.

Ao saudar, portanto, a forma pela qual esta Casa consagrou, numa de suas reuniões memoráveis — e eu até diria emocionante, porque, como sabem, a segunda parte das reuniões na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a sabatina de Embaixadores é secreta —, no silêncio daquela sala, aqueles Senadores que ali estavam, de todos os Partidos, deram a José Gregori o reconhecimento de uma dignidade, de um coerência na sua vida pública.

Ora, S. Ex^a não caiu ali por acaso. Os ministros aqui citados não estão ali por acaso, não estão nos seus lugares por interesses políticos menores. São escolhas pessoais do Presidente da República. E é o que eu gostaria de ressaltar e lembrar, exatamente no momento em que se está a fazer justiça nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua a votação.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que, por favor, compareçam ao plenário.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo apelos de todos os Partidos, de todas as Bancadas e das Sr^{as} e dos Sr^s. Senadores, ainda com referência ao item 2 da pauta, peço a retirada da emenda que apresentei.

Assim sendo, o projeto pode ser votado dentro da pauta normal ou, como foi proposto pelo Presidente da Casa, após a votação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa atende à solicitação de V. Ex^a e pede que seja encaminhado à Mesa requerimento de retirada do destaque. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esta Presidência solicita às Sr^{as} e aos Sr^s. Senadores que permaneçam em plenário. Haverá matérias importantes e a votação será nominal, com **quorum** qualificado. (Pausa.)

Esta Presidência solicita aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes para que compareçam ao plenário, porque vamos encerrar a votação. (Pausa.)

Senador Antero...

O Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, a Presidência vai declarar encerrado o processo de votação.

Está encerrada a votação.

Tenho a honra de convidar o Senador Pedro Piva para, juntamente com os Srs. Senadores Ricardos Santos e Arlindo Porto, escrutinar os votos.

(Procede-se à escrutinação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou proclamar o resultado da votação do Item nº 5, referente à escolha do Sr. Marco Antônio Diniz Brandão, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular do Laos.

Votaram 66 Srs. Senadores.

Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e NÃO, 10.

Houve 2 abstenções.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, uma vez que o nome do Sr Marco Diniz Brandão foi aprovado pelo plenário do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou proclamar o resultado da votação do Item nº 4, referente à escolha do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária.

Votaram 65 Srs. Senadores.

Votaram SIM 51 Srs. Senadores; e NÃO, 10 Srs. Senadores.

Houve 4 abstenções.

Total de votos: 65.

O nome do Senhor José Augusto Lindgren Alves foi aprovado pelo Plenário do Senado.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Resultado da votação do item 6, referente à escolha do Sr. José Gregori, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Votaram 65 Srs. Senadores.

Votaram SIM, 52 Srs. Senadores; votaram NÃO, 11 Srs. Senadores;

Houve 2 abstenções.

Total de votos: 65.

O Senhor José Senhor José Gregori foi aprovado como Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Volta-se ao **Item 2**.

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999 nos termos do Requerimento nº 580, de 2001)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que altera a redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados), tendo

Pareceres sob nºs 943 e 1.301, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º Pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Osmar Dias (sobre a proposta): favorável; 2º Pronunciamento (nos termos do Requerimento nº 580, de 2001, de tramitação conjunta, sobre as matérias e sobre a Emenda nº 1-Plenário, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001), Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Subemenda (Substitutiva), que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, que tramita em conjunto.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 695

Retirada de requerimento

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 694, de 2001.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2001. – **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está deferido o requerimento de retirada de destaque.

Em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola para encaminhar a votação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa matéria foi muito discutida nas esferas do Governo, sobretudo porque contém uma velha questão da vida brasileira: a importância maior ou menor das vinculações orçamentárias para o desempenho da máquina pública.

Desde a Constituinte de 1988, fez-se um grande trabalho no Brasil para não criar excessivas vinculações orçamentárias, de vez que, de certa maneira, cristalizam os recursos existentes, não permitindo certa fluidez dos mesmos.

Essa proposta objetiva elevar a vinculação, de 3% para 4%, da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI direcionada ao Fundo Constitucional do Norte, ao Fundo Constitucional do Nordeste e ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Em primeiro lugar, deve-se registrar que esses Fundos foram criados com a reforma constitucional de 1988 e que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de terem se beneficiado com a criação deles, também aumentaram sua participação no Fundo de Participação dos Estados, em virtude do aumento progressivo do percentual destinado a esse Fundo e da nova divisão dos recursos, cujo montante global subdivide-se da seguinte maneira: 15% para as Regiões Sul e Sudeste e 85% para as demais. Portanto, a reforma constitucional favoreceu essas Regiões, acentuando o caráter redistributivo dos Fundos.

Em segundo lugar, esses Fundos não apresentam carência de recursos, uma vez que sobram recursos em caixa para efetuar empréstimos a taxas subsidiadas, o que pode indicar carência de bons projetos a implementar nas Regiões. Além disso, não se tem conhecimento de avaliação dos resultados obtidos com a existência desses Fundos em termos de empreendimentos, de empregos gerados e de constituição de alternativas econômicas nas Regiões. Aparentemente, esse instrumento não parece, portanto, ser tão eficaz para promover o desenvolvimento pretendido nas citadas Regiões.

Em terceiro lugar, o aumento da vinculação de recursos para os Fundos constitucionais, o que equivaleria a um adicional de R\$802,5 milhões em 2001 – ano em que estamos –, significa menores recursos disponíveis para aplicação em políticas sociais. Em especial, a educação, por exemplo, conta com vinculação constitucional de 18% da receita de impostos; portanto, quanto mais se reduz a base de cálculo em decorrência do aumento da vinculação da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os Fundos, menor é o montante a aplicar em educação. Note-se que a rigidez orçamentária da União é de tal ordem que o Governo Federal precisa do mecanismo da Desvinculação das Receitas da União – DRU – para pagar as suas despesas obrigatórias a cada ano.

Finalmente, convém arrolar alguns dados. No período de 1995 a 1998, o PIB das regiões Nordeste e Centro-Oeste cresceu a taxas mais elevadas do que a média do Brasil – fonte: IBGE – e dos sete Estados da Região Norte, quatro também apresentaram taxas superiores de crescimento de tal modo que essas Regiões aumentaram a sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro para 23,4% em 1995, 23,9% em 1996 e 24,4% em 1998 – ao contrário do assinalado na justificativa do Senador que assina a PEC. A Região Sudeste, por outro lado, vem reduzindo sua participação no PIB ao longo dos anos: de 62% em fins da década de 80 para 58% em 1998.

É importante destacar, ainda, que a decisão privada de investimentos está, em grande parte, determinada pela existência de infra-estrutura – estradas, portos, saneamento básico, entre outros –, pela disponibilidade de mão-de-obra qualificada e pela proximidade com os centros fornecedores de insumos e matérias-primas e com os centros consumidores dos produtos e pelo fato de que esses determinantes não têm relação alguma com o maior volume de recursos destinados aos Fundos constitucionais. Ao contrário, o aumento de vinculação de receita para esses Fundos constitucionais significará menos recursos federais para investir em infra-estrutura e em educação, que é o oposto do desejado. Além disso, reforça-se novamente o argumento de que os Fundos não têm conseguido emprestar todos os recursos que recebem anualmente. Portanto, o problema deles não é a insuficiência de recursos.

Em face dessas considerações, manifesto-me pessoalmente contrário à PEC em questão. Tendo sido esta matéria debatida amplamente dentro da

Bancada do Governo, havendo várias posições discordantes à do Líder, o meu voto será contrário. No entanto, a matéria é questão aberta, feitas, nada obstante, essas considerações para análise dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira encaminhar.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma declaração de voto. Em nome do meu Estado de Roraima, votarei a favor da PEC do Senador Ademir Andrade, que destina recursos para as regiões menos desenvolvidas do País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, para encaminhar a votação.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão é aberta no Bloco PSDB/PPB, embora o meu voto pessoal seja favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, para encaminhar a votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a recomendação que fazemos à Bancada do PMDB é o voto favorável, portanto, à aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, para encaminhar a votação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal põe a questão em aberto para os seus Companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A Liderança do Bloco recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta emenda, de autoria do Senador Ademir Andrade, foi exaustivamente apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quero apenas declarar o meu voto, feito também em nome do Senador Gilberto Mestrinho, favorável à aprovação da matéria. O assunto merece de todas as Bancadas daquela região a sua aprovação.

Era a declaração que eu queria fazer em nome do Senador Gilberto Mestrinho e no meu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero esclarecer que esta emenda visa corrigir um dos maiores problemas que tem o Brasil hoje: financiar o setor produtivo, gerar emprego, renda e crescimento econômico. Esse é o objetivo desta emenda.

Estamos aumentando em 1%. Não há prejuízo algum para as regiões Sul e Sudeste, porque os recursos do FPE se mantêm absolutamente iguais. Portanto, essa é uma maneira de fazer justiça ao Brasil e, inclusive, fazer com que a Constituição Federal brasileira seja cumprida, para se buscar a igualdade. Esse recurso financiará o setor produtivo.

Quero registrar o apoio de todos os segmentos dessas regiões, seja na área patronal, seja na área dos trabalhadores, seja na própria direção do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, que administram esses fundos nas três regiões. Há unanimidade nesse propósito, Sr. Presidente.

Creio que esta medida trará um grande benefício ao Brasil, porque haverá mais recursos para financiamento do setor produtivo, muito mais emprego, desenvolvimento, crescimento econômico e muito mais imposto para o próprio Governo.

Por isso, apelo aos Srs. Senadores que votem favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrado o processo de encaminhamento.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º da Constituição Federal, c/c o art. 228, inciso II do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de 3/5 (três quintos) da composição da Casa, e a votação será feita pelo processo eletrônico.

Em votação a proposta, sem prejuízo da emenda e da subemenda.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estiverem em seus gabinetes que venham ao plenário, a fim de exercitar o direito de voto. (Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, apelaria a V. Ex^a que acionasse as campanhas da Casa para que o Senadores que estão fora viessem votar. Estou preocupado com o **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atendendo à reivindicação do Senador Ademir Andrade, convoco os Srs. Senadores que se encontram fora do plenário para que venham a ele, a fim de exercitar o direito de voto. (Pausa.)

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se todos já votaram e aviso que haverá mais uma votação nominal, além desta.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, esta é uma votação muito importante. Talvez fosse o caso de acionarmos novamente as campanhas, fazermos um apelo para que os companheiros compareçam ao plenário. Seria muito bom para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Renan Calheiros, a campanha continua ligada.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ademir Andrade, a Mesa vai encerrar a votação, porque insistentemente já convocou as Sr^{as} e os Srs. Senadores a exercitarem o direito de voto.

Está encerrada a votação.

(Procede-se a votação nominal.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 20 DE 2001

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 159, INCISO I, ALÍNEA "C", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 1 Data Início: 21/11/2001 Hora Início: 17:01:33
Sessão Data: 21/11/2001 Hora: 14:30 Data Fim: 21/11/2001 Hora Fim: 17:11:19

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANEPAGE	SIM	PPS	AC	NÃO VOTOU	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PMDB	DF	CARLOS ANTONIO	SIM
PL	RR	ALVARO DIAS	SIM	PL	BA	WALDECK ORTELAS	SIM
BL/PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	SIM	PMDB	RS	WILSON ROBERTO	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	SIM				
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM				
PB	MG	ARLINDO PORTO	SIM				
BL/PSB	GO	ARTUR DA FAVOLA	NÃO				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
PFL	P	BENICIO SAMPAIO	SIM				
PT	AM	BERNARDO CASBARI	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PMB	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM				
PMB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
BL/PT	SP	EDUARDO SUPICIV	SIM				
BL/PT	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
BL/PR	RO	FERNANDO MATIASALEM	SIM				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM				
PT	MG	FRANCISCA PEDRINA	NÃO				
BL/PSDB	PI	FREITAS NERO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BL/PSDB	PR	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BL/PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PL	MG	JOSE ALENCAR	SIM				
BL/PT	SE	JOSE EDUARDO DUTRA	SIM				
BL/PPS	RS	JOSE FOGACA	SIM				
PMDB	AP	JOSE SARNEY	SIM				
PMDB	MS	JUVENIO DA FONSECA	SIM				
BL/PT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	GO	LEONAR GUNTANILHA	SIM				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
BL/PPS	PA	LUIZ OTAVIO	SIM				
PMDB	GO	MAGLITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL/PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	GO	MATILDO MIRANDA	SIM				
BL/PDT	PR	OSMAIR DIAS	SIM				
PSB	ES	PAULO MARTINS	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
BL/PSDB	SP	PEDRO PRATA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	RENAN CAHEROS	SIM				
BL/PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIAO	SIM				
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PMDB	RE	ROBINSON VIANA	SIM				
BL/PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM				
BL/PSDB	AL	TEOTONIO VIEIRA FILHO	SIM				

Presd RAMEZ TEBET

1º Sec.

2º Sec.

3º Sec.

4º Sec.

Coordenador HELIO F. LIMA

Votos SIM: 55

Votos NÃO: 2

Votos ABST: 0

Total:

57

Emenda nº 20/11/2001

17.11.01

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao resultado no painel.

Vou anunciar o resultado, que está sendo lido no painel.

Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 02.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

A PEC n.º 20, de 2001, foi aprovada.

Em votação a subemenda da CCJ, que é substitutivo da Emenda nº 1, de Plenário, que tem preferência regimental, nos termos do art. 300, inciso VII, "b", do Regimento Interno.

Estamos preparando o painel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, com a palavra o Senador Moreira Mendes, sobre o assunto.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Apenas para justificar a minha ausência e o meu voto "sim", pois não cheguei a tempo de votar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem condições de votar agora.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Se os Srs. Líderes desejarem orientar as suas respectivas Bancadas poderão fazê-lo.

Excepcionalmente com a palavra, o autor da matéria, Senador Ademir Andrade, somente para orientar.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

Esta emenda, a emenda do Senador Paulo Souto, foi acordada entre as Bancadas do Norte e do Nordeste, por isso vamos votar favoravelmente. Ela também foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – A Liderança do Bloco recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Liderança do Bloco de Oposição recomenda o voto "sim".

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – O PTB recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB também vota "sim".

Como vota o PSDB, Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO – (Bloco/PSDB – RN) – O meu voto pessoal é "sim", e a Bancada continua com a posição em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Francelino Pereira, como vota o PFL?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PFL recomenda o voto "sim". (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faço um apelo aos eminentes Senadores que não se encontram no plenário que acorram a ele, a fim de podermos obter o quórum exigido por lei. (Pausa.)

Mais uma vez, a Presidência apela aos Srs. Senadores, que se encontram fora do plenário, que compareçam a este recinto a fim de que possamos obter o **quorum** necessário. (Pausa.)

A Presidência vai encerrar o processo de votação da Subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e faz o último apelo aos Srs. Senadores. Quem não votou que o faça. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrado o processo de votação dessa subemenda.

(Procede-se a votação nominal.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

SUBEMENDA (SUBSTITUTIVA) CCJ À EMENDA Nº 1 - PEC 20/2001

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 2 Data Início: 21/11/2001 Hora Início: 17:12:00
Sessão Data: 21/11/2001 Hora: 14:30 Data Fim: 21/11/2001 Hora Fim: 17:20:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PMDB	PA	WELLINGTON ROBERTO	SIM
BL-PDT	PZ	ALVÁRCO DIAS	SIM				
PMDB	RO	AMRILANDO	SIM				
BL-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM				
PP	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM				
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM				
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	NÃO				
PFL	MA	BELLO PARÇA	SIM				
PT	PI	BENÍCIO SAMPAIO	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PTB	TO	CARLOS FAIENCO NIO	SIM				
PTB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPRICY	SIM				
BL-PT	RS	EMIL A FERNANDES	SIM				
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	SIM				
BL-PSDB	PR	GERALDO MESLO	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BL-PT	A	HELOISA HELENA	SIM				
PT	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PT	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGACA	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
BL-PDT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	TO	LEONAR GUNTAMINHA	SIM				
PFL	DF	LINDBERG GURY	SIM				
BL-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOTTEIRA MENDES	SIM				
BL-PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSB	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
BL-PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO MEQUILÃO	SIM				
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PMDB	PB	ROBINSON VIANA	SIM				
BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM				
BL-PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM				
BL-PT	AC	TÃO VIANA	SIM				
PMDB	DF	VALDIR AYARAL	SIM				

Presidência RAMEZ TEBERT

1ª Sec

2ª Sec

3ª Sec

4ª Sec

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 54

Votos NÃO: 1

Votos ABST: 0

Total: 55

Emissão em 21/11/2001 - 17:20:54

O SR. PRESIDENTE (Ramez tebet) – Vamos verificar o resultado no painel.

Votaram SIM 54 Srs. Senadores e NÃO 1 Sr. Senador.

Não houve abstenção.

Total: 55 votos.

Aprovada a subemenda, fica prejudicada a Emenda nº 1, de Plenário.

Ficam prejudicadas também a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, e as Emendas nºs 1 a 4 a ela oferecidas que tramitam em conjunto, constante do item 3 da pauta.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.358, DE 2001

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, que altera a redação do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, consolidando a Subemenda da CCJ à Emenda nº 1 – Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de novembro 2001.

ANEXO AO PARECER Nº 1.358, DE 2001

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2001

Altera o inciso I do art. 159, e sua alínea c, da Constituição Federal, para definir novo percentual de participação no produto da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, destinada aos programas de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....

c) quatro por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, distribuindo-se nove décimos por cento para o Norte, nove décimos por cento para o Centro-Oeste e dois inteiros e dois décimos por cento para o Nordeste, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

....."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 1999

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001 nos termos do Requerimento nº 580, de 2001)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *altera a redação da alínea c do inciso I do art. 159 Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste)*, tendo

Pareceres sob nºs 519, de 2000, e 1.301, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º Pronunciamento, Relator: Senador Ramez Tebet, favorá-

vel, com a Emenda nº 1-CCJ; 2º Pronunciamento (nos termos do Requerimento nº 580, de 2001, de tramitação conjunta, sobre as matérias e sobre a Emenda nº 1-Plenário, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001), Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, pela prejudicialidade da presente proposta e favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Subemenda (Substitutiva), que apresenta.

Matéria prejudicada em virtude da aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 20, de 2001, com a qual tramitava em conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 7:

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Ramez Tebet, que *altera a redação do § 4º do art. 225 da Constituição Federal* (dispõe sobre a inclusão do Pantanal Sul Mato-Grossense, como patrimônio nacional), tendo

Parecer sob nº 1.237, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, da proposta e do substitutivo. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8:

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2001** (nº 308/96, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação à alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal* (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer sob nº 1.242, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com votos contrários dos Senadores Francelino Pereira e Roberto Freire.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 9:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 681, de 2001 art. 281 combinado com o art. 357 do Regimento Interno)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2001 (nº 277/2000, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição Federal*. (Dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.350, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 10:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2001** (nº 113/95, na Casa de origem), que *acrescenta inciso II ao artigo 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.089, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias.

Durante o prazo regimental de cinco dias perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não há oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Votação do projeto. (Pausa.)

Não há oradores para encaminhar a votação.

Declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2001
(Nº 113/95, na Casa de Origem)

Acrescenta inciso II ao art. 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso II, renumerando-se os demais:

“Art. 6º

II – ao Governo Federal a orientação normativa, as diretrizes nacionais e a execução das atividades estabelecidas em lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Último item da pauta de hoje. **Item 11:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 676, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do Recurso nº 7, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais, tendo*

Pareceres sob nºs 339, de 2000; 1.037 e 1.038, de 2001, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Saturnino, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre a Emenda nº 1, de Plenário, nos termos do Ofício nº 79, de 2000-CAE), Relator: Senador José Eduardo Dutra, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da emenda.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 11 de outubro passado, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único.

Para discutir, tem a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei exatamente qual é a posição do Governo em relação a este projeto, mas trata-se de matéria que favorece os Estados, as unidades da Federação.

O caminho, na verdade, não pode ser outro, se nós quisermos alterar uma situação que já é oficial e foi consolidada por via de contratos assinados entre as partes.

Este projeto de lei do Senado ainda depende da aprovação da Câmara dos Deputados e da sanção do Presidente da República, que pode vetá-lo. Portanto, há, implicitamente, uma espécie de acordo inevitável. O Poder Executivo terá que concordar com esta decisão, caso a matéria seja aprovada pelo Senado.

Em segundo lugar, parece-me que a emenda, que teve parecer favorável, coloca as coisas no seu devido lugar. Uma vez aprovada a lei, as partes poderão, autorizadas pelo Senado, caminhar para a via da modificação contratual. Nesse sentido, eu votei favoravelmente tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Estamos aqui modificando os índices de cálculo para o reajuste mensal das prestações de pagamento dos contratos de reestruturação de dívida dos Estados junto à União. Esses contratos de reestruturação foram produto de uma dolorosa, difícil e extremamente complexa negociação, levada a cabo, de forma muito competente, durante dois anos, com o acompanhamento criterioso e aguçado da Comissão de Assuntos Econômicos. Modificar irresponsavelmente essas condições contratuais agora não seria uma boa iniciativa do Senado. Mas, neste caso, estamos votando uma alteração de índices de cálculo, o que, evidentemente, favorecerá os Estados, pois se passará de um índice que está em torno de 18% para outro que

tem uma média de 8%. Há uma diferença substancial entre os dois índices.

É uma decisão que contempla os Estados e, portanto, os Senadores, representantes dos Estados, devem vê-la com bons olhos. O que não poderia faltar como ingrediente necessário nessa deliberação seria a outra parte interessada. É preciso haver o consentimento das duas partes. A emenda vem sanar essa dificuldade.

Tive oportunidade de dizer ao Senador Osmar Dias que o meu voto é favorável exatamente porque há, implicitamente, a necessidade de os Estados recontratarem a questão, ou seja, fazerem uma revisão já autorizada e, portanto, já admitida das relações contratuais.

Nesse sentido, portanto, Sr. Presidente, quero dizer que o meu voto é favorável.

Quero mencionar que este fato, que pode parecer pequeno, simples, que pode ser algo insignificante para alguns, na verdade, é uma das negociações políticas e econômicas das mais amargas e duras que este País já viveu. Felizmente, ela foi bem-sucedida.

Houve, no início do Governo, por parte de alguns Governadores de Estado, o gesto de rebeldia de se contraporem a esses contratos assinados pelos Governadores anteriores, como foi o caso do Governador de Minas Gerais, Itamar Franco. O Governador do Rio Grande do Sul não se negou a pagar, mas depositou o valor em juízo.

Desejo registrar que esses contratos são de grande sensibilidade política, que toda a crise que está sendo vivida hoje pela Argentina, a incapacidade de a Argentina, neste momento, reestruturar as suas finanças, se deve ao fato de ela não conseguir se articular com as províncias. Como ainda há um descontrole e continua uma capacidade de emissão de moeda por parte das províncias, a Argentina não consegue a reestruturação da sua dívida nos moldes e nos termos em que poderia gerar a estabilidade. Estamos lidando com algo altamente sensível. Não estamos aqui tomando uma decisão superficial, insignificante. Ela é profunda e importante, porque favorece aos Estados e está respeitando o princípio contratual: as duas partes têm de se manifestar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Romero Jucá e, logo em seguida, ao Senador Osmar Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Fogaça explicou bem o conteúdo da matéria, mas é importante registrar a posição do Governo.

O Governo encaminha favoravelmente a proposição, tendo em vista que, nessa matéria, a imperfeição jurídica que existia por conta da obrigatoriedade da mudança do índice foi ajustada por uma emenda que possibilita a mudança do índice, desde que haja a concordância das duas partes, não ferindo, portanto, um contrato juridicamente perfeito.

O Governo entende que é importante discutir essa questão do refinanciamento das dívidas, apesar de reconhecer, como fez o Senador José Fogaça, que essa negociação foi penosa, dura e extensa, conseguindo equacionar, ao longo do tempo, a dívida dos Estados. No endividamento do setor público, caminhou-se muito e se reestruturou a dívida pública. Agora, é claro que concordamos que temos que melhorar ainda mais a situação, desde que haja um acordo das partes envolvidas no contrato.

Portanto, o Governo é favorável ao projeto e à emenda do Senador Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, último orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Fogaça interpretou de forma perfeita, inclusive, a minha intenção de apresentar o projeto de lei que está em apreciação e será votado daqui a pouco.

Na verdade, durante o processo de negociação entre os Estados e a União, os Estados fizeram muita pressão para se reduzir o dispêndio anual no pagamento da dívida com a União. O índice de 13% em relação à receita líquida foi muito discutido. Chegou-se a propor a redução para 5%, como forma de dar aos Estados melhores condições e oportunidade de pagar efetivamente a dívida, evidentemente, com um prazo muito maior que aconteceria para liquidação do total do débito.

A dívida pública, em especial a dívida dos Estados – que tem sido um drama, pois alguns Estados brasileiros se endividaram irresponsavelmente, e outros, pelas circunstâncias administrativas que levaram à contratação de empréstimos –, é, sem dúvida nenhuma, um desafio que o Senado tem que enfrentar, fazendo, quando entender importante, alterações como essas que estamos propondo.

Entendo importante pelo seguinte: o Governo adota o IPCA como índice de meta inflacionária. Ora, se o Governo admite que o IPCA é o índice ideal para se fixar a meta inflacionária, deve ser, também, o índice ideal para a correção dos débitos dos Estados com a União. O IGP se diferencia na composição do IPCA. São outros os índices que, somados com a média ponderada, constituem a formação do IGP; outros são os índices que compõem o IPCA. Se o Governo quer que o IPCA seja o medidor da meta inflacionária, é evidente que também deve servir para corrigir os débitos futuros dos Estados com a União.

Ainda há um problema. Concorde que deixei passar, ao apresentar o projeto, o problema da mudança do contrato – parecia estar sendo feita uma alteração de forma unilateral. Então, a emenda foi apresentada, e eu próprio concordei com ela, embora saiba que ela tornará difícil a alteração, porque será iniciada outra negociação pelos Estados.

Destaco que, quando fiz o levantamento da diferença entre o IPCA e o IGP, no ano de 1999, quando apresentei o projeto, verificou-se uma diferença em torno de dez pontos percentuais. Por exemplo, corrigir uma dívida de um bilhão de um Estado em dez pontos percentuais significará uma correção, no ano, de R\$100 milhões a mais. Isso é um grande sacrifício para os Estados.

Aí, alguém pode pensar que estou propondo que se reduza o crédito da União com os Estados. Mas o que estou propondo é que se reduza no nível que o Governo propõe de inflação, ou seja, estará sendo corrigido de acordo com a inflação, se aceitarmos o índice IPCA como índice oficial. Dessa forma, não estou propondo algo que possa transformar o crédito da União com os Estados em um valor deteriorado; estou mantendo, com a minha proposta, o crédito da União, corrigido pela inflação, porque esse é o índice adotado pelo próprio Governo.

Dessa forma, acredito estarmos contribuindo para que haja, ao longo dos anos em que os Estados deverão amortizar sua dívida com a União, as condições necessárias para uma negociação de lado a lado com a emenda apresentada. Entretanto, damos a condição para que, no momento oportuno e quando o assunto for compreendido pelas duas partes, o acordo possa ser realizado, visto que, atualmente, há apenas o IGP, conforme estabelecido. Oferecemos, portanto, dois índices, e o melhor para ambas as partes será adotado.

Sr. Presidente, incorporo a minha manifestação a explicação perfeita do Senador José Fogaça, para

que todos os Srs. Senadores possam entender a matéria e votá-la conscientemente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

Declaro encerrada a discussão.

Passo à votação do Projeto de Lei do Senado n.º 676, de 1999, sem prejuízo da emenda.

Estamos em fase de encaminhamento da votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, sugerimos à Bancada do PMDB o voto favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PMDB vota "sim" ao projeto.

Como vota o Líder do PFL, Senador Francelino Pereira?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PFL também vota "sim".

Como vota o Líder do Governo, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, o Governo vota "sim", sendo também favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Líder do Bloco da Oposição, Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, o Bloco da Oposição vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Bloco da Oposição vota também "sim".

Como vota o Líder do PSB, Senador Ademir Andrade?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PSB vota "sim".

Como vota o Líder do PTB, Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo, agora, à votação da Emenda nº 1, de Plenário, que tem parecer favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 676, DE 1999**

Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.

O Congresso Nacional resolve,

Art. 1º O inciso II, do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º(...)

I –

II – atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se nova redação ao art. 2º do projeto, renunciando o atual art. 2º para art. 3º.

Art. 2º A alteração prevista no artigo anterior fica condicionada à celebração dos respectivos aditivos contratuais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 691, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001, que dispõe sobre a criação do selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Essa matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.359, DE 2001

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000 (nº 577/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre” o aeroporto localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Relatora: Senadora Marina Silva

I – Relatório

Encontra-se nesta Comissão de Educação, para ser apreciado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 111, de 2000 (PL nº 577, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Chaves. A proposta visa substituir a denominação atual do Aeroporto Internacional dos Guararapes, na cidade de Recife, por “Aeroporto Internacional de Recife/Guararapes – Gilberto Freyre”.

O ilustre autor da proposição argumenta que a vida do sociólogo e escritor Gilberto Freyre, intelectual de renome internacional, mesmo sendo um grande exemplo de vida não apenas para o Estado de Pernambuco, mas para toda a Nação brasileira, até hoje não recebeu, principalmente em sua terra natal, homenagem que lhe perpetuasse o nome na memória das gerações.

Sobre o trabalho dessa ilustre personalidade brasileira, o autor adiciona que Gilberto Freyre “imprimiu a sua obra uma visão poderosa e original dos fundamentos da sociedade brasileira. Sua mensagem representou um divisor de águas na evolução cultural do Brasil e contribuiu para que o país encarasse com mais confiança seu papel no mundo moderno.”

Perante esta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Lembrar o nome de Gilberto Freyre na nova denominação oferecida ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife, revela a extrema valorização de seu trabalho, da excelência de sua obra universalmente reconhecida e do permanente sentimento de pernambucanidade desenvolvido por esse antropólogo e historiador brasileiro.

Escritor de talento inquestionável, Gilberto Freyre tinha plena consciência do sentido meta-político das obras que escrevia e foi profundamente feliz ao descrever com riqueza e criatividade os costumes do povo brasileiro. Lutou veementemente para fugir do rol dos intelectuais chamados “puros”, tanto que procurou completar sua obra de escritor, antropólogo e historiador social, promovendo atividades que evidenciaram como a Ciência pode servir de base a uma ação política adequada às necessidades regionais.

A mensagem desse incomparável historiador pernambucano delineou o divisor de águas na evolução cultural do Brasil e, desde a publicação de Casa Grande e Senzala, em 1933, tem sido considerado por muitos “nosso primeiro pensador original”.

Resta-nos, pois, fazer nossas as palavras do ilustre autor do projeto, quando afirma que “sua obra foi extremamente importante para que o País encarassem com mais confiança seu papel no mundo moderno” e reconhecer a importância do nome de Gilberto Freyre para Pernambuco e para o Brasil.

III – Voto

Em razão do exposto, concluímos este relatório com voto pela aprovação do PLC nº 111, de 2000.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Marina Silva**, Relatora – **Romeu Tuma** – **Antônio Carlos Júnior** – **Álvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **José Coelho** – **Luiz Otávio** – **Artur da Távola** – **Leomar Quintanilha** – **Roberto Saturnino** – **Fernando Matusalém** – **Ney Suassuna** – **Casildo Maldaner** – **Waldeck Ornélas**.

PARECER Nº 1.360, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001, (nº 3.475/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que Altera dispositivos da Lei nº 5.869, 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.

Relator: Senador **Osmar Dias**

Relator **ad hoc**: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001, tem como objetivo alterar dispositivos relativos ao Código de Processo Civil – CPC.

Nesse sentido, seu art. 1º propõe a alteração da redação de diversos dispositivos da lei processual civil, conforme exposto a seguir.

Pretende-se alterar o texto do **caput** do art. 14 para declarar que os deveres éticos impostos às partes alcancem todos aqueles que, de qualquer forma, participem do processo.

Propõe-se, também, aditar inciso V ao normativo em tela, para incluir, entre os deveres de todos os que participem do processo, o de cumprir, com exatidão, os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, sejam de natureza antecipatória ou final.

Ainda sobre o art. 14, propõe-se nove redação para o seu parágrafo único, para estabelecer que, ressalvados os advogados que se sujeitam, exclusivamente, aos Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil, a violação do dever arrolado acima é atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar, ao responsável, multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa. Não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado.

Outrossim, objetiva-se acrescentar parágrafo único ao art. 154 do CPC com o intuito de facultar aos Tribunais o disciplinamento da prática de atos processuais e de sua comunicação às partes, mediante meios eletrônicos, atendidos os requisitos de segurança e autenticidade.

Ademais, altera-se o texto do art. 175 do diploma legal em tela, para estabelecer que são, também, feriados forenses os dias de sábado, além dos domingos e dos demais feriados assim declarados em lei.

Da mesma forma, modifica-se o art. 178 para fixar que o prazo legal ou judicial será contado em dias e suspender-se-á, além de nos feriados, também nos dias em que não houver expediente forense, salvo nos casos de prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, conferidos ao Ministério Público e à Fazenda Pública.

Por outro lado, pretende-se desdobrar o **caput** do art. 253 em dois incisos, para preceituar que serão distribuídos por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores, além da hipótese já hoje prevista, ou seja,

quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada.

Além disso, altera-se o art. 407 para estatuir que incumbe às partes, no prazo que o juiz fixar ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão, a residência e o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até dez dias antes da audiência. Pela norma atual, tal prazo é de cinco dias antes da audiência, incumbida a parte de depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão e a residência.

Já a nova regra proposta para o parágrafo único do art. 433 estabelece que os assistentes técnicos das partes oferecerão seus pareceres quanto à perícia no prazo comum de dez dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo do perito oficial. Hoje, tal prazo começa a correr independentemente da intimação.

De outra parte, a modificação que se pretende laborar no inciso IV do art. 575 objetiva fixar que, entre outras hipóteses já hoje arroladas, a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juízo cível competente, também quando o título executivo for sentença penal, além de transferir para o mesmo inciso IV a hipótese hoje prevista no inciso III do mesmo artigo, ou seja, quando o título executivo for sentença arbitral.

Por fim, pretende-se mudar o texto do inciso III do art. 584, também da lei processual civil, com o fim de estatuir que, ainda que verse matéria não posta em juízo, a sentença homologatória de conciliação ou transação é título executivo judicial. Ademais, transfere-se a classificação da sentença arbitral como título executivo judicial para o inciso VI, acrescentado ao mesmo art. 584.

O art. 2º da proposição ora em discussão, por sua vez, pretende acrescentar ao CPC os seguintes artigos: art. 431-A, firmando que as partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova; art. 431-B, prevendo que, em caso de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.

De outra parte, o art. 3º do projeto de lei em questão revoga o inciso III do art. 575 do diploma legal sob análise, que prevê que a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juízo que a homologou, no caso de sentença arbitral.

Finalmente, o art. 4º contém a cláusula de vigência três meses após a publicação da lei que se quer aprovar.

Não há emendas apresentadas.

É o relatório.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição sob exame e, também, sobre o seu mérito, uma vez que se trata de matéria atinente a direito processual (art. 101, inciso I, combinado com inciso II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal).

A Constituição Federal prevê que direito processual é matéria cuja legislação compete privativamente à União (art. 22, I). Outrossim, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar sobre todas as matérias da competência da União (art. 48).

Ademais, cabe a esta Casa rever projeto de lei que teve a sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados (art. 65).

Dessa forma, no que diz respeito à constitucionalidade do projeto de lei de que se trata, o nosso entendimento é o de que nada obsta a sua livre tramitação nesta Casa. E, igualmente, segundo nos parece, estão atendidos os requisitos de juridicidade e regimentalidade.

No que respeita ao mérito, a iniciativa ora em discussão se insere no contexto de reforma do nosso Código de Processo Civil que vem sendo levada a efeito pelo Congresso Nacional já há alguns anos, auxiliado por judiciosa Comissão composta por ilustre juristas e que está trabalhando na matéria desde 1991.

Com efeito, em vez de se buscar reformular de uma só vez toda a lei processual civil, diploma legal que contém mais de mil e duzentos artigos, muitos subdivididos em parágrafos, incisos e alíneas, optou-se corretamente por atualizar o CPC por tópicos, mediante a elaboração de proposições pontuais.

Nesse sentido, diversas alterações vêm sendo feitas à nossa lei processual civil. Desta feita, está-se alterando diversos dispositivos do CPC relacionados aos processos de conhecimento e de execução.

Assim, a alteração proposta ao art. 14 é informada pela necessidade de reforçar a ética, que deve nortear a todos que, de uma forma ou de outra, intervêm no processo, sob pena de multa.

Outrossim, procura-se reconhecer a realidade dos meios eletrônicos de comunicação, com o acréscimo de parágrafo único ao art. 154 do CPC, facultando aos Tribunais o disciplinamento da prática de atos processuais e sua comunicação às partes mediante esses meios.

Ademais, altera-se o texto dos art. 175 e 178 do diploma legal em tela, para estabelecer que, para efeito de contagem de prazos, contam-se apenas os dias úteis, não computando-se os sábados, domingos e feriados oficiais, salvo nos casos de prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer conferidos ao Ministério Público e à Fazenda Pública (art. 188).

Por outro lado, a modificação proposta para o **caput** do art. 253 pretende coibir prática hoje corrente e que atrapalha o bom andamento dos trabalhos judiciais. Trata-se do ajuizamento de diversas ações similares, simultaneamente, que são distribuídas para diversos juízos. Depois, o advogado desiste daquelas em que não obteve liminar, propondo litisconsórcio ativo em favor dos seus autores junto à Vara em que conseguiu o provimento cautelar. Com a mudança ora proposta, as diversas ações serão distribuídas a um único juízo pelo princípio da dependência, evitando-se a manobra relatada.

Com relação à mudança no art. 407, propõe-se ampliar o prazo para que as partes nomeiem suas testemunhas, pois há certo consenso de que tal prazo (cinco dias antes da audiência) é exíguo. Assim, com a nova regra, o juiz fixará o prazo para tanto, ao designar a data da audiência. Omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até dez dias antes da audiência.

Quanto ao parágrafo único do art. 433, fica estabelecida a necessidade da devida intimação para que os assistentes técnicos das partes ofereçam seus pareceres no prazo comum de dez dias, pois, hoje, muitas vezes as partes são prejudicadas em razão da ausência de intimação.

No que se refere aos arts. 575 e 584, as modificações propostas se baseiam na nova Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), procurando harmonizá-la com a lei processual civil.

Já o acréscimo dos arts. 431-A e 431-B tem o objetivo de atender a diversos reclamos, no sentido de que os assistentes técnicos das partes devem ter melhor acesso a informações processuais que são importantes para que possam bem desempenhar a sua missão de assessorar as partes litigantes, bem como tem, também, o sentido de valorizar as provas técnicas, num mundo em que, cada vez mais, a ciência e a tecnologia auxiliam na busca da verdade processual.

Por seu turno, a revogação do inciso III do art. 575 do CPC, feita pelo art. 3º do projeto de lei em questão, se justifica em razão de que a sentença arbitral não mais está sujeita a homologação judicial, por força da Lei de Arbitragem.

Finalmente, o prazo de três meses após a sua publicação para que a lei que se quer aprovar entre em vigor visa a dar um tempo mínimo para que os profissionais do Direito tomem conhecimento e se preparem para atuar levando em conta as alterações que serão efetivadas.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2001. –
Bernardo Cabral – Presidente – **José Fogaça** – Relator *ad Hoc* – **Antônio Carlos Júnior** – **José Eduardo Dutra** – **Maria do Carmo Alves** – **Romero Jucá** – **Bello Parga** – **Eduardo Suplicy** – **Luiz Otávio** – **Ricardo Santos** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 22.* Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do

Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º 150. II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a Arbitragem.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973 (*)

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 175. São feriados, para efeito forense, os domingos e os dias declarados por lei.

Art. 178. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

Art. 188. Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2000 (nº 577/99, na Casa de ori-

gem), que denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre", o aeroporto localizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco; e o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001 (nº 3.475/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Carlos Wilson na condição de 1º Secretário da Casa.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um rápido registro sobre um assunto de interesse maior da Casa.

Foram abertas no dia 19 de novembro as inscrições para o concurso público de provas e títulos com vistas ao preenchimento de 27 vagas – em mais de 20 áreas de competência – nos cargos de Consultor Legislativo e Consultor de Orçamento do Senado Federal.

O fato reveste-se de profunda relevância, pois as Consultorias Legislativas e de Orçamento são órgãos prestadores de serviços de assessoramento da mais alta qualidade, relevância e alcance social para esta Casa e para o Congresso Nacional tanto no âmbito das respectivas Mesas Diretoras quanto diretamente para os Parlamentares no exercício dos seus mandatos.

Havia, contudo, mais de meia década que a Consultoria Legislativa do Senado Federal não recrutava recursos humanos. E o faz agora, de maneira efetivamente inovadora. Pela primeira vez, na quase bicentenária História do nosso Senado Federal, a primeira fase dos exames de seleção será realizada também fora de Brasília. São seis as capitais regionais escolhidas – Belém, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, onde serão aplicadas as duas provas da fase inaugural do concurso.

É medida sábia, proposta pelo grupo de trabalho especialmente constituído para acompanhar o concurso, e prontamente adotada e estimulada por V. Ex^a. e pela Mesa Diretora do Senado Federal. Tal iniciativa evidencia o alto índice de preocupação democrática, pois, definitivamente, nacionaliza – em um País com as dimensões e a formidável diversidade do Brasil – as oportunidades. Concede, em uma expres-

são muito decantada, mas pouco implementada, a tão necessária igualdade de oportunidades.

Em termos práticos, faculta a milhares de brasileiros de todos os quadrantes de nosso território – portadores de diploma de curso superior de duração plena, não importa a área do conhecimento – a chance concreta de disputar o ingresso nos quadros da mais Alta Câmara do Legislativo brasileiro.

Um outro aspecto importante a sublinhar é o fato de que todo o processo de recrutamento e seleção será inteiramente conduzido por órgão externo e absolutamente independente do Senado Federal, no caso, o Cespe – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – vinculado à Universidade de Brasília. Trata-se, enfático, de um aspecto importante na medida em que agrega ainda mais seriedade, autonomia, credibilidade, transparência e visibilidade do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, como Líder do Bloco de Oposição, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário, tudo nos termos do Art. 14, II, "b" do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou no dia de hoje um requerimento de nossa autoria para a realização de uma audiência pública na qual será debatido o pacote anti-greve do Governo Federal. Aquele que o nosso Companheiro Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, intitulou de AI-45.

Dessa audiência pública, de acordo com o requerimento aprovado, deverão participar o Ministro Costa Leite, Presidente do STJ, o Advogado-Geral da União, Dr. Gilmar Mendes, o jurista Dr. Celso Antônio Bandeira de Melo e o Dr. Flávio Dino, que é o Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais.

Naturalmente, essas matérias virão para o Senado Federal no momento oportuno. Esse pacote é composto de um decreto que não vem para o Senado, embora já haja na Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo propondo a revogação daquele, sob a alegação de que o Presidente exorbitou de suas atribuições. Há uma medida provisória que, pela nova sistemática, será votada primeiro pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado Federal, a qual também é objeto de duas ações diretas de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Fe-

deral, uma impetrada pelo PCB e outra pelo PT. E também é composto de dois projetos de lei ordinária visando regulamentar o direito de greve.

Tecerei alguns rápidos comentários a respeito desse chamado pacote, que, na minha opinião, é inconstitucional, autoritário, inócuo e inoportuno. Ele veio claramente numa tentativa de intimidação de tentar resolver um problema que é grave, mas que poderia ser resolvido por meio da negociação em tempo bem mais hábil. Um exemplo concreto vimos ontem, na reunião entre o Ministro da Previdência e o comando de greve do INSS, quando se sentaram pela primeira vez com o intuito de estabelecer uma negociação, que chegou a bom termo. Esperamos que isso venha a ocorrer também com relação à greve das universidades federais.

Analisando as peças apresentadas, o decreto que transfere para o Presidente da República a responsabilidade de autorizar ou desautorizar o pagamento de servidores é claramente uma provocação ao Poder Judiciário – e tem um objetivo claro. Como anteriormente a responsabilidade era do Ministro, como, pela Constituição Federal, o Ministro é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, como os mandados de segurança contra decisões de Ministros são impetrados junto ao Superior Tribunal de Justiça e como o STJ mandou pagar o salário dos servidores, o Governo talvez imagine que, no Supremo Tribunal Federal, tenha melhores condições de ganhar questões dessa natureza – esse episódio alerta para a necessidade de esta Casa modificar as regras para a composição do Supremo Tribunal Federal, o que deverá ser breve, quando estivermos trabalhando na reforma do Poder Judiciário. Inclusive, apresentei duas emendas nesse sentido que foram acatadas pelo Relator, Senador Bernardo Cabral.

O Governo, então, baixa um decreto, dizendo que a responsabilidade ou a prerrogativa ou a competência de autorizar ou desautorizar o pagamento de servidores em caso de greve é do Presidente da República. O objetivo está claro. Se o decreto passa a vigorar, os mandados de segurança contra as decisões terão de ser encaminhados ao Supremo Tribunal Federal. Surpreende-me que o Ministro Paulo Renato – como qualquer Ministro –, não se sinta diminuído, o que era de se esperar. Se uma decisão que está concretamente na órbita de poder de um Ministro de Estado é retirada por meio de um decreto, o normal seria que os Ministros se sentissem diminuídos. Mas o Ministro Paulo Renato declara, quase beirando os limites do cinismo, que a questão não é mais de sua alçada, por haver agora um decreto que determina que

a responsabilidade é do Ministério do Planejamento e do Presidente da República. Esse é o típico decreto de picuinha – não sei se o termo é regimental ou não – com o Poder Judiciário, pelo fato de o STJ ter mandado pagar o salário dos servidores.

A medida provisória que prevê a possibilidade de contratação temporária em caso de greve é claramente uma tentativa de intimidação. Considerando a greve dos professores universitários e que 90% da ciência produzida neste País vem das universidades federais públicas, será que o Governo descobriu o caminho de contratar cientistas por prazo determinado para, assim, solucionar o problema? Se o objetivo é a possibilidade de acabar com a greve, ameaçando com a contratação de servidores por prazo determinado, é surpreendente imaginarmos que, de repente, se vai utilizar essa medida provisória para tentar intimidar e acabar com a greve de professores universitários – que não são apenas professores universitários, que não têm a tarefa apenas de dar aula. Dados mostram que 90% da ciência e da tecnologia produzida no Brasil ocorre por meio das instituições públicas. O Governo parece que tem a intenção, agora, de contratar cientistas por contrato temporário de trabalho, talvez para intimidar o movimento. Se essa é a intenção, a nossa ciência e a nossa tecnologia ficarão em situação ainda mais periclitante que a atual.

Em relação aos projetos de lei, essa é uma questão sobre a qual o Congresso Nacional não se debruçou ainda, desde a promulgação da Constituição. A emenda da reforma administrativa modificou o **status** da lei que vai regular o direito de greve no serviço público. A Constituição anteriormente estabelecia que uma lei complementar deveria regular o direito de greve do servidor público, e a emenda da reforma administrativa estabelece que seria uma lei específica, mas não se refere a lei complementar. Não é ainda essa a intenção, porque parece que o Governo mandou projeto de lei, mas o fato é que, a partir da modificação da Constituição imposta pela emenda da reforma administrativa, pode o Governo, por exemplo, tentar regular o direito de greve por medida provisória.

Sabemos muito bem que essa discussão é necessária, da qual nós e o movimento sindical não fugiremos. Precisamos votar uma lei regulando não só o direito de greve no serviço público, mas também o direito de greve nos chamados serviços essenciais. Mas isso não se dará no bojo de uma discussão, diante de uma tentativa de intimidar e reprimir o movimento sindical, o movimento social e os trabalhadores.

Esse é o pior caminho, porque não favorece que o projeto venha a tramitar no Congresso Nacional e

muito menos contribui para que os ânimos fiquem mais calmos no âmbito do conflito social, que continuará existindo. Nenhum Governo, este, do PT ou outro de esquerda, conseguirá revogar o conflito social por meio de leis. Esse conflito permanecerá sempre, felizmente. Os países e as tentativas político-ideológicas que tentaram revogá-lo por decreto ou por manifestações ideológicas falharam.

É necessário que o Governo "baixe a bola". Algum "espírito santo de orelha" aconselhou mal o Presidente da República para que Sua Excelência apresentasse esse pacote, que não contribui com o fim da greve, com a negociação, com o aperfeiçoamento da legislação pelo Congresso Nacional e também com a solução do problema da greve, questão objetiva no momento.

Como espero que o Senado, nessa questão, não venha simplesmente a comer, mais uma vez, o prato feito na Câmara dos Deputados, apresentamos um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que o Senado possibilite um debate a respeito desse pacote.

Sr. Presidente, essa foi a primeira parte do meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Eduardo Dutra, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Eduardo Dutra, solidarizo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento, diante desse pacote de medidas antigreve que o Governo Fernando Henrique resolveu baixar. É importante que o Ministro da Justiça atenda à decisão da Justiça de realizar o pagamento dos professores e que o Governo Fernando Henrique Cardoso respeite o instituto da greve, como fez no final dos anos 70, início dos 80, quando externou sua solidariedade aos metalúrgicos do ABC, justamente no momento em que havia restrições ao direito dos trabalhadores. Nessa ocasião, o então Suplente de Senador Fernando Henrique Cardoso compareceu às manifestações, juntamente com Teotônio Vilela e outras personalidade do meio político brasileiro, afirmando que era importantíssimo para a democracia que se resguardasse o direito de greve dos metalúrgicos. É importante resguardar o direito de paralisação de atividades dos professores, dos que trabalham na Previdência e nos diversos setores públicos. Também é importante estimular o diálogo respeitoso entre os

diversos segmentos e o Governo, mas é necessário que o Ministro Paulo Renato de Souza, que também é pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB, respeite as decisões da Justiça e o anseio dos professores, já há tantos anos sem reajuste salarial. Essa categoria está há praticamente sete anos com seus salários congelados, diante de uma inflação superior a 70%.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo-lhe o aparte, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador José Eduardo Dutra, quero felicitar V. Ex^a pela iniciativa desse pronunciamento, que demonstra, mais uma vez, a incompetência e a incapacidade do Governo para o diálogo. Em pleno regime democrático, estamos já com três meses de greve dos professores, e os estudantes sofrendo as consequências e efeitos dessa falta de visão do Governo, que não abriu qualquer possibilidade de um atendimento, o mínimo possível, às reivindicações da classe do magistério universitário. Como o Presidente da República está afrontando a toda hora e instante o Poder Judiciário – e tive oportunidade de falar sobre o assunto na semana passada, quando o Presidente do Superior Tribunal de Justiça fez uma manifestação contundente, demonstrando a falta de respeito do Governo a este Poder –, tenho a impressão de que estamos vivendo numa democracia constitucional. Na verdade, temos um Presidente que age como se estivesse num regime discricionário, vamos dizer, é um ditador constitucional, um ditador democrático. É uma incoerência o que estou dizendo, mas numa democracia em que o Presidente da República faz o que pode para desmanchar a Constituição, prejudicar os servidores públicos que são verdadeiros patinhos feios da Administração Pública, e afrontar o Judiciário por cima de tudo. Portanto, a minha solidariedade a V. Ex^a. Tomara que o Governo tome juízo e resolva o quanto antes essa grave questão universitária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, solicito a V. Ex^a que ocupe seu lugar à Mesa, por gentileza.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Senador Antonio Carlos Valadares, muito obri-

gado pelo aparte. Com ele, encerro a primeira parte do meu pronunciamento.

Na segunda, teço alguns comentários sobre a reportagem do **Jornal do Brasil** de hoje, Senador José Alencar, grande representante do setor produtivo do Brasil, com a manchete: **Lucro de bancos dobra na era FH**. Primeiro, deve-se fazer uma correção na manchete, pois ela não corresponde à matéria. Ela informa que "o lucro dos 30 maiores bancos instalados no Brasil cresceu 313% de dezembro de 1994 a dezembro do ano passado". Portanto, a manchete correta seria: **Lucro de bancos quadruplica na era FH**. Isso fica mais claro, inclusive, quando lemos a matéria, que informa números: "em dezembro de 1994, o lucro desses grupos financeiros foi de R\$2,17 bilhões".

O Sr. José Alencar (PL – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sim, deixe-me apenas concluir o raciocínio, Senador José Alencar.

Como ia dizendo, em 1994, o lucro desses grupos financeiros foi de R\$2,17 bilhões, saltando para R\$8,98 bilhões, em 2000. Mais adiante, informa que, pelos resultados já divulgados, referentes aos nove primeiros meses, 2001 será o melhor ano dos bancos na era FH. Diz ainda que, nesse período, os trinta bancos lucraram R\$21 bilhões.

Em seguida, Senador José Alencar, até para facilitar o aparte de V. Ex^a: o analista Erivelto Rodrigues, da Austin Asis, que é o autor do estudo, diz o seguinte: "A inflação acabou, mas os bancos acharam outras formas de ganhar muito dinheiro". Mais adiante:

Ele explica que boa parte dos lucros dos bancos pode ser justificada pela diferença entre o dinheiro que os bancos pegam no mercado e quanto ganham ao emprestar para empresas e pessoas físicas. É o que os analistas chamam de altos **spreads**.

Veja bem, Senador José Alencar:

O ganho bruto dos bancos brasileiros com financiamentos para empresas é de 30% e de 63% no caso das pessoas físicas. Em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, por exemplo, esse ganho fica entre 5% ao ano e dificilmente ultrapassa os 10% ao ano.

E aí vem uma tabela que mostra algumas instituições: o Banco JPM teve um lucro nesse período de 5.884%; o Itaú de 471%; o ABN-Amro Bank de 788,25%; Lloyds TSB Bank de 4.640%, e mais adiante a matéria tem uma outra informação que também explica esses lucros:

A maior parte do ganho não veio da operação em si, mas principalmente de ganhos com o câmbio, como aconteceu este ano, e na desvalorização de 1999 e pelo não pagamento do Imposto de Renda.

Por quê?

Quando um banco compra outra instituição que tem prejuízo é possível abater o pagamento do Imposto de Renda.

Senador José Alencar, concedo com muito prazer o aparte a V. Ex^a, pois tenho certeza de que V. Ex^a tem muitas coisas a acrescentar a essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador José Alencar, eu queria apenas chamar a atenção de V. Ex^{as} de que o tempo do Senador José Eduardo Dutra já se encontra esgotado há quase 5 minutos, mas V. Ex^a terá todo direito de dar seu aparte.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Eminentíssimo Senador José Eduardo Dutra, o que está ocorrendo em nosso País realmente ficará registrado na história como o maior crime que já se cometeu contra uma sociedade. Na minha campanha, em 1998, eu dizia que nunca houve no Brasil maior transferência de renda oriunda da produção e do trabalho para beneficiar o sistema financeiro e agora, mais do que nunca, internacionalizado. Não sou contra o lucro das empresas, ao contrário, penso que o lucro representa o fortalecimento da própria economia, mas esse lucro a que se refere o **Jornal do Brasil** de hoje trazido a esta Casa pelo Senador José Eduardo Dutra é condenável porque representa a transferência de renda, do trabalho, da produção, do setor primário, ou seja, da agricultura, da pecuária, da mineração; do setor secundário, da indústria de um modo geral; do setor terciário, portanto, do comércio, dos serviços, da hotelaria, do turismo. Enfim, de todas as atividades. Transferem tudo o que fazem e mais: transferem o que não podem, porque vão à falência. Assim está acontecendo com o nosso País. Não podemos sequer dizer que vivemos em um País de moeda estável, porque isso não é verdade. Não há como compatibilizar moeda estável com essas taxas de juros. Então, essas taxas de juros mostram que a moe-

da não pode ser considerada estável. Onde está a estabilidade dessa moeda? Onde está a estabilidade da moeda com essa variação cambial que conhecemos? Onde está a estabilidade da economia brasileira com um passivo externo líquido de 80% do PIB? Onde está a estabilidade da economia brasileira que rola uma dívida à taxa básica de 19% hoje – que já chegou a 45%, com essa moeda que pretende ser estável. Hoje a taxa básica, por exemplo, nos Estados Unidos é de 2%, portanto, quase dez vezes inferior à nossa. A taxa básica na Europa é de 3,5%, enquanto a nossa é de 19%. Como a nossa economia pode ser lançada numa competição globalizada com um tratamento desigual dessa natureza? Isso não pode continuar em nosso País. Temos que condenar tal situação. A sociedade brasileira precisa reagir urgentemente. E a forma de reação é democrática, mostrando que não estamos de acordo; não podemos estar de acordo. Porque, por mais subservientes que sejam nossos técnicos em relação ao sistema financeiro internacional, por mais obedientes que eles sejam, darão prejuízo. Não podem pagar essa dívida que cresce de maneira assustadora. Esse superávit primário: cerca de 4%, 3,5% do PIB, é igual a 1/3 do déficit; os outros 2/3 se acoplam à dívida que cresce como bola de neve. Se for feita uma auditoria dessa dívida que está aí, separando o que é principal do que é juro, comparando juros de mercado internacional com aqueles juros que temos pago, veremos por que razão esse País de 8,5 milhões de km², de povo bom, pacato, ordeiro, trabalhador, inteligente, versátil, – a própria miscigenação da nossa raça nos confere essa versatilidade extraordinária, objeto de admiração de estudiosos do mundo inteiro –, por que razão este País tão rico está tão subserviente e tão entregue. É porque estamos administrando mal os negócios do Estado Brasileiro. Isso não pode continuar. Por isso, trago palavras de congratulações ao eminentíssimo Senador José Eduardo Dutra. S. Ex^a apresentou-nos esta matéria altamente preocupante. É preciso que todos estejamos trabalhando para que o Brasil mude de rumo e volte a crescer. Cada ponto percentual de juros é extremamente significativo. Por exemplo, se o Governo, em vez de 19, pagar 18, preservará um ponto percentual, isto é, R\$6 bilhões anuais, o suficiente para conservarmos todas as estradas brasileiras, que estão abandonadas. Meu Deus, não podemos aceitar que o Brasil continue nesse rumo! Por isso, temos que nos utilizar da tribuna, conquistada por força da vontade do povo, para denunciar o que está acontecendo com o nosso País.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento com muito prazer, Senador José Alencar. V. Ex^a fala de uma grande transferência de renda, que é inclusive um dos subtítulos de matéria de página inteira do **Jornal do Brasil**: "Houve grande transferência de renda". O que reforça o que tenho dito em debates e palestras. Esta é uma afirmação que pode até provocar urticária e ojeriza em alguns setores mais ortodoxos. Eu, particularmente, tenho uma formação esquerdista e, sob uma análise marxista, sempre coloquei que a contradição principal da sociedade era entre capital e trabalho; as outras eram contradições secundárias. Esta matéria jornalística mostra que há hoje no Brasil uma grande e grave contradição entre a especulação e a produção, o que tem de ser resolvido.

Evidentemente, a contradição e os conflitos entre capital e trabalho continuarão existindo, mas, para a retomada do desenvolvimento brasileiro, é preciso que tenhamos um governo que apresente um quadro diferente deste que o **Jornal do Brasil** apresentou. Quem está dizendo não é o PT, não é a esquerda, não são os dinossauros, não são os recalcados e os derrotados da eleição, mas uma análise técnica apresentada hoje pelo **Jornal do Brasil**, em matéria de primeira página, cuja manchete correta, à luz dos números, deveria ser "Lucro de bancos quadruplica..." e não "Lucro de bancos dobra...".

Sr. Presidente, vou concluir, contando com a benevolência de V. Ex^a para fazer uma homenagem a um Município sergipano. Eu recebi um convite do Prefeito de Poço Verde, José Everaldo de Oliveira, que não é do PT, nem mesmo meu aliado. Como não poderei comparecer, registro da tribuna que o Prefeito de Poço Verde recebeu um comunicado do Dr. Gilson Alceu Bitencourt, Secretário de Agricultura Familiar, no qual participava que Poço Verde seria homenageado como Município modelo.

É o seguinte o ofício:

Senhor Prefeito,

Comunicamos que o Município de Poço Verde será homenageado *como Município modelo em desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar*, representando todos os municípios brasileiros que têm sua base econômica na agricultura familiar.

A homenagem será na abertura do Seminário Internacional "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável", com início

às 19 horas do dia 21-11-2001, no auditório da Embrapa sede, em Brasília."

Recebi esse convite do Prefeito Everaldo, mas, como não poderei comparecer em função de compromisso anteriormente assumido, faço questão de registrar aqui este preito a Poço Verde, Município do Estado de Sergipe, e ao seu Prefeito, por esta homenagem como Município modelo, representando todos os municípios do Brasil na questão de agricultura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me por haver extrapolado o tempo regimental, mas, como já estamos no encerramento da sessão, e, parece-me, apenas um Senador usará da palavra, penso que não atrapalhei nenhum colega a fazer o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador José Eduardo Dutra, a Presidência também se congratula com o Prefeito José Everaldo por esta homenagem merecida. S. Ex^a é um administrador municipal da maior competência, que atua com desenvoltura à frente da Prefeitura de Poço Verde, um próspero Município do interior que tem uma administração marcante.

V. Ex^a não poderá estar presente a esta solenidade, mas estarei lá, abraçando o meu amigo José Everaldo e, em nome do Senado Federal, prestando-lhe uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto, que dispõe de 12 minutos, o tempo restante da sessão. Caso termine antes, o Senador Ademir Andrade gostaria de falar também.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com prazer, reduzirei o tempo da minha fala, para nos dar oportunidade de ouvir o Senador Ademir Andrade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, minha presença na tribuna do Senado, nesta tarde, prende-se à necessidade de enfatizar a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, que inclui, na previsão das acumulações de cargos públicos, a equiparação dos odontólogos aos médicos, já con-

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento com muito prazer, Senador José Alencar. V. Ex^a fala de uma grande transferência de renda, que é inclusive um dos subtítulos de matéria de página inteira do **Jornal do Brasil**: "Houve grande transferência de renda". O que reforça o que tenho dito em debates e palestras. Esta é uma afirmação que pode até provocar urticária e ojeriza em alguns setores mais ortodoxos. Eu, particularmente, tenho uma formação esquerdista e, sob uma análise marxista, sempre coloquei que a contradição principal da sociedade era entre capital e trabalho; as outras eram contradições secundárias. Esta matéria jornalística mostra que há hoje no Brasil uma grande e grave contradição entre a especulação e a produção, o que tem de ser resolvido.

Evidentemente, a contradição e os conflitos entre capital e trabalho continuarão existindo, mas, para a retomada do desenvolvimento brasileiro, é preciso que tenhamos um governo que apresente um quadro diferente deste que o **Jornal do Brasil** apresentou. Quem está dizendo não é o PT, não é a esquerda, não são os dinossauros, não são os recalcados e os derrotados da eleição, mas uma análise técnica apresentada hoje pelo **Jornal do Brasil**, em matéria de primeira página, cuja manchete correta, à luz dos números, deveria ser "Lucro de bancos quadruplica..." e não "Lucro de bancos dobra...".

Sr. Presidente, vou concluir, contando com a benevolência de V. Ex^a para fazer uma homenagem a um Município sergipano. Eu recebi um convite do Prefeito de Poço Verde, José Everaldo de Oliveira, que não é do PT, nem mesmo meu aliado. Como não poderei comparecer, registro da tribuna que o Prefeito de Poço Verde recebeu um comunicado do Dr. Gilson Alceu Bitencourt, Secretário de Agricultura Familiar, no qual participava que Poço Verde seria homenageado como Município modelo.

É o seguinte o ofício:

Senhor Prefeito,

Comunicamos que o Município de Poço Verde será homenageado *como Município modelo em desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar*, representando todos os municípios brasileiros que têm sua base econômica na agricultura familiar.

A homenagem será na abertura do Seminário Internacional "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável", com início

às 19 horas do dia 21-11-2001, no auditório da Embrapa sede, em Brasília."

Recebi esse convite do Prefeito Everaldo, mas, como não poderei comparecer em função de compromisso anteriormente assumido, faço questão de registrar aqui este preito a Poço Verde, Município do Estado de Sergipe, e ao seu Prefeito, por esta homenagem como Município modelo, representando todos os municípios do Brasil na questão de agricultura familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me por haver extrapolado o tempo regimental, mas, como já estamos no encerramento da sessão, e, parece-me, apenas um Senador usará da palavra, penso que não atrapalhei nenhum colega a fazer o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador José Eduardo Dutra, a Presidência também se congratula com o Prefeito José Everaldo por esta homenagem merecida. S. Ex^a é um administrador municipal da maior competência, que atua com desenvoltura à frente da Prefeitura de Poço Verde, um próspero Município do interior que tem uma administração marcante.

V. Ex^a não poderá estar presente a esta solenidade, mas estarei lá, abraçando o meu amigo José Everaldo e, em nome do Senado Federal, prestando-lhe uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto, que dispõe de 12 minutos, o tempo restante da sessão. Caso termine antes, o Senador Ademir Andrade gostaria de falar também.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com prazer, reduzirei o tempo da minha fala, para nos dar oportunidade de ouvir o Senador Ademir Andrade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, minha presença na tribuna do Senado, nesta tarde, prende-se à necessidade de enfatizar a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, que inclui, na previsão das acumulações de cargos públicos, a equiparação dos odontólogos aos médicos, já con-

templados com a permissão constitucional ao lado dos professores.

Iniciada em 1995, na Câmara dos Deputados, a PEC nº 30 recebeu aprovação da Casa irmã, tendo sido encaminhada ao Senado Federal no ano passado, onde foi objeto de intensa discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no plenário desta Casa.

Resgatando a justificação da iniciativa, a alteração cogitada visa corrigir o tratamento diferenciado de que são alvos os dentistas, uma vez que "com o desenvolvimento da assistência à saúde no País e a conseqüente integração dos cuidados dentários nos serviços prestados à população, a figura do cirurgião-dentista equiparou-se à do médico".

Sr. Presidente, ressalte-se ainda que os odontólogos são importantes profissionais que exercem sua valiosa profissão em todos os cantos do Brasil e a vedação constitucional impede sua maior integração com as comunidades em que se inserem, interditan-do-lhes o exercício de outras funções no âmbito estadual e municipal. Como bem ressaltou o nobre Relator da matéria, o Senador Álvaro Dias: "A permissão de acumulação que hoje contempla o médico, longe de representar um privilégio tem por escopo, acima de tudo, estimular o profissional da Medicina a prestar serviços e até a instalar-se nos numerosos pequenos municípios existentes no Brasil, onde chega a ser clamorosa a carência de profissionais dessa área."

Da mesma forma, observamos que, a cada dia, cresce a necessidade de cirurgiões-dentistas no interior do nosso Estado, no interior do nosso País, em virtude da oportunidade de melhor atenção à saúde.

A correta tese do Senador Álvaro Dias aplica-se igualmente aos profissionais da Odontologia, cuja carência é ainda mais flagrante no interior do País. Com a aprovação do preceito ora em análise, seriam estimulados a desenvolver suas atividades em comunidades reconhecidamente dependentes de assistência à saúde, na qual se insere modernamente a saúde bucal.

Pelos relevantes motivos que fiz questão de expor desta tribuna, tenho a convicção de que a equiparação dos dentistas aos médicos e professores, no que tange à acumulação de cargos públicos remunerados, é um avanço em nosso ordenamento constitucional e deve merecer de todos nós o prestígio que o tema assume para a sociedade brasileira.

Por isso, é fundamental que, no próximo dia 29, quando a matéria vier à nossa decisão já amadurecida por profundas discussões ocorridas, votemos pela

aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, cujo teor resgata uma demanda justa e expressiva, além de contribuir para o desenvolvimento social de muitas comunidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ademir Andrade, Líder do PSB.

S. Ex^a disporá de até sete minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, costume viajar permanentemente por meu Estado, principalmente pelo interior. Penso que nós, políticos, temos a obrigação de estar próximos à realidade do povo, conhecer os sacrifícios, os sofrimentos, as necessidades dele. E faz-se necessário estarmos sempre ao lado do povo.

Tenho viajado muito pelo interior do meu Estado. Praticamente todos os fins de semana, visito cinco ou seis municípios, para reunir-me com a comunidade e dar entrevistas às emissoras de rádio e de televisão e aos jornais.

Concluídas essas visitas, apresento as cobranças necessárias. No fim de semana passado, exatamente no feriado do dia 15 de novembro, visitei os Municípios de Gurupá, Almerin e Porto de Moz, que estão na área de influência da maior hidrelétrica inteiramente brasileira a ser construída no território nacional: a Hidrelétrica de Belo Monte. Em Porto de Moz, participei, com a comunidade local e de todos os municípios vizinhos, de uma reunião sobre as conseqüências dessa obra para o povo que reside naquela região.

Desejo dizer, Sr. Presidente, que defendi de maneira intransigente e com muita convicção a necessidade dessa obra para o Pará e para o Brasil.

Mas com a experiência que tive na vida profissional, inclusive antes de ser político, quando se implantou, no Estado do Pará, a Hidrelétrica de Tucuruí, expus para a comunidade local a maneira de agir do Governo e da Eletronorte com as comunidades atingidas por um projeto dessa espécie, que propõe um investimento de US\$3,8 bilhões, mais US\$2,6 bilhões do linhão. Trata-se de investimento altíssimo, somando-se praticamente R\$15 bilhões, trazendo, portanto, evidentemente, uma série de problemas para a comunidade.

O que a população precisa, neste momento, na minha opinião, é, em vez de discutir se deve ou não

templados com a permissão constitucional ao lado dos professores.

Iniciada em 1995, na Câmara dos Deputados, a PEC nº 30 recebeu aprovação da Casa irmã, tendo sido encaminhada ao Senado Federal no ano passado, onde foi objeto de intensa discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no plenário desta Casa.

Resgatando a justificação da iniciativa, a alteração cogitada visa corrigir o tratamento diferenciado de que são alvos os dentistas, uma vez que "com o desenvolvimento da assistência à saúde no País e a conseqüente integração dos cuidados dentários nos serviços prestados à população, a figura do cirurgião-dentista equiparou-se à do médico".

Sr. Presidente, ressalte-se ainda que os odontólogos são importantes profissionais que exercem sua valiosa profissão em todos os cantos do Brasil e a vedação constitucional impede sua maior integração com as comunidades em que se inserem, interditan-do-lhes o exercício de outras funções no âmbito estadual e municipal. Como bem ressaltou o nobre Relator da matéria, o Senador Álvaro Dias: "A permissão de acumulação que hoje contempla o médico, longe de representar um privilégio tem por escopo, acima de tudo, estimular o profissional da Medicina a prestar serviços e até a instalar-se nos numerosos pequenos municípios existentes no Brasil, onde chega a ser clamorosa a carência de profissionais dessa área."

Da mesma forma, observamos que, a cada dia, cresce a necessidade de cirurgiões-dentistas no interior do nosso Estado, no interior do nosso País, em virtude da oportunidade de melhor atenção à saúde.

A correta tese do Senador Álvaro Dias aplica-se igualmente aos profissionais da Odontologia, cuja carência é ainda mais flagrante no interior do País. Com a aprovação do preceito ora em análise, seriam estimulados a desenvolver suas atividades em comunidades reconhecidamente dependentes de assistência à saúde, na qual se insere modernamente a saúde bucal.

Pelos relevantes motivos que fiz questão de expor desta tribuna, tenho a convicção de que a equiparação dos dentistas aos médicos e professores, no que tange à acumulação de cargos públicos remunerados, é um avanço em nosso ordenamento constitucional e deve merecer de todos nós o prestígio que o tema assume para a sociedade brasileira.

Por isso, é fundamental que, no próximo dia 29, quando a matéria vier à nossa decisão já amadurecida por profundas discussões ocorridas, votemos pela

aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, cujo teor resgata uma demanda justa e expressiva, além de contribuir para o desenvolvimento social de muitas comunidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ademir Andrade, Líder do PSB.

S. Ex^a disporá de até sete minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, costume viajar permanentemente por meu Estado, principalmente pelo interior. Penso que nós, políticos, temos a obrigação de estar próximos à realidade do povo, conhecer os sacrifícios, os sofrimentos, as necessidades dele. E faz-se necessário estarmos sempre ao lado do povo.

Tenho viajado muito pelo interior do meu Estado. Praticamente todos os fins de semana, visito cinco ou seis municípios, para reunir-me com a comunidade e dar entrevistas às emissoras de rádio e de televisão e aos jornais.

Concluídas essas visitas, apresento as cobranças necessárias. No fim de semana passado, exatamente no feriado do dia 15 de novembro, visitei os Municípios de Gurupá, Almerin e Porto de Moz, que estão na área de influência da maior hidrelétrica inteiramente brasileira a ser construída no território nacional: a Hidrelétrica de Belo Monte. Em Porto de Moz, participei, com a comunidade local e de todos os municípios vizinhos, de uma reunião sobre as conseqüências dessa obra para o povo que reside naquela região.

Desejo dizer, Sr. Presidente, que defendi de maneira intransigente e com muita convicção a necessidade dessa obra para o Pará e para o Brasil.

Mas com a experiência que tive na vida profissional, inclusive antes de ser político, quando se implantou, no Estado do Pará, a Hidrelétrica de Tucuruí, expus para a comunidade local a maneira de agir do Governo e da Eletronorte com as comunidades atingidas por um projeto dessa espécie, que propõe um investimento de US\$3,8 bilhões, mais US\$2,6 bilhões do linhão. Trata-se de investimento altíssimo, somando-se praticamente R\$15 bilhões, trazendo, portanto, evidentemente, uma série de problemas para a comunidade.

O que a população precisa, neste momento, na minha opinião, é, em vez de discutir se deve ou não

fazer a usina Hidrelétrica de Belo Monte, impor e exigir as suas condições, questionando que tipo de favorecimento haverá para o povo da região e verificando o que pode ser dado, em contrapartida, em razão de tão vultoso investimento e como os recursos podem ser destinados para beneficiar as populações tradicionais e as ribeirinhas, os pescadores, os caboclos, enfim, quem está na região.

É preciso que esses moradores se reúnam mais vezes, que questionem e chamem para as suas reuniões os responsáveis pela execução da obra: a Eletronorte, o Ministério de Minas e Energia, o Governo do Estado do Pará – que deve se fazer presente, pois é lá que esse fato está ocorrendo –, que, na maioria das vezes, tem sido ausente nessas questões, a Delegacia Regional do Trabalho, a Delegacia do Ministério da Agricultura, cujo delegado compareceu a essa reunião. Assim, será possível analisar todas as implicações da obra e os benefícios que poderão ocorrer para o povo daquela área.

Quanto aos assentamentos rurais, há que se verificar como as pessoas serão indenizadas, por exemplo, com relação a jusante e a montante. Normalmente, a montante são criados lagos que geram **royalties**, compensação financeira para os municípios beneficiados; e a jusante, normalmente, traz um prejuízo muito grande para os pescadores.

Então, é preciso saber como compensar esse prejuízo, como fazer com que essa categoria profissional continue sobrevivendo da maneira como sobrevivia antes. É preciso analisar todos os aspectos dessa obra, mas é fundamental, acima de tudo, que as comunidades da região digam o que querem e como querem, porque elas têm todo o direito a isso. Na verdade, Sr. Presidente, há certo benefício em termos de recursos, porque essa barragem gera o Imposto sobre Serviços (ISS), o retorno do ICMS, ou seja, gera o ISS e a compensação financeira, mas quem recebe de fato isso é o único município em que está situada a barragem. Ora, e os municípios da área de influência, que sofrem consequências da implantação de um projeto tão grande quanto esse? Por que não pensar em mudar a legislação e fazer com que a compensação financeira com que o ISS, o retorno do ICMS venha a ser distribuído em toda a área de influência, pegando todos os outros municípios atingidos pela Hidrelétrica de Belo Monte? Por que apenas beneficiar um município? Essa é a questão que se coloca. As comunidades têm que avaliar isso junto com vereadores, prefeitos, políticos da região, para cobrar, com muita força, da Eletronorte e do Governo Federal uma

ação que beneficie o Pará e todo o seu povo. Esse é o nosso objetivo nesse processo de luta.

Finalizo, fazendo um apelo ao Governo do Estado do Pará. Há poucos dias, estive visitando São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã e Água Azul do Norte e vi que a Rodovia PA-279 está em estado de calamidade pública, sujeita a ser interrompida a qualquer momento quando as chuvas se iniciarem. Nesse fim de semana, estive também no Município de Tucuruí e, transitando na Rodovia Transcimetá, conhecida como PA-156, onde estão se instalando muitas indústrias madeiras, observei o movimento intenso de pessoas e muitos assentamentos rurais que estão sendo feitos pelo INCRA.

Sr. Presidente, a estrada é uma calamidade, uma vergonha. É lamentável que o Governador Almir Gabriel – diante das dificuldades do povo do Pará – não tenha uma visão administrativa para definir prioridades, deixando no abandono uma estrada como a PA-156, que liga dois grandes Municípios do Estado – Tucuruí e Cametá.

Repito o que disse a respeito da PA-279: talvez só apresentando um projeto de lei neste Senado para federalizar as estradas, para que a Bancada do Pará, nós, Senadores e Deputados Federais, enxerguemos a necessidade do povo do nosso Estado. O Governador Almir Gabriel parece que está cego ou não sabe definir as prioridades do nosso povo.

Já falei da rodovia PA-279 e repito agora o problema da PA-156: é uma vergonha um Governador de Estado deixar uma rodovia extremamente movimentada naquela situação. É preciso agir, e é o que estamos aqui a exigir do Governador Almir Gabriel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Carlos Wilson e Luiz Otávio enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no Art. 235, III, a, do Regimento Interno serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Carlos Bezerra, Carlos Wilson e Paulo Hartung enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o tão festejado e unanimemente reconhecido potencial agrícola brasileiro vem, ao longo dos últimos anos, deixando de

ser apenas isso – potencial – para se transformar em realidade, na forma de pujante produção.

Com efeito, o País conseguiu, ao longo dos últimos dez anos, realizar uma façanha inédita no cenário internacional: registrar um crescimento de 68,5% na produção de grãos. De uma colheita inferior a 58 milhões de toneladas na safra 1990/1991, passamos para quase 97 milhões e meio de toneladas nesta safra de 2000/2001. E as estimativas são de que a produção da próxima safra, a de 2001/2002, supere o extraordinário patamar dos 100 milhões de toneladas, confirmando, assim, aquilo que todos já sabíamos: que o setor agrícola brasileiro é um dos mais competitivos do mundo.

Cumpra ressaltar, também, que esse vigoroso aumento da produção decorreu de um espetacular incremento da produtividade, pois a área plantada na safra 2000/2001 não foi superior à plantada em 1990/1991. Ao contrário, foi inferior em meio milhão de hectares.

Para a concretização desses notáveis avanços, Sras. e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem medido esforços. Com a firme determinação de incentivar os produtores a ampliarem a área plantada e aumentarem, ainda mais, a produção, o Governo destinou nada menos que 16 bilhões e 600 milhões de reais para o crédito de custeio, investimento e comercialização no período 2001/2002. Isso representa um aumento de quase 47% nos recursos destinados ao crédito rural, em comparação com o período anterior, quando foram alocados 11 bilhões e 300 milhões de reais. Dessa forma, o Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 contempla a maior parte das propostas apresentadas pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

Como aponta o Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, o Governo está oferecendo aos agricultores condições de investir não só no plantio e na colheita, mas também em tecnologia e infra-estrutura, por compreender que só assim eles conseguirão obter um rendimento efetivamente compensador para suas atividades.

Dos 16 bilhões e 600 milhões de reais destinados ao crédito agrícola na safra 2001/2002, 14 bilhões e 700 milhões de reais correspondem a recursos novos. Desse total de recursos novos, 11 bilhões e 400 milhões de reais – ou seja, 78% dos recursos – estão sendo liberados com juros fixos de 8,75% ao ano, representando um aumento de 41% sobre o ano anterior. Outros 3 bilhões e 300 milhões de reais serão financiados com taxas diferenciadas, dependen-

do da fonte de recursos, como Fundos Constitucionais, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé – e Finame Especial, entre outros. O restante, no valor de 1 bilhão e 900 milhões de reais, refere-se a retornos e reempréstimos.

O Governo aumentou significativamente os recursos para a comercialização da safra. Foram destinados 3 bilhões e 100 milhões de reais para aplicações, durante a colheita, em mecanismos como Contratos de Opção, Prêmio de Escoamento de Produto – PEP e Aquisições do Governo Federal – AGF, entre outros. Em relação ao período anterior, a verba alocada para a comercialização foi ampliada em 50%. O atual Plano Agrícola e Pecuário contempla, ainda, a programação financeira para as lavouras de café na safra 2002/2003, com recursos de 700 milhões de reais.

Mas os esforços do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para estimular a produção agropecuária foram mais além. Houve, também, um acréscimo substancial no crédito anual de custeio, por beneficiário, para os principais produtos. O do algodão, por exemplo, foi elevado de 300 mil reais para 400 mil reais. Já o limite de custeio da soja subiu para 200 mil reais, com aumento de 100% em comparação ao ano anterior, no Centro-Oeste, Norte, sul do Maranhão, Piauí e Bahia. Nas demais regiões do País, passou de 60 mil reais para 150 mil reais, o que representa elevação de 150%.

Os limites de crédito de outros produtos também foram elevados. A fruticultura passou de 60 mil reais para 150 mil reais, o amendoim, de 40 mil reais para 150 mil reais – aumento de 275% –, a pecuária e outras culturas, de 40 mil reais para 60 mil reais. As plantações irrigadas de arroz, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo continuarão com financiamento de 300 mil reais. Para o cultivo convencional de milho, o governo aumentou o custeio de 200 mil reais para 250 mil reais. O crédito de custeio das culturas de sequeiro de arroz, feijão, mandioca, sorgo e trigo ficou em 150 mil reais.

O governo destinou, ainda, outros 2 bilhões e 200 milhões de reais para crédito de investimentos, tendo ocorrido aumento no limite de crédito na maioria dos programas. O limite de crédito do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos do Solo – Prosolo – passou de 40 mil reais para 80 mil reais; o do Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas – Propasto –, de 50 mil reais para 150 mil reais; o do Programa de Aquicultura – no qual foram incluídas novas espécies –, de 40 mil reais para 80 mil reais; o do Programa de Fruticultura, de 40 mil reais para 100

mil reais; e o do Programa de Modernização da Pecuária Leiteira – Proleite –, que passa a financiar também a compra de equipamentos de geração de energia alternativa à eletricidade convencional, de 40 mil reais para 60 mil reais.

Diante dos resultados alcançados nos dois últimos anos pelo Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheitadeiras – Moderfrota –, o Governo decidiu injetar mais 900 milhões de reais em recursos para empréstimos no período 2001/2002. Com isso, os produtores que tenham renda bruta anual de até 250 mil reais continuarão pagando encargos de 8,75% ao ano e os demais, 10,75%.

Outros 230 milhões de reais foram destinados pelo Governo Federal a novas linhas de crédito para investimentos na modernização e no aumento da competitividade da agropecuária brasileira. Do total, 100 milhões de reais foram alocados para a construção de armazéns nas fazendas, com financiamento de 100 mil reais por ano para produtores e associações rurais. Já o Programa de Apoio à Fruticultura contará com 30 milhões de reais, com crédito de 50 mil reais por beneficiário. Além disso, o Governo criou uma linha de financiamento de 100 milhões de reais, com juros de 8,75% ao ano, para o Proger Rural, no Banco do Brasil. O objetivo do Governo é melhorar a qualidade e a produtividade do setor agropecuário para que o País possa elevar suas exportações e substituir as importações.

No Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002, o Fina Agrícola Especial também está financiando novos itens. A partir de agora, os produtores poderão obter recursos para aquisição de equipamentos para a avicultura, suinocultura, beneficiamento de sementes, beneficiamento e agroindustrialização de frutas e produtos apícolas, além da implantação e modernização de frigoríficos com atuação municipal ou estadual. Além de todos esses tipos de investimentos, os recursos do Fina Agrícola Especial podem ser usados, também, para a conservação de pescados.

Outra importante medida tomada pelo Governo para estimular o plantio nesta safra foi o reajuste definido no Plano Agrícola e Pecuário para os preços mínimos de garantia de alguns produtos. O preço mínimo de garantia do algodão teve uma elevação de 6%, o do alho, de 3%, o do milho, de 2%, o do sisal, de 10,5%, o da soja, de 4,9% no Centro-Sul e de 5% no Norte-Nordeste, e o do sorgo, de 2%.

Como se pode ver, não será por falta de crédito que o homem do campo brasileiro deixará de plantar. Os recursos estão disponíveis para todos aqueles

que quiserem dar sua contribuição ao esforço produtivo do País.

Essa abundância de crédito para custeio, investimento e comercialização, associada à alta do dólar e à previsão de queda dos estoques mundiais de soja e de milho, compõe um cenário extremamente favorável para o plantio desta nova safra de grãos, que se iniciou no final de agosto na região Centro-Sul do País.

Os esforços governamentais dirigem-se agora para abrir novos mercados para o agronegócio brasileiro. Para a consecução dessa meta, é necessário derrubar as barreiras tarifárias e não tarifárias e conseguir que os países desenvolvidos cessem os subsídios às suas agriculturas, prática que vem prejudicando a competitividade no mercado internacional.

Para nós, que integramos, com muito orgulho e entusiasmo, este Governo, é gratificante observar o reconhecimento dos produtores rurais ao trabalho desenvolvido em prol de nossa agropecuária. Na avaliação de João Bosco Umbelino dos Santos, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG –, por exemplo, o Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 é o mais completo e adequado já anunciado pelo Governo nos últimos dez anos. Ele ressalta o método participativo utilizado para sua elaboração, a partir do entendimento entre o Governo e representantes do setor agropecuário, e tomando por base as suas reivindicações.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil vem concretizando, com muito trabalho e competência, a sua extraordinária vocação agrícola. Nossa produção mantém uma firme tendência de crescimento, superando-se a cada ano, e confiamos que, nesta safra, atingiremos a histórica marca de mais de 100 milhões de toneladas de grãos produzidas.

Um fator que certamente tem contribuído para essas conquistas, juntamente com o labor incansável do homem do campo, é a firme política de apoio à produção agropecuária conduzida pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a continuidade dessa política de assegurar fartura de crédito ao produtor rural, haveremos, com certeza, de quebrar novos recordes de produção.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, temos, no Brasil, o péssimo hábito de dizer que uma lei "pegou" ou "não pegou", o que significa que muitas leis sancionadas não funcionam porque desagradam seus aplicadores ou a população. Talvez porque o número de leis em vi-

gor seja excessivo, talvez porque existam leis com normas contraditórias, talvez porque haja desconhecimento total do que está em vigor, o fato é que constantemente descobre-se que uma lei em vigor não está sendo cumprida porque "não pegou".

Isto, porém, torna-se mais grave quando se trata de Emenda Constitucional, discutida, aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional, após estudos minuciosos. É o que vem acontecendo com a Emenda Constitucional nº 29, tradutora da vontade política dos parlamentares que a aprovaram quase unanimemente.

Essa Emenda vinculou recursos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a gastos obrigatórios em ações e serviços de saúde. A saúde, um direito social, faz parte dos direitos humanos doutrinariamente conhecidos como direitos progressivos, uma vez que, para seu pleno atendimento, necessita da intervenção do Estado e da sociedade.

Ao vincular, na Constituição, a receita orçamentária dos entes federativos do Estado brasileiro a gastos obrigatórios em ações e serviços de saúde, o legislador tinha em mente garantir a qualquer cidadão o acesso gratuito e eficiente aos serviços de saúde do País.

A Emenda é auto-aplicável e os cálculos dos gastos deveriam ser feitos com base no orçamento do Ministério da Saúde. Entretanto, o orçamento do Ministério teve uma queda considerável, se vertido em dólar, de quase US\$15 bilhões em 1995 para menos de US\$11 bilhões no ano passado. A intervenção da área econômica, como sói acontecer, não leva em conta o interesse social, tão bem preservado na Emenda.

A base vinculável para os cálculos previstos concentra-se na receita dos entes federativos, que estará sujeita à vinculação de recursos para aplicação exclusiva em ações e serviços de saúde e é composta por impostos próprios e transferidos, dos quais são deduzidas as transferências constitucionais governamentais.

Até 2004, o período é chamado de transição. A partir daí, as regras deverão ser definidas por Lei Complementar. Na prática, há controvérsia sobre a interpretação de "valor apurado no ano anterior", necessário para se chegar ao montante do ano seguinte, o que levou a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a AGU – Advocacia Geral da União a darem a interpretação menos favorável aos entes federados, utilizando uma base móvel em lugar de uma base fixa para cálculos futuros. Como sempre, ambas concluíram que a União deve aplicar o mínimo

possível, em detrimento de uma população carente de serviços de saúde.

Tais pareceres, evidentemente, diferem daqueles proferidos pela Consultoria Jurídica e pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. De qualquer forma, a regra geral é de que os Estados deverão aplicar, no ano de 2004, pelo menos 12% da base vinculável e os Estados que já aplicam esse percentual, permanecem nesse patamar, sem poder diminuí-lo.

Já os Municípios, de acordo com a regra geral, deverão chegar a 2004 com uma aplicação de 15% da base vinculável em ações e serviços públicos de saúde. Entretanto, as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual e municipal só serão estabelecidas pela Lei Complementar. Essa Lei deverá, ainda, definir com mais nitidez o que são ações e serviços públicos de saúde.

Eqüidade e universalidade são critérios que deverão ser levados em conta, pois todo e qualquer cidadão brasileiro tem o direito de usufruir dos benefícios de saúde do País.

Sr. Presidente, temos todos os instrumentos necessários para melhorar as ações e os serviços públicos de saúde no Brasil. Falta-nos apenas vontade política. É vergonhoso que autoridades governamentais impeçam a definitiva e proveitosa aplicabilidade da Emenda Constitucional nº 29. Deixamos, hoje, nosso apelo ao Presidente da República, no sentido de que não seja conivente pela não aplicação de normas constitucionais promulgadas pelo Congresso Nacional, tendo em vista o interesse social do País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não é novidade para ninguém que as empresas aéreas da aviação civil brasileira passam por severas dificuldades. Curiosamente, entretanto, as estatísticas revelam um crescimento expressivo no mercado do transporte aéreo. Se, de um lado, empresas tradicionais como a VARIG e a Transbrasil revelam sofrimento na gestão de seus balanços; por outro lado, também é verdade que a TAM deu um salto expressivo na oferta de vôos e de assentos e renovou sua frota. Novas empresas, como a Gol, se inseriram no mercado com absoluto sucesso, fruto sobretudo de um novo conceito de companhia aérea.

Entretanto, apesar dos sucessos registrados, sou obrigado a reconhecer que as empresas aéreas

brasileiras reduziram drasticamente a utilização de mão-de-obra, seja no serviço de apoio em solo, seja embarcado. O recente atentado contra a cidade de Nova York, no dia 11 de setembro passado, a questão da dolarização dos componentes da indústria da aviação, a aplicação de tarifas (ainda que consideradas as mais altas do mundo) irrealistas para fazer frente aos custos, atualização tecnológica, tudo isso serve de desculpa para que se empreenda uma onda enorme de demissões.

A VARIG, que já foi orgulho da aviação civil brasileira, luta com dificuldades contra um prejuízo gigantesco. Cancelou uma série de rotas nacionais e internacionais, algumas, como os destinos africanos, estratégicas para os interesses brasileiros. Desfez-se de boa parte de sua frota e anuncia agora a demissão de 1.750 trabalhadores.

Isso mesmo! Anuncia, sem nenhum constrangimento, a demissão de 1.750 trabalhadores. Mas, isso não é o mais grave.

A Transbrasil, que já pertenceu ao saudoso e honrado comandante Omar Fontana, glória da livre iniciativa brasileira, além de exibir para quem quisesse ver, as carcaças de suas – outrora modernas – aeronaves, no Aeroporto de Brasília; praticamente reduziu suas rotas ao mínimo possível; limitou sua frota a um número insignificante de aeronaves, e demitiu centenas de trabalhadores. Para piorar, omitiu-se da obrigação de pagar as verbas rescisórias, os parques diretos que restam aos trabalhadores, como férias, décimo terceiro e FGTS.

Não vou falar da VASP. Não é preciso. Desafio os meus colegas a empreender uma corajosa aventura a bordo de suas aeronaves. A maioria delas com mais de 20 anos de uso. Não é raro encontrarmos registros de pousos de emergência e de aeronaves que ficam no solo com defeitos insanáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a verdade é que a aviação civil brasileira enfrenta a maior crise de sua história. O Senador Francelino Pereira tem sido freqüente nesta tribuna a denunciar o risco da operação dos chamados aeroportos centrais. S. Ex^a se refere sempre ao Aeroporto da Pampulha, na sua Belo Horizonte; ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio, e ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Na busca desesperada do mercado e da competitividade, as empresas aéreas simplesmente relegaram a segundo plano os aeroportos de Confins, Guarulhos e Galeão. Modernos, grandes e seguros. Para se ter uma idéia, autoridades aeronáuticas qualificam o espaço aéreo de São Paulo como caótico.

Não custa lembrar que, em 1985, quando da inauguração do Aeroporto Internacional de Guarulhos, pouco tempo depois do maravilhoso Aeroporto Internacional de Confins, todos os aeronautas e aeroviários foram unânimes em condenar a operação dos ultrapassados Pampulha e Congonhas.

Pois bem. A segurança e o conforto foram superados em nome do lucro e da operatividade. Nada disso resolveu a crise do setor. Muito pelo contrário. A maioria das empresas aéreas brasileiras depende de generosos parcelamentos de suas dívidas sociais e aeroportuárias, isenção de impostos para importação de peças, empréstimos subsidiados para sanar suas dívidas. E, nem por isso, cessaram com a demissão compulsiva de seus empregados.

É hora de se exigir dessas empresas, cujos emissários vivem perambulando pelos corredores do Congresso, que apresentem um projeto concreto de saneamento de seus empreendimentos e coloquem a mão na consciência. A cada trabalhador demitido, condenam toda uma família ao sofrimento. Não é apenas um número a figurar no seu balanço social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a edição de ontem do jornal **Valor Econômico** destaca que a carga tributária vai bater recorde histórico este ano, ultrapassando 34% do Produto Interno Bruto e superando o recorde de 33,18% do ano passado.

A matéria deixa claro que a arrecadação federal de tributos deverá crescer algo em torno de 4% este ano, enquanto que a expansão da nossa economia ficará em torno de 1,5% a 2% até dezembro.

O jornal observa que a arrecadação poderá crescer ainda mais no ano que vem, uma vez que entrarão em vigor o imposto sobre combustíveis e o aumento da contribuição patronal ao FGTS de 8% para 8,5%. Isso sem levar em conta a possibilidade de cobrança de imposto de renda sobre os fundos de pensão, que representaria algo em torno de R\$3 bilhões a mais nos cofres da Receita, já repassadas as parcelas dos Estados e Municípios.

Creio que os elementos apresentados são mais do que suficientes para que o Congresso Nacional tenha a plena consciência de que a articulação do Governo, na figura do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, contra a aprovação do projeto de minha autoria, que corrige a tabela do Imposto de Renda, significa, no mínimo, uma enorme insensibilidade social e política, cujo ônus recairá, mais cedo ou mais

tarde, sobre os ombros do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Governo precisa abandonar esse discurso falacioso e ser mais objetivo na mesa de discussões sobre a matéria. Deve reconhecer que há recursos mais do que suficientes no caixa da Receita para fazer a correção, sem que os pilares da República sejam abalados.

Na verdade, não se estará reduzindo arrecadação, mas promovendo justiça, ou seja, devolvendo ao trabalhador o que lhe vem sendo subtraído do salário por um congelamento que já se arrasta pelos últimos seis anos, enquanto a inflação no período se acumula em torno dos 35%.

Aqui, neste Plenário, já apresentei números semelhantes aos divulgados pelo **Valor Econômico**, reforçados com argumentos do consultor de empresas Antoninho Marmo Trevisan, publicados há 15 dias, no **Estado de São Paulo**, segundo os quais, entre 1993 e 2000, o Governo acumulou um crédito de cerca de R\$80 bilhões com os vários remendos tributários criados nos últimos anos, e que essa arrecadação foi possível por três razões: o truque do tributo provisório, o truque do tributo com alíquota reduzida e o truque do tributo com destinação específica.

Quero aproveitar ainda a oportunidade para me solidarizar com o pronunciamento do Presidente desta Casa, Senador Ramez Tebet, que, na última sexta-feira, defendeu a prioridade para o projeto do Imposto de Renda, assim como para o projeto que põe fim à imunidade parlamentar, admitindo até a prorrogação dos trabalhos do Congresso Nacional, durante parte do período do recesso parlamentar.

Creio que teríamos o aplauso da opinião pública caso decidíssemos encerrar os trabalhos da atual Sessão Legislativa somente após aprovarmos essas duas matérias.

Outros jornais voltaram à questão do Imposto de Renda ontem e hoje. Adiantaram que está em curso um acordo entre partidos da base do Governo e da Oposição, na Câmara, no sentido de ser apresentada uma correção alternativa de 20% à minha proposta de correção de 28%, aprovada no Senado, e à proposta referendada pelas comissões da Câmara que eleva a correção para 35%.

Toda iniciativa de entendimento é louvável. E creio que a proposta de 20% pode ser uma boa alternativa para aliviar as perdas dos trabalhadores.

Viabilizando-se a proposta, fica reforçada a tese de que o Governo se isolou nessa questão, apoiando-se em argumentos meramente técnicos, muito dis-

tantes da realidade de um País que, cada vez mais, reclama melhor distribuição de renda e investimentos em áreas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 4, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 4, de 2001, que dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Neuton Lima, em substituição à Comissão Mista.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 5, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 5, de 2001, que institui feriados civis nos Estados que especifica e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Narcio Rodrigues, em substituição à Comissão Mista.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2001

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2001 (nº 308/96, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação à alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer sob nº 1.242, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com votos contrários dos Senadores Francelino Pereira e Roberto Freire.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 36, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Ramez Tebet, que altera a redação do § 4º do art. 225 da Constituição Federal (dispõe sobre a utilização da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, os Pantanais Mato-Grossense e Sul Mato-Grossense e a Zona Costeira, como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente), tendo

Parecer sob nº 1.237, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 681, de 2001 – art. 281 combinado com o art. 357 do Regimento Interno)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2001 (nº 277/2000, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição Federal. (Dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.350, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 693, de 2001 – art. 167 do Regimento Interno)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Arlindo Porto, que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.277, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2001 (nº 2.758/97, na Casa de origem), que introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.122, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Moreira Mendes.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2000 (nº 244/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro 1998, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.323, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Luiz Otávio.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 286, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001 (nº 391/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.324, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 289, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2001 (nº 444/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo en-

tre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos, celebrado em Lima, em 28 de setembro de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.327, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Gilberto Mestrinho.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 243, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2001 (nº 758/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Belo Jardim – AMCRBJ/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.259, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 256, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2001 (nº 780/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.304, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora ad hoc: Senadora Emília Fernandes, com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Marina Silva.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 303, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2001 (nº 493/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer sob nº 1.306, de 2001, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes, fa-

vorável, com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta, e abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Marina Silva.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 306, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2001 (nº 559/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.261, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 307, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2001 (nº 623/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária "Nova Aliança: Caminho, Verdade e Vida" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.262, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 16 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 311, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2001 (nº 754/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Castro Alves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castro Alves, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.263, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

– 17 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 316, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2001 (nº 743/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boqueirão, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.265, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

– 18 –

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 631, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2001 e do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs, 182 e 196, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 649, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 649, de 2001, do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2001, de sua autoria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 652, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 652, de 2001, do Senador Edison Lobão, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1999, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

(OS 21248/01)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PAULO SOUTO, NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 20-11-2001, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SE PUBLICA NA PRESENTE EDIÇÃO.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela gentileza de ter deixado que eu falasse antes da Ordem do Dia – aliás, mais uma vez, sobre o assunto de educação – para introduzir um programa lançado recentemente pelo Governo do Estado da Bahia.

São inegáveis os avanços obtidos no País, nos últimos anos, em algumas áreas do setor educacional, sobretudo – como aqui se falou – na área do Ensino Fundamental. Estamos, praticamente, atingindo a universalização do Ensino Fundamental. Demos importantes passos na qualificação dos professores, em programas de valorização das escolas, dando maior independência aos seus conselhos, às suas diretorias, ao corpo discente e docente. Intensificaram-se, também, os programas de transporte escolar, aperfeiçoou-se a distribuição da merenda escolar e de livros didáticos. De modo que não há nenhuma dúvida de que o Governo Federal e, particularmente, o Sr. Ministro Paulo Renato contabilizaram alguns avanços importantes no setor de ensino, sobretudo no Ensino Fundamental.

É preciso, e já se reconhece isso, encontrar uma melhor equação, referente basicamente aos outros aspectos, à pré-escola, que é uma área ainda indefinida do ponto de vista das suas responsabilidades, e sobretudo aos cursos de ensino médio. Os Estados estão sendo extremamente sacrificados com relação ao nível médio, em que suas responsabilidades são praticamente integrais em cursos que, reconhecemos, são mais onerosos, que exigem mais investimentos, que exigem professores mais qualificados. No momento, inclusive pela melhor equação do ensino fundamental, há uma grande pressão de matrículas, que já se vem repetindo há três ou quatro anos, sobre o ensino médio, em virtude, como disse, da melhoria do ensino fundamental e também pelo fato de que muitos estudantes que haviam abandonado o ensino médio estão voltando para concluí-lo, porque sabem que, sem o curso de nível médio, praticamente não há a menor possibilidade de colocação no mercado de trabalho.

Eu fiz essa rápida introdução, para falar de um novo programa lançado há 15 dias pelo Governo do Estado da Bahia, o chamado "Faz Universitário". A Bahia tem particularidades bastante interessantes nessa área. O Estado faz um esforço excepcional para proporcionar ensino universitário aos seus jovens. Por quê? A Bahia é o único dos grandes Estados brasileiros que tem apenas uma universidade federal. Talvez à exceção de São Paulo, que tem uma grande universidade estadual, praticamente todos os grandes Estados brasileiros têm mais de uma universidade federal. Há até Estados menores, menos populosos, que têm duas universidades federais. Mas, o Estado da Bahia, infelizmente, só tem uma universidade federal. Isso significa um grande

esforço do Estado com relação à implantação de universidades estaduais. O meu Estado se viu no dever de proporcionar uma expansão do ensino universitário através das universidades estaduais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado da Bahia consome aproximadamente 4% da sua receita corrente líquida com o custeio do ensino universitário. Se nos lembrarmos que 15% são obrigatórios para o ensino fundamental e mais 4% para o superior, vê-se a situação difícil que, dentro dos 25%, pode acontecer para sustentar o ensino médio.

O meu objetivo hoje é falar sobre este novo programa e eu me referia à grande pressão que o Estado sofre ao ter que proporcionar ensino universitário aos seus jovens. A Bahia tem 4 universidades estaduais, e nelas estudam 25 mil alunos. Se tirarmos São Paulo e Paraná, talvez a Bahia seja o Estado com a maior proporção de alunos matriculados nas universidades estaduais, no total da universidade pública. Cerca de 56% dos universitários da rede pública do Estado da Bahia estão nas universidades estaduais.

Claro que o setor do ensino universitário teve um progresso nos últimos anos, centrado sobretudo na expansão das faculdades e universidades privadas, com maior oferta de vagas.

Entretanto, sabemos que as mensalidades da rede privada dificultam, de forma notável, a possibilidade de que grande parte da classe média tenha acesso ao ensino universitário. Esse é um problema grave, principalmente porque reconhecemos – e esse é um assunto muito discutido – que o acesso às universidades federais é mais fácil sobretudo aos estudantes da classe média, média alta e da rica, que têm possibilidade de frequentar os cursos, o que representa uma vantagem impressionante em relação aos outros estudantes. Isso faz com que, embora possa parecer paradoxal, ingresse nas universidades privadas uma parte da classe média que tem extrema dificuldade em pagar as mensalidades.

É justamente esse tipo de situação que levou o Estado – uma iniciativa do Governador César Borges, do Secretário da Educação, Deputado Heraldo Tinoco, e do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Albérico Mascarenhas – a lançar o programa denominado "Faz Universitário". Esse programa segue a mesma linha de programas similares que estão sendo utilizados no Estado da Bahia como o "Faz Cultura", o "Faz Atleta" e "Sua Nota é

um Show de Solidariedade". É um programa que procura, ao lado de um programa de educação tributária, convencer o contribuinte a pedir a sua nota fiscal. Utiliza a forma de incentivar, por exemplo, a parte de projetos culturais, por meio do "Faz Cultura", e projetos relacionados à formação de atletas, por intermédio do "Faz Atleta". É um programa muito interessante que possibilita, por exemplo, a hospitais da rede filantrópica e a diversas outras entidades sociais utilizarem-se da conversão de notas fiscais em créditos diretamente pagáveis pelo Tesouro do Estado, para proporcionar a sustentação de algumas dessas entidades, que prestam um grande serviço na área de saúde e de educação no Estado da Bahia.

O "Faz Universitário" é destinado a preparar o ingresso e a garantir, por meio de bolsas de estudo, a permanência de alunos provenientes da rede pública na universidade. Ser proveniente da rede pública de ensino é o primeiro pré-requisito para que um estudante possa se candidatar a uma dessas bolsas de estudo, porque é a melhor forma de selecionar aqueles que efetivamente precisam. Sabemos que quem estuda na rede pública dificilmente teria condições de pagar, com certa tranquilidade, uma mensalidade do ensino superior. Então, o primeiro requisito para fazer parte desse programa é ser originário da rede pública de ensino do Estado da Bahia.

Esse programa tem duas fases: a fase "Preparando para a Universidade" e a fase "Cursando a Universidade". O "Preparando para a Universidade" oferece teleaulas e também aulas presenciais, que são assistidas pelos alunos da rede pública de ensino, visando à preparação para o vestibular. Não se trata, evidentemente, de uma preparação intensiva. Eu diria que é uma preparação do ponto de vista do conteúdo, mas sobretudo do ponto de vista psicológico e comportamental para a realização do vestibular. A segunda fase, que me parece bastante importante, denomina-se "Cursando a Universidade". Existem dois tipos de bolsas para os universitários. O primeiro é uma bolsa vinculada ao Programa Nacional de Educação Tributária, em que escolas públicas de nível médio cadastram-se para o recebimento de bolsas, que serão rateadas entre essas escolas cadastradas, de acordo com a quantidade de notas fiscais arrecadadas, as quais variam segundo o porte da escola. Assim, os estudantes são envolvidos em um programa de educação tributária, visando ao recolhimento de notas fiscais e ao impedimento da sonegação. Naturalmente, essas notas fiscais

são trocadas pelas bolsas, sempre destinadas a alunos provenientes da rede pública de ensino.

Serão beneficiados alunos originários da rede pública de ensino, aprovados nas faculdades e universidades particulares. Se o número de aprovados for maior que o número de bolsas disponíveis, os alunos serão classificados de acordo com os resultados obtidos no Enem, uma prova consagrada nacionalmente.

O outro tipo de bolsa de estudo é aquela vinculada a empresas privadas. Ou seja, o programa vai incentivar as empresas privadas a custearem integralmente os alunos provenientes da rede pública que foram aprovados em faculdades particulares.

As empresas serão cadastradas e enquadradas para participarem do projeto com o benefício fiscal previsto, e os beneficiados serão os alunos provenientes da rede pública aprovados no vestibular das escolas privadas e, além do mais, classificados no Enem.

Os requisitos para os alunos são, como já disse, terem participado desde a 5ª série do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio em escolas da rede pública. De modo que não há a menor possibilidade de que seja beneficiado por esse projeto alguém que tenha cursado o ensino médio nas escolas privadas.

Isso possibilitará, inicialmente, que mais de mil bolsas de estudo sejam fornecidas por meio de um critério transparente, límpido, para que estudantes da rede pública possam ter acesso à universidade.

As empresas que participarão desse projeto poderão descontar até 5% do ICM que recolhem ao Estado da Bahia e terão que participar com 50% por meio dos incentivos e 50% com recursos próprios, de tal forma que teremos todo o programa, nesse caso, financiado. Isso possibilitará que muitos estudantes, pobres e carentes, que, de outra forma, não teriam condições de frequentar uma universidade, eventualmente possam se candidatar a frequentar essas escolas. Essa é uma alternativa.

A outra alternativa o Estado já vem oferecendo: a ampliação de sua rede de universidades públicas, que, hoje, já são quatro. O programa "Faz Universitário", vai, sem dúvida nenhuma, ampliar as possibilidades, de uma forma bastante clara, de os alunos carentes ingressarem em um curso universitário. O programa tem ainda uma nova vertente, que é o caso de o estudante de ensino médio da rede pública conseguir ingressar em uma universidade

pública. Nesse caso, em vez de uma bolsa de estudo, ele terá uma bolsa-auxílio em dinheiro para se manter durante todo o período em que estiver estudando na rede pública do Estado da Bahia.

Essa foi uma forma, que considero criativa, inteligente e justa, encontrada pelo Governo do Estado para estender a muitos estudantes baianos a possibilidade de participar de cursos universitários, principalmente aqueles estudantes que têm grande dificuldade em pagar as mensalidades.

Essa era a comunicação que tinha a fazer, no instante em que cumprimento o Governador do Estado, o Secretário da Educação e o Secretário da Fazenda, que, atuando de forma conjunta, possibilitarão alternativas aos nossos alunos que não conseguem acesso na universidade federal, têm dificuldades de pagar as escolas privadas e terão, do Governo do Estado, um auxílio efetivo para que possam obter a formação de nível superior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Ata da 155ª Sessão Deliberativa Ordinária,
Realizada em 14 de novembro de 2001**

**(Publicada no Diário do Senado Federal
de 15 de novembro de 2001)**

Retificação

TRECHO DE ATA ÀS PÁGINAS NºS 28560 A 28563, REFERENTES AOS PARECERES NºS 1337 – CCJ E 1338 – CAS/2001, RELATOR SENADOR ROMEU TUMA, SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2001, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES:

PARECERES NºS 1.337 E 1.338, DE 2001

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências, e sobre as Emendas nºs 1 a 10, apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, do Regimento Interno.

Parecer nº 1.337, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador **Romeu Tuma**.

I – Relatório

Do projeto

A proposição é composta de vinte e quatro artigos, dispondo sobre o controle e a fiscalização de produtos químicos utilizáveis como insumos na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, alcançando até mesmo as que não estejam sob o controle do órgão competente do Ministério da Saúde.

Para o controle e fiscalização desses insumos, considera-se produto químico as substâncias e formulações que as contenham (art. 1º, § 2º), e o Ministro de Estado da Justiça, provocado ou de ofício, definirá, em portaria, quais os produtos a serem controlados pela Polícia Federal (art. 7º), e quais as pessoas jurídicas credenciadas ao acesso a esses produtos e substâncias.

O art. 13 contém o rol das infrações, todas de natureza administrativa, e o art. 15 prevê as sanções respectivas. Os arts. 17 e 18 instituem taxas de controle e fiscalização, e o art. 19 isenta dessa taxa os órgãos da administração pública, as instituições públicas de ensino e as entidades particulares de caráter assistencial, filantrópico e sem fins lucrativos. Os recursos oriundos da taxa de controle e fiscalização destinam-se à Fundação Nacional antidrogas – FUNAD, que os repassará, em 80% (oitenta por cento) à Polícia Federal, para reaparelhamento e custeio de atividades de controle e fiscalização.

Das emendas

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 89/2001 foram apresentadas dez emendas, a seguir descritas e adiante analisadas:

A Emenda nº 1 – CCJ objetiva suprimir-se o art. 8º do projeto, sob a justificativa de que esse dispositivo, por pretender instituir a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados, instituiria procedimentos burocráticos inaceitáveis, além de ser capaz de agregar custos elevados aos produtos, sem resultar na ampliação da eficiência dos controles.

A Emenda nº 2 – CCJ pretende a supressão do inciso IX do art. 13 do projeto sob a justificativa de que a medida é extensiva do art. 8º, objeto da

Emenda nº 1, e reitera as razões de supressão do referido art. 8º (que institui a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados), que são a ampliação de procedimentos burocráticos e elevação de custos, sem contrapartida na eficiência dos controles.

A Emenda nº 3 – CCJ visa alterar o inciso VII do art. 13, para punir a omissão de informação a respeito de suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos, de modo que a redação proposta não se restringirá à denúncia de desvio – de produto químico controlado –, para a preparação ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, mas a qualquer atividade ilícita, relacionada a esses produtos.

A Emenda nº 4 – CCJ tem por escopo alterar o inciso XI do art. 13 do projeto, que passaria a ser punitiva da adulteração de rótulos e embalagens de produtos químicos controlados, objetivando a burla ao controle e à fiscalização.

A Emenda nº 5 – CCJ propõe seja alterado o inciso XII do Artigo 13 do Projeto de Lei, que passa a conter previsão normativa a respeito do dever de se informar – no laudo técnico, na nota fiscal, na embalagem e no rótulo –, a concentração do produto químico controlado.

Ao justificar a emenda o ilustre autor afirma que a redação proposta facilitará a ação fiscalizadora e ampliará os meios de identificação do produto.

A Emenda nº 6 – CCJ determina se inclua o § 3º no art. 15 do projeto com previsão do direito de interposição de recursos, na forma e prazos a serem estabelecidos em regulamento, para que assim se assegure aos litigantes em processos administrativos, o direito à ampla defesa, de que trata o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Com a Emenda nº 7, seu ilustre autor pretende suprimir o inciso III do art. 20, que “institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$106,41 (cento e seis reais e quarenta e um centavos) para a Emissão de Autorização Prévia de Importação; Autorização Prévia de Exportação; e Autorização Prévia de Reexportação”.

O dispositivo há de ser suprimido, segundo argumenta, posto que configura barreira não-tarifária às importações, e representa adicional ao chamado “Custo Brasil” nas exportações e nas reexportações.

E acrescenta que a cobrança da Autorização Prévia de Importação é passível de ser questionada junto a Organização Mundial do Comércio – OMC, por se caracterizar como barreira não-tarifária.

A Emenda nº 8 – CCJ dispõe: “Suprima-se o inciso V do art. 20 do Projeto de Lei”. A supressão proposta se faz sob a justificação de que mencionado inciso institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), para a emissão da Guia de Trânsito e da 2ª via da Guia de Trânsito. A supressão, portanto, seria consectário de ter sido suprimido o art. 8º, mediante a Emenda nº 1-CCJ, sob a justificação de que o texto atual do dispositivo amplia a burocracia e eleva custos sem, em contrapartida, alcançar eficiência dos controles.

A Emenda nº 9-CCJ contém proposta de nova redação ao **caput** e incisos do art. 20, a qual visa aperfeiçoar o texto e redimensionar valores. O dispositivo de incidência da emenda, se aprovada, passaria a ter o seguinte teor:

“Art. 20 — A Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos é devida pela prática dos seguintes atos de controle e fiscalização:

I — no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;

b) emissão de Segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e

c) alteração de Registro Cadastral.

II — no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e

c) renovação de Licença de Funcionamento.

III — no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial.”

A justificação apresentada para se adotar nova redação é; primeiro, o remanejamento de termos, como o ato de “alteração de Registro Cadastral”, transferida do inciso II para o inciso I, pois este trata

exclusivamente de taxa referente a Registro Cadastral.

Depois, a alteração proposta serviria para assegurar a arrecadação dos recursos — face à supressão dos incisos III e V do art. 20 — que irão compor o orçamento necessário ao Programa de Fortalecimento do Controle de Precursores Químicos do Departamento de Polícia Federal.

Esse programa, cabe esclarecer, busca, no âmbito institucional, fortalecer o controle descentralizado de precursores químicos em todo o País, mediante a aquisição de veículos apropriados e de equipamentos de laboratório para a identificação de drogas, a criação de sistema informatizado, e treinamento das forças policiais em atividade de controle. Para que se realize esse programa, os valores das taxas constantes nos incisos acima foram redimensionados.

Emenda nº 10-CCJ postula seja acrescentado ao art. 20 do projeto o seguinte parágrafo único:

“Art. 20.... ..

Parágrafo único. Os valores constantes nos itens I e II deste artigo serão reduzidos de 70% (setenta por cento) e de 40% (quarenta por cento) quanto se tratar, respectivamente, de microempresa e empresa de pequeno porte, definidas como tais em lei.”

Na justificação de acréscimo de parágrafo ao art. 20, o ilustre autor da emenda indica o art. 179 da Constituição Federal, que prevê tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, com o escopo de incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

II – Análise

A análise da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, de que trata o art. 101, inciso I, do Regimento Interno, revela procedentes as emendas, por suas próprias razões justificadoras, e portanto passíveis de acolhimento por esta Comissão.

A mesma análise recomenda alteração à Emenda nº 10-CCJ, cujo conteúdo está diretamente atrelado ao da Emenda nº 9-CCJ, eis que a acentuação dos índices percentuais dos valores da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos em 56,62% e do Cadastro e Licença de Funcionamento, e da Alteração Cadastral e Renovação de Licença, em 839,73% teria consequências indesejáveis além de bitributação. Essa majoração só se justifi-

ca se procedida adequação da Emenda nº 10-CCJ, no que concerne aos percentuais ali estampados.

No que tange à Emenda nº 5, é impróprio o vocábulo "um", na redação, onde se lê: "deixar de informar um laudo técnico..."

Quanto à Emenda nº 6, temos dúvidas sobre a previsão de interposição de recurso, de natureza administrativa ou judicial, fundamentado em regulamento, pois a norma infra-legal não deve dispor além do que o faça a própria lei. O correto é que previsão dessa ordem se contenha em lei ordinária, quando no âmbito do Poder Judiciário, por aplicação do Código de Processo Civil que estabelece os recursos cabíveis. Ou, também, mediante norma legal da hierarquia de lei ordinária, se o recurso é interposto no âmbito Administrativo, junto aos Tribunais de Contas da União ou dos Estado, ou em órgão público que o comporte.

Conclusivamente, as Emendas nºs 1 a 9, submetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidaniais, estão em condição de serem aprovadas, com subemendas às Emendas nº 5, 6 e 10, para correção de aspectos técnicos, acima analisados.

III – Voto

Diante do que foi exposto, manifestamo-nos, quanto ao mérito do PLC nº 89, de 2001, por sua pela Aprovação.

Quanto às emendas, manifestamo-nos pela Aprovação das Emendas nºs 1 a 10, com a recomendação de adequação das Emendas nºs 5 e 6 e 10, na forma das seguintes subemendas:

SUBMENDA Nº 1-CCJ À EMENDA Nº 5-CCJ

Substitua-se, no inciso XII do art. 13, o vocábulo "um" por "o", restando assim a redação daquele inciso:

"Art. 13.....

XII – deixar de informar no laudo técnico, ou nota fiscal, quando for o caso, em local visível da embalagem e do rótulo, a concentração do produto químico controlado."

SUBMENDA Nº 2-CCJ À EMENDA Nº 6-CCJ

Dê-se ao § 3º do art. 15 da proposição a seguinte redação:

"Art. 15.
.....

.....
§ 3º Das sanções aplicadas caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, na forma e prazo estabelecidos em regulamento."

SUBMENDA Nº 3-CCJ À EMENDA Nº 10-CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 20 do PLC nº 89, de 2001, a seguinte redação:

"Art. 20.....

Parágrafo único. Os valores constantes dos itens I e II deste artigo serão reduzidos de:

I – 40% (quarenta por cento), quando se tratar de empresa de pequeno porte;

II – 50% (cinquenta por cento), quando se tratar de filial de empresa já cadastrada;

III – 70% (setenta por cento), quando se tratar de microempresa."

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Roberto Freire** – **Antônio Carlos Júnior** – **Osmar Dias** – **Pedro Simon** – **Romero Jucá** – **Roberto Requião** – **Ricardo Santos** – **José Eduardo Dutra** – **Sebastião Rocha** (sem voto) – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Maria do Carmo Alves**.

PARECER Nº 1.338, DE 2001

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Do projeto

A proposição é composta de vinte e quatro artigos, dispondo sobre o controle e a fiscalização de produtos químicos utilizáveis como insumos na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, alcançando até mesmo as que não estejam sob o controle do órgão competente do Ministério da Saúde.

Para o controle e fiscalização desses insumos, considera-se produto químico as substâncias e formulações que as contenham (art 1º, § 2º), e o Ministro de Estado da Justiça, provocado ou de ofício, definirá, em portaria, quais os produtos a serem controlados pela Polícia Federal (art. 7º), e quais as pessoas jurídicas credenciadas ao acesso a esses produtos e substâncias.

O art. 13 contém o rol das infrações, todas de natureza administrativa, e o art. 15 prevê as sanções respectivas. Os arts. 17 e 18 instituem taxas de controle e fiscalização, e o art. 19 isenta dessa taxa os órgãos da administração pública, as instituições públicas de ensino e as entidades particulares de caráter assistencial, filantrópico e sem fins lucrativos.

Os recursos oriundos da taxa de controle e fiscalização destinar-se-ão ao Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, que os repassará, em 80% (oitenta por cento) à Polícia Federal, para reaparelhamento e custeio de atividades de controle e fiscalização.

Das emendas

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 89/2001 foram apresentadas dez emendas, a seguir descritas e adiante analisadas:

A Emenda nº 1 – CAS objetiva suprimir-se o art. 8º do projeto, sob a justificação de que esse dispositivo, por pretender instituir a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados, instituiria procedimentos burocráticos inaceitáveis, além de ser capaz de agregar custos elevados aos produtos, sem resultar na ampliação da eficiência dos controles.

A Emenda nº 2 – CAS pretende a supressão do inciso IX do art. 13 do projeto, sob a justificativa de que a medida é extensiva do art. 8º, objeto da Emenda nº 1, e reitera as razões de supressão do referido art. 8º (que institui a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados), que são a ampliação de procedimentos burocráticos e elevação de custos, sem contrapartida na eficiência dos controles.

A Emenda nº 3 – CAS visa alterar o inciso VII do art. 13, para punir a omissão de informação a respeito de suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos, de modo que a redação proposta não se restringirá à denúncia de desvio — de produto químico controlado para a preparação ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, mas a qualquer atividade ilícita, relacionada a esses produtos.

A Emenda nº 4 – CAS tem por escopo alterar o inciso XI do art. 13 do projeto, que passaria a ter redação punitiva da adulteração de rótulos e embalagens de produtos químicos controlados, objetivando a burla ao controle e à fiscalização.

A Emenda nº 5-CAS propõe seja alterado o inciso XII do art. 13 do Projeto de Lei, que passa a conter previsão normativa a respeito do dever de se informar — no laudo técnico, na nota fiscal, na embalagem e no rótulo a concentração do produto químico controlado.

Ao justificar a emenda, o ilustre autor afirma que a redação proposta facilitará a ação fiscalizadora e ampliará os meios de identificação do produto.

A Emenda nº 6-CAS determina se inclua o § 3º no art. 15 do projeto, com a previsão do direito de interposição de recursos, na forma e prazos a serem estabelecidos em regulamento, para que assim se assegure aos litigantes em processos administrativos o direito à ampla defesa, de que trata o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Com a Emenda nº 7, seu ilustre autor pretende suprimir o inciso III do art. 20, sob a justificação de que esse dispositivo "institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$106,41 (cento e seis reais e quarenta e um centavos) para a Emissão de Autorização Prévia de Importação; Autorização Prévia de Exportação; e Autorização Prévia de Reexportação.

Por essa razão, o dispositivo há de ser suprimido, posto que configura barreira não-tarifária às importações e representa adicional ao chamado "Custo Brasil" nas exportações e nas reexportações.

E, acrescenta que a cobrança da Autorização Prévia de Importação é passível de ser questionada junto à Organização Mundial do Comércio — OMC, por se caracterizar como barreira não-tarifária.

A Emenda nº 8-CAS dispõe: "Suprima-se o inciso V do Artigo 20 do Projeto de Lei". A supressão proposta se faz sob a justificação de que mencionado inciso institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), para a emissão da Guia de Trânsito e da 2ª via da Guia de Trânsito. A supressão, portanto, seria consectário de ter sido suprimido o art. 8º, mediante a Emenda nº 1-CAS, sob a justificação de que o texto atual do dispositivo amplia a burocracia e eleva custos sem, em contrapartida, alcançar eficiência dos controles.

A Emenda nº 9-CAS contém proposta de nova redação ao **caput** e incisos do art. 20, que visa aperfeiçoar o texto e redimensionar valores. O dispositivo de incidência da emenda, se aprovada, passaria a ter o seguinte teor:

"Art. 20 – A Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos é devida pela prática dos seguintes atos de controle e fiscalização:

I – no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;

b) emissão de Segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e

c) alteração de Registro Cadastral.

II – no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e

c) renovação de Licença de Funcionamento.

III – no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial."

A justificativa apresentada para adotar-se nova redação alega, em primeiro lugar, o remanejamento de termos, como o ato de "alteração de Registro Cadastral", transferida do inciso II para o inciso I, pois este trata exclusivamente de taxa referente a Registro Cadastral.

Depois, a alteração proposta serviria para assegurar a arrecadação dos recursos em face à supressão dos incisos III e V do art. 20 — que irão compor o orçamento necessário ao Programa de Fortalecimento do Controle de Precursores Químicos do Departamento de Polícia Federal.

Esse programa, cabe esclarecer, busca, no âmbito institucional, fortalecer o controle descentralizado de precursores químicos em todo o País, mediante a aquisição de veículos apropriados e de equipamentos de laboratórios para a identificação de drogas, a criação de sistema informatizado e treinamento das forças policiais em atividade de controle. Para que se realize esse programa, os valores das taxas constantes nos incisos acima foram redimensionados.

A Emenda nº 10-CAS postula que seja acrescentado ao art. 20 do projeto o seguinte parágrafo único:

"Art 20.

Parágrafo único. Os valores constantes nos itens I e II deste artigo serão reduzidos de 70% (setenta por cento) e de 40% (qua-

renta por cento) quanto se tratar, respectivamente, de microempresa e empresa de pequeno porte, definidas como tais em lei."

Na justificativa de acréscimo de parágrafo ao art. 20, o ilustre autor da emenda indica o art. 179 da Constituição Federal, que prevê tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, com o escopo de incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

II – Análise

A análise de mérito, feita por esta Comissão, tem fundamento no art. 100, inciso II, do Regimento Interno, e revela serem procedentes as emendas, por suas próprias razões justificadoras, que as acompanham, e são, por isso, passíveis de Aprovação.

A mesma análise recomenda alteração à Emenda nº 10-CAS, cujo conteúdo está diretamente atrelado ao da Emenda nº 9-CAS, eis que a acentuação dos índices percentuais dos valores da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos em 56,62% e do Cadastro e Licença de Funcionamento, e da Alteração Cadastral e Renovação de Licença, em 839,73% o teria consequências indesejáveis além de bitributação. Essa majoração só se justifica se procedida adequação da Emenda nº 10-CAS, no que concerne aos percentuais ali estampados.

No que tange à Emenda nº 5, é impróprio o vocábulo "um", na redação, onde se lê: "deixar de informar um laudo técnico..."

Quanto à Emenda nº 6, temos dúvidas sobre a previsão de interposição de recurso, de natureza administrativa ou judicial, fundamentado em regulamento, pois a norma infra-legal não deve dispor além do que o faça a própria lei. O correto é que previsão dessa ordem se contenha em lei ordinária, quando no âmbito do Poder Judiciário, por aplicação do Código de Processo Civil que estabelece os recursos cabíveis. Ou, também, mediante norma legal da hierarquia de lei ordinária, se o recurso é interposto no âmbito Administrativo, junto aos Tribunais de Contas da União ou dos Estado, ou em órgão público que o comporte.

Conclusivamente, as Emendas nºs 1 a 9, submetidas à Comissão de Assuntos Sociais, estão em condição de serem aprovadas, com subemendas às Emendas nº 5, 6, 9 e 10, para correção de aspectos técnicos, e reajuste de valores, conforme acima analisados.

III – Voto

Diante do que foi exposto, manifestamo-nos, quanto ao mérito do PLC nº 89, de 2001, por sua Aprovação.

Quanto às emendas, manifestamo-nos pela Aprovação das Emendas nºs 1 à 10, com a recomendação de adequação das Emendas nºs 5 e 6, 9 e 10, na forma das seguintes subemendas:

SUBEMENDA Nº 1-CAS À EMENDA Nº 5-CAS

Substitua-se, no inciso XII do art. 13, o vocábulo "um" por "o", restando assim a redação daquele inciso:

"Art. 13.

XII – deixar de informar no laudo técnico, ou nota fiscal, quando for o caso, em local visível da embalagem e do rótulo, a concentração do produto químico controlado."

SUBEMENDA Nº 2 – CAS À EMENDA Nº 6 – CAS

Dê-se ao § 3º do art. 15 da proposição a seguinte redação:

"Art 15.

§ 3º Das sanções aplicadas caberá recurso ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, na forma e prazo estabelecidos em regulamento."

SUBEMENDA Nº 3 – CAS À EMENDA Nº 9 – CAS

Dê-se aos incisos do art. 20 da proposição a seguinte redação:

"Art. 20.

I – no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;

b) emissão de segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e

c) alteração de Registro Cadastral.

II – no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e

c) renovação de Licença de Funcionamento.

III – no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial."

SUBEMENDA Nº 4 – CAS À EMENDA Nº 10 – CAS

Dê-se ao parágrafo único do art. 20 do PLC nº 89, de 2001, a seguinte redação:

"Art. 20.

Parágrafo único. Os valores constantes dos itens I e II deste artigo serão reduzidos de:

I – 40% (quarenta por cento), quando se tratar de empresa de pequeno porte;

II – 50% (cinquenta por cento), quando se tratar de filial de empresa já cadastrada;

III – 70% (setenta por cento), quando se tratar de microempresa."

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2001. –

Luiz Pontes, Presidente em exercício – **Romeu Tuma**, Relator – **Antônio Carlos Junior** – **João Alberto Souza** – **Gilvam Borges** – **Emília Fernandes** – **Sebastião Rocha** – **Luiz Otávio** – **Marluce Pinto** – **Nabor Júnior** – **Fernando Matusalém** – **Waldeck Ornélas** – **Maria do Carmo Alves** – **Jonas Pinheiro** – **Juvêncio da Fonseca** – **Leomar Quintanilha** – **Lauro Campos** – **Mauro Miranda**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “acompanhamento e avaliação do projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (Instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”.

Ata da 2ª Reunião Realizada em 23-10-01.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às quinze horas e cinco minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Ney Suassuna, Waldeck Ornelas e Teotônio Vilela, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao “**Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)**”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Aldenir Chaves Paraguassu, Diretor de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente e Membro Suplente no Comitê Gestor do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco e registra a presença do Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor de Áreas Protegidas do Ibama. A seguir, o Senhor Presidente passa a leitura do expediente recebido da Sra. Irismar Naves Mendes, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, comunicando que o Dr. Aldenir Chaves Paraguassu foi designado para representar o Dr. José Carlos Carvalho, Secretário Executivo do Meio na audiência pública da Comissão. Após, a Presidência convida o Dr. Aldenir Chaves Paraguassu para tomar assento à mesa dos trabalhos, concendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Waldeck Ornelas para fazer os seus questionamentos, onde apresentou várias considerações acerca dos recursos do Rio São Francisco. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ney Suassuna fez uso da palavra para indagar ao convidado. Fez uso da Palavra também o Senador Teotônio Vilela. Em seguida, o

Relator retoma a palavra para propor à Comissão que encaminhe à Comissão Mista de Orçamento, Emenda ao Orçamento sobre as Obras de Revitalização do Rio São Francisco e envie Moção ao Ministro do Planejamento, Martus Tavares, para que reveja a Proposta Orçamentária do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, sendo aprovado por unanimidade. A Presidência registra as presenças de dois Prefeitos do Estado de Alagoas e três do Estado da Paraíba e do filho do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. A Presidência agradece as presenças do Dr. Aldenir Chaves Paraguassu e do Dr. Humberto Candeias Cavalcante e comunica a próxima reunião da Comissão para o dia 30 de outubro do corrente. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 392/01, destinada ao acompanhamento e à avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê da Bacia, instruídos pelo decreto de 5 de julho de 2001.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião da instalação, realizada em 10 de outubro, ou se podemos aprová-la. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.) Aprovada.

Há expedientes a serem lidos.

Temos um fax do Sr. Irismar Naves Mendes que passo a ler:

“Incumbiu-me o Sr. Secretário-Executivo José Carlos Carvalho de informar V. Ex^a que o Sr. Aldenir Chaves Paraguassu, suplente no Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, foi designado para representá-lo na audiência pública do dia 23 de outubro, às 14h30min, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, objeto do Ofício nº 03/01, da Comissão Especial do São Francisco.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir o Dr. Aldenir Chaves Paraguassu, Diretor de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente e membro suplente no Comitê Gestor do Projeto de

Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.”

Quero registrar a presença do Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, do Ministério do Meio Ambiente, Diretor de Proteção Ambiental.

Já se encontra à mesa o Dr. Aldenir Chaves Paraguassu. Concedo a palavra a V. S^a para dar início a sua explanação.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU –
Boa tarde a todos.

O Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi instituído por meio de decreto presidencial no dia 05 de junho do presente ano, por ocasião das comemoração da Semana do Meio Ambiente. Essa proposta implica a revitalização de uma bacia hidrográfica que tem uma área de aproximadamente 600.000 km². Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia da dimensão desse desafio, faço normalmente uma comparação com o sucesso mundial que obteve o governo inglês ao lançar e executar, ao longo de quase 12 anos, um programa de despoluição do rio Tâmsa. Naquela iniciativa inglesa, trabalhou-se exclusivamente a qualidade da água. Por seu turno, essa iniciativa do Governo brasileiro de revitalização da bacia do rio São Francisco implica trabalhos que vão muito além da qualidade e quantidade da água. Esse trabalho, como deve ser feito, levará no mínimo uma década para ser executado e para que os resultados possam apresentar alguma significação para essa região que, dadas as suas dimensões econômicas, culturais e principalmente territoriais, representa um espaço do território brasileiro da maior significação. Acima de tudo, vai além do que estabelece o decreto, quando determina a aplicação dos recursos, neste exercício, em oito itens.

O Ministério do Meio Ambiente juntamente com o Ministério da Integração Nacional já tomaram o compromisso de, imediatamente após a conclusão desse plano de aplicação de 2001, desenvolver um trabalho de articulação nos âmbitos federal, estadual e municipal de tal sorte que possamos agregar um número mais variado de atores porque entende-se que a revitalização de uma bacia hidrográfica com essas características implica a revitalização da própria vida, do próprio sentido de vida de quase 15 milhões de brasileiros que vivem às margens dessa bacia hidrográfica. Entendemos que a revitalização passa por emprego, renda, cultura, educação, saúde, transporte, comunicação e não só por atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com a questão ambien-

tal. É o propósito que devemos levar adiante. É sobre essa proposta mais ampla do conceito de revitalização que devemos trabalhar.

O Comitê Gestor desse projeto foi instalado há dois meses. De lá para cá, já realizamos três reuniões ordinárias. Amanhã, está prevista a realização da quarta. Na terceira reunião ordinária que realizamos, há três semanas, aprovamos uma parte da programação. A outra deverá ser aprovada amanhã. Dentro dos próximos vinte dias estaremos em condições de efetivar todas as transferências aos órgãos executores. Estes são das mais variadas instâncias e formas de organização. Além de pertencerem à estrutura do Governo Federal, estadual e municipal, alguns são ligados às instituições de ensino e pesquisa. Outros são organizações não-governamentais. Em alguns casos, temos até projetos que deverão ser realizados por instituições vinculadas a igrejas. Temos, então, um **portfólio** muito amplo de projetos e de instituições que têm interesse ou algum tipo de compromisso com o Projeto de Revitalização.

Dessa forma, tendo em vista a enorme demanda de propostas apresentadas por municípios, por cidadãos individualmente, por governos estaduais e organizações das mais diversas ordens, resolvemos, junto com o Ministério da Integração Nacional, estabelecer alguns critérios para que os projetos fossem aprovados no primeiro momento. Entre estes, as propostas devem estar calcadas, sustentadas, por projetos técnicos. Uma vez sustentadas por projetos técnicos, é fundamental que as propostas tivessem, ao menos, uma indicação do órgão estadual ou federal de licenciamento para garantir que poderiam ser licenciados ainda no presente exercício. A partir daí, desenvolvemos um sem-número de outros critérios, de tal sorte que o que entra nessa programação não exclui o proposto – deveremos aproveitar as propostas para o exercício seguinte – , mas estabelece alguns critérios em função, sobretudo, do curtíssimo tempo de que dispomos para executar a programação do presente exercício, a qual soma R\$84,3 milhões, dos quais R\$70 milhões estariam previstos no orçamento. Estamos tendo muita dificuldade no presente momento, Senador, porque os recursos alocados para o programa, da ordem de R\$70 milhões no orçamento do Ministério da Integração Nacional, foram identificados como parte de uma fonte que foi extinta com a extinção da Sudene. Estamos há duas semanas, junto com o Ministério do planejamento, tentando descobrir uma nova fonte. Provavelmente, no decorrer desta semana encontraremos a nova fonte e seja concluído o processo de descoberta dela. Há um es-

forço muito grande do Governo. Estão sendo tomadas todas as providências. A partir da semana que vem, os recursos serão alocados, tanto a parte que cabe ao Ministério da Integração Nacional como a que cabe ao Ministério do Meio Ambiente, para que possamos empregar os recursos e, imediatamente, providenciar o repasse aos órgãos executores.

Essas seriam, em um primeiro momento, as informações de caráter mais amplo e mais genérico. Estarei à disposição de V. Ex^{as} para qualquer tipo de pergunta mais específica a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Aldenir, pelas informações.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Waldeck Ornelas, para que S. Ex^a faça as indagações que julgar pertinentes.

O SR. WALDECK ORNELAS – Agradeço ao Dr. Paraguassu as explicações iniciais que correspondem ao fato de o Secretário Executivo estar hoje participando das reuniões, no Rio de Janeiro, com o Ministro do Meio Ambiente, coincidiu a nossa reunião. Mas não queríamos adiá-la porque marca o início das atividades efetivas desta Comissão, que tem uma preocupação básica fundamental: garantir que este projeto saia do papel, não fique apenas nas intenções.

Teríamos dois pontos a considerar a respeito desta questão: o primeiro é a questão conceitual em si e o segundo é a questão da viabilização do programa.

Na verdade, sabemos todos que o Brasil não tem experiência em trabalho de recuperação de bacias hidrográficas. O Dr. Paraguassu citou o exemplo do Tâmisa, em Londres.

Sempre que se fala na questão de bacias hidrográficas no Brasil e de recursos hídricos em geral, associa-se, fundamentalmente, à questão da despoluição. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, na verdade, neste programa, o primeiro item do Decreto que cria o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco trata exatamente de despoluição.

Nos recursos deste ano, pelo menos 26,4%, ou seja, um em cada quatro reais aplicados no programa, estão voltados para a despoluição: 19 milhões, representando 22,5%, em termos de despoluição **stricto sensu**, e mais 3,3 milhões, 3,9%, para a gestão integrada de recursos sólidos.

No que diz respeito à despoluição, está-se encarando, fundamentalmente, a questão dos sistemas de esgotamentos sanitários, o tratamento de afluentes, despoluição de bacias hidrográficas.

Gostaria de fazer dois questionamentos iniciais a esse respeito. O primeiro, do ponto de vista conceitual, porque isso é fundamental. O próprio Dr. Paraguassu chama a atenção para o fato de que esse projeto não terá êxito em menos de uma década.

A mim me parece que a questão do São Francisco é, fundamentalmente, uma questão de debilitamento do curso d'água. Há, evidentemente, problemas de poluição que se situam no lançamento de esgotos sanitários, onde o ponto crítico é a região metropolitana de Belo Horizonte. As demais são cidades de relativo pequeno porte, cidades de cerca de 50 a 100 mil habitantes, as maiores que se situam ao longo do curso d'água, cuja capacidade do corpo receptor é muito grande para ter a classificação de suas águas comprometida por tais esgotos. Não quero dizer que não deve ser feito um trabalho de despoluição ou de esgotamento sanitário nas cidades ao longo da bacia.

Aí vai uma primeira questão: para trabalhar com esgotamento sanitário, temos a Secretária de Desenvolvimento Urbano, temos o Ministério da Saúde, temos a Caixa Econômica Federal. A minha pergunta é se também o Ministério do Meio Ambiente fará agora o esgotamento sanitário. Daqui a pouco, todo o Governo estará fazendo esgotamento sanitário. Não me parece apropriado que os recursos destinados especificamente para um projeto de revitalização sejam aplicados em esgotamento sanitário. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que, em termos de poluição, temos também a questão da mineração, sobretudo no Rio das Velhas, em Minas Gerais, e temos a questão de agrotóxicos ao longo dos cerrados. Esses dois itens, tratamento de resíduos minerais e tratamento de resíduos de agrotóxicos, não estão contemplados no plano de trabalho do Programa de Despoluição.

O terceiro aspecto diz respeito a como pretende o Comitê Gestor do Projeto de tratar a questão de recuperar o volume de águas da bacia, quando sabemos que nos últimos sete anos, ou seja, desde que a bacia começou a ser monitorada, o volume de água esteve abaixo da média histórica.

A mim me parece que há necessidade de algum trabalho que promova uma regularização da vazão ao longo de todo o ano, até porque 70% do volume de água da bacia do São Francisco vem das suas nascentes em Minas Gerais. Depois, o rio passa a percorrer o semi-árido nordestino.

Então, em que estratégias pensa o Comitê Gestor do projeto em relação à questão da quantidade de água, da recuperação do volume de água na bacia do São Francisco?

São os três pontos que apresento inicialmente.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Obrigado Senador, Waldeck Ornelas. Vou tentar respondê-los da maneira mais objetiva que for possível.

Em primeiro lugar, com relação à questão de uma certa predominância do item despoluição, essa foi, por incrível que possa parecer, a maior demanda das sete Unidades da Federação que estão dentro da bacia.

Em segundo lugar, faço votos de que logo a Caixa Econômica, que há quase meia década se afastou do processo de financiamento para o esgotamento sanitário, volte a dele participar. Li no jornal de ontem que a Caixa Econômica estaria interessada em voltar.

Concordo com V. Ex^a de que há um sem-número de fontes e de instituições trabalhando com esse tema. É exatamente em cima da existência dessas instituições e dessas fontes que o Ministério, imediatamente, começará um processo de articulação para fazer com que eles se tornem parceiros potenciais desse projeto.

Em terceiro lugar, dada a grande demanda dos Estados sobre esse item despoluição, principalmente quanto ao sistema de esgotamento sanitário, nós adotamos, dentre os vários critérios que tentei apresentar no início, a tendência de atender, prioritariamente, aqueles Municípios que tivessem diretamente ligados à calha do rio principal, que é o rio São Francisco. De tal sorte, que isso certamente diminuiria, de maneira mais significativa, o processo de poluição das águas do rio São Francisco.

Essa poluição é de tal dimensão que, para que se tenha uma idéia, os recursos de que dispomos para o exercício de 2001 é da ordem de 84 milhões. Na região metropolitana de Belo Horizonte, no Ribeirão Arrudas, o Governo do Estado de Minas Gerais está aplicando, apenas em uma estação de tratamento de esgoto, cem milhões de reais, ou seja, algo a mais do que o Governo Federal está aplicando nesse exercício para o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco na sua integralidade.

Outra informação é que, exatamente nessas sub-bacias que compõem os tributários do Rio São Francisco, prioritariamente em Minas Gerais, onde as atividades mineradoras são mais intensas, estão sendo adotadas uma série de medidas, na sua maioria capitaneadas pelo próprio Governo mineiro.

Quero fazer um **link** em relação ao último item da sua apreciação, que trata do volume de águas, razão pela qual há esse grande esforço do Governo de

Minas. V. Ex^a pode notar, pelas planilhas que acabou de receber, uma predominância na programação de Minas Gerais, comparativamente aos demais Estados, confirmando os dados que já tinha ouvido de V. Ex^a num pronunciamento recente a respeito desse assunto. A razão para isso é que Minas Gerais contribui com 70%, ou um pouco mais, das águas do Rio São Francisco. Conseqüentemente, deverá haver uma concentração maior de investimentos, de tal sorte que consigamos não só melhorar a qualidade mas também o volume dessas águas.

Com relação à questão dos agrotóxicos, nós temos dois itens que vão trabalhar direta e indiretamente com esse assunto. Um deles é o item Conservação de Solos, onde a Agência Nacional de Águas, por uma medida estratégica, adotou uma bacia da região do Alto São Francisco como uma bacia piloto para se desenvolver uma diversidade muito rica de atividades – o senhor pode notar na programação de Minas Gerais que há um portfólio muito amplo de propostas da Agência Nacional de Águas.

De tal sorte que, dentre outros assuntos, a questão da contaminação por agrotóxicos deverá ser atacada, como também, no item Gestão e Monitoramento, temos um subitem, o nº 4, na segunda página dessa planilha consolidada, que fala de controle de agrotóxicos e embalagens. Essa é uma iniciativa nossa com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, de tal maneira que possamos desenvolver, iniciar e intensificar esse trabalho de tríplice lavagem e destinação final das embalagens de agrotóxicos.

Não sei se respondo às suas indagações, mas essas, Senador, são as informações de que disponho no momento para lhe oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Relator.

O SR. WALDECK ORNELAS – Imagino que falta na estrutura do plano de trabalho, efetivamente, uma definição mais clara quanto à questão do volume de água, da recuperação do volume de água do rio, quer dizer, da quantidade de água.

Em que pese haver uma parte de ações relativas ao reflorestamento e recomposição de matas ciliares e conservação de solos que efetivamente terão reflexos no sentido de evitar ou conter o assoreamento do rio, não vejo nenhuma ação específica no decreto – aliás o decreto já é omissivo a esse respeito – em relação ao desassoreamento do rio, ou seja, uma atividade de recuperação da calha do rio propriamente dita, ou de controle do desbarrancamento. O programa não trata disso. Considero que há uma lacuna em

relação a esse aspecto. Mas deixaria isso como ponderação, para que o Comitê Gestor do projeto examine posteriormente, para que em uma outra etapa se possa discutir com mais profundidade.

Mas eu gostaria de fazer um outro questionamento: é que com frequência temos ouvido falar em aplicações da ordem de R\$1 bilhão em dez anos. Quer dizer, na verdade V. S^a se referiu aqui ao prazo de uma década para começar a apresentar resultados. Tem-se falado em R\$1 bilhão em dez anos. Este ano estamos tendo R\$84 milhões sendo aplicados. A proposta orçamentária da União, vinda do Executivo, para o próximo ano, contudo, destaca apenas R\$15 milhões para a conservação ambiental da Bacia do Rio São Francisco e outros R\$15 milhões para obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco. Se fizermos uma média, nesse ritmo o rio morre antes que consigamos recuperá-lo ou sequer nos manifestar.

Entendo até que nesse exercício – como disse V. Ex^a – a maior demanda é por projetos de esgotamento sanitário. É natural que assim seja. Dizia eu que o Brasil não tem experiência em recuperação de cursos d'água. Então, os projetos em estoque, os projetos executivos disponíveis para tentar aproveitar esses recursos nos dois últimos meses do ano, são projetos de esgotamento sanitário mais fáceis, os mais encontráveis, os disponíveis.

O SR. ALDEMIR PARAGUASSU – É verdade.

O SR. WALDECK ORNELAS – Mas sei que V. S^a tem tido dificuldade inclusive de alocar recursos, seja para unidades de conservação, seja para gestão e monitoramento, razão pela qual os recursos estão sendo concentrados basicamente no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e na Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) para serem a partir daí redistribuídos, inclusive aos órgãos estaduais de florestas e de meio ambiente, etc., na medida em que apresentem seus projetos.

De outro lado, preocupo-me por ver que, no segundo ano do projeto, ao invés dos recursos aumentarem, eles decresceram. Esta Comissão está preocupada, com razão, em garantir que esse projeto saia do papel e seja, de fato, executado por sua urgência imperiosa; se não, não adiantará depois chorar o leite derramado. Precisamos efetivamente nos posicionar em relação ao assunto.

Sabemos que, aqui no Congresso Nacional, é difícil aportar recursos, adicionar verbas para projetos como esse. Por isso, pergunto que alternativa o Ministério e o Comitê Gestor do Projeto vislumbram para

sua viabilização, já que os recursos destinados para o próximo ano são poucos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. S^a a palavra.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Senador Waldeck Ornelas, essa é uma verdade insofismável, lamentavelmente. O Congresso Nacional, principalmente o Senado Federal, tem uma parcela muito grande de responsabilidade em relação a esse projeto. Há algum tempo, dizia ao Senador Teotônio Vilela Filho que esse projeto, no meu entender e na minha experiência de 25 anos de trabalho no Governo Federal, além de ser um grande desafio, maior até do que governar, é um tipo de projeto que qualquer Governo que se eleja no ano que vem não terá coragem de desativar.

No entanto, se não conseguirmos dar o segundo passo com alguma segurança, o que ocorreria a partir do exercício de 2002 – um dos aspectos da segurança será definido pelo volume de recursos a serem aplicados –, certamente o projeto tenderá a perder importância e sua seriedade não será reconhecida. Neste País, a seriedade das ações de governo, na maioria das vezes, é reconhecida pelo volume de recursos aportados a projetos como esse.

Pela proposta orçamentária em tramitação no Congresso Nacional, teríamos meios de fazer uma movimentação e de dar uma contribuição significativa a esses recursos programados para o próximo exercício. Não existe programa com a dimensão deste, cujo portfólio contém 388 projetos do PPA – Avança Brasil. Por isso entendo estar na hora de o Congresso Nacional sugerir ao Executivo que esse programa seja um dos carros-chefes do Avança Brasil, por sua dimensão e importância. É essa a atribuição do Congresso Nacional.

Talvez seja esse o caminho para garantir a vida futura desse programa, que, no meu entender, não pode ser projetada para menos de dez anos. A mera despoluição das águas de um rio, na Inglaterra, demorou doze anos e fez com que esse país adquirisse **status** internacional. E ainda hoje vende **know-how**.

Estamos trabalhando numa região onde cabem muitas Inglaterra e muitos Tâmisas dentro. Estamos pretendendo fazer a revitalização de uma bacia hidrográfica. Esse projeto é muito maior do que todos nós e o Congresso Nacional, principalmente o Senado Federal, teria uma contribuição muito significativa a oferecer se fizesse essa sugestão ao Poder Executivo, que certamente a apreciaria.

Essa é a minha opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, proponho a esta Comissão que faça uma indicação ao Ministro do Planejamento para que reveja a proposta do Poder Executivo, em face do volume absolutamente ridículo de recursos destinados para as rubricas de conservação ambiental e de obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco.

Até me arriscaria, Sr. Presidente, a sugerir que o Governo Federal, o Poder Executivo, utilize os recursos do Proágua Semi-Árido. Nesse projeto, há um item específico destinado à gestão dos recursos hídricos do São Francisco, em que há recursos tanto para projetos quanto para obras. É um projeto financiado pelo Banco Mundial, da ordem de US\$300 milhões, os quais precisam ser utilizados, até porque o Brasil está pagando taxa de compromisso de crédito para o Banco Mundial sem utilizar esses recursos.

Considero que a questão do São Francisco é de emergência, de calamidade pública, de risco muito grave, porque, diferentemente do Tâmisia, o São Francisco é o mais importante rio do semi-árido brasileiro. Não podemos correr o risco de ficarmos com o título, que seria muito desonroso para o Brasil, de termos o maior rio temporário do mundo. Isso não é coisa que se possa deixar para fazer amanhã. É algo que tem que ser iniciado imediatamente, para que se possam apresentar resultados no prazo de uma década, como disse o Dr. Paraguassu.

Quero fazer uma última pergunta ao Dr. Paraguassu quanto ao Comitê da Bacia do São Francisco. Na verdade, há dois projetos a que a Comissão também se reporta: um deles é o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sobre o qual temos falado até agora, e o outro, que é da mesma data, 5 de junho de 2001, é o que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esse Comitê é importante e estratégico, porque é ele que vai elaborar e aprovar o plano de recursos hídricos do rio. O Comitê vai cuidar da política dos recursos hídricos do rio.

Eu queria ter alguma informação sobre a composição atual desse Comitê, que é uma composição provisória, e sobre sua instalação. Gostaria de saber qual o estágio em que ele se encontra, para que possamos acompanhar essa matéria.

Ressalto que, no próximo dia 30, o Dr. Jerson Kelman, da Agência Nacional de Águas, fará aqui seu depoimento.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Senador Waldeck Ornelas, V. Ex^a pode notar que, nessa planilha, estão definidos os itens do decreto e os subitens que foram ajustados entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional e as sete Unidades da Federação que fazem parte do Comitê.

V. Ex^a percebe que, sem negitarmos, incluímos quatro programas do PPA, que estão sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, nesse projeto: no Item 1, incluímos o programa Proágua Gestão, no valor de 4 milhões; no Item 4, o programa Nossos Rios: São Francisco, no valor de 4,3 milhões; no Item 5, o programa Desmatamento e Queimadas, no valor de 5 milhões; e, no Item 6, o programa Brasil Joga Limpo, no valor de 1 milhão. Isso mostra que esse projeto tem uma grande dimensão aqui dentro, embora sejam esses oito itens bastante restritivos no que se refere à revitalização de uma bacia hidrográfica.

V. Ex^a pode perceber que esse projeto, que eu preferia chamar de programa ou plano, tem uma dimensão tal, que caberiam aqui dentro muitos outros programas do PPA a título de parceria, dadas as características e os objetivos desses vários programas que fazem parte desse plano de Governo.

Por essa razão, volto a informar que o Ministério da Integração, capitaneado pelo Ministério do Meio Ambiente, comprometeu-se, logo que concluído esse plano de aplicação dos recursos de 2001, a desenvolver um processo de articulação com as demais Pastas do Governo, de tal sorte que possa – não digo que isso resolverá o problema dos poucos recursos programados para o próximo ano –, no mínimo, haver um nível de parceria muito mais amplo do que o existente neste preciso momento.

Essa é uma estratégia sobre a qual se vai trabalhar daqui para frente, até porque não só o conceito de revitalização é muito mais amplo como também entendemos que os outros programas e demais ações dessas pastas podem contribuir, significativamente, com as ações de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Diria mais: além do Proágua Semi-Árido, há o PMSS, que tem recursos volumosos do BID e Bird. Um pequeno esforço do Governo poderia trazer benefícios de altíssimo significado para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Com relação ao Comitê, informo a V. Ex^a que temos dois comitês criados por decreto do dia 05 de junho: o Comitê Permanente da Bacia, que tem composição um pouco complexa, inclusive com represen-

tantes não só dos Municípios, mas da sociedade organizada, que estão ainda em fase de estabelecimento de critérios de como os Municípios que somam 500 e poucos na bacia e a sociedade organizada se fariam representar no comitê. Hoje eles têm uma diretoria provisória que, coincidentemente, é presidida pelo coordenador do mesmo comitê, o nosso Secretário-Executivo José Carlos Carvalho. Esse é o comitê permanente. Até a própria lei das águas já estabelece isso. Todas as bacias hidrográficas têm que ter instituídos seus comitês e, dessa forma de organização, há sempre uma presença aberta à participação da sociedade.

Entendemos nosso Comitê Gestor como temporário. Esperamos que, até meados do próximo ano, tenhamos a capacidade de, pelo menos, esboçar o que seria o plano decenal para revitalização e entregá-lo ao comitê permanente. A partir daí, o comitê temporário perderia o sentido, e todas as ações programadas e propostas passariam a ser coordenadas pelo comitê permanente. Essa é nossa idéia. Estamos trabalhando com esses objetivos, sob a orientação do Ministro Sarney Filho e do Secretário-Executivo José Carlos Carvalho.

O Comitê Gestor tem uma composição muito simples. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Têm assento a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional; a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente; o Ibama; e sete Unidades da Federação: seis Estados – Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás – e o Distrito Federal. O Comitê foi instalado há dois meses. De lá para cá já fizemos três reuniões. Vou repetir o que foi dito no início: na última reunião, aprovamos algo da ordem de dois terços da programação. Na reunião programada para amanhã, às 15h – para a qual V. Ex^a já está convidado antecipadamente –, devemos aprovar o texto faltante da programação do plano de aplicação de 2001.

Sobre a cabeça temos a espada do tempo. V. Ex^a sabe que é inexorável. Exatamente com esse risco, queremos evitar que não se feche a programação no tempo devido. Queremos fechá-la no tempo devido, inclusive a tempo de fazer os repasses, uma vez que grande parte dos executores são os Estados e Municípios. Estamos trabalhando assim. Continuo à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra o Relator para mais uma consideração.

O SR. WALDECK ORNELAS – Dr. Paraguassu e Srs. Senadores, efetivamente, tem cabimento mi-

nha preocupação de que os recursos destinados ao Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco não sejam utilizados para fins de esgotamento sanitário. Efetivamente, o BID acaba de aprovar, esta semana, uma operação de crédito de US\$100 milhões para o PMSS – Programa de Modernização do Setor de Saneamento –, exatamente destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por conseguinte, esses recursos também podem ser utilizados para efeito de custear as obras de esgotamento sanitário, independente do comprometimento desses recursos.

De outro lado, informo a V. S^a e à Comissão que hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, discutimos as emendas ao Orçamento de 2002. Eu havia proposto um reforço, nessa verba do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, da ordem de R\$200 milhões. Como a Comissão entendeu que só podia aprovar projetos de âmbito nacional, agregamos os 200 milhões ao projeto de recuperação de mananciais. De modo que o Poder Executivo tem uma proposta da ordem de R\$290 milhões para o projeto de recuperação de mananciais, que poderá ser utilizado para o trabalho no rio São Francisco. É uma contribuição concreta e efetiva que a Comissão já aprovou hoje.

Sabemos, contudo, que as emendas das Comissões – e as Comissões temporárias, como esta do rio São Francisco, infelizmente, não podem apresentar emendas ao Orçamento – servem apenas como indicação para o Relator-Geral e os Relatores setoriais. De modo que, dentro da sugestão de uma indicação ao Ministro do Planejamento, tem aí o Poder Executivo espaço para trabalhar o fortalecimento dessas dotações destinadas ao Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Eram esses os meus comentários iniciais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senador Waldeck Ornelas. Antes de passar a palavra ao nobre Senador Palmeira, eu gostaria de fazer as seguintes observações: o rio São Francisco, para nós, nordestinos, é vital. Sessenta por cento das águas do Nordeste estão no rio São Francisco. Em volta da bacia, temos cerca de 13,5 milhões de pessoas. Eu perguntaria, num “pingue-pongue”: hoje, o volume de assoreamento está em torno de 18 milhões de toneladas/ano?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Algo dessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E as matas ciliares hoje estão completamente devastadas, ou há um percentual só de devastação?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – O percentual do que sobrou é muito pequeno. Então, ao mesmo tempo que estamos prevendo a recuperação do que foi destruído, tentamos conservar o que existe por meio da criação de reservas de patrimônio natural.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu perguntaria ainda: o senhor acha que o volume de dinheiro deste ano é razoável?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Ah, Senador, não é mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O que seria razoável? O dobro, o triplo, o quádruplo?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Acho que, para dar início a uma programação com essa dimensão, dado o tempo que temos, esses recursos disponíveis são possíveis de ser aplicados com algum resultado. V. Ex^a pode notar nas planilhas que recebeu que há uma quantidade razoável destinada à elaboração de projetos de toda ordem. Isso significa que, na programação do próximo exercício, teremos projetos técnicos elaborados e prontos para ser implementados no próximo exercício, coisa que nos falta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, se, neste ano, temos R\$84 milhões, que não são suficientes, R\$30 milhões no ano que vem serão irrisórios.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Irrisórios, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O que seria razoável para o ano que vem, no entender de V. S^a?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – No meu entender, Senador, acredito que R\$200 milhões seria o mínimo aceitável para se planejar um programa para os próximos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao que sabemos, Srs. Senadores, teremos essa medida aprovada na Comissão que tivemos, mas as emendas apresentadas nas Comissões depois caem para R\$20 milhões ou R\$30 milhões. Ainda hoje, faremos gestões – eu e o Senador Waldeck Ornelas – para que seja aprovado, na Comissão de Fiscalização e Controle, um outro tanto. Mas a minha sugestão vai na linha da sugestão do Senador: que façamos, imediatamente, um documento – e peço à Secretaria que tome essa providência – solicitando R\$170 milhões, uma vez que temos R\$30 milhões. Nós, todos os membros da Comissão, assinaríamos e iríamos, incorporados, ao Ministro Martus Tavares.

Eu ousaria um pouco mais: que a nossa Comissão, embora sendo temporária, envie também uma emenda à Comissão de Orçamento, no mínimo para gerar polêmica. Lá, como membro da Comissão, faremos gestão junto às Bancadas de todos os Estados para criamos um precedente, porque isso é muito importante para nós. E por que é muito importante para nós? Porque o São Francisco detém 60% das águas do Nordeste? Essa é uma das razões. Mas os 13 milhões que estão em volta com certeza serão exponenciados, principalmente agora que se acelera a irrigação. Mas há o problema da transposição. Queremos esse rio funcionando com toda a sua potencialidade para retirarmos os 2% da transposição. São mais de 12 milhões de nordestinos que têm esperança, que não lhes pode ser retirada.

Diante de todos esses fatos, acredito que tenhamos de ousar. Peço aos membros da Comissão que, se concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sr. Secretário, faremos uma emenda no valor de 200 milhões e um documento pedindo ao Ministro Martus que S. Ex^a gestione para que também tenhamos 200 milhões. De algum lugar terá de sair. Dessa forma, teremos quatro tentativas. Mesmo que cortem, teremos algo significativo. É o mínimo que podemos fazer para que o Velho Chico continue vivendo, dando vida a todo o Nordeste e esperança a todos os nordestinos.

Com a palavra, o nobre Senador.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Senador Teotônio, se V. Ex^a me permitir, gostaria de tomar a liberdade de contribuir com a ousadia de V. Ex^a e da Comissão.

Com relação ao Rio São Francisco e a outros orçamentos da República, neste mesmo Governo, já se teve muito mais dinheiro do que se tem hoje e do que se está pretendendo ter para a transposição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E não foram aplicados.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – E não foram aplicados. Não se conseguiu viabilizar o projeto da transposição por razões óbvias, que conhecemos. Uma delas é a necessidade de revitalização do próprio rio. Acredito que isso possa contribuir com a sua ousadia e demonstrar ao próprio Poder Executivo que, em outros momentos, já se pretendeu aplicar muito mais do que se pretende aplicar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me, Senador Teotônio. É apenas uma questão ao Dr. Aldenir. Tínhamos um dinheiro para a transposi-

ção, que, soubemos, foi dividido entre os Estados. V. S^a está a par disso?

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Não, desconheço Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Disse-ram-me que a Paraíba teria 3 milhões, o Ceará 38 milhões e a Bahia e Sergipe não sei quanto. Dessa forma esse dinheiro seria distribuído. Queremos saber o porquê, qual o critério e tudo o mais, pois nós, da Paraíba, assim ouvimos falar e não nos conformamos por ter o Ceará 38 e nós, 3.

O SR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU – Desses recursos, que eram, neste ano, da ordem de 300 milhões, 70 milhões foram objeto de um crédito especial, transferindo para fundamentar o Projeto de Revitalização. Ou seja, 70 milhões vieram para o Projeto de Revitalização. Quanto aos outros 230 milhões, não sei que tratamento foi dado a eles.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao que me consta, houve uma solenidade no Palácio, e o Ministro da Integração Social fez essa divisão. Para nós, isso ainda não foi confirmado, mas confirmaremos e traremos as informações a esta Comissão.

Com a palavra, o nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, Ney Suassuna, Sr. Relator, Waldeck Ornelas, Dr. Paraguassu, a quem parabeno pela exposição e, em primeiro lugar, pelo seu trabalho. Venho procurando acompanhar o trabalho do Dr. Paraguassu e sei que, a toque de caixa, no tempo em que a decisão desses investimentos para a revitalização foi tomada, ele está sendo feito da melhor forma possível.

Preciso concordar com o Relator Waldeck Ornelas, com as suas observações e questionamentos, porque são todos competentes e procedentes. Para não me alongar muito, desejo aqui já subscrever os questionamentos feitos pelo Senador Waldeck Ornelas em relação à priorização do esgotamento sanitário.

Ao mesmo tempo, ele próprio, como parlamentar experiente, já identificou o motivo: dada a premência do tempo, era onde se iam encontrar projetos que permitissem a utilização desses recursos neste ano. Do contrário, nem isso poderia ser contemplado neste projeto. A questão dos resíduos minerais e agrotóxicos, que têm de ser objeto de atenção especial em um projeto como esse, de revitalização. O problema do volume d'água na sua origem é realmente muito mais importante no Estado de Minas Gerais, que é justamente na nascente, e precisa de todo um cuida-

do com as matas ciliares e com a proteção das nascentes.

Este Projeto, Presidente Ney Suassuna, talvez seja um dos mais nobres, em termos de Brasil, em relação aos que estão postos aí. A criação desta Comissão é oportuníssima, no momento em que ela nos dá uma responsabilidade imensa, porque, de agora em diante, seremos co-partícipes de tudo o que vier a ocorrer com relação ao Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Já o éramos, pelo compromisso que temos com a nossa região e o nosso Estado. Agora, mais ainda, como membros desta Comissão. Por isso, quero aplaudir as iniciativas, em primeiro lugar, para ampliarmos esses recursos.

Concordo plenamente com o Presidente Ney Suassuna e com o Relator, Senador Waldeck Ornelas, quando pedem para que procuremos em todas as disponibilidades orçamentárias ou onde isso puder ser feito. O Senador Waldeck lembrou-nos a questão do Proágua. Poderemos inserir a revitalização do rio São Francisco também nesse programa Proágua Semi-Árido.

Há várias outras fontes. Se ficarmos dependendo única e exclusivamente da Comissão de Orçamento do Congresso, não teremos condições de alavancar o suficiente para atender essas demandas tão importantes que compõem esse complexo da revitalização do rio São Francisco.

Concordo com essas medidas em relação à Comissão. Embora seja temporária, criaremos um fato político, na Comissão, e na pior das hipóteses, alavancaremos, em outras fontes, o que pretendemos: potencializar os recursos da Comissão para o próximo ano.

Investir na revitalização do rio São Francisco é investir no desenvolvimento social e econômico do Nordeste. A transposição que a Paraíba do Senador Ney Suassuna tanto reclama, assim como o Rio Grande do Norte, o Ceará, muito justa e necessária, só será possível quando tivermos dado início, de uma forma conseqüente, confiável, ao Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Do contrário, meu caro Senador Ney Suassuna, isso será inteiramente impossível, até porque o povo da região ribeirinha simplesmente proíbe a transposição. Chegou-se a um ponto em que não se podia nem fazer audiência pública, porque a população impedia a sua realização, enxergando na revitalização uma violência extrema. Daí advêm todas aquelas fantasias de que a revitalização iria desviar o rio São Francisco para a Paraíba, quando, na verdade,

noventa metros cúbicos por segundo, em uma vazão de 2 mil m³ não é nada, mas é muito quando essas providências não estão sendo tomadas.

Para concluir as minhas palavras, entro na questão do Baixo São Francisco, onde todos os problemas do rio como um todo se potencializam devido às inúmeras perdas que os ribeirinhos e toda aquela região passaram a sofrer com a construção das barragens, as represas, a fim de gerar energia para todo o Nordeste, para o Brasil como sistema interligado, trazendo emprego, indústrias, mas penalizando de uma forma cruel a população do Baixo São Francisco.

Dr. Paraguassu, é importante esta Comissão; um Comitê no qual estejamos discutindo a revitalização do rio São Francisco. Não poderemos ignorar as necessárias e urgentes políticas compensatórias para o Baixo São Francisco. Senador Ney Suassuna, trata-se de uma população que vivia da pesca e da agricultura. As enchentes do rio São Francisco traziam as águas barrentas e férteis, fertilizadas, e irrigavam todos os chamados baixios do rio São Francisco. Não somente irrigava como fertilizava, e ali a produção de arroz, das culturas de subsistência, durante séculos, garantiu uma vida satisfatória para toda aquela população que margeia o rio São Francisco nos Estados de Alagoas e Sergipe. Assim como também a pesca. Há a piracema, que permite a reprodução dos peixes que sobem o rio para se reproduzir. Há algumas espécies que não fazem a piracema, mas se reproduziam justamente na água barrenta do rio. Com as represas, não há mais enchente. Então, não se fertilizam mais as águas, e essas não irrigam mais as várzeas. Com isso, não tem agricultura. Como não há mais a piracema nem a reprodução dos peixes, é evidente que não há peixe. Também não há pescador nem agricultor.

Há, portanto, milhares de nordestinos das Alagoas e do Estado de Sergipe que até hoje aguardam uma providência do Governo Federal, da Chesf e da Codevasf no sentido de corrigir essas distorções brutais, que tomam uma dimensão muito maior quando chega alguém lá – muitos, com demagogia – e diz: “E agora vão desviar o rio para a Paraíba e para o Ceará”. Meu Deus do céu! A indignação é muito grande.

Não tenho nada contra a transposição, mas é importante que primeiro se apliquem, além da revitalização do rio São Francisco – absolutamente esse é um ponto unânime por parte de todos –, políticas compensatórias para a população do Baixo.

Então, Dr. Paraguassu, é importante. Queria também que o nobre Relator, Senador Waldeck Ornelas, considerasse nos seus escritos do relatório a ob-

servação diferenciada que o Baixo São Francisco precisa. Oportunamente, se acharmos que é conveniente, vamos providenciar uma ida desta Comissão para dar uma volta no baixo São Francisco e até em todo o rio. Vamos ter tempo para fazer isso. Esta Comissão é muito importante e tem, a partir de hoje, uma responsabilidade muito grande. Eu, como Senador das Alagoas, sinto-me muito honrado em participar da Comissão, Presidente Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senador.

Para as suas considerações, tem a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, esqueci-me de fazer um registro que considero da maior importância. Estão aqui presentes nesta Comissão dois prefeitos alagoanos: o Prefeito de Penedo, que foi o primeiro povoado a ser construído às margens do rio São Francisco em Alagoas, uma cidade belíssima; e o prefeito de Pão de Açúcar, Jorge Dantas, que é o presidente da Associação dos Municípios Alagoanos. É também um município ribeirinho, do sertão, muito importante. Eles fizeram questão de vir participar e prestigiar esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A minha alegria, as boas-vindas aos prefeitos. Gostaria de dizer que também da Paraíba vieram três prefeitos, sendo um o filho do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Eles também estão preocupados em relação a essa matéria. Como vêem, o São Francisco mexe com todos nós.

Antes de passar a palavra ao Dr. Paraguassu e, em seguida, ao Relator, gostaria de dizer que estamos solidários 100% com a revitalização, mas nós, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Ceará, 12 milhões de habitantes, não temos como abrir mão da transposição. Por isso, urge a revitalização, e temos que ousar de todas as formas.

Ao terminar este período legislativo, esgota-se a Comissão, teremos que renová-la. Mas acho que, na próxima semana, já no próximo encontro nosso, Relator Waldeck Ornelas, devemos estar com uma ONG sobre a revitalização do São Francisco funcionando, de forma permanente. Posso, inclusive, buscar caminhos outros que não só os públicos, e convido-os para que participem, não só os Senadores aqui presentes, mas todos os que tenham interesse, inclusive os prefeitos. Temos que fazer vibrar todo esse tecido social que depende da piracema, da pesca, da agricultura ou até mesmo da água para gerar energia,

mas principalmente daqueles que precisam da água para consumo próprio e dos animais. Somos o único Estado que não tem sequer um rio permanente.

Então, estamos numa situação calamitosa, com cidades que há três anos não têm água para beber. Isso é uma coisa que não devia acontecer no Brasil do Século XX, mas está acontecendo: são três anos sem água. E quando há água, isto aqui seria um luxo lá: água translúcida, sem sais minerais e sem microorganismos. A água de lá parece caldo de cana, é fundo de açude trazido de 100 a 80 quilômetros de distância. Dá vergonha ser brasileiro quando se vê numa situação dessa. E esse rio é a esperança dos 25 milhões de pessoas que gravitam em torno dele hoje. Porém, se considerarmos as exportações e tudo o mais, é muito mais que isso: há exportações de frutas que ainda hoje ocorrem em razão do rio São Francisco.

Muito obrigado, Senador Teotônio, por suas palavras.

Concedo a palavra ao Dr. Aldenir Chaves Paraguassu.

O DR. ALDENIR CHAVES PARAGUASSU –

Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer as palavras do Senador Teotônio Vilela e também as contribuições que foram dadas por esta Comissão, que considero da maior relevância. Considero também – e tomo a liberdade, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, de fazer uma humilde avaliação – que uma Comissão temporária é pouco para um projeto de tal dimensão. Creio que a Comissão deveria ser permanente, se é que posso fazer qualquer juízo a respeito desse assunto.

Com relação a um dos comentários feitos pelo Senador Teotônio Vilela, eu gostaria de informá-lo que um compromisso já foi explicitado nas duas reuniões realizadas pelo Comitê: o nosso Secretário Executivo, até por uma questão de relações mineiras, assumiu publicamente o compromisso de se articular imediatamente com o Ministro do Trabalho, que também é mineiro, até porque já haviam conversado a respeito disso, no sentido de rapidamente desenhar algumas ações compensatórias. Uma delas seria com relação ao seguro-desemprego, principalmente para esse tipo de gente que foi afetada diretamente.

V. Ex^a dizia que as enchentes dos rios que fertilizavam, que enchiam aquelas lagoas periféricas, e ali se fazia a reprodução do peixe, deixaram de existir. Elas ocorriam uma vez por ano, hoje ocorrem três vezes por dia, na medida em que as comportas das hidrelétricas são controladas mecanicamente, de

acordo com a conveniência da geração de energia elétrica.

Então, não há peixe que resista a esse tipo de trauma. E não há como se pensar o São Francisco, Senador, sem a pesca e sem aquela agricultura. Foi em cima dessas duas atividades que se construiu a fortíssima cultura do São Francisco, que é uma das mais fortes expressões da cultura brasileira.

Então, entendemos que, além de econômica, é de grande importância social e cultural o resgate dessas atividades.

Dessa forma, essas são as informações que eu gostaria de abordar.

Agradeço as observações feitas pelo Senador Waldeck Ornelas, sempre muito pertinentes e muito sábias, que serão transmitidas ao Coordenador do Comitê.

Gostaria de pedir e continuar contando com a proteção de São Francisco, que é o protetor dos animais. Espero que ele proteja todos indistintamente, mas dê uma olhadinha com um pouco mais de cuidado aos ditos racionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Relator, para as considerações finais.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há uma conclusão que se pode tirar dos trabalhos desta reunião é que efetivamente o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco não está garantido, ou seja, a perspectiva que temos, diante da situação do Orçamento de 2002, é de que o projeto regrida no próximo ano, apesar de não ter sequer deslanchado ainda.

Creio que as medidas que esta Comissão acaba de aprovar e as gestões que ela fará, como ficou acertado, podem levar à salvação desse projeto. Na verdade, o projeto ainda não começou, mas já está precisando ser salvo, porque, caso contrário, não vai continuar – o que me parece uma contradição.

De outro lado, fica claro, já que os recursos são sempre poucos, escassos, que o esgotamento sanitário há de ser financiado por outra via. Além do PMSSS, citaria também o Projeto Alvorada, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza, que podem custear as obras de esgotamento sanitário nas cidades médias ao longo do rio, até porque se trata de área de índice de desenvolvimento bastante baixo e, por conseguinte, enquadráveis nesse Projeto.

Não há dúvida de que a Comissão se instalou e começou a funcionar no momento oportuno, ou seja,

de elaboração do Orçamento de 2002. De imediato, quero fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, Dr. Martus Tavares, no sentido de rever a proposta orçamentária do Executivo, que será objeto de um pedido de audiência que o Presidente Ney Suassuna fará.

De outro lado, é preciso perceber claramente que o rio está vivendo uma situação crítica, que me preocupa fortemente. Se essa seca dobrar de ano, vamos perder todo o trabalho de irrigação feito no Vale do São Francisco ao longo dos últimos 30 anos. E, se chover em Minas, como é indispensável que aconteça, enchendo o lago de Sobradinho, acabando o apagão no Nordeste, não pensem que os problemas do rio São Francisco estão resolvidos, porque estamos assistindo ao seu definhamento contínuo.

O processo a que se referiu aqui o Senador Teotônio Vilela é um indicador disso. Há queda do volume das águas do rio, há uma queda contínua, há perda, o rio está sangrando, está perdendo água. E essa perda de água tem, sejam as lagoas marginais, sejam as áreas que eram inundáveis, não apenas lá no Baixo São Francisco, mas ao longo de todo o seu curso no semi-árido, levado a um despovoamento do rio em termos de peixes; com isso, a reprodução do peixe ficou impossível. Assim, está havendo um sacrifício muito grande, como bem disse V. Ex^a, não apenas em relação aos pescadores, mas também em relação aos agricultores, às lavouras da vazante que faziam lembrar e comparar o São Francisco ao Nilo e chamá-lo de Nilo brasileiro.

Na verdade, aí há um outro problema bastante complexo: a questão da Bacia do São Francisco, e, a cada momento, novos pontos emergem. O Ibama acaba de antecipar em um mês o início do período de defeso no trecho do rio, da nascente até a barragem de Sobradinho. Com isso, há necessidade também de gestões junto ao Ministério do Trabalho, que aqui foi citado, para que o seguro-desemprego dos pescadores seja pago a tempo e a hora. Há uma prática de, anualmente, o seguro-desemprego só ser pago depois que o defeso termina. Há um retardo burocrático nesse processamento. Na verdade, os pescadores passam três meses sem renda. Este ano são quatro meses, já que o período de defeso começou agora e só vai terminar no final de fevereiro. Esse é um outro ponto que nós devemos imediatamente gestionar junto ao Ministério do Trabalho para que possa ser feito o pagamento, mês a mês, dos recursos do seguro-desemprego junto aos pescadores artesanais, impedidos de exercer sua atividade.

Como descreveu o Senador Teotônio Vilela, esse processo é bem o retrato da crise do rio e que decorre – volto ao início das minhas considerações – da problemática relacionada à quantidade de água no rio, com a redução do seu volume. De outro modo, as próprias barragens poderiam elevar a vazão e provocar uma inundação controlada para produzir o efeito de recuperação. Isso não está sendo possível porque não está havendo água em quantidade nas barragens.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao encerrar, gostaria de agradecer a presença do Dr. Aldeir Paraguassu e queria também saudar o Dr. Humberto Candeias Cavalcanti.

Comunico a todos que teremos no dia 30 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, a exposição do Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional e Águas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h13min.)

Ata da 3ª Reunião Realizada em 30-10-01.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às quinze horas e vinte minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Ney Suassuna, Waldeck Ornelas, Francelino Pereira, Heloísa Helena, Antônio Carlos Magalhães e Paulo Souto, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao **“Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”**. Presentes também os Deputados Félix Mendonça, Jorge Khoury, Mário Negromonte, José Rocha e Reinaldo Braga. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional de Águas, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos e concendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição. Tendo que se ausentar, o Senhor Presidente Senador Ney Suassuna passa a Presidência ao Senador Antônio Carlos Valadares, que assume os trabalhos da mesa. Prosseguindo, o Presidente em exercício usou da palavra para fazer suas considerações e, a seguir, concedeu a palavra ao Senhor Relator, Se-

nador Waldeck Ornelas para as suas indagações. De posse da palavra, o Senhor Relator registra as presenças dos Deputados Félix Mendonça e Reinaldo Braga, do Prefeito Haroldo, do Representante da CODEVASF e do Sr. Araújo. A seguir, o Presidente em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares concede a palavra ao Expositor para responder aos questionamentos feitos pelo Senhor Relator. Fizeram uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Paulo Souto. Após, o Senador Francelino Pereira, assume a Presidência da mesa, dando continuidade a lista de inscrição. Fizeram uso da palavra os Deputados Félix Mendonça, José Rocha e o Deputado Máriogromonte. Prosseguindo, o Senhor Relator agradece as importantes informações que o Dr. Jerson Kelman trouxe na sua explanação e apresentou sugestões para que fossem convidados expositores para participarem das próximas reuniões da Comissão. Ao final, O Senhor Presidente em exercício, o Senador Francelino Pereira apresentou suas considerações e não havendo nada mais a tratar, encerrou a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da Comissão Especial que irá, pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinado ao acompanhamento e avaliação do projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo comitê da bacia instituídos pelo Decreto de 05 de julho de 2001.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião de instalação realizada no dia 23 de outubro ou se podemos considerá-la aprovada?

Os Srs. Senadores que a aprovam, permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA que encontra-se sentado à nossa direita.

Antes de passar a palavra ao Dr. Jerson Kelman, informo a V. Ex^{as} que o atraso seria porque lamentavelmente não poderia vir por estar nas funções de assumir o Ministério. Estava em reunião com todos os

Secretários e esta manhã discutimos recursos hídricos e vimos o quão importante é o rio São Francisco.

Verificamos as áreas de irrigação, os projetos que estão em andamento, obras paralisadas e que precisam ser agilizadas o mais rápido possível, mas o quanto é importante a revitalização dessa bacia. Esse rio representa 60% de todas as águas do Nordeste.

Dentro dessa importância é que temos a certeza de que dois grandes contingentes populacionais olham o rio como esperança: os que estão em suas margens, os treze milhões de pessoas que habitam a bacia, e também os doze milhões que estão fora, nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará e que o olham com uma esperança de uma melhor qualidade de vida ou de água para beber, mas todos sabem que não terão futuro se não houver a revitalização, desassoreamento, replantio das matas ciliares, enfim, a existência de um projeto que não é pequeno, mas extremamente necessário e que não haverá futuro para esses vinte e cinco milhões de pessoas e para muitas outras coisas no Brasil se esse rio não for revitalizado e não existir na sua plenitude.

Com a palavra o Dr. Jerson Kelman, Presidente da Agência Nacional de Águas.

O SR. JERSON KELMAN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente quero expressar a minha satisfação por estar nesta Comissão discutindo um tema da relevância que é a bacia do rio São Francisco.

Preparei uma apresentação muito breve apenas para despertar temas que deveriam ser objetos dessa discussão, dessa conversa com os Srs. Senadores. Desnecessário apresentar o rio São Francisco, mas um pouco de informações sobre as demandas.

A bacia do São Francisco tem uma área conhecida de seiscentos e quarenta mil quilômetros quadrados, quinze milhões de habitantes, extensão total de dois mil e setecentos quilômetros e, como é usual em todo o mundo, a principal demanda em termos de uso consultivo é para a irrigação.

A Agência Nacional de Águas – como os Srs. Senadores sabem – foi criada no ano passado e só começou com suas operações no início deste ano. Portanto, estamos com dez meses de atividade e nascemos em um momento em que a atenção para o tema água estava desperto na sociedade brasileira por conta da crise de energia; e a agência tem entre suas obrigações – o que não é bem compreendido na imprensa – a função reguladora não de um serviço público e, às vezes, tenho dificuldades até familiarmente de explicar que, se estiver faltando água na torneira de alguém, não é o caso de reclamar para mim,

pois trata-se de uma prestação de um serviço público de abastecimento que não é da alçada da ANA. O que é de sua alçada é o uso do bem público, nossos rios e nosso lagos. E entre esses usos existem vários setores usuários e a ANA tem como obrigação legal procurar conciliar, na medida do possível, interesses freqüentemente divergentes dos setores usuários. É uma tarefa complexa, pois envolve muitos aspectos técnicos que devemos levar em consideração.

Entre os setores usuários, o elétrico, como é do conhecimento de todos, é um setor que não consome água, mas dela depende para produzir energia elétrica. Noventa e cinco por cento da energia produzida no País é de origem hidráulica. Enfim, o tema está tão presente que não é necessário falar muito a respeito, apenas dizer que grande parte do abastecimento de energia no Nordeste depende do rio São Francisco. A outra parte vem da produção da cascata de usinas de Chesf e das linhas de transmissão de energia da região Norte. Apesar da usina de Três Marias, da Cemig, estar localizada também no rio São Francisco e hidráulicamente ligada ao Nordeste, eletricamente está ligada ao Sudeste, pois sua energia alimenta aquela região.

Uma questão que talvez mereça debate posterior é o fato de que a produção de energia na cascata da Chesf depende basicamente da vazão regularizada pelo grande reservatório que é Sobradinho. E a capacidade de regularização do rio Sobradinho depende de dois fatores: da natureza, que é, de forma simplificada, São Pedro, e do uso de água rio acima, ou seja, na linguagem dos hidrólogos, a montante. E o uso de água a montante é essencialmente para irrigação. Assim, já destaco um fato, que é o conflito entre a utilização de água para irrigação no São Francisco e a utilização para energia elétrica.

Próximo. Aqui algumas usinas, as principais. A primeira, produzida em Delmiro Gouveia, Três Marias, que já mencionei, e Sobradinho.

Próximo. O segundo uso importante da bacia, em que também poderíamos nos debruçar, e talvez o principal, por lei, fundamental e prioritário, é para o abastecimento humano. Nesse ponto há dois tipos de problema. Um é o de que localidades mesmo em uma bacia tão pródiga de água não possuem garantia de suprimento de água bruta. Ou seja, como é comum em outras partes do Nordeste setentrional, comungam da mazela de não ter disponibilidade de água bruta.

Por outro lado, a deficiência, geral no Brasil inteiro, mas também muito acentuada na região, do serviço de saneamento, tanto no abastecimento de água

como na coleta de esgoto. São praticamente inexistentes as estações de tratamento de esgoto. A ausência, tanto de rede de coleta de esgoto como de estações de tratamento, faz com que a bacia, não apenas o rio principal, mas seus afluentes e vários córregos, tenham a qualidade de água baixa por conta da contaminação.

Próximo. Navegação. Não é necessário falar sobre a importância da navegação no São Francisco. Qual a dificuldade existente? Na seqüência, cada vez há menos calados, e por duas razões. De um lado porque as vazões, nos últimos anos, vêm diminuindo. Há menos água. E, de outro lado, porque a seção transversal do rio está se alterando. Ocorre que, por um processo de erosão na bacia hidrográfica, sedimentos têm sido transportados da bacia para dentro do rio. Isso faz com que o fundo do rio suba. E, subindo o fundo do rio, ele tende a se espalhar. Fica com profundidade menor e se espalha. Os efeitos são perversos sob todos os aspectos. Ao se espalhar, o rio erode as margens. E há dois efeitos: desmoronamento das margens, que é um problema, e a subida do fundo, que faz com que a mesma vazão acabe ocupando uma seção mais larga, o que é indesejável e seguramente necessita de uma correção. E há várias técnicas de engenharia para corrigir o problema. Se for o caso, poderemos depois discutir.

****** Já falei do conflito da irrigação com o setor elétrico.

Sobre pesca queria dar uma notícia. Quando chegamos à ANA, quando a inauguramos e começamos a funcionar, percebemos que havia necessidade de outorga para a aquicultura. Os próprios aquicultores tinham que passar por uma romaria de repartições públicas pedindo licenças, autorizações, etc.

Com uma boa administração do Ministério da Agricultura, simplificamos o procedimento, de forma que quem tiver iniciativa de se dedicar à pesca, principalmente à aquicultura, não tenha que passar por uma série de guichês oficiais e possamos ter um tratamento mais simplificado.

Turismo é um outro elemento. Só para mencionar, turismo significa reservatórios cheios. Acabei de participar de uma grande discussão sobre o caso do Rio Grande, do Reservatório de Furnas, em que há conflitos entre uma indústria de turismo bem estabelecida que depende do lago estar cheio, o que é conflitante com quem precisa do estoque de água para produzir alguma coisa, energia elétrica por exemplo.

Então o turismo conflita com produção de energia elétrica e também, curiosamente, com o controle de enchentes, porque, para controlar enchentes rio

abaixo necessita-se, na época das cheias, de não manter o reservatório completamente cheio. É necessário tecnicamente que os reservatórios estejam um pouco abaixo do que seria o nível normal operativo para que, quando vier um grande volume de água pelo rio, parte dessa água fique retida no reservatório e não inunde a juzante da barragem.

São situações complexas. Estou apenas enunciando alguns itens do uso múltiplo dos recursos hídricos.

Essa é uma fotografia do assoreamento do rio que, como eu disse, tem origem na falta de água e na subida do fundo para efeito de assoreamento, o qual, por sua vez, tem origem na erosão da bacia hidrográfica como um todo e no desmoronamento das margens.

Nessa situação toda, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 5 de junho, assinou um decreto criando um programa que os senhores conhecem bem de revitalização do Rio São Francisco. Esse programa é composto de diversos itens. Ele procura abordar os temas principais que dizem respeito à problemática do Rio São Francisco. O primeiro deles é em relação à despoluição. Não basta haver água; é preciso que ela esteja limpa, porque doenças de veiculação hídrica são preponderantes no País. Há uma estatística de que cerca de 70% dos leitos hospitalares são ocupados por pessoas cuja doença teve veiculação hídrica.

Essa situação, no caso específico da Bacia do Rio São Francisco, é até um pouco paradoxal, porque, pelas condições de ensolação e de disponibilidade de espaço, é possível haver soluções de tratamento de esgoto do tipo lagoas, que são baratas. É por aí que temos que caminhar. Temos que continuar partindo do fato de que a solução pode ser implementada de uma forma relativamente barata.

A Agência Nacional de Águas tem um programa curioso que vou enunciar em poucas palavras. É um programa de compra de esgoto tratado que tem como objetivo pagar pelo resultado final, quer dizer, fazer com que em vez de o Governo financiar a obra da estação de tratamento de esgoto haja um mecanismo de financiamento através do qual pagamos pelo resultado final, que é a estação de tratamento de esgoto.

A análise feita no comitê de gestão desse programa de revitalização indicou que o investimento prioritário não seria ainda na ETE, na estação de tratamento de esgoto, mas nas redes de coleta e nas redes-tronco. A alocação de recursos, cerca de R\$19 milhões, está prioritariamente endereçada para a coleta, estações de bombeamento e os troncos coletores.

Há um programa sob a responsabilidade da ANA, que é de conservação de solo. Pode parecer até um pouco paradoxal que nessa discussão sobre água nós falemos sobre solo, mas estão absolutamente imbricados os dois temas. Até recentemente, recebi a visita de um ministro chinês. Ele é ministro de conservação da água e do solo, as duas coisas juntas. E por que razão? Porque o desmoronamento do solo, seja por deflorestamento ou por práticas agrícolas não cuidadosas, faz com que se acelere o processo de erosão e diminua a capacidade de filtração. E o efeito é muito perverso.

Quando a capacidade de filtração do solo é diminuída, porque ele ficou exposto, nu, sem plantas que facilitam a filtração, acontecem duas coisas: diminui a quantidade de água da chuva que infiltra e aumenta aquela que escoar superficialmente. O resultado observado pelos fazendeiros, pela população que depende não só do rio principal, mas também dos córregos, é o seguinte: na estiagem, os rios ficam mais secos e, nas cheias, eles ficam mais cheios, porque o que faz com que, mesmo quando não está chovendo, o rio corra normalmente e, quando está chovendo forte, não encha tanto é parte da água escoar lentamente em direção ao rio via solo.

Se diminuirmos a quantidade de água que entra no solo para se dirigir lentamente para os subterrâneos e para o rio – e, por fazê-lo, a maior parte da água escoar superficialmente de forma rápida –, as cheias ficam mais rápidas, mais intensas, mais danosas, e há mais seca no período de estiagem. Assim, o programa que estamos desenvolvendo é extremamente simples: trata-se de estimular a construção de pequenas estruturas, de microbarragens, com o objetivo de aumentar a infiltração e também de diminuir a erosão.

Nos Estados em que isso já foi feito – e São Paulo é um exemplo; há várias experiências nessa direção –, os benefícios são absolutamente perceptíveis: a vazão de estiagem aumenta, a de cheia diminui, e as estradas ou os logradouros que são deteriorados com a erosão ficam mais bem conservados.

O tema “convivência com a seca” tem relação com o que se faz em comunidades em que a disponibilidade hídrica é muito precária. Em geral, há a volta do carro-pipa. Não há muita inovação no caso. São implantadas cisternas e mecanismos simples de fazer com que, pelo menos, a água essencial para a vida seja disponibilizada.

Temos uma pretensão que vou anunciar: entendemos que grande parte da estrutura hídrica no São Francisco e no semi-árido é subutilizada ou funciona por poucos anos porque os incentivos da sociedade

são dados para construir e comprar o equipamento. E há pouco **lobby**, falando de forma mais clara, para se fazer com que haja manutenção e com que funcione ao longo de vários anos. Estamos desenvolvendo na Ana um projeto – só estou fazendo um anúncio, pois ainda não está em fase operacional – que fará com que a atuação do Governo no sentido de disponibilizar água nas situações críticas não se dê pelo lado do financiamento da obra e sim pelo pagamento do resultado, que é o metro cúbico de água disponibilizado naquele local.

O que quero dizer é que, em comunidades menos afluentes, seguramente o suprimento de água passa por subsídio – não há dúvida disso. Mas podemos – não só o Governo Federal, mas também os Governos estaduais – dar esse subsídio de uma forma mais eficaz se o foco for o resultado e não o financiamento do empreendimento. E há a possibilidade de se fazer com que isso avance.

No caso de despoluição, de estações de tratamento de esgoto, a Ana tem um programa estabelecido e bem-sucedido que não financia obras e sim paga pelo resultado, que é o esgoto tratado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Desculpe-me por interrompê-lo. Tenho que pedir desculpas, porque tenho que voltar ao Ministério. Todos os Secretários estão me aguardando. E, hoje, estávamos falando sobre o pessoal da área hídrica. Com certeza, teremos oportunidade de fazer uma grande interação com a Ana, inclusive em relação aos treinamentos. Há uma verba razoável para treinamento, e poderemos fazer uma simbiose entre os dois órgãos.

Dr. Jerson Kelman, peço desculpas a V. S^a pela minha correria.

Peço que o Senador Antonio Carlos Valadares assuma a Presidência, para que eu possa voltar àquelas atividades.

O SR. WALDECK ORNELAS – Eu quero também fazer uma interrupção para dizer que, como certamente não voltaremos a ter o Senador Ney Suassuna presidindo a sessão da Comissão, é muito relevante essa declaração afirmativa que ele fez sobre a importância da revitalização da bacia, porque, em se tratando das responsabilidades que ele está assumindo, que têm diretamente a ver com esse projeto de conservação e revitalização do Rio São Francisco, constitui uma garantia de que nós vamos ter uma atenção muito grande para essa bacia e uma correspondência a essa expectativa que a sociedade brasileira, particularmente a sociedade nordestina, tem em relação à recuperação do Rio São Francisco.

O SR. NEY SUASSUNA – Com toda certeza, Senador. Eu agradeço as suas palavras, mas informo que, no meu pensar, a alma hídrica do Nordeste é o São Francisco, e nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar o Velho Chico abandonado. Todos os ribeirinhos e os não-ribeirinhos, todos aqueles que ou têm a água ou sonham em tê-la, devem estar irmanados, lutando para que ele se recupere.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra, mais uma vez, o Dr. Jerson, para continuar a sua palestra.

O SR. JERSON KELMAN – Senador, eu já estou chegando ao final.

O reflorestamento dispensa comentários. É evidente, como já falaram muitas vezes, a necessidade de reconstruir, pelo menos, a mata ciliar.

Gestão e monitoramento é conhecer. Ninguém pode gerir a demanda pela água se não soubermos quem são os usuários e qual é a disponibilidade hídrica, os dados hidrológicos. Na verdade, gestão dos recursos hídricos é gerir o equilíbrio demanda-oferta. Demanda é quem são os setores usuários da água, e oferta é hidrologia. Isso passa por medição, passa por cadastro, passa por conhecimento concreto, para que nós possamos fazer uma locação da água com bases técnicas e cientificamente sólidas.

Da mesma maneira que a contaminação dos cursos d'água se dá por não-tratamento de esgotos, é evidente que se dá, igualmente, por não disposição final adequada ou coleta de disposição final do lixo. Esse é um tema nacional que também na Bacia do São Francisco teve o seu lugar.

Temos um programa de educação ambiental, que dispensa maiores comentários, e temos um programa de preservação da biodiversidade, encargo do Ibama, que também dispensa maiores comentários. Esse programa, idealmente, seria já conduzido, desde o primeiro momento, pelo comitê da bacia hidrográfica, que foi constituído no mesmo dia, 5 de junho.

A constituição de comitê de bacia hidrográfica é um processo um pouco demorado, porque visa consulta à sociedade civil. Para ter legitimidade, o comitê passa por um processo longo de formação, e nós tivemos um problema de **time**. A revitalização é para esse ano, e o comitê só estará totalmente operacional no ano que vem. De forma que foi formado um comitê gestor, presidido pelo Dr. José Carlos Carvalho, que é o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que procurou alocar os recursos entre esses com-

ponentes de tal forma que contemplasse a visão integrada da Bacia e das necessidades de, efetivamente, revitalizar o rio. Espera-se que a continuação desse programa para os próximos anos, aí sim, terá o aporte e a contribuição efetiva do Comitê da Bacia. E o Comitê da Bacia é uma espécie de parlamento da bacia que tem a participação do Governo nas três esferas, tem participação dos usuários no sentido das empresas de navegação, das empresas de energia elétrica, das empresas de irrigação, etc., e tem participação da sociedade civil. Então, nesse contexto, esse seria um locus apropriado para a discussão desses temas.

Eu terminarei com duas transparências, só para dar uma informação que a maior parte dos Senadores conhece, que é a situação atual.

Aqui no eixo vertical, nós temos a energia armazenada no sistema Nordeste. No caso do Nordeste, Sobradinho é quase sinônimo de estoque de água. Essa representação me pareceu mais agregada, mas é quase como se fosse um estoque de água.

Há a curva verde, que é do ano 2000, e a curva vermelha, que estamos evoluindo. Em 8 de dezembro, há algo como 10% do estoque máximo. Na realidade, nós estamos hoje um pouco abaixo de 9% do estoque máximo, o que quer dizer que a situação é, sem dúvida, aflitiva na Região Nordeste, porque o estoque de água do Sobradinho é o que se tem para evitar um grande colapso no suprimento da energia elétrica. É preciso ressaltar que nunca antes o reservatório foi operado em níveis tão baixos.

Outra coisa que eu gostaria de ressaltar – sei que os Senadores conhecem, mas como está sendo televisionado vale a pena mencionar – que, se atingir o nível zero – esperamos que não atinja –, isso não significa que o reservatório se encolheu numa poça de lama. Não é assim. O nível zero, naquela escala, significa o nível mínimo operativo. Quando o reservatório atingir o mínimo nível operativo, ainda haverá o que no jargão do setor elétrico chama-se volume morto – um volume que é morto sob o ponto de vista de produção de energia elétrica, mas não é morto sob o ponto de vista de outros usos, de cerca de cinco bilhões de metros cúbicos. Portanto, é um volume absolutamente considerável. O estoque total de Sobradinho é da ordem de 33, 34 – não me lembro bem –, mas cinco é o chamado volume morto. Quer dizer, quando atingir o nível mínimo operativo ainda há muita água no reservatório.

Mas, enfim, isso é para mostrar que essa preocupação que todos temos de abastecimento na Região Nordeste é uma preocupação absolutamente presente; ela não foi afastada. Quer dizer, não é pelo

fato de que o estoque de energia da Região Sudeste tenha sido melhorado que nos dá tranquilidade em relação à Região Nordeste. A situação ainda é muito preocupante.

O próximo **slide**, que parece um cardiograma ou alguma coisa do gênero, será o último para que depois possamos discutir.

Quanto a essa discussão se há uma seca em andamento, se o rio São Francisco está mudando permanentemente ou não, trago um depoimento de hidrólogo. A primeira questão é se essa seca é excepcional ou não. A resposta é sim, é excepcional, é a pior seca dos últimos 70 anos. E a maneira de efetivamente mensurar isso é com que os hidrólogos chamam de evolução do reservatório para uma retirada de água fictícia, que seria a máxima retirada de água possível de garantir nesse reservatório.

Isso é a quase 2.000 metros cúbicos por segundo e essa curva mostra o que seria a evolução do estoque de água para essa retirada fictícia, que, no jargão dos hidrólogos, é a vazão firme que, no caso do rio São Francisco, é quase 2.000 metros cúbicos por segundo. O que se observa na figura é que esse reservatório para essa demanda – essa não é a evolução real do reservatório, mas fictícia –, o que haveria nos últimos anos teríamos duas situações em que o reservatório tenha ficado vazio, inclusive esta atual.

Veja que no histórico anterior, nunca. Quer dizer, não há dúvida nenhuma – quero ser bem assertivo, com anos de experiência em Hidrologia – afirmar que esta seca é, sem dúvida, uma seca excepcional. Esse é o item 1.

O item 2 sinaliza alguma mudança de longo prazo. Será que isso significa que o rio São Francisco esteja secando sob o ponto de vista de alimentação? Não há nenhuma evidência. Pode ser que seja, mas não há nenhuma evidência com significado estatístico.

Estamos vivendo um período, uma janela de tempo, muito ruim em termos de hidrológicos, e isso não significa que nos próximos anos isso vá continuar, ou que não venham grandes enchentes etc. Não há nenhuma evidência estatística que permita concluir que há uma mudança de regime do rio São Francisco. O que não quer dizer que não há uma mudança, com falei antes, do leito do rio, da conformação morfológica do rio. Isso, sim, está havendo por ação antrópica.

Sr. Senadores, como disse no início, fiz essa apresentação muito breve, muito simples no sentido de apenas destacar alguns tópicos que talvez sejam objeto de interesse para uma discussão ou para uma

conversa com os Srs. Senadores. Estou absolutamente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Dr. Gérson, as nossas felicitações por esta apresentação, como disse V. S^a, simples, mas edificante e construtiva, uma vez que revelou, durante o seu desenrolar, conhecimento profunda matéria e apresentando não apenas a teoria, mas a prática, saídas que o Brasil pode assumir no sentido de revitalizar, por completo, o nosso Velho Chico. Revitalizar, como o próprio nome diz, significa dar nova vida, recuperar, devolver ao Velho Chico pelo menos aquela velha condição em que as suas águas percorriam o leito com uma vazão consistente. Hoje, devido a diversos fatores, o nosso Velho Chico está mergulhado numa crise sem precedentes, agravada agora com essa estiagem prolongada que se abateu sobre a Bacia do Rio São Francisco, que dá sustentação econômica e social a mais de quinze milhões de pessoas pelos Estados banhados pelo Rio São Francisco.

Inicialmente, eu gostaria de conceder a palavra ao Relator designado por esta comissão, Senador Waldeck Ornélas, que é um estudioso da matéria, um Senador do Estado da Bahia, por onde o Velho Chico passa. Ele corta de ponta a ponta muitas regiões, incluindo o meu Estado de Sergipe. S. Ex^a tem todas as condições de fazer indagações e de tirar algumas dúvidas com o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Lembro que, amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estará apreciando uma proposta de nossa autoria, em que sou o primeiro signatário, visando à revitalização do Velho Chico. Ela destina, por meio de uma emenda constitucional, 0,5% das receitas líquidas da União para esse objetivo e para a execução de projetos de desenvolvimento sustentável na bacia do rio São Francisco. Aliás, uma das perguntas nossas, posteriormente às perguntas elaboradas pelo nobre Senador Waldeck Ornélas, será se esse percentual é suficiente para manter esse trabalho de revitalização pelo prazo de vinte anos.

Concedo a palavra ao nosso relator, Senador Waldeck Ornélas, nosso querido Senador do Estado da Bahia.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, antes de me dirigir ao Dr. Kelman, gostaria de registrar a presença dos Deputados Federais Félix Mendonça e Jorge Khoury, do Deputado Estadual Reinaldo Braga, Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, do Dr. Haroldo Bandeira, Prefeito do Município de Manga, em Minas Gerais, dos representantes da Codevasf, Dr. Paulo Latal, Rui Junqueira, Elvésio Mi-

lhomen, do Dr. Manoel Bonfim, da Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, e do Dr. José Theodomiro de Araújo, da Ceivasf.

A exposição do Dr. Kelman foi bastante elucidativa. Sem embargo, gostaria de formular algumas perguntas, até porque o propósito dele foi exatamente o de fazer uma provocação inicial para abrir os debates.

Como bem disse V. S^a, a questão fundamental da bacia do Rio São Francisco não é a despoluição, como nos rios Paraíba do Sul e Tietê, sobretudo na área de São Paulo, e, sim, o problema das mudanças do leito do rio. A mim, preocupa-me que o decreto que criou o projeto de conservação e revitalização da bacia coloca, como primeiro item, dentre os oito a que V. S^a se referiu e que integra as ações, a despoluição. Não há um único item em que eu tenha podido situar a questão do desassoreamento do leito e a questão da regularização da sua vazão, uma vez que essa vazão regularizada de 2.040 metros cúbicos por segundo se dá somente a partir de Sobradinho, em função, única e exclusivamente, da geração de energia na Cascata de Paulo Afonso. Então, essa é uma questão que, no projeto de conservação e revitalização, preocupa-me, por parecer que o projeto induz a um tratamento, a uma abordagem que não é aquela que coincide com a correção desses pontos do diagnóstico que V. S^a apresenta. Tanto assim, que nada menos do que 26%, $\frac{1}{4}$ dos recursos destinados neste ano para o projeto de revitalização, da ordem de R\$84 milhões, destinam-se às atividades de despoluição e de gestão de resíduos sólidos, somando os dois itens. Assim, essa é uma questão preliminar que a mim parece importante enfatizar, na medida em que ela define o rumo das ações.

A não ser que V. S^a faça uma leitura do decreto diferente da minha, ou seja, as questões relativas à correção dos problemas do leito do rio e a regularização da vazão não seriam contempladas, **stricto sensu**, no decreto que criou o projeto de recuperação, conservação e revitalização.

Essa, como mostrado nas transparências, é uma das questões mais graves que se apresentam hoje em relação ao rio.

Um outro ponto sobre o qual eu gostaria de pedir a sua manifestação é sobre o horizonte de tempo que deveríamos ter – é evidente que o trabalho de gestão dos recursos hídricos tem de ser permanente. Que horizonte de tempo deveríamos pensar em torno desse projeto de revitalização? Depois, entraríamos em uma velocidade de cruzeiro, em uma condição de normalidade. Mas isso tem a ver, inclusive, com a questão que levanta a própria emenda constitucional

do Senador Antonio Carlos Valadares, que prevê a vinculação, por um prazo de 20 anos, de recursos.

O Dr. Paraguaçu, representando o Ministério do Meio Ambiente, em depoimento prestado aqui nesta Comissão, falou em dez anos para começar a apresentar resultados.

Sobre esses dois pontos, gostaria de ouvir comentários de V. S^a, quanto a esse aspecto conceitual do projeto.

O SR. JERSON KELMAN – Senador Waldeck Ornelas, preliminarmente, esclareço que nós não temos aprovado um programa de investimento amplamente debatido, como falei, no contexto do Comitê da Bacia, mesmo porque o Comitê sequer existe. Será, então, uma das prioridades do Comitê, logo que constituído, elaborar o plano da Bacia, o que não será uma tarefa difícil, de vez que existem muitos estudos, programações na Bacia que darão, certamente, subsídios ao Comitê para, digamos, decidir sobre um programa de investimentos.

O programa de investimentos se caracteriza não apenas pelo elenco de obras e intervenções ou mudanças que devem ser feitas, mas também pela prioridade. Se tivermos R\$20 milhões, os itens 1, 2 e 3 serão realizados; se tivermos R\$100 milhões, até o item 10. Enfim, algo que vai em uma certa ordem de prioridades.

Não temos isso legitimado por uma decisão do Comitê de Bacia, em relação a São Francisco. Não é o caso – só para fazer uma analogia – do Paraíba do Sul. Trata-se de uma Bacia em que as atividades de planejamento já se dão desde 1996, onde há um Comitê instalado e um programa de investimento já definido e aprovado pelo Comitê.

De fato, considerações sobre prioridades do que deve ou não ser feito têm uma natureza muito subjetiva, individual. Discordo do Senador em um ponto e concordo em outro. Discordo do Senador, no que diz respeito à despoluição como não sendo muito prioritária. Não me fez claro. A despoluição, pelo efeito que tem na propagação de doenças de veiculação hídrica, é muito importante. E até mais importante do que a estação de tratamento de esgoto é a rede de coleta de esgoto, porque ela afasta o esgoto de onde a pessoa vive. Ou seja, é trágico que o Brasil tenha essa situação de valas de esgoto perto da moradia das pessoas.

Essa prioridade número um temos de afastar por ser propagadora de doença. Em uma segunda etapa o tratamento de esgoto.

Nesse programa para 2001, os R\$19 milhões que foram alocados para a despoluição são, basicamente, para afastar o esgoto da casa das pessoas. Nem sequer entrou no programa que nós, da Agência Nacional de Águas, lançamos nacionalmente. No caso do São Francisco, cremos que o problema é de construção de ETE (Estação de Tratamento de Esgoto). No entanto, no rio São Francisco, a prioridade é afastar o esgoto. Paradoxalmente – e quero ser transparente –, por muitos, pode ser vista até como uma ação deletéria, pois a água no corpo hídrico vai piorar mais rapidamente já que vamos levar o esgoto para o grande rio. É preferível a ter um pequeno córrego poluído na porta da casa das pessoas. Deixo claro que, para muitos, poderá parecer equivocado, mas não tenho dúvidas de que é o certo. Primeiramente deve haver respeito e compreensão para com a saúde humana e, na sequência, com a qualidade da água, que é mandato da ANA preservar. É um pequeno desacordo.

Concordo inteiramente com V. Ex^a de que há necessidade de recuperar o leito do rio para contrapô-lo ao assoreamento. São dois efeitos que mencionei: o assoreamento e o desbarrancamento, quer dizer, o desmoronamento das margens, que exigem obras de engenharia. Tais obras necessitam de projetos que permitam licitação. O comitê gestor, presidido pelo Secretário José Carlos Carvalho, do Ministério do Meio Ambiente, entendeu que não existia ainda projeto de engenharia com possibilidade de licitação. Essa é a má notícia. A boa notícia é que – e V. Ex^a tem tanta razão quando afirma que isso é importante – tenho agendada uma entrevista com o Governador da Bahia para juntar esforços e conseguir dados, que o Governo da Bahia já possui, que permitem fazer um projeto de reformatação do rio em alguns trechos navegáveis. Devem ser utilizados dados coletados por diferentes órgãos, dados que irão permitir a licitação da obra no futuro. Em um primeiro momento, estaríamos na fase de desenvolver o projeto, e a ANA está envolvida nisso. Há recursos para o assunto fora do programa de revitalização, na medida que o Pró-Água – que é um programa desenvolvido pelo Governo Federal com o apoio financeiro do Banco Mundial – tem recursos da ordem de R\$10 milhões para o Rio São Francisco.

Os recursos são mais do que suficientes para desenvolver toda a parte a que V. Ex^a, com muita propriedade, fez referência.

O SR. WALDECK ORNELAS – Tenho outras perguntas a fazer.

De minha parte, também, não há qualquer dúvida com relação à necessidade de fazer-se o esgotamento sanitário das cidades ribeirinhas e, particularmente, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é o grande contribuinte no lançamento de esgotos nos afluentes dos rios, principalmente no rio das Velhas, onde também ocorre o problema da mineração. A idéia – e mencionarei outra questão adiante – é a de que para esgotamento sanitário existem outras fontes de financiamento, outras fontes de recurso. Por outro lado, não existem recursos disponíveis para trabalhos de revitalização.

Gostaria de explorar um pouco com V. S^a a questão da implantação do comitê. V. S^a referiu-se ao fato de que, em 2002, este deve ganhar condição operacional. Sob o ponto de vista da Lei de Águas, que é uma lei nova, pergunto: Enquanto não existe o comitê, a ANA é responsável pela realização dos estudos, do trabalho? Por outro lado, quais as dificuldades para a implantação imediata? V. S^a referiu-se à questão da representação da sociedade civil etc. Gostaria de saber a respeito de outros comitês existentes, a respeito de sua composição etc. Quais os comitês porventura existentes, reconhecidos pela ANA? Fale-me da questão das licenças de uso, ou seja, a quem conceder, com que critérios, com que parâmetros? Gostaria que V. S^a falasse a respeito da cobrança de licenças, da política de preço da água.

Tudo isso nos leva a um outro item abordado e sobre o qual quero falar: a prioridade de usos e, também, a necessidade que temos de uma política definida para os recursos hídricos do Rio São Francisco.

O SR. JERSON KELMAN – Pois não, Senador. A sua pergunta me dá uma excelente oportunidade de comentar os fatos práticos da aplicação da Lei nº9.433, que é a Lei de Recursos Hídricos.

Como V. Ex^a conhece bem, a Lei nº9.433 adotou o princípio de que a gestão dos recursos hídricos será descentralizada e participativa. E a maneira de fazer isso é por meio de um comitê da Bacia, a que fiz referência anteriormente, composto por representantes de governo, nas três esferas, de setores usuários e da sociedade civil.

A composição desses três segmentos no comitê é tema que, com toda franqueza, vamos aprender ao longo do processo. Só para fazer um comentário, este é um assunto que sempre desperta muito interesse, de como se compõe o comitê. Há uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos definindo limites para essa composição, que, salvo erro de memória, atribui ao segmento de usuário 40% dos votos

do comitê, ao segmento de governo, incluindo as três esferas, 40% e ao segmento da sociedade civil, 20%.

Essa divisão feita pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi objeto de muita discussão interna. De uma forma simplificada, só para situar qual é no tema, para que esse comitê tenha de fato legitimidade, no sentido de que ele traduza as aspirações dos atores relevantes, é preciso que ele não seja capturado por nenhum dos três segmentos.

Se de um lado, por exemplo, o setor usuário fosse sub-representado, ou seja, com poucos usuários, poucas empresas, correríamos o risco de natureza mais reivindicativa. E o comitê de bacia não é uma ONG, é um braço do Estado. Não é um braço do governo, mas é um braço do Estado. E como tal tem poderes e tem que ter essa legitimidade de que estou falando.

Se, por outro lado, tivéssemos só o governo, não precisaria chamar a sociedade civil. Enfim, é uma situação delicada, em que essa resolução do conselho determinou nessas proporções que anunciei.

A escolha dos diversos representantes não é só da sociedade civil, mas é também, às vezes, do governo. Por exemplo, não é possível no comitê estarem todos os municípios. Quer dizer, há uma representação dos municípios. Está lá o Dr. Teodomiro, que está vivendo a experiência, conhece isso muito bem, de que há a necessidade de os vários subcolegiados se reunirem e decidirem quem vai representar o comitê. É um processo de negociação.

Tive uma experiência muito pessoal, no caso da organização do comitê do Paraíba do Sul. Sou original do Rio de Janeiro. Tal experiência mostrou que qualquer açodamento na construção do comitê pode ter consequências que não o levem à legitimidade. Então, creio que devamos andar com segurança. E estamos andando. Todos os passos estão sendo dados: estamos movendo a sociedade civil, estamos fazendo convênios com entidades representativas e dando apoio.

Isso não impede que se façam os estudos técnicos. A sua pergunta é se a Ana tem essa obrigação. Tem, sem dúvida alguma. A Ana tem a obrigação de dar apoio à formação do comitê e de fazer os estudos técnicos. E já estamos fazendo. Até anunciei o caso para o qual o senhor chamou atenção, que é o caso do restabelecimento da condição de navegação. No caso do São Francisco, não há muita discussão, porque a navegação é favorável; em outros rios, há alguma discussão. Não tenho dúvida alguma de que a navegação é um método de transporte, em geral, eficaz, ecologicamente seguro e não contaminante.

No caso do São Francisco, essa restituição nas condições de navegação será objeto de um projeto que faremos em colaboração com os governos estaduais interessados.

Com relação à outorga, a licença para a utilização da água, seja na sua captação ou seja no lançamento de afluentes, não é uma responsabilidade do comitê. Isso é uma responsabilidade de governo, quer dizer, daquele que detém o domínio do curso d'água. E aí há um grande obstáculo que nós, órgãos gestores dos recursos hídricos, seja o Governo Federal, por meio da ANA, ou seja os órgãos gestores estaduais, conjuntamente, vamos ter que ultrapassar.

Então, é o seguinte, apesar de que a Lei nº 9.433, respeitando a lei da gravidade, ela atribui que a bacia hidrográfica é a unidade de gestão de planejamento, no caso os 650 quilômetros quadrados do São Francisco, a dominialidade não se dá na bacia e sim nos rios. Então, na bacia do São Francisco temos rios de domínio da União, no caso o próprio rio principal, porque cruza território de vários Estados e temos rios de cada um dos Estados. E a licença para utilizar água ou para lançar poluente ou algum tipo de influente que é a outorga de uso do recurso hídrico, ela é dada por Governos que detenham a dominialidade do rio. Agora essa outorga não pode ser dada como se esses rios não estivessem hidraulicamente contactados. Quer dizer, se nos pegarmos um rio, digamos em homenagem ao senhor, Senador, de domínio da Bahia, não seria possível que o Governo da Bahia permitisse que se tirasse muita água desse rio na medida em que esta mesma água vai depois transitar por um rio de domínio da União e estará transitando também em outros Estados.

Isso é evidente que o uso da água numa bacia hidrográfica é tema de interesse comum a todos os Estados que compõem a bacia, e sendo um tema de interesse comum a todos os Estados que compõem a bacia, é também tema comum à União. É nessa direção que nós da ANA estamos tentando atuar. Quer dizer, criar um sistema, no que depender de Governos, integrado e unificado e coerente em dar essas outorgas. No caso do São Francisco, eu também vou deixar claro, não temos constrangimentos de contar os nossos atrasos, porque nós só temos dez meses de vida, a ANA é um bebê recém-nascido. Mas vou lhes dar o exemplo da experiência que nós estamos fazendo no Paraíba do Sul que na sequência vamos aplicar no São Francisco.

No caso de Paraíba do Sul, estamos em negociação com o Governo de três Estados e faremos igual com o São Francisco. É necessário que se faça pelos

Governos dos três Estados um edital de convocação dos usuários, das empresas, dos tipos de irrigação, das cidades que utilizam os recursos hídricos captando águas e lançando-as nos afluentes, no sentido de que todos regularizem a sua situação. Isso aí tem um efeito enormemente favorável a esses usuários que terão a sua situação regularizadas por outorga e para nós também, Poder Público, Governo Federal e Governos Estaduais, no sentido de que teremos a verdadeira dimensão da utilização da água que, às vezes, não é conhecida.

E o conceito é o seguinte: quem já está utilizando o recurso hídrico hoje não tem sentido o Governo nenhum ir lá e dizer, você não tem direito ao uso da água. Ele já a está usando, então o direito é reconhecido. É como se fosse "sócio fundador". E será declaratório. Quer dizer, não iremos fiscalizar os usuários, partiremos do princípio de que o cidadão que está fazendo uma declaração de uso da água está dizendo a verdade, como é no Imposto de Renda. Nós vamos acreditar nele e vamos dar-lhe a outorga, de acordo com a declaração dos usuários. E, depois, naturalmente em função da própria organização dos usuários haverá, à semelhança do Imposto de Renda, por interesse dos próprios usuários, a fiscalização para aqueles que se utilizarem de práticas anti-sociais, isto é, usar mais água do que tinha sido acordado. Isso é em relação à outorga.

Em relação à cobrança... Eu disse que o comitê é uma função do Governo, que tem uma atuação de deflagrar o processo, é um processo de centralização de processo decisório e participativo. No que diz respeito à outorga é exclusivamente "chapa branca", que dizer, especialmente ação governamental, e no que diz respeito à cobrança não, é misto. Quer dizer, a decisão sobre a cobrança, quanto, quando e o que cobrar é uma decisão do comitê. Cabe aos Governos simplesmente implementar e garantir que se for implementado por decisão do comitê, a aplicação dos recursos se dará na própria bacia hidrográfica.

No rio São Francisco só tem sentido imaginar, por paradoxal que possa parecer, a cobrança pelo uso do recurso hídrico exatamente quando o recurso hídrico for um bem de natureza econômica, no sentido de que o uso de um causa alguma deseconomia a terceiros. Não tem sentido ver a água como recurso econômico, nessa natureza que eu estou dando, no caso do São Francisco, porque a oferta é abundante. Pode ser um recurso estratégico do Brasil em relação a outros países, mas no que diz respeito ao uso local, não é um bem econômico porque ele é abundante como o ar. Mas, no Nordeste, não, a água é es-

cassa e faz sentido haver algum mecanismo de alocação de água.

Não temos nada desenvolvido ainda para o São Francisco, mas vale a pena, Senador, se V. Ex^a me permite, contar rapidamente uma experiência que está sendo iniciada no Vale do Jaguaribe, que é um vale no Ceará que já tem uma organização dos usuários mais antiga, em que, desde o início, já há vários anos, a decisão sobre como usar a água é uma decisão dos usuários, não é de Governo. É uma decisão dos distritos de irrigação, são assembleias feitas com participação de centenas de interessados, em que se decidem, basicamente, coisas muito simples, quer dizer, é preferível abrir as comportas e fazer com que a água flua no rio, fazendo com que mais gente use a água este ano e aumentando a probabilidade de que no ano que vem falte água ou o contrário, é preferível fechar um pouco as comportas e resguardar-se para o ano que vem? É uma decisão do tipo da que temos que fazer com nosso contracheque, se usamos os recursos que temos agora ou no futuro.

E essa Bacia do Jaguaribe – eu dizia – já está mais avançada, eles estão implementando lá um processo interessante, porque o desequilíbrio em todo o semi-árido entre oferta e demanda da água é não apenas oriundo da falta de água, mas também do seu mau uso. E temos vários exemplos de que se faz irrigação numa região muito seca com inundação. É o caso do Jaguaribe, onde há doze mil hectares em que se planta arroz por irrigação, por inundação.

Então, qual é a experiência? A experiência é a desse convênio que temos com o Governo do Ceará para discutir com os agricultores a idéia de que água para irrigação com garantia é um produto totalmente diferente de água sem garantia. Quer dizer, água com garantia é alguma coisa que permite ao usuário fazer os investimentos necessários e criar os empregos que são necessários para utilizar bem a água.

Água sem garantia, como é típico garantir-se 90%... O que é uma garantia de 90%? Quer dizer que, em média, um ano em cada dez falta água. Ninguém planta, ninguém faz investimentos pesados com garantia de 90%. Com garantia de 99%, sim, é viável, e há uma experiência – desculpem-me por ter me alongado na resposta –, que está em fazer com que usuários que necessitam de muita garantia paguem alguma coisa no sentido de permitir utilizar esses recursos para converter e compensar financeiramente aqueles – como os plantadores de arroz – que podem, temporariamente, dispensar a água e usá-la de uma forma mais racional, por exemplo, para impedir que a fruticultura irrigada tenha um colapso.

No caso do Ceará, estamos nessa tentativa, que parece interessante. Quer dizer, estamos alocando a água onde ela produz mais bens e mais empregos, e sem descuidar da equidade, porque aqueles que não vão ter água para irrigação – por decisão própria, nada é imposto – terão uma compensação financeira para poderem subsistir e para poderem também se converter para usos agrícolas, menos gastadores de água. Portanto, essa experiência, que é inovadora, está acontecendo no Ceará e espero que, se for bem-sucedida, possamos replicar na Bacia do São Francisco, em função de decisão do comitê.

Perdoe, Senador, alonguei-me muito na resposta.

O SR. WALDECK ORNELAS – Bem, tenho outras questões, Sr. Presidente, mas, como há vários Senadores inscritos, voltarei a falar no final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas, é a próxima oradora inscrita.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Presidente da Agência Nacional de Águas, primeiramente saúdo a presença dos Deputados, do Dr. Teodomiro Sampaio, que é um gigante, um lutador, em defesa do São Francisco.

É evidente que certamente o Presidente da Agência Nacional de Águas em outro momento acabará voltando, após uma série de debates que faremos nesta Comissão.

Eu gostaria de tratar de um tema – como aqui na Casa praticamente todos nós temos que estar em dois lugares ao mesmo tempo, não sei se V. S^a já tratou do assunto – que é algo que nos preocupa muito: a questão do uso múltiplo e conflitante das águas. É evidente que todos temos conhecimento do aparato tecnológico, montado pelo País, desde o início da década de 50, para possibilitar a geração de energia hidráulica; o aparato maravilhoso, de alta tecnologia, que proporcionava monitoramento e previa estoques de reservas em função de outros investimentos em outros componentes de matrizes energéticas. Porém, de fato, nada disso ocorreu, e hoje a situação é difícilíssima.

Portanto, eu gostaria de saber como a Agência Nacional de Águas está tratando desse tema.

É evidente que todos conhecemos o uso múltiplo e conflitante das águas. Vivemos numa região extremamente difícil, pelas condições climáticas – é claro que não vou citar a elite política e econômica que toma conta do Nordeste há muito tempo –, falando de forma objetiva.

Além da questão climática, que obriga a uma maior utilização da água, tanto para os abastecimentos humano e animal quanto para projetos de irrigação, ao mesmo tempo precisamos conter a água nos reservatórios para a geração de energia. Isso é algo gravíssimo no Nordeste.

Sou daquelas pessoas que pensam que o Nordeste não tem mais nenhuma cota de sacrifício a dar, especialmente o rio São Francisco, porque ele contribui com 70% de água para a população — e apenas os 3% restantes são disponibilizados para o Nordeste pela natureza, numa região que abriga quase 40% da população nacional. A situação, então, é muito grave naquela região.

Eu gostaria especificamente de ter informações sobre essa questão. Sei que o Senador Waldeck Ornélas já deve ter falado sobre questões relacionadas à revitalização do rio São Francisco.

Não acredito e nem aceito o chamado “falso dilema” entre o esgotamento sanitário, a distância para a preservação da saúde e a poluição do rio, pois tudo tem o mesmo significado. Tratar da poluição dos rios também significa tratar da saúde; é o mesmo que afastar o córrego das portas da população.

Além dessas questões, que revelam a necessidade de investimentos para a revitalização dos rios e das matas ciliares, há o problema do esgotamento sanitário — V. S^a tratou desse assunto —, o saneamento e todos esses fatos sobre os quais há décadas discutimos.

De uma forma muito especial, eu gostaria de ouvi-lo falar sobre o uso múltiplo e conflitante das águas e sobre a crise energética, dilema que existe praticamente em função da única opção feita para a geração de energia.

Portanto, como os senhores estão lidando com esses assuntos juntamente com outras agências? O que pensam a esse respeito, já que esse é um problema extremamente grave para nós, nordestinos?

O SR. JERSON KELMAN — Senadora, muito obrigado pela oportunidade de tratar de um tema super-relevante.

Vou começar, rapidamente, tratando da questão de despoluição.

Não há discordância entre nós sobre a despoluição. A poluição dos rios é também um tema muito importante, não apenas no que se refere aos pequenos córregos próximos às casas das pessoas.

Em termos de implantação física dos empreendimentos, primeiro é preciso coletar o esgoto para que possamos conduzi-lo por um duto para a estação

de tratamento. É uma questão apenas de fases de implantação da obra.

Concordo com V. Ex^a no sentido de que o tratamento de esgotos, antes do lançamento nos rios, é assunto da maior importância. Tanto assim que o programa mais importante da ANA, o carro-chefe, é a despoluição dos rios.

Com relação ao uso múltiplo das águas, foi exatamente esse o tema da minha breve apresentação. Por isso, não vou repetir o tema, mas apenas abordar alguns pontos solicitados por V. Ex^a.

Temos dois problemas em relação ao uso múltiplo. Porém, antes de continuar o assunto, devo dizer que é obrigação da ANA, pela própria lei de criação, atuar de forma neutra, como uma espécie de árbitro, no que diz respeito ao conflito do uso dos recursos hídricos. No início, eu disse que a ANA é uma agência reguladora do uso do bem público água dos rios e que deve ser preservada como bem público. Portanto, devemos quantificar os interesses envolvidos nos vários setores usuários e, sempre que se apresentar um conflito, ter elementos para poder ajudar na sua resolução.

Para sair do discurso e tratar dos fatos, vou situar um caso.

Logo que iniciamos, ainda em março, veio a crise energética. Sob a ótica do setor elétrico, uma das medidas relevantes que poderíamos adotar para mitigar a crise seria utilizar o estoque de água do reservatório de Ilha Solteira, no Paraná. Aliás, algo parecido aconteceu em Sobradinho, mas o exemplo do Paraná é mais dramático.

Essa conjectura do setor elétrico é perfeitamente natural, porque se esse estoque de água entre o nível máximo operativo e o nível mínimo operativo fosse utilizado, não se deixando sem água, mas indo ao nível mínimo operativo, isso resultaria numa produção de energia elétrica da ordem de quase 5 mil megawatts/mês, que é 1/5 ou são 20% do consumo mensal das Regiões Sudeste e Sul. Então, não é um estoque desprezível. Sob a ótica de energia, é relevante.

É natural que quem está com a responsabilidade de atender o mercado de energia entendesse que tem uma caixa d'água para ser utilizada. Ocorre que há outro setor interessado em não utilizar água daquele reservatório, que é o setor de navegação. Cerca de um milhão de toneladas passaram pela Hidrovia Tietê-Paraná nesse ano, que é o escoamento de grãos de Goiás, de Minas Gerais, enfim, daquela região que vai em direção ao porto, via hidrovia.

A Agência Nacional de Águas estabeleceu, coordenou e promoveu diversas reuniões entre o setor elétrico, representado pelo Operador Nacional de Sistema e pela Aneel, e por outro, pelo setor de navegação, pelos órgãos representativos. Exatamente dessa quantificação de prejuízo de parte a parte que surgiu a possibilidade de não se depressionar o reservatório de Ilha Solteira, uma solução que atendeu a um setor que, digamos, até então não era visto como capaz de afetar as decisões operativas do setor elétrico.

Essa situação foi um pouco emblemática porque até então, historicamente, a noção que se tinha era de que os reservatórios construídos pelo setor elétrico, a água no estoque dos reservatórios construídos pelo setor elétrico, pertenceria ao setor elétrico, mais especificamente às empresas, públicas ou privadas, não vêm ao caso, que são donas daquelas barragens.

Quero deixar muito claro, e essa é uma boa oportunidade, que a água é um bem público mesmo. A água estocada nos reservatórios não pertence às empresas que são donas das usinas. Uma coisa é ser dono da usina e operar as estruturas hidráulicas do empreendimento; outra coisa é como se usa a água em estoque em benefício da sociedade como um todo. Essa é uma missão da ANA, mas ela não pode executar essa missão sozinha, porque tem a responsabilidade legal de olhar o uso múltiplo das águas dentro do contexto da bacia hidrográfica, quer dizer, ela tem que cotejar, dentro da bacia hidrográfica, qual o conflito do uso entre setor de irrigação, setor de produção de energia elétrica, controle de enchentes – que é conflitante com o controle de energia elétrica –, navegação, abastecimento, enfim, todos os setores usuários.

O universo que a ANA olha é a bacia hidrográfica, não tem outros interesses externos à bacia hidrográfica, mas, sob o ponto de vista de produção de energia elétrica, como o setor elétrico é interligado nacionalmente, ou pelo menos regionalmente, a ótica não é da bacia hidrográfica, é do sistema interligado nacional.

Então, temos duas óticas distintas: uma do setor elétrico, olhando o sistema interligado nacional, e outra de uso múltiplo dos recursos hídricos na bacia hidrográfica. Como a lei determina que seja feito? A lei determina que a ANA, juntamente com o ONS, tenha essa visão do sistema interligado nacional e determina as restrições operativas nos reservatórios. É isso que temos começado a fazer.

Temos uma superintendência que trata disso. O ONS, como Operador do Sistema, obedece as restri-

ções operativas impostas, seja de natureza elétrica ou energética, pela Aneel, seja de natureza hidráulica, pela ANA.

Disso tudo que mencionei, quero apenas enfatizar que isso demonstra, na prática, que a ANA está atuando e preparada, ou pelo menos se preparando e, nos casos concretos, já atuando, no sentido de que a água seja utilizada para atender os usos múltiplos, olhando o interesse global da sociedade, e não sendo capturado por nenhum dos setores usuários.

Para terminar, isso é um problema operativo, mas há uma questão ainda não completamente resolvida, de longo prazo: o faturamento de uma usina hidrelétrica, que é pouco compreendido – até tive oportunidade de comentar isso em outra audiência no Senado Federal – não é proporcional à energia produzida. Não é como uma fábrica, que, quanto mais sapatos produzir, mais fatura. Como o sistema é interligado, o faturamento de uma usina depende da energia assegurada, quer dizer, do delta, da contribuição que ela traz ao sistema interligado. É como se fosse uma unidade de uma grande empresa fictícia, que, para efeito de raciocínio, poderíamos chamar de “Hidroeleticidade do Brasil”. Isso não existe. Estamos apenas imaginando. O que cada usina recebe é proporcional à sua contribuição no faturamento desse grande conjunto de usinas hidrelétricas. Essa fração, que poderíamos imaginar ser ações que a usina hidrelétrica detém da fictícia “Hidroeleticidade do Brasil”, depende – como disse – de algo chamado energia assegurada, que ela soma ao sistema, a qual, por sua vez, depende da hidrologia e dos usos.

É natural que, ao longo dos anos, na medida em que a sociedade, no Comitê que trata da bacia do Rio São Francisco e no Congresso Nacional, decida que as águas devam ser utilizadas, por exemplo, mais para a produção de alimentos e menos para a produção de energia elétrica, as energias asseguradas sofrerão reajustes. Quanto a isso, ainda estamos em negociação com a Aneel de como será exatamente o procedimento de cálculo. Não sei se respondi convenientemente à Senadora, mas tentei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senadora, V. Ex^a está satisfeita ou deseja fazer mais alguma indagação? (Pausa)

Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Na verdade, o assunto a que me referi é justamente o que foi focalizado pela Senadora Heloísa Helena e exposto pelo Presidente da ANA. Mas, ainda assim, acrescentarei um pouco.

Ainda não estamos vivendo, naturalmente, uma fase de conflito no uso de energia. Em outros países já se começa a discutir, por exemplo, entre a agricultura e o abastecimento humano, ou seja, talvez, uma fase posterior à nossa. Ainda estamos tratando, por exemplo, da questão do uso da energia elétrica, que não deixa de ser extremamente importante para o País e para a Região Nordeste.

Como foi dito, há uma situação muito particular – uma enorme região, cujo única fonte de água, praticamente, é o rio São Francisco –, de modo que o que, talvez, eu pudesse acrescentar está na linha das últimas palavras do Dr. Jerson: imagino que já é necessário, talvez, antecipar – não sei – um planejamento de longo prazo, por exemplo, quando é que vai começar a acontecer um conflito efetivo, por exemplo, entre a utilização de energia elétrica e a utilização de água para abastecimento e agricultura. A navegação, talvez, já esteja acontecendo hoje. Quando isso vai acontecer? Isso já começa a acontecer agora? Se isso é previsto em determinadas condições para tal ano, que alternativas vamos ter até para que os agentes econômicos envolvidos nisso se posicionem com relação ao que vai acontecer? Não se trata de prever catástrofes, mas não sei exatamente quando vai acontecer esse problema. Claro, ele aconteceu agora numa condição excepcionalíssima de hidrologia muito desfavorável, de falta de planejamento do setor, que, impediu que pudéssemos, com sistema interligado, poupar água dos reservatórios etc., mas acho extremamente importante fazer um pouco de previsão de longo prazo sobre isso para que possamos saber, por exemplo, até quando podemos continuar falando, insistentemente, em grandes programas de irrigação, o que isso vai significar dentro de determinado horizonte. Então, é importante nos planejarmos para isso. Não se trata de prever catástrofes, mas de ter exatamente noção de que, em determinado momento, haverá alguns conflitos que teremos que resolver.

Na viagem que fizemos ao Colorado, vimos que, a cada momento, deslocava-se mais água de agricultura para abastecimento humano. Espero que ainda estejamos longe disso, mas é uma situação que, mesmo parecendo um pouco absurda agora, quem sabe, pode acontecer em um determinado momento. A idéia de um bom planejamento disso, de ensaiar tudo isso, de discutir esse assunto com certa antecipação é importante.

Só para completar, e serei rápido, o que estamos vendo no uso eficiente ou não da irrigação? Que as grandes empresas estão se modernizando, utilizando técnicas que gastam pouca energia elétrica e

pouca água. A crise mostrou isso. No Vale do São Francisco, geralmente, os grandes projetos de irrigação já se prepararam para dizer que, utilizando a microaspersão e o gotejamento, estão gastando o mínimo de energia e de água. Entretanto, isso não acontece com a maioria dos projetos, por exemplo, em que estão os colonos, os pequenos agricultores, os quais estão trabalhando ainda com inundação, com métodos ineficientes, com bombas que gastam muita energia.

Penso, Senador Waldeck Ornelas, que isso já pode estar sendo feito de forma assistemática dentro do Governo, mas seria uma boa recomendação desta Comissão que os órgãos de financiamento, junto com a Codevasf, tivessem perfeitamente diagnosticado quais os projetos públicos estão utilizando, de forma ineficiente, a água e a energia elétrica, para que pudesse fazer parte um programa de financiamento específico, que teria a participação de muitos órgãos envolvidos, para que pudéssemos, mesmo nos projetos públicos, ou principalmente neles, utilizar de forma mais eficiente a água e a energia elétrica, e, assim, os pequenos agricultores não serem responsabilizados, até por uma culpa que não têm, de utilizarem mal a energia elétrica e a água. Isso redundaria, seguramente, em economia de água e de energia elétrica, tudo o que precisamos, desde que feito de forma eficiente, para utilizar melhor esses recursos naturais do rio São Francisco.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, antes que o Dr. Kelman responda, gostaria de aproveitar para dizer – já que é um item sobre o qual eu tinha dito que abordaria a questão da prioridade do conflito de usos – que, na verdade, não se trata sequer de um cenário de longo prazo, como se referiu o Senador Paulo Souto, pois, de fato, já temos isso hoje no rio São Francisco. E por uma razão muito simples: o São Francisco é um rio com uma situação muito peculiar. Ele é o mais importante curso d'água em uma região onde o fator água é o fator restritivo.

Por exemplo, a jusante de Sobradinho: libera-se muito mais água em função da prioridade para energia do que o que seria necessário em razão dos projetos que visam garantir água para os outros projetos de irrigação que atuam com a fruticultura e, por conseguinte, com a lavoura permanente. De outro lado, se vamos a montante na área de Três Marias, libera-se menos água, em função de se preservar a capacidade de geração de energia de Três Marias, do que o necessário para viabilizar a operação da hidrovía, que, ao meu ver, é uma aliada do meio ambiente, por-

que é algo que requer a existência da água como condição para seu funcionamento.

Além dos aspectos abordados pelo Senador Paulo Souto, gostaria de adicionar um outro fator, uma outra variável nesta questão: como fazer com que o sistema interligado nacional de energia funcione, nesse caso, a favor do uso prioritário da água do São Francisco para produção de alimentos, vale dizer, para geração de empregos e renda à população baranqueira, em face da alternativa geração de energia, que, como V. S^a disse, sempre foi o predominante, até agora, quase que exclusivo, determinante, das políticas de uso da água em todas as bacias do País?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Jerson Kelman, às 17 horas tenho uma audiência, que marquei já há alguns dias, com o Ministro da Previdência, mas, antes de me retirar e passar a Presidência ao Senador Francelino Pereira, do Estado de Minas Gerais, gostaria de dar a minha contribuição a esta reunião, fazendo uma indagação. O Decreto de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco contempla várias ações para a recuperação da Bacia do Velho Chico, como despoluição; conservação de solos; convivência com a seca; reflorestamento e recomposição das matas ciliares; gestão e monitoramento do rio; gestão integrada dos resíduos sólidos; educação ambiental e unidade de conservação e preservação da biodiversidade. Não contempla, a meu ver, uma ação que considero fundamental, notadamente nos momentos de vazão mínima, que ocorre hoje no rio São Francisco e que prejudica o uso múltiplo de suas águas principalmente a irrigação, ameaçando o fornecimento de energia elétrica na região Nordeste. Trata-se da interligação de bacias, ou seja, a transposição de rios de outras bacias para a do rio São Francisco, como se prevê nos estudos de pessoas interessadas, como os do Dr. Teodomiro e de outros, pertencentes às instituições ou ONGs interessadas na recuperação do rio.

Eles consideram fundamental a transposição do rio Tocantins para melhorar a vazão do nosso rio e para aumentar o volume d'água, disponibilizando a nossa região de recursos hídricos mais intensos, visando ao aproveitamento das águas não só no período das chuvas, mas também no período de longas estiagens.

Pergunto ao nobre Presidente, se a interligação de bacias está, vamos dizer assim, entre as metas, muito embora não esteja edificado aqui esse objetivo. Se está entre as metas do Governo, notadamente da

ANA, e se, caso pudesse fazer uma recuperação, ou melhor, uma nova redação desse Decreto, visando consubstanciar essa idéia, não seria melhor, uma vez que haveria um comprometimento direto do Governo para contemplar o Velho Chico com maior volume de água procedente de outras bacias.

Há outra pergunta, para finalizar. Nós, amanhã, possivelmente, estaremos votando a Proposta de Emenda Constitucional que trata da revitalização. Não é somente da revitalização, mas, também, da utilização de recursos visando ao desenvolvimento sustentável da região banhada pelo rio São Francisco. Prevê-se, nesta PEC, uma utilização de meio por cento das receitas líquidas durante vinte anos. Pergunto se esses recursos advindos desta PEC seriam suficientes para a sua revitalização e para a execução dos projetos a que me referi.

Agradeço a V.S^a.

O SR. JERSON KELMAN – Bem, imagino que, com a autorização dos demais Srs. Senadores, eu começarei pela pergunta do Sr. Presidente desta reunião.

Senador, interligação de bacias não constitui propriamente meta da ANA, no sentido de estudar isso, ou seja, de tratar dos detalhes técnicos. É, sim, função da ANA verificar a sustentabilidade de qualquer empreendimento de natureza hídrica. No que diz respeito ao Rio São Francisco, é bem conhecido que existem duas interligações de bacias consideradas. Uma é do Tocantins para o Rio São Francisco pelo Rio dos Sonos, uma reversão do Rio dos Sonos, e outra, bem discutida, que é a transposição do Rio São Francisco. Para isso, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu um projeto executivo.

Na ANA, a nossa preocupação principal em relação a ambos os projetos diz respeito à sustentabilidade, que eu chamaria de sustentabilidade operativa de qualquer tipo de empreendimento. Vale para qualquer tipo, quer dizer, estou falando do abstrato em termos de transposições ou mesmo em termos de obras hídricas. O que se verifica no semi-árido – fiz menção a isso há pouco tempo –, é que existe um grande investimento público, ao longo de mais de um século, que é subutilizado. Temos muita infra-estrutura, muitos açudes, adutoras, canais e distritos de irrigação que consumiram dinheiro público, mas não foram utilizados em sua plenitude.

Desse ensinamento histórico – pelo menos é o nosso juízo –, o grande desafio não está propriamente na obra de engenharia, porque a nossa engenharia é absolutamente competente para realizar as obras.

No caso, por exemplo, do projeto de transposição do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, já há um projeto básico bastante detalhado. E, no caso do Rio dos Sinos, há um projeto em elaboração. Certamente, em ambos os casos – no que diz respeito à qualidade do projeto – apesar de não tê-lo examinado às minúcias, conheço o projeto e certamente atenderá aos padrões da boa técnica da engenharia.

Como eu dizia, o problema não está na técnica da engenharia, mas na sustentabilidade. Qual é o arranjo institucional que permitirá que essas infra-estruturas sejam utilizadas ao longo de toda vida útil – qualquer infra-estrutura hídrica; estou falando em geral – e na sua plenitude? Em ambos os casos, debruçamo-nos sobre esse tema – não é fácil – e não temos ainda uma solução aceitável. Não há nenhum tipo – pelo menos é o nosso juízo – de arranjo institucional que garanta que investimentos públicos não sejam subutilizados.

Isso que eu disse é geral, vale para outro tipo de infra-estrutura hídrica e é uma das principais preocupações da ANA. Temos preocupação em duas vertentes: 1) que não se utilize no limite da nossa competência e da nossa possibilidade. Que tanto quanto possível os investimentos públicos novos, futuros, sejam para obras que tenham sustentabilidade operacional. Quero dizer, com isso, que haja uma instituição capaz, técnica e financeiramente, de prover a manutenção daqueles equipamentos e infra-estrutura, porque senão inaugura-se, trabalha-se alguns anos e, depois, não tem quem troque a membrana, a bomba, e as coisas ficam subutilizadas. Então, uma preocupação nossa é essa, como disse, nos limites da nossa competência.

De todo modo, estamos examinando. Não só do ponto de vista de obra de engenharia – que é nossa obrigação –, mas sob o ponto de vista de sustentabilidade – que é mais ainda obrigação nossa. Não temos solução para os dois casos.

No que diz respeito à segunda pergunta que V. Ex^a me fez, tenho um pouco de dificuldade de responder de uma forma objetiva, Senador, porque a sua pergunta é a seguinte: 0,5% da renda líquida será possível, em 20 anos, para recuperar integralmente o São Francisco?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – São 230 milhões, mais ou menos.

O SR. JERSON KELMAN – Como nem nós, nem ninguém tem ainda um programa de investimento – digamos – legitimado, seja por uma decisão do Congresso, ou por uma decisão do Comitê da Bacia –

há muitos estudos variados sobre o que se deve fazer, mas não há um consenso –, não possuo bases objetivas para responder a V. Ex^a. Posso dar a V. Ex^a a minha sensibilidade. A resposta é: sim. Tenho dados do que é necessário para recuperar a Bacia do Paraíba do Sul, que é, de certa maneira, muito mais degradada do ponto de vista de qualidade. Os investimentos no Paraíba do Sul são de natureza mais vultosa, porque 10% do PIB se produzem no Paraíba do Sul, e lá os investimentos previstos em 20 anos, por coincidência o mesmo período, são da ordem de R\$3 bilhões. Portanto, estamos falando em algo da ordem de R\$4 ou 5 bilhões. Na base, apenas, de um sentimento subjetivo, a minha resposta é: sim. Mas não tenho, repito, condições de cotejar o que seria esse fluxo financeiro com o fluxo de caixa de investimentos acordado, porque isso não temos. Há um programa de investimentos para 2001, que é esse que os Srs. Senadores conhecem. Portanto, em um prazo muito curto.

Posso, novamente, comprometer-me a confirmar – já respondendo a uma pergunta do Senador Paulo Souto – que é clara a obrigação da ANA em ter um programa de investimentos para a Bacia do São Francisco, hierarquizado. Quer dizer, não adianta falar que é necessário investir 3 ou 4 bilhões sem ter uma hierarquia de o que se faz na frente, qual o investimento mais eficaz?

Como eu explicava à Senadora Heloísa Helena, primeiro coleta-se o esgoto e depois constrói-se a estação de tratamento de esgoto, enfim, é uma ordem lógica e isso é obrigação da ANA. Ainda não conseguimos optar porque ela só tem dez meses de existência, mas está entre as nossas atividades. Estamos fazendo isso.

Bem, não sei se respondi ao Senador. Tem ainda outras...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Eu gostaria de fazer uma alegação. V. S^a introduziu na minha pergunta algo em que eu não tinha interesse no momento, que é a transposição do Rio São Francisco, uma vez que ele está nas condições a que se referiu V. S^a. O que eu estava interessado em saber é se, objetivamente, não seria melhor o Governo incluir entre as ações a serem executadas para melhorar as condições do Rio São Francisco a interligação de bacias para, vamos dizer assim, encher o Rio São Francisco, para dar-lhe maior volume, que seria aproveitado na utilização de suas águas? Era isso que eu queria saber, uma vez que há estudos científicos feitos não só pelo Governo, mas também por outras instituições, os quais aconselham isso. Quer dizer, a revi-

talização do rio pelo fortalecimento de sua vazão, com a transposição do rio do Sono, que é um afluente do Rio Tocantins. Era isso que eu queria saber.

Quanto à transposição, penso que esse assunto, no momento, praticamente morreu, por causa da crise que se abateu sobre a nossa região. Ficou provado por “a” mais “b” que essa crise deveria ter sido prevista há muitos anos. No entanto, não o foi e ela desencadeou. É isto que nós estamos vendo em nosso Nordeste: decretação de feriados, ameaça de apagão, compra de energia elétrica de instituições privadas para aumentar a disponibilidade de energia elétrica. Então, em resumo, era isso que fundamentalmente eu queria saber de V. S^a.

O SR. JERSON KELMAN – Senador, tendo em vista o balanço hídrico, não há a menor dúvida de que seria extremamente desejável que se fizesse a transposição de parcela pequena da vazão do rio Tocantins em direção ao rio São Francisco. É claro que existe sobra de água do rio Tocantins e há falta no rio São Francisco. Então se considerarmos a oferta e demanda de água na bacia do Tocantins, teremos o balanço hídrico. Temos o balanço hídrico no São Francisco. Tendo em vista o balanço hídrico não há sombra de dúvida de que isso seria vantajoso. Entretanto, não é essa o único ponto que deve ser observado para examinar a questão. Avançando um pouco na questão levantada pelo Senador Paulo Souto, há possibilidades, por exemplo, de que mais água seja utilizada na agricultura do São Francisco e menos na produção de energia elétrica, suprimindo a demanda de energia elétrica do Nordeste com a produção de energia elétrica do Norte. Então é o caso “cobertor curto”. Quero dizer que essas coisas são todas entrelaçadas e não admitam, digamos, uma solução baseada apenas no balanço hídrico. Possivelmente a solução... Se a sociedade brasileira, como me parece que será a tendência e particularmente por meio do Congresso, que representa os interesses da sociedade, optar por privilegiar a produção de alimentos ao longo dos anos nos próximos vinte anos em detrimento da produção de energia elétrica e com o crescimento da produção industrial, essa energia terá que ser produzida de outra maneira. E uma das fontes será a energia produzida na região Norte. E portanto, essa questão tem que ser vista de forma equilibrada.

Só para completar, Senador – vou concluir, já está na hora, –, gostaria de dizer que essa decisão não é da ANA. Quer dizer, quem empreenderia uma ação dessa natureza seria o Ministério de Integração Nacional. É um tema de responsabilidade do Ministério de Integração Nacional. A ANA teria a responsabi-

lidade exclusiva de avaliar os impactos sobre o balanço hídrico e, como eu lhe disse, a sustentabilidade do empreendimento. Nesse sentido, já discutimos com o Ministério de Integração Nacional para dar a nossa contribuição.

O Senador Paulo Souto ressaltou a importância do plano a longo prazo. Já fiz a referência com que concordamos. A ANA está iniciando esse projeto. Entretanto, como bem expôs o Senador Waldeck Ornelas, o conflito, na realidade, já existe hoje.

No caso do setor elétrico, há uma percepção falsa sobre o conflito entre a produção de alimentos, o uso da água na irrigação e a produção de energia. Nessa crise que estamos enfrentando, a situação ficou mais visível, isto é, restou evidente que cada metro cúbico por segundo que se tira para irrigação implica uma perda de produção de energia elétrica. Não estou afirmando a necessidade de se privilegiar a produção de energia elétrica, é preciso apenas reconhecer esse fato. Na verdade, cada metro cúbico por segundo que, de forma permanente, é desviado da afluência a Sobradinho – utilizando-se a montante de Sobradinho – demanda – se a memória não me trai – uma perda de produção de cerca de 3,8 megawatts na cascata da Chesf.

Esse fato ocorre sempre e só deixaria de ser desse modo se a água fosse usada em condições muito peculiares e numa situação em que Sobradinho estivesse vertendo – mas ninguém utiliza a água apenas nessa hipótese. Então, o uso permanente da água por qualquer usuário a montante de Sobradinho – tomando-se como referência um metro cúbico por segundo, que, somente para ordem de grandeza, seria em torno de mil hectares de irrigação – implica, de um lado, mil hectares de irrigação, usando números redondos e só regra de polegar, o que acarretaria, de outro lado, 3,8 megawatts.

Assim, há, na região, um **trade-off** entre produção agrícola e produção industrial que deve ser avaliado. Como há alternativas para a produção de energia – por exemplo, importar do Nordeste usinas termoeletricas –, é bem provável que a sociedade brasileira, por intermédio do Congresso Nacional, vá, cada vez mais, optando por utilizar água na produção de alimentos. Provavelmente, haverá essa tendência. Entretanto, pensamos em dar início ao plano.

O SR. PAULO SOUTO – Quando falo em planejamento de longo prazo, continuadas as tendências, precisamos saber o que faremos depois de cinco, dez, quinze anos etc.

O SR. JERSON KELMAN – É exatamente isso em termos práticos. Estamos em negociação com a Aneel para haver algum tipo de regra. A longo prazo, cada novo uso da água a montante de Sobradinho requer a diminuição da capacidade de produzir energia garantida da cascata da Chesf. Não é instantânea. Essa energia garantida significa que ela deve ser substituída por uma energia importada de outras regiões ou pela energia produzida por termoeletricas, já que o potencial hidráulico está praticamente esgotado na região.

Devemos apenas – concordo inteiramente com o Senador Paulo Souto – fazer cenários que indiquem, em cinco, dez ou quinze anos, no diz respeito ao setor elétrico, um plano de uso de recursos hídricos da bacia. É obrigação da ANA mostrar os impactos nos vários setores usuários.

Sr. Senador, farei referência a outro tópico, levantado por V. Ex^a, que é extremamente oportuno e está relacionado ao uso abusivo e ao desperdício de água no setor urbano – que conhecemos melhor, uma vez que as perdas das nossas companhias de saneamento são mais difundidas pela imprensa. As menos noticiadas são as perdas a que V. Ex^a fez referência: na agricultura – a irrigação por inundação, técnicas agrícolas de quatro mil anos de idade e que não se justificam em regiões carentes de água, em que o mínimo que pode haver é o desejo de um uso parcimonioso desse recurso.

Sr. Senador, V. Ex^a ainda não havia chegado quando citei um exemplo. Não vou repeti-lo, só mencionarei rapidamente que no Vale do Jaguaribe há 12 mil hectares de arroz sendo irrigados por inundação. Por razões históricas, por falta de energia elétrica no passado, chegou-se a uma situação desse tipo em que tanto o Governo Federal como o Governo Estadual estão empenhados em reverter esta situação. Por quê? Por hipótese, se esse programa que estamos estabelecendo com o Governo do Estado do Ceará for bem sucedido, no sentido de que, a longo prazo, resulte na conversão de 12 mil hectares de arroz em 12 mil hectares de frutas, não necessariamente os mesmos 12 mil hectares porque têm vocação agrícola, mas a água que sobraria da conversão de 12 mil hectares de arroz para 12 mil hectares de frutas, para termos a idéia de quanto água seria disponibilizada, seria suficiente para abastecer Fortaleza.

Então o seu ponto é absolutamente correto, concordo inteiramente, porque o equilíbrio entre oferta e demanda, como V. Ex^a bem destacou, não se dará apenas pelo aumento da oferta, por novas e novas obras, mas também pelo lado da demanda, fa-

zendo com que o uso da água seja mais eficaz. Talvez essa seja a ação mais difícil e mais eficaz. Estamos firmemente empenhados em tentar implementar isso como projeto piloto e vamos espalhar pelo Brasil inteiro esse tipo de proposição.

Senador Paulo Souto, tenho impressão de que abordei os dois temas que V. Ex^a levantou.

Ainda fiquei devendo ao Senador Waldeck Ornelas a questão das restrições operativas. V. Ex^a bem destacou, por exemplo, que Três Marias às vezes tem uma restrição mínima, de vazão mínima, que tem uma lógica a atender uma necessidade de reserva do setor elétrico e pode não coincidir com a necessidade de navegação a juzante de Três Marias.

Regras operativas de uma usina no fundo são nível máximo, nível mínimo, vazão de defluência máxima e mínima. São essas as restrições. Elas, originalmente, foram desenvolvidas de acordo com o projeto das usinas que visava uma única coisa: produção de energia elétrica.

Fiz vinte anos na minha carreira no setor elétrico – tenho muito orgulho disso –, fui pesquisador do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica e lá até publiquei um livro que se chama “Cheias e Aproveitamentos Hidrelétricos”. Nesse livro trato exatamente do tema do conflito entre regras que maximizam a produção de energia elétrica de um lado e de outro que controlam as enchentes rio abaixo, que é uma situação parecida com a navegação.

O que posso dizer é o seguinte: por pressão natural da sociedade dos ribeirinhos, das populações que vivem rio abaixo, o próprio setor elétrico, historicamente, desde o final da década de 70, começou a adotar algumas regras operativas que não apenas visavam à maximização da posição da energia, porque havia pressão dos moradores do vale de que outras considerações deveriam ser tomadas. É por isso que publiquei esse livro sob os auspícios no Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, uma operação visando o uso duplo: posição de energia elétrica e controle de enchente. Então isso já é um processo histórico.

Com o surgimento da ANA, quero sublinhar que é nossa obrigação tratar desses temas, agora a nossa legitimidade de olhar quais são os outros interesses além do setor elétrico na operação dos reservatórios, a legitimidade, vamos dizer, a clareza e a certeza das nossas intervenções serão mais precisas na medida em que haja um fórum, que é o Comitê da Bacia, em que essas discussões se estabeleçam.

Não quero dizer com isso que ANA vai se omitir. Tanto não vai que interveio no exemplo que citei, do

caso do Paraná, conflito entre navegação e produção de energia elétrica, em que, digamos, a balança acabou pendendo favoravelmente ao setor de navegação por nossa intervenção. Essa ação se dará de uma forma mais tranqüila quando o comitê, com todos os setores usuários, inclusive setor elétrico, estiver lá, discutindo o tema.

Não sei, Senador, se respondi sua questão corretamente.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sim, porque V. S^a já havia abordado a questão da transferência de energia, bem como da geração autônoma via termicas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Deputado Félix Mendonça com a palavra.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Com relação ao que falou o Senador Paulo Souto, a economia e a forma de utilizar a água na irrigação, conforme disse aqui o Professor Jerson Kelman, que mostrou conhecimento profundo do assunto, e é uma alegria sabermos que há uma pessoa no Governo que realmente conhece os problemas da sua missão, no Estado de Israel estão economizando água, deixando de utilizar nas frutíferas, de que são grandes exportadores, para não deixar de utilizar nas indústrias sofisticadas que Israel desenvolve. É um ponto alto e exatamente o que falou o Senador Paulo Souto, essa economia é importantíssima. Não chegaremos nunca a esse nível de sofisticação do Estado de Israel, mas, sem dúvida, é importante caminhar para a economia da água na irrigação e em qualquer outro setor.

O senhor falou também na alimentação das chuvas na região, ou seja, alimentação do recurso hídrico na bacia, que é apenas uma janela. Na verdade, todos dizem que o desmatamento está diminuindo as chuvas, mas, na verdade, há mata porque chove, não chove porque existe mata. A formação dessas nuvens na Antártica, que tem um componente de forças fantásticas que jorram na Serra do Mar e se dividem, indo uma parte para o Atlântico, jogada para o Nordeste e para Mato Grosso, essas nuvens não têm, na sua formação, ligação com a mata, como também as matas ciliares.

A vegetação de borda, que geralmente é chamada de matas ciliares, que tem relação com os nossos cílios... na verdade, o que precisamos no São Francisco é aumentar a retenção de água através das barragens já detectadas, sendo algumas calculadas de acordo com a sua utilização para energia elétrica ou apenas como retentoras de água. Quero dizer que precisamos fazer essa retenção com mais urgência.

São 27 barragens, sendo que 10 na Bahia e 17 em Minas Gerais, entre o São Francisco e seus afluentes, que devem ser implementadas imediatamente. Até quando se fazem essas barragens modificam-se também as matas de bordas, que também no regime que conhecemos no Nordeste, que são gerais, essas matas de bordas não são constantes ou permanentes.

Devemos ter cuidado em recuperar isso aleatoriamente, porque, muitas vezes, colocamos uma coisa na cabeça, mas, na prática, a teoria é outra. Por isso, quero chamar a atenção com a experiência de alguém que conhece a região, até porque essas barragens modificariam as bordas.

A transposição das grandes bacias hidrográficas, que são as bacias de contribuição, podem ser feitas no caso da hidreletricidade. Quanto à questão de energia, elas não foram feitas agora, porque não temos linha de transmissão, já que não foram feitos investimentos, senão não teríamos o problema com a gravidade que existe. Esta é uma colocação que gostaria de fazer, dizendo também que, sem dúvida, as implementações feitas aqui acredito que possam dar bons resultados.

Agradeço ao Senador Waldeck Ornelas, que é o nosso defensor do Rio São Francisco, dizendo a S. Ex^a que, sem dúvida, já estão dando frutos os trabalhos que vem fazendo. Agradeço ao Sr. Presidente, que é um nordestino dos mais entusiastas – há alguns que não o são. S. Ex^a é nordestino, representa Minas e, portanto, o São Francisco.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA – Sr. Presidente, ilustre Dr. Jerson Kelman, Presidente da ANA, ilustre Relator, Senador Waldeck Ornelas, quero congratular-me com S. Ex^a pelo requerimento de constituição desta Comissão, que é, sem dúvida, da maior importância para a região do São Francisco e vem ao encontro do grande trabalho que o Senador vem realizando em defesa da Bacia do rio São Francisco.

Alio-me às preocupações do Senador Paulo Souto – como o Dr. Jerson Kelman já mencionou – com a deficiência do uso das águas, quanto à irrigação e à energia. Uma preocupação muito grande é com o fato de passarmos a não ter mais a ANA, por não haver água para tal propósito. A minha grande preocupação é essa, Sr. Presidente. Temos visitado os afluentes do rio São Francisco e os tributários de seus afluentes e visto que o rio está morrendo por

consequência. A morte dos tributários e dos afluentes do rio São Francisco está sendo vista a cada dia.

Eu mesmo conheço uma região do oeste da Bahia, especificamente nos Municípios de Cocos, Coribe, Correntina, onde já há mais de 10 córregos mortos, secos, que não mais contribuem com os afluentes Formoso e Corrente. Temos visto isso num crescendo. É essa a grande preocupação.

Tenho comentado muito isso. Já conversei com o Ministro do Meio Ambiente e com o Senador Waldeck Ornelas a respeito da agricultura de ponta pesada que se tem instalado em alguns setores do oeste. Aquelas máquinas pesadas, aquelas gradagens pesadas e constantes têm transformado o filtro de areia, a região que filtra a água que vem das chuvas, com índice regular, as águas que percorrem e formam os lençóis freáticos, os córregos e rios. Essas áreas estão sendo compactadas com a intermitência dessas gradagens da agricultura pesada.

Isso tem matado as nascentes dos rios, e as águas não mais filtram, não mais percorrem para formar os lençóis freáticos. Elas formam aquelas enxurradas, evaporam e formam aquelas enchentes rápidas, o que tem diminuído muito os cursos de água desses afluentes de que temos conhecimento no médio São Francisco.

Essa é a nossa grande preocupação. Não sei se a ANA ou o Meio Ambiente, numa ação combinada, no sentido de que essas veredas sejam preservadas, do ponto de vista de criação de Apas, para a fiscalização. Do ponto de vista simplista, a fiscalização poderia ser feita de tempo em tempo, mas é importante que ocorra, porque senão o Rio São Francisco terá cada vez menos água, e ficaremos procurando a causa, talvez, no leito do rio, sem encontrá-la. Ela está justamente nos pequenos afluentes, nos pequenos tributários dos afluentes do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, antes de o Dr. Jerson Kelman responder, eu gostaria de fazer uma intervenção, porque ele responderia logo aos três de uma vez, se fosse possível. A minha intervenção é rápida.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, Dr. Jerson Kelman, Senador Waldeck Ornelas, Relator que nos honra por levar adiante esse trabalho, de suma importância para o Nordeste brasileiro, fico preocupado e faço a seguinte pergunta ao Dr. Jerson Kel-

man: não está na hora de otimizarmos o uso da água, principalmente do rio São Francisco? Há técnicos que nos dão a seguinte informação: daqui a 20 ou 30 anos, o rio São Francisco transformar-se-á num filete de água. Na realidade, há anos o semi-árido do Nordeste não se prepara para combater a seca, mas, sim, para conviver com ela, porque não existe uma ação do Governo Federal para a convivência com a seca, como há em outros países a convivência com o gelo. Dessa forma, existe uma preocupação principalmente da população ribeirinha, que vive um contraste enorme: assiste ao rio São Francisco margear suas terras, mas há muita gente ainda morrendo de sede; vê as linhas de transmissão da Chesf fornecerem energia para outro Estado, mas muitos ribeirinhos não dispõem de energia. Esse contraste do semi-árido do Nordeste é uma coisa gritante.

A pergunta que se faz é a seguinte: será que a ANA cobrará essa taxa dos consumidores ribeirinhos do rio São Francisco? Como fiscalizar a colocação indiscriminada de dejetos? Sabemos que não existe uma fiscalização permanente, porque é muito difícil. Então, julgo que poderíamos começar com uma divulgação educativa em nível nacional, visando à preservação do rio São Francisco, abrangendo a questão do consumo e da sua preservação.

Sabemos que quem fez a história do Nordeste foi a Chesf. Sem esses dois binômios – o rio São Francisco e a Chesf –, não seria possível a redenção do Nordeste, feita pela Chesf. E ela não existe sem o rio. Dessa forma, a minha preocupação é nesse sentido: fazer uma divulgação, conscientizar o povo nordestino que vive às margens do São Francisco, como foi feito agora quanto a essa questão da crise de energia. É preciso haver uma resposta da sociedade.

Eu queria contar com a colaboração do nobre Relator, Senador Waldeck Ornelas, para que convocasse o Dr. Airson Lóssio, Presidente da Codevasf, bem como a sua equipe para uma audiência pública nesta Comissão, a fim de que pudessem discorrer sobre o Projeto dos Afluentes, cujo objetivo é garantir mais água para o rio São Francisco.

Então, na realidade, a minha intervenção é no sentido de saber como será a cobrança no futuro. Talvez a taxação será feita da seguinte forma: tantos metros cúbicos para a geração de energia, tantos metros cúbicos para o consumo, tantos metros cúbicos para a irrigação. Talvez cheguemos a esse ponto. Deveremos chegar a esse ponto, e é essa a preocupação de quem convive com o rio São Francisco, com a seca, de quem habita o semi-árido.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Há mais algum Sr. Senador que deseja usar da palavra?

O SR. WALDECK ORNELAS -Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, eu não gostaria que esta sessão se encerrasse sem que ouvíssemos a opinião do Dr. Jerson Kelman sobre outro aspecto importante, já mencionado aqui de passagem, mas que precisa ser aprofundado: a questão do financiamento das ações.

Na verdade, não temos um Comitê de Bacias. Eu diria que a conclusão mais importante desta reunião é a urgência da implantação do Comitê de Bacias. Essa vai ser a sigla que vai defender o rio, que vai definir o seu futuro, em face do plano de recursos hídricos e da política de recursos hídricos que daí advir.

Não temos, neste momento, uma fonte ANA para financiar a revitalização do Rio São Francisco.

Abordei o fato de que o decreto não tratava da questão de como enfrentar o assoreamento, o desbarrancamento. V. S^a referiu-se a algo que eu também falei na reunião passada e que tem ficado meio escondido, ou seja, a questão dos recursos do Proagro. Na verdade, esse é um projeto ambicioso, grande, no valor de US\$300 milhões, um financiamento do Banco Mundial que pode muito bem ser usado tanto para gestão quanto para estudos ou obras.

Tenho insistido na posição de que o financiamento das obras de esgotamento sanitário deve ser feito por outras fontes que não os recursos do Projeto de Conservação e Revitalização do rio.

Há essa questão da emenda constitucional do Senador Valadares que ganhou muita força, Dr. Kelman, na medida em que se viu que o Governo Federal este ano destinou R\$84 milhões para o projeto – R\$70 milhões por conta dos recursos que estavam destinados originariamente para a transposição, mais R\$14,7 milhões, se não me engano, do orçamento do Ministério do Meio Ambiente. Mas a proposta orçamentária para 2002 reduziu esses valores a míseros R\$30 milhões. Tanto é que esta Comissão decidiu, em reunião anterior, pedir uma entrevista ao Ministro Martus Tavares, no sentido de que honre o compromisso do Governo, honre a visita do Presidente da República à Serra da Canastra e garanta que aquilo que o Presidente foi lá dizer vai acontecer, ou seja, a recuperação, a revitalização do Rio São Francisco.

Gostaria que V. S^a se referisse à questão do financiamento do projeto de revitalização do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Presidente da ANA.

O SR. JERSON KELMAN – Como várias indagações dos quatro últimos Parlamentares se entrelaçam, por conveniência vou seguir a ordem cronológica das perguntas, fazendo os comentários.

Primeiro, o Deputado Félix Mendonça fez referência à economia de Israel. Isso me dá a oportunidade de dizer que o fato de o Brasil ter uma combinação de terras férteis e água torna-o um País com muita vocação para exportar água na forma de alimentos. Quer dizer, a maneira mais eficaz de exportação de água não é propriamente o metro cúbico de água, e sim através de alimentos. É por isso até que no exemplo que o Parlamentar nos deu, Israel, um grande exportador de frutas, cada vez usa menos água para fins exportáveis. O país importa alimentos que têm muita água e exporta produtos com mais valores agregados, produtos industriais. Com isso obtém divisas para fazer a transação comercial com benefício para a renda **per capita** do país.

No que diz respeito à análise estatística, o que observamos é que não há nenhuma evidência, apesar dessa janela, como dissemos. Estamos numa janela observando um período histórico que mostra nos últimos anos uma seca não só na vazão do rio, mas também nas chuvas. Não há evidências estatísticas que permitam, como falei anteriormente, concluir que há uma alteração climática. Como disse o Deputado, a circulação geral da atmosfera obedece a forças muito mais grandiosas do que aquelas que podem ser arranhadas pela ação do homem em pequenos continentes. Entretanto, a ação do homem é muito forte na transformação da chuva em vazão fluvial. Aí sim, como bem destacou o Parlamentar, a influência é muito forte. Não influenciemos na chuva, mas sim na vazão. Por quê? E aí faço referência à intervenção do Deputado José Rocha, que abordou o mesmo tema, que dizia o seguinte: o grande problema é que, quando o solo é mal utilizado, menos água é infiltrada e mais água escorre superficialmente. Os resultados são maléficos sob todos os pontos de vista. Isso os próprios agricultores, os próprios fazendeiros percebem, porque os pequenos córregos que outrora não secavam passam a secar. Por que passaram a secar? Porque a alimentação do lençol freático diminuiu, porque a água correu pela superfície. A água que anteriormente filtrava hoje corre pela superfície rapidamente, causando uma enchente e trazendo sedimentos

para o rio, o que faz com que a morfologia dos canais se modifique (o fundo suba) e tenhamos um ciclo muito pernicioso. A solução é penosa, é longa, mas tem que ser feita. A primeira é a modificação de práticas agrícolas. O plantio direto, que em muitos Estados brasileiros cada vez avança mais, é o grande exemplo de prática agrícola correta: mantém a umidade na superfície, protege o solo da erosão. Recentemente eu conversava com o Ministro Pratini de Moraes que era necessário, e já está sendo feito, cada vez mais estimular práticas agrícolas que conservem a água e o solo.

Segundo, reconhecer que os agricultores que têm essa iniciativa são como produtores de água. Eles regularizam os pequenos córregos que vão alimentar os rios. Repito, apesar de as chuvas não se modificarem, modifica o regime do rio. O regime fica mais irregular. Quando chove, a vazão fica muito alta; e quando não chove, a vazão fica muito baixa, contrariamente ao que acontecia no passado.

Outra medida extremamente simples – e temos o programa de revitalização; já estamos fazendo – são construções de microbarragens que têm um único objetivo: aumentar a infiltração. Essas microbarragens não são invenção; são conhecidas há muito tempo. Faz-se, num terreno com declividade que tende a erodir, um pequeno barramento de um ou dois metros de altura, cria-se uma pequena piscina, onde a água, por um ou dois dias, infiltra. Estaremos recarregando o lençol dessa maneira e, portanto, aumentando a regularização. Esses reservatórios têm que ser mantidos. Com mata à superfície, pára de filtrar. Então, têm que ser escareados.

Vou seguir na ordem. Estou sentindo que o Deputado não concordou, mas vou seguir. Ainda com o Deputado Mendonça, o outro assunto é a regularização. Como regularizamos a vazão de um rio? Pela construção dos reservatórios. Não fossem os reservatórios existentes no semi-árido setentrional, a vida lá seria impossível, porque só chove três meses por ano, os rios são intermitentes e parte da região do São Francisco é a mesma coisa. Quer dizer, são regiões em que os rios são intermitentes. Por que razão? Porque há chuva três meses por ano e os solos são rasos. Sendo solos rasos, não há como alimentar o lençol. É como água caindo num estacionamento asfaltado. Esse é o efeito. A região é como se fosse um asfalto.

Essas barragens de regularização são essenciais e elas existem no semi-árido desde Pedro II. A primeira barragem construída no semi-árido foi Cedro, construída em 1848. Se assim não fosse, não seria

possível civilização na região, porque não há como ter água permanente. Ao contrário do que algumas organizações ambientalistas mal informadas imaginam, os açudes no semi-árido são absolutamente essenciais. Não fossem eles, a coisa não poderia funcionar e reservatórios, em geral, têm efeito de caixa d'água. Se não fosse a caixa d'água na nossa casa, teríamos apenas uma vazão irregular. E o reservatório tem o objetivo de regularizar as vazões. Não fosse o reservatório, a vazão garantida seria a mínima que a natureza nos dá; com o reservatório, a vazão garantida firme é alguma coisa que sempre fica entre o mínimo e a vazão média do rio. Portanto, traz um efeito benéfico. Concordamos com o Deputado. Apenas no tal plano que estamos abordando acerca do São Francisco, as barragens já previstas pela Codevasp seguramente farão parte de ações de iniciativas que devem ser cogitadas.

O Sr. Deputado também fez menção à interligação, que pode ser feita de duas maneiras entre bacias: levando água ou energia por livre transmissão. Devemos estabelecer caso a caso o que é mais vantajoso.

O Deputado José Rocha preocupa-se com a questão da seca e com o fato de que os rios outrora permanentes agora vão ficando secos. Esqueci-me de mencionar, Sr. Deputado, que há uma ação-piloto. Destaco-a, porque é muito importante uma experiência-piloto no Verde Grande: ele fica no alto, é um dos afluentes do Alto São Francisco e configura uma situação desse tipo. Portanto, escolhemos o Verde Grande exatamente porque a disputa pelo uso da água, como bem expôs o Sr. Deputado, é muito grande. Até faço uma analogia a um ônibus, que, sem regras, todos entram e, então, ele fica superlotado, não conseguindo nem andar. É necessário haver alguma norma.

O recurso é finito. Não se pode fazer projetos de irrigação imaginando que será sempre disponível. Isso é organização dos usuários. Já começamos. Há várias sub-bacias do São Francisco e o problema mostra-se flagrante. Resolvemos iniciar a questão por uma das bacias mais problemáticas. Vamos começar a pegar o touro pelo chifre. Iniciaremos com a bacia do Verde Grande, em que o conflito entre irrigantes já está estabelecido. Não é entre usos da água, entre o setor de irrigação e de abastecimento, como afirmou o Senador Paulo Souto, mas entre irrigantes.

Precisamos organizar-nos. Assim como os moradores de um condomínio têm regras para o uso do bem-comum, existe um rio – que é o bem-comum – e necessitamos organizar os usuários. O primeiro pas-

so, como destacou o Deputado Mário, é conscientizarmos os usuários e estabelecermos uma parceria. Não é ação apenas de governo, mas um pacto entre o Governo e aqueles que dependem da água dos rios – a sociedade civil e usuários. É esse pacto que temos que estabelecer.

Não conseguiremos firmar um acordo instantaneamente em toda a bacia. Por isso, começamos com uma bacia de montante, a Verde Grande, para a qual já enviamos equipes. Há um escritório técnico, já organizamos usuários, com quem estamos discutindo como se organiza o “condomínio da bacia”, ou seja, as regras de convivência. O mesmo se aplicaria ao oeste da Bahia, como apontou o Deputado José Rocha.

O Deputado Mário indagou-nos acerca dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e eu tinha feito breve referência a dois deles. Um é da alçada do governo, que se assemelha a uma ação de polícia administrativa, só podendo utilizar água dos rios, para captar ou para lançar em afluentes, quem tem outorga. É uma lei nova que temos a missão de implementar. Assim, precisamos regularizar com os Governos Federal e estadual a outorga. Estamos nesse processo.

No que tange à outra medida para, como V. Ex^a disse, otimizar o uso dos recursos hídricos, há, de um lado, a ação governamental e, de outro, a decisão dos próprios usuários – que está previsto em lei – no sentido de utilizar mecanismo de natureza econômica para elevar o uso parcimonioso da água. Desse modo, aqueles que utilizam a água como insumo de processo produtivo e que podem pagar devem fazê-lo a fim de que seja dado um sinal econômico para que a água seja utilizada de forma racional.

Então, se um cidadão irrigar 200 hectares por gotejamento e outro irrigar 200 hectares por inundação, não há dúvida de que, em nível de interesse social, o primeiro caso será muito mais relevante do que o segundo – este último não está servindo ao interesse social. É necessário, de alguma forma, que conscientizemos quem está utilizando mal a água de modo que doa em seu bolso caso seja um produtor de porte suficiente para sentir esse efeito contrário ao interesse social.

Entretanto, quem definirá essa questão não é a ANA. A lei determina que essa é uma decisão de natureza “condominial”, tomada no comitê de bacias, isto é, entre os vizinhos, os usuários da água. Não havendo água para todos, eles decidirão a melhor maneira de alocar, inclusive cobrando de quem desperdice.

O projeto da Codevasf, mencionado pelo Deputado Mário, entra na linha do que tinha sido definido

pelo Deputado Mendonça, de projetos já estabelecidos e regularização dos cursos d’água.

Finalmente, o Senador Waldeck Ornelas preocupa-se e é preocupação global sobre a questão do financiamento das ações que têm que ser feitas. Senador, penso que há dois caminhos: entendemos que isso é exclusivamente responsabilidade dos governos – e aí depende dos recursos fiscais disponíveis, seja governo federal ou governos estaduais, quer dizer é fácil elencar um conjunto de obras a serem feitas, o difícil é implementar isso dentro dos recursos fiscais – ou, então, seguimos o exemplo de outros países que aplicaram o conceito de que há uma parceria entre o setor público e os usuários. Parte do custo é ocorrido por aqueles que utilizam e mais por aqueles que abusam do recurso hídrico que não dá para todos. E esse pacto se dá, como o V. S^a bem destacou, dentro do Comitê de Bacia, que é seguramente a prioridade número um.

Faço dois últimos comentários rápidos sobre a questão do Proagua, que existe para cumprir essas agendas de interesse. No caso São Francisco vamos elaborar isso que estamos discutindo aqui e com os Estados temos parcerias com os governos estaduais implantando diversas ações, seja na gestão ou nas obras.

No que diz respeito a esgotamento sanitário, Senador, uma pequena observação, sem discordar de V. Ex^a. A maior parte dos recursos alocados pelo Governo Federal para ações na área de saneamento, com muita correção, obedecem ao princípio de IDH baixo. Procura-se as comunidades mais pobres, que é um critério que não há como ser questionado. Entretanto, a nossa ótica é no sentido de qualidade do rio, e nem sempre essas coisas coincidem.

V. S^a mesmo fez a menção de Belo Horizonte que, seguramente, não enquadraria no IDH baixo, mas não há dúvida de que o tratamento de esgoto em Belo Horizonte é uma prioridade do País e por isso até a ANA tem uma ação destinada a despoluir a Lagoa da Pampulha e outras ações em outras partes do Estado.

Sinto que o tempo está-se esgotando, não vou me alongar. Agradeço aos Srs. Senadores e Srs. Deputados a oportunidade de ter respondido a perguntas tão instigantes, e se tiver ficar devendo alguma questão, por favor, estou absolutamente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, aproveito este final de reunião para agradecer ao Dr.

Kelman pelas importantes informações que trouxe a esta Comissão que, sem dúvida alguma, confirmam o fato de ter priorizado a sua exposição, porque estamos numa fase exatamente da coleta inicial de dados, haja vista também a urgência na tomada de decisões, seja por parte do Poder Executivo, seja por parte do Poder Legislativo, no sentido de assegurar que o objetivo desta Comissão que esse projeto efetivamente saia do papel, que a revitalização do São Francisco venha, de fato, acontecer.

Quero propor, Sr. Presidente, que convidemos para as próximas reuniões os Presidentes da Codevasf, o do Ibama, o da Chesf, o da Cemig, que são as geradoras de energia, a administração da hidrovía do São Francisco, o Diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, por causa da questão do seguro-desemprego dos pescadores artesanais em face do defeso da piracema que já teve início, e o Dr. José Teodomiro, da Ceivasf, que está presente aqui hoje, para que traga também a sua contribuição. E a idéia de fazermos painéis, contendo por áreas específicas, os órgãos estaduais de meio ambiente, os órgãos estaduais de recursos hídricos e os órgãos estaduais de defesa florestal, para que possamos, dessa forma, ter um programa de trabalho, até o final da atual sessão legislativa, em 15 de dezembro, já que a comissão estende os seus trabalhos até 15 de dezembro do próximo ano.

São essas sugestões de convocações que gostaria de fazer, para que possamos, nas próximas reuniões, ouvir os subsídios que esses dirigentes tenham a nos trazer.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Jerson Kelman, integro esta Comissão e não estive presente no momento porque estava viajando e, nesta viagem, no dia de ontem, no aflente Araçuaí, no rio Jequitinhonha, nas cidades de Araçuaí e Almenara, discutíamos esse assunto. Coincidentemente, manifestava naquelas cidades as nossas preocupações, não apenas o problema específico da água que, segundo o Senador Bernardo Cabral, é o novo ouro do Brasil. Mas como a água e ouro são mineiros, não tem problema.

Quero apenas manifestar que fiquei um pouco preocupado com a linguagem que estamos usando nesta Comissão. Esta linguagem não é minha. Não podemos formar uma comissão dessa natureza com uma linguagem de pessimismo. Primeiro, ouvi aqui que o rio está morrendo. As sessões do Congresso Nacional são transmitidas para o Brasil inteiro, e o público brasileiro está ouvindo, vendo, discutindo, dis-

cordando e aplaudindo o que se diz nesta Casa, no plenário e nas comissões.

Quando chega à discussão de um problema dessa natureza, que envolve o rio São Francisco, que é não apenas a unidade mas o orgulho nacional, diz-se aqui que o rio está morrendo. Mais do que isso: daqui a pouco, o rio vai-se transformar num filete. E o povo está ouvindo, vai ouvir isso, vai ser transmitido várias vezes pela televisão. Uma linguagem pessimista, que não traz auto-estima, que não valoriza o problema.

Há dois ou três meses, promovemos uma reunião na Cidade de Pirapora, com a participação de centenas de pessoas e autoridades, e as únicas palmas que ouvi foi no momento em que eu falava, em nome de Minas Gerais, que o rio não estava morrendo, mas, ao contrário, que o rio estava nascendo.

A linguagem que temos que usar é que o rio está nascendo. Não podemos dizer que é um filete de água que vai desaparecer. É preciso imaginar que estamos conversando com o Brasil. Não estamos conversando apenas para nós mesmos, porque todas as imagens aqui estão sendo transmitidas para a sociedade brasileira.

No momento em que a sociedade brasileira perceber que o Congresso Nacional, que representa o sentimento desta Nação e, principalmente, o sentimento do meu Estado de Minas Gerais, entender que o Congresso Nacional está percebendo que o rio está morrendo, então, a própria ANA vai morrer também. A linguagem tem que ser de otimismo e de confiança. E dizer para todos que o rio, efetivamente, estará sendo, em razão da junção, da ação em comum e de um sentimento que atinge todas a população brasileira e as instituições públicas e privadas deste País

Ouvi aqui declarações que me preocupam, quando se invocou aqui o problema da questão energética do País. O Brasil percebeu que era uma questão extremamente grave, com ou sem omissão do Governo, com ou sem omissão da sociedade. Mas a linguagem que as entidades governamentais e privadas usaram foi sempre positiva, e, imediatamente, a sociedade brasileira, principalmente as donas de casa, deu uma demonstração de que tudo se resolve num plano de otimismo e não com pessimismo.

Quero, portanto, lembrar que este é o momento em que vamos efetivamente participar deste assunto. Primeiro, represento um Estado, somos dezoito milhões de mineiros, somos oitocentos e cinquenta e três cidades, seis delas transformando-se em metrópoles, muitas delas às margens do São Francisco, onde eu estava ontem, e também do Vale do Jequi-

nhonha, que limita o Estado com a Bahia, e lá a linguagem é positiva, é de confiança no futuro.

Também quero lembrar que foi o rio que trouxe alguém que nasceu na terra distante para Minas Gerais. Embarcamos em Petrolina, dezenove dias no rio, com a imagem de um Estado onde nasce o rio São Francisco, um Estado que fascina o Brasil inteiro, até porque nele nasce, se expande, corre e se engrandece o rio São Francisco.

Há pouco estivemos lá na Serra da Canastra, acompanhando o Presidente. Lá ouvimos uma linguagem de confiança, de otimismo e não de pessimismo, como a que estamos manifestando aqui. É claro, vamos trabalhar realisticamente, dados positivos, mas quem tiver uma palavra de pessimismo que se mande, que se vá. Nesta Comissão, enquanto eu puder falar, falarei no sentido de que tudo se resolve realisticamente, mas com uma dose de otimismo e de confiança no futuro.

A ANA é um instrumento que está enfrentando um desafio, tem uma responsabilidade fantástica e, conseqüentemente, um papel a desempenhar, com o louvor de todos nós. Os diretores da ANA foram aprovados, sabatinados por esta Casa e todos merecem a nossa estima, o nosso respeito, a nossa confiança e o otimismo de vocês – permitam-me o tratamento na intimidade.

Lembro apenas que, subindo o Rio São Francisco durante 19 dias, as águas destroçavam as matas. No ano anterior, três colegas meus morreram afogados, destroçados pelas águas do São Francisco. Agora mesmo estivemos no rio São Francisco, em Pirapora, e lançamos a campanha de transformar o citado rio em patrimônio da humanidade. A linguagem do otimismo e da confiança se espalhou pelo Brasil inteiro.

Saliento também que, de 1979 a 1982, à frente do Governo de Minas, fomos praticamente destroçados pelas águas do rio São Francisco e, ao invés de ficarmos chorando, percorremos suas águas de canoa, nas cidades de Januária, Pirapora, Manga, Itacarambi. Pelas mãos do Governo e principalmente pela contribuição do então Ministro Mario Andreazza, construímos diques, e nunca mais se viu gente andando de canoa nas referidas cidades.

Portanto, pretendemos, efetivamente, colaborar com o Congresso Nacional, pois nada se distingue neste País sem a participação do Congresso Nacional. Sabemos da força que temos, porque somos livres e independentes, não somos presos a ninguém, não somos empregados de Governo, mas de uma Nação. Conseqüentemente, estou aqui por convocação dos meus colegas e por uma palavra de estima e

de amor do Senador Waldeck Ornêlas, exatamente para que o meu Estado, Minas Gerais, contribua, desde que seja num plano de otimismo e confiança. Não pretendo estabelecer uma comparação muito ampla, mas foi o otimismo do Juscelino Kubitschek que construiu Brasília. Com pessimismo, não vamos fazer o rio nascer. Dessa forma, ele vai morrer. Mas não vai, não, porque o rio está nascendo. Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h48min.)

Ata da 4ª Reunião Realizada em 6-11-01.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, às quinze horas e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Ney Suassuna, Waldeck Ornelas, Francelino Pereira, Antônio Carlos Valadares, Teotônio Vilela Filho, Paulo Souto e José Coelho, membros da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 392, de 2001-SF, destinada ao **“Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelo decreto s/n de 5 de junho de 2001)”**. Presentes também o Deputado José Rocha. Havendo número regimental, o Senador Francelino Pereira no exercício da Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência em exercício esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos Senhores Dr. Rodolfo Torelly, Diretor-Substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e do Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, convidando o primeiro expositor para tomar assento à mesa dos trabalhos e concendo-lhe a palavra para dar início a sua exposição. A seguir, o Presidente em exercício concede a palavra ao Relator para suas considerações e, a seguir, convida o segundo expositor para tomar assento à mesa dos trabalhos, concendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Prosseguindo, o Senhor Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores Ney Suassuna e José Coelho e, após, ao Relator para seus comentários e indagações. Fizeram uso da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Teotônio Vilela e o Deputado José Rocha. Posteriormente, a Presidência em exercício concede a palavra ao Dr. Humberto Candeias para responder aos questionamentos dos Senhores parlamentares. O Senhor Se-

nador Francelino Pereira, Presidente em exercício, agradece as presenças dos convidados pela colaboração. Não havendo nada mais a tratar o Senhor Presidente em exercício, Senador Francelino Pereira encerrou a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Declaro aberta a reunião de acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo comitê da Bacia.

Vamos fazer uma pequena inversão. Concedo a palavra ao Dr. Rodolfo Torelly, Diretor Substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho.

O SR. RODOLFO TORELLY – Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas Srs. e meus Srs., boa tarde.

Sou representante do Ministério do Trabalho e Emprego e esse meu pronunciamento vai versar sobre a concessão do seguro desemprego para o pescador artesanal.

Farei um breve relato sobre o seguro desemprego no Brasil.

Embora previsto na Constituição de 1946, o seguro desemprego só foi efetivamente criado no Brasil no ano de 1986, e o seguro desemprego, para o pescador artesanal, no ano de 1991, pela Lei nº 8.287, de 20/12/91. De lá para cá, temos feito um esforço grande de aumentar o número de beneficiários.

Para termos um exemplo, no primeiro ano de funcionamento do seguro desemprego para o pescador artesanal, atingimos 2.686 trabalhadores somente. Nesse ano de 2001, já atingimos, até o mês de outubro, 54.263 pescadores, pela concessão de um valor emitido de R\$37 milhões. Em todo o período de defeso, o Ministério do Trabalho tem agido no sentido de conceder o seguro-desemprego para esses trabalhadores.

Os requisitos básicos para o seguro desemprego estão sendo mantidos desde 1991. Está agora em trânsito no Congresso Nacional um projeto que visa a facilitar o acesso do pescador ao benefício. Basicamente, ele diminui a exigência de três anos do registro profissional como pescador para um ano. Isso, realmente, deve aumentar ainda mais essa clientela.

Uma outra informação, ligada à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é que temos na região cer-

ca de cem postos de atendimento do Ministério do Trabalho e do Sistema Nacional de Emprego, que estão aptos a fornecer o seguro-desemprego para essa categoria de profissionais, tanto no sul da Bahia, como no norte de Minas; temos a rede do Ministério do Trabalho, que são as delegacias regionais do trabalho, subdelegacias, postos de atendimento, como também os postos do Estado, do convênio que o Ministério mantém com os Estados, que é do Sistema Nacional de Emprego. Essas agências do Estado também estão aptas.

No momento, temos algumas dificuldades, que cheguei a passar para o Senador Waldeck Ornêlas, na concessão do seguro. Listei quatro dificuldades que temos encontrado: a primeira, só pagamos o seguro desemprego nas agências da Caixa Econômica Federal, que, apesar de serem mais de duas mil agências no Brasil, têm colônias muito distantes. Deslocamos as equipes do Ministério do Trabalho até a colônia, para que se faça o atendimento e o pagamento. Só que, em alguns locais, há um deslocamento superior a 300, 400 quilômetros. Estamos tentando encontrar uma saída para essa dificuldade abrindo o pagamento para um momento que deve ocorrer no início do ano que vem para os postos lotéricos. Tão logo o Ministério tenha a certeza da confirmação, no início do ano que vem para os postos lotéricos. Ainda hoje, no ato do pagamento, são feitas algumas conferências. A partir do momento em que essas conferências possam ser feitas por meio de cadastros, vamos abrir para pagar em loteria.

Nesse primeiro momento, como, a partir de 1º de dezembro vai começar o defeso da piracema, de 1º de dezembro a 30 de março estaremos fazendo um grande esforço lá na localidade. A nossa delegacia já foi avisada e a Secretaria do Trabalho também para fazermos deslocamentos até as colônias, a fim de que no final de dezembro os pescadores já recebam a primeira parcela, para que não ocorra atraso. Nós temos algumas reclamações de pescadores que dizem que só recebem no final do defeso. O Ministério está com tudo preparado para que não ocorram dificuldades para os pescadores dessa região.

Neste ano já concedemos quase 60 mil seguros-desemprego para pescador artesanal. Esse número não se compara com o número de atendimento de trabalhadores do sistema formal da economia; atendemos cerca de quatro milhões e meio de trabalhadores. Mesmo para a categoria é um número bastante significativo.

Outra pequena dificuldade que temos é justamente o deslocamento desse pessoal para atendi-

mento Ou seja, temos déficit de pessoal para atendimento, principalmente em alguns Estados. Há colônias muito retiradas. Não há como os pescadores irem até os nossos postos, daí o deslocamento até as colônias.

Uma última dificuldade que é muito eventual, mas que já ocorreu também, é a dificuldade na publicação de portaria de defeso. Esse é um caso muito peculiar que aconteceu apenas duas vezes e que foi corrigido rapidamente.

Assim, no que cabe à Bacia Hidrográfica do São Francisco, esperamos, a partir de 1º de dezembro, atender com bastante rapidez todos os pescadores.

Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente. Estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, uma das dimensões da crise do São Francisco é exatamente a sua face social. Nesse caso os pescadores artesanais são vítimas do despovoamento do rio, na medida em que o não enchimento das lagoas marginais parece quebrar o ciclo biológico dos peixes, diminuindo o volume desses peixes.

A outra questão diz respeito ao período do defeso. Os pescadores entendem bem a questão do defeso. Sabem que é necessário fazer a interrupção da sua atividade. Para isso contam com o seguro-desemprego, que é a forma de o Estado, o Poder Público prestar-lhe a assistência necessária nesse período em que ficam impedidos de exercer a sua atividade de trabalho.

Os contatos mantidos com o Dr. Rodolfo Torelly nos permitiram também fazer contatos com a Caixa Econômica Federal. Como ele já informou, o benefício do seguro-desemprego – não apenas para o defeso – poderá ser pago através das casas lotéricas. Tentei desse assunto com o Diretor da Caixa Econômica, Dr. José Renato, até pela experiência que tive quando Ministro da Previdência; ou seja, pagávamos os benefícios previdenciários através das casas lotéricas, o que nos permitiu incorporar mais de 7.500 novos pontos de pagamentos. Isso sem dúvida nenhuma resolveria um desses problemas; isto é, a inexistência de agências da Caixa Econômica Federal em cidades ribeirinhas, em cidades onde vivem os pescadores, em cidades onde existem colônias de pescas.

Mas é preciso que seja adotada alguma medida de natureza emergencial. Isso porque o pagamento pelas casas lotéricas pressupõe, como bem disse o Dr. Torelly, o desenvolvimento de um sistema especí-

fico que possa ser utilizado com segurança pelas casas lotéricas. É preciso que neste momento haja um trabalho específico por parte da Caixa Econômica para que os pescadores possam receber o seu seguro-desemprego. Até porque o Ibama já baixou portarias, este ano, relativas à questão do defeso da piracema no rio São Francisco. No caso do trecho que vai da nascente até a barragem do lago de Sobradinho, da Usina de Sobradinho, o período de defeso iniciou-se em 15 de outubro e vai até 11 de fevereiro. No trecho a jusante de Sobradinho, vigorará entre 1º de dezembro de 2001 e 30 de março de 2002. É um período, por conseguinte, de 120 dias, em ambos os casos, mas que, numa parte, a montante de Sobradinho, que é a maior extensão do rio, já o período de defeso se desenvolve há mais de 20 dias.

Dessa forma, é indispensável que haja uma ação emergencial por parte da Caixa Econômica, para poder pagar mês a mês, porque o trabalhador de baixa renda não pode ficar para receber um acumulado depois de 4 meses de paralisação de sua atividade. No caso, também o Ministério do Trabalho, seja através das subdelegacias do Ministério, das Subdelegacias do Trabalho, das Agências do Trabalho, seja através dos Postos do Sistema Nacional de Emprego, conveniados com os Estados, para que se possa fazer o cadastramento dos pescadores.

De modo que eu gostaria, neste momento, de pedir ao Dr. Torelly que aprofundasse um pouco as medidas relativas a esse atendimento, porque ele se referiu muito a partir de 1º de dezembro, mas em 1º de dezembro já estaremos com 45 dias do defeso na maior extensão do rio, que vai da nascente até o lago de Sobradinho.

O outro aspecto que traz ele como informação, e eu aqui a tenho através do Encontro Regional de Pescadores, realizado em 19 e 20 de outubro último, na cidade de Barra, as grandes demandas dos pescadores são de reduzir de três para um ano a exigência de filiação para que possa ser dado pelo Ibama, para que possa o pescador profissional receber o seguro-desemprego. Isso requer uma mudança legal. E essa reivindicação, que a mim parece justa, decorre do fato de que, sendo a atividade informal, e vivendo eles em regiões onde sequer existe agência bancária da Caixa Econômica, sequer existe escritório da Delegacia do Trabalho, eles têm dificuldades para se regularizar. Então, esse trabalho de regularização é fundamental. Vamos depois ter a fala do Dr. Humberto Cavalcanti, representante do Ibama, eu, de logo, já adiantaria a ele que essa é uma reivindicação desta Comissão, no sentido de que o Ibama possa também

se estruturar para fazer o cadastramento dos pescadores junto às colônias de pesca.

A outra grande reivindicação é exatamente esta: agilizar e adequar o pagamento do seguro-desemprego ao que eles chamam em tempo real, ou seja, não passarem, não terem esse sofrimento de quatro meses sem remuneração, para só então receberem o seguro-desemprego.

Fica aqui registrado o compromisso que temos nós, Senadores, membros da Comissão, de mudar esse período, essa exigência de três anos de registro, para que possa o pescador receber o seguro-desemprego, já que está havendo a incorporação, a inclusão. Embora a lei seja desde 1991, na prática, muitos pescadores não têm recebido o benefício, e isso não valeria apenas para o Vale do São Francisco, mas essa modificação, tanto na prática de pagamento, através de casas lotéricas, quanto na questão do cadastramento, haverá de beneficiar os pescadores artesanais em todo o Brasil.

Sr. Presidente, eram só esses os comentários que queria fazer a esse respeito e pedir ao Dr. Rodolfo Torelly que nos informasse com mais detalhes sobre que medidas poderiam ou deverão ser assumidas pelo Ministério do Trabalho, no sentido de corrigirmos essa situação específica para este ano, esta ação emergencial, uma vez que, através das Portarias nºs 124 e 123, o Ibama já definiu as datas de defeso da piracema, os períodos do defeso da piracema no Rio São Francisco, e o primeiro deles teve início já em 15 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Dr. Rodolfo Torelly.

O SR. RODOLFO TORELLY – Eu queria iniciar a minha resposta pela ação da Caixa Econômica. Eu acho que a ação da Caixa Econômica – o pagamento em loteria – deve se iniciar no próximo ano. Para este ano vejo uma solução que poderíamos tomar junto à Caixa Econômica Federal que seria o deslocamento de um caixa itinerante. Isso já foi feito no Amazonas em alguns casos: deslocava-se um caixa para que a comunidade pudesse fazer o pagamento. Numa situação dessas, momentânea, e até que esse sistema esteja pronto, vamos iniciar tratativas imediatas com a Caixa para que nos pontos mais remotos façamos esse deslocamento, esse caixa itinerante, para pagamento no próprio local. Essa medida relativamente a pagamentos facilitaria muito. Ele vai com o cheque de todos e faz o pagamento. É uma experiência que já foi feita com sucesso no Estado do Amazonas.

Uma segunda observação acerca do pagamento em tempo real: o Ministério do Trabalho está preparado no momento, com todos os formulários, inclusive o ateste do presidente da colônia de que o pescador realiza a sua atividade, tudo já pré-impresso de forma a facilitar toda essa burocracia mínima que exigimos para ter a segurança da concessão do benefício. Então estão todos de prontidão para que seja feito. Creio que a nossa equipe já está agindo no local desse primeiro defeso que se iniciou em 15 de outubro. Vou inclusive verificar os resultados e passar ao Senador, além dos requerimentos que entraram para processamento. A nossa idéia, tão logo o requerimento dê entrada, é ir liberando uma parcela a cada trinta dias; de forma nenhuma pagaremos as quatro de uma vez. Isso foi nos casos em que realmente os trabalhadores não puderam se deslocar. Então vamos ao esforço de pagar uma parcela a cada mês sem interrupção. A dificuldade é sempre com a primeira concessão; as seguintes são automáticas, o sistema gera automaticamente. Se fecharmos com a Caixa esquema de um caixa itinerante que pode fazer o pagamento, acho que vamos atender os trabalhadores em tempo real.

No que se refere a redução do prazo de três anos para apenas um ano de cadastramento o projeto originário desta Casa já está em curso, está nos momentos finais de negociação junto ao Palácio do Planalto. Esse tempo efetivamente vai se reduzir. Creio que ainda este ano o tempo vai ser reduzido de três para um ano de cadastramento, o que vai aumentar a concessão do valor do benefício, do número de beneficiários, já que o valor é de um salário mínimo por parcela para cada trabalhador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Em discussão. Continua o debate.

O relator não tem nada a declarar no momento.

Vamos solicitar a presença do Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, que é Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

No momento, queremos agradecer com prazer a presença e a objetividade com que o Dr. Rodolfo Torelly, Diretor Substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do trabalho, fez sua exposição com pontos objetivos. Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Sr. Presidente, Sr. Senador Waldeck Ornelas, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Primeiramente

gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui trazendo as propostas que o Ibama está negociando com outros órgãos ambientais dentro da bacia hidrográfica do São Francisco para aplicação desse primeiro recurso do ano de 2001 e, conseqüentemente, para o planejamento dos demais anos, principalmente para 2002, cuja discussão será iniciada daqui a uma semana na Comissão da Bacia. Será resultado exatamente da aplicação dos recursos deste ano os trabalhos para o ano que vem.

Gostaria de pedir permissão para ficar em pé e apresentar as nossas propostas, o que facilitaria bastante para mim.

Em primeiro lugar, queríamos fazer uma observação de um projeto que o Ibama está apresentando e que já foi aprovado pela Comissão. Nós nos colocamos em alguns níveis de entendimento para a realização das operações para este ano. Inicialmente, pensamos na operacionalidade, ou seja, este ano temos que utilizar recursos para que tanto as estruturas do Ibama quanto as estruturas dos órgãos que vão trabalhar com os projetos do São Francisco, estejam, de certa forma, mais preparadas para atendimento das questões que virão nos futuros processos dos anos seguintes.

Aplicamos essa primeira parcela dos recursos pensando muito mais na estruturação, no fortalecimento institucional dos diversos órgãos, dos diversos fatores que irão trabalhar com esse projeto no futuro. Não adianta nada termos um grande projeto pela frente, e o órgão não estar preparado, não ter um veículo para atender o programa porque aqueles veículos estão estruturados para as demais tarefas da instituição, tanto a instituição do Estado, como a instituição federal. Não temos também equipamentos com que possamos realizar as tarefas que vão ser determinadas para o projeto futuramente. Pensamos, no primeiro momento, nesse fortalecimento institucional, nessa estruturação dos órgãos ambientais dos Ministérios Públicos, das polícias ambientais na área da bacia.

Fizemos toda uma avaliação e um levantamento das estruturas existentes dentro da bacia hidrográfica do São Francisco que possam compor um trabalho conjunto para a aplicação dos projetos no futuro. Temos neste primeiro mapa a parte de Alagoas, Sergipe e Pernambuco formando um triângulo verde; são as bases existentes dentro da bacia do Ibama. Esses quadrados amarelos são as bases das organizações de meio ambiente dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, onde estamos realmente aplicando os recursos nas pontas.

A nossa proposta não é aplicar recursos para serem utilizados na área administrativa dos órgãos, ou seja, para ter xerox, fax, mas para realmente aplicá-los na ponta, inclusive identificando todos os equipamentos que estamos estabelecendo em conjunto com as instituições para que sejam realmente aplicados dentro do serviço que está sendo proposto para os trabalhos do São Francisco.

Esse já é no Estado da Bahia. Nesse Estado dois organismos trabalham com a área ambiental, o CRA e o DDF, e eles têm realmente a divisão das atividades de cada um. E procuramos aplicar tanto os recursos do Ibama quanto diferenciado dentro de cada órgão, dentro de cada função.

Essa já é a área que compreende o Distrito Federal, um pedaço bem pequeno; Goiás é também um pedaço bem pequeno e mais toda a área de Minas Gerais. Aí já entra o componente da Polícia Militar de Minas Gerais, que tem estruturado, dentro da área da bacia, os grupamentos de policiamento florestal que também estão incorporados aos projetos e vão trabalhar em conjunto com os órgãos de meio ambiente dos Estados e do Ibama.

Bem, a parte do Ibama foi dividida em alguns componentes de acordo com o próprio decreto e dentro desses componentes foram estabelecidas, então, as atividades a serem desenvolvidas por componente. No componente de convivência com a seca, estamos trabalhando com o fortalecimento institucional dos órgãos para a execução das atividades relativas ao manejo e fiscalização da pesca. Uma coisa que quero aproveitar, inclusive uma das respostas ao Senador Waldeck Ornélas, é a informação de que no Estado da Bahia foi proposto pelo Ibama – está nesse projeto – a implantação de algumas unidades volantes para cadastramento dos pescadores. **Vans** preparadas para esse cadastramento vão percorrer a bacia para realmente agilizar a questão do cadastramento dos pescadores para, no período de defesa, receberem o salário-desemprego. Na parte de reflorestamento e recomposição de matas ciliares, a proposta também é do fortalecimento institucional desses órgãos, na questão das ações de fortalecimento do manejo florestal, com a atividade que venha a substituir a exploração total das áreas, transformação das áreas para produção agrícola e pecuária, implantação das matas ciliares. Esse também é um processo a longo prazo, mas tem de ser encarado de forma contínua durante todo o período do projeto em função da alimentação do lençol freático, da recarga, pensando exatamente na questão da quantidade de água. Pela mesma forma, a recuperação das áreas das recargas

dos lençóis freáticos, que são as áreas mais inclinadas dentro da bacia. Prevê-se também a proteção das nascentes e a implantação das unidades de produção de mudas e recuperação de águas degradadas com vistas a influenciar exatamente na questão da quantidade de água. Ainda na parte de reflorestamento e recomposição de matas ciliares foi aprovado um projeto que vou apresentar como exemplo, mais adiante, visando subsidiar a recuperação das matas ciliares. Isso é uma coisa importante. Temos hoje, por exemplo, produtores que já têm intenção de recuperar suas áreas de preservação permanente ao longo dos rios, mas que não têm o subsídio técnico para isso e quando busca os próprios técnicos também não têm grandes informações, tendo em vista que as universidades brasileiras aplicaram poucos recursos nas florestas nativas. Como houve a grande febre do eucalipto, como a utilização mais industrial, então as universidades se voltaram muito mais para essa área do que para a área de produção de mudas nativas. Então vamos fazer com esse trabalho todo um levantamento das áreas necessárias de preservação permanente estabelecidas em lei e de necessidade de reflorestamento ciliar, dando esse subsídio técnico das informações que existem quanto à produção de mudas, quanto à utilização das sementes, de como realmente realizar um processo dentro daquele bioma natural. Ou seja, muita gente diz: vou recuperar minha mata ciliar, mas com quê? Dentro daquele bioma vai ser estabelecido exatamente as espécies que devem ser utilizadas para recuperação da área.

Na parte de gestão e monitoramento, estamos aplicando os recursos para fortalecer mais as atividades de comando e de controle, trabalhando muito mais com tecnologia do que com aumento de pessoal. Realmente hoje há grande deficiência no setor e estamos agregando todo os esforços. Os policiais militares junto com os órgãos ambientais e estaduais e com os técnicos do Ibama estão fazendo uma força-tarefa, com a aplicação dos recursos tecnológicos, para propiciar uma ação mais concreta no comando de controle.

Na parte de unidade de conservação e preservação da biodiversidade, um recurso pequeno foi investido. Está previsto para o ano que vem algum retardamento de projetos que teriam necessidade de chegar para aprovação. Então está sendo aplicado mais na parte de zoneamento dentro de algumas unidades de conservação e o apoio à criação de reservas particulares de patrimônio natural, que são áreas de unidade de conservação extremamente interessantes que pertencem a particulares, desoneram o

Poder Público até da questão da manutenção das áreas com os próprios recursos, mas, ao mesmo tempo, aplicam-se recursos para que proprietários particulares mantenham essas áreas com a sua cobertura vegetal natural.

Educação ambiental. No que compete à nossa instituição, nessa parte de educação ambiental, o recurso é maior do que isso, é na faixa de dois milhões, mas houve uma necessidade, também, da aplicação para fortalecimento de alguns núcleos de educação ambiental que existem na bacia, para que eles realmente possam desenvolver os trabalhos de educação ambiental, principalmente no que tange ao produtor rural.

Bem, aqui há uma listagem, basicamente, das instituições conveniadas, com as quais estamos em fase de elaboração de convênios.

Em Minas Gerais, temos o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade Federal de Lavras, que apresentou esse projeto conjunto com o Centro para a Conservação da Natureza do Estado de Minas Gerais, uma ONG, que vai estabelecer aqueles critérios para a adoção das técnicas de recuperação de matas ciliares, e a Polícia Militar de Minas Gerais. Na Bahia, a Secretaria de Agricultura e Irrigação e Reforma Agrária, o DDF, como já falei, que é a Diretoria de Desenvolvimento Florestal, o CRA e o Ministério Público do Estado da Bahia. Também em Minas está sendo aplicado o recurso para o Ministério Público, mas isso está sendo feito em convênio direto, pelo Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério Público de Minas, em função de o projeto já ter sido apresentado anteriormente ao Ministério do Meio Ambiente e já estar em andamento, e não quisemos interromper o processo para não retardar mais. Em Pernambuco, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco e o Ministério Público. Em Alagoas, está o IMA, o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas, a própria Polícia Militar, que existe a Polícia Ambiental do Estado de Alagoas, que está descentralizada, e o Ministério Público também do Estado de Alagoas. No caso de Sergipe, a Administração Estadual do Meio Ambiente, a Dema e o Ministério Público. Em Goiás, com a Polícia Militar do Estado de Goiás, e no Distrito Federal, com a Ecodata, Agência Brasileira de Meio Ambiente.

Bom, eu queria apresentar agora dois projetos que foram aprovados e que achamos de extrema importância, inclusive na sua replicabilidade para outros Estados, após a implantação desses projetos que, temos certeza, vão garantir uma retaguarda na questão do projeto de revitalização do rio.

Esse é um projeto de Minas Gerais em que estabeleceram as atividades que vão ser desenvolvidas. O objetivo geral do projeto é promover, por intermédio de ações coordenadas de polícia ostensiva ambiental, a revitalização da bacia do São Francisco. Entre os específicos está promover a capacitação dos recursos humanos, porque, realmente, já há algumas deficiências, principalmente porque não houve grandes avanços na formação e no acompanhamento das mudanças da lei por causa da atividade dos policiais militares. Querem fazer um reenquadramento dessas atividades. Também é objetivo específico estabelecer as condições para o levantamento das informações e acompanhamento das ações desenvolvidas. Como é um quadro de pessoal muito maior do que qualquer outro órgão dentro da bacia, devemos ter dois mil e duzentos homens da Polícia Florestal, cerca de setecentos homens dentro da bacia do São Francisco. Isso é um quantitativo bem maior do que o próprio IEF ou do que o próprio Ibama. E eles estão, a todo momento, em contato com a comunidade, com os problemas ambientais, podem ajudar muito no levantamento das questões prioritárias da bacia, da área ambiental.

Outros objetivos: promover a fiscalização ambiental da bacia do São Francisco e estabelecer as campanhas de conscientização para as ações a serem desenvolvidas diretamente com a comunidade.

Eles dividiram sua estrutura em dezesseis unidades, que já existem e que estão sendo fortalecidas. São quatro postos de monitoramento, que é o caso de Pirapora, Três Marias, Belo Horizonte e Bom Despacho, onde haveria uma estrutura mais bem aparelhada, em função, principalmente, da questão tecnológica em termos de sistemas de informações geográficas que pudessem municiar os demais postos deles das informações necessárias para os trabalhos de campo. E são doze postos básicos, já distribuídos também nas áreas onde existem os grupamentos florestais da Polícia Militar de Minas.

Dividiram em várias ações, na questão da realização de cursos sobre vários assuntos necessários para a aplicação da atividade deles. Dentro desse projeto também entra a uniformização dos policiais. Haverá uma diferenciação no próprio uniforme do policial florestal que está dentro da bacia do São Francisco. O chamado Projeto dos Anjos do São Francisco é um grupo da própria comunidade, que trabalhará, em conjunto com a polícia militar, nas discussões e nas ações. Basicamente, fiscais voluntários vão trabalhar com o policiamento florestal e estar identifica-

dos e uniformizados trabalhando ao longo da bacia do São Francisco.

A capacitação entra na estruturação dos quatro postos de controle, onde vai haver o treinamento, a análise de dados, a concentração das informações. Tudo vai estar concentrado no sistema de informações geográficas, para dar a base de trabalho para campo. O planejamento será feito diretamente por esses quatro postos e a referência para a população e imprensa. Esse é basicamente o sistema que eles montaram dentro do projeto, com as informações repassadas às viaturas e interligadas com os postos e outros órgãos ambientais.

O sistema de comunicação via Satélite, o cadastramento de propriedades e logradouros, de acordo até com o índice de degradação, é um trabalho um pouco complicado, que logicamente vai ter que ser condicionado a uma conjuntura técnica dos órgãos ambientais. Todavia os policiais, devido ao quantitativo, ao efetivo de ser maior, podem realmente passar dados suficientes para planejamento das operações. Esse centro de controle ambiental vai ser criado em Belo Horizonte, que seria a base toda do processo, distribuído nos quatro postos de controle para chegar às pontas.

O projeto de fiscalização terá a parte terrestre, aquática e aérea. A Polícia Militar de Minas já tem um bom equipamento aéreo, o helicóptero, para realizar o trabalho. A proposta é estabelecer uma força-tarefa terrestre, aquática e aérea, para poder melhorar a qualidade da fiscalização ambiental na bacia.

O envolvimento comunitário está exatamente dentro daquele projeto "Os Anjos do São Francisco". Será criado um grupo em cada cidade daqueles 12 postos e daqueles postos de controle, onde haverá um grupo dos "Anjos do São Francisco" trabalhando em conjunto com a polícia militar.

Achei esse segundo projeto extremamente interessante, vai nos dar realmente subsídios técnicos para a recomposição das matas ciliares.

O SR. NEY SUASSUNA – Esse primeiro projeto, o de Minas Gerais, já está sendo implantado?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Quanto a esse projeto da Polícia Militar, estamos fechando convênio, que deve ser assinado nesta semana e repassados os recursos na semana seguinte, para que seja feita a aquisição dos equipamentos. Começa a funcionar basicamente a partir do começo do ano que vem.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas não há nada colocado até agora

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Não. Ainda não

O SR. NEY SUASSUNA – É porque no serviço público é muito comum dizer que tal projeto já está funcionando, mas sequer foi implantado.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Não. Ele está dentro desses projetos dos recursos do São Francisco. Então, realmente, está prestes a receber os primeiros recursos, pois já foi aprovado pela Comissão. Basicamente, no final desta semana, deve ser assinado, para que seja iniciados os trabalhos de compra.

O SR. NEY SUASSUNA – Quanto custa a mão-de-obra?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – O projeto de Minas Gerais está na faixa de R\$3,3 milhões.

O SR. NEY SUASSUNA – Para pessoal e equipamento?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Para equipamento e custeio – o pessoal é da própria Polícia Militar –, que seria combustível, lubrificantes para os carros, diárias de técnicos e de policiais.

O segundo projeto nos foi apresentado pela Universidade Federal de Lavras, em conjunto com o Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais, uma ONG que congrega pessoas de extrema competência, reconhecidamente notórias dentro do processo ambientalista de Minas Gerais: o Dr. Hugo Werneck que o Senador Francelino Pereira deve conhecer, os Professores Ângelo Machado e Célio Vale, componentes desse centro e que apresentaram essa proposta que considero o grande subsídio para os trabalhos de recomposição de matas ciliares.

Basicamente, trata-se de um levantamento em toda a bacia do São Francisco, dentro de Minas Gerais e em todas as áreas que a lei restringe para áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água e das nascentes, onde obrigatoriamente teria que hoje ser área de cobertura florestal, o que basicamente 90%, 95% da bacia não ocorre.

Seria feito todo esse levantamento, e para cada trecho do rio identificado o bioma correspondente e a estrutura desse bioma para ela ser recomposta; com que tipo de espécie deveria ser naquela estrutura, com aquele tipo de solo, com aquele tipo de bioma, qual o sistema de muda daquelas espécies, como é que elas devem ser produzidas, aonde conseguir essas mudas, aonde conseguir as sementes, identificar para o produtor, para os técnicos da área de meio ambiente ou os técnicos da área de extensão rural e para

o próprio Ministério Público, no caso da execução dos termos de ajuste de conduta, que basicamente o Ministério Público deve alcançar com essas unidades que eles vão montar na Bacia do São Francisco, e dar todo esse subsídio técnico, para uma recomposição bem feita, e não aquela de simplesmente sair plantando algumas mudas e achar que aquilo realmente vai se tornar uma mata ciliar no futuro.

Só para ficar mais claro, estão aqui a determinação das áreas de conflito, onde têm áreas que não estão com a cobertura que deveriam ter pela instituição legal e os tipos de bioma. Então, áreas de Mata Atlântica, áreas de cerrado, e isso entrará num programa. Vão ser distribuídos 10 mil CDs, com um programa específico, onde cada órgão e até o produtor rural direto vai poder ter acesso. A pegar um programinha desse, alocar a propriedade dele lá, através até da coordenada geográfica – isso pode ser feito pela Polícia Militar, pelos órgãos de meio ambiente, pelas Emater – e isso vai ser disposto à propriedade dele, qual a área que ele deve reflorestar e todas as informações de como realizar esse tipo de trabalho.

A nossa intenção é verificar se esse trabalho realmente vai funcionar de acordo com o que está sendo estabelecido e transformá-lo aí, replicá-lo em termos dos anos futuros para outras áreas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e até servir de modelo para outras bacias hidrográficas.

Ali está, inclusive, a relação do que ele vai identificar, os biomas da microbacia, tipologia vegetal, espécies, locais de produção, formas de plantio, tratamento silviculturais e outras informações.

O SR. NEY SUASSUNA – Eu cheguei um pouco atrasado, porque estou naquele íterim, ainda estou Senador mas ainda não estou Ministro. Então estamos correndo para resolver. Estou no limbo.

Mas eu já ouvi isto pelo pessoal do Ministério, e existe um programa correlato andando. E eu queria informar aos companheiros que a posse será a partir da terça-feira ao meio-dia. E logo após nós estamos inteiramente à disposição, porque esse é um projeto importante para todos, principalmente nós do Nordeste. Vamos fazer todo o possível para, juntos, fazermos todos os convênios e acelerar esse projeto. O que tiver de verba no Ministério destinaremos a isso e disponibilizaremos para fazer no menor espaço de tempo possível.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Ótimo. Esse é o nosso maior problema hoje, Senador. É esse recurso chegar o mais rápido possível, para dar tempo do pessoal conseguir alocar os recur-

sos para eles comprarem as coisas e realmente estarão equipados. E eu a tenho certeza de que nós vamos conseguir isso daí haja vista que essas reuniões têm demonstrado muito a integração entre o Ministério da Integração e o Ministério do Meio Ambiente para que esse processo seja realizado o mais rápido possível.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Com certeza. Estamos hoje estabelecendo ações operacionais. A Embrapa é uma instituição mais de pesquisa. Com certeza, ela vai fazer parte, inclusive, dos processos desse próprio projeto onde está a Universidade de Lavras, que ela trabalha muito interligada com a Embrapa.

Agora estamos, primeiro, abastecendo os órgãos operacionais de ponta que chegam lá no produtor. Aquele que vai fiscalizar. Aquele que vai dar assistência técnica ao produtor. E, a partir do ano que vem, todos os projetos, com certeza...

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone) Então o senhor já adquiriu e entregará as mudas de todo o programa... de acordo com a adaptação de cada região?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Sim. Exatamente.

O SR. – Importante é isso. A região do Rio São Francisco são 1.310 quilômetros. Então, em cada região tem um tipo (Inaudível) que se adequa melhor.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Exato. Perfeito.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone) Porque trazer uma quantidade de Belo Horizonte para botar aqui no Vale do São Francisco, talvez se ajustasse com o semi-árido.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Sr. Senador, este Projeto foi apresentado por uma ONG à Universidade de Minas. Ele, então, está específico, ainda, para Minas Gerais. A nossa intenção é, ele dando certo, reaplicá-lo para outros Estados. É claro que nos outros Estados a realidade é diferente, além dos trabalhos. Os próprios organismos existentes nos Estados é que serão responsáveis pela aplicação desse projeto.

O SR. NEY SUASSUNA – E aí vai uma sugestão: convocar todos os Secretários de Agricultura e os órgãos regionais que possam ajudar para que possamos ver como se faz a interação. Nós temos pressa para que isto saia porque queremos a transposição. Enquanto não sair, os senhores que dominam os ribe-

irinhos não vão querer deixar. Nós, então, temos pressa de que isto esteja tudo direito.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Eu terminei a minha explanação e estou à disposição para mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Está aberto o debate.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Dr. Humberto Candeias Cavalcanti pela exposição brilhante que fez a esta Comissão, enfocando assuntos da mais alta importância, envolvendo a revitalização – e eu serei breve mesmo porque, daqui há pouco, Sr. Presidente, teremos a Ordem do Dia com votação nominal....

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – ...e eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se, por acaso, existe no órgão que V. Ex^a dirige – que é o Órgão de Proteção Ambiental do Ibama do qual o senhor é Diretor – e se existe algum projeto dispondo sobre a interligação de bacias para o aumento da vazão do Rio São Francisco. Eu soube que existe um órgão federal. Andei procurando também na Internet, mas não consegui encontrá-lo. Seria no órgão de V. S^a onde deverei encontrar esse estudo?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Possivelmente sim. Não vou lhe dizer que conheço inteiramente a questão da interligação de bacias. Nós estamos num trabalho e todo o processo envolve a caracterização das microbacias no todo, para a formação da grande bacia em termos da solução dos problemas. Temos um departamento lá denominado Departamento de Recursos Hídricos, que pode, às vezes, ser confundido. No Ministério da Integração há Recursos Hídricos e há Recursos Hídricos, inclusive, no Ministério do Meio Ambiente, mas é exatamente dentro do Ibama um órgão operacional da questão dos recursos hídricos, onde se realizam as fiscalizações, os trabalhos de monitoramento de qualidade e quantidade de água. Com certeza, esse pessoal deve ter informações sobre o projeto...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – É o Departamento de Recursos Hídricos?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Exato. Fica dentro da minha Diretoria e estamos à disposição lá. No dia em que V. Ex^a quiser nos fazer

uma visita, estaremos às ordens, iremos lá e conversaremos com eles.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Continua o debate.

O SR. JOSÉ COELHO – E se apelar à Companhia de Desenvolvimento do São Francisco. Eles devem ter. Eu vou dizer por quê. O Sr. Ministro Mário Andreazza, quando quis fazer a interligação do Tocantins com o São Francisco – isto quando S. Ex^a era Ministro do Interior –, a interligação custava US\$4 bilhões. Deixou-se de fazer porque nós entramos naquele problema da moratória do próprio Governo. O Banco Mundial se dispôs a financiar, mas faltou coragem ao Ministro da Fazenda de então em aceitar o desafio para fazer a construção. Naquele tempo, a integração do Tocantins com a Bacia do São Francisco custava US\$4 bilhões. De maneira que digo isto porque acho que deve existir um trabalho neste sentido. Eu sei que o orçamento, inclusive, era de US\$4 bilhões e essa informação me foi dada pela Chesf. A Chesf disse que chegaram a fazer esses estudos e que esses estudos, naquela oportunidade, orçavam em US\$4 bilhões, e o Banco Mundial se dispunha a fazer o financiamento.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Sr. Senador, conheço uma informação que vem de Suassuna – da Fundação Joaquim Nabuco – e é um estudo de transposição do Rio do Sono – por ali – para o Rio São Francisco, nas imediações de Barreiras. Isto custaria R\$1.300.000.000,00. Mas desse estudo não disponho; tenho apenas informações.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Algum outro Sr. Senador tem indagações a fazer?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que as informações aqui trazidas pelo Dr. Humberto, em nome do Ibama, efetivamente correspondem a ações que se espera sejam concretizadas de modo mais amplo em relação a aspectos específicos e fundamentais para a recuperação e revitalização da Bacia do São Francisco e sua conservação.

Particularmente, no que diz respeito ao reflorestamento e recomposição de matas ciliares, gostaria, aliás, de ter aqui alguma informação sobre que idéias estão sendo trabalhadas em relação à produção de

mudas, questão que o Senador José Coelho levantou, mas a questão da produção de mudas de que maneira se pensa fazê-la, a questão das unidades de conservação da convivência com a seca, etc. e o aperfeiçoamento da gestão e monitoramento. Esse particular eu gostaria que fosse detalhado um pouco, essa articulação entre o Ibama e os órgãos estaduais de meio ambiente, o Ibama e os órgãos estaduais de desenvolvimento florestal, o Ibama e as polícias militares, o Ibama e o Ministério Público Estadual, etc. Mas gostaria de levantar dois ou três aspectos: um relativo ao controle do desbarrancamento e desassoreamento.

Tenho buscado evitar abordar questões como essas que foram tratadas aqui pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Coelho da integração de bacias, de trazer água de outra bacia para o São Francisco, assim como de levar água do São Francisco para outras bacias, exatamente porque me vejo concretamente diante do fato de que não estamos tendo recursos, custe quanto custar, por mínimo que seja, para a recuperação ou preservação e conservação da bacia em si. Então, se não temos dinheiro, se não há recursos para a bacia em si, por que ficar sonhando com projetos que vão envolver recursos muito maiores do que esses que de estamos necessitando e não estamos tendo?

A propósito, teremos, às 17h30min, a audiência, só decidida na primeira reunião, com o Ministro do Planejamento, Martus Tavares, para tratar do reforço da dotação proposta para o Orçamento de 2002, já que se este ano estamos contando com R\$84 milhões para o próximo ano, as verbas propostas são de apenas R\$30 milhões, apesar da ida do Presidente da República à Serra da Canastra. Dados da consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, solicitados por mim, mostram que, por exemplo, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, que será assumido na próxima terça-feira pelo Senador Ney Suassuna, de uma dotação de R\$94,989 milhões do Pró-Agro ao Semi-Árido foram empenhados até agora e liquidados apenas R\$4 milhões, ou seja, 4,3%. E para o ano 2002 a proposta orçamentária envolve uma redução da ordem de 26,4%. Ou seja, esses são recursos de financiamento e não estão sendo utilizados e que foram inclusive enumerados aqui pelo Presidente da ANA como recursos que podem ser utilizados, uma vez que já que estão contratados com o Banco Mundial, o que vale dizer que já estamos pagando a taxa de comprometimento de crédito ao Banco Mundial, para os trabalhos de desbarrancamento e desassoreamento.

Então uma questão que eu queria levantar diz respeito a como o Ibama vê e como pretende tratar a questão do controle do desbarrancamento e do assoreamento do rio. O Presidente da ANA argumenta que não está havendo redução do volume de água do rio, mas modificação no leito do rio que está prejudicando a sua vida. Então, é preciso que isso seja considerado, do ponto de vista do projeto de recuperação e revitalização.

Outra questão que eu abordaria diz respeito à perenização de afluentes que já se tornaram temporários. É o caso, particularmente, dos afluentes da margem direita. Eu citaria, na Bahia, casos como os dos rios Paramirim, Vereda do Romão Gramacho, Jacaré, Verde, Santo Onofre, das Rãs, e assim por diante. Praticamente, todos os afluentes da margem direita, no trecho em que o rio percorre o semi-árido – que é exatamente a região mais problemática –, já se tornaram rios temporários. Então, trata-se de como lidar – como pensa o Ibama – com a questão da perenização desses afluentes.

A outra questão, que está no programa de trabalho e diz respeito à proteção de nascentes, é a seguinte: como, dentro do programa, está sendo pensada a questão das microbacias, sobretudo na área de cerrado, em Minas e na Bahia, de onde provêm 90% das águas, somando os dois Estados? Como será tratada, no âmbito desse projeto – se por meio do Ibama –, essa questão das microbacias hidrográficas para a preservação das veredas, que são as nascentes dos afluentes do rio e que precisam ser protegidas, no sentido de haver a realimentação, a recarga das nascentes?

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Primeiramente, gostaria de responder a questão da produção de mudas que V. Ex^a argumentou. Estamos trabalhando em termos de fortalecimento de unidades já existentes. Não pensamos, neste momento, neste ano, em construir imensos viveiros de produção de mudas. Por exemplo, em Minas Gerais, há 260 viveiros do Instituto Estadual de Florestas, uma boa parte dentro da Bacia do São Francisco, e não haveria por que criarmos estruturas novas para que realmente se possa estruturar.

Na Bahia também, com o DDF e a CRA, há algumas unidades. Apenas no Estado de Sergipe é que o próprio Ibama já tem uma unidade própria, que está parada há algum tempo; nós a estamos reestruturando para a produção dessas mudas.

Então, estamos aproveitando, realmente, as unidades já existentes e tentando trabalhar com os recursos, para que sejam produzidas mudas de acordo com as áreas de distribuição desses viveiros.

Em seguida, quanto à questão do assoreamento, em primeiro lugar, cabe lembrarmos, logicamente, que esse é um projeto a muito longo prazo, a muito mais longo prazo do que se imagina – é um projeto de dez anos. Trata-se da recuperação do São Francisco, e várias etapas devem ser cumpridas nesse processo. E não temos condição, com o número de órgãos existentes hoje, de tratarmos disso e de conseguirmos proteger totalmente o rio São Francisco, para que ele se revitalize.

O nosso pensamento é que vamos agir pouco a pouco. A questão da microbacia é extremamente importante para isso. Devemos trabalhar a microbacia dentro da sua realidade, não só do bioma existente, mas também da ocupação dentro dessa bacia.

Há microbacias completamente diferentes umas das outras, dentro da bacia do São Francisco. Basta lembrar uma bacia muito urbanizada, como é o caso do rio das Velhas, em comparação com outras bacias do semi-árido, da região dos cerrados, em que o grande problema não é a grande ocupação urbana, mas passe a ser a questão da agricultura, a questão dos processos de produção que não levam em conta os problemas de erosão do solo. E tudo isso faz com que haja as condições de hoje.

Tudo se pensa para que haja a recarga dos lençóis na impermeabilização do solo. Não há dúvida disso. A partir do momento em que tentamos trabalhar com a recomposição das matas ciliares, aumentando a possibilidade de que a água que vem da chuva tenha uma barreira para poder escorrer e que desça realmente ao lençol freático, esse é um processo a longo prazo, mas dentro da estrutura da recomposição de matas ciliares.

Ainda quanto ao assoreamento, sabemos que, mesmo que existissem as matas ciliares, haveria problemas de assoreamento ainda, mas esse já seria um grande reforço para isso.

Concordo plenamente com a Agência Nacional de Águas no sentido de que a questão de quantidade está mais em função de mudança de mudança de leito, em função do grande assoreamento, do grande desbarrancamento dentro do rio, do que até da redução tanto da questão das nascentes quanto da alimentação do lençol freático.

É um trabalho difícil, que não depende apenas dos trabalhos de recomposição ou trabalhos com flo-

restas, mas têm que ser utilizadas também obras civis. Não há dúvida nenhuma de que não fica somente no reflorestamento ou na recomposição das áreas de florestas, mas obras civis têm que ser utilizadas nisso.

Não está dentro do escopo do Ibama, porque não faz parte das nossas atribuições, mas, sem dúvida alguma, projetos dessa natureza terão que ser realizados para a contenção desses desbarrancamentos com a maior rapidez possível, porque também não adianta fazermos o reflorestamento da mata ciliar se já vamos diminuindo o solo que está ali e já vão se ampliando as áreas assoreadas do rio.

Então, a nossa opinião é que não se fique apenas nesses projetos de recomposição do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO – Acho que estamos atrasados demais com relação ao vale do São Francisco. O rio já foi explorado demasiadamente. Na situação em que ele está aí, parece-me que todos os esforços devam ser feitos no sentido de que isso não possa demorar. Não é para hoje que quero não, nem para ontem, mas acho que é para amanhã, porque não podemos mais esperar que o Ibama e os órgãos todos que vão tratar desses problemas da bacia do São Francisco não tenham recursos para atender a essa calamidade que está aí. Nós perdemos a navegação. Nós estamos prestes a perder a cultura irrigada todinha, a partir de Pirapora até a região de Petrolina e Juazeiro, onde existe uma grande concentração de irrigação de coco, de cana, de uva, de tudo. Nós estamos transportando água a oito quilômetros, da barragem de Sobradinho, fazendo barragens sucessivas para não perder a cultura.

Então, quem está numa situação dessa não pode falar mansamente como o senhor está falando aí. Temos que falar é pesado! O Governo tem que se convencer de que é uma situação de calamidade, é uma situação difícil e os esforços todos devem ser feitos no sentido de que essa situação não perca, porque nós não aceitaremos mais uma segunda jornada como essa que está aí.

O senhor conhece o São Francisco, saindo de Pirapora até chegar em Petrolina?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Um pouco.

O SR. JOSÉ COÊLHO – Um pouco não, o senhor devia conhecer todo. O senhor sabe por quê? As maiores áreas banhadas pelo São Francisco são Bahia e Pernambuco. O senhor falou em Minas e na Ba-

hia, mas esqueceu-se de Pernambuco. Devemos ter uma área tão grande quanto a Bahia, e numa situação diferente. A Bahia é um Estado rico, de uma economia pujante, sobretudo na região de Barreiras; e nós, do sertão de Pernambuco, só temos uma coisa: o semi-árido.

De maneira que é preciso que esses problemas sejam abordados com a seriedade e a urgência necessárias. Não podemos esperar mais pelos tempos passados. Temos que enfrentar com decisão os dias que nos aguardam no futuro.

O SR. WALDECK ORNELAS – Está convocado para ir à audiência com o Ministro Martus Tavares, com esse espírito.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Com certeza. Queria só esclarecer que, quanto à questão dos Estados, não foi, de forma alguma, esquecido Pernambuco. Pernambuco está dentro do escopo do trabalho. Estamos trabalhando com os órgãos ambientais de lá. Foram estabelecidos todos os critérios, e o projeto tem o andamento do ano seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Está presente o Deputado José Rocha. O expositor é o Dr. Humberto Candeias Cavalcanti, que é Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

O Deputado José Rocha já nos solicitou a palavra. A palavra está concedida, mas quero apenas lembrar ao nobre colega da Câmara que estamos na iminência de sermos convocados, a qualquer momento, para a votação no plenário do Senado.

O SR. JOSÉ ROCHA – Agradeço, Sr. Presidente, e quero cumprimentar o Relator, Senador Waldeck Ornelas, e as Sras e os Srs. Parlamentares.

Cheguei ao final da exposição do Dr. Humberto, quando falava da recomposição das matas ciliares para permitir que as águas pluviais possam se infiltrar e formar as microbacias, os tributários menores, médios e maiores do São Francisco. Mas o que me preocupa muito é que o Ibama não tem se preocupado em evitar que as veredas sejam desmatadas, que os pequenos rios sequem. Precisamos nos preocupar com as matas que estão sendo devastadas hoje porque as matas ciliares já o foram há 30 ou há 50 anos. O Ibama tem de impedir o que aconteceu há trintas anos e ainda está acontecendo hoje, e não está se preocupando com isso.

Conheço uma importante área do rio São Francisco, que é caixa-d'água do médio São Francisco, no oeste da Bahia, cujas veredas estão sendo devastadas. Nessa região, há mais de dez córregos secos e,

a cada ano, um seca por falta de atuação do Ibama. Penso que o Ibama tem que alertar para essa realidade porque, da forma como está, teremos os rios Corrente, Grande e Cariã mortos. Se o Ibama não se preocupar prioritariamente com o que está acontecendo hoje, considerando o que já aconteceu no passado, daqui a dez anos, estaremos falando da necessidade de se plantar mata ciliar às margens dos afluentes dos rios Corrente, Cariã e Grande, quando não haverá mais salvação. Essa é minha grande preocupação e, por isso, entendo que o Ibama tem que, amanhã, enviar sua equipe ao oeste da Bahia, para o médio São Francisco, a fim de evitar que os rios Grande, Cariã e Corrente estejam sendo objetos de uma palestra como esta em que tratamos de matas ciliares do passado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Dr. Humberto, tem V. S^a a palavra.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI – Só gostaria de esclarecer alguns pontos. Anteriormente, estávamos demonstrando as atuais propostas de gestão e monitoramento. Logicamente, temos de entender que, principalmente após a Constituição de 1988, o trabalho das organizações de meio ambiente não é mais encargo do órgão ambiental federal. Estamos fazendo um trabalho de reestruturação do órgão federal, dos órgãos estaduais e das polícias federais na tentativa de minorar os problemas de atendimento das questões relativas ao desmatamento que existe hoje.

Temos completa consciência de que esses problemas existem e que nossa força é muito pequena. Temos de dar cobertura não só à bacia do rio São Francisco, mas a outras áreas de igual importância, ou até mais importantes, como é o caso da Amazônia. Realmente, a estrutura do órgão federal é muito pequena para o tamanho dos problemas ambientais existentes no Brasil.

Com essa afirmação não estou querendo me desculpar pela falta de algumas ações, mas é difícil, com um quadro de 1.100 fiscais, trabalhar em toda área continental brasileira. Inclusive, estamos solicitando a realização de concursos visando à ampliação do quadro de pessoal do Ibama. Contudo, o Ibama sozinho não conseguirá vencer essa guerra. Temos de contar com essa estrutura e com o trabalho conjunto dos órgãos ambientais estaduais para tentar agrupar o corpo de trabalho, unindo forças.

O SR. JOSÉ ROCHA – Permita-me Sr. Humberto, com a licença da Presidência. Hoje, a ação que vemos sendo desenvolvida pelo fiscais do Ibama é a

apreensão de caminhões de madeira. Esses caminhões de madeira não precisam ser apreendidos, têm de ser mandados embora porque a madeira já foi cortada, o que não tem mais jeito. O Ibama apreende o caminhão e a madeira, a qual apodrece no local em que é depositada, e não resolve o problema. O Ibama deveria identificar a pessoa que está fornecendo a madeira e não o faz, de modo que a pessoa responsável continua cortando a madeira e vendendo-a, enquanto os fiscais continuam apreendendo a madeira e colocando-a em depósitos ao ar livre, onde apodrece.

Essa fiscalização do Ibama é equivocada. É preciso que se mude a mentalidade a fim de mudar a realidade, senão a situação continuará da mesma maneira que há 30 trinta anos.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Eu gostaria de discordar apenas de um pequeno ponto. Embora eu concorde que a ação prioritária deva ser centrada na produção, ou seja, antes de árvore ser derrubada, as ações de fiscalizações devem acontecer desde a produção, passando pelo transporte e chegando ao consumo. Não conseguiremos atingir todos os pontos de produção no Brasil nem que o Ibama tivesse 200 mil fiscais. Por isso, temos de trabalhar em um campo em que se consegue atingir o maior número de ilegalidade, o que abrange também o transporte.

O SR. JOSÉ ROCHA – Permanece o erro, meu caro Dr. Humberto. De que resolve apreender um caminhão de madeira para a continuidade do não-corte da madeira?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Pelo menos está-se penalizando quem está transportando a madeira.

O SR. JOSÉ ROCHA – A quem? E resolve o problema?

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Com essa ação, penaliza-se quem cortou, os gastos que teve com a ação.

O SR. JOSÉ ROCHA – Isso não penaliza quem cortou a madeira, mas quem a está transportando, o que não resolve o problema.

O SR. HUMBERTO CANDEIAS CAVALCANTI

– Hoje, temos uma estrutura muito mais modernizada em função da distribuição dessa madeira, inclusive utilizada para casas populares hoje, como foi visto nesse fim-de-semana.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

Aproveito a oportunidade da exposição do Dr. Humberto Cavalcanti, para que o Senador Teotônio Vilela fale o mais breve possível.

O SR. TEOTÔNIO VILELA – Sr. Presidente, se-rei rápido. Quero cumprimentar o expositor, Dr. Humberto, e, mais uma vez, subscrever as observações do Relator, que são procedentes e amarra um cronograma, um roteiro, para esta Comissão, que hoje terá um evento importante na audiência com o Ministro Martus Tavares. Gostaria que o nosso Presidente Francelino Pereira estivesse presente com a sua experiência, sabedoria e conhecimento a respeito do rio São Francisco. Estarei presente.

Concordo com essa questão levantada pelo Deputado, embora discorde dele, quando ele não vê importância na apreensão de caminhões, porque apreender um caminhão desestimula, quando diz que isso não é suficiente. Deve-se procurar na nascente do problema.

O meu Estado é o de Alagoas, onde o rio deságua, assim como deságuam todos os problemas do rio São Francisco. Vivemos, no baixo São Francisco, dramas imensos. Outro dia, com mais tempo, quero discorrer sobre alguns deles com mais vagar nesta Comissão.

Porém, o desmatamento da caatinga está realmente acontecendo. No Estado de Alagoas quase não existe mais caatinga. São pontos minúsculos da vegetação nativa das veredas, da chamada caatinga. Sei que, em Pernambuco e na Bahia, há vegetações que precisam ser urgentemente preservadas, principalmente às margens dos rios temporários e permanentes, dentro do que o Senador Waldeck Ornelas falou aqui.

Quero dizer da minha satisfação de ver a indignação do Senador José Coêlho, porque o rio São Francisco está em petição de miséria. É muito complexo e caótico o cenário atual do rio São Francisco. Nós, Senadores desta Comissão, temos uma responsabilidade muito grande, porque o que está previsto no Orçamento é insignificante diante das necessidades. Daí o reclamo do Senador, pois ele queria ver o Dr. Humberto um pouco mais preocupado com a falta de perspectiva para resolver problemas descritos aqui, que estão apenas no papel.

Acredito que essa reunião com o Ministro Martus Tavares será bem interessante, mas precisamos avançar mais. O Relator está atento para isso, para que consigamos viabilizar a tempo algum recurso, para que possamos dar início a um processo de revitalização do rio São Francisco.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ COÊLHO – *(Fala fora do microfone)* Os rios e as estradas de ferro são os grandes instrumentos do desenvolvimento de todos esses países da Europa. Aqui, para nós, não existe nada disso. O São Francisco não tem nada para transportar. Não há navegação de natureza nenhuma. Aqui tudo é rodovia. O centro rodoviário é desse tamanho. Temos que competir e exportar para poder ajustar essa nossa (inaudível) de exportação. Mas não há condição de o nosso frete rodoviário concorrer com o fretes fluvial e ferroviário da Europa. É preciso viajar; ninguém pode ficar neste País, sem conhecer os problemas lá de fora, para trazer idéias novas, porque precisamos de idéias novas.

O Presidente da República fez um pronunciamento dizendo que iria assumir a responsabilidade pelo São Francisco. Tomara que ele esteja sabendo desta reunião, com a finalidade de saber se conseguimos mudar o Orçamento, porque só precisamos disso agora.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Estamos sendo convocados para a votação nominal no Plenário. Agradeço a presença de todos. Felicitações pela exposição. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h18min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF “Destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as Denúncias Veiculadas a Respeito da Atuação Irregular de Organizações não Governamentais – ONGS.”.

Ata da 5ª Reunião Realizada em 14-8-01.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e nove minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Marina Silva, Tião Viana e Nabor Júnior, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “**destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs**”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião Administrati-

va, em caráter reservada, destina-se a discussão e votação de diversos Requerimentos, como também, para tratar de assuntos diversos. O Senhor Presidente comunica aos presentes que, devido a falta de quorum qualificado para a realização de votação, fica transferido para o dia vinte e hum de agosto a próxima reunião e, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

Ata da 6ª Reunião Realizada em 21-8-01.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Tião Viana, Marina Silva e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito ***“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs”***. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião Administrativa, em caráter reservada, destina-se a discussão e votação de diversos Requerimentos, como também, para tratar de assuntos diversos. O Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, a Senadora Marina Silva e ao Senador Nabor Júnior. Em seguida, o Senador Tião Viana entrega à Mesa dos trabalhos da CPI, matérias jornalísticas a respeito de Organizações Não-Governamentais citadas no depoimento do Sr. Lorenzo Carrasco a esta CPI e, solicita manifestação da Comissão sobre o caso. Em seguida, a Presidência, concede a palavra a Senadora Marluce Pinto, que comunica ao Plenário da Comissão o recebimento de um Fax enviado ao seu Gabinete, remetido pelo Sr. Lorenzo Carrasco, lendo-o na íntegra, após, a Senhora Relatora, lê a sugestão de agendamento de oitivas a serem realizadas no decorrer do mês de agosto e setembro, colocando em discussão e votação. O Senador Bernardo Cabral, de posse da palavra, passa às mãos do Presidente, a sua declaração de voto por escrito, pela aprovação da sugestão de oitivas apresentada pela Sra. Relatora, que o coloca em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Senadora

Marluce Pinto, procede a leitura e parecer dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 01/01, de autoria do Sen. Moreira Mendes, que requer seja requisitado ao Banco Central as seguintes informações: a) montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de ONG's, constituídos e em funcionamento no Território Nacional; b) entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com respectivos endereços, se possível, e c) os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos. **2)** Requerimento nº 02/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer sejam convidados para prestarem depoimentos a esta Comissão os Deputados Federais Luciano Castro – Pres. da CPI de “Ocupações de Terras Públicas na Amazônia” e Alceste Almeida – Presidente da CPI da “FUNAI”. **3)** Requerimento nº 03/01, de autoria da Sen. Marina Silva, que requer seja solicitado ao Ministério da Saúde a lista de entidades sem fins lucrativos que trabalham no Programa DST-AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas; **4)** Requerimento nº 04/01, de autoria da Sen. Marina Silva, que requer seja solicitado à Associação ABONG, a listagem de suas associadas; **5)** Requerimento nº 05/01, de autoria do Sen. Antero Paes de Barros, que requer sejam convidados para debaterem em audiência pública na CPI, as seguintes personalidades: Dr. Augusto Franco – Conselheiro do Programa Comunidade Solidária; Ministro da Saúde, Dr. José Serra, Tema: “As ONG's de saúde na Amazônia” e, Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Sarney Filho, Tema: “A atuação das ONG's ambientalistas na Amazônia”; **6)** Requerimento nº 06/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer a convocação do Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento a respeito dos inquéritos envolvendo a COOPERÍNDIO – Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro; **7)** Requerimento nº 07/01, de autoria do Sen. Moreira Mendes e outros, que requer sejam convidados os Srs. Deputados Federais Alceste Almeida e Antônio Feijão, Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para prestarem esclarecimentos sobre o resultado da apuração daquela Comissão; **8)** Requerimento nº 08/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Deputado Neivo Beraldin, para prestar depoimento a esta Comissão a respeito da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná/PR,

da qual é Presidente; **9)** Requerimento nº 09/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Clóvis Ricardo Scwrappe, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, da qual é Diretor-Executivo; **10)** Requerimento nº 10/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Ministro da Casa Civil, Dr. Pedro Parente; **11)** Requerimento nº 11/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Dr. Antônio Ermirio de Moraes, para prestar esclarecimentos a esta CPI, tendo em vista a publicação de artigo publicado na Folha de São Paulo, de sua autoria, em 15 de julho de 2001, intitulado “ONG’s: um novo poder?”; **12)** Requerimento nº 12/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Miguel Milano, para prestar esclarecimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Fundação Boticário de Proteção à Natureza, da qual é Diretor-Técnico; **13)** Requerimento nº 13/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Jorge Pereira dos Santos, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da COOPERÍNDIO, da qual é Presidente; **14)** Requerimento nº 14/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado os Srs. Christopher Julian Clark – Pres. da Associação Amazônia; Francisco Adamor Lima Guedes – Sócio da Associação Amazônia e o Sr. Plínio Leite da Encarnação – Representante da Associação Amazônia; **15)** Requerimento nº 15/01, de autoria da Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Sr. Deputado Estadual Messias de Jesus – Presidente da CPI das “Terras e assuntos indígenas”, da Assembléia Legislativa de Roraima, para prestar esclarecimento sobre o tema, relacionado com a CPI das ONG’s; **16)** Requerimento nº 16/01, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convidado o Deputado Estadual Urzenir Rocha – Relator da CPI das “Terras e assuntos indígenas”, da Assembléia Legislativa de Roraima, para prestar esclarecimento sobre o resultado dos trabalhos daquela CPI, relacionados com o tema desta CPI das ONG’s; **17)** Requerimento nº 17/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado os Srs. Silvestre Leocádio e Evanildo Lima Mota, para prestarem depoimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIURR, da qual são Presidentes e Vice-Presidente, respectivamente; **18)** Requerimento nº 18/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que

requer seja convocado o Sr. Gilberto Macuxi, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Associação Regional Indígena dos Rios Quimô, Cotingo e Monte Roraima – ARIKON, da qual é Presidente; **19)** Requerimento nº 19/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Anísio Filho Pedrosa Lima, para prestar esclarecimentos a esta CPI, a respeito dos trabalhos da Aliança de Inegração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima, da qual é Presidente, e **20)** Requerimento nº 20/01, de autoria da Sen. Marluce Pinto, que requer seja convocado o Sr. Jacir José de Souza, para prestar depoimento a esta CPI, a respeito dos trabalhos do Conselho Indígena de Roraima – CIR, do qual é representante. Após a discussão dos Requerimentos, o Senhor Presidente, passa a votação, sendo todos aprovados por unanimidade de seus membros. A Presidência lembra aos presentes que, de acordo com a sugestão de agendamento de oitivas aprovado inicialmente nesta reunião, fica marcado para a próxima terça-feira, dia 28 de agosto do corrente ano, as oitivas dos Srs. Jorge Pereira dos Santos – Presidente da COOPERÍNDIO e do Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal de Manaus – AM Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

Ata da 7ª Reunião Realizada em 28-8-01.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezessete horas e cinquenta e minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Marina Silva, Nabor Júnior e Leomar Quintanilha, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito **“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento dos Senhores: Dr. Nivaldo Farias de Almeida – Delegado da Polícia Federal de Manaus/AM e de Jorge Pereira dos Santos – Presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio

Negro – COOPERÍNDIO. A Presidência solicita a entrada do primeiro depoente ao recinto, Dr. Nivaldo Farias de Almeida, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos, comunicando ao Plenário que o depoente preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o em seguida. O Senhor Presidente passa a palavra ao depoente para iniciar sua exposição. Em seguida, o Senhor Presidente, concede a palavra a Senhora Relatora para os seus questionamentos ao depoente. No decorrer do depoimento, a Senadora Marluce Pinto, solicita ao Dr. Nivaldo que encaminhe a esta Comissão, cópia na íntegra, dos Inquéritos nº(s) IPL 263/01 – SR/DPF/AM, IPL 264/01 – SR/DPF/AAAM e IPL 178/01. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Marina Silva e Nabor Júnior. O Presidente, concede a palavra, pela ordem, ao Senador Moreira Mendes que requer à Comissão, solicitar à Funasa explicações com relação a diferença salarial dos médicos do quadro da Funasa e dos médicos contratados pelas ONG's (via convênio Funasa). A Presidência recebe do Dr. Nivaldo Farias, ao final de seu depoimento, documentos que serão autuados pela Secretaria da Comissão. O Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a presença do depoente e comunica ao Plenário que foram entregues a Mesa dos Trabalhos, Requerimentos de autoria dos Senadores: Marina Silva, Moreira Mendes e Leomar Quintanilha. O Presidente, coloca em discussão e votação, 02 (dois) Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva, a seguir relacionados, **1)** Requerimento nº 21/01, que requer seja convidado para participar da oitiva do dia 4 de setembro, o Relator da CPI da Câmara dos Deputados que investiga grilagem de terras na Amazônia, Deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO), aprovado por unanimidade e, **2)** Requerimento nº 22/01, que requer seja convidado o Presidente da FUNAI, Glênio da Costa Alvarez, para oitiva do dia 11 de setembro, quando serão ouvidas as organizações indígenas de Roraima: SODIURR, ARIKON, ALIDICIR e CIR, sendo aprovado com a ressalva de alteração do termo: convite para convocação, do Presidente da Funai. O Sr. Presidente informa aos presentes que os demais Requerimentos serão colocados em discussão e votação em uma próxima reunião. Em seguida, o Senhor Presidente solicita a entrada do segundo depoente, Sr. Jorge Pereira dos Santos – Presidente da Cooperíndio, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos, comunicando ao Plenário que o depoente preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o em segui-

da. A seguir, o Presidente concede a palavra ao depoente, que inicialmente solicita a Comissão permissão para depor em reunião secreta, como também, fazer-se acompanhar no decorrer de seu depoimento, do Dr. Carlos Alberto Queiroz Barreto – Procurador Federal da Funai. O Sr. Presidente, após consulta a Sra. Relatora e ao Plenário, defere a solicitação do depoente. A seguir, a Presidência suspende a reunião por alguns minutos, determinando a Secretaria que tome as providências necessárias para a continuidade dos trabalhos, tornando-a secreta. Logo após, a Comissão dá início a reunião secreta. A Presidência concede a palavra ao depoente para sua exposição inicial. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Moreira Mendes e Marina Silva. A Presidência lembra aos presentes que, de acordo com o agendamento de oitivas já aprovados nesta Comissão, fica marcado para a próxima terça-feira, dia 04 de setembro do corrente ano, as oitivas dos Srs. Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, ambos da Assembleia Legislativa de Roraima e os Representantes da Associação Amazônia, Srs.: Christopher Julian Clark, Francisco Adamor Lima Guedes e Plínio Leite da Encarnação. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da CPI das ONGs, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 21 de agosto, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, considero aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Jorge Pereira dos Santos, Presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro – Cooperíndio – e do Dr. Nivaldo Farias de Almeida, Delegado de Polícia Federal de Manaus, Amazonas.

Inicialmente, até por uma questão de processualística, convido primeiramente o Dr. Nivaldo Farias de Almeida para prestar o seu depoimento. O depoen-

te preencheu e assinou o termo de compromisso, que passo a ler:

“Termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nivaldo Farias de Almeida. Identidade nº 1.493.064-1. 36 anos de idade. CPF nº 827.889.527-91. Estado civil: divorciado. Endereço residencial: Rua Alagoas nº 77, Bairro das Flores, Manaus, Amazonas. Profissão: Servidor Público Federal. Local onde exerce sua atividade atualmente: Manaus, Amazonas. É parente, em algum grau, da parte envolvida? Não.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Brasília, 28 de agosto de 2001.”

Concedo a palavra à Sra. Relatora para fazer as suas indagações. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que quiserem se inscrever para inquirir o depoente poderão fazê-lo na Secretaria da CPI.

Quero corrigir um equívoco. Passei inicialmente a palavra à Relatora, quando deveria tê-la concedido ao depoente.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, exatamente. É preciso tomar o depoimento primeiramente. Sugiro que o depoente faça a sua exposição de motivos e, posteriormente, façamos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Perfeitamente. Corrigido o equívoco, concedo a palavra ao Dr. Nivaldo para dar início à sua exposição.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Boa noite. Fui convocado a prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, porque estou presidindo, atualmente, três inquéritos policiais instaurados para apurar fatos, em tese criminosos, envolvendo pessoas e a extração irregular de minérios numa região do Amazonas conhecida como Cabeça do Cachorro, especificamente no Município de São Gabriel da Cachoeira.

Esses inquéritos não foram instaurados por mim. Havia um outro delegado que estava conduzindo os trabalhos, e, há quinze dias, fui contemplado com esses três procedimentos, mas já os analisei, considerando que estou há sete anos e meio no Amazonas e conheço um pouco dos fatos, objeto desses procedimentos citados. Portanto, vou aqui falar a respeito deles.

Bem, disse que são três fatos tidos em tese como criminosos. Enumerando um, no Inquérito nº

178, de 2001, este foi instaurado para apurar a extração e comercialização irregulares de tantalita – foram 286 quilos de tantalita –, um minério bastante valioso, e aproximadamente sete toneladas de ametista, uma pedra tida como semipreciosa.

A Polícia Federal compareceu a um porto de Manaus, e, lá, uma embarcação procedente da região em tela trazia, no seu porão, essa quantidade de minério. Ali, a Polícia Federal fez a apreensão, levando as pessoas até a superintendência e ouvindo todos aqueles envolvidos. Foram apreendidas notas fiscais, que, de alguma forma, davam uma idéia de legalidade ou de normalidade à operação feita.

Só que nós fomos à Secretaria Estadual de Fazenda posteriormente e, segundo o Código Tributário local, o que importa é a ocorrência do fato gerador para cobrança do ICMS. Uma vez que a mercadoria está circulando, eles cobram, ou seja, eles não investigam a origem daqueles produtos.

Em princípio, queríamos responsabilizar o técnico da Fazenda Estadual, mas estou convencido agora de que ele nada mais fez do que cumprir o seu papel. Inicialmente, a minha idéia a respeito dele é essa.

Essas pessoas que estavam conduzindo o material foram ouvidas. Uma das quais indiquei, sexta-feira próxima passada, quando fiz uma viagem a São Gabriel da Cachoeira. O nosso entendimento é o de que a Constituição Federal, no art. 231, no §3º, deixou de recepcionar o art. 44 da Lei nº 6.001/73, o conhecido Estatuto do Índio, que autorizava a apanha e a cata, desde que feitas pelos próprios índios, não se utilizando de equipamentos sofisticados.

Porém, o nosso entendimento é o de que, mesmo assim, de acordo com a ordem constitucional atual, não é possível ser realizada essa exploração. Portanto, quem a praticar vai estar cometendo um delito. Quem recepcionar também vai estar praticando um outro delito, previsto no Código Penal, art. 180, que é o crime de receptação.

Esse é o entendimento da Polícia, que é o momento do procedimento de persecução criminal. Naturalmente, quando chegarem a juízo, eles vão ter condições de se defender, aqueles envolvidos, e a idéia pode ser outra. A defesa pode atuar, diante daqueles princípios do contraditório e da ampla defesa. A Polícia Federal, pelo menos na minha pessoa, está tendo esse entendimento, no caso específico.

Então, este art. 231, que diz o seguinte:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários so-

bre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. “

Esse é o **caput**. O § 3º complementa: “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação de resultados da lavra na forma da lei”.

Assim, o Constituinte de 1988, em primeiro lugar, protegeu o índio, dizendo que a terra tinha que ser demarcada e determinou que o Governo demarcasse as terras, o que já foi feito em grande parte das situações. Ao mesmo tempo, colocou esse dispositivo que, em nosso entendimento, veio a proteger as comunidades indígenas para evitar que o esperto influencie o índio a retirar e a vender. O índio tem feito um trabalho de “formiguinha”.

Daí outra vertente da investigação que provavelmente vou tomar, porque pode constituir o delito do art. 149 do Código Penal, que é a redução da pessoa à condição análoga de escravo, uma vez que o índio caminha o dia inteiro com o minério das costas para vendê-lo a R\$0,70 (setenta centavos) o quilo da ametista e a tantálita variará de acordo como teor de tântalo porque ela vem misturada, é um composto de nióbio, tântalo e outros minérios. Quando o teor de pureza é alto, vale mais e, quando é baixo, conseqüentemente vale menos. Os índios têm vendido a dois, três ou quatro reais o quilo de tantálita, que varia de acordo com o teor em que a análise é feita pelo próprio minерador, e não é justa, mas estão vendendo.

Os índios caminham o dia inteiro com aquele peso nas costas, depois esse material, esse minério é conduzido, escoado até São Gabriel da Cachoeira e, a partir daí, vai até Manaus e é escoado. A nossa investigação chegou a uma empresa que não precisamos investigar muito, porque na própria nota fiscal aparecia o seu nome, que é a Companhia Industrial Fluminense, no caso das ametistas. Essas empresas naturalmente vendem, mas não sei se o material continua no Brasil ou se vai para o exterior.

No caso da ametista, mesmo de péssima qualidade, é possível aproveitar 1%. Tem-se uma pedra grande, vai-se quebrando, fica a gema e, mesmo assim, se for de péssima qualidade, ainda se aproveita 1%. Com esse aproveitamento da quantidade que foi apreendida, em torno de sete toneladas, teríamos setenta quilos de ametista em gemas. Considerando que um quilate no mercado internacional custa em

torno de um real, não oscila muito, haveria 0,2 gramas.

Em setenta quilos, teríamos setenta mil quilates vezes cinco, que daria trezentos e cinqüenta mil dólares, e a empresa pode ter pago setenta centavos na origem. A setenta centavos o quilo, perfaz o valor de cinco mil reais as sete toneladas, e as empresas conseguem vender por trezentos e cinqüenta mil dólares. Isto para mim é exploração absurda e pode caracterizar – não estou dizendo que caracteriza – o crime contra os indígenas que está previsto no art. 149, que é a redução a pessoa humana à condição análoga de escravo.

O DNPM, que é o Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão que fiscaliza a exploração de minérios na região, também dispõe de recursos financeiros e humanos para cobrir toda aquela área. O Estado do Amazonas é o maior estado do Brasil, com dimensões continentais, e a Polícia Federal e o DNPM, com os recursos materiais e humanos de que dispõem, é humanamente impossível cobrir toda a área.

Quanto à atuação das organizações não-governamentais, o objeto principal do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós, enquanto profissionais de polícia, entendemos que devemos nos restringir ao trabalho específico que estamos realizando, o do inquérito policial. Se surgir alguém que pertença a uma ONG, esse alguém naturalmente será responsabilizado. Se não, não será responsabilizado.

Há sete anos e meio moramos no Estado do Amazonas. Antes era Fuzileiro Naval, atualmente estou na Polícia Federal. Sempre viajando para o interior, encontramos muitas embarcações com brasileiros e estrangeiros, cujo trânsito na região nem sempre é devidamente controlado. A Polícia Federal fiscaliza no momento em que o estrangeiro adentra o território nacional. Colocamos um carimbo com o prazo de visto de turista, por exemplo, noventa dias. Não há um policial para acompanhar esse estrangeiro, até porque não seria lógico, durante toda a sua estada no Brasil. Esse estrangeiro pode entrar como turista e pesquisar, pode entrar como turista e trabalhar e, certamente, nas ONGs atuam dessa forma também. Não há um caso específico, o que seria necessário, para colocar para os senhores. Mas com certeza eles assim agem.

Com relação à assistência à saúde indígena, anteriormente feita pela Funai, recentemente tal atribuição passou para a Funasa. A Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, naturalmente, não presta o serviço diretamente. Repassa para entida-

des da Igreja Católica, para prefeituras e para as ONGs, cuja natureza é jurídica. Em regra, é uma associação civil sem fins lucrativos, não presta contas, como, na verdade, deveria prestar, na nossa opinião. Talvez uma solução fosse a transformação de todas elas, por intermédio de uma lei que V. Ex^{as} propusessem, em natureza jurídica específica. Dessa forma, seriam transformadas em fundações, cujas atividades poderiam ser fiscalizadas, por exemplo, pelo Ministério Público Estadual. E não apenas a prestação de contas em razão do convênio feito com o Poder Público. Elas teriam a obrigação de, logo na sua constituição, preencher determinados requisitos, o que amarraria melhor sua atuação, pois são integradas por pessoas, e pessoas têm virtudes e defeitos, tanto as nacionais como as estrangeiras, tanto brancos como índios. Se, eu, por exemplo, Delegado de Polícia Federal, tenho fiscalização do Ministério Público, do Poder Judiciário, da nossa Corregedoria, da sociedade, de todos, se os Srs. Senadores têm da Corregedoria, do Poder Judiciário, enfim, trabalhamos sob fiscalização. O ponto fraco das ONGs, na nossa humilde opinião, é exatamente o da prestação de contas: a quem prestar contas, como prestar e de que prestar.

Quando os índios recebem assistência à saúde, por exemplo, lá no rio Tiquié, ou no rio Içana, no Nordeste do Brasil, é uma ONG que presta a assistência. Eventualmente pode haver estrangeiros, mas é um braço do Poder Público, por meio da verba que veio, na maior parte, da União. Talvez a mensagem que chegue ao índio não seja essa, pois na ponta do galho ele observa que quem presta a assistência é a ONG A ou a ONG B, e não o Poder Público. E nem sempre a mensagem será vendida conforme deveria, dizendo que o dinheiro é, na maior parte, da União, e que a organização apenas leva, estendendo o braço do Estado até aqueles rincões do País.

Com certeza esse aspecto é gravíssimo. E nós, que estamos lá, que fazemos operações com uma certa frequência na região, observamos de perto e sentimos isso não só nessa área da Cabeça do Cachorro, mas em toda a região de fronteira com o Peru, com a Venezuela e com a Colômbia.

Voltando ao inquérito, no meu trabalho, fiz o indiciamento de duas pessoas. No caso do Inquérito nº 178, do rapaz que estava transportando a tentalita, que vendeu parte da tentalita, cujo nome figurava na nota fiscal, e, no caso das sete toneladas de tentalita, que está sendo investigado no Inquérito Policial nº 263, indicamos também mais uma pessoa. É claro que esse trabalho, apesar de ter o prazo de trinta dias,

de acordo com o Código de Processo, ainda está na fase embrionária. Com certeza, muita coisa ainda terá que ser feita no inquérito e as pessoas que tiverem envolvimento serão indiciadas, assim como organizações não-governamentais e entidades. **A priori**, não podemos dizer se é entidade A ou entidade B que está envolvida, porque, na investigação criminal, buscamos pessoas envolvidas com fatos. Nasce o fato, a Polícia é chamada, atua, descobre, eventualmente ou quase sempre, pessoas envolvidas e responsabiliza essas pessoas. Esse ato de polícia será, naturalmente, revisto pelo Poder Judiciário, com ampla defesa, contraditório e todos os direitos que o indiciado tem e que, naturalmente, exercerá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, Relatora, para as suas indagações e considerações.

A SRA. MARLUCE PINTO – Dr. Nivaldo, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é como a Polícia Federal tomou conhecimento da exploração de minério em terras indígenas, nesse caso da tentalita, na localidade Cabeça do Cachorro, no Município de São Gabriel da Cachoeira.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Normalmente, pessoas ficam contrariadas, ou porque se deu preferência a um outro comprador, ou porque elas queriam vender por um preço e conseguiram outro, e denunciam à Polícia. No caso específico dessa primeira apreensão, que foi de sete toneladas de ametistas e duzentos e oitenta seis quilos de tentalita, houve uma denúncia anônima. Nós deslocamos equipes para o porto de São Raimundo e lá foi realizada a apreensão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, foi anonimamente que vocês tomaram conhecimento. Não há um registro de pessoas que tenham procurado a Polícia Federal para fazer a denúncia?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, ninguém procurou. Na verdade, nós recebemos telefonemas e vamos investigar, porque consideramos, mesmo sendo anônima.

A SRA. MARLUCE PINTO – E foram à localidade e deram o flagrante.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Aí deflagramos a operação. Não foi feito o flagrante exatamente pelos questionamentos que se colocam acerca do enquadramento da conduta. Às vezes, o fato está ali, sabemos que é criminoso e, naquele momento, no reflexo, não dá para dizer em que tipo penal é enquadrável. Mas, no flagrante, que é bastante contundente e que retira a liberdade da pessoa. Se não houver

convicção da autoridade policial para fazê-lo, ela opta por instaurar o procedimento por portaria, que culminará, também, com a responsabilização dos envolvidos; chega ao mesmo local utilizando um itinerário menos doloroso.

A SRA. MARLUCE PINTO – E V. S^a tem conhecimento do efetivo que estava praticando essa atividade de exploração desses minérios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A primeira apreensão foi feita no porto. Havia apenas uma pessoa conduzindo a mercadoria, acobertada por notas fiscais. Só que o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, que já nos informara que não havia nenhuma autorização para a exploração de minério, tantalita ou ametista, na região da Cabeça de Cachorro, fomos já com a certeza de que aquela atividade era irregular, portanto a polícia teria que atuar.

A SRA. MARLUCE PINTO – V. S^a falou no início do seu pronunciamento que três inquéritos foram instaurados e que uma pessoa havia sido indiciada. Então, somente uma pessoa foi indiciada ou várias pessoas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Duas pessoas, até o momento, foram indiciadas.

A SRA. MARLUCE PINTO – Pode falar o nome delas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Posso, sim. O Sr. José Lopes Filho, que é um técnico em mineração e se disse dono de 286 quilos de tantalita apreendida nos autos do Inquérito nº 178 deste ano, e o Sr. Pedro Fernandes Machado, um cidadão em cuja residência foram encontradas as sete toneladas de tantalita.

Na verdade, em um evento só, tivemos sete toneladas de ametista e 286 quilos de tantalita. Em um outro evento, encontramos, em São Gabriel da Cachoeira, em uma residência, sete toneladas de tantalita.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas o produto que estava na casa do Sr. Pedro Fernandes era o quê? Tantalita ou ametista?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tantalita. As sete toneladas de ametista estavam no barco, fizemos a apreensão dela no barco.

A SRA. MARLUCE PINTO – O senhor conseguiu registrar o nome desse barco?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tanaka IV, salvo engano. Daqui a pouco eu confirmo.

A SRA. MARLUCE PINTO – Tanaka Neto IV?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tanaka IV. Tanaka Neto IV, para ser mais preciso.

A SRA. MARLUCE PINTO – E esse barco foi preso no ato?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, o barco não foi apreendido, porque esse barco recebeu a mercadoria com as notas fiscais, e ele faz o transporte. Ele é apenas o transportador. Se às vezes, para nós, fica difícil enquadrar, acho que para o dono do barco seria mais complicado ainda. Por isso que, em relação a ele, apenas foi ouvido aqui e, por enquanto, nada pesa sobre a sua conduta.

A SRA. MARLUCE PINTO – E os 286 quilos de tantalita que foram encontrados na casa do Sr. Pedro Fernandes foram apreendidos e levados para qual local?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Na casa do Sr. Pedro Fernandes, foram apreendidas sete toneladas de tantalita.

A SRA. MARLUCE PINTO – As sete toneladas não são de ametista?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, falei sobre duas sete toneladas, vamos assim dizer. No primeiro caso, foram sete toneladas de ametista, que foram apreendidas juntamente com 286 quilos de tantalita. Todo esse material estava no barco Tanaka Neto IV. Num segundo momento, já em São Gabriel da Cachoeira, e não em Manaus, foram apreendidas sete toneladas de tantalita, que estavam na casa do Sr. Pedro Fernandes Machado, que também é índio. Ele utilizava-se de um barco e passava. Ele vende mercadorias, gêneros alimentícios, etc. e aproveitava, no retorno, para pegar esses minérios que eram explorados pelos índios, fazendo aquele trabalho que falei anteriormente, de formiguinha. Os índios levam até um ponto onde o barco pode apanhar, e esse cidadão trazia até São Gabriel da Cachoeira, de onde pretendia comercializar, segundo ele, através da Cooperíndio, incentivado pela Cooperíndio.

A SRA. MARLUCE PINTO – E V. S^a chegou a interrogar alguém da Cooperíndio, na época?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O único que tentei interrogar foi o Sr. Jorge Pereira dos Santos, que é presidente da Cooperíndio, mas confesso que no interior nem sempre fazemos uma intimação formal, por escrito. É tudo perto ali. Digo: Eu pretendo falar com o senhor, marco o horário. Torna-se informal e chega-se ao mesmo objetivo. Ele marcou que viria num determinado horário, e não veio. Remarquei, ele não veio de novo. Como eu tive que viajar para cá, deixei uma parte da equipe em São Gabriel, para fazer a viagem até o local da extração do minério, cujo relatório tenho aqui. Os colegas

mandaram por fax. Não tive tempo de ouvi-la e acabei não ouvindo. Ao que se sabe, ele vem também prestar depoimento hoje aqui na CPI.

A SRA. MARLUCE PINTO – E as notas fiscais que foram encontradas eram já da comercialização do produto?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Exatamente.

A SRA. MARLUCE PINTO – Estava destinado a alguma empresa?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

A SRA. MARLUCE PINTO – E para qual destinatário e destino estava sendo enviada essa mercadoria?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A mercadoria, no caso a tantalita – vou confirmar aqui nas notas fiscais –, foi enviada à Companhia Industrial Fluminense de São João del Rei, Minas Gerais, e pertencia ao Sr. José Lopes Filho, o qual foi por nós indiciado no Inquérito Policial nº 178.

A ametista em escória... escória eles chamam aquela ametista cuja qualidade não é muito boa, mas também esse rótulo escória pode ser para dizer que não tem um determinado valor que, na verdade, tem.

A SRA. MARLUCE PINTO – Para mascarar o preço

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim. Mas, no caso específico, como o laudo ainda não saiu, que é produzido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, não posso dizer se era de boa qualidade ou não.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quer dizer que V. S^a ou alguém da Polícia Federal encaminhou o produto para que fosse feita sua análise.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Foi encaminhado pelo delegado que presidia o inquérito à época ao DNPM e o laudo deve estar quase pronto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Tenho aqui uma relação que diz que o preço da tantalita, em 1988, era de US\$34.00, em 1994, US\$35.00 e em 2000, US\$191.00, não, é libra.

Como está escrito na nota fiscal? E V. S^a trouxe cópias dessas notas fiscais? Se trouxe gostaria que ficassem com a Comissão.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, estas que estou manuseando podem ficar com a Comissão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Porque pode haver a necessidade de saberermos os valores.

Aproveitando a oportunidade, solicitaria que V. S^a encaminhasse o mais rápido possível a cópia do inquérito formalizado, na sua integralidade.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

A SRA. MARLUCE PINTO – Se V. S^a encontrar a nota fiscal, poderemos saber o quantitativo, se era vendida por quilo, e o valor unitário.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Ele mencionou dois nomes: tantalita tipo a e tipo b, conforme o grau de pureza. É de excelente qualidade quando há tantalita na mistura, tem o nome de columbita/tantalita, quando o nióbio predomina sobre a tantalita, ou então tantalita/columbita, quando o tântalo predomina sobre o nióbio. Nesse caso, ele colocou a tantalita tipo a, 103 quilos, na nota, a um preço unitário de R\$87,50, e tantalita tipo b, 180 quilos, preço unitário do quilograma R\$15,00.

O SR. MARLUCE PINTO – E qual é a data de emissão da nota?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Data da emissão da nota é de 5 de abril do ano em curso.

A SRA. MARLUCE PINTO – Conforme este relatório, já custava, no ano de 2000, US\$191,00, 400g.

Até o momento estou satisfeita, talvez no final tenha que lhe fazer novas perguntas. Sr. Presidente, retorno-lhe a palavra, para que outros se pronunciem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria, antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores, de tirar uma dúvida que restou.

O Sr. Delegado disse que havia três fatos que, em tese, eram tidos como criminosos, mas só consegui perceber o relato de um: a extração e a comercialização do minério em terras indígenas.

Quais os outros fatos que, em tese, seriam criminosos?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vou enumerá-los agora. Falarei o número do inquérito e o fato que motivou a sua instauração.

O Inquérito Policial nº 178, de 2001, foi instaurado em razão de uma blitz que a Polícia Federal fez no Porto de São Raimundo, em Manaus, em que encontrou sete toneladas de ametista e 286 quilogramas de tantalita, aproximadamente.

O Inquérito Policial nº 263, de 2001, foi instaurado com o desiderato de apurar responsabilidade sobre a manutenção em depósito, no Município de São Gabriel da Cachoeira, de sete toneladas de tantalita. Esse material estava na residência do Sr. Pedro Fernandes Machado. Então, caso 2, do Inquérito Policial nº 263, de 2001, cujo responsável pela manutenção

do material em depósito, das sete toneladas do mineral tantalita, foi o Sr. Pedro Fernandes Machado.

O SR. MOREIRA MENDES – Nesse caso, só para completar, Sr. Presidente, qual a tipificação do depósito.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Esse é o mesmo, porque mantém o depósito de coisa que sabe ou deve saber ser produto de crime. Receptação, art. 180 do Código Penal.

E o Inquérito Policial nº 264, de 2001, cuja finalidade é apurar a responsabilidade acerca também do fato de a Polícia Federal ter encontrado numa residência 180 quilos de tantalita. Então, o terceiro caso, Inquérito Policial nº 264, de 2001, foi instaurado para apurar o fato de a Polícia Federal ter encontrado numa residência, também em São Gabriel da Cachoeira, uma quantidade de 180 quilogramas do mineral tantalita.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, que está inscrito para inquirir o depoente.

O SR. MOREIRA MENDES – Dr. Nivaldo, o senhor é amazonense?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Pernambucano.

O SR. MOREIRA MENDES – Vive há muitos anos na Amazônia?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Há sete anos e meio.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece pessoalmente a região de São Gabriel da Cachoeira?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não conheço na íntegra, porque a região é muito grande.

O SR. MOREIRA MENDES – São Gabriel da Cachoeira, é Alto Rio Negro? Só para eu me localizar.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – É Alto Rio Negro.

O SR. MOREIRA MENDES – Do que eu ouvi, percebo que são três inquéritos diferentes, até com certa dificuldade para o indiciamento, porque se encontrou basicamente o material. O senhor vê alguma relação dos três inquéritos com alguma ONG especificamente, até o momento?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Por enquanto não posso fazer essa afirmação.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece a Cooperíndio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A Cooperíndio teve oportunidade de conhecer agora, na última viagem que fiz, na semana passada.

O SR. MOREIRA MENDES – Têm alguma relação esses fatos com a Cooperíndio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Têm genericamente, não posso dizer que há uma responsabilidade específica da Cooperíndio pelo fato “a” ou pelo fato “b”. Mas a Cooperíndio congrega os interesses de organizações indígenas. Ali há 22 etnias no Alto Rio Negro.

O SR. MOREIRA MENDES – Cooperíndio é uma cooperativa integrada por comunidades indígenas.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Há várias organizações nas tribos lá dentro.

O SR. MOREIRA MENDES – Com que objetivo? Exploração mineral?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O primeiro objetivo que ela coloca no Estatuto é exatamente esse. Eu poderia até ler, se V. Exª permitir.

“A Cooperíndio tem por objetivos:

a) explorar, pesquisar, cubar e fazer relatórios de minerais ferrosos e não ferrosos, pedras preciosas, inclusive ouro.”

O elenco não pára aí, há outros objetivos, mas grifei esses exatamente por serem objeto da nossa investigação.

O SR. MOREIRA MENDES – Continuando nessa linha de raciocínio, a Cooperativa é integrada, portanto, somente de índios de diferentes etnias, mas somente índios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Inicialmente, sim, mas, hoje em dia, tem ou já teve não-índios integrando a diretoria, a cooperativa.

O SR. MOREIRA MENDES – Nos estatutos, pelo menos, existe a possibilidade estatutária de contratação de mão-de-obra estranha aos índios, a título de consultoria para poder de alguma forma auxiliar na exploração?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Certamente, porque o que o estatuto não proíbe entendemos que é possível ser feito. Neste caso, não há uma cláusula específica proibindo.

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. V. Sª tem conhecimento de alguma instituição, organização ou pessoa que teria sido contratada por essa cooperativa com qualquer objetivo? Não-índio?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não conheço.

O SR. MOREIRA MENDES – Não tem conhecimento. Estou fazendo esse questionamento, Sr. Presidente, porque em Rondônia temos uma situação

semelhante. Há uma comunidade indígena, da tribo dos Cinta Larga, e existe lá um garimpo de diamantes, dizem que de altíssima qualidade. E os índios, no fundo, acabam sendo instrumentos, manipulados por pessoas inescrupulosas, e vem conluio – à vezes, não estou dizendo que sempre – de Ibama, de Funai, de fiscais que acabam contribuindo para isso, porque o dinheiro que corre é uma coisa assim altíssima. Um dos subterfúgios que usam é exatamente esse de criar uma cooperativa a título de ajuda. Ou seja, fazem os índios criarem a cooperativa e depois contratam um consultor ou um especialista, um garimpeiro especializado que deveria ir lá com o objetivo de ensinar aos índios a explorar de minérios e acabam eles próprios levando a riqueza, ou levando o proveito. Daí por que estou fazendo esse questionamento, pois o que estamos apurando aqui é questão de ONG, para saber se tem alguma organização, seja ela qual for, envolvida com atividade ilícita. É esse o nosso objetivo aqui. E até de repente encontrar aquelas que realmente são boas e estão ajudando e prestando relevantes serviços.

Para o meu conhecimento, V. S^a se referiu aqui – não ouvi em detalhes, por isso vou repetir – que uma ONG que atua no noroeste. V. S^a se referiu a alguma organização?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Até agora eu não, que me recorde...

O SR. MOREIRA MENDES – Aqui, na sua fala hoje?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não me recordo.

O SR. MOREIRA MENDES – Nenhuma?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não me recordo, mas há as ONGs que atuam lá e eu posso falar sobre elas, só que não recai, **a priori**, nada específico contra determinada ONG. O que investigamos ouvindo pessoas, não o fato específico mas no geral é que determinadas ONGs, a Cooperíndio, por exemplo, não atuaria sozinha, tem o respaldo da FOIRN, que é a Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro.

Como disse anteriormente, cada comunidade indígena constitui a sua organização. Temos “n” organizações. Existe a FOIRN, que é uma federação dessas organizações. Ela dá uma espécie de suporte – não tenho como provar isso por enquanto. Não tenho um fato comprova que elas estão atuando juntas. É o que se diz, até órgãos públicos que consultei falam a respeito disso. E por sua vez, a FOIRN seria assessorada, trabalharia em parceria com o ISA, que é o Insti-

tuto Sócio-ambiental, cuja sede está em São Paulo. É uma outra organização governamental.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, V. S^a já responde a uma outra pergunta que eu ia fazer: se V. S^a pode declinar nomes de organizações não-governamentais que sabe que atuam na região com os índios e, nesse caso, de que forma eles atuam. Em decorrência da sua função de delegado – portanto, conhecedor da área –, o senhor conhece... O senhor já citou uma aqui.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – ISA, Instituto Socio-Ambiental.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece alguma outra cujo nome pode declinar?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tem a Sequóia, que é uma outra ONG que atua na área dos lanomâmis. Não me recordo da tradução da sigla, mas a organização atua junto aos lanomânis. Não atuariam na Cabeça do Cachorro, mas, sim, mais para baixo.

O SR. MOREIRA MENDES – Como atua o ISA, o Instituto Socio-Ambiental, com sede em São Paulo?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tenho aqui alguns trabalhos com a participação do ISA. O ISA atua há muito tempo na região. Segundo informações colhidas, foi quem forneceu elementos para que houvesse a demarcação das terras indígenas. Eles possuem equipamentos sofisticados, alta tecnologia. Fazem levantamento tanto físico, no chão, como remoto, por meio de satélites.

Tenho aqui exemplo de material feito com apoio do ISA. Esse livro aqui é da arte Baniua, uma das etnias da região. Tenho aqui um mapa-livro dos povos indígenas do Alto e Médio Rio Negro, que abrangem os Municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro. A área é muito grande e tem só três Municípios. Os maiores Municípios do mundo estão ali. Aqui, o ISA teve uma participação importante, financiando esse trabalho e dando apoio técnico, por meio de mapeamentos e outras coisas.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor declarou que eles trabalham com alta tecnologia e instrumentos sofisticados. Quem financia isso? O senhor tem conhecimento?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não sei. Ouvi falar do apoio do G7. Acessei o site do ISA e vi também um apoio que eles têm... Deixe-me localizar...

Aqui está um mapa produzido pelo ISA. A riqueza de detalhes é grande.

O SR. MOREIRA MENDES – Conhecem o Brasil melhor que nós, brasileiros.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Conhecem muito bem.

Acessei o site do ISA e há ali o símbolo da Comunidade Econômica Européia. Há outros dois símbolos que são, aparentemente, de organizações não-governamentais internacionais também.

O SR. MOREIRA MENDES – Eu queria saber apenas para meu conhecimento, pois realmente não sei. Tantalita é um minério e o tântalo é considerado pedra preciosa ou o quê? Qual a destinação industrial disso? Por que ele tem tanto valor? O senhor pode me informar isso? Talvez seja algo técnico.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Conversei com um técnico do Departamento Nacional de Produção Mineral e ele disse que esse minério é muito utilizado nas indústrias aeronáuticas, bélicas e eletrônicas. É um material muito caro e escasso.

O SR. MOREIRA MENDES – Para encerrar minha participação, Dr. Nivaldo, há alguma outra ONG que atua nessa área que o senhor julga relevante lembrar-lhe o nome, para que pudéssemos avançar nas investigações?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Tenho aqui uma lista de algumas ONGs que atuam na área. Sequóia, como citei, é o serviço de cooperação com o povo lanomâmi.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabe onde é a sede?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A origem é na Inglaterra, Canadá e Alemanha. As fontes de recursos são 85% da Funase e 15% da Alemanha. Área de atuação: comunidades ao longo do rio Marauíá e seus afluentes, na área lanomani. Atua em Santa Izabel e Barcelos; também em Boa Vista, em Roraima. Há outros detalhes aqui não tão relevantes.

A Sequóia também mantém convênios na área de saúde, com a Inspetoria Salesiana Missionária, para a importação de medicamentos. A Sequóia mantém convênio com a ONG inglesa – veja bem, esses são fatos que colhemos, mas, *a priori*, não haveria como provar. Agora, existe isso. Foram informações que conseguimos: mantém convênio com a ONG inglesa Sociedade Internacional das Nações Amigas Associadas – Unais, sendo que essa outra ONG envia para as áreas lanomanis pessoas, normalmente estrangeiros, técnicos em determinadas áreas, o que responde àquela indagação de V. Ex^a feita anteriormente.

IBDS é outra ONG, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sanitário. A origem é o Brasil; a fonte de recursos é a Funasa, através de convênio são repassados os recursos. Área de atuação: as comunidades ao longo dos rios Cauaburi, Marauíá e afluentes, Maturacá, iguarapé Inambú e outras áreas. A atividade se dá na área de saúde.

O SR. MOREIRA MENDES – Permita-me interrompê-lo por um instante, Dr. Nivaldo.

Senhor Presidente, vou me retirar por alguns instantes, apenas cinco minutos. Peço que V. Ex^a passe a palavra para outro Senador inscrito. Eu voltarei posteriormente.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de fazer uma pergunta a S. S^a nesse momento, antes que passe o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Sr^a Relatora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Doutor Nivaldo, eu gostaria de saber se é do seu conhecimento que a Cooperíndio é filiada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a FOIRN?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não tenho conhecimento. Pode até ser, porque é a Federação das Organizações Indígenas e a Cooperíndio. É uma delas. É bem possível que seja.

Eu pedi até para o Presidente da FOIRN uma cópia. Só que, no apagar das luzes, viajei para São Gabriel da Cachoeira para atender a convocação da CPI e não chegar aqui sem conhecer a matéria.

Quando eu pedi essa cópia, no sábado próximo passado, ele disse que estava fechado e a secretária que teria as chaves da FOIRN não se encontrava na localidade, no município, na sede e, portanto, não poderia fornecê-la. Assim, não posso dizer que ele omitiu.

O que eu sei é que não consegui o estatuto e nem outros documentos que me pudessem fornecer elementos para que eu pudesse responder a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Algum outro Senador deseja inquirir?

O SR. BERNARDO CABRAL – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Doutor Nivaldo, primeiro o cumprimento por sua presença aqui, Delegado da Polícia Federal da nossa capital. Espero que não lhe pareça estranho um Delegado, acostumado a inquirir ter de responder. Mas aqui, não se trata bem

de uma inquirição, e sim de uma contribuição, e essa é a idéia de todos os Senadores que estão aqui.

O senhor citou algumas ONGs – eu ouvi, inclusive, o nome Sequóia. O senhor conhece o número das ONGs que atuam na floresta amazônica? O senhor conhece o número total delas?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. As ONGs são sociedades civis sem fins lucrativos. Os registros são feitos no cartório de registro de pessoas jurídicas. Isso é genérico. Teríamos de fazer um trabalho mesmo de garimpagem no bom sentido.

Eu ainda não fiz isso, Excelência.

O SR. BERNARDO CABRAL – O que não é censurável, de qualquer maneira. O senhor não merece censura por não tê-lo feito. Mas ainda poderá.

O senhor já tomou parte em alguma reunião promovida por alguma ONG? Nunca foi convidado?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. Eu falei anteriormente – V. Ex^a não havia chegado ainda – que estou com esse procedimento há quinze dias. O delegado que presidia os inquéritos foi transferido para o Espírito Santo, e eu fui contemplado com esse prêmio maravilhoso e estou aqui. A idéia é fazer o melhor no trabalho como em todos os outros. Vamos nos empenhar nesse sentido.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor está há quase oito anos na área, eu ouvi oito.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, sete anos e meio.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sete anos e meio é uma longa permanência. Nesta sua permanência, a Polícia Federal como um todo examina os passaportes de estrangeiros que participam dessas ONGs, vistos, validade de passaporte ou eles transitam à vontade?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Esse item refere-se a uma outra observação que já fiz e V. Ex^a não se encontrava ainda, mas com prazer falo a respeito. A Polícia Federal carimba os passaportes dos estrangeiros que adentram o território nacional quando passam no aeroporto. Há vários tipos de vistos dentre os quais o visto de turista. Os estrangeiros que eventualmente atuam nas ONGs nem sempre são fiéis ao que está no passaporte, pois alguém pode vir como turista e atuar como médico, como pesquisador, por exemplo, o que dificulta bastante a atuação da Polícia Federal porque o trânsito de turistas que adentram o território nacional é grande, principalmente na Amazônia com o chamado turismo ecológico, que não deixa de ser uma boa alternativa, mas nos traz esses problemas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dr. Nivaldo, o senhor disse que quando estrangeiros passam pelos aeroportos a Polícia Federal carimba o passaporte. E para as fronteiras?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Quando ele entra pela primeira vez...

O SR. BERNARDO CABRAL – Quer dizer que a resposta está incompleta, por isso quero saber quando entra pelas fronteiras.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Este é um detalhe importante que esqueci de falar. Temos longas fronteiras nos Estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e esse controle é humanamente impossível de ser feito porque às vezes a entrada do estrangeiro se dá por um rio de 20 metros e às vezes por fronteira seca que consiste em só dar um passo e sai da Colômbia e entra no Brasil, ou sai da Venezuela e entra em território brasileiro, ficando mais complicado ainda.

Falei dos estrangeiros que entram pela porta da frente e há aqueles que preferem entrar pela porta da cozinha, no bom sentido, e não temos a menor condição de controlar. É humanamente impossível fazer esse controle.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu gostaria que essa resposta ficasse registrada, Sr. Presidente, porque, em verdade, é humanamente impossível fazer isso nas fronteiras inclusive, como ele registrou. Isso é importante para mais adiante chegarmos à conclusão de que não se pode pôr só a culpa na Polícia Federal, até pelo reduzido número do seu contingente, para que sirva de matéria no sentido de que possa haver uma fiscalização. É muito simples, Sr. Presidente, para combater o contrabando, ONGs, por exemplo, basta que se fiscalize as fronteiras, os portos de embarque e os portos aéreos, só que não há **contingente suficiente** para ??isso, muito menos na nossa área. Então é preciso que se registre que há pessoas que ali estão de forma clandestina.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se V. Ex^a me permite...

O SR. BERNARDO CABRAL – Claro, estou colaborando. Quero lhe dizer, Dr. Nivaldo, que não tenho nenhuma simpatia nem antipatia por ONG nenhuma, o que quero é destacar – e esta é a nossa idéia aqui – a ONG que é boa, que presta serviço daquela que é irregular, que só causa danos e sobretudo quem é mais atingido neste ponto é a Região Amazônica, sem nenhuma dúvida. De modo que vejo em todos que estão aqui, sem exceção, um pode estar de um lado e outro em lado contrário, mas a idéia é fazer a

distinção entre o joio e o trigo. Sabemos que há ONGs que trabalham e produzem, mas há outras que não e são estas que a Comissão Parlamentar de Inquérito quer apanhar.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não é nenhuma defesa em relação ao Departamento de Polícia Federal, mas é bom que todos conheçam – com certeza boa parte dos presentes não conhecem – as carências da Polícia Federal, principalmente em relação ao efetivo, e não é um problema localizado. Mas para fiscalizar no Estado do Amazonas temos, entre delegados, agentes, escrivães, peritos etc. cem pessoas aproximadamente para “proteger” na nossa alçada, na nossa seara de competência e atribuição, o maior Estado do Brasil com uma fronteira de mais de 1.000 quilômetros de fronteiras secas, rios e pequenos igarapés que, muitas vezes, dividem ou separam o Brasil dos países limítrofes.

Nossa fronteira na Região Norte, em regra, é ocupada por índios – as terras foram demarcadas por índios, que têm o hábito tradicional de se reunir em aldeias. Viajei de barco por cinco dias pela fronteira do rio Javari, saindo um pouco do Cabeça do Cachorro, descendo, indo para o sul. Durante horas não enxergamos uma viva alma. Na fronteira do Peru ocorre o contrário: caminhando 200 mil metros ou 2.000 mil metros sempre se encontra uma casa.

A melhor proteção de fronteira – na nossa humilde opinião, não sou especialista no assunto – é exatamente a moradia de caboclos que poderão informar a órgãos como o Exército e a Polícia Federal, e quaisquer outros que tenham a atribuição de proteger nossa fronteira, portanto, nossa soberania, os movimentos que ocorrem, porque pode haver exploração do território brasileiro não só em larga escala, mas, às vezes, em pequena escala. Os próprios moradores de países vizinhos podem nadar, dar algumas braçadas ou pegar um barquinho e atravessar a fronteira para explorar a caça, os vegetais e até os minérios.

Essa questão é complicadíssima. E é engraçado que, mesmo sendo o Brasil, em tese, melhor e mais bem posicionado economicamente do que os países vizinhos, a situação está invertida. Nossa fronteira, na minha opinião, é infinitamente mais vulnerável do que as fronteiras do Peru, da Bolívia, da Colômbia e da Venezuela. Isso verifiquei *in loco*, quando operações foram realizadas naquela área.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor sabe que nossa área dramática é a Cabeça do Cachorro, à qual o senhor se referiu. É pena que não se divulgue no País o que representa para o contrabando, o nar-

cotráfico e inclusive guerrilhas. A Polícia Federal sofre muito por causa dessa área.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Com o perdão da brincadeira, talvez isso ocorra porque o cérebro fica situado mesmo na Cabeça do Cachorro e as outras partes, em tese, são menos importantes. Naquela região há uma grande concentração de riquezas, de minérios. Não sou especialista no assunto, mas os técnicos do DNPM, com quem sempre temos contatos embora não sejam muito frequentes, informaram-nos a esse respeito. Aquela região realmente é muito rica e onde há riqueza, há o interesse e, por via de consequência, a concentração das atenções.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dr. Nivaldo, o senhor falou sobre o convênio dessas ONGs com a Funasa, não foi?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim, senhor.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor tem conhecimento de convênios realizados entre essas mesmas ONGs e a Funai?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Pode até haver.

O SR. BERNARDO CABRAL – A pergunta tem uma razão de ser: quem cuida de índio é a Funai. A Funasa é fundação nacional de saúde. Por isso repito a pergunta: o convênio é apenas com a Funasa ou também com a Funai?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Possivelmente há convênios com a Funai, porque esse órgão trabalha com a demarcação de terras. Até enunciei um caso em que o levantamento, em grande parte, foi feito pelo ISA. Nesse caso, naturalmente houve convênio. A Funasa está mais em evidência, porque lida com uma das necessidades básicas dos índios: a saúde.

Serviços médicos e odontológicos são prestados pela Funasa. Anteriormente, a Funai possuía um quadro de médicos, mas não sei por que, se por determinação de lei ou por algum embasamento técnico-jurídico, fizeram essa mudança da Funai para a Funasa e como esta não possuía quadros de médicos suficientes para prestar assistência nas comunidades indígenas, repassou seus serviços, mediante convênio, para as ONGs.

Falei sobre a questão da saúde de propósito, porque é uma necessidade básica e exatamente aí o índio ou o branco, o cidadão brasileiro sentirá a presença do Estado. Se não sente a presença do Estado, mas há alguém fazendo as vezes, de repente ouvirá a

mensagem desse alguém, que não é o Estado. E os recursos, 90%, 85% são do Estado. Mas a mensagem que chega ao índio pode não ser – não estou dizendo que não é – e provavelmente não é aquela de que é o Estado brasileiro quem está financiando, que somos nós, com nossos impostos, que estamos prestando assistência aos índios. Essa a questão mais grave de tudo isso de que estamos falando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pelo seus cálculos, a Funai entra com 80% e as ONG's, com 20%?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vi em alguns casos com 80%, 85%, 90%, e as ONG's entram com menos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nessa sua avaliação desse convênio, quais as ONG's que colaboram de forma efetiva, com eficiência? E se tem conhecimento de algumas que procedem regularmente, apesar de estarem sendo beneficiadas pelo convênio.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A prestação de serviço ao índio melhorou bastante com a mudança, quando se retirou da Funai para a Funasa. Não seria culpa – ousar emitir uma opinião – da Funai, nem a defendo, até porque não disponho de procuração para isso. Mas os recursos eram “x” para a Funai, por exemplo, e agora são “x” mais “y” mais “z”. Dez “x”. Melhorou a prestação do serviço. E a FOIRN é quem está fazendo isso agora em São Gabriel da Cachoeira, porque a Prefeitura, a quem cabia uma parcela dessa responsabilidade em razão do convênio que também tinha com a Funasa, houve uma auditoria na Secretaria de Saúde Municipal, e ela se retirou. A FOIRN está abarcando essa questão, inclusive alguns funcionários que trabalham com a FOIRN estavam em greve essa semana, quando estive em São Gabriel da Cachoeira, reclamando de não pagamento de salário ou coisa parecida.

O SR. BERNARDO CABRAL – É uma ONG?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A FOIRN é uma ONG – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. É um serviço. Resumindo: o serviço melhorou. Talvez, na escala, proporcionalmente, não tenha melhorado como deveria. Outra questão em relação à prestação de serviço pelas ONG's é que a verba chega ao destino percorrendo um itinerário mais longo. E um médico da FOIRN recebe, vamos supor, 7 mil reais, enquanto o da Funasa receberia 3 mil. O caminho ficou maior, e na ponta do galho, os profissionais que atuam ainda conseguem ter um salário muito melhor do que aqueles que são servidores públicos da Funasa. Esses detalhes colhi com a própria Funai e pessoas da própria Funasa.

O SR. BERNARDO CABRAL – A minha pergunta é no sentido de se o senhor conhece... O senhor acabou de dizer uma coisa que me agrada muito, o senhor ousou dar uma resposta.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Perdão pela ousadia.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, eu quero outra ousadia. O senhor pode ousar. Eu quero que o senhor me diga se conhece algumas ONG's que são boas, eficientes e se conhece as que não são. Isso é muito importante, sabe por quê, Dr. Nivaldo? Porque a idéia é a contribuição dos que vêm aqui. E ninguém melhor do que o senhor que está lá, em uma missão espinhosa, difícil, saber se observou alguma coisa. A minha idéia é absolutamente imparcial, mas ouvindo alguém prestar uma declaração que merece crédito de nós.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Seria leviano se eu dissesse que a ONG “a” ou “b” tem culpa sobre determinado fato criminoso. Por outro lado, também seria leviano, eu que estou chegando de São Gabriel da Cachoeira agora, e minha atuação é em âmbito de polícia, conduzindo vários inquéritos policiais, não sobra tempo nem de ler um bom livro, dizer que conheço a fundo a atuação das ONG's a ponto de dizer qual delas atuam bem ou mal. Essas informações que estou passando a V. Ex^{as}. foram colhidas **in loco**, mas não são suficientes para poder peremptoriamente afirmar que a ONG FOIRN é boa e outra qualquer é ruim. Não me sinto em condições, neste caso, ser taxativo.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor não tem como emitir juízo de valor sobre alguma ONG.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não, não tenho, com os elementos de que disponho até o momento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Por enquanto.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor considera – isso já é uma avaliação humana – que o problema indígena seria um problema de assistência social, de saúde, e não de polícia? Essa pergunta é importante.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Concordo com V. Ex^a, só que, quando o fato nos vem, quando ele aparece e, em tese, é enquadrável em determinado dispositivo da lei do Código Penal ou de lei extravagante penal, temos não só o poder, mas também o dever de fazê-lo. E se, independentemente disso, há um índio envolvido, e ele é um índio integrado – a grande maioria desses índios, principalmente das li-

deranças indígenas da região, são índios integrados –, não podemos fazer nada e temos o dever de atuar, de indiciar, enfim, de proceder conforme o Código de Processo Penal.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pois vou dizer-lhe uma coisa: essa sua saída é de apuração de ilícito penal e não está relacionada ao que lhe perguntei. Eu lhe direi o porquê.

Quando fui Ministro da Justiça, fiz tudo para tirar o Ibama e a Funai, da subordinação ao Ministério da Justiça. A Funai não tem por que estar subordinada ao Ministério da Justiça, como a Polícia Federal. A Funai deveria ser um órgão à parte, para tratar do indígena como ele deve ser tratado. E observe que, em determinada hora, ele é tratado como uma questão de polícia. Não é esse o assunto a respeito do qual eu estava lhe perguntando. A Polícia Federal tem de atuar, quando chamada, para apurar os ilícitos penais. A idéia que lhe passo agora, e observe nas suas andanças como isto acaba sendo um despropósito: um órgão como a Funai estar vinculado ao Ministério da Justiça. Tanto é assim que os convênios agora que o senhor tem apurado são muito mais rentáveis com a Funasa, porque é um problema de saúde que não tem absolutamente nada a ver com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Saúde.

Seria preciso buscar um meio termo para dar ao indígena porque, hoje, se não se tomar cuidado, há uma corrente que explora o índio e uma que o combate. Ele fica no meio dessa confusão de correntes e, por não ter um órgão à altura de suas necessidades e destinos, as ONGs começam a entrar. Desloca-se o eixo da proteção do Estado para uma proteção não-governamental.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu não sei – eu não estava aqui – o motivo por que convocaram ou convidaram o Dr. Nivaldo Farias de Almeida para prestar depoimento. Mas, com a parte que ouvi, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago se mais algum Senador deseja inquirir o depoente.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SR.^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, registro que o papel desta CPI é fazer uma investigação que busque aquilo a que ela se propõe: a análise das ONGs que atuam de forma irregular. Entretanto, precisamos conceituar o que é ser irregular, já que as organizações não-governamentais existem no nosso País há muito tempo e somente dois anos atrás aprovamos a Lei das Organizações Sociais e a Lei do Ter-

ceiro Setor. Se for por esse prisma, todo mundo estaria irregular, incluindo os convênios que V. S^a acabou de citar que o Governo Federal faz.

Trata-se de um trabalho que, da mesma forma como V. S^a disse, não pode, **a priori**, dar um atestado de bons antecedentes, nem pode condenar. É um trabalho que está sendo realizado.

Uma das coisas que achei muito interessante foi quando V. S^a disse que, ao se explorar determinado minério, se se lança mão disso por alguém que comprou de outrem por um preço inferior ao valor, temos aí a caracterização de uma espécie de trabalho escravo. Se estou errada, corrija-me, por favor. Se eu estiver errada, por favor, corrija-me. Foi isso que V. S^a falou. Essa é uma prática, infelizmente, recorrente – não sei se nas demais regiões do nosso País, mas na Amazônia. Dessa prática que V. S^a acabou de falar, do minério que foi apreendido – provavelmente saiu por 70 centavos e, depois, é vendido por um preço exorbitante. Alguém está ganhando com isso, caracterizando uma outra irregularidade que seria uma espécie de trabalho escravo.

Tenho essa experiência no meu Estado com a exploração da madeira. Por exemplo: uma pessoa vende uma árvore de mogno por R\$ 20. Essa árvore de mogno dá, no mínimo, oito m3 de madeira. Cada m3 de madeira chega no Porto de Paranaguá por R\$800. É algo similar. Estou querendo fazer uma comparação. Infelizmente, existe uma teia de irregularidades, explorando aqueles que, como diz Don Mauro Morelli, não são, não podem, não sabem e não têm. É bom que sintamos que há uma preocupação da polícia e do Poder Judiciário em fazer, digamos assim, um levantamento.

Referentemente ao trabalho escravo e à semi-escravidão, eu poderia dizer que meu pai foi um semi-escravo. Produzíamos um quilo de borracha por um valor que valia quase nada e o vendíamos por um tanto que o seringalista ganhava, podendo, inclusive, fazer ótimas obras, como é o caso do nosso belíssimo Teatro Amazonas, que foi construído graças a essa semi-escravidão dos seringueiros. Infelizmente, séculos se passaram e estamos vendo em plena modernidade um Delegado da Polícia Federal falar que continua a acontecer. E isso, eu poderia dizer, acontece em outros vários segmentos da exploração dos nossos recursos naturais.

A primeira pergunta que farei é a seguinte: quando V. S^a fez referência à Constituição Federal também fez uma referência ao Estatuto do Índio, dando a entender que deveria ter sido feita uma alusão em relação à alguma lei, à algum direito que existe no

Estatuto e que não foi observado na Constituição Federal. Se me enganei, pode me corrigir. Qual a visão que V. S^a tem em relação à exploração dos recursos minerais praticada pelos próprios índios, em áreas indígenas? Existe algum mecanismo legal ou qualquer atividade já é caracterizada irregularidade, se praticada pelos índios, em forma de cooperativa, enfim, da forma que for? Pergunto por partes, e não em bloco, para podermos interagir.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Essa questão é interessante porque, no Direito, nem sempre podemos falar isso ou aquilo. Às vezes, aquilo é um pouco isso e isso é um pouco aquilo, dependendo da forma como se encara e das partes envolvidas.

Quando falei aqui e dei essa interpretação, salvo engano, fiz questão de dizer que era uma opinião nossa, da polícia em um determinado momento do procedimento de persecução criminal, que pode ser retificada pelo Poder Judiciário. Essa interpretação do Delegado Nivaldo pode não ter importância nenhuma, no futuro, quando a parte tiver direito a uma ampla defesa e ao contraditório. A minha tese é a de que poderá não valer nada. Como técnico do Direito, com as minhas limitações e no momento processual no sentido amplo em que atuo, é essa a posição que declinei aqui para V. Ex^{as}.

A Constituição Federal não teria recepcionado o Estatuto do Índio, quando o Estatuto autorizava a exploração feita pelo próprio indígena com técnicas rudimentares, por meio da faiscação, da cata, etc. É uma opinião minha.

A SRA. MARINA SILVA – A segunda pergunta que faço é qual a sua opinião em relação ao fato de os índios criarem organizações, buscando uma forma de representação, como as do tipo que V. S^a citou, chegando até mesmo a uma forma de federação. Qual é a sua opinião a respeito da criação dessas organizações que representam os interesses das comunidades indígenas, seja por meio da União das Nações Indígenas e por várias formas que vão até a base, de modo bem pulverizado, chegando ao topo da pirâmide?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Nesse caso, a minha opinião poderá ser ratificada ou não pelo Judiciário quando falei que a Constituição não recepcionou o Estatuto do Índio referente àquele dispositivo. Agora, posso dizer que, se eu tivesse a opinião de que os índios não podem organizar-se, estaria querendo atentar contra a Constituição, cujo Relator, Senador Bernardo Cabral, se faz presente e certamente não gostaria de ouvir isso. Ficou determina-

do pela Constituição que todos temos direito de nos associar. No caso do índio, sendo cidadão brasileiro, não poderia ser diferente.

A SRA. MARINA SILVA – Com base nas investigações já feitas, V. S^a já tem alguma conclusão, algum indício? V. S^a já falou sobre alguns assuntos, mas, para contribuir com esta CPI, seria possível manifestar algum tipo de conclusão? V. S^a falou que foi recente e que está atuando em algo que já estava em curso, mas quais as conclusões a que V. S^a chegou até aqui referentes a essa questão da garimpagem de minérios que foram apreendidos e que ainda nem está tipificada? Quem são exatamente aqueles que compõem a tessitura dessa exploração de minérios?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A Polícia Federal é a Polícia Judiciária da União, portanto atua quando da ocorrência do fato criminoso que vem ao nosso conhecimento, então agimos. Nesse caso específico, com esses três procedimentos, vamos atuar também ou atuamos preventivamente.

O aspecto mais importante que destaco é o fato de que no local não se está mais extraindo o minério. Uma equipe que eu integrava – tive de vir prestar depoimento aqui e a equipe permaneceu em São Gabriel da Cachoeira – navegou durante um dia de voadeira, embarcação com motor de popa ou deslizador, chegando a uma das comunidades próximas ao rio Tiquié, caminhou outro dia e depois voltou. Ficou lá um dia fazendo trabalho, navegou e caminhou no sentido inverso. Os colegas que lá compareceram informaram-me, por intermédio de fax, que a atividade terminou. Se cessou naquele ponto visitado por eles, provavelmente também cessou em outro. Surge, assim, a questão da organização: cessa, porque chega a informação de que a Polícia Federal está apreendendo e que o DNPM está atuando.

Esse aspecto é muito positivo. Pararam. Eles são disciplinados. Agora, com certeza, o que eles vão querer, pelo que já pude observar de movimentação, é uma regulamentação da atividade, porque os índios alegam – perdoem-me, mas divagarei apenas um pouco – que, como os brancos, têm as necessidades básicas, considerando a região onde a água do rio Negro é ácida e não dá muito peixe. Há apenas alguns rios claros naquele local. No entanto, na maioria dos rios, a água é escura, há muita acidez e não dá muito peixe. Eles também não conhecem técnicas de exploração de pesca modernas e ecologicamente corretas, praticando, assim, a pesca predatória por desconhecimento de técnicas substitutivas. Eles usam o timbó, uma espécie de cipó venenoso, colocam-no na água e matam o peixe que desejam para

toda a sua família. No fim, o rio fica escasso e eles precisam deslocar-se de um local para o outro.

Portanto, a situação do índio, nesse aspecto, é muito difícil. Eles alegam que a alternativa encontrada seria a exploração dos minérios. Já que há muito minério na região, essa seria uma alternativa e não uma conduta criminosa. Estão cobertos de razão.

A SRA. MARINA SILVA – Concluindo, farei mais duas perguntas. Na sua opinião, já que V. S^a falou sobre esse problema, que me parece social, eles não dispõem de meios de sobrevivência, havendo, como parte de seus recursos naturais, esses minérios de subsolo e gostariam de ter uma atividade legal, como um empresário branco, dono de uma mineradora, que vai lá, faz as investigações, consegue a licença etc. e faz a exploração de minério. É isso que eles, a partir da inibição daquilo que foi identificado **a priori** como sendo uma irregularidade, estão buscando?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Exatamente. Eles encontram respaldo na Constituição, que diz que pode ser explorado, desde que regulamentado, desde que o Congresso se manifeste, e têm a necessidade, mas não dispõem ainda de regulamentação que possa autorizá-los a explorar as riquezas. Eles ficam num mato sem cachorro, mesmo estando naquela região.

A SRA. MARINA SILVA – Ou apenas no mato com apenas a cabeça, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Dr. Nivaldo, durante a sua exposição, o senhor falou sobre a celebração de convênio da Funasa com essas instituições que atuam no interior da Amazônia e que prestavam assistência médica, odontológica aos índios e às populações ribeirinhas da região. Gostaria de saber se esses profissionais, de um modo geral, são brasileiros ou estrangeiros.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Em regra, são brasileiros, contratados pela organização a qual mantém convênio com a Funasa, mas não há impedimento que sejam estrangeiros. Disponho aqui de um ofício, encaminhado ao nosso superintendente regional, Dr. Lacerda Carlos Júnior, lá no Estado do Amazonas, cujo subscritor é o Dr. José Maria de Castro Santana, 1º Secretário do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

Se V. Ex^{as} permitirem, o texto é curto, poderia lê-lo e tem a ver com a pergunta que V. Ex^a me fez.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – “Sr. Superintendente,

Vimos comunicar a V. S.^a que tivemos conhecimento da presença de 21 pessoas na cidade Parintins, Amazonas, ...”

É uma outra área, mas a situação é semelhante.

“... compondo uma equipe estrangeira, formada por cinco médicos e um estudante de medicina, atuando na área médica.”

Esse assunto já está sendo investigado pelo Departamento de Polícia Federal, através da sua sucursal no Amazonas, Superintendência do Estado do Amazonas.

“Tal equipe pertence uma ONG (Organização Não Governamental), denominada **Helping Hand Medical Mission** e tem como responsável uma médica de origem mexicana/americana, chamada Lupita Assad.

Diante do fato de a referida missão não haver solicitado autorização para atuar no Estado do Amazonas, vimos solicitar a V. S.^a providências que o caso requer, no sentido de proibir o ato médico.”

Assinou o Dr. José Maria Castro Santana, 1º Secretário do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

De alguma forma, respondi à pergunta de V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR – Essa comunicação do Conselho Regional de Medicina data de quando?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – De 4 de agosto de 2001.

O SR. NABOR JÚNIOR – Então, é recente?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Muito recente.

O SR. NABOR JÚNIOR – A Polícia Federal já deve tomar as providências para inteirar-se da presença desses médicos estrangeiros e até o estudante do estudante de medicina praticando a profissão de médico em Parintins, que é uma cidade próxima a Manaus, que tem uma população de cem mil habitantes. Imaginem naqueles interiores em que o Conselho Regional de Medicina certamente não tem conhecimento da atuação desses médicos estrangeiros.

Fiz a pergunta porque no Acre há vários médicos estrangeiros trabalhando em alguns municípios em que os médicos brasileiros não querem trabalhar. Há médicos peruanos e bolivianos que estão encontrando muitas dificuldades, porque o Conselho Regional de Medicina está denunciando à Polícia Federal, que está dando o prazo de sessenta ou noventa dias para que se regularizem ou para que deixem o território nacional. Se essas ONGs estão atuando com es-

ses médicos na região do Amazonas, em Parintins e em outras localidades, sem a devida regularização no Conselho Regional de Medicina, realmente é um fato que deve ser apurado com a devida presteza pela Polícia Federal.

Outra pergunta que gostaria de formular é com relação ao que senhor falou, que esses médicos que trabalham por essas ONGs no Alto Rio Negro, principalmente na região de São Gabriel da Cachoeira, têm um salário de seis mil reais, enquanto os médicos da Secretaria de Saúde do Amazonas ou da Funasa ganham a metade, ou seja, três mil reais.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Citei para ilustrar, no caso de minha exposição, mas não tenho dados precisos a respeito e nem seria da minha alçada. É que, às vezes, no meio de minha opinião técnica, emito algum juízo de valor e peço perdão a V. Ex^{as} quando fizer isso sem a efetiva comprovação, mas não há dúvida de que vi uma lista em que figuravam sete mil reais o salário de um médico da FOIRN que atua naquela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e o comentário é o de que um médico da Funasa não recebe esse valor, mas não está embutida nenhuma crítica até porque não é meu papel fazer isso nem sou tecnicamente preparado para debater esse tipo de tema, mas é o que os profissionais da Funasa e os da própria Funai comentam.

O SR. NABOR JÚNIOR – Quer dizer que a Funasa mantém médicos pagos por ela sem ser através de convênio com essas instituições?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não sei se mantém no local, mas a Funasa tem um quadro médico e, quando me referi ao salário, é o do médico da Funasa independente da região em que esteja atuando.

Presumo até que não, porque se ela passa a responsabilidade, mediante convênio, para essas instituições, naturalmente não manteria os médicos no local. Foi só uma relação em referência ao salário.

A SR.^a MARLUCE PINTO – V. S^a me permite um aparte?

No Estado de Rondônia, a Funasa faz convênio com as prefeituras que contratam os médicos e dentistas. Assim, é nessa base mesmo. Um médico ganha três mil ou três mil e quinhentos por contrato, mas não feito diretamente pela Funasa nem ela manda os médicos. O convênio é feito com as prefeituras que contratam os profissionais.

O SR. NABOR JÚNIOR – Faço uma última pergunta: esses médicos a que o senhor se reportou,

que ganham em torno de sete mil reais, entre eles há médicos estrangeiros também?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – A esta pergunta não consigo responder por não dispor de elementos, mas acredito que se o estrangeiro tiver autorização para praticar a medicina no Brasil e resolver trabalhar em uma dessas ONGs o trabalho será igual, sem discriminação.

O SR. NABOR JÚNIOR – O que estranho, Sr. Presidente, é que a Funasa que é um órgão do Ministério da Saúde e que, com toda a franqueza tem prestado assinalados serviços em nossa região, fazendo convênio com os Estados e Municípios para o combate de endemias que assolam aquela região, certamente quando faz um convênio com uma instituição dessas estipula também o salário que deve pagar aos profissionais.

Se paga a um profissional seu três ou quatro mil reais, certamente, no convênio que faz com uma ONG dessas, não permitirá que se paguem seis ou sete mil reais por estar destoando da política salarial da instituição e cria problemas com seus próprios funcionários. Esta é uma questão que deve ser esclarecida melhor para o conhecimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em atenção à colocação de V. Ex^a, solicito à Funasa que nos remeta uma explicação a respeito do salário. Antes de prosseguir, informo que ainda há outro depoente a ser ouvido. Portanto, apesar do prazer em ouvir o Dr. Nivaldo, informo que ainda há o representante da Cooperíndio, que aqui se encontra para ser ouvido. Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, gostaria apenas que o depoente, Dr. Nivaldo, informasse à Comissão, já que citou o Instituto Sócio-Ambiental, que atividade é desenvolvida por ele na região.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Vou consultar. O ISA, Instituto Sócio-Ambiental, atua na Amazônia na área de saúde e no acompanhamento técnico da demarcação de terras indígenas, pois ainda há uma parte a ser demarcada na região. Nesse caso, é a principal entidade, pelo conhecimento que possui da região, pelos técnicos de que dispõe, segundo informações, e equipamentos também sofisticados para demarcar as terras. Atua principalmente na área de antropologia, biologia, levantamentos topográficos, até por via satélite.

O SR. MOREIRA MENDES – Trabalha com recursos públicos?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Com certeza, para efeito de demarcação de terras indígenas, que é uma tarefa do Estado, atendendo determinação constitucional, por assim dizer, por meio de um convênio. Quem financia, pelo menos a maior parte, é a União.

O SR. MOREIRA MENDES – Finalmente, ao encerrar minha participação, o senhor ouviu dizer, é voz corrente, é boato, ou, de alguma forma, tomou conhecimento de que existe um clima ou, pelo menos, alguém interessado na criação de um novo Estado ou talvez até de um novo país incluindo parte do Brasil (norte do Amazonas e parte de Roraima), parte da Colômbia e parte da Venezuela? O senhor ouviu algo?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não ouvi nada. Houve comentários, inclusive no âmbito da Polícia, das Forças Armadas, da sociedade de maneira geral, a respeito da idéia de internacionalização da Amazônia. Mas nada...

O SR. MOREIRA MENDES – O que o senhor pode dizer a respeito? O que o senhor sabe?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Como cidadão brasileiro, saindo um pouco da minha seara de Polícia, a internacionalização da Amazônia, é claro, interessa a todos, menos ao Brasil. Se eu disser que vou dividir meus bens, todos vão querer uma parte, mas ninguém vai querer ceder uma parte de seus bens. Não é fácil. Se a Amazônia é importante, é certo que todos os países que não dispõem das riquezas de que dispomos vão querer uma parcela. Internacionalizar, globalizar a Amazônia é o que estão querendo. Mas há alguns aspectos que nós, como cidadãos que moramos na região, observamos. Por exemplo: uma instituição que é a mais poderosa de todas na área de defesa ambiental, o **Greenpeace**, visitou recentemente o Estado do Amazonas. E a embarcação que utilizava tinha o nome de “Guardião da Amazônia”, em inglês. Isso pode ter um significado muito forte. Entram no Brasil com o visto de turista e são “guardiões da Amazônia”? Como? Que significado isso pode ter? Que não temos condições de guardar a Amazônia? E que aquele barquinho, com – desculpe a expressão – sete, oito gatos pingados, vai conseguir defender a Amazônia? Outra coisa. Se estão defendendo, é porque é deles? Enfim, abre-se um leque de opções. Cada um pensa o que quer. Mas considero extremamente grave. O **Greenpeace** adentrou o território nacional. Foi até o Estado do Amazonas, até as comunidades indígenas, em um barco que tinha esse nome: Guardião da Amazônia. Entendo que é a ima-

gem que o mundo faz acerca dessa parte importantíssima e imensa do território brasileiro, chamada Amazônia. Então é extremamente grave a existência desses institutos, dessas ONGs. Por isso eu digo que há ONGs e ONGs. Com certeza, há aquelas bem-intencionadas, porque são feitas de seres humanos. Há aqueles cujas virtudes superam os defeitos e há aqueles cujos defeitos superam as virtudes, então, naturalmente, há gente boa no meio, mas, talvez, o que falta para nós é o mecanismo legal de separar o joio do trigo, porque, por enquanto, na minha opinião, não existe separação do joio do trigo; não existe esse instrumento.

Então o ponto grave que eu entendo que ocorre é exatamente esse, quando o Brasil não tem condições. E não estou culpando nada, até porque não é o meu papel. Eu estaria absolutamente errado em criticar o Governo, a estratégia. Não, não é isso, não há crítica nenhuma. É uma observação de um cidadão que vive na área e que se depara não raras vezes com situações desse tipo.

Comenta-se que se ensina no mundo que a área da Amazônia é internacional. As crianças, em determinados países do mundo, já aprendem na geografia do mapa-múndi que aquela área é meio neutra, meio **res nullius**, ou coisa de ninguém, ou coisa de todos. Enfim, são comentários que nós, como cidadãos, ouvimos com uma relativa frequência.

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito. Se eu entendi bem, na sua opinião, como cidadão brasileiro, o senhor entende que existem ONGs excelentes, que prestam relevantes serviços ao País, que estão ajudando os índios, ajudando as comunidades ribeirinhas, mas que existem outras organizações que, na verdade, têm outros objetivos que levam a toda essa gama de informações que o senhor tem como cidadão, que eu também tenho e que cada um dos que estão aqui dentro tem.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não enumeraria ONG tal como sendo joio e ONG tal como sendo trigo, mas, com certeza, há a boa ONG e aquela que não tem um objetivo claro.

O SR. MOREIRA MENDES – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, ouvi, ainda agora, o Dr. Nivaldo dizer o problema deste navio Guardião da Amazônia, que, no entender dele, não existe uma possibilidade de reprimir. O senhor considera um barco desses entrar no nosso terri-

tório um problema interestadual e internacional? Porque o Dr. Nivaldo pensa que não há condições para reprimir.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Dá asas à imaginação, e nós podemos pensar em várias situações, em várias hipóteses. Uma delas, com certeza, é a impressão de o que aquele indivíduo estava pensando quando grafou no barco “Guardião da Amazônia”, qual é a ideologia do grupo tal ou qual. No caso, estou falando do **Greenpeace** porque o barco pertence a ele. Qual é a mensagem que aquele grupo vende? E, indo àquela localidade, passeando nos rios, eventualmente, vão parar nas comunidades ribeirinhas. Que mensagem eles vendem ali? Enfim, nesse caso, nós monitoramos a distância, até porque não podemos constranger, porque há a questão dos direitos deles como turistas, mas a gravidade persiste.

O SR. BERNARDO CABRAL – O senhor pensa que há, portanto, uma repercussão interestadual, internacional, desfavorável?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Sob que aspecto, por gentileza?

O SR. BERNARDO CABRAL – Esse da entrada. Como são turistas, o senhor não poderia fazer nada?

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Em relação ao Estatuto do Estrangeiro...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, não fuja da pergunta. O senhor não tem direito de fugir da pergunta.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Eu não estaria muito seguro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Pois eu vou dar segurança a V. S^a do Texto Constitucional: “Art. 144, inciso I – É da competência da Polícia Federal apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens”, que ainda não é o caso, “serviços e interesses da União”, ainda não é o caso, “ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas – agora é o caso –, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional” – e essa tem. De modo que, quando o senhor quiser pegar um desses que estão se passando por turistas, mas fazendo um tipo dessa agravante propaganda que tem repercussão contra a gente, não tenha dúvida, porque o senhor sabe que a Polícia Federal – que foi esta mão aqui que a elevou a nível institucional – tem competência para isso.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – E nós agradecemos a V. Ex^a. Mas, em relação à infração, é que fica difícil caracterizar o fato típico. Grafar o nome

“Guardião da Amazônia”, ele diz: tenho o direito de fazer isso aqui, qual é o problema? É um nome.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso é outra coisa. Grafar o nome é outra coisa, e fazer o que o senhor disse é outra.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Não. Falei que a pessoa pode vender uma idéia. Pode, não estou dizendo que aconteceu.

O SR. BERNARDO CABRAL – O fato de estar agravado, ele já está(*fora do microfone*)

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Isso. Falei que é um leque de opções, de cada um pensar a sua forma. E se há esse leque de possibilidades, já é um fato grave por si só, na minha opinião. Mas, se houvesse uma infração penal, com certeza a Polícia Federal teria atuado.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apresentei alguns requerimentos, porque na reunião passada fiquei de fazer, digamos assim, uma seleção para encaixar, dentro do calendário que havia sido aprovado, os requerimentos que eu havia apresentado. E fiz isso juntamente com a minha assessoria.

O que quero ponderar – e V. Ex^a já aquiesceu que vai colocar um deles em votação – é que esse calendário foi aprovado na semana passada, e como são autoridades que precisam ser avisadas com uma certa antecedência, se não aprovarmos todos os requerimentos hoje, eles poderão ser prejudicados, considerando que essas autoridades poderão alegar que foram convidadas na última hora. De sorte que quero apelar a V. Ex^a que, antes de fazermos a passagem do Dr. Nivaldo para a próxima pessoa que vamos escutar, sejam votados todos os requerimentos, para que as pessoas a serem convidadas, caso esses requerimentos sejam aprovados – até porque hoje parece que temos o maior **quorum** na nossa Comissão – tenham tempo de se organizar. Como vai na modalidade de convite, essas pessoas têm o direito de dizer qual é o dia melhor. E não dá para ser assim. Então quero fazer essa ponderação, porque, quando a CPI está convocando, a pessoa tem que vir, mas, no caso, como se trata de autoridades que vêm colaborar, ou personalidades, não podemos fazer em forma de presença obrigatória e sim de convite. Portanto, eu gostaria que os requerimentos fossem colocados em votação.

Outro aspecto que quero esclarecer, até para que evitemos mesmo o prejulgamento – sei que não há intenção de nenhum dos colegas nesse sentido,

mas para que fique bem claro o trabalho que a CPI está fazendo aqui –, é que o fato de uma determinada organização ter competência técnica, ter capacidade de mobilizar esse seu esforço técnico em determinado grupo já não faz dessa organização uma criminosa. Senão vamos ter que dizer que a Pastoral da Criança, porque mobiliza voluntários, esforço, um monte de coisas, já é criminosa, porque tem competência técnica para combater a desnutrição infantil e o faz com muita competência. Se tem alguém que tem essa competência – não estou aqui querendo inocentar absolutamente ninguém –, se tem alguma organização da sociedade que adquire competência e consegue de forma legal angariar recursos e faz bom uso desses recursos a serviço de potencializar os índios, ou seringueiros, ou empresários, para que eles possam também atuar com competência, isso não faz dessa organização, por ter esse capital de conhecimento ou técnica, uma organização criminosa. É só para que não pare nenhuma dúvida. Sei que não foi isso que V. Ex^a quis dizer nem os senhores Senadores. Mas é porque sabemos que existem determinados grupos que se colocam a serviço de determinadas causas ou de determinados segmentos da população e isso não os faz, **a priori**, criminosos só porque tomaram essa posição.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para solicitar do depoente se ele pode colocar à disposição da Comissão o mapa que ele trouxe, elaborado pela ISA – não sei se é de sua propriedade, se ele tem condições de deixar conosco uma cópia –, assim como esses dois exemplares, aliás muito bem feitos, da ISA. Às vezes me questiono sobre produzir livros dessa qualidade enquanto os índios, muitas vezes, estão morrendo em consequência da fome ou de doenças.

Por último, gostaria de perguntar-lhe qual o objetivo desse mapa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao depoente.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – O objetivo do mapa é informar sobre as comunidades do Alto e Médio Rio Negro. Ali aparecem todas as comunidades indígenas e vários aspectos que um mapa normal pode oferecer.

Se me fiz compreender da forma como a ilustre a Senadora Marina Silva entendeu, quero aqui enfatizar que não foi minha intenção em nenhum momento dizer que determinada ONG, por possuir tecnologia em algum setor, seria como o joio. Não foi isso, jama-

is, nem em relação ao ISA, nem em relação a nenhuma outra ONG que porventura tenha citado aqui. Também, por enquanto, não disponho de nada cabal, material, definitivo em relação às organizações não-governamentais. Tenho, sim, em relação a algumas pessoas ligadas a determinadas ONGs, mas, se houver, o meu trabalho, o inquérito policial, vai chegar a conclusões.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Sr^a Relatora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Dr. Nivaldo, uma das perguntas do Senador Moreira Mendes dizia respeito ao financiamento do Instituto Sócio-Ambiental, o ISA. V. S^a respondeu que era feito pelo Estado, mas, no meu interrogatório, V. S^a disse que era feito pela União Européia. Então gostaria que V. S^a definisse quem financiava, se um ou outro. Inicialmente foi dito que quase na totalidade o financiamento era feito pelo G7.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Imprimi uma página da **Internet**, do **site** do Instituto Socio-Ambiental, em que figuram algumas instituições como o ICCO – que não conheço –, NCA, provavelmente ONGs internacionais, e a Comunidade Européia, com nomes, símbolos e logotipos correspondentes.

Se, por exemplo, o ISA, que é o Instituto Socio-Ambiental, vai trabalhar para demarcar terras indígenas, tarefa comandada pela Constituição Federal de 1988, e atendida agora ou daqui a algum tempo pelo Governo Federal, mediante convênio, que, não dispondo da tecnologia e dos recursos para executar tal tarefa, vai pagar, portanto seriam recursos federais que nem sempre chegam a 100% do valor total. E quando citei essas entidades internacionais, disse que elas apóiam institucionalmente, oferecem o suporte financeiro, muitas vezes, de que o ISA precisa para cumprir determinada finalidade.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então quer dizer que é muitas vezes e não sempre, como foi dito anteriormente. Por isso questioneei, porque tudo fica registrado. Como Relatora, e os assessores aqui presentes, precisamos relatar exatamente o que é discutido nesta Comissão.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se disse assim, em tempo me corrijo, não teria usado o advérbio sempre. Devo ter mencionado algum aspecto que me foi perguntado e citei que o Instituto Socio-Ambiental, o ISA, recebe apoio dessas entidades

estrangeiras, mas, se disse que é sempre que usa recursos dessas instituições, em tempo faço questão de me corrigir.

A SRA. MARLUCE PINTO – No ato V. S^a não nominou as organizações que financiavam, apenas usou a expressão União Européia.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Se V. Ex^a me permite, quero agora, em tempo, se disse assim....

A SRA. MARLUCE PINTO – Não. Agora, eu, como Relatora, e os assessores já podemos fazer um juízo de valor em decorrência da explicação de V. S^a. Embora não tenha ficado bastante claro, já poderemos conseguir informações por meio de outros órgãos ou de outra pessoa que aqui venha aqui depor.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – No que depender de nós, estamos à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que nenhum Senador mais deseja inquirir o Sr. Delegado da Polícia Federal, eu só gostaria, para encerrar a oitiva do depoente, de indagar se foi instaurado algum inquérito com relação àquela questão da exploração do trabalho escravo nos índios, de acordo com o art. 149 do Código Penal.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Como há um procedimento instaurado, pode ser uma das vertentes, um dos caminhos que o inquérito pode tomar. O inquérito é para apurar o fato em si, que é genérico. Pretendo especificar, à medida que o trabalho progredir, e, se tiver que responsabilizar alguém por redução de um ser humano à condição análoga à de escravo, em relação a esses índios que carregam peso o dia todo e recebem R\$1,00 ou R\$0,70 pelo quilo de minério extraído, se eu encontrar alguém, cuja conduta seja típica em relação a esse art. 149 do Código Penal, essa pessoa será responsabilizada, sem necessidade de um procedimento específico dentro do próprio inquérito que foi instaurado para apurar as outras infrações em tese.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso inclui o relatório para o Ministério Público.

O SR. NIVALDO FARIAS DE ALMEIDA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer a presença do Dr. Nivaldo e dar por encerrado, portanto, seu depoimento.

Faremos um pequeno intervalo e daremos entrada ao outro depoente.

Solicitamos que se encaminhem à CPI os documentos já disponíveis para que possamos nos debru-

çar sobre eles. E, obviamente, pedimos que nos mantenha informados do andamento do inquérito e que colabore com os demais procedimentos.

Antes de convidarmos o próximo depoente, atendendo à solicitação da Senadora Marina Silva, embora nossa agenda seja específica, na reunião passada votamos requerimentos, já são quase 20 horas e convocamos esta reunião para a oitiva. Há dois requerimentos da Senadora Marina Silva que realmente têm a ver com os depoimentos do dia 4 de setembro, portanto, a próxima reunião, e do dia 11 de setembro, portanto, a seguinte reunião, mas os outros dois, S. Ex^a mesma específica, são de 2 de outubro e de 25 de setembro, então, há tempo de apreciarmos na próxima reunião para não retardarmos mais.

Quero, portanto, colocar em votação os dois requerimentos que têm a ver com a próxima reunião e com a seguinte. O requerimento do dia 4 de setembro:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado a participar da oitiva do dia 4 de setembro o Relator da CPI da Câmara dos Deputados que investiga a grilagem de terras na Amazônia, Deputado Sérgio Carvalho. Justificando: a oitiva já programada para esta data abordará questão da grilagem de terras em Roraima e o caso da Associação Amazônia. Estamos propondo o depoimento do Relator da CPI da Grilagem de Terras Públicas na Amazônia, com a finalidade de comparar os levantamentos realizados pela CPI da Assembléia de Roraima com o que se verificou na Câmara dos Deputados, tanto com respeito àquela, como às outras regiões da Amazônia.”

Em votação esse requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O segundo requerimento, que diz respeito à reunião seguinte, de terça-feira, dia 11 de setembro:

“Nos termos regimentais, requeiro que seja convidado o Presidente da Funai, Glênio da Costa Alvarez, para a oitiva do dia 11 de setembro, quando serão ouvidas as organizações indígenas de Roraima. Justifica que a presença da Funai poderá ser esclarecedora com referência a eventuais parcerias com entidades presentes, bem como poderá esclarecer questionamentos que porventura ocorram com a atuação do órgão nesta região em conjunto com as ONGs da área indígena também em conferência com oitiva anterior do dia 28-8-01.

Está em discussão o requerimento da Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – O que estou fazendo, embora seja de Oposição, é que como estamos tratando as autoridades do Governo na modalidade de convite, não penso que seja justo fazermos diferente para com uma outra pessoa que também exerce uma função pública. Então vamos fazer na modalidade de convidado e tenho absoluta certeza de que o Dr...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dr. Glênio.

A SRA. MARINA SILVA – No caso da Funai, não vai se recusar. É claro que se recusar usaremos um outro expediente apenas para que não tenhamos dois pesos e duas medidas com iguais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Apenas nessa mesma data estão convocados apenas representantes dessas entidades indígenas citadas.

O SR. BERNARDO CABRAL – (*Intervenção fora do microfone – inaudível*)...Evidentemente não haverá nenhuma descortesia, mas é porque a fim de que ele possa, se houver uma outra obrigação da sua parte, ele dizer que não atenderá lá porque está sendo convocado pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, então, antes de colocar em votação, de ouvir a opinião da Relatora, já que a Senadora propõe o convite e o Senador Bernardo Cabral, com a sua argumentação, propõe que seja convocado.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres Colegas, o requerimento da nossa Colega Marina Silva tem razão quando fala em não haver dois pesos e duas medidas. Também entendi o objetivo do Senador Bernardo Cabral, de como é importante que, já que as entidades a serem ouvidas são índios, eles venham na mesma reunião. Creio que seria bastante produtivo. Eu gostaria que a nobre Senadora nos entendesse nessa parte, porque como bem explicou o Senador Bernardo Cabral, ele pode ter um outro convite, uma outra incumbência da própria repartição e pensar que poderá atender ao nosso convite numa outra data, quando, devido à presença de outros depoentes, a vinda dele no mesmo dia será bem mais produtiva para a nossa Comissão.

A SRA. MARINA SILVA – Já que o Senador Bernardo Cabral desenvolveu esse raciocínio e em parte tem razão, não vou fazer nenhuma objeção à modalidade. Só não quis fazer de uma forma diferenciada um procedimento que estávamos adotando com todas as pessoas que ocupam uma função pública e que não estão sendo investigadas. Estão contribuindo

com a investigação que estamos fazendo. Faço essa ressalva, a priori, não estão ainda...

A SRA. MARLUCE PINTO – Tenho uma ressalva, nobre Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – O Senador Bernardo Cabral está dizendo que será investigado. Então...

A SRA. MARLUCE PINTO – Quero até fazer uma ressalva. A Funai, na prática, é o órgão pelo qual os índios estão tutelados. Sabemos que é o Ministério da Justiça, mas é o órgão que atua diretamente junto aos índios...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a permite-me um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO – Pois não, com prazer.

O SR. BERNARDO CABRAL – A vinda dele aqui é uma homenagem a essas organizações. Se ele não tiver presente, eventualmente poderá perder a oportunidade...

A SRA. MARLUCE PINTO – E até para se dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir. Tenho certeza de que a nobre Senadora entende, nada de discórdia, somente para facilitar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que a Senadora Marina Silva concorda que seja convocado, coloco em votação a convocação do Presidente da Funai para o dia 11.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento, convocando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Com esta decisão abre-se a oportunidade de fazermos o mesmo com outras autoridades sem que tenhamos dificuldades em sendo da Oposição ou não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não sei se o Presidente da Funai é de Oposição ou de Governo. A autora do requerimento? Então, eu queria, para ganharmos tempo, que fosse convidado o próximo depoente, o Sr. Jorge Pereira dos Santos.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem. Muito rapidamente, já que votamos requerimentos.

Apresentei um requerimento à Mesa que está intimamente relacionado com o que disse o depoente anterior, no sentido de que se requisite à Fundação Nacional de Saúde, Funasa, as seguintes informações e documentos. Primeiro uma pergunta: se a Funasa tem firmado convênios com entidades não-governamentais para a implementação de ações de saúde pública na Amazônia. Caso positivo, informar

com que entidades firmou convênio, qual o seu valor, qual o seu objetivo e se houve prestações de contas relativas aos últimos cinco anos. Caso positivo ainda, enviar cópia dos convênios e respectivas prestações de contas. Tem esse requerimento sobre a Mesa, que já podia ser votado e aprovado e ir para a Secretaria providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Moreira Mendes, não coloquei o requerimento de V. Ex^a em votação, como não coloquei os outros dois da Senadora Marina, por que acho que poderíamos apreciá-los na próxima sessão, dado o adiantado da hora, mas, se V. Ex^a insiste, coloco em votação. Vejo que não há o que se discutir em pedido de informação. Se todos estão de acordo, portanto, coloco em votação. Se concordam, está aprovado o requerimento também do Senador Moreira Mendes.

Convido, então, o próximo depoente.

Quero ler o termo de compromisso do depoente, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Nome completo, Jorge Pereira dos Santos; identidade nº253.706, da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas; idade: 46 anos. CPF: 063.639622-34; estado civil: casado; endereço residencial: Avenida Álvaro Maia, 253, Centro, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas; profissão: funcionário público federal; local onde exerce sua atividade atualmente: São Gabriel da Cachoeira.

O depoente compromete-se, nos termos do art.203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 53, da Constituição Federal.

Já tendo prestado o seu compromisso, concedo a palavra ao Sr. Jorge Pereira dos Santos para que inicialmente faça a exposição que achar conveniente e depois faremos as perguntas, de conformidade com cada um dos Srs. Senadores.

O SR. JORGE PEREIRA DOS SANTOS – Sr. Presidente, demais autoridades, Srs. Senadores, gostaria de pedir permissão a V. Ex^a, se possível, para fazer o meu depoimento em caráter reservado, porque eu me sentiria menos constrangido, e gostaria também de obter a presença do meu advogado, o Procurador-Geral, Dr. Carlos Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Inicialmente, defiro a presença do advogado para que possa sentar ao lado do depoente para assessorá-lo naquilo que for possível, sem no entanto ter direito à palavra.

Agora, quanto à primeira parte do requerimento, de que o depoimento seja reservado, preciso colocar à deliberação do Plenário. Se o Plenário assim concordar, ouvindo antes a Senhora Relatora...

A SRA. MARLUCE PINTO – Nobres colegas, Presidente da Cooperíndio, gostaria primeiro de falar para o Sr. Jorge Pereira que aqui neste recinto o senhor pode se sentir bastante a vontade. Aqui estamos apenas interrogando algumas coisas sobre as quais temos dúvidas para facilitar o trabalho desta CPI. Em nenhum momento, V. S^a se sentirá constrangido, até porque, os que se fazem presente neste Plenário, quando não os Parlamentares, Senadoras e Senadores, são os nossos assessores e os de V. S^a.

Até mesmo com a nossa anuência de o seu Advogado se fazer presente, isso já confere a V. S^a bastante tranquilidade com referência às perguntas que vamos formular.

V. S^a poderá ficar bastante à vontade se não quiser fazer alguma exposição e aguardar que se façam as perguntas. Se for esse o constrangimento a que V. S^a se referiu, estamos aqui para facilitar. V. S^a pode ficar bastante tranqüilo.

Nós, Senadores, não temos, jamais, a idéia de deixar qualquer convidado, mesmo convocado, constrangido. Haverá todo o respeito, sem nenhuma discriminação. Penso que V. S^a sairá daqui com uma impressão bastante favorável sobre o trabalho dos Senadores. V. S^a não vem aqui para ser coagido. Pelo contrário, será mais alguém a contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Deixo a critério da Comissão a decisão e também de V. S^a.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, antes de conceder a palavra à Senadora Marina Silva, que a solicitou pela ordem, de esclarecer ao depoente que V. S^a está depondo na condição de testemunha, e não na de indiciado ou réu. V. S^a vem prestar os esclarecimentos que forem do seu conhecimento sobre a matéria de investigação da CPI das ONGs.

É evidente que V. S^a está colocando uma questão pessoal, pedindo para fazer o depoimento em caráter reservado. Portanto, mesmo com esse esclarecimento quero ouvir os Senadores e fazer a deliberação.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, nesses quase sete anos, embora não tenha feito parte de muitas Comissões Parlamentares de Inquérito como titu-

lar, apenas como suplemente, mas procurando, na medida do possível, ser atuante naquelas em que atuei, mesmo na condição de suplente, percebo que há dois momentos em que pode ser feito o depoimento em caráter reservado, que é um direito do depoente: quando a Comissão entende que aquele depoimento deva ser processado e digestido por ela e depois exposto à opinião pública ou quando o depoente, por alguma razão, se sente ameaçado e se senti mais seguro em prestar o seu depoimento apenas com os Srs. Senadores, inclusive, sem a presença da nossa assessoria, o que implica que a TV Senado não pode também fazer a sua divulgação para o Brasil do depoimento.

Como não sabemos a natureza do que ele irá dizer e quais as razões pelas quais ele se sente mais seguro fazendo o depoimento em reservado e já que ele está pedindo isso, talvez seja prudente de nossa parte aquiescer o que é pedido para depois, no decorrer do seu depoimento, se a Comissão entender que não é conveniente ir a público sem a devida avaliação, que se interrompa o depoimento para que seja feito em reservado, porque não conhecemos a sua natureza.

Como na prática as Comissões Parlamentares de Inquérito têm adotado esse procedimento, como, por exemplo, a CPI do Narcotráfico. Naquela oportunidade, havia pessoas que só aceitavam depor em caráter reservado. E aquela Comissão aceitava isso, porque estava em jogo a segurança da pessoa, em função de algo que ela entendia não poder dizer em público.

Eu tenho 100% de confiança no Nilo, mas poderão dizer aqui que foi o assessor do Nilo ou o assessor do Moreira Mendes quem falou. Se permanecerem apenas os Senadores... Ou foi um de nós ou então não sei, foi o próprio depoente. Então, é pela segurança do que ele vai dizer, cuja natureza não sabemos.

Então se, mesmo feitos os esclarecimentos da Senadora Marluce Pinto e de V. Ex^a, como Presidente, de que ele não se sentirá constrangido, ele mantém a tese de que quer falar em caráter particular com a Comissão, pelo procedimento não temos como obrigá-lo, não temos como dizer que ele vai fazer – digamos assim – do jeito que está, transmitido, etc. É só para um esclarecimento que estou dando, já que não conheço nada, em absoluto, da natureza do que ele vai depor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para deixar o Sr. Jorge Pereira dos Santos absolutamente tranquilo. O senhor não é réu, não é indiciado. O senhor está aqui apenas colaborando e prestando informações. Fique tranquilo com relação a isso. Como advogado, sei que, com toda essa circunstância, as pessoas que não são do ramo, quando vêem um negócio desses, realmente ficam meio assustadas, mas fique tranquilo, o senhor não está sendo investigado, está apenas colaborando com esta Comissão.

Mas agora quero repetir o que a Senadora Marina Silva colocou: se o senhor tem alguma coisa muito relevante e importante a comunicar à Comissão e que deva ser objeto de sigilo, assim devemos tratá-lo. Se, por outro lado, quer se sentir mais seguro falando em separado apenas com a Comissão, da minha parte já até antecipo minha posição: também aceito, do mesmo jeito. O senhor precisa, na verdade, sentir-se à vontade para falar com tranquilidade, sem nenhum problema. Era apenas para lhe dar essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, coloco em votação. Se todos concordam que o depoimento...

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, seria conveniente verificar se, com essas colocações, ele ainda mantém a solicitação que fez.

A SR.^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, uma questão de ordem, até quando falei disse que ficaria a critério dos membros da comissão e dele. Vamos ouvir, depois de termos esclarecido, o que ele acha. Se for realmente questão pessoal dele que seja em caráter sigiloso, nós aceitamos. Agora, quero repetir o que já foi dito pelo Senador Moreira Mendes: não se sinta coagido, absolutamente. Vamos lhe fazer perguntas e o senhor só vai responder aquilo que achar que deve responder. Agora, se há algo que o senhor queira esclarecer para esta Comissão e que ache que é melhor em caráter sigiloso, pode ficar certo de que acataremos com a maior boa vontade. Só queremos que o senhor se sinta muito à vontade, entre amigos. O senhor não é réu, não temos nada contra a sua cooperativa, absolutamente, e só queremos alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago ao depoente se ele mantém a solicitação de depor reservadamente para a Comissão ou se muda de opinião.

O SR. JORGE PEREIRA DOS SANTOS – Sim, Excelência, mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, em atendimento à sua solicitação – embora, se fôssemos nos apegar à letra fria da lei, não fosse permitido –, tomarei o depoimento em caráter sigiloso e peço aos assessores e demais presentes que se retirem, bem como solicito que a TV Senado cesse a sua transmissão.

O SR. MOREIRA MENDES – Inclusive a gravação, Sr. Presidente. Com todo respeito ao meu colega, porque também sou advogado, mas, da observação que tenho feito de outras CPIs de que tenho participado – inclusive a mais recente, de roubo de cargas –, o advogado não pode se manifestar com o depoente. Ele, para se manifestar, tem que se dirigir à Presidência e então, através do Presidente, fazer a comunicação que deseja fazer ou a indagação que acha que deve fazer.

A SR.^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, na condição de Relatora, já que fica o advogado do depoente, apenas a assessoria desta Comissão poderia também ficar, porque é quem vai fazer as anotações.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, então, deferir a ponderação da Relatora, já que a assessoria da Comissão inclusive tem compromisso juramentado de não deixar vazar informações. Ficam, portanto, a secretaria e a assessoria direta da Comissão. Os assessores dos Senadores, inclusive os meus, logicamente, não poderão permanecer.

(Levanta-se a reunião às 20h08min.)

Ata da 8ª Reunião Realizada em 4-9-01.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e nove minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Marina Silva, Pedro Ubirajara, Moreira Mendes, Tião Viana, Nabor Júnior, Leomar Quintanilha e Bernardo Cabral, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito **“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs”**. Presente também, o Deputado Luis Barbosa – PFL/RN. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento dos Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, respectivamente, Presidente e Relator da CPI de “Terras e assuntos Indígenas” da

Assembléia Legislativa de Roraima/RR e, dos Srs. Christopher Julian Clark e Plínio Leite da Encarnação, respectivamente, Presidente e Tesoureiro da Associação Amazônia. O Senhor Presidente passa a leitura dos expedientes recebidos: Ofício em que o Secretário Parlamentar, Raimundo C. de Oliveira comunica a essa Presidência, a impossibilidade do comparecimento do Deputado Sérgio Carvalho a reunião da Comissão no dia de hoje, na qualidade de convidado, conforme Ofício da CPI de nº 227/01, colocando-se à disposição da Comissão para agendamento de futura data, como também, Ofício subscrito pela Chefe de Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, justificando as ausências do Senador, anexando cópia e atestado médico. O Sr. Presidente concede a palavra a Senadora Marina Silva, pela ordem, que solicita o encaminhamento ao seu gabinete, da Ata de reunião anterior, que será discutida e votada em reunião posterior. A seguir, o Presidente convida para entrar no recinto os Deputados Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, para tomarem acento a Mesa, concedendo inicialmente a palavra ao primeiro Deputado e após, ao segundo, para dar início às suas considerações. O Senhor Presidente, concede a palavra a Senadora Marluce Pinto, Relatora da CPI, para questionar aos Deputados. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Leomar Quintanilha, Pedro Ubirajara e Marina Silva. Ao final, os Senhores Deputados entregaram à Comissão documentos para análise da CPI. A Presidência agradece a presença dos convidados, solicitando a Secretaria, conduzir ao recinto, os próximos depoentes, Christopher Julian Clark e Plínio Leite da Encarnação que, após tomarem assento a Mesa dos Trabalhos, a Presidência informa que os mesmos já preencheram e assinaram o Termo de Compromisso, qualificando-os em seguida. Inicialmente, o Presidente concede a palavra ao Sr. Christopher e posteriormente ao Sr. Plínio, para as suas exposições iniciais. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para questionar o Presidente e o Tesoureiro da Associação Amazônia. Fizeram uso da palavra, pela ordem de Inscrição, os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Pedro Ubirajara e Marina Silva. O Senador Bernardo Cabral requer, seja oficiado a Associação Amazônia, solicitando remessa a CPI dos registros contábeis de entrada no País, de volumes de recursos para a Associação Amazônia, tanto, de forma oficial como os de forma espontânea, assim como, requer seja oficiado ao Ibama, no sentido de se registrar a declaração do Sr. Christop-

her Clark a esta CPI, quanto a devolução dos 172 mil e 400 hectares de terras, antes áreas devolutas, desde que, o Governo Federal considere essas terras como Áreas de Proteção Ambiental – APA. A Senadora Marluce Pinto, requer seja oficiado ao INCRA, no sentido de remeter a esta Comissão, cópias de Projetos da Prefeitura de Rorainópolis/RR, em interação com aquele Instituto, assim como, requer seja oficiado a Associação Amazônia, cópia de Acordos ou Convênios firmados entre a Prefeitura de Rorainópolis/RR e a Associação Amazônia, na Área de Educação. O Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, acata as solicitações dos Senhores Senadores, determinando a Secretaria as devidas providências. Antes do término da presente reunião, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, pergunta ao Sr. Christopher Julian Clark e ao Sr. Plínio Leite da Encarnação, se os mesmos disponibilizariam a esta CPI, a transferência do sigilo bancário da Associação Amazônia, especificamente, da conta nº 10.700-x, Agência Rio Negro do Banco do Brasil, assim como, a transferência do sigilo fiscal da Associação Amazônia. Os depoentes concordaram com a solicitação e, de próprio punho, redigiram em separado, a autorização das transferências bancária e fiscal da Associação Amazônia. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da CPI das ONGs, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 28 de agosto, ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, para facilitar os trabalhos, gostaria que a Secretaria providenciasse antes uma cópia das atas para os nossos gabinetes, a fim de que pudéssemos fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Providenciaremos as atas previamente.

Declaro aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião se destina a ouvir as exposições dos Exm^{os} Srs. Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, e dos

Srs. Christopher Julian Clark e Plínio Leite da Encarnação, representantes da Associação Amazônia.

Há expedientes remetidos à CPI, que passo a ler:

Sr. Presidente, de ordem do Sr. Deputado Sérgio Carvalho, comunico a V. Ex^a que mantive contato, via telefone, com o Deputado, que se encontra na cidade de Porto Velho, Rondônia, tendo em vista compromissos assumidos naquela cidade anteriormente ao recebimento do vosso Ofício nº 227/01, o que torna impossível o seu comparecimento no dia 4 de setembro, nesta Comissão.

O Deputado informa que terá o maior prazer em comparecer, na qualidade de convidado, para prestar esclarecimentos a essa CPI. Poderá ser nos dias 11, 18 e 25 do corrente mês, dependendo de um contato prévio para acerto de data.

Raimundo de Oliveira, Secretário Parlamentar.

Quero também comunicar que o Deputado Sérgio Carvalho telefonou-me exatamente nesse sentido, pedindo escusas por não comparecer, dizendo que realmente preferiria vir em outra data, já que o Relatório da CPI da Grilagem está sendo fechado nos próximos dias. Dessa forma, ele já viria com o Relatório Final da própria CPI da Grilagem.

O expediente seguinte é um documento da Chefe de Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, encaminhando um atestado médico, justificando, portanto, a ausência do Senador aos trabalhos desta CPI.

Solicito à Secretaria da CPI que convide os Srs. Deputados Estaduais Messias de Jesus e Urzeni Freitas Filho para se fazerem presentes. (Pausa.)

Esclareço que os Deputados Estaduais Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho encontram-se nesta CPI na condição de convidados, para prestarem alguns esclarecimentos a esta Comissão.

Para organizar melhor o nosso trabalho, ouviremos os dois Deputados, pois abordarão o mesmo tema, já que um deles foi Presidente e, o outro, Relator da CPI da Assembléia Legislativa do Estado que investigou a Associação Amazônia. Após a exposição dos dois, daremos aos Srs. Senadores a oportunidade de fazerem suas perguntas, após, obviamente, as indagações da Sr^a Relatora.

Concedo a palavra ao Deputado Messias de Jesus, por vinte minutos, para a sua exposição.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr^a Senadora Marluce Pinto, Sr^a Senadora Marina Silva, Sr. Deputado Federal Luisinho, da tabela do meu Estado, não tenho palavras para mensurar a alegria que sinto, neste mo-

mento, em estar aqui, como convidado desta CPI das ONGs, para dar o meu modesto depoimento e tentar contribuir para que esta Comissão tenha êxito em sua atuação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sou nordestino e, há mais de 25 anos, resido no interior do Estado de Roraima. Iniciei minha vida política como líder da juventude rural. Residindo em Roraima há mais de 25 anos, portanto na Amazônia, sempre tive a coragem de denunciar que algo não estava bem, em se tratando do domínio que o País tem sobre tão importante região, que é Amazônia Brasileira. Admito que seja um Patrimônio da Humanidade, mas não admito que não sejamos capazes de cuidar dela. Também não quero ser xenófobo e dispensar o apoio da comunidade internacional para ajudar a preservar a Amazônia, seus recursos e, principalmente, seus 20 milhões de habitantes, que, hoje, infelizmente, não são tratados com a dignidade que merecem. Como Vereador, em Baliza, acompanhei o sofrimento de dezenas de produtores rurais da Vicinal 29, que V. Ex^{as}, Sr. Presidente e Sr^a Senadora Marluce Pinto, conhecem bem. De repente, esses produtores viram aparecer indígenas próximos aos seus lotes e, hoje, estão perdendo suas terras para essas comunidades indígenas, após mais de 20 anos de uso ininterrupto.

Acompanhei estranhos casos de ONGs, igrejas de várias denominações, grupos de estrangeiros que, claramente, sempre mandaram naquela parte do Brasil, mais que nossas autoridades. Como cidadão, assisti a tudo isso sem ter condições de mover uma palha. Como vereador, o máximo que consegui foram vários processos movidos pelo então, bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, um protetor de dezenas de ONGs, que intensificaram suas presenças em Roraima. Como Deputado me senti na obrigação de continuar esse trabalho. Desde os meus primeiros discursos sempre procurei denunciar a presença nociva de ONGs que, visivelmente, atentam contra a Soberania Nacional. Mas, por que, os Governos da Europa e Estados Unidos, as ONGs e os grupos organizados agem com tanta desenvoltura na Amazônia? Por que ONGs se apossam facilmente de terras de áreas maiores que vários países da Europa? Por que vendem, ilegalmente, lotes através da **Internet**? Por quê? Essa é uma resposta difícil, não temos nenhuma pronta. Mas, é elementar que qualquer brasileiro que se interesse por este assunto, saberá que o Brasil nunca teve uma política adequada, para a Amazônia. Na verdade, achamos que o Governo Federal nunca deu a mínima importância para aquela Região.

Por outro lado, sabemos, o peso que tem a palavra Amazônia nas negociações com o FMI, com bancos internacionais e nas rodadas de negociações com autoridades dos países ricos. Infelizmente, todo esse falso cuidado nunca se refletiu em melhorias das condições de vida do povo da Amazônia. O ribeirinho, o pequeno produtor e as comunidades indígenas, continuam desassistidos, passando fome, morrendo à míngua, por doenças que foram exterminadas no Século passado. Mas, se a Amazônia merece tanta atenção, porque a realidade do povo da Amazônia não muda? Por que o Brasil não assume o controle da Amazônia? Por que a cada canetada são retiradas mais verbas de projetos importantes para a Amazônia? Por que os militares não são dotados de todas as condições para que a Amazônia continue pertencendo ao Brasil? Por que tanto poder dessas ONGs, em se tratando da Amazônia?

Por tudo isso, quero louvar a brilhante iniciativa do Senado Federal que, mais uma vez, promove um esforço muito grande, para ajudar a responder essas inquietantes perguntas, e tenho a convicção de que a atuação das ONGs na Amazônia não será mais a mesma, depois que esta CPI aprovar seu Relatório e as devidas providências forem tomadas. Sabemos que essa não deve ser uma luta isolada, que a CPI do Senado sozinha não fará muita coisa. Mas é necessário que, após a conclusão dos trabalhos, todos os Poderes, a sociedade e todos os segmentos envolvidos partam para uma cruzada em defesa da Amazônia, não como fazem aquelas ONGs que, apenas, usam o tema para arrecadarem rios de dinheiro, num esquema de um enriquecimento profissional, às custas da miséria, do abandono e até da perda de Soberania do Brasil, sobre a Amazônia.

Aqui estão algumas publicações sobre Amazônia. Todas elas têm algo em comum, deixando claro, que existe uma conspiração internacional para minar a autoridade brasileira na Amazônia.

Sr. Presidente, trouxe alguns documentos, livros, e ilustrações que provam a veracidade dos fatos: **Roraima no Centro da Internacionalização; A Zona Franca dos foras-da-lei; Terras Compradas Ilegalmente; Amazônia, a Próxima Guerra; OTAN de Olho na Amazônia.**

O escritor roraimense, Luiz Emberê Soares de Freitas, num de seus livros cita trechos de autoridades internacionais:

“O Brasil deve aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” – François Mitterrand, em 1989; “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a

Amazônia a organismos internacionais competentes” – Mikail Gorbachev; “Ao contrário do que os brasileiros pensam a Amazônia não é só dele” – Al Gore, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos.

Isso deixa claro que as ONGs não estão só para fazer filantropia, porque são boazinhas, mas, sim, porque são parte de uma orquestra afinada que tem o objetivo de diminuir a presença do Brasil na região. As ONGs querem deixar o caminho cada vez mais livre para que num futuro bem próximo as riquezas naturais da Amazônia sejam exploradas pelos países ricos e que o futuro da Amazônia brasileira seja entregar sua rica matéria prima, sua biodiversidade para a Europa e Estados Unidos. Aliás, isso já ocorre. E, como esta Comissão já tem conhecimento, a biopirataria e biopirataria correm solto na Amazônia. Já estamos sendo roubados todos os dias, Sr. Presidente, por falsos ecologistas, falsos defensores da minorias e por falsos religiosos que estão praticando todo tipo de crime na Amazônia, com a complacência, infelizmente, de autoridades brasileiras. Essas denúncias e acusações que faço aqui não são infundadas. São baseadas em fatos do conhecimento de toda a opinião pública nacional.

Além de prestar esse modesto depoimento, estou deixando dois volumes de documentos que, bem analisados, mostrarão um pouco mais sobre a farsa que se abate sobre a Amazônia.

Essa é uma questão que envolve muitos interesses. Tivemos essa confirmação quando decidimos criar uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, com o objetivo de investigar a presença de estrangeiros no interior do nosso Estado e a tentativa de uma ONG – Associação Amazônia, de se apossar de 172 mil hectares de terras na região chamada Baixo Rio Branco, no sul de Roraima.

A CPI das Terras, por mim Presidida, ouviu os dirigentes da Associação Amazônia e desde o início ficou comprovado que um grupo de estrangeiros, apoiados por brasileiros, armaram um esquema, fraudaram documentação, enganaram ribeirinhos, forjaram documentos em cartório de Manaus e conseguiram juntar vários lotes numa só propriedade, chamando-as de Reserva Xixuaúxi(?), Xiparinã(?).

Como está dito neste depoimento, o Sr. João Soares Gomes, que sequer sabia assinar o seu nome, teve a sua assinatura reconhecida pelo cartório, chamado Cartório David, em Manaus, no Amazonas.

Outra denúncia que ficou comprovada, é que a maioria das pessoas que venderam os lotes na área não conheciam a região. Alguns saíram da periferia

de Manaus – AM e foram direto para os cartórios, onde assinaram documentos e recibos de compra e venda de lotes que nunca tinham visto. Alguns já conheciam a região.

Os depoimentos prestados pelos dirigentes, membros, assessores, dentre eles jornalistas, advogados da Associação Amazônia, deixam claro que o esquema não se sustentava em nenhuma base legal. Havia até um despreparo por parte desses dirigentes, dando a impressão que não passaram de pobres coitados e que os responsáveis pelas ONGs estavam, como de fato estão, na Europa e Estados Unidos.

A CPI das Terras ouviu quase a totalidade dos dirigentes da Associação Amazônia. Esteve no local e provou que a propaganda feita até hoje, incluindo através da Internet, é mentirosa. Lá não foi encontrado escola, posto de saúde, centro de pesquisa ou qualquer outro item que vocês vêem estampada na página da Associação Amazônia, na Internet.

Os trabalhos da CPI avançaram e não tardaram a chegar as pressões, vindas de todos os lados, para que não concluíssemos os trabalhos da Comissão. Ocorre que o avançar das investigações complicou ainda mais a situação da Associação Amazônia e de seus dirigentes. Solicitamos e recebemos respostas do sigilos fiscal, telefônico e bancário – que foi negado pelo Banco Central – da Associação Amazônia e ficou comprovado que a ONG era formada, em sua maioria, por estrangeiros que ofereciam generosas doações.

Nos chamou também atenção as Atas e Estatutos da criação da Associação Amazônia, Sr. Presidente, devido a presença majoritária de estrangeiros. O dinamarquês Eric Vall(?), o suíço residente na Itália, Kristopher Klark, e o argentino Hector Garibote. Observamos, posteriormente, que os estrangeiros idealizadores da ONG, sempre usaram brasileiros para aparecerem na linha de frente na administração da entidade.

Foi feita uma mudança na categoria de sócios, criando o sócio produtor e aceito o italiano Roberto Paoli Imperiali, e está escrito no estatuto, registrado no Cartório de Registro Especial – Cartório David, em Manaus, no Amazonas — que Roberto Paoli Imperiali passa a ser dono de 80% da reserva e, mesmo que a associação seja extinta, ele mantém o domínio sobre a área, ou seja, mais de 100 mil hectares de terras.

Além disso, existe a suspeita de que foram reconhecidas as assinaturas de ribeirinhos, como já disse, que, em depoimentos para a CPI da Terra, afirmaram ser analfabetos e jamais terem assinado os seus nomes em nenhum lugar, evidentemente.

Se, por um lado, a Associação Amazônia dá como certa a grilagem de 182 mil hectares de terras, as investigações e as atuações dos órgãos internacionais, como a Interaima – Instituto de Terras de Roraima, o Incra, a Procuradoria-Geral de Justiça e a própria Justiça de Roraima atestaram que a ONG Associação Amazônia estava ocupando a área ilegalmente.

Apesar da negativa do Banco Central em fornecer o sigilo bancário, a Associação Amazônia enviou documentos com os respectivos demonstrativos. As respostas dos sigilos telefônico e fiscal demonstraram que a ONG, apesar da organização, o objetivo de seus dirigentes é servir aos interesses de estrangeiros e idealizadores da mesma.

Sr. Presidente, a CPI da Terra pediu informações aos cartórios de registros de imóveis do Estado, e os dois cartórios, que possuem jurisdição sob a área em questão – Cartório Stela Maris, em Caracaraí e Cartório Félix, em São Luís do Anauá – confirmaram toda a nossa preocupação. As certidões atestam que não há registro da área em questão em nome da União, do Estado ou do Município. Por isso, fica fácil para as ONGs estrangeiras se apossarem de terras na Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Roraima é o único Estado do País que não tem domínio sobre as suas terras, porque, após a transformação do Território em Estado, a União não repassou as terras para o Estado – inclusive aproveitou este momento para pedir ajuda ao Senado, pois o Governo Federal reluta em não nos dar a posse da terra que, por direito, é nossa.

Durante os trabalhos da CPI da Terra, tivemos acesso a um documento da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, em que, por meio de um parecer, assinado no dia 14 de abril, o Procurador Luciano Alves de Queiroz não atende à solicitação da Associação Amazônia e nega o registro da área em seu nome.

Em 26 de maio, o parecer do Procurador foi encaminhado ao Juiz Estadual Helder Gerão Barreto, que, baseado nas ponderações da Procuradoria, proferiu sentença indeferindo o pedido da associação, que tentava, de todas as maneiras, obter um respaldo legal para a sua permanência na região.

No dia 13 de dezembro de 1999, a CPI da Terra da Assembléia Legislativa de Roraima aprovou o seu relatório, apresentou-o ao Plenário do Legislativo roraimense e encaminhou cópias para a imprensa e Ministério Público.

A CPI da Terra chegou a várias conclusões, Sr. Presidente. Com certeza, responderemos na frente — inclusive o nosso Relator Deputado Urzeni Rocha se encontra presente.

Mais recentemente, outra CPI investigou a Associação Amazônia e, certamente, chegará às mesmas conclusões que a CPI da Câmara de Rorainópolis e a CPI da Terra da Assembléia Legislativa de Roraima. Além disso, não tenho dúvida da eficácia do relatório desta CPI, que trata especificamente da atuação das ONGs no País.

A grilagem de terras públicas, presidida pelo Deputado Luciano Castro e relatada pelo Deputado Sérgio Carvalho, chegou a conclusões bem mais amplas que a CPI de Roraima e, certamente, por estar na alçada federal, as suas conclusões terão um alcance mais efetivo.

A região amazônica é composta por 500 milhões de hectares. Destes, pelo menos 100 milhões estão grilados, especialmente no Pará, Mato Grosso e Roraima. A CPI da Grilagem também concluiu que, nos processos de grilagem, sempre há conivência e a participação de cartórios, funcionários a Justiça, do Incra, do Ibama e da Funai, além de juízes que facilitam o registro das terras.

Está certo o Senador Mozarildo Cavalcanti ao cobrar do Governo um maior controle da região amazônica pelas Forças Armadas com o objetivo de combater, com eficácia, a exploração predatória dos recursos naturais, o contrabando e o tráfico de drogas.

Realmente, o Governo brasileiro e as Forças Armadas não podem ser substituídos por ONGs. A Amazônia ainda é tratada como a filha bastarda da Nação, com omissão, apesar de ser uma das regiões mais ricas do País.

É preciso preservar e garantir os direitos mais elementares para os amazônidas, os ribeirinhos, o produtor rural e o indígena. Mas isso não pode ser feito diante de um prejuízo maior, que é perder definitivamente a Amazônia para as forças internacionais, e o caminho mais eficiente para que isso aconteça é o controle da ação daquelas ONGs, que não passam de braço disfarçado das grandes potências mundiais.

Confio, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, pois minhas esperanças não morreram ainda, uma vez que existem segmentos como esta Casa e, principalmente, o Exército brasileiro que não aceitam a atual realidade da Amazônia. Espero que desta CPI saia uma série de decisões deixando a Amazônia brasileira um pouco mais pertencente a nós, aos nossos filhos, netos e às nossas gerações, acabando de vez

com a biopirataria e a pilantropia que faz a Associação Amazônia, grilando uma área de terra, Sr. Presidente, com mais de 172 mil hectares, ou seja, maior que a capital de São Paulo, maior do que a Bélgica e maior do que vários países do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Urzeni da Rocha para sua explanação.

O SR. URZENI DA ROCHA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^a Senadora Marluce Pinto, Sr^a Senadora Marina Silva, senhores presentes a esta Comissão, como bem disse o nosso antecessor, Deputado Messias de Jesus, tivemos uma missão, eu diria, árdua na questão da instalação, movimentação e do trabalho realizado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do nosso Estado.

As dificuldades e as pressões de todos os lados começaram desde o início da idéia de se fazer uma CPI para investigar a presença de uma ONG denominada Associação Amazônia mais precisamente no Estado de Roraima, na região chamada baixo Rio Branco, no sul do Estado.

A denúncia dizia que essa associação tinha a posse de 172 mil hectares naquela região, terras que não haviam sido documentadas nem cuja posse tinha sido transferida para essa entidade pelo Estado, União ou Município. Na verdade, o que estava se vendo naquele momento com tal denúncia era que a Amazônia, mais especificamente o Estado de Roraima, estava sendo invadida por uma dessas inúmeras ONGs que existem na Amazônia.

Nós, amazônidas, que moramos e vivemos o dia-a-dia na Amazônia, sabemos das dificuldades, o que é realmente a Amazônia para todos os brasileiros, a importância de seu significado para todos nós. Evidentemente, diante de uma informação e uma denúncia como essas não titubeamos nem pestanejamos e fomos, realmente, verificá-la.

Todos nós temos conhecimento – o Brasil sabe disso, as autoridades brasileiras têm conhecimento – de que a Amazônia está sendo paulatinamente ocupada em todas as suas regiões por organizações não governamentais, tendo como pano de fundo o pretexto de preservar e dar ajuda aos moradores das localidades. Enfim, a Amazônia está sendo totalmente invadida, reafirmo aqui, como disse o Presidente da nossa Comissão, de forma nociva pelas organizações não governamentais.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de me posicionar com relação à ONG investigada.

A Associação Amazônia, conforme podemos verificar em documentos, em livros de atas e em tudo que nos foi apresentado, é totalmente composta e comandada por estrangeiros, conforme também disse o orador que me antecedeu: argentinos, dinamarqueses, italianos. Usam apenas alguma figura brasileira para legalizar, eu diria, aquela entidade que, na verdade, de brasileira não tem nada.

No que diz respeito à Associação Amazônia, entrevistamos moradores daquela região e, para que os senhores tenham uma idéia, viajamos de barco, por mais ou menos 12 horas, de uma localidade chamada Santa Maria do Boiaçu* até o Vale do Jauperi*, situada na região de Xixuaú-Xiparinã*, que são as terras em questão na Associação Amazônia. Fomos levados por moradores das regiões, por piloteiros, como se diz na região, os quais conhecem a Amazônia a dedo. E nos contatos que fizemos, Srs. Senadores, percebemos a aflição dos moradores, daqueles que vivem sob as condições de vida que Deus os permitiu, além de sua aflição com a presença dessas ONGs na região. Ocorre que eles acreditam que vão ser expulsos, que vão ser, de certa forma, comandados por essas forças presentes na região. Portanto, o desespero de um grande número de famílias é enorme em várias localidades pequenas às margens dos rios que cortam o baixo rio Branco.

A relação entre essa Associação e a população que lá existe é promíscua, eu diria, porque é uma relação em que os moradores daquele lugar, o ribeirão, o amazônida não leva vantagem nenhuma, só desvantagem. Ele é usado, manipulado por essas organizações.

Tivemos oportunidade de ver moradores dizerem, por exemplo, que aquela ONG dava R\$100,00 por mês para que ele mantivesse e fiscalizasse mil metros de área na beira daquele rio. Por exemplo, a ONG chega lá e diz que fulano de tal vai cuidar de mil metros, e receber R\$100,00; enquanto que beltrano vai cuidar de mais mil metros – essa área é nossa – e ganhar R\$100,00. No caso, eles seriam uma espécie de protetores, de soldados que fiscalizariam o patrimônio dessa Organização.

Sr. Presidente, temos presenciado um festival de mentiras e enganações dos líderes dessas entidades para com os ribeirinhos, as suas propostas no sentido de que as coisas vão melhorar suas vidas, mas que, na verdade, não passam de enganação, de trapaça para com aquelas pessoas humildes que

acreditam em qualquer um que vai lá. Tão grande são as dificuldades vividas por eles que qualquer um que chega lá fazendo propostas fantásticas eles acreditam, e essas entidades passam a ser até o braço direito daquelas populações ribeirinhas.

Sr. Presidente, visitamos o quartel-general da Associação Amazônia, aliás a sua sede é até muito simples, portanto, ali, na verdade, é um ponto de referência para estudos da nossa fauna e flora – pesquisas importantes pelas quais o Brasil vai passar e não vai ver nem tampouco ter resultados. Podemos notar pontos de observação, antenas ligadas por todos os lados. No entanto, ao percorremos o rio em uma canoa vemos antenas amarradas no topo das árvores, que estão conectadas com o mundo, tornando-se eficientes mecanismos de comunicação. Na verdade, podemos perceber que a Amazônia está sendo totalmente invadida por essas Organizações Não-Governamentais e de forma nociva e predatória. Não quero aqui dizer nem defender a devastação da Amazônia. Muito pelo contrário. Creio que a preservação é importante, é necessária, é preciso, mas tem que ser da nossa forma, do nosso jeito, do jeito que o Brasil precisa preservar.

Não podemos, por exemplo, aceitar opiniões de americanos. Os americanos venderam filmes para nós, quando eu era jovem eu assistia a filmes onde os federais matavam os índios, ganhou dinheiro até vendendo filmes, mostrando como eles disseminaram as suas comunidades indígenas. E hoje querem vir ao Brasil nos ensinar a proteger índios.

Não é por aí. Ainda não temos a maturidade de que precisamos, mas estamos lutando. E os amazônidas, nós, a Senadora Marluce, a Senadora Marina, o Senador Mozarildo, que conhecemos a fundo a realidade da Amazônia não podemos de maneira nenhuma deixar que isso aconteça.

Então, o que quero deixar claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a presença e a invasão dessas ONGs em toda a Amazônia está-nos deixando, como eu disse há pouco, na mesma situação que os ribeirinhos. Estamos ali sem saber o que vai acontecer amanhã.

O Estado de Roraima, por exemplo, tem mais da metade das suas terras demarcadas para serem áreas indígenas, mais um tanto que é para o Exército, mais um tanto para o Ibama, e na verdade ali também existem quase 400 mil pessoas que precisam sobreviver no Estado, que precisam de trabalho, do emprego, precisam do desenvolvimento. E temos que trabalhar, temos que desenvolver o nosso Estado e precisamos das nossas terras.

Senador Presidente, Mozarildo Cavalcanti, Senadora Relatora, Marluce Pinto, a nossa situação no Estado de Roraima com relação a essa ONG precisa e deve ser resolvida. Só para se ter uma idéia – e aqui quero lamentar uma situação que acontece e acho que o poder público no Brasil não está vendo com a importância que merecem essas causas da Amazônia –, terminamos o nosso relatório, apresentamos tudo aquilo que foi constatado durante o trabalho da Comissão e fizemos uma série de sugestões aos poderes públicos constituídos, inclusive ao Senado Federal. Encaminhamos documentações ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, ao Presidente da República, ao Senado Federal, pedindo as providências que cada instituição dessa poderia fazer na questão da resolução do problema.

Nós da nossa Comissão não recebemos nenhum ofício, nenhum comunicado sobre as comunicações que enviamos a cada instituição do nosso País para que fossem tomadas as devidas providências.

Então, o que sentimos? Sentimos que estamos desamparados, não estamos protegidos e que a Amazônia está entregue às baratas e seja lá o que Deus quiser.

Quero dizer que o conhecimento que temos da Amazônia nos leva a dizer com muita tranquilidade que se São Paulo, se o Rio de Janeiro, se o Rio Grande do Sul são importantes para o Brasil, se têm muitos recursos, se geram empregos, geram divisas para o nosso País, a nossa Amazônia representa o futuro de tudo isso. Se pensarmos em São Paulo há 400, 500 anos, vamos chegar à conclusão de que São Paulo era uma Amazônia. Pela sorte, pela geografia do descobrimento do Brasil, a região Sudeste, o Sul do nosso País foi contemplado primeiro com o desenvolvimento porque estava geograficamente próxima à região pela qual o Brasil foi descoberto. A Amazônia nem por isso precisa ser esquecida. Ela está sendo tomada, ela está sendo invadida. Essa é uma denúncia que muitas vezes vemos, percebemos, mas a respeito da qual parece que as autoridades brasileiras não tomam providência.

O Sr. Daniel Garibotti, que é o Presidente da Associação Amazônia, disse-nos, com palavras claras, que ele recebia dinheiro dos seus amigos na Itália para conduzir os trabalhos na Amazônia. Eu perguntei a ele como esse dinheiro entrava no Brasil e ele disse-me que era em uma pasta, trazida na mão. Ora, pelos poucos conhecimentos que tenho, acho que qualquer dinheiro tem que entrar em um país pelas vias legais.

Só por aí os Srs. Senadores podem tirar a conclusão de como se apresenta o trabalho dessas ONGs na nossa Amazônia.

De forma alguma se pode dizer que a atividade, que a presença é legal. Quem for a Manaus verá que há procuradores que nem se conhecem, que não têm endereço. Muitos ribeirinhos declararam que venderam as terras e não assinaram documentos. Foi por meio de procuradores, num cartório pirata, em Manaus, como a CPI das Terras, da Câmara, tem demonstrado para o Brasil.

De forma que os dirigentes que ocuparam cento e setenta e dois mil hectares de uma área linda, de uma área belíssima do nosso Brasil, e que se intitulam donos dessa área sem ter documentação comprobatória estão lá, estão com força, estão amedrontando os verdadeiros brasileiros que ali vivem secularmente. E nós, com a força política de que a nossa Assembléia dispôs, tentamos modificar essa história.

Quero fazer um apelo ao Senado, a esta Comissão importante, presidida por um homem conhecedor da Amazônia, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti, e que tem como Relatora uma Senadora que também conhece a palmo a Amazônia, o nosso Estado, a Senadora Marluce Pinto. Faço um apelo para que, a partir de agora, mudemos a história da Amazônia, para que façamos que a Amazônia seja dos brasileiros, que não seja dos americanos, dos europeus e, daqui a uns dias, dos asiáticos.

Enfim, se o Brasil não tomar uma providência, hoje é a Associação Amazônia, amanhã é outra, depois de amanhã é outra ONG. Estamos assistindo a isso.

Vi, se não me engano, no ano passado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso demarcar mais uma área de proteção ambiental na Amazônia e a entregar para ser administrada por uma ONG; uma das maiores áreas do Estado do Amazonas, a reserva ecológica de Mamirauá, uma área muito linda na região amazônica.

A Fundação Nacional de Saúde do meu Estado, que cuidava dos índios ianomamis, de repente viu os recursos serem transferidos para uma ONG que passou a administrar as questões indígenas no nosso País.

Fatos como esses nos deixam estupefatos, apreensivos. As nossas famílias ficam apreensivas, porque não sabemos o nosso futuro. O nosso futuro é incerto.

Esta é a minha colaboração para a Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores. Estou à disposição da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à ilustre Relatora, Senadora Marluce Pinto, para as suas indagações.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, demais membros desta Comissão, ilustríssimos Deputados estaduais do Estado de Roraima, Messias de Jesus e Urzeni Rocha, é um prazer muito grande para nós a presença dos dois nesta Comissão. Como somos do Estado, acompanhamos o desempenho da Assembléia Legislativa, especialmente da comissão instalada para o acompanhamento da situação das terras e também dessas reservas sobre as quais os senhores falaram nesta Comissão.

Foi um trabalho profícuo, complementado com a instalação dessa CPI na Câmara dos Deputados e, agora, com a instalação da CPI das ONGs. Esse trabalho será um tripé para que possamos, no futuro, ter resultados mais positivos.

Não farei mais perguntas aos dois convidados porque, em sendo do Estado, darei espaço para os demais senadores, mas gostaria de esclarecer dois pontos a partir da exposição feita. A primeira diz respeito às terras de Roraima, em relação às quais o Deputado Messias(?) solicitou do Senado Federal uma providência no sentido de que fossem oficialmente registras em nome do Estado. Informo a V. Ex^{as}. que apresentei um projeto de lei, já aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Como na última Casa a ele foi apresentada e aprovada uma emenda, o projeto retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação da constitucionalidade da referida emenda. Esse projeto foi relatado pelo ex-Senador Josaphat Marinho*, como sabemos, um dos maiores constitucionalistas do nosso País. O relatório foi muito bem elaborado e, durante muitos meses, o assunto foi debatido.

Realmente, desde os idos de 1943, a partir do decreto de criação do Território de Roraima, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, as terras que pertenciam ao Estado do Amazonas passaram para a União. E, até hoje, continuam sendo oficialmente pertencendo a ela. Acredito que, quando for aprovado o projeto, muitas coisas poderão mudar em Roraima, muito embora haja a ressalva das terras indígenas, das terras pertencentes ao Incra e das terras pertencentes às Forças Armadas. Entretanto, será um avanço muito grande.

Com relação à ONG que se denomina proprietária dos 172 mil hectares de terras ribeirinhas, isso não

pode ocorrer. Existem sempre os “piratas” que fazem clandestinamente registros que não têm validade jurídica, o que nos prejudica e amedronta nosso povo. Conheci Santa Maria do Boiaçu(?) em janeiro de 1980, uma região muito bonita e ampla, de terras férteis, que já poderia ter-se desenvolvido significativamente, o que não foi possível porque essas ONGs levam para lá índios que não são da nossa região, como a comunidade Uai-uai, que não habitava aquela região. Originalmente a região era habitada por Ianomâmes, mas os Uai-uai foram trazidos do Estado do Pará e se consideram habitantes primitivos. E, como foi dito, a fundação repassa recursos para as ONGs para prestar assistência de saúde.

Há pouco mais de um mês, o Ministro da Defesa convidou vários parlamentares a irem a Roraima, incluindo a Senadora Emilia Fernandes, ilustre representante do PT, e outros parlamentares de vários Estados, além da Bancada de Roraima. Lamento pelos demais parlamentares a nossa infelicidade de não chegarmos à reserva Ianomâmes porque chovia muito e fomos obrigados a voltar.

Senadora Marina Silva, V. Ex^a é uma pessoa muito voltada às comunidades carentes e a todos os problemas da Amazônia e quero dizer-lhe que, tão logo cheguei a Roraima – e informo aos presentes que não sou natural de Roraima, embora o seja de coração, pois estou há 22 anos lá – visitei a região dos ianomâmis e me impressionou muito, porque, mesmo saindo do Nordeste, eu não conhecia tribo indígena, nunca tido ido a uma comunidade indígena. E lá, àquela época, eles já viviam, em janeiro de 1980, num malocão coletivo, todos eles vivem num malocão muito grande coberto de palha e se dividem por família com fogo – a família, eles ali naquela redinha, e um fogo. E tudo o que eles pegam de caça secam ali dentro, todos juntos, e isso não mudou até hoje. E a única assistência, praticamente, que os ianomâmis têm naquela região é através do Pelotão de Fronteira do Exército*. Isso eu digo com muita convicção porque, embora a minha primeira ida tenha sido em 1980, não ficou só nisso: foram várias e várias vezes, eu até não posso nem denominar quantas vezes lá já estive. Este ano mesmo, no mês de maio, eu e o Senador Mozarildo Cavalcanti fizemos parte de uma comitiva, estivemos lá, e permanece tudo na mesma situação: é a mesma pobreza, a mesma dificuldade que eles enfrentam, não vou dizer que a Fundação não repasse os recursos, mas eles não estão sendo bem administrados, porque não existe uma assistência permanente. Sabemos que a Fundação hoje cobre as despesas para contratação de médicos e de dentistas num valor

bem mais alto do que os Governos de Estado podem pagar. Enquanto no Estado o salário de um médico no interior, creio, não ultrapassa R\$4.000 – consulto o Deputado Urzeni da Rocha Freitas Filho*, que é médico –, a Fundação paga um valor bem mais alto. Mas a questão é que eles não permanecem na localidade, eles apenas visitam aquela localidade. É tanto que aproveitei numa Comissão, não sei se a Senadora Marina Silva estava no dia na Comissão de Saúde quando pedi à Agência Nacional de Vigilância Sanitária* para que eles fossem logo acompanhar para ver como era feito o trabalho. E eles estiveram lá.

Então, são essas coisas que a gente vê, que se fala, se faz discurso. Aqui nós criamos Comissão Especial do Calha Norte, que muitos acham que o Calha Norte é um programa militar, quando não é. Quando ele foi instituído desde 1986, se não me falha a memória, eram cinco Ministérios, o Ministério que realmente administrava à época era através do Embaixador Sandemberg. As Forças Armadas prestam apoio logístico porque fica a calha dos rios naquela região de fronteira, e o Calha Norte tem seus pelotões ali, eles prestam assistência às comunidades ribeirinhas e nas fronteiras. Mas a gente acompanha mesmo, de perto, que os recursos que são destinados para a Amazônia, muitas vezes não são gastos lá, e até admiro de o Deputado Urzeni da Rocha Freitas Filho* ter ouvido do próprio representante das ONGs que recebe os recursos numa bolsa, que deve receber até em dólar, porque para vir de fora... E como é que pode entrar, se até mesmo nós, para sair do País, temos uma limitação de quanto poderemos conduzir na nossa pasta em recursos? Então são essas coisas, nós não queremos ser injustos com ninguém, sabemos que existem ONGs brasileiras, ONGs estrangeiras que realmente trabalham com eficiência, essas devem ser preservadas, e no final nós deveremos até, temos certeza, e é a opinião do Presidente e de todos os membros da nossa Comissão, fazer com que se propale através da imprensa brasileira, aquelas que atuam com honestidade como missionários, porque quem se dedica a ficar na região amazônica da maneira que ainda é até hoje precisa ser um verdadeiro missionário. Até para poder ficar lá tanto tempo. Agora, não podemos é deixar que o povo venha de fora para explorar as nossas riquezas e depois achar que a Amazônia tem que ser o patrimônio do mundo, quer dizer, tirar da geografia do Brasil, o Deputado Mecias de Jesus* citou François Mitterrand, da França, Al Gore*, dos Estados Unidos, Mikhail Gorbachev*, da Rússia, mas existiu também já uma frase forte de Margaret Thatcher*, que a dívida do Brasil deveria ser

paga com parte da nossa Amazônia. São essas coisas que nos deixam inquietos. Pode até haver um certo exagero, mas sabemos o seguinte: se vivemos num solo tão rico e o povo está passando fome, isso está errado. Se não procurarmos, através dos políticos e de todos os segmentos da sociedade, seja civil, militar, eclesiástica, para contornar esses problemas, nunca vamos conseguir realmente administrar a Amazônia. Foi dito aqui pelo Urzeni a importância de São Paulo. Realmente, lá já tem indústrias, já cresceu demais, já não é mais um Estado que se tenha preocupação pelo seu desenvolvimento. Muito pelo contrário. É de preservar o que já tem e investir na Amazônia que é para não ficar o povo lá desempregado, assaltando toda hora, porque sabemos que é um Estado belíssimo, mas está impraticável até sair na rua. Hoje, todo mundo, quando vai a São Paulo, teme ser assaltado, ter carregada a bolsa, e a gente vê um imenso torrão brasileiro, como é a nossa Amazônia, rico em vários segmentos, em tudo que se possa pensar. Não é exagero de quem vive na Amazônia, mas todo estrangeiro que a visita sai admirado do que vê e nós ainda não tivemos, essa que é a verdade, pulso para administrá-la. Quando fazemos os nossos discursos, que são tantos, todos os parlamentares da Região Amazônica sobem à tribuna para falar sobre a potencialidade, mas fica naquilo. Acho que tínhamos que fazer um trabalho de falar menos e agir mais, de procurar cobrar, cobrar mesmo do presidente, seja o presidente Fernando Henrique Cardoso, seja seu sucessor, não importa quem seja. A maior autoridade que temos no país tem por obrigação ver o Brasil como um todo, como os 81 Senadores têm por obrigação olhar pela Amazônia como os amazônidas que lá vivem. Então, meus caros Colegas, como já falei anteriormente, vou deixar que vocês, Senadores, possam fazer perguntas aos nossos dois ilustres Deputados, porque, no meu caso, era eu querer que eles repetissem para mim aquilo que já sei.

Retorno a palavra ao nosso presidente para que possa passar ao primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ouvidas as considerações iniciais da Relatora, concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Eminente Presidente Mozarildo Cavalcanti, eminente relatora, Senadora Marluce Pinto, Srs. Senadores, meus caros Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas. Lamento, Sr. Presidente, que, em razão da concorrência e da multiplicidade de compromissos, eu não tenha chegado em tempo hábil de ouvir as expo-

sições dos ilustres convidados para nesta tarde, neste começo de noite, trazer o seu depoimento, trazer a sua impressão e o seu sentimento de como agem no seu território, no território que representam, o Estado de Roraima, as organizações não governamentais ali instaladas. Razões muito fortes nos levaram a constituir esta Comissão, porque detectamos, através de denúncias de diversas origens, as mais variadas, de ações inexplicadas de organizações não governamentais em nosso território, ferindo a autonomia brasileira, interferindo nas decisões internas do país e nos preocupando a todos. Recordo-me de uma carta recente, inclusive de admoestação, feita por uma organização não governamental da Holanda, criticando severamente o Governo brasileiro porque se propunha a ampliar a sua produção de soja e aproveitar como modal viária as hidrovias do Araguaia Tocantins.

Ora, para nós que representamos os estados mediterrâneos, os estados interioranos, estados distantes dos grandes centros, se não estabelecermos um modal de transporte que permita a alocação de carga pesada a longa distância de uma maneira mais barata, sempre seremos um Estado periférico, sempre seremos um Estado marginal, sempre seremos um Estado em estágio de subdesenvolvimento, e as nossas populações continuarão pagando caro por isso.

Então, seria preciso que esse tipo de organização, que se propõe a interferir nas decisões internas do País, vivenciasse o drama da nossa população para poder fazer manifestações e desenvolver ações nesse sentido, eis que temos, inclusive, nos deparado com o envolvimento do Ministério Público ancorado nas avaliações, nas assertivas de várias dessas organizações que estão interditando a implantação das hidrovias sob o pretexto de preservação ambiental.

Ora, ninguém mais do que nós, brasileiros, ninguém mais do que nós que estamos exatamente nessa Amazônia Legal tão cobiçada por todos, quer a sua preservação.

Há equívocos na sua exploração? Há, mas também queremos corrigi-los. Não queremos a depredação desse patrimônio extraordinário que é a Amazônia, mas não vamos também nos esquecer de que o homem, o ser humano faz parte do ecossistema e tem que ser visto e considerado como o que há de mais importante nesse ecossistema.

Portanto, recebemos com muita alegria a presença dos eminentes Deputados e, embora eu não tenha ouvido as explanações preliminares, eu gostaria de indagar se é do conhecimento dos eminentes Deputados se as organizações não governamentais que atuam no território de Roraima têm a sua organi-

zação feita da forma jurídica correta, e estabelece exatamente quem são seus mantenedores, já que ouvi uma parte da afirmação de que o principal dirigente de uma das organizações não governamentais que ali funcionam recebe a sua remuneração como se não houvesse um processo legal de remuneração pelo exercício da presidência da instituição que ele administra.

Indago também se as comunidades indígenas existentes no território do Estado de Roraima já têm também as suas áreas delimitadas, ou se essas organizações não governamentais, que são do conhecimento de V. Ex^{as}, têm atuado na lida, na luta por essa delimitação de território sob o domínio indígena.

O SR. URZENI DA ROCHA – Senador Leomar, obrigado pelas palavras durante a nossa presença nesta Casa. Eu responderia, primeiramente, a V. Ex^a com relação à questão jurídica da legalidade da presença dessas ONGs no nosso Estado da seguinte forma.

A Senadora Marluce, Relatora, disse agora mesmo que existem ONGs com propostas claras, propostas de um trabalho resultante de uma avaliação profunda daquilo a que se propõe a fazer e a trabalhar, dentro daquela linha a que ela se propôs quando se instalou.

Então, aquela ONG que tem claras atuações pode buscar na base, na sua estrutura e se verificará que ela está legalizada juridicamente dentro do que a lei determina quanto a sua atuação, por exemplo, a ONG que está cuidando da questão da saúde dos yanomâmis. A Fundação Nacional de Saúde deixou de atuar nessa área, e o Ministério da Saúde fez um convênio com uma ONG que está cuidando da questão da saúde, fazendo o que a Fundação fazia.

Particularmente, tenho algumas objeções ao tipo, à forma do trabalho que está sendo conduzido. Porque lá, na verdade, não se trata apenas de fazer o trabalho técnico. Estão desenvolvendo apenas o trabalho técnico de colocar lá médicos, dentistas, fornecer remédios, dar assistência preventiva. Na verdade, se V. Ex.^a for visitar os hospitais em Boa Vista, a capital do Estado de Roraima, verá que grande número de leitos dos hospitais estão sendo ocupados por índios Yanomamis. Quando a Fundação Nacional de Saúde cuidava dessa mesma população indígena, os recursos transferidos para a Fundação giravam, salvo algum engano, em torno de dois milhões e meio a três milhões anualmente. Era o orçamento da Fundação Nacional da Saúde para cuidar do Yanomamis.

A partir do momento em que o Ministério da Saúde fez um convênio para que uma ONG fizesse essa tarefa, os recursos pularam de três para sete milhões. E a ONG está fazendo o mesmo que a Fundação faz, talvez com uma eficiência até melhor. O que assistimos é ao fato de que os hospitais de Boa Vista recebem uma grande parte de pacientes vindo dessas comunidades indígenas, dos Yanomamis.

Pergunto: onde é que está tanto dinheiro, como está sendo gasto esse dinheiro, como é feita a prestação de contas? Nesse aspecto, eu diria que tenho restrições com relação à atuação de uma ONG que está devidamente registrada e legalizada, até porque ela tem convênios com o Governo Federal para prestar esse serviço. Mas em outros casos, por exemplo, na questão indígena Raposa Terra do Sol, sabemos que, além da igreja católica, há também algumas entidades não governamentais que trabalham junto com as comunidades indígenas para fomentar esta disputa, essa briga que existe em Roraima entre índio e branco, que historicamente nunca existiu. Secularmente o branco sempre conviveu com o índio harmonicamente, nunca brigaram, viviam às mil maravilhas. De repente, quando começaram a aparecer essas ONGs, Igreja Católica por trás, a coisa andou para uma guerrilha. Nós, que moramos lá, sabemos. Esses dias, talvez V. Ex^{as} não tenham ainda tido conhecimento, o Exército Brasileiro teve que disputar na justiça para construir um pelotão, numa fronteira de Roraima no Município de Uramutã. Foi na justiça, foi via judicial.

Quando teve a autorização judicial para atuar, para construir um pelotão numa área tão enorme, importante e nobre do nosso País, do nosso Estado, montaram uma tocaia à noite e invadiram o quartel. Nessa hora, soldados tiveram que atirar para cima. Ainda se viram vultos. As malocas dos índios são bem próximas uma das outras, e os vultos se dispersaram maloca adentro, de forma que não foram identificados.

O comandante daquela área militar fez um apelo – emocionado até – sobre a questão da soberania nacional. E sabe-se que há ONGs que não estão registradas, que não têm legalização, que não têm registro junto às autoridades brasileiras e estão atuando lá, dia e noite, vivamente, influenciando em ações, em questões como essa que, no dia-a-dia, coloca em cheque a nossa soberania e coloca em cheque a paz, a vida e a tranquilidade das famílias daquela região.

No caso da Associação Amazônia, motivo da nossa investigação, da nossa comissão, os documentos ensinam uma gargalhada, trata-se de uma brincadeira. É um livro velho, onde eles escrevem a mão,

cartório pirata, documento falsificado, tudo que sabemos estar errado, e não conseguimos entusiasmar as autoridades brasileiras para que as providências sejam tomadas.

Então, existem algumas entidades que estão legalizadas e trabalhando, de forma boa ou razoável e tem muitas – a grande maioria – instaladas na região amazônica sem conhecimento das autoridades, inclusive com a presença de estrangeiros sem documentos. Se verificarmos a documentação, comprovaremos que há pessoas até sem passaporte. São coisas que nos deixam em dúvida. Espero que eu tenha respondido, Senador.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, a resposta me satisfez por inteiro e se revela uma denúncia muito grave. Creio que compete a esta Comissão inclusive suscitar os órgãos responsáveis pela fiscalização, já que estão envolvidos recursos públicos na aplicação ao atendimento à saúde e às demandas dos indígenas daquela região. O importante é que foi sancionado por quem de direito, não sei se o Ministério Público ou o próprio Tribunal de Contas, para aferir se esse convênio está sendo realizado, se os índios estão sendo atendidos, já que parte da população indígena, mesmo tendo sido aumentado o volume de recursos que são destinados para atendimento de suas demandas de saúde, ainda busquem os hospitais da capital, seria importante fazer um aferição, não só na legalidade da presença dos representantes dessa instituição no Brasil como também da correta aplicação dos recursos, com objetivo previamente estabelecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora o Senador Leomar Quintanilha tenha se manifestado satisfeito com a resposta, o Deputado Messias de Jesus pede para fazer algumas considerações.

Antes de passar a palavra ao Deputado Messias de Jesus e aos próximos Senadores que desejam se manifestar, gostaria que, dentro do possível, mantivéssemos a discussão na questão da Associação Amazônia, já que temos agendadas para outros dias outras entidades ligadas à questão indígena. Não seria hoje – sem tolher os comentários – o momento mais apropriado de adentrarmos nessa questão de instituições que agem na área indígena. A Associação Amazônia é um caso específico de aquisição de terras no sul do Estado de Roraima, 172 mil hectares, que foi objeto de uma CPI da Assembléia Legislativa e que gostaríamos de hoje nos atermos a esse caso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias de Jesus.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Sr. Presidente, gostaríamos de dizer, em relação à pergunta do Senador Leomar Quintanilha, que a Associação Amazônia é totalmente irregular no Estado de Roraima. Irregular ela é juridicamente, porque o endereço dela, o CGC é do Estado do Amazonas e ela começou tudo de forma tão ilegal, mesmo sabendo que as terras eram do Estado de Roraima, que buscou registrar essas terras no Estado do Amazonas. E buscou registrar de forma irregular e obteve para isso a convivência do cartório no Amazonas que reconheceu firma de pessoas que não sabiam assinar, que confessam isso no depoimento, reconheceu firma de pessoas vendendo terras, como é o caso do Sr. Paulo Rodrigues, que diz no depoimento que vendeu dois mil metros de terra, depois de ter sido muito orientado pelos dirigentes da Associação. Mas, no recibo de compra e venda, consta que ele vendeu trinta mil hectares de terras para a Associação Amazônia. Consta ainda que o Sr. Paulo Rodrigues recebeu vinte mil reais por essa venda. No depoimento, ele diz que jamais viu tanto dinheiro na vida dele e que tudo que a Associação Amazônia deu para ele foram R\$2 mil e o conserto de um batelão dele. Para quem não sabe o que é batelão é um motor de popa de barco para ele fazer as pescarias.

Ele confessou que jamais recebeu R\$20 mil, mas assinou um recibo, atestando ter recebido essa quantia. Na nossa frente, ele negou porque não recebeu o dinheiro. O Vice-Presidente e um dos mentores da associação, o Sr. Daniel Garibotti(*), afirmou que teria pago os R\$20 mil. Só depois de ter conhecimento da negativa do Sr. Paulo Rodrigues é que ele disse que não se lembrava do valor exato.

Da mesma forma, também é estranho e ilegal que o Sr. Carlos Pereira da Silva diga que não sabe ler, não sabe escrever, mas mesmo assim passou uma procuração para uma senhora que ele nunca viu. E confessa isso no depoimento dele. A procuração era para que ela vendesse as terras, que também nunca foram dele. Ele vendeu as terras, colocou o dedão dele, e a Sr^a Rosângela, que ele confessa nunca ter visto... Aqui está a assinatura do Sr. Carlos. Ele vendeu essas terras, recebeu uma quantia equivalente a R\$14 mil. Ele nega ter recebido esse dinheiro. Diz que jamais viu tanto dinheiro na frente dele. Ou seja, tudo o que a Associação Amazônia fez para legalizar essas terras é ilegal, imoral e, do meu ponto de vista, indecente.

Sr. Presidente, vou até me adiantar às perguntas, porque esta questão me deixou por demais cha-

teado, nervoso, pois vi claramente a má-fé desses senhores: o Sr. João Soares Gomes foi para essa região – ele diz isso no depoimento dele – juntamente com o Sr. Daniel Garibotti, um dos mentores da Associação. Ele já tinha 18 mil ha de terras lá, mas vendeu-as. Na primeira vez em que ele foi lá, foi junto com o Garibotti, que já chegou demarcando e vendendo 18 mil ha de terras. Do mesmo modo, o Sr. Manoel Nascimento Horta, que tinha apenas 19 anos de idade na época, mas já era um dos maiores latifundiários deste País, sem herdar, sem conhecer a região, vendeu 28 mil ha de terras para a Associação Amazônia!

Pior do que isso, todos esses senhores não tinham nenhum tipo de documento. Eles fizeram a carteira de trabalho, alguns até a carteira de identidade, todos no mesmo dia, levados a Manaus pelo Sr. Plínio Leite da Encarnação(*) e pelo Sr. Daniel Garibotti. Fizeram o documento e, no mesmo dia, fizeram os recibos de compra e venda dessas terras.

Não acredito que essa Associação seja formada por ecologistas ou por defensores da natureza. Perdoem-me se for forte a minha expressão, mas é formada por pilantras que tentam, por orientação de alguém, tomar a nossa Amazônia e passá-la para outros, segundo o interesse deles. É muita terra: são 172 mil ha de terra! Nelas cabem a Capital do Estado de São Paulo e ainda sobra terra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha; Sr^a Relatora, Senadora Marluce Pinto; Sr^a Senadora Marina Silva, quando conversamos pela primeira vez sobre ONGs, entusiasmei-me em vir aqui porque, primeiramente, conheci Roraima. Fui proprietário, com mais duas pessoas, da Fazenda Internacional durante dois anos. Vi os cavalos selvagens, conheci os ianomâmis, conheci e vi a vida que levavam os garimpeiros do Estado, conheci a bela Boa Vista. Em segundo lugar, vim aqui porque nossos assuntos parecem ser iguais.

Parece que o Governo Federal, na ânsia de fazer parceria e diminuir seus custos nas regiões mais pobres do País, associou-se a pessoas inescrupulosas, que aqui vendem o Brasil e fora o compram, procurando esconder-se do Fisco de seus países diminuindo, assim, o custo do seu Imposto de Renda.

Dito isso – e como V. Ex^a pediu para que nós relatássemos e conversássemos só sobre o assunto do

momento – quero dizer aos Deputados Messias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho que, hoje, é para mim um dia muito importante por estar aqui ao lado roraimenses, defendendo aquilo que é o patrimônio nacional não somente como ecossistema, mas também como pessoas, seres humanos como os indígenas.

Lá, em Mato Grosso, também, as ONGs, hoje, estão jogando os índios contra os produtores rurais, pois que até mesmo arma de calibre 12 põem nas mãos dos indígenas. Estão resgatando pessoas de mau caráter que têm um pouco, uma parcela de sangue indígena e que, por exemplo, viveram até os seus vinte e tantos anos na cidade de Curitiba e que, lá, procuram juntar índios até mesmo da República Paraguai, índios guaranis, e invadindo fazendas.

Nós sabemos a realidade do nosso índio. E sabemos e nos revoltamos com a Funai que, hoje, é um órgão completamente apático na condição do problema indígena e que não tem sequer, através dos seus diretores, o nacionalismo que precisa ter um homem público para cuidar do seu País através das suas pessoas, da sua gente, quais sejam: negros, brancos e índios dos quais nós descendemos.

Sr. Presidente, isso falando é para dizer a V. Ex^a que esta ONG, todas elas, têm usurpado mais o País do que trazido benefício nessa parceria com o Governo Federal. E eles não estão somente onde estão os índios, naturalmente desajustados, cuja mortalidade infantil é altamente contraditória em relação à mortalidade infantil de outras áreas e de outras populações que, por exemplo, habitam o Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado.

Existe até mesmo entre os índios uma discrepância muito grande. E vejam V. Ex^a – vou citar, Sr. Presidente, só para ilustração. Nós temos a nação kadeweus com seus 534 mil km² na serra da Botoquena, na serra do Pantanal sul-mato-grossense. Isso são mais menos 3 mil índios. Isso é respeitado tanto pelo índios como também Governo brasileiro, seja municipal, seja estadual, seja federal. Temos umas aldeias de índios já completamente ilhadas pelas cidades que cresceram, como Aquidauana e Miranda, que, hoje, na mão das ONGs procuram recuperar as suas terras e que, na realidade, englobaria esses três Municípios, somados ao Município da Bodoquena.

Das autoridades que estão em convívio com os índios, tudo nós temos achado, tudo nós temos tido como troca, mas das autoridades federais, nada. E, agora, as ONGs ameaçam, inclusive, o sistema de vida entre os índios e entre os produtores. Evitam que eles, mantendo a sua cultura, possam sobreviver em

pequenas áreas que, hoje, não se pode mais reflorestar, não dá tempo de reflorestar as áreas altas e não dá tempo de povoar os rios e trazer uma população de animais para elas, as ONGs, realmente façam os índios retroceder em tempo e voltarem à caça e viverem somente desta e do extrativismo. Mesmo os kadiwés não podem tirar madeira.

Então, os homens que foram de todas áreas do País para a região amazônica, embora tirassem o ouro, trouxeram-no para dentro do Brasil. E nós soubemos, lá, em Roraima, que os aviões dessem na região amazônica e de, lá, não só levavam as nossas riquezas de fauna e flora, para que pesquisassem e depois registrassem como deles as patentes. Infelizmente, uma das coisas em que a ONU, até hoje, não tocou o dedo na ferida foi exatamente nessa pirataria que se relaciona àquilo que roubam dos países pobres, que roubam dos países que, embora tenham uma extensão territorial muito grande, não tenham a maldade de pôr na cadeia aquelas pessoas que o Deputado de Roraima citou.

Sr. Presidente, gostaríamos de nos estender nesse estudo e pedir a V. Ex^a que se estenda nesse estudo, porque não podemos mais conviver com essa entrega sentimental do Brasil para os outros países.

Queremos fazer duas perguntas: primeiro, essas ONGs todas têm, pelo menos, sede na Capital do Estado de Roraima?

O SR. URZENI DA ROCHA – Sr. Senador, do nosso conhecimento, a Associação da Amazônia, ora objeto da nossa palestra, das nossas informações aqui, tem sede no Estado do Amazonas. Mas quando fomos fazer as diligências, a Comissão foi fazer as diligências para procurar os integrantes e o endereço que constava na documentação, naqueles endereços apresentados na documentação não existe ninguém.

Então, são endereços fantasmas e a documentação não vale. Fica em nossa imaginação quanta coisa errada começa por aí.

Só para V. Ex^a ter uma idéia, não encontramos o endereço da Associação Amazônia.

Outra situação: algumas entidades, algumas ONGs têm endereço em Boa Vista. Por exemplo, a CCCY, que é essa que cuida da saúde dos ianomâmis, algumas ONGs ligadas ao trabalho dos indígenas. Quero até fazer uma parêntese aqui, corroborando com tudo aquilo que V. Ex^a disse, que é a pura verdade no nosso País: as ONGs que atuam na região Raposa Serra do Sol e até na região de São Marcos, que já foi demarcada em nosso Estado, começaram ações no sentido de incitar. Primeiro, as ações eram

no sentido de incitar índio contra branco, historicamente, há 100 anos, 150 anos convivendo índios e fazendeiros, naquela convivência harmônica. Depois que os fazendeiros deixaram, abandonaram as suas fazendas e ali não conseguiram mais sobreviver, ficou a área à mercê dos destinos. Começamos a ver que as ONGs começavam a incitar índios contra índios. Então, em Roraima, hoje, existem duas facções: os índios que são teleguiados, digamos assim, pelas ONGs, que querem demarcações, que querem distância do homem branco, que querem briga, que não aceitam nada, que tudo está errado, que querem se tornar uma nação independente, e têm os mesmos companheiros índios, de uma maloca bem pertinho dela, que já defendem exatamente o contrário.

Existe até aquela história, ouvimos muito falar na Amazônia da questão, por exemplo, que daqui uns dias vai provocar uma guerrilha entre os índios, provocada e capitaneada pelas ONGs, e, de repente, pode descer lá de helicóptero os boinas verdes, os boinas da cor que for, para, numa solução rápida, dar a paz àquela população, que seria pretexto de invasões, enfim, apoderamento da nossa Amazônia, que é tão grande.

Então, essas questões dos endereços, Sr. Senador, é um problema que de uma entidade para outra varia; há umas que são legalizadas e outras não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – De repente, Deputado (?), a obrigatoriedade de se ter a sede na Capital do Estado onde funciona a ONG seria uma razão muito forte, muito boa, para elas serem fiscalizadas pelas autoridades do nosso Governo.

O SR. URZENI DA ROCHA – Perfeitamente.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Eu conheci o hospital público de Boa Vista quando estive lá por três vezes. Os índios que são tratados no hospital são sustentados no hospital pelas ONGs ou pelo Sistema SUS?

O SR. URZENI DA ROCHA – Pelo sistema público de saúde. A única participação, Senador, da ONG é utilizar o avião para, em caso de doença, transportar o índio da comunidade onde ele está. A ONG tem um contrato com empresas de aviação, e traz o índio para os hospitais. Depois não temos gasto com mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A questão da ONG, Associação Amazônia, que envolve a compra de terras no Estado de Roraima. Obviamente em outra ocasião em que estivermos investigando outras ONGs que têm a ver com a questão indígena,

teremos o maior prazer em debater o tema. Isso porque nossa missão é apurar.

Assim, apelo aos Senadores para serem breves, porque temos ainda de ouvir os representantes da Associação Amazônia que estão aguardando para depor.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Vou terminar solicitando a V. Sª que se lembre nas próximas reuniões dessa extensão. Caso contrário, vamos ficar resolvendo o problema seccional e vamos deixar este Brasil à mercê das outras ONGs.

Vou terminar por aqui, lembrando a importância da vacina e de outras atitudes.

Temos também isso no meio dos brancos, na nossa sociedade de São Paulo, de Mato Grosso do Sul e de outros Estados. Nós temos agenciadores de saúde. Nós não temos convênios, nós não temos firmas que fornecem tratamento de saúde. Há agenciadores que pegam o doente e o levam ao hospital, constrangendo o médico, o hospital a interná-lo e a tratá-lo por um preço irrisório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, Srª Relatora, Srs. Deputados que contribuíram nesta tarde e contribuem nesta noite com os trabalhos desta comissão., o relatório de V. Exªs retrata, em parte, aquilo que consta dos relatórios que todos já têm em mãos. Com certeza o relatório já retrata o conjunto das informações que V. Exªs aqui já resumiram.

Por isso, vou formular apenas algumas questões, já que posso dispor desse material para possíveis averiguações.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: qual foi a principal motivação referente à criação desta CPI e às investigações que foram feitas? Vou fazer as perguntas por parte para que V. Exªs possam respondê-las. Vamos estabelecer um ping-pong quanto ao mérito da questão, para não ficarmos com um leque muito amplo de questionamentos.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Senadora Marina, a principal motivação para a Assembléia Legislativa de Roraima criar a CPI foi o fato de vermos que o Estado e o Brasil estavam sendo invadidos de forma inescrupulosa por estrangeiros. A Assembléia Legislativa, entendendo ser de sua competência o assunto, criou uma CPI e fomos investigar o assunto. Gostaríamos inclusive de salientar que fomos investigar **in loco**. Nem a sociedade de Roraima acreditava que iríamos investigar isso **in loco**, porque se trata de

uma região muito distante, que fica na divisa do Amazonas, nós tivemos que atravessar todo o rio Negro de canoa. Nós tivemos a coragem de ir lá, de ficarmos mais de quatro dias dentro da mata, para verificarmos tudo **in loco** e colhemos algumas informações. Há algumas informações que eles vendem lá fora. Por exemplo, eles vendem belezas da Associação Amazônia lá fora, dizem no canal deles na **Internet** que têm lá posto de saúde, escolas, atendimento odontológico. Mas, na realidade, eles não têm absolutamente nada lá, a não ser um local onde há várias camas e eles levam para lá estrangeiros para fazer pesquisas e patentearem plantas nossas e proibem os nossos brasileiros até de pescar lá.

Gostaria de dizer, antes que V. Exª faça a próxima pergunta, que os ribeirinhos lá, os que ainda não venderam as suas terras, estão sendo obrigados a vendê-las ou terão que sair da região, porque já estão sendo até ameaçados de morte por eles.

A SRA. MARINA SILVA – Quais as principais suspeitas sobre essa organização que V. Exªs tem como foco, a Associação Amazônia?

O SR. MESSIAS DE JESUS – A principal suspeita?

A SRA. MARINA SILVA – As principais suspeitas.

O SR. MESSIAS DE JESUS – Que eles fazem parte de um plano internacional e que, dentro desse sistema que eles chamam de filantropia e praticam “pilotropia”, estão lá reservando uma área para mais tarde ganharem muito dinheiro com isso, que eles estão ganhando. Como já disse o Deputado Elzenir, que foi relator, o Sr. Daniel Garibotti confessou que trouxe 70 mil dólares na pasta para pagar a demarcação das terras. Levou um topógrafo, e ele diz no depoimento que pagou 70 mil reais para demarcar as terras, o que na época equivalia a 70 mil dólares.

A SRA. MARINA SILVA – Que documentos foram investigados por V. Exª? Que tipos de documentos vocês investigaram para essas conclusões?

O SR. MESSIAS DE JESUS – Os depoimentos deles, as autenticações nos cartórios do Amazonas, no cartório deles, no Amazonas, que não fomos investigar por que foge à nossa jurisprudência, e os recibos falsos que acabei de citar aqui.

A SRA. MARINA SILVA – Esses órgãos que foram utilizados para fazer essas documentações que V. Exªs estão tipificando como falsas, na conclusão do relatório da CPI foi encaminhada alguma medida judicial no sentido de punir essas ações fraudulentas dessas instituições?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, respondendo à pergunta de V. Ex^a, tivemos o cuidado de, no final do relatório, fazer as nossas sugestões, aquelas que entendíamos que seriam importantes para solucionar tudo aquilo que a gente considerou de errado e que deveriam ser tomadas providências, encaminhados, e posso até ler para V. Ex^a, rapidamente, todos os encaminhamentos que fizemos a todas as autoridades. Por exemplo, fizemos encaminhamentos ao Ministério Público Estadual e Federal, apresentando a cada um desses órgãos, as irregularidades encontradas na Associação Amazônia, ao Ministério do Exército que, entendemos, junto com a Polícia Federal, para investigar a presença e a legalidade desses estrangeiros na Amazônia, porque existe clara evidência de que até a legalidade de permanência desses dirigentes dessas organizações no Brasil, a legalidade de passaportes, enfim, estarem ilegais, não foi apresentado a nós nenhum passaporte que comprovasse isso, mas, também, ao mesmo tempo, não foi negado que estivesse legalizado. Encaminhamos sugestões à Presidência da República sobre as questões que poderiam ser encaminhadas ao Senado, mandamos uma cópia...

A SRA. MARINA SILVA – Especificamente com relação a esses cartórios fraudulentos, foi dado conhecimento às autoridades competentes do Estado da Amazônia que eles operam nesse sentido?

O SR. URZENI DA ROCHA – À Assembléia Legislativa do Amazonas, ao Governo do Estado do Amazonas e ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

A SRA. MARINA DA SILVA – Quais foram as conclusões, os resultados que vocês acham que são fulcrais, vertebrais, para deixar aqui, nesta Comissão dos resultados desta CPI?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, ficou muito claro para nós que, primeiro, a Associação Amazônia está presente, ocupando de forma ilegal uma área de 172 mil hectares de terras no Estado de Roraima, com documentação fraudulenta, com objetivos escusos e de forma totalmente diferente, na prática, daquilo que os seus dirigentes pregam.

Quando é perguntado a eles qual o objetivo da presença deles e por que compraram 172 mil hectares de terra de um ribeirão que nunca foi lá e tem 28 mil hectares, da D. Maria que vendeu dois mil metros... enfim, quando perguntados eles dizem que foram para ajudar, foram para colaborar. E se perguntamos o que foi feito lá, eles dizem que constroem escolas, dão apoio, têm uma função social muito importan-

te à região. E *in loco* não verificamos absolutamente nada disso.

A SRA. MARINA SILVA – Quantas pessoas habitam nessa região?

O SR. URZENI DA ROCHA – Números precisos eu não tenho aqui agora para dar a senhora, mas garanto que, pelas localidades, esse número passa muito de dez mil pessoas.

A SRA. MARINA SILVA – Pessoas ou famílias?

O SR. URZENI DA ROCHA – Isso, isso.

A SRA. MARINA SILVA – Quantas famílias mais ou menos?

O SR. URZENI DA ROCHA – Eu acredito que, mais ou menos, três mil famílias. Esse número requer comprovação, porque eu não tenho esse número.

Veja bem, esses números que estou apresentando a V. Ex^a são números da região. A Associação Amazônia tem uma sede, onde estão registradas apenas duas localidadezinhas, uma chama-se São Pedro e outra, Itaquera. Sumaúma, que são comunidades pequenas com talvez 300 ou 400 famílias.

Na região toda do Baixo Rio Branco, na região sul do Estado, seria mais ou menos esse número, com diferenças que eu possa estar agora cometendo.

A SRA. MARINA SILVA – Com relação a essa área que teria sido usurpada dessas pessoas humildes que passam por muitas dificuldades, que moram nessa região e vivem da sua atividade produtiva, qual o tipo de trabalho que as populações executam nessa área?

O SR. URZENI DA ROCHA – Agricultura familiar, aquela bem artesanal, típica da região e a pesca. Exclusivamente a pesca.

A SRA. MARINA SILVA – Existia algum programa de Governo de atendimento na área de saúde, escola, de apoio técnico à agricultura familiar a essas comunidades?

O SR. URZENI DA ROCHA – Muito frágil.

A SRA. MARINA SILVA – Não existe.

Existe alguma indicação por parte das autoridades competentes no sentido de um aproveitamento adequado de projeto de assentamento extrativista ou algo compatível com a natureza da área? Porque, segundo os senhores, a área é linda, é belíssima, fiquei aqui até imaginando como deve ser. Existe algum projeto de como utilizar essa área de forma sustentável, em benefício dessas comunidades, que não seja o modelo tradicional de projeto de assentamento? Existe alguma indicação por parte das autoridades competentes?

O SR. URZENI DA ROCHA – Não; não existe nenhum projeto oficial, nem em andamento. Existem idéias, que estão sendo estudadas para o aproveitamento da área na questão do ecoturismo. O Estado, inclusive, já pensa muito nessa questão do....

A SRA. MARINA SILVA – Como a população local seria beneficiada num projeto de ecoturismo dentro dessa área?

O SR. URZENI DA ROCHA – Evidentemente que toda a estrutura que fosse colocada à disposição para implantar um projeto de ecoturismo na região, evidentemente que as população receberiam as benesses, inclusive geração de emprego e atividades paralelas.

A SRA. MARINA SILVA – Mas eles são posseiros da área.

O SR. URZENI DA ROCHA – Veja bem – V. Ex^a também é amazônida –, existem certas regiões que ainda estão tão primitivas que sequer os órgãos públicos ainda estão presentes, como é o caso de Xixuaú, Xiparanã, regiões ainda totalmente primitivas, sem projetos ou qualquer atividade em que estejam presentes as instituições públicas.

A SRA. MARINA SILVA – Essas populações moram lá há mais ou menos quantos anos?

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, vou cometer mais algum erro aqui, mas...

A SRA. MARINA SILVA – Aproximadamente.

O SR. URZENI DA ROCHA – Acredito que, no mínimo, 50 anos.

A SRA. MARINA SILVA – Cinquenta anos.

O SR. URZENI DA ROCHA – No mínimo.

A SRA. MARINA SILVA – Cinquenta anos com a ausência do Estado. Creio que sofremos um problema grave na nossa região, em que até a contribuição de V. Ex^{as} nos coloca, como autoridades — governo, prefeito, Governo Federal, enfim —, a pensar uma estratégia de desenvolvimento e de ocupação para a nossa Amazônia que não possibilite que a nossa população continue como presa fácil. Não estou aqui julgando nem prejulgando, mas V. Ex^{as} deram aqui uma série de informações no sentido de que foram fraudados documentos. Pessoas simples e humildes foram enganadas, segundo o depoimento de V. Ex^a. Mas é claro que observamos que existe uma ausência do Estado no socorro a essas populações; e é claro que — sem querer fazer nenhum juízo de valor — elas acabam tornando-se presas fáceis.

Na minha região, temos um veterano, o Padre Paulino, que enfrenta um problema semelhante ao que me preocupa aqui, mas com os madeireiros, que

invadem as reservas dos índios, que invadem as comunidades dos seringueiros. O Padre Paulino, depois de tantos anos de luta, tenta fazer associação de beneficiamento dessas pessoas, mas existem elementos desagregadores que entram exatamente pela ausência do Estado.

Graças a Deus, estamos buscando o governo do Estado para elaborar um programa junto a essas comunidades, a fim de que sejam instalados ali um posto de saúde, uma escola e dar assistência, até mesmo do ponto de vista da orientação dos seus direitos, porque essas populações têm direitos. São aproximadamente 50 anos, o que, com certeza, os constituem em donos dessa área belíssima, onde poderá ser feito um lindo plano de ocupação, caso realmente se comprove, segundo o que V. Ex^{as} dizem, que houve uma usurpação indevida por parte de pessoas inescrupulosas, que tiraram dessas populações.

Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Apenas registro que realmente essa situação de abandono, nos vários Estados da nossa região, possibilita às populações viverem nessas condições de degradação social em todos os sentidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, ao final, a palavra à Senadora Marluce Pinto, como Relatora, para as suas considerações finais.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Urzeni, Deputado Messias, eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, com a anuência de V. Ex^{as}, à Senadora Marina.

Senadora Marina Silva, creio que, nas nossas regiões, as situações são mais ou menos parecidas. Até entendo a situação dos dois deputados, porque, quando aconteceram as denúncias e foi instalada esta CPI na Assembléia Legislativa, eles foram ao local. Mas sabemos muito bem que, quando um grupo, uma associação ou apenas uma pessoa física quer adquirir algo clandestinamente, com se diz, que não seja pelos meios lícitos, procura ficar mais afastada. O que dá para se observar em toda a região Amazônica, o que eles querem é preservar hectares e mais hectares de terras. Haja vista que essa associação, mesmo sem ser juridicamente legalizada, adquiriu 172 mil hectares.

Com referência a essa população, ela não é totalmente desassistida. Na região de Santa Maria do Boiaçu, onde estão encravados esses 174 milhões, que vai até o rio Japari(?), que eles mencionaram, existem sete vilas. Em todas as vilas — digo-lhe com muita consciência e com muita honestidade, porque já fui várias vezes lá —, existe a escola. É uma escoli-

nha de madeira, como na região de V. Ex^a, com uma professora primária. Às vezes, dependendo da quantidade de alunos, uma ou duas salas de aula, que funcionam precariamente, mas funcionam. O posto de saúde, igualmente, é muito precário, mas passa aquela equipe médica supervisionando. Não posso precisar quanto tempo, porque uma coisa era quando eu acompanhava, mesmo como parlamentar, sendo esposa do Governador. Ia até pela obrigação de fazer o serviço social, mas hoje não sei.

Para V. Ex^a e os demais terem uma idéia, lembro-me, não sei se no momento – eles dois podem até falar –, de que existia uma embarcação que levava produtos da capital para trocar naquela região. Por exemplo, trocavam por ovos e outros, porque não tinham lá o óleo, o leite em pó, etc. Também nessas vilas, onde fica localizada essa população, existe plantação. É uma plantação pequena de café, outras culturas permanentes e aquela plantação normal de milho, arroz, etc.

Eu quis prestar este esclarecimento para não se pensar que o Estado é totalmente ausente. Sabemos que não é tão presente, em nenhuma região da Amazônia.

A SRA. MARINA SILVA – Senadora, não se preocupe porque na minha pergunta não vai uma crítica ao Estado, já que o que acontece lá também acontece no Amapá, em Roraima. É só para que a gente sinta.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não levei, absolutamente, como crítica pessoal de V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas não estamos aqui só entre Senadores, temos todo um público que, sinceramente, muitos eu conheço, outros não. É muito bom que cada um saia daqui consciente, porque, como já falamos desde o início, o objetivo desta Comissão não é caça às bruxas, atrás de denunciar ONGs, não. Aquela ONG cujo trabalho realmente esteja sendo viável e produtivo para a nossa região, vamos louvar e até algumas que, porventura, não estejam sendo assim, mas que possam vir a melhorar. Então, esse é o objetivo.

Nós, parlamentares da Amazônia, já temos uma dificuldade muito grande, na nossa região, de conseguir os recursos e se passamos para a opinião pública – pois, além do público presente ainda tem o público que nos vê na televisão – que existem regiões que não têm a presença do Estado, ou mesmo do Município mais próximo, já estaremos gerando uma dificuldade muito grande de carrear recursos.

O SR. URZENI DA ROCHA – Senadora, só para fazer um esclarecimento, interrompendo V. Ex^a. Quando eu disse que a presença do Estado é realmente muito frágil, quis enfatizar mais a área onde está localizada a sede, que é totalmente inóspita. Lá não existe nada, praticamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – É praticamente desabitada.

O SR. URZENI DA ROCHA – Se olhado o aspecto global da região, existem, como a Senadora comentou, colégios, postos de saúde e uma certa presença, que não é a ideal, mas que já é alguma coisa que se está fazendo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A minha explicação não foi para V. Ex^a, que conhece tanto quanto nós o que representa a região Amazônica, mas para os demais que estão nos ouvindo.

O SR. URZENI DA ROCHA – Permita, Sr. Presidente, só para colocar um fator importante. Essa área já está sendo explorada economicamente por meio da pesca esportiva – está presente aqui o Senador Bernardo Cabral, que é da Amazônia –, principalmente pelas empresas do Amazonas, que já é uma atividade econômica que está presente, de certa forma rentável, na região.

A região é extremamente rica em peixes ornamentais. Eles pagam centavos pelos peixinhos e os vendem por US\$5,00.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MARINA SILVA – Esse é o problema. Vi uma reportagem inclusive, penso que foi no **Globo Repórter**, em que eram comprados a centavos. Para se fazer um real é preciso milhares e milhares de peixinhos. Lá fora, esses peixinhos custam de US\$5,00 a US\$20,00. É preciso se verificar também essas empresas, primeiro do ponto de vista da sustentabilidade, porque já existe inclusive uma pressão que está levando à diminuição desses peixes ornamentais, e também de como isso pode ser internalizado para essas três mil famílias.

Entram essas empresas para pesca ou para o peixe artesanal, mas eles ganham em detrimento dessas comunidades.

É essa a preocupação, de que possamos realmente fazer justiça social com essas comunidades, que tomam conta desse patrimônio fantástico, que foi muito bem descrito por V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença dos Deputados Estaduais Messias de Jesus e Uzenir Rocha pelas suas explicações e respostas dadas a esta Comissão, bem como

pelos documentos que foram encaminhados, e ficarão à disposição desta Comissão, para serem examinados, não só as conclusões da CPI, que foi presidida e relatada por ambos, mas também outros documentos que S. Ex^{as} estão fazendo encaminhar.

Agora, ouviremos os representantes da Associação Amazônia, que já estão aguardando.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, penso que V. Ex^a deveria convidar os Deputados para aqui permanecerem para que S. Ex^{as} possam ouvir o depoimento do representante dessa entidade. É importante que quem puder permanecer que permaneça.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em não havendo manifestação em contrário, não vejo porque S. Ex^{as} não permanecerem, já que esta é uma audiência pública, aberta e televisionada.

Esclareço que, durante a exposição dos representantes da Associação Amazônia, S. Ex^{as} não poderão se manifestar.

Dando continuidade aos trabalhos, solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto os representantes da Associação Amazônia. (Pausa.)

Encontram-se à Mesa dois representantes da Associação Amazônia, que, na condição de depoentes, farão seus juramentos. Eu os identificarei para que V. Ex^{as} possam saber de quem se trata. Após a explanação de ambos, V. Ex^{as} poderão fazer-lhes perguntas.

Termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, que presta o Sr. Christopher Julian Clark, identidade: RNEVI 83411-M, de Sergipe, Departamento da Polícia Federal; idade: 40 anos; estado civil: casado; endereço residencial: R. Luiz Antônio, nº 103, casa...

O SR. CHRISTOFER JULIAN CLARK – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Não está aqui, mas S. S^a está esclarecendo que é escocês. Profissão: Presidente da Associação Amazônia; local aonde exercer sua atividade atualmente, na Reserva Xixuaú-Xiparina.

É parente em algum grau da parte envolvida? Diz que não.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que couber e no que lhe for per-

guntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso LIII da Constituição Federal.

O outro depoente é o Sr. Plínio Leite da Encarnação. Identidade: SSPAM – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, nº 0832 322-4; idade: 33 anos; CPF nº 335066712-00; estado civil: casado; endereço residencial: Município de Iranduba, Estado do Amazonas, bairro Alto de Nazarés, cidade Iranduba; profissão: carpinteiro; local onde exerce sua atividade atualmente: Manaus.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que couber e no que for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Portanto, concedo a palavra inicialmente ao Sr. Christopher, para fazer a explanação que julgar conveniente, podendo, portanto, usar um tempo como foi concedido aos Deputados, anteriormente, de até 20 minutos para explanar sobre a Associação Amazônia e a sua participação na mesma.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Boa-noite, Sr^{as.} e Srs. Senadores, eu me chamo Christopher Julian Clark, sou de nacionalidade escocesa, permanente no Brasil desde 1993. Sou casado com uma italiana e temos duas filhas, uma das quais nascida na Amazônia. Sou o atual Presidente da Associação Amazônia. Antes de começar, queria pedir um pouco de paciência de vocês para o meu Português falado, mas vou tentar ser o mais claro possível e responder a todas as perguntas e esclarecer todas as dúvidas que tenham sobre a atuação da Associação Amazônia na área do rio Jauaperi, entre o Estado do Roraima e Amazonas.

A Associação Amazônia nasceu em 1992, depois de já há oito anos que eu visitava a área, desde março de 1984, época em que conheci o Plínio aqui e vários outros componentes atuais da Associação Amazônia, ribeirinhos da área. Ao longo desses anos que nós viajamos juntos, surgia a idéia de fazer alguma coisa mais concreta para ajudar esse povo que morava, no início, nas áreas do Xixuaú-Xipariná, e depois, a partir de 1993, todas as comunidades que compõem o rio Jauaperi, que atualmente são cinco: três pelo lado de Amazonas e dois pelo lado de Roraima.

Fizemos um convite à Universidade do Amazonas, ao Reitor, para fazer umas pesquisas na área. Ele concedeu dois professores. Um é o professor Luiz Antônio, atual vice-Presidente da nossa Associação,

um sociólogo, e o outro era o professor Volney Braga da Silva, médico. Fizemos uma viagem visitando todas as comunidades da área e perguntando a eles qual eram as necessidades maiores que eles passavam. E todos eles falaram unanimemente em saúde e educação, que não teriam um serviço de saúde na área e que não teriam um serviço adequado de educação na área.

E, quanto ao Projeto Jauaperi, eu busco recursos para o mesmo lá na Europa. Nós construímos um posto de saúde na área, que foi inaugurado no início de 1996 e, se não estou enganado, funcionou um ano ou um ano e meio. Parou por falta de recursos, mas, atualmente, está em funcionamento novamente, tendo um enfermeiro brasileiro permanente, que mora na área, que é, inclusive, microcopista.

Em 1995, surgiu uma epidemia de malária na área, atingindo 90% do da região e trabalhamos durante três anos até que a malária sumiu, em fevereiro de 1998, voltando a aparecer, novamente, no ano 2000. No ano 2000, nós, finalmente, conseguimos um enfermeiro profissional brasileiro que, atualmente, está morando e trabalhando na área, como eu disse, que visita todas as comunidades. Segundo os seus últimos relatórios, a malária está, novamente, sendo controlada.

Fora disso, nós fizemos uma escola na Reserva Xixuaú-Xipariná que funcionou durante dois e, posteriormente, por falta de recursos, foi fechada. Há dois anos, nós construímos uma nova escola na comunidade de Samaúma, e nós estamos pagando um professor da comunidade para que dê aulas. Essa escola está funcionando direto. Acabamos de construir, há três semanas, uma nova escola no Xixuaú, onde nós pretendemos, conforme um pré-projeto que estamos elaborando com D^a Otília Pinto, que, atualmente, é a Prefeita de Rorainópolis, fornecer para as crianças da área uma escola que vai além da 4^a série. Naquela região, as crianças só têm possibilidade de estudar até a 4^a série. Depois, elas têm que escolher entre abandonar a área ou abandonar os estudos, e nós queremos dar-lhes a oportunidade de estudar além dessa série, coisa que já estamos experimentando na Escola de Samaúma, tendo como professor, o Luiz, que está dando aula para as crianças maiores.

Nós, também, começamos um trabalho de desenvolvimento sustentável com as comunidades da área e conseguimos um contrato com uma ONG italiana que passa R\$4.000.00 a cada 6 meses para essas comunidades, a fim de serem aplicados em projetos em benefício da comunidade. Esses projetos estão modificando as comunidades lá da nossa área e

está tendo ótimos resultados. Todas as casas, agora, estão sendo reformadas e a produção agrícola também está aumentando. Enfim, o nosso objetivo é simplesmente melhorar a vida das pessoas naquela região e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, demonstrando que é possível, numa área no interior da Amazônia, fazer com que essas duas coisas caminhem juntas.

Apenas isso era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, em seguida, a palavra ao Sr. Plínio, para o que ele achar conveniente explanar a respeito da associação e aduzir mais alguma a respeito desse ponto.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Boa noite, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me chamo Plínio Leite da Encarnação, sou do Município de Iranduba, Unidade Alto de Nazaré, Rua das Castanheiras, nº 457.

Como já foi falado, antes, minha profissão é carpinteiro e quero confirmar, com poucas palavras, o que meu companheiro de trabalho acabou de relatar sobre o nosso trabalho na área em prol de dar ajuda às pessoas necessitadas de assistência um pouco mais elevada. V. Ex^{as} já ouviram ele explanar a respeito da Associação Amazônia. Nós conhecemos em 1984 e, desde aquele ano, nós vimos, juntos, lutando a partir de 1992, quando foi criada a Associação Amazônia, para tentar melhorar realmente a vida das pessoas que residem naquela área. Igualmente àquelas pessoas, nasci no interior e lá morei por muito tempo e depois, com as mesmas dificuldades que eles têm, fui obrigado a vir para a cidade mas sem me desligar do meu vínculo do interior. A cidade me oferece coisas diferentes mas onde gosto de estar é no interior, onde me sinto bem junto à natureza, junto a outras coisas que ela pode nos oferecer.

Atualmente, na Associação Amazônia desde 1997, a minha obrigação é zelar e cuidar dos patrimônios da nossa associação.

Essas são minhas palavras e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo inicialmente a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, para suas perguntas e considerações.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, Senadora Marina Silva, Sr. Christopher Clark, V. S^a já disse que é escocês, começou a viajar para o Brasil em 1984 e constituiu a Associação em 1992. Atualmente, V. S^a vive permanentemente na região?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Passo uma média de seis meses por ano na região e seis meses na Europa.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E os seis meses que passa na região são contínuos e seis meses de ausência ou são intercalados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Agora estou voltando de três meses na área. Vou passar um mês na Itália e vou passar um mês aqui. Estarei viajando para lá e para cá o tempo todo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A associação tem sede própria na região?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. O escritório da Associação Amazônia é em Manaus.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A associação fez alguma aquisição de terra na região do rio Jauaperi?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nunca.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não tem nenhuma aquisição de terra feita?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – De terra, não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E a atuação de V. S^a na região é só prestando assistência, quer dizer, acompanhando uma prestação de serviço na área de saúde e na área de educação, ou V. S^a tem outros meios?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Não tenho capacidade para fazer isso.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não, não é capacidade. Não é fazendo papel de médico, mas acompanhando, pois V. S^a que lá tem havido investimento principalmente em escola e no posto de saúde. Então o tempo que V. S^a passa lá, nesses três meses seguidos, a sua atividade é na região ou grande parte fica na capital, Manaus?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Nesses últimos três meses eu estava diretamente na região.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Por isso perguntei se V. S^a supervisiona esse trabalho, acompanha a assistência dada atualmente, como V. S^a disse, que já há duas escolas em Xixuaú, não é?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, uma na comunidade de Samaúma, abaixo de Xixuaú.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A de Samaúma foi construída posteriormente à primeira. Mas

V. S^a disse que já está sendo concluída esta semana mais uma outra escola.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Foi concluída na semana passada.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A sua atividade é apenas acompanhando esse trabalho na área de saúde e na área de educação ou V. S^a tem outras atividades naquela região?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nesses últimos três meses, construímos várias casas para moradores do Xixuaú e trabalhamos todos juntos. Nas últimas duas semanas do tempo que eu estava lá, depois de terminar a construção da escola, estávamos trabalhando fazendo farinha. Faço tudo o que o pessoal da área faz. Fora disso, quando recebemos visitantes na área, organizo os interesses deles, exatamente o que eles querem ver, com o pessoal da área. Organizo as atividades de acompanhá-los para ver animais ou os plantios de fruta, de mandioca ou o que for.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Exerce também a atividade de pescaria?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Pescaria? Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Nem a título só de... Como sendo, assim, esporadicamente?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós comemos peixes todos os dias, lá...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Pescados por vocês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas é uma área muito abundante de peixe, e não dá muito trabalho. Normalmente, com uma hora antes do almoço, uma hora de tarde, conseguimos peixe para comer, no almoço e na janta.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S^a falou que recebe, anualmente, da Itália, R\$4 mil, não é isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Por comunidade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Por comunidade?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Para as cinco comunidades, então?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Até agora, só as comunidades de Samaúma* e de São Pedro. São duas comunidades.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só essas duas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Isso.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quer dizer que, das comunidades que falou – duas no Estado de Roraima e três do Amazonas, já na divisa do Amazonas –, nas do Amazonas V. S^a não atua?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim. Samaúma* é em Roraima, e São Pedro, no Amazonas, onde está construído o nosso posto de saúde.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Christopher, com todo o respeito, eu gostaria de me aprofundar em umas perguntas, de acordo com algumas informações que obtivemos por meio desta Comissão.

V. S^a sabe que houve uma CPI instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, foi constatada pelos membros da comissão a aquisição de 174 mil hectares de terra, mas do lado de Roraima. Porém, o cartório que registrou essas terras é do Estado do Amazonas. É do conhecimento de V. S^a isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Posso explicar que nunca foram compradas terras. Foram compradas posses e benfeitorias, e elas não foram registradas em cartório nenhum.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas houve a compra?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Foram apenas registrados os contratos particulares de cessão de posse e benfeitorias entre os ribeirinhos e a Associação Amazônia, no momento em que os ribeirinhos entraram para ser sócios da Associação Amazônia.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Todos que concederam essa cessão de posse são associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Todos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E a avaliação era feita pelo Presidente da Associação?

Cada um que cedeu aquela posse para a Associação tinha um valor específico por hectare? Como era feito?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tiveram um valor conforme o tamanho da área. Isso foi um conselho que recebemos de um advogado de Manaus, quando fomos tentar legalizar uma forma de preservar aquela área, fomos contratar o advogado Miguel Parrela, de Manaus. Ele conciliou essa forma de

juntar as posses de todos os moradores da área para poder preservar as bacias hidrográficas do igarapé Xixuaú e do igarapé Xiparinã.

Eu não estava no Brasil na época em que tudo isso foi feito, mas assisti a uma reunião preliminar com o advogado Parrela, com Daniel Garegoti(?), com Plínio Encarnação e com Paulo Roberto Imperiale(?). O advogado perguntou para nós qual era o nosso objetivo, e nós respondemos para ele que o objetivo era preservar aquela área, porque é uma área que realmente merece ser preservada. Então, ele aconselhou que juntássemos todos os moradores da área, perguntássemos a eles quais eram os tamanhos das áreas, não só onde eles moravam e plantavam, mas os castanhais que eles exploram, as áreas que eles exploram para tirar outros produtos, como buriti, sorva*, cipó, e juntar tudo isso para poder preservar as áreas do Xixuaú* e do Xiparinã*.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E V. S^a tem conhecimento de quanto foi pago para os associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Se não estou errado, foi gasta nesses contratos alguma coisa perto de R\$70 mil, no total.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Esses R\$70 mil, qual a procedência desse dinheiro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Qual a procedência? Isso foi uma doação do Sr. Paulo Roberto Imperiale(?), da Itália.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Eles fizeram por meio de banco? Como chegou esse dinheiro ao Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em boa parte, foi feita através de banco. Em outras partes, quando eu estava na Itália, ele me dava às vezes US\$3 mil, US\$4 mil para mandar para frente os trabalhos. E, quando ele vinha, também trazia umas quantias desse porte mais ou menos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto a essa parte enviada por ordem bancária, qual foi o banco e a agência?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Se não estou errado, foi o Banco do Brasil.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Foi a agência centro do Banco do Brasil, em Manaus?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Acredito que sim. Eu não estava no País.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Essa ordem bancária vinha em nome de quem, para receber no Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No início desse processo, a Associação Amazônia não tinha conta bancária. Então, chegava em nome do Héctor Daniel Garibotti* e, quando algum de nós trazia na mão esse dinheiro, foi declarado nos balanços anuais da Associação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E V. S^a lembra-se de quanto recebeu por meio de banco?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não me lembro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Na totalidade, foram uns R\$70 mil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, acho que o valor foi de R\$70 mil.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto aos dólares que V. S^a mencionou ter recebido lá e que trazia em mãos, estão incluídos nesses R\$70 mil ou estão além deles?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estão incluídos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S^a tem algum documento?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tenho as declarações dos balanços da Associação Amazônia.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Após ter passado a posse para a Associação, quais os benefícios que já foram feitos nessas terras adquiridas como cessão de posse?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Cada uma das pessoas que moram na área tem uma casa nova agora. Eles não precisam de muita coisa, porque recebem o rancho que trazemos de Manaus para eles. Lá no interior, há um sistema de venda de comida, só que os preços são muito altos. Então, eles se juntaram e pediram a nós que, se fosse possível, trouxéssemos o rancho para eles de três em três meses. Fazendo essa viagem a cada três meses, seria fornecido o rancho de que eles precisavam. Além disso, estão com as crianças estudando, com atendimento médico. Eu passo muito tempo com eles, e eles se declaram muito felizes.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Os médicos são pagos pela Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É um enfermeiro profissional que é pago pela Associação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Tem um enfermeiro e um médico?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, só um enfermeiro. Ele é pago pela Secretaria de Saú-

de de Novo Airão*, no Amazonas. Recebe um salário de R\$159,00 por mês, e recebe da Associação Amazônia R\$400,00 por mês.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E os professores das duas escolas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A escola que foi terminada agora ainda não está funcionando. Vamos ter que procurar um professor e colocar funcionário.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só a outra tem o professor Luís?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, o professor Luís está na comunidade de Samaúma e recebe R\$150,00 por mês.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S^a falou que não fez registro de terras, porque houve o registro dos contratos de cessão de posse em cartório. V. S^a se lembra do nome do cartório e da localidade?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Foi o Cartório David, em Manaus, e outro em Boa Vista, de que não me lembro o nome.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas foi em Boa Vista, na capital, ou V. S^a registrou no interior?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não me lembro, não fui eu que fiz. Sei que está com o carimbo de um cartório de Boa Vista.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S^a tem a documentação e vai deixar conosco, aqui na Comissão?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, por hora é só. Talvez no final eu faça mais algumas perguntas ao Sr. Christopher.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao primeiro inscrito para inquirir os depoentes, o ilustre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer algumas perguntas ao Sr. Plínio Leite da Encarnação. V. S^a reside em Iranduba*?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Sim, no Município de Iranduba.

O SR. BERNARDO CABRAL – Precisamente em que local?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – No km 4, na comunidade chamada Alto de Nazaré.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a conhece o Prefeito José Maria Muniz de Castro?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – De vista.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não tem nenhuma relação de conhecimento, apesar de morar lá?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a declarou que a sua obrigação é zelar pelo patrimônio da Associação Amazônia. É essa sua obrigação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Como tesoureiro, desde 1997.

O SR. BERNARDO CABRAL – Qual o salário que V. S^a recebe da Associação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Atualmente, temos uma ajuda de custo, dependendo da viagem, que é em torno de R\$ 400,00 a R\$ 600,00.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nessa relação de emprego, V. S^a tem carteira de trabalho assinada pela Associação?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não, não tenho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a é proprietário de algum pedaço de terra no interior do Estado da Amazonas?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não, nenhum. Só onde moro, um pequeno lote de terra de seis por vinte.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como é que V. S^a adquiriu esse lote de terra?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Com muita dificuldade.

O SR. BERNARDO CABRAL – Mas não foi por escritura pública também não?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Qual é a idade que V. S^a tem?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Trinta e três anos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Trinta e três. Depois que V. S^a veio do interior, que V. S^a tem muito apreço pelo interior, quanto tempo V. S^a passou na capital?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Cheguei do interior em torno de dez a doze anos e fiquei residindo na capital do Amazonas, Manaus, até um período, não somente na capital, mas também fazia viagens para o interior, até 1997. Depois fui para o município de Iranduba, onde residem familiares de minha esposa.

O SR. BERNARDO CABRAL – Um total, portanto, de quantos anos na capital?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Acredito que em torno de dez ou doze anos ou mais talvez.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a conheceu o Sr. Christopher Clark em Manaus ou no interior?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Em Manaus.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a se lembra quando?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Em 1984.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a cedeu alguma posse a ele, alguma benfeitoria em algum tempo?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem poderes para movimentar as contas bancárias da Associação na qualidade de tesoureiro?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Como tesoureiro, tenho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a conhece o advogado Miguel Parrela citado aqui pelo ...?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Conheço.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tem visto recentemente?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não ultimamente, não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não tem visto. Vou passar a palavra para o Sr. Cristopher, depois volto.

Sr. Cristopher, qual é a sua profissão?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Antes de me dedicar em tempo pleno na Associação Amazônia, era construtor. Restaurava casas velhas na Toscana, na Itália. Casas com quatrocentos anos e que passaram por um processo, nos anos 50 e 60. Os agricultores abandonaram essas casas velhas e construíram casas modernas por perto.

Nos últimos vinte anos, na Toscana, estão entrando muitas pessoas de várias nacionalidades, comprando e restaurando essas casas. E até 1996, mais ou menos, essa era a minha profissão.

O SR. BERNARDO CABRAL – Até 1996.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Essa era a minha profissão. Além disso...

O SR. BERNARDO CABRAL – Vou chegar. V. S^a nasceu na Escócia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Isso.

O SR. BERNARDO CABRAL – E saiu da Escócia com quantos anos?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Dezesseis.

O SR. BERNARDO CABRAL – Dezesseis anos. E foi para a Itália logo? Porque a Toscana é uma região da Itália que conheço bem.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Fui primeiro para França e depois para Itália. Passei três anos em Milão e depois fui para Toscana.

O SR. BERNARDO CABRAL – Antes passou pela França?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Primeiro pela França, depois passei três anos em Milão e depois fui para Toscana.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quanto tempo V. S^a está no País mesmo? No Brasil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Agora? Nessa viagem agora?

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Tenho aqui uma data que V. S^a deu, da primeira vez em que V. S^a veio aqui.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era 1984, março.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a disse que conhecia já há oito anos, quando nasceu a Amazônia.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Como?

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a disse que a Associação na Amazônia foi fundada em 1994, que, portanto, ao longo desses oito anos, V. S^a já conhecia o País.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Principalmente a Amazônia.

O SR. BERNARDO CABRAL – O seu visto é permanente?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem o seu passaporte em seu poder?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, mas está na outra sala.

O SR. BERNARDO CABRAL – Queria dar uma examinada no passaporte.

V. S^a teve uma filha na região. A sua mulher, que é de origem italiana, continua italiana. Ela vive na região com V. S^a ou está na Toscana?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela estava agora comigo, com minhas filhas durante esses últimos três meses. Estávamos juntos na área. Dia 29 de agosto, elas voltaram para a Itália.

O SR. BERNARDO CABRAL – Portanto, não vivem permanentemente.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quanto a esses seis meses na região e outros seis meses na Europa que V. S^a declarou e, depois, confirmou à Relatora Marluce Pinto, como V. S^a consegue sobreviver, em termos financeiros, na Europa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Temos um pequeno hotel de turismo na área de Siena, na Toscana, e eu recebo um salário de 1,5 milhão por mês de uma ONG italiana, uma organização não-lucrativa de utilidade social. Com as duas fontes de renda, eu consigo sobreviver.

O SR. BERNARDO CABRAL – Essa doação que V. S^a recebe na Itália, recebe também de outros Países.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Recebemos da Itália e de outros Países também.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu gostaria que ficasse registrado quais são os outros Países.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Inglaterra e, várias vezes, recebemos doações da Dinamarca. Também recebemos algumas coisas da Suíça.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Christopher, V. S^a recebe R\$1 milhão ou R\$1 mil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. É 1,5 milhão por mês, o que hoje corresponde a, mais ou menos, R\$ 1,4 mil.

A SRA. MARINA SILVA – Então, não é 1 milhão da nossa moeda.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. É 1,5 milhão de liras.

O SR. BERNARDO CABRAL – Recebe contribuições da Dinamarca, Suíça e Inglaterra.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – E na Itália.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quer mais algum esclarecimento?

A SRA. MARINA SILVA – Fiz a pergunta porque a reunião está sendo registrada.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nesse caso, caberia um aparte, mas cedo sempre à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Desculpe-me, Senador Bernardo Cabral. Fiz isso a bem da verdade.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Isso é grave. Nas minhas perguntas, não tenho nenhuma participação. Estou fazendo tudo de forma clara e quero que fique esclarecido que ele tem um objetivo, que é melhorar a vida das pessoas e preservar o meio ambiente. Isso foi dito aqui e não tenho por que ter nenhuma dúvida a respeito disso. Quero apenas fazer o que desde o começo disse ao Senador Mozarildo Cavalcanti: vamos distinguir quem ajuda e quem não ajuda, e preservar o meio ambiente é uma coisa importante.

Essas doações são feitas em registro contábil?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ultimamente todas as doações chegam ao Brasil via banco, fora as doações dos visitantes. Às vezes, vem um grupo de quatro, cinco, seis pessoas que trazem dólares em espécie e os deixam como doações. Quando isso acontece, registramos as doações nos balanços da Associação Amazônica.

O SR. BERNARDO CABRAL – As doações em espécie passaram a ser registradas desde quando?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Desde que recebemos esse dinheiro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Antes, recebiam e não registravam, ou sempre houve o registro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não registramos dinheiro antes de recebê-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Serei mais claro. Desde 1993, se a Associação Amazônica foi criada em 1992, presume-se, há a idéia de que havia alguém fazendo doações, ajudando. Havia alguém ajudando ou não?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Algumas pessoas ajudaram.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Cristopher, nesses oito anos, têm sido feitos registros das doações recebidas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em todos os anos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho de ser imparcial com V. S^a. Tudo o que V. S^a está declarando está sendo sob juramento.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estamos com as cópias aqui.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Estou apenas esclarecendo.

Complementarei a pergunta da Senadora Marluce Pinto. Quando V. S^a comprou as benfeitorias, V.

S^a declarou que houve uma cessão da posse entre ribeirinhos e a Associação Amazônica. Portanto, nunca foi feito com a pessoa física do Sr. Christopher Julian Clark. Sempre com a associação. E V. S^a declarou que a sociedade passa a receber estas pessoas como sócios.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eles entraram como sócios na hora de vender a posse e benfeitorias deles.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito bem.

Esta sociedade tem registro na repartição competente?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A associação?

O SR. BERNARDO CABRAL – Sim, a associação.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – E qual seria...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, se há uma associação, tem que haver um registro qualquer em um cartório, na junta comercial.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tem registro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Figuram todas essas pessoas como sócios?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No livro de ata.

O SR. BERNARDO CABRAL – No livro de ata? Há um contrato, como é essa sociedade? É por cota de responsabilidade limitada, é por ações?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, são sócios voluntários.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a viu que o nosso Plínio Leite da Encarnação* conhece o advogado que V. S^a citou, Miguel Barrela...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Miguel Barrela Filho*.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele é bom advogado?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Pode ser que ele é um bom advogado, mas quando nós descobrimos que ele não estava fazendo um trabalho de assessoria da associação, pelos conselhos que ele dava, nós o dispensamos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu convivo muito com pessoas do interior, e não conheço pessoa tão inteligente quanto o nosso caboclo do interior, a quem rendo as homenagens. O Dr. Miguel Barrela morreu há muito tempo.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É o Sr. Miguel Barreia Filho, é o filho.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a não esclareceu isso. Está esclarecendo agora porque vê que eu conheço a história.

O Cartório David é um cartório de notas. Como cartório de notas, V. S^a pode fazer as escrituras em qualquer parte do Brasil. Não tem nenhum... O patrimônio pode ser feito em Manaus, pode se fazer no Rio. Mas o registro disso tem de ser feito no registro de imóveis do lugar onde está situado o imóvel, chama-se registro de ofício de imóveis. Isso foi levado a um registro de ofício de imóveis?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, porque, para se fazer esse registro, não precisa ser proprietário. Pela informação que tivemos, não podemos fazer um registro disto, porque a gente não era proprietário da área.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem então aquilo que se chama contrato de gaveta entre as partes? Que é um contrato de particular, não há nenhuma maldade na pergunta que estou lhe fazendo.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Contrato de particular, sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – E esses enfermeiros, eu não acompanhei bem a pergunta... V. S^a tem um colégio em Samaúma e outro em São Pedro, esses eu ouvi V. S^a dizer que paga aos professores.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não; um professor até agora.

O SR. BERNARDO CABRAL – Um professor. Esse professor, o que ele leciona? É o curso elementar, é o curso básico? A Secretaria de Educação do Estado tem conhecimento disso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A D^a Otília Pinto, que é prefeita de Rorainópolis, estava conosco no final do mês de abril e começo do mês de maio, e o vereador Leocádio, que estava junto, tentou resolver um salário municipal para esse professor também. Agora, não sei como...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a não tem conhecimento.

V. S^a declarou que, durante três anos, trabalhou na malária, e ela sumiu, conseqüentemente erradicaram, mas agora, no ano 2000 voltou.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Voltou.

O SR. BERNARDO CABRAL – Foi feito algum tipo de pesquisa nessa época, desses três anos, o que causa a malária? Foi retirado algum sangue?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O que acabou com a malária foi a presença de um enfermeiro voluntário amigo meu, de Grosetto, na Itália, que passou no total uns vinte meses na área, combatendo a malária, e até levou três vezes ele a malária e conseguiu no final...

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a conseguiu, portanto, um enfermeiro, que trabalhou, durante quantos meses? Dezoito?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Vinte meses.

O SR. BERNARDO CABRAL – Vinte meses. Portanto, o visto dele não era de turista.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, porque ele entrava e saía. Não era direto.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele produzia um trabalho profissional sem estar devidamente autorizado para isso.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas ele estava colaborando com a FNS de Nova Airon.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu quero só lhe perguntar, porque isso tem que ficar registrado.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ele fez um trabalho voluntário.

O SR. BERNARDO CABRAL – Porque o visto era de turista.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ele fez um trabalho voluntário na área.

O SR. BERNARDO CABRAL – E ele nunca fez nenhuma doação também em dinheiro?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em dinheiro?

O SR. BERNARDO CABRAL – Sim.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, ele é enfermeiro, não tem muito dinheiro.

O SR. BERNARDO CABRAL – Então ele era remunerado pela associação, a associação pagava a ele?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, só as despesas das passagens dele, comida e transporte na área.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele veio da Itália e prestou esses serviços.

O seu passaporte é inglês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É britânico. A Escócia faz parte da Grã-Bretanha.

O SR. BERNARDO CABRAL – Reino Unido. V. S^a foi para a Itália e casou-se com uma italiana. Por isso, estou lhe perguntando.

Em agosto de 1988, V. S^a declarou que o seu passaporte estava perdido?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim. Eu perdi o meu passaporte na Itália. Foi roubado em uma viagem de trem...

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, foi perdido. Aqui não diz que foi roubado.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Por que eu não sabia, na época, que foi roubado, mas, depois, a polícia achou jogado fora da janela do trem.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a tem o seu registro de estrangeiro no Brasil?

Posso dar uma conferida, por favor?

Quanto mais eu lhe perguntar, mais eu lhe ajudo. Ou mais lhe prejudico, quem sabe.

V. S^a é natural de Glasgow. V. S^a vai fazer 41 anos, não é?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – No mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual foi o motivo que lhe trouxe, Sr. Christopher, ao Brasil, pela primeira vez, e depois à Amazônia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Durante os três anos que passei em Milão, na Itália, eu estava trabalhando em uma editora. Em uma feira do livro de Frankfurt, na Alemanha, eu já falava bastante bem italiano e recebi uma proposta de traduzir uma enciclopédia de italiano para inglês. Era um contrato de dois anos de trabalho, e o editor falou para mim que eu podia mandar o manuscrito de qualquer lugar do mundo. Então, junto com a minha mulher, na época – hoje é a minha esposa –, compramos dois bilhetes para passar o ano virando o mundo, e um dos lugares que escolhemos foi o Brasil.

Quando cheguei no Brasil, no Rio de Janeiro, fiz todo o litoral até Belém. Então, subi o rio Amazonas até Manaus. E a primeira saída que eu fiz de Manaus – quando o Sr. Plínio diz que nos conhecemos em Manaus, não é exatamente verdade, porque...

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu sabia que não era verdade. Pode continuar, por gentileza.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós nos conhecemos no rio Solimões, em Campinhos, de onde vem a família dele. Foi a primeira viagem que fizemos, saindo de Manaus. É perto de Manaus, não é muito longe dali. Então, viajamos pelo rio Jaupari juntos, fizemos depois mais uma viagem pela área do rio Uatumã. Nós nos perdemos durante quatro dias e três noites no mato e na saída disso ficamos amigos. Todos os anos depois viajamos juntos para vários lugares

da Amazônia até 1990, quando foi a primeira vez que chegamos ao igarapé Xixuaú, no rio Jaupari.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quando veio ao Brasil V. S^a era solteiro ainda?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era solteiro, mas estava com a minha atual esposa.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a sabe que a Senadora Marina tem um projeto, do qual sou um dos que a acompanham e a ajudam, sobre biopirataria. V. S^a tem conhecimento de alguma coisa naquela área que possa ter como ponto de referência?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu não tive conhecimento de nenhum caso de biopirataria naquela área até um ano atrás quando Daniel Garibaldi me ligou dizendo que um professor norte-americano da Colorado Springs High School tinha levado alguns besouros da área.

Eu, na hora, mandei e-mail para ele. Estou aqui com a cópia da resposta, na qual ele pede desculpas por não ter dito nada a nós. Disse que ele apresentou o vidrinho que ele levou à alfândega de Manaus, e eles o deixaram passar. Ele assume totalmente a responsabilidade por isso. Fora disso, nunca aconteceu nada disso.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a nunca ouviu falar em um cidadão chamado Korinsky?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ah, o Conrad Korinsky. Eu não o conheço, mas ouvi falar dele. É da Universidade de Oxford.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a sabe que ele é de origem bretã, naturalizado roraimense, e conseguiu...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, da Universidade de Oxford.

O SR. BERNARDO CABRAL – E conseguiu patentear dois fármacos nossos: rupunínio(?) e o conanial(?). V. S^a não tem idéia?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Mas sabe da existência dele?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu sabia da existência dele, porque ele fundou, na Universidade de Oxford, a Foundation (???) Biology.

O SR. BERNARDO CABRAL – Isso.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu ouvi falar dessa fundação dele.

O SR. BERNARDO CABRAL – Essa quantia que V. S^a recebe, é claro, ora em dólar, ora em lira italiana, ora em libra inglesa, ou sempre pode ser trans-

formada para em dólar para doação à Associação Amazônica?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Normalmente é transformada em dólar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Portanto, eu lhe perguntei no começo – eu já estou encerrando – se tudo isso era feito e levado a registro contábil. V. S^a disse que sim.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu pediria, Sr. Presidente, que fosse encaminhado esse registro à Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, se tiver tudo isso devidamente registrado, ele estará contribuindo para o que ele disse aqui, isto é, que o objetivo é preservar a vida.

Agora, precisamos saber o volume de dólares que entrou no País para a Associação da Amazônia, porque quanto a algumas entradas ele declarou que foram doação pessoal. É claro que ele não deve ter entrado... É mais difícil sair com uma quantia grande, mas entrar, não sei, mas se tiver sido registrado também o que não veio em caráter oficial, Sr. Presidente, V. Ex^a poderia fazer depois o ofício à Secretaria da Receita Federal.

Eu pediria à Dr^a Lucide que entregasse ao Sr. Christopher...

Agora, Plínio, cuidado com a declaração que você pode fazer para os outros. Você está sob juramento.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, Senador Pedro Ubirajara, a Senadora Marluce Pinto pede permissão para fazer uma indagação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a pediu agora ao Presidente que solicitasse a documentação e o registro contábil do dinheiro que entra para a associação. Ele declarou, em resposta as minhas perguntas, que parte dele é feita através de ordem bancária, pelo Banco do Brasil.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, solicite dele, porque ele falou que é a agência Central. Mas é era bom saber qual agência do Banco do Brasil recebe, porque diz que já vem em nome da associação.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sim, porque perguntei se o Plínio movimentava conta bancária. Ele declarou que sim. Ambos, portanto, movimentam conta bancária da associação. Ou é da responsabili-

dade de um, ou de outro, ou uma responsabilidade solidária.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agora, aqui o Sr. Christopher divergiu um pouco do que respondeu ao Senador Bernardo Cabral e a mim. V. S^a, no seu relato, falou que recebia da Itália – até falei por ano, mas depois lembrei que os R\$ 4 mil eram semestrais. Então são R\$ 8 mil por ano. Então, questioneei: só recebe da Itália? Ele disse que sim.

Nas indagações do Senador Bernardo Cabral, ele falou que recebe também doações da Inglaterra, da Dinamarca e da Suíça.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senadora Marluce Pinto, em determinado instante a pessoa, quando presta um depoimento, pode estar... Levo aí na boa-fé. Agora é bom que sempre apareça e completamente. V. Ex^a faz bem em registrar isso.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quero saber de V. S^a. Os R\$8 mil são da Itália?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Por cada comunidade, é exclusivamente da Itália.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, passa a ser R\$16 mil por ano.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Divididos entre duas comunidades.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – São Pedro e Sumaúma.

Que valores V. S^a recebe através da associação da Inglaterra, da Dinamarca e da Suíça?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Muda de ano para ano. No ano passado, recebemos uma doação de 10 mil libras inglesas, que foram transformadas em US\$15 mil ou US\$16 mil, para comprar uma barco regional, para podermos ir e voltar na região, inclusive trazer pessoas das comunidades que tinham necessidade de irem a Manaus.

O SR. BERNARDO CABRAL – Esse barco é registrado na Capitania dos Portos?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Em nome da associação?

O CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Isso.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só mais uma pergunta: mesmo variando esses valores e de países diferentes, todo o dinheiro que tem vindo para a associação está contabilmente registrado?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Inclusive do Brasil, V. S^a recebe alguma ajuda, do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Recebemos ultimamente uma visita de uma organização de Manaus, num projeto que foi pago pelo Governo do Estado da Amazonas e a Prefeitura de Manaus. Eles pagaram para nós isso também, está tudo registrado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Com essa pergunta do Senador, lembrei de uma coisa. V. S.^a falou também que serve de guia turístico a essas pessoas que visitam lá e que deixam algum dinheiro na região em dólar.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S.^a faz essa troca em Manaus?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim. Transformo o dólar em Real e registro o valor em Real.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Até esse extra, que não é permanente, é registrado na contabilidade da associação, ou fica para despesas menores?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Esse extra que recebemos dos visitantes é todo registrado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Ubirajara.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, anotei várias perguntas e, felizmente, coincidem algumas com as já feitas. Então, só farei as que não constam aqui no meu gráfico.

Primeiro, Sr. Plínio Leite da Encarnação?, V. S.^a tem quantos filhos? É casado?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Três filhos.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Que vivem na cidade ou na área ribeirinha?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Vivem na comunidade que moro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual a religião de V. S.^a?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Sou católico, não sei...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Faço essa pergunta para saber se há ligação entre religião e o seu desempenho. V. S.^a mantém contas em bancos?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Pessoal ou...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Pessoal.

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Eram essas as perguntas que queria completar. V. S.^a faz declaração do Imposto de Renda?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNAÇÃO – Desde que foi obrigatória, em 1999.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Estou satisfeito.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, eu gostaria de saber se V. S.^a tem religião, e qual é.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Católica.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S.^a declara Imposto de Renda na Itália, na Escócia, na Inglaterra, nos países que doam...

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Na Itália.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S.^a declara, aqui, no Brasil também Imposto de Renda?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não; está saindo agora o meu CPF.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S.^a trabalha com Banco, no Brasil?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não tenho conta no Brasil.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual o banco que V. S.^a usa no Brasil e em que países?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Tenho uma conta na Itália.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Qual banco?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Monte dei Paschi di Siena, o banco mais velho do mundo, fundado em 1472. Banco local, onde eu moro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S.^a tem contrato com as ONGs que V. S.^a citou que o ajudam nesses países?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Que trabalham aqui no Brasil?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Lá. V. S.^a é ajudado por organizações da Itália, Inglaterra, Dinamarca e Suíça. V. S.^a tem contato com essas ONGs separadamente?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Temos o mesmo contrato que tem as comunidades que recebem esse repasse, contrato único, que é entre o Fundo pela Terra, Associação Amazônica e as Comunidades de Samaúma e de São Pedro. É um contrato único.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Então, é um contrato único entre os países e Associação Amazônica?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Entre as comunidades, a Organização Fundo pela Terra na Itália e a Associação Amazônia.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Com a Suíça, Dinamarca e Inglaterra V. S^a não tem contratos.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Não, essas são doações sem contrato.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a tem registro das pessoas que visitam a área e doam para V. S^a, e quanto doam para a Associação?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Temos um livro de visitantes na reserva que todos assinam e as doações são registradas nos balanços da Associação.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a movimenta conta bancária só na Itália.

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Vou fazer algumas perguntas ao Sr. Christopher Clark.

Quantas pessoas fazem parte da diretoria da Associação Amazônia?

O SR. CHRISTOFHER JULIAN CLARK – Atualmente cinco: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretária. Nesse momento são quatro pessoas.

A SRA. MARINA SILVA – Quantas pessoas são beneficiadas por essas ações que V. S^a está falando de escola, posto de saúde e assim por diante.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A população inteira do rio Jauaperi é de mais ou menos 400 pessoas.

A SRA. MARINA SILVA – São 400 pessoas ou 400 famílias?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 400 pessoas.

A SRA. MARINA SILVA – E elas conseguem ser alcançadas por esse serviço de escola e de saúde?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Pela escola nem todos, mas pelo serviço de saúde sim, porque fizemos o posto de saúde na comunidade central do rio Jauaperi, com a comunidade de Samau-ma mais acima e, depois, o Xixuaú e o Xiparinã. Embaixo, a comunidade de Itaquera, Palestina e Tanauaú. Agora, o enfermeiro, com o transporte que tem, pode visitar de 15 em 15 dias todas as comunidades ou, em qualquer emergência, eles podem ir ao posto de saúde.

A SRA. MARINA SILVA – O medicamento que é utilizado no posto de saúde é comprado pela Associação

ou é fornecido pela Prefeitura, secretaria municipal ou estadual?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – É principalmente fornecido pela FNS de Novo Airão.

A SRA. MARINA SILVA – Pela Prefeitura?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Pela FNS.

A SRA. MARINA SILVA – Fundação Nacional de Saúde. Vocês têm convênio com a Fundação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Temos um monte de cartas declarando os trabalhos feitos junto, mas um convênio formal não temos.

A SRA. MARINA SILVA – Não têm um convênio formal.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não.

A SRA. MARINA SILVA – Qual é a avaliação que V. S^a faz do seu trabalho durante esses anos, nessa comunidade? Em rápidas palavras.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Em todas as comunidades do rio Jauaperi?

A SRA. MARINA SILVA – É, do trabalho que a Associação Amazônia faz.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Pessoalmente, sou muito orgulhoso do que conseguimos fazer lá. Sei que ainda é pouco, podia ser muito mais, falta acordo com os Poderes Públicos, porque com isso seria muito mais fácil captarmos recursos para ajudar o povo daquela área. Mesmo assim, o pouco que conseguimos fazer para aquelas pessoas não é tão pouco. Quando uma pessoa está com malária e não tem como fazer uma lâmina, não tem o remédio para curar sua malária, tendo alguém que faça esse trabalho já melhora muito a situação. Melhorou muito.

A SRA. MARINA SILVA – Os membros da Associação têm alguma atividade produtiva ou vivem do salário que é pago pela própria estrutura da Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ninguém paga salários na Associação.

A SRA. MARINA SILVA – Digo alguma contribuição.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Todos trabalham e têm o seu roçado. Antigamente, na época da castanha, passavam até três meses no mato quebrando castanha.

A SRA. MARINA SILVA – Não estou me referindo aos beneficiários, mas às cinco pessoas da diretoria. Elas têm uma atividade profissional ou vivem do trabalho na própria Associação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Luiz Antonio é Professor na Universidade do Amazonas. Adamor trabalha na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, em Manaus, é assessor do Governo, em Manaus. Eu tenho o meu hotel na Itália e Plínio faz o seu trabalho aqui.

A SRA. MARINA SILVA – Qual é a percepção que os moradores da comunidade têm do trabalho de vocês?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ouvi falar várias vezes nos últimos anos, em todas essas CPIs e investigações, que os moradores eram contra nós. Mas eu gostaria, nesta ocasião, de convidar V. Ex^{as}, quem possa ir lá, para constatar a veracidade da nossa relação com a comunidade do rio Jauaperi. Inclusive a nova Prefeita de Rorainópolis, a Dona Otília Pinto, estava conosco no final do mês de abril, começo de maio, quando elaboramos uma série de possíveis projetos que podemos fazer juntos, e ela falou com todos os ribeirinhos. Ela só criticou a Associação Amazônia, porque, naquele momento, os recursos financeiros que estavam chegando pelo Fundo pela Terra estávamos repassando diretamente às mãos dos comunitários. Estava dando um pouco de confusão. Então, ela me pediu que, daqui para a frente, perguntemos quais os objetos, os materiais de que precisamos para melhorar a sua vida, para que nós mesmos compremos. Daqui para a frente vamos fazer isso.

Ela me convidou para participar da comissão municipal sobre o meio ambiente. Aceitei o convite, não sei como vou poder participar, porque é muito difícil viajar do rio Jauaperi para Roraima. O único jeito é, mais fácil, é baixar o rio Negro, ir para Manaus e subir pela estrada. Mas...

A SRA. MARINA SILVA – As pessoas que deram depoimentos, os Deputados que fizeram a investigação na CPI, nos deram conta de que na área que foi referenciada por V.S^a e por eles existiam antenas de comunicação, que se podia comunicar com outros países. Existe isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Na nossa área não existe nada disso. Nunca existiu.

A SRA. MARINA SILVA – Existe algum sistema de comunicação?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. Absolutamente. O sistema de comunicação mais perto para nós é na comunidade de Samaúma, que tem uma radiofonia. Se precisamos nos comunicar para o mundo afora, nós temos que ir para Samaúma mandar um recado pela Central de Boa Vista que manda para Manaus. Essa é a única forma de comunicação.

A SRA. MARINA SILVA – Não existe nenhuma antena em árvore fixada?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Absolutamente, não. Nunca existiu.

A SRA. MARINA SILVA – Eu não entendo nada de comunicação. Mas eu estou aqui perguntando, porque...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não existe e nunca existiu.

A SRA. MARINA SILVA – Vocês estão sob juramento e foi dito anteriormente...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estamos.

A SRA. MARINA SILVA – ...de que os senhores teriam um sistema de comunicação.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não existe.

A SRA. MARINA SILVA – Não existe.

Vocês têm, então, uma relação institucional, pelo menos, com pessoas que têm cargos importantes: um professor universitário, é isso?, uma pessoa que tem um trabalho dentro do Governo do Amazonas, uma relação com a Prefeita. Como é o nome da Prefeita?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Dona Otília Pinto.

A SRA. MARINA SILVA – Dona Otília Pinto. De qual Prefeitura?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – De Rorainópolis.

A SRA. MARINA SILVA – De Rorainópolis.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Que nós somos Município de Rorainópolis.

A SRA. MARINA SILVA – Município.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós temos, também, ótimas relações, faz muito anos, com a FNS, com a Embrapa, com o Inpa, de Manaus; FNES, de Nova Airão, também, Secretaria de Saúde de Nova Airão. Estamos colaborando, faz anos.

A SRA. MARINA SILVA – Vocês trabalham com alguma pesquisa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós não temos capacidade de fazer a pesquisa. Mas, várias vezes, nós convidamos...Foi feito, em 1992 até 1993, pelo Laboratório de Mamíferos Aquáticos, do Inpa, uma pesquisa sobre as ariranhas na nossa área. Inclusive eles estão interessados agora em fazer outra pesquisa porque a população de ariranhas, nesses últimos anos, cresceu tanto que nós hoje temos bandos de ariranhas, podemos sair de canoa

acompanhando-as por um longo tempo, elas não têm mais medo do ser humano.

A outra pesquisadora do Laboratório de Mamíferos Aquáticos fez uma pesquisa sobre o boto vermelho na nossa área. E temos também lagos que têm muitos peixes-boi, que podem entrar e encontrar quatro, cinco peixes-boi no lago.

A SRA. MARINA SILVA – Esses pesquisadores são brasileiros ou estrangeiros?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São brasileiros.

A SRA. MARINA SILVA – Todos brasileiros.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Quer dizer, esse projeto do Inpa foi feito para o Fernando Rosas, que é do Laboratório de Mamíferos Aquáticos, do Inpa, com uma estudante norte-americana Sara Carpan(?) da Universidade de Oregon. Eles fizeram juntos essa...

A SRA. MARINA SILVA – Mas tem a responsabilidade da instituição brasileira, não é isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As outras pesquisas todas foram brasileiras.

A SRA. MARINA SILVA – Brasileiras.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Embrapa, FNS.

A SRA. MARINA SILVA – Qual o maior potencial dessa área em termos de um projeto de desenvolvimento da região para beneficiar essa comunidade? O maior potencial é o turístico, o da agricultura ou o da pesca?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A maior contribuição para a vida das pessoas que moram no rio Jauaperi, neste momento, é de fornecer peixe. Porque o rio Jauaperi, nesses últimos anos, está sendo invadido por peixeiros da cidade de Manaus e de Nova Airão inclusive de Roraima também, que estão pescando de uma forma completamente irregular com bombas no lagos, quando os lagos estão secos, e com arrastão. Agora, algumas comunidades, no baixo Jauaperi, estão encontrando dificuldades para se sustentarem com os peixes.

A SRA. MARINA SILVA – Não é pesca esportiva, é uma pesca predatória.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ah, essa pesca é predatória totalmente.

A SRA. MARINA SILVA – Predatória.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Predatória. Eles botam bombas nos lagos e depois vão recolhendo os peixes que eles querem, deixam um tapete de peixes mortos e vão embora.

A SRA. MARINA SILVA – A comunidade é beneficiada de alguma forma com isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – A comunidade, não. Às vezes, eles levam alguns indivíduos das comunidades e pagam duas garrafas de cachaca para eles mostrarem onde é que estão os lagos e como entrar nesses lagos. Mas os benefícios são limitados.

A SRA. MARINA SILVA – Existe alguma ação das instituições públicas: governo do Estado, Ibama, tanto de Manaus, quanto de Roraima, no sentido de evitar isso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nós sempre tivemos ótimas relações com o Ibama e nós fizemos várias denúncias pelo Ibama. Às vezes, eles interceptam barcos, baixando no rio Negro, mas depois não soubemos o que aconteceu.

A SRA. MARINA SILVA – O que a sua família lhe aconselha quando vê que V. S^a está sendo investigado hoje por uma CPI? V. S^a disse que faz esse trabalho porque quer ajudar as pessoas. O que a sua esposa lhe diz quando V. S^a enfrenta uma situação como essa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela está com medo, mas totalmente convencida do que eu estou fazendo.

A SRA. MARINA SILVA – E, mesmo com tudo isso, V. S^a acha que...

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As minhas filhas, a mesma coisa.

A SRA. MARINA SILVA – V. S^a acha que compensa o que V. S^a está fazendo, mesmo com todo esse problema?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – As minhas filhas adoram a Amazônia. Se houvesse uma escola como a que deverá haver, elas gostariam de morar no Xixuaú, que é um lugar maravilhoso, um lugar que precisa ser preservado. Elas gostam muito dessa área. Elas entendem isso perfeitamente. Elas sofrem porque, muitas vezes, não posso ficar com elas. E eu também sofro com saudade delas, mas agora tenho tantos amigos naquela região – pessoas com quem convivi por dezoito anos –, que não tenho mais como voltar atrás. Elas entendem perfeitamente isso.

A SRA. MARINA SILVA – Vou fazer a última pergunta a V. S^a.

Com relação a esses parceiros que colaboram com o seu trabalho, são pessoas ou são entidades que fazem essas doações na Itália e nos outros países?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Algumas são fundações, outros são institutos. Por exemplo, o Instituto Ítalo-Latino-Americano, um instituto diplomático formado pelos Governos de todos os países da América Latina e o Governo italiano, financiou o projeto de pesquisa de plantas medicinais pela Embrapa de Roraima. O objetivo desse projeto era chegarmos ao final e plantarmos hortas medicinais nas comunidades. Só que, infelizmente, aconteceu a primeira CPI, e um engenheiro da Embrapa, o Joacy, que é uma pessoa maravilhosa – naquela região, todos gostavam dele –, não teve mais a possibilidade de voltar para completar o seu trabalho.

A SRA. MARINA SILVA – Além da investigação que está sendo feita com V. S^a pela CPI, existe alguma outra investigação, como, por exemplo, por parte da Polícia Federal?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Recebemos, se não estou errado, em 1999, uma delegação da Polícia Federal, o Delegado Oscar, de Roraima, com a Polícia Militar, com o Exército, os serviços de informação e o Ibama. Eles passaram dois dias conosco. Há meses estamos perguntando: será que eles vão dizer alguma coisa? Não estamos sabendo nada sobre essa investigação, mas sabemos que, paralelamente a essas quatro CPIs realizadas desde 1996 até agora, estão sendo feitas investigações pelo Poder Judiciário.

A SRA. MARINA SILVA – Por essas instituições?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Nesse sentido, estamos completamente tranquilos.

A SRA. MARINA SILVA – Faço uma pergunta ao Sr. Plínio: qual é a sua escolaridade?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não tive a chance de estudar, como muitas pessoas tiveram, mas acredito que tenha entre a quarta e quinta séries.

A SRA. MARINA SILVA – Antes de trabalhar com a Associação, V. S^a fazia o quê?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Exercia o meu trabalho de carpintaria, junto com meu pai.

A SRA. MARINA SILVA – Muito obrigada.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, quando V. S^a está no Brasil, quem administra o seu

hotel na Itália? Essa é uma das perguntas que esqueci de fazer.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Os pais da minha esposa.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, a outra pergunta que vou fazer é a seguinte: o cientista não brasileiro que trabalha lá tem que ponto de apoio para desenvolver o seu trabalho? Quem o apóia, para ele poder desenvolver o seu trabalho?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O cientista estrangeiro que trabalha na nossa área?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Exatamente.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Mas qual cientista estrangeiro?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – V. S^a disse que há um cientista que está estudando e que trabalha na área.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – V. Ex^a fala da estudante Sarah Carta(???). Ela foi acompanhada o tempo todo pelo pessoal que está na área, porque, logicamente,...

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Mas quem dá o ponto de apoio, quem a ajuda, quem paga as passagens? V. S^a mesmo?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – O Inpa é que paga as passagens dela dos Estados Unidos. Não sei se foi ela mesma quem pagou, mas quem paga as despesas de Manaus para ela sempre fomos nós. Isso porque nem o Fernando Rosa nem ela tinham condições financeiras para fazer isso. Nós aproveitávamos todas as vezes que saía um barco para eles irem junto conosco e fazerem o trabalho deles.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Então, ela presta conta do seu trabalho ao Inpa?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim, claro.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, para suas indagações finais e considerações.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Christopher, eu queria que V. S^a confirmasse aqui essa cessão de posse das terras. V. S^a tem consciência de que são 174 mil hectares?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 172 mil hectares.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sim, são 172 mil hectares.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – São 172.400 hectares.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. S^a confirma que essa cessão de posse foi realizada por meio dos associados?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Com o objetivo de preservar a área, Senadora Marluce. Nós estamos...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Para preservar, mas V. S^a disse que tem o contrato registrado no cartório.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Parece que, para completar algumas áreas pequenas, no meio, o advogado Barela colocou de ocupação da Associação Amazônia. Acredito que, pelos ribeirinhos, não chega exatamente a essa quantidade de terras. Deve ser alguma coisa menos, e ele colocou no meio algumas áreas de ocupação de vários anos da Associação Amazonas.

O que eu queria dizer aqui, Senadora Marluce, é que não temos o objetivo de ser donos daquela terra. A Prefeita Otília nos falou no mês de maio que a área pode ser declarada uma APA do Município; se isso acontecer, nosso objetivo já estará alcançado. Há um mês e meio, recebemos um grupo do Ibama, de Brasília, em toda a área do rio Branco, do baixo rio Branco, do rio Negro, até o Xiparanã, no rio Jauaperi, com uma proposta de criar uma reserva extrativista na área. Para nós, se houver qualquer forma de preservar aquela área, assino até neste momento que abdicamos de qualquer pretensão sobre aquela terra. Se ela for preservada, nós já estaremos felizes.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. S^a me permite um aparte?

Seria interessante que, depois, o Sr. Presidente fizesse um ofício ao Ibama comunicando essa declaração. Em sendo ocupada, será feita a doação sem nenhuma retribuição financeira.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O que eu ia declarar aqui, Senador Bernardo Cabral, é que estive recentemente no Incra, com a prefeita Otília e o Presidente do Ibama em Brasília, Dr. Casara, e também o Passarinho, representante do Ibama em Roraima. Já existe a pretensão de se fazer o parque ecológico. É isso que solicito da Comissão, ou seja, saber se é realmente nessa região. A Prefeita trouxe todo o Município já delineado, usou topógrafos para medir todo o Município de Rorainópolis. Mas eu não sei se se trata exatamente dessa sua região, porque eu não me aprofundei na questão. Acompanhei a matéria e depois ela foi repassada para o Dr. Sebastião. É bom

que se saiba se realmente essa pretensão do Ibama se refere a essa região.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu vi os mapas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vieram os mapas, mostrando onde vai ser esse parque.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Era do Xiparanã, cortando para Santa Maria de Boiaçu, descendo o rio Branco, passando por esse pedaço do rio Negro em baixo, e subindo o rio Jauaperi de novo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Eu vou até pedir uma cópia. Acho que tenho uma no gabinete. Se não tiver, a Comissão poderá solicitar ao Dr. Sebastião, Presidente do Incra, uma cópia desse projeto que foi deixado pela Prefeita de Rorainópolis.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar a reunião, eu gostaria de fazer duas outras perguntas.

V. S^a tem idéia de que essa área fica exatamente nos 12% da área do Estado de Roraima que não está contemplada com pretensões da Funai, nem são reservas ecológicas?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Eu não sabia nada disso. Antes de fazer esse requerimento para regularizar as posses, o nosso advogado disse que pesquisou no Instituto de Terras de Roraima, no Incra e que essa área era devoluta, que não houve nenhum requerimento sobre nenhum pedaço dessa área. Essa foi a informação que recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. S^a não sabia, portanto, que essa terra estava fora das áreas pretendidas no Estado de Roraima, pela Funai, pelo Ibama.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Lá não tem índio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, sabia que nem Funai, nem Ibama, ninguém reivindicava os 12% que hoje sobram no Estado de Roraima e que não estão nessas áreas. V. S^a não sabia disso?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não sabia disso. A única coisa que acreditamos é que existe a possibilidade de oferecermos um desenvolvimento alternativo a esses povos; nós também temos muitos contatos no exterior e não estamos conseguindo fazer esses contatos, porque, toda vez que fazemos um contato com o Poder Público, a resposta são acusações, CPI. Entendo que somos uma entidade um pouco diferente, porque, fundamentalmente, somos formados por um grupo de ribeirinhos e eu e algumas pessoas que por trás nos apoiam porque co-

nhecem o nosso trabalho. Sei que somos muito pequenos, mas podemos crescer muito, porque aquela área merece um desenvolvimento, pelo menos acreditamos que merece, porque não tem muitas áreas ainda na Amazônia onde é possível encontrar em lagos cinco peixes-bois de uma vez, onde as ariranhas vão acompanhando as canoas em bandos de oito, dez, sem nenhum medo, onde elas sabem que o homem não apresenta mais nenhuma ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de dizer a V. S^a – já que V. S^a disse que passou por outras CPIs – que, como toda CPI, estamos fazendo apenas um inquérito. Portanto, não estamos aqui prejulgando V. S^a, tampouco o que a associação esteja fazendo. Queremos justamente estar inteirados e, nesse sentido, eu queria uma outra confirmação sua, final. V. S^a disse que registrou a cessão de posse das benfeitorias e das terras dos ribeirinhos.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não. As terras não podemos porque não somos donos delas, não era possível. Era só um contrato particular cessão de posse e benfeitorias.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O que a associação pagou a essas pessoas foi exatamente as benfeitorias.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Exatamente! Divididas entre todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu só quero fazer uma pergunta ao Sr. Plínio. Sr. Plínio, V. S^a é indígena, não é?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Eu tenho sangue caboclo, portanto, acredito que por aí...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Seu pai e sua mãe não são indígenas?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, é bom que fique bem claro, tanto para o Sr. Christopher Julian Clark quanto para o Sr. Plínio como para outros que aqui vierem, que estão vindo como testemunhas, não como acusados, não como réus. Se eles se saírem bem e for pela Comissão Parlamentar de Inquérito notado que essa é a uma ONG que produz, ele será um grande beneficiário. A ONG Amazônia será uma beneficiária, porque terá um atestado da CPI.

É bom que outros que porventura venham a ser convidados não tenham nenhum receio. Aqui não há idéia de tratar ninguém, pelo menos enquanto eu fizer parte desta Comissão, como réu. Não há julgamento prévio, como disse o Presidente. Fique tranquilo. Leve

à sua família a tranquilidade de que aqui nós estamos querendo apurar os que trabalham. Só isso.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quero, como Senadora de Roraima, falar para o depoente que a própria Prefeitura de Rorainópolis, depois de constatado tudo o que foi dito aqui, poderá trabalhar com uma parceria ou com convênio. Para V. S^a que trabalha mais diretamente com a saúde e educação, sei que está saindo – se não me falha a memória dia 11 – uma equipe de saúde do Município com a Secretaria de Saúde, exatamente para a vacinação de crianças. Se V. S^a estiver lá na região, poderá ajudar. Poderá haver essa parceria.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Falei com a D^a Otília ontem. Ela me falou que, se for possível, vai esperar que eu volte, no final de setembro, para eu poder estar junto de novo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas ela prefere?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Ela mesma, pessoalmente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agora, a Secretaria de Saúde está com uma equipe. Cheguei de lá hoje. Estive ontem com a Secretária, que está saindo dia 11 para toda a região ribeirinha para fazer esse serviço. Pode ficar tranquilo que a nossa intenção é somente a de cooperar e agradecer a outros que estejam cooperando também.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Posso renovar o convite a vocês. Não se trata de um lugar onde falta conforto. Temos uma casa relativamente confortável, temos um barco. Não sei se a Senadora pode ir.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vou combinar aqui com o Presidente, quem sabe S. Ex^a até nos dar o prazer de conhecer a Região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir a V. S^a que – inclusive eu ia encerrar sem tomar a essa providência, até por solicitação do Senador Bernardo Cabral, que pediu informações a respeito das contas bancárias e do ingresso de dólares –, para evitar que a CPI pedisse essa quebra de sigilo, autorizasse essa quebra.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nós faríamos uma declaração de que esta secretaria

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – De punho, assistida pela sua advogada, portanto para

evitar que a CPI tivesse que pedir quebra de sigilo ou outra coisa.

V. S^a concorda?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Concorde plenamente.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Christopher, desculpe-me, mas num ambiente de perguntas e respostas surgem novos questionamentos.

V. S^a não tem conta bancária no Banco do Brasil. Outra pessoa de seu relacionamento, amigo ou esposa tem conta?

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Estrangeiro?

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Não, aqui no País.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Não, não, da minha família ninguém.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Muito obrigado.

Sr. Plínio, algum parente seu ou a esposa tem conta bancária aqui no Brasil?

O SR. PLÍNIO LEITE DA ENCARNÇÃO – Não.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Portanto, tendo em vista que o Sr. Christopher e o Sr. Plínio concordaram e ficando registrado que autorizam a CPI a pedir informações bancárias e também da Receita Federal, vou pedir as providências. Quero agradecer a presença do dois, repetindo que o que anima a todos os membros da CPI a busca da verdade.

O SR. CHRISTOPHER JULIAN CLARK – Assinamos essa autorização, mas essas mesmas informações estão todas na Internet. É só acessar, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao encerrar a reunião, quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e lembrar a nossa próxima reunião, na próxima terça-feira, às 17h30min.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h10min.)

Ata da 9ª Reunião Realizada em 25-9-01.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Tião Viana, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Jonas Pinheiro e Leomar Quintanilha, membros da Comissão Parla-

mentar de Inquérito “**destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs**”. Presente também, o Deputado Luciano Pizzatto – PFL/RR. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Deputado Neivo Beraldin - Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná. O Senhor Presidente passa a leitura do Parecer da Assessoria Jurídica desta CPI, a respeito das denúncias contidas no Ofício 068/2001/M.M., datado de dezoito de setembro do corrente ano, subscrito pelo Deputado Max Mauro, a seguir, a Presidência convida o Deputado Neivo Beraldin, para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Posteriormente, o Senhor Presidente concede a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da CPI, para questionar o depoente. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores: Tião Viana, Moreira Mendes e Leomar Quintanilha. O Senador Tião Viana entrega a Senadora Marluce Pinto cópia do Ofício nº 3063/01, datado de três de setembro do corrente ano, da Procuradoria da República no Estado do Paraná, subscrito pelo Dr. Mário José Gisi – Procurador Regional da República. Ao final, o Senhor Presidente recebe das mãos do Deputado Neivo, diversos documentos referentes a sua exposição prestada a esta Comissão, determinando a Secretaria da CPI que tome as providências necessárias quanto a autuação da referida documentação. A Presidência agradece a presença do convidado pela sua colaboração, e comunica aos presentes que na próxima semana não haverá reunião da Comissão, ficando agendado para o próximo dia nove de outubro, reunião Administrativa. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 9ª Reunião da CPI das ONGs, cri-

ada através do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 4 de setembro, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Exmº Sr. Deputado Estadual Neivo Beraldin.

Peço à secretária que convide o Deputado a tomar assento à mesa. (Pausa.)

Esclareço aos presentes que o Deputado Neivo encontra-se nesta CPI, na condição de convidado, para prestar alguns esclarecimentos.

Antes de passar a palavra ao Deputado Neivo, quero dar conhecimento de um expediente encaminhado a esta CPI pelo Deputado Federal Max Mauro, datado do dia 18 de setembro, vazado nos seguintes termos:

“Ofício nº 68, de 2001.

Sr. Presidente, faço chegar ao seu conhecimento denúncias envolvendo a desapropriação de áreas de preservação da mata atlântica nos Estados de São Paulo e Paraná, com o pagamento de indenizações superfaturadas, tráfico de influência, peculato, entre outras supostas irregularidades, envolvendo o Poder Público daqueles dois Estados, empresas privadas e organizações não-governamentais, conforme relatório e documentos em anexo.

Solicito a V. Exª que encaminhe esse dossiê à douta Comissão Parlamentar de Inquérito para uma análise e, se necessário, proceder com a apuração dos fatos, sobretudo no que diz respeito ao envolvimento de ONGs, motivo central das investigações dessa importante Comissão.

Cordialmente,

Deputado Max Mauro.”

Tendo em vista termos recebido antes a documentação enviada pelo Exmº Sr. Deputado Neivo Beraldin, solicitei à assessoria jurídica da Comissão dar um parecer sobre a matéria encaminhada pelo Deputado Federal Max Mauro e também de sua correlação com os documentos igualmente encaminhados pelo Deputado Neivo Beraldin.

Peço permissão para ler o final do parecer:

“Nesse sentido, entendo que as denúncias formuladas e encaminhadas pelo Deputado Max Mauro, envolvendo a organização não-governamental O Boticário guarda completa pertinência com os fatos que motivaram a instalação da presente CPI.

Além disso, é de se ressaltar a pertinência do tema com o relatório encaminhado pelo Deputado Neivo Beraldin, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, o qual poderá prestar mais informações a respeito das supostas irregularidades praticadas por aquela associação.

Outrossim, sugiro a oitiva dos representantes da organização não-governamental O Boticário, a fim de que fique assegurado o preceito constitucional do contraditório (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal).

Cumpra ressaltar que o pedido encontra amparo no art. 148, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, que assim dispõe:

‘No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.’

Há ainda amparo constitucional no art. 58, § 2º, item 5º, que preceitua: “Cabe às comissões parlamentares solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.”

Dessa forma, o parecer é no sentido de que sejam autuadas as denúncias apresentadas pelo Deputado Max Mauro e que sejam objeto de questionamento ao Deputado Neivo Beraldin, bem como de que sejam ouvidos os representantes da Fundação O Boticário.

Esse era o comentário inicial que eu queira fazer, antes de passar a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, que, repito, está aqui na condição de convidado, para que ele possa, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, prestar os esclarecimentos necessários a respeito da documentação encaminhada a esta CPI.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN – Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, a Relatora, os Srs. Senadores e dizer da satisfação que tenho de estar aqui, fazendo uma extensão do nosso trabalho e levar ao conhecimento de V. Exªs aquilo que sabemos do Estado do Paraná.

Na verdade, nós começamos um trabalho na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná. Convidamos a Fundação O Boticário e a SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – para que lá comparecessem a fim de apresentarem os seus feitos em favor do litoral do Paraná.

A Comissão que eu presido fez a reunião e aqui está a ata. Na seqüência, convoquei nova reunião para o litoral do Paraná, em Antonina. Estivemos em Antonina, realizamos a segunda reunião e daí é que veio o contraditório da primeira reunião. Aqui se manifestaram pessoas de Antonina e do litoral do Paraná.

A manifestação das pessoas do litoral nos levou a fazer uma visita nas obras relatadas pela SPVS e pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Fomos pessoalmente e produzimos uma fita, que está à disposição da CPI do Senado. Nessa fita se constata uma contradição muito grande entre o que alegam ter executado em prol do meio ambiente e o que efetivamente foi realizado.

Na seqüência, tanto a SPVS quanto a Fundação O Boticário nos solicitaram uma terceira oportunidade para recolocarem as coisas e explicarem melhor para a imprensa do Estado e para a Assembléia Legislativa a sua nova versão.

Realizamos a terceira reunião pública – aqui estão as notas taquigráficas da terceira reunião. Lá, em Guaraqueçaba, se diz assim: O Paraíso das ONGs americanas. Aqui há uma matéria de um jornal, que evidentemente não escreve mais nada sobre a Fundação O Boticário nem sobre as ONGs, porque eles conseguiram uma liminar na Justiça. O jornal que fez a matéria, **O Impacto**, que não é um jornal governista, conseguiu colocar esses fatos.

O litoral do Paraná é uma região muito importante em termos de verde no Estado. Não conseguimos entender por que há tanto dinheiro para comprar aquelas áreas do litoral e não há dinheiro para matar a fome de muitas crianças que vivem lá. Não há dinheiro para a construção de uma casa, por mais simples que possa ser, mas há dinheiro de ONGs internacionais para comprar áreas que já são de preservação por lei estadual e, evidentemente, não sei com qual objetivo, se é certificar essas áreas para que depois possam produzir recursos com seqüestro de carbono, conforme o Tratado de Kyoto, ou se a nossa biodiversidade está à disposição de gente que vem de fora. Ou será que os filhos e os netos dos diretores da SPVS e da Fundação O Boticário, que são hoje os que adquirem aquelas terras, permitirão que os nossos filhos e os nossos netos tenham acesso a cabe-

ceiras de rio, ao trajeto do litoral do Paraná, mais especificamente Guaratuba, Antonina e Guaraqueçaba? Por que a Fundação O Boticário consegue criar uma RPPN exatamente no Salto do Morato, em Guaraqueçaba, onde há uma cascata – muito bonita, por sinal –, consegue colocar um portão para cobrar R\$3,00 de ingresso para cada cidadão que lá comparecer, consegue criar uma RPPN em cima da área que é da União? A menos que nos provem em contrário, Sr. Presidente, aqui está como adquirente a União Federal em 1969, e aqui também está uma busca vintenária que procuramos nos cartórios do litoral. Não há movimentação de que essas terras não pertençam à União. Pertencem à União. Inclusive, há mapa da Colônia Fronteira, gleba 6, lote 22 – isso é expedido pela Secretaria do Meio Ambiente. Exatamente aqui, no lote 22, está a casa da Fundação O Boticário. É o que está aqui, que juntamos nos cartórios, as informações que temos. Agora, a Fundação O Boticário consegue recursos internacionais, conforme atas que estão à disposição também da CPI, recursos em dólar, não é pouco. O Governador do Paraná, Jaime Lerner, é conselheiro-fundador da Fundação O Boticário, conselheiro da administração. Na época, era Prefeito de Curitiba. Evidentemente, não quero acusar ninguém, até porque não tenho maiores elementos para fazê-lo, mas poderia dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que recebi inúmeros convênios da SPVS com a União. “Convênio de termos de cooperação técnico-financeira que entre si celebram o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ibama, e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, SPVS, visando o apoio do Parque Nacional do Iguaçu, sob a forma de parceria denominada co-gestão.” “Convênio que entre si que celebram o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, e a SPVS, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, para a execução de projeto do Segundo Encontro sobre Conservação e Qualidade de Vida na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Convênio, também, pesquisa com a SPVS. São vários convênios, e a maioria é para preservar o papagaio-da-cara-roxa, para estimular o turismo no Parque Nacional do Iguaçu, execução de projeto de difusão de tecnologia na região de Guaraqueçaba. Os valores são os mais diversos, várias vezes auditados.

Evidentemente, a CPI terá maiores condições de saber. Quem representava o Ministério do Meio Ambiente era o Sr. Eduardo de Souza Martins. O

ex-Ministro Dr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, por mais incrível que possa parecer, esteve pessoalmente à inauguração do Salto Morato, junto com o Governador Lerner, referendando, portanto, oficialmente, a reserva do Patrimônio Natural Salto Morato. Naquela época foi feita uma festividade oficial, com destaque nacional.

Evidentemente, causou-nos surpresa procurar nos cartórios, verificar o histórico, e ver as atas da fundação, pois efetivamente não há nada que comprove que a terra tenha sido comprada de alguém.

Se foi titulada de posseiros para a fundação, por que a população nativa da região não conseguiu titular essas terras? Qual é a vantagem de haver lá uma fundação, uma ONG comprando as terras dos pequenos agricultores nativos, tirando esses nativos do seu habitat natural? Eles acabam nos centros urbanos, criando mais um problema para a sua própria subsistência e também para a sociedade.

Sr. Presidente, alguns convênios somam em torno de R\$1,5 milhão, alguns que chegaram às nossas mãos. Alguns. Não sei quantos são, se é que há mais. Estou apenas relatando aquilo que eu consegui até aqui, na condição modesta de Deputado Estadual que tem a determinação de que se faça justiça neste País. Se milhões de dólares vêm de fora, alguma coisa tem que haver por trás disso. Ou é a nossa biodiversidade ou é o seqüestro de carbono, que vai gerar lucro. Se o seqüestro de carbono um dia for implantado e referendado no mundo, então, que o litoral, que as florestas brasileiras, que o país que tem essa área ambiental seja beneficiado. E não que os americanos venham aqui para compensar o que poluem lá. Eles querem manter a sua indústria a todo vapor, produzir muito, poluir a nossa camada de ozônio e comprar terras no Terceiro Mundo para compensar, possivelmente, no futuro, a poluição que eles emitem lá.

Sr. Presidente, eu poderia falar mais, alongar-me mais sobre a questão da minha visita, que está na fita, mas deixo que a Comissão possa ter com mais tranquilidade acesso a detalhes de convênios.

Plantio de mata ciliar foi pessoalmente verificado. A população local desmente, reage contra. Trilhas ecológicas, projetos. A Fundação O Boticário diz que fatura, paga R\$350,00, R\$450,00 para quem faz cesto. Não é verdade. Fui lá, falei com as pessoas próximas, e a Fundação O Boticário tem quatro funcionários (duas faxineiras e dois porteiros). Como é que cuida de 2.300 hectares de terra, sobretudo tendo em vista que a grande parte dela o homem não tem acesso porque é uma topografia acidentada?

Então, Guaraqueçaba tem 450 anos. Sempre foi e sempre será o que é, porque a grande parte é topografia acidentada. Estivemos lá, e a população nos disse: depois que apareceram esses tais de “eco-chatos” nossa vida mudou. Mudou para pior, apenas estamos vendo carro importado passando para cima e para baixo, mas não tem um ônibus, uma ajuda para transportar um aluno para escola, não tem uma creche mais perto para as pessoas, não tem nada. O que tem é **marketing**, é mídia, é interesse. Como diz o Vereador Valey, de Antonina, é uma “imobiliária dos americanos”. Agora, se é ou não, eis a questão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer ao Deputado Neivo Beraldin pela sua explanação e concedo a palavra à ilustre Relatora, Senadora Marluce Pinto para suas perguntas e considerações a partir de agora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Nobre Deputado, quero dar as boas-vindas a V. Ex^a e antecipadamente agradecer a cooperação que está sendo dada a esta Comissão.

A minha primeira pergunta: gostaria de saber se o que está nesta fita tem algo mais que o senhor não tenha falado na sua exposição de motivos, ou se tudo que consta já é referente a isto.

O SR. NEIVO BERALDIN – Na verdade, procuramos estabelecer o roteiro a partir da segunda reunião de Antonina, no município, percorremos as obras de afirmativa da SPVS, que aliás está no site da SPVS, seguimos as obras orientadas pela própria SPVS. Aliás, na segunda reunião de Antonina, o Deputado que nos acompanha, que é membro da Comissão fez leitura da afirmativa da SPVS, e por meio dessas afirmativas fomos à Câmara, pesquisamos todas as obras que eventualmente, é evidente que não posso encontrar qualquer notícia da preservação do papagaio da cara roxa, esses convênios são muito nesse sentido, mas não há nada assim que corresponda à verdade. Evidentemente há alguns detalhes a mais que a população local se manifesta aqui, pessoas que trabalham na própria fundação e esses detalhes, evidentemente essa fita já foi passada para o conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na presença do Presidente da Fundação O Boticário, na presença do Diretor da Fundação O Boticário, na presença do Diretor Presidente da SPVS, todos assistiram esta fita, ela é pública, e não tenho razão de esconder absolutamente nada, é da forma mais transparente possível. Evidentemente é um trabalho que é de obrigação, entendo, de um parlamentar.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas a minha pergunta se referiu ao seguinte: tomamos conhecimento do que V. Ex^a expôs, mas como v. Ex^a disse que ia parar por aí e mencionou inicialmente a fita, gostaria de saber se o fato de vermos essa fita trará mais subsídios para a Comissão em termos de obras executadas, de depoimentos de pessoas da comunidade, o que deve haver.

O SR. NEIVO BERALDIN – Isso com certeza.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, há algo mais que venha a acrescentar?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que sim.

A SRA. MARLUCE PINTO – Existe alguma denúncia nessa fita, por parte da comunidade, de alguma autoridade ou mesmo de terceiros?

O SR. NEIVO BERALDIN – Certamente. Aqui há a entrevista com o Prefeito de Guaraqueçaba; a entrevista com a população que vive perto de Salto do Morato; a entrevista de um vereador de Antonina que foi eleito pelo bairro da Cachoeira, onde, conforme o que se disse, teria sido construída uma cozinha comunitária e onde teria sido feito o plantio de árvores. Fomos até lá e verificamos todos esses convênios firmados. A população local prestou depoimentos, que, evidentemente, podem enriquecer ainda mais este nosso debate, pois posso eventualmente esquecer de algo no momento.

Alem disso, Senadora Marluce Pinto, os documentos que aqui estão configuram uma pesquisa de cartório, uma pesquisa vintenária. A Fundação O Boticário diz que é proprietária da área.

A SRA. MARLUCE PINTO – Eles falaram que são proprietários, mas o registro foi encontrado em cartório de registro de imóveis?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não, não foi encontrado.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não há nenhum registro em cartório sobre a aquisição dessas terras?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não há registro. Ao contrário, essas terras foram confiscadas em 1969 e pertenciam ao então Deputado Aníbal Cury, já falecido. O Governo Federal, a União, confiscou essas terras, e, de lá para cá, não há nada mais que indique que alguém possa ter recebido uma escritura definitiva, pelo menos que conste em cartório.

A SRA. MARLUCE PINTO – Parece-me que foram 2,4 milhões de hectares, não é? Foi o que V. Ex^a falou?

O SR. NEIVO BERALDIN – Dois mil.

A SRA. MARLUCE PINTO – Foram 2,4 mil hectares?

O SR. NEIVO BERALDIN – No Salto do Morato, foi em torno disso.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sim. Mas nada disso está registrado, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Ali são várias...

A SRA. MARLUCE PINTO – Há, ao menos, cessão de posse? Foi encontrado, em cartório, algum documento de algum contrato?

O SR. NEIVO BERALDIN – É questionável, porque não posso afirmar que nenhum lote tenha sido concluso.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas, sobre essa documentação que V. Ex^a está deixando conosco, há algum registro em cartório, ao menos de cessão de posse?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Mas há muitos posseiros. Mas não verificamos se esses posseiros são vivos ou não, se eles efetivamente passaram ou não. Sobre tudo isso, é possível que, numa busca mais minuciosa, possamos chegar a uma conclusão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas V. Ex^a não chegou a ter nenhum documento mostrando que esses posseiros possam ter feito um documento, em sessão de posse, para a SPVS ou a Fundação? Isso não existe, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que, se a terra é da União, alguém deveria ter um decreto no Ibama. Como eles criaram uma RPPN?

A SRA. MARLUCE PINTO – Sendo da União, eles não poderiam passar, mas, às vezes, acontece de se fazer isso mesmo fora da lei. Aqui já houve um depoimento segundo o qual os posseiros firmaram um contrato, cessão de posse, e se tornaram sócios da associação que foi criada por meio de uma ONG.

Por isso, eu gostaria de saber se lá não há algum caso semelhante. Não foi encontrado nenhum documento?

O SR. NEIVO BERALDIN – Creio que eles estão com muito dinheiro. Eles estão com dinheiro, estão comprando. Mais um pouco, eles já compraram em torno de 11 mil hectares, num município pequeno. Então, daqui a pouco...

A SRA. MARLUCE PINTO – Quer dizer que eles fazem aquisição, mas não registram? Não há nem contrato de compra e venda, não passam a escritura?

O SR. NEIVO BERALDIN – Parece-me que a meta é registrar para criar uma RPPM.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas, até o momento em que houve investigação por parte da Comissão

que V. Ex^a preside, não foi constatado nenhum contrato de compra e venda, nenhum registro em cartório?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Temos notícia de que há compras.

A SRA. MARLUCE PINTO – Esses 11 mil hectares são só notícia?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não, isso é verdadeiro, isso se constata. Agora, não se sabe como será registrada essa documentação. O fato é que lá é comum a presença de americanos, lá no litoral, em Guaraqueçaba. Até o Al Gore, ex-Vice-Presidente americano, já esteve lá. Aliás, parece que é um dos que têm interesse na TNC. Inclusive, nas atas da Fundação O Boticário, os Srs. Senadores poderão verificar os convênios e de onde vêm esses recursos, quem os repassou.

Aliás, quando era Vice-Presidente americano, estive pessoalmente em Guaraqueçaba.

A SRA. MARLUCE PINTO – Deputado, V. Ex^a está aí com cópias dos convênios, e até citou que são alguns dos convênios, que poderá até haver outros. Os que estão em poder de V. Ex^a totalizaram um milhão e meio. Não foi isso?

O SR. NEIVO BERALDIN – Aproximadamente.

A SRA. MARLUCE PINTO – De reais?

O SR. NEIVO BERALDIN – De reais.

A SRA. MARLUCE PINTO – Convênios celebrados com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente, não é isso?

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim, fora os convênios com o Estado do Paraná.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sim, com o Estado do Paraná também foram celebrados outros convênios.

Cada convênio especifica o valor? Qual é o trabalho que tem que ser feito? Aquisição de imóveis? Geralmente, quando a mídia noticia muito sobre o trabalho de uma ONG, é porque esse trabalho se dá na área de ecologia. No entanto, V. Ex^a já nos adiantou que não foi feita nenhuma plantação na região. V. Ex^a esteve mesmo *in loco*?

O SR. NEIVO BERALDIN – Veja, consulte os que residem perto de onde se instala a Fundação O Boticário e ninguém me relatou que tivesse sido plantado um pé de palmito.

A SRA. MARLUCE PINTO – Também causou estranheza o fato de a Fundação ter apenas quatro funcionários, não foi isso? A Fundação tem apenas quatro funcionários.

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim, com certeza. E também a SPVS. Por exemplo, veja que aqui, em determinado período, a Sr.^a Maria Tereza Jorge de Pádua assumiu a presidência do Ibama, desligando-se do Conselho da Fundação O Boticário.

A SRA. MARLUCE PINTO – O senhor falou que, na época em que Jaime Lerner, atual Governador do Paraná, era prefeito, ele fazia parte do Conselho. O senhor sabe dizer se ele continua sendo membro do Conselho da Fundação O Boticário?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não tenho tido, na verdade, Senadora, suficiente tempo para poder verificar, saber se ele ainda continua. O fato é que ele fez parte do Conselho, com certeza, de 90 até 93, que eu saiba, segundo o relato do próprio presidente da Fundação O Boticário.

A SRA. MARLUCE PINTO – Além dessas verbas conseguidas por meio de convênio, é do conhecimento de V. Ex^a que venham remessas de recursos também do exterior?

O SR. NEIVO BERALDIN – As atas da Fundação O Boticário nunca se referem a dinheiro brasileiro, sempre a dólar.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quais os países que constam nas atas?

O SR. NEIVO BERALDIN – Americano, alemão, eu acho que são os mais importantes.

A SRA. MARLUCE PINTO – Chegou a tomar conhecimento dos valores? De quando iniciaram as remessas e de quando foi a última?

O SR. NEIVO BERALDIN – Veja bem, eu gostaria de fazer aqui uma pequena consideração. Não quero fazer com que a empresa O Boticário seja confundida com a Fundação, até porque é uma empresa paranaense e brasileira.

Mas o Brasil inteiro se moveu; a comunidade científica, os ecologistas, os brasileiros bem intencionados, todos com certeza trabalharam muito para elaborar projetos a fim de que uma determinada Comissão pudesse escolher este ou aquele projeto, para que ela pudesse ter tido a oportunidade de colocá-lo em prática. E, evidentemente, a Fundação ficou muito à vontade, porque ela escolheu: quero este ou aquele, aquele outro.

Agora, ouvindo o outro lado, ouvindo a Fundação, eles nos colocaram que têm plena convicção de que estão fazendo um grande bem para Brasil e que já patrocinaram em torno de setecentos projetos ambientais. Ouvindo o outro lado, parece que é uma vocação muito grande em prol da nossa natureza, em

prol do nosso meio ambiente, em prol do Brasil, não é?

Agora, Senadora, eu não estou convencido disso. Eu não consigo entender por que movimentaram tanto dinheiro e tantos interesses, enquanto tantos passam fome.

A SRA. MARLUCE PINTO – O que eu também estranho, Sr. Deputado. V. Ex^a tem cópias dos convênios, mas também já nos declarou que lá no local não tem transporte escolar para as crianças. Agora, não tem um transporte, mas têm escolas construídas por eles?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Não tem escola.

A SRA. MARLUCE PINTO – Posto de Saúde?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Não tem.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não tem nenhuma assistência social?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. O que há lá é um incentivo ao trabalho com o vime, para que se faça algum cesto. Eu estive lá e os moradores disseram-me que são em torno de dez ou doze famílias; e a Fundação diz que ganham entre R\$350 a R\$450, mas os moradores disseram-me que eles ganham, no máximo, um salário mínimo, trabalhando em duas pessoas. E só recebem depois que a Fundação vende o cesto; e que a Fundação não permite que tirem o vime da área que pertence à Fundação, mas compra do vizinho.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quer dizer que eles não pagam pela produção? Eles têm um salário fixo? Porque o senhor disse que eles pagam um salário mínimo.

O SR. NEIVO BERALDIN – Comprando. Eles não têm salário, eles vendem a sua mão-de-obra.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, eles pagam de acordo com os cestos produzidos.

O SR. NEIVO BERALDIN – Certo.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não tem, assim, um valor fixo, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas aí eles já revendem esse produto que eles fabricam. Então, eles não pagam pelo o que eles recebem, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não.

A SRA. MARLUCE PINTO – Pelo o que a Fundação recebe.

Agora, outra pergunta. O senhor disse que queria dividir bem, porque O Boticário era uma empresa paranaense.

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim.

A SRA. MARLUCE PINTO – É uma empresa brasileira. Mas os dirigentes da Fundação O Boticário têm algum vínculo com a empresa privada em si?

O SR. NEIVO BERALDIN – Ah, sim.

A SRA. MARLUCE PINTO – O Presidente da Fundação é...

O SR. NEIVO BERALDIN – Sim, também é Presidente da Boticário.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então tem a ver, não é? Não pode nem dividir. Nem separar. Não é dividir, é separar.

O SR. NEIVO BERALDIN – É. Evidentemente...

A SRA. MARLUCE PINTO – Porque a Fundação existe e quando uma empresa instala uma fundação é exatamente para que aquela empresa possa prestar serviço social a uma comunidade. Geralmente é assim. E muitas empresas tiram até um percentual fixo, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – É o que ocorre também...

A SRA. MARLUCE PINTO – Do faturamento da empresa em prol das despesas da Fundação.

O SR. NEIVO BERALDIN – É que eventualmente ocorre também.

A SRA. MARLUCE PINTO – Eu conheço várias empresas no Brasil que agem assim.

E deu para o senhor constatar se na Fundação há algum recebimento da própria Fundação como doação?

O SR. NEIVO BERALDIN – Olha, isso está aqui nas atas da própria Fundação, não é? Algumas atas estão aqui em nosso poder e, evidentemente, podem ser manuseadas pelos Srs. Senadores, buscando informações mais precisas. Não temos condições ainda de buscarmos todas as informações.

A SRA. MARLUCE PINTO – E em relação às atas, o senhor lembra quanto tempo? Entre a primeira e a última, quanto tempo foi?

O SR. NEIVO BERALDIN – Nobre Senadora, veja que não sei nem de onde essas atas chegaram ao nosso Gabinete.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não deu, ainda, para o senhor verificar.

O SR. NEIVO BERALDIN – Todos os dias vão chegando informações, todas as horas chega uma ata ou uma informação.

A SRA. MARLUCE PINTO – Para que não pare nenhuma dúvida, com relação a essas verbas que vêm de fora, o senhor apenas tomou conhecimento

ou há documentação que comprove que eles recebem dos Estados Unidos e de outros países?

O SR. NEIVO BERALDIN – Nobre Senadora, acho que a CPI do Senado terá a grande oportunidade de conhecer a movimentação financeira.

A SRA. MARLUCE PINTO – O senhor ou algum assessor nunca entrou num **site**? O senhor falou que poderíamos pegar alguma coisa através do **site**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir aos presentes para que fizessem um pouco de silêncio a fim de que pudéssemos ouvir bem as perguntas da nobre Relatora e as respostas do Depoente.

A SRA. MARLUCE PINTO – Insisto em determinadas perguntas, Sr. Deputado, até para que nos conscientizemos de que a Comissão tomou conhecimento. Há alguma documentação que possa comprovar ou teríamos que pesquisar? A Comissão terá, realmente, condições de pesquisar através dos **sites** e até de outros setores.

O senhor não tem comprovação do dinheiro estrangeiro ou daquele que entra em dólares na Fundação?

O SR. NEIVO BERALDIN – O que tem, ou o que sei que tem, consta nas atas da Fundação que me chegaram no Gabinete. Documentalmente não posso afirmar de que maneira esse dinheiro ingressou. O Presidente da Boticário disse que recebeu apenas US\$300 mil de uma das ONGs americanas. Num determinado momento, ele disse que gastou US\$1,800,000 nesse Salto Morato. Num momento de raiva, ele respondeu: “Gastei aproximadamente US\$5 milhões, mas o problema é meu, o dinheiro é meu”.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas não disse em que empregou, como gastou?

O SR. NEIVO BERALDIN – Eu gostaria de saber em que ele gastou.

A SRA. MARLUCE PINTO – Ele não falou, não é?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não passa de uma fazenda, uma bela fazenda para um bom final de semana, não é? E cobram ingresso.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quer dizer, nada que seja de utilidade da comunidade, não é, somente para eles próprios.

O SR. NEIVO BERALDIN – Nada de excepcional, nada de excepcional.

A SRA. MARLUCE PINTO – V. Ex^a citou, aqui, três municípios – Guaratuba, Antonina e...

O SR. NEIVO BERALDIN – ...Guaraqueçaba, que são os três municípios-alvo.

A SRA. MARLUCE PINTO – E não foram constatadas obras construídas por essa Fundação – escola, posto de saúde?

O SR. NEIVO BERALDIN – Parece-me que a Fundação não tem essa constituição ou essa finalidade. Na verdade, obras não há.

A SRA. MARLUCE PINTO – Falo em relação a obras sociais. V. Ex^a, por exemplo, citou que esteve num determinado local e não havia uma creche. Geralmente, o que se faz, primeiro, é uma creche para os filhos dos funcionários que trabalham na empresa – no caso, o Boticário. O senhor não encontrou nada em relação a isso, nenhum apoio social por parte da Boticário?

O SR. NEIVO BERALDIN – A Boticário fala que distribui cadernos, distribui auxílio, mas vamos dar um exemplo concreto: o Salto Morato está localizado no distrito de Itagaçaba que pertence a Guaraqueçaba. Lá tem trinta e poucos alunos que estudam, fazem o Segundo Grau, à noite, em Guaraqueçaba. O ônibus para levar esses alunos é precário, o pneu é precário, as condições são precárias. Nunca nos chegou uma fundação, uma ONG para dizer: “Queremos dizer que estamos prontos para relocar as famílias que vivem em manancial freático poluído, que vivem em condição subumana. Estamos aqui para prestar um serviço à comunidade.” Não é isso. O que se tem notícia é de que algumas ONGs apenas servem para celebrar convênios com órgãos públicos, e que essa é uma forma de fugir da fiscalização, visto que uma ONG não tem obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas, nem ao Ministério Público, nem a ninguém. Fundação é diferente. Aliás, a Fundação O Boticário está devendo. Eu gostaria de saber a prestação de contas dos últimos anos da fundação.

A SRA. MARLUCE PINTO – Isso podemos pedir, Sr. Presidente. Inclusive, no Tribunal de Contas do Estado ou da União, dependendo de onde saia – nesse caso de convênios com o meio ambiente e o Ibama, no Tribunal de Contas da União –, tem que haver uma prestação de contas desses convênios. Desde que, se não tiver prestado conta... Fundação não exclui essa obrigatoriedade.

V. Ex^a senhor tomou conhecimento, por acaso, se, além dessa ONG de O Boticário, existe alguma outra ONG que seja intermediária, que possa fornecer verbas, que tenha algum vínculo, mesmo que não seja oficializado, com outra ONG internacional. Se V. Ex^a souber, pode citar os nomes ou o nome de alguma?

O SR. NEIVO BERALDIN – Essa SPVS tem uma relação cordial com a Fundação O Boticário, mas há também lá várias denúncias, por exemplo, da Naipi, Unilivre, Pró-Natura, Anama, que opera entre São Paulo e Curitiba, e a tal do Farol do Saber. Essas são as ONGs mais denunciadas, digamos assim – que é gente que fez projeto e não teve acolhido o seu projeto. Há várias informações de que há convênios com prefeituras, com o Governo. É isso.

A SRA. MARLUCE PINTO – E V. Ex^a, como Deputado, procurou se informar se, dessas verbas que são fornecidas pelo Governo do Estado para a Boticário, houve alguma prestação de contas?

O SR. NEIVO BERALDIN – Não. Não há dinheiro do Governo do Estado, que eu saiba, para a Boticário. O que há é dinheiro do Governo do Estado para a SPVS, alguns convênios.

A SRA. MARLUCE PINTO – Só para a SPVS; só para a ONG?

O SR. NEIVO BERALDIN – Inclusive, eles assumiram algumas áreas lá. Assumiram a responsabilidade de manter determinadas áreas de Guaraqueçaba, algumas. E há alguns convênios outros que foram celebrados com o Estado. Agora, a Fundação O Boticário, que eu saiba, não tem convênio.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, por hora, estou satisfeita. Devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, pela ordem de inscrição, a palavra ao Senador Tião Viana, para as suas perguntas ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Deputado Neivo Beraldin, inicialmente, eu gostaria de saudar a preocupação que V. Ex^a traz com a soberania nacional, com a integridade do território nacional brasileiro, que, seguramente, deve ser a razão, a motivação do debate e da contribuição que V. Ex^a traz à CPI.

Eu gostaria de deixar claro que tenho a compreensão de que esse assunto envolve toda a Nação. Isso vem desde as caravelas de Cabral, a invasão francesa, holandesa, as navegações da Amazônia, litigiosas desde 1819, até os dias de hoje. E agora esse assunto volta à tona. Confesso ter muita preocupação com essa matéria também. Sou membro titular da Comissão de Relações Exteriores do Senado, mas sempre me preocupo em não cometer injustiça ao interpretar uma contribuição ou um gesto de solidariedade ao nosso País.

Tive o cuidado de me informar antes deste debate sobre qual componente ético poderia envolver a

presença pública dessas organizações não-governamentais no Estado do Paraná. Pude verificar que é uma preocupação fundamentada, pelo menos em conceito, com a parte mais expressiva da Mata Atlântica, que está ao norte do Paraná, exatamente nessa área que V. Ex^a cita. Tive a preocupação de trazer um levantamento feito pelo Ministério Público Federal, que é o fiscal da lei, o escudo da Constituição brasileira, em que o Procurador Regional da República, Dr. Mário José Ghisi, que é uma figura respeitável no plano nacional pelo exercício isento e qualificado na defesa da Constituição Federal e na ação de fiscal da lei, responde a uma preocupação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em relação a esta matéria.

O nobre Procurador diz o seguinte:

Ressalte-se que o Ministério Público do Estado do Paraná atestou, por meio do Ofício nº 2.850/2000, após auditoria realizada na SPVS, que não haveria irregularidade contábil, fiscal ou administrativa na entidade no período de 1995 a 1999.

E coloca uma questão preocupante, que me parece vir ao encontro das suas preocupações. Ele diz no item 1:

Da documentação apresentada pela entidade e pelo Poder Legislativo estadual, evidencia-se que basicamente um único ponto poderia ensejar indagação: a aquisição de imóveis no litoral paranaense com recursos advindos de entidade estrangeira.

Essa preocupação o Ministério Público Federal partilha com a comissão da Assembléia Legislativa do Paraná.

Ele cita o art. 225 da Constituição Federal ao dizer que, no Brasil, a proteção do meio ambiente em sede constitucional é inovação da Carta de 1988 que, seguindo tendência mundial contemporânea de proteção dos interesses difusos, o erigiu a direitos social nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Então, está assegurado o direito de acesso por parte da Nação, por parte dos órgãos competentes àquilo que seria uma área que pudesse colocar em risco a soberania nacional.

E conclui assim:

Afirmar vazias de malversação de verbas com base no simples fato da existência de convênios

não é respaldo suficiente para a realização da investimento.

À vista do exposto, a partir da documentação apresentada pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, sem prejuízo de eventuais futuros questionamentos, constata-se não apenas a possibilidade jurídica de doação estrangeira para fins de aquisição de imóveis em Guaraqueçaba, ficando a propriedade titulada na entidade brasileira, bem como o valor superior do interesse visado, qual seja, a recuperação, a conservação ambiental, ressaltando-se a necessidade de conjugação do projeto com os interesses da comunidade.”

Esse documento foi assinado no dia 1º de setembro de 2001, e vou passá-lo às mãos da nobre relatora.

Tentando contribuir com o nobre Deputado, estou apresentando requerimento sugerindo que, junto com representantes da Fundação O Boticário, seja convidado a prestar depoimento à Comissão o Dr. Mário José Ghisi e o representante do Ministério Público Estadual, para que tenhamos uma conclusão absolutamente segura do que é interpretação constitucional desse tipo de atuação e para que possamos desenvolver um debate da maneira mais ampla, mais democrática e reflexiva possível.

Gostaria de deixar ainda claro à Comissão, Sr. Presidente, que tenho um verdadeiro cuidado quando se trata de entrada de um organismo estrangeiro no nosso País, apropriando-se de bens. Por exemplo, Projeto Jari. Fui frontalmente contra, desde aquela época, àquele tipo de apropriação; de uma entidade internacional se apropriando de bem público no Brasil, mas não é o caso aqui.

Neste caso, existe uma entidade brasileira que assume inteira responsabilidade, respaldada na Constituição Federal. Se fosse diferente, teria uma outra preocupação. Quando olhamos para esse tipo de presença, que é exposta como preocupação, vamos observar, por exemplo, as igrejas do Brasil.

A Igreja Católica tem seu patrimônio basicamente adquirido às custas de doações internacionais. Outras Igrejas que não a Católica também, e não me consta, de modo algum, que haja uma transgressão ética ou ameaça à soberania nacional quando se trata desse tipo de matéria. E se for, por única e exclusiva finalidade, a preservação do meio ambiente, a defesa da qualidade de vida do povo brasileiro, estaria absolutamente de acordo com esse tipo de contribuição. Temos razões absolutamente graves de preocupação com a privatização que ocorreu neste Governo, com o domínio do capital italiano, por exemplo, nas teleco-

municações do Brasil, que se constitui numa área absolutamente estratégica e delicada da soberania nacional e, nesse caso, lamentavelmente, muitos e muitos representantes públicos aderiram a esse tipo de interferência, que torna vulnerável o nosso Poder Público. Uma rede de supermercados como Carrefour, em que o dinheiro vai, a toda hora, para fora – neste aqui me parece que o dinheiro vem e fica aqui, não há nenhuma busca de retorno do capital brasileiro. Uma rede Carrefour, quando vem, está levando o dinheiro em moeda e é natural essa relação.

Creio que é preciso separar o joio do trigo. É preciso ter o discernimento, e creio ser legítima a preocupação do Deputado, deve haver consideração da Comissão, só que não me parece haver maior gravidade no depoimento a não ser que o Ministério Público Federal esteja omitindo alguma informação de que não tenhamos conhecimento ou alguma preocupação a mais.

A rede O Boticário, parece-me, emprega milhares de pessoas neste País também, cumprindo uma função social na geração de empregos, na geração de renda. E quem dera pudéssemos ter muitas empresas do Paraná, por exemplo, na Amazônia brasileira, fazendo pesquisa no nosso patrimônio genético na área de fármacos, na área de cosméticos e permitindo que pudéssemos evitar uma entrada gananciosa de multinacionais, que, muitas vezes, vêm com a simples finalidade do lucro! Quem dera pudéssemos ter mais empresas brasileiras se fortalecendo!

Parece-me que há uma dúvida se essas empresas podem, de fato, ferir a soberania nacional, essas instituições, essas organizações não-governamentais, e divido com o Deputado essa preocupação, se há uma razão maior, de que não temos conhecimento.

Faria ainda uma pergunta ao nobre Deputado: V. Exª. teve algum tipo de relação política ou social com essas organizações não-governamentais antes dessa fase litigiosa? Há alguma associação de interesses? Por exemplo, parece-me que a SPVS teve um interesse comum de apoio a V. Exª quando do seu projeto ICMS Ecológico. Foi propagada no próprio Paraná como legítima e meritória a sua atuação, e essa entidade – tenho informação de um Diretor dela – apoiou a manifestação de V. Exª quando tratou do ICMS Ecológico.

Isso tem apenas a finalidade de ver se existe algum litígio de que não temos conhecimento, tentando trazer o assunto ao seu devido patamar de veracidade, de importância, que acredito ser a função maior desta Comissão.

O SR. NEIVO BERALDIN – Senador Tião Viana, se me permite, nada me move contra a SPVS, nem contra o Boticário e tampouco contra a Fundação O Boticário. O que me move são as bases, a população do litoral. Não se pode conviver com o capital internacional e a pompa de alguns, pois a sociedade local acaba sabendo que o carro é importado, etc. E porque a situação é diferente. O que me move é basicamente isso.

Pelo que vejo V. Ex^a relatar, a questão contábil me parece ser um ângulo de uma auditoria; parece-me ser a questão administrativa a função, a execução, do objeto do convênio. Essa é a questão que eu gostaria de ver alguém atestar, porque não é possível que a comunidade local inteira possa gravar entrevista dizendo não ser verdade determinadas coisas. No papel aceita tudo, mas sabemos que qualquer contador, por mais simples que seja, deixará a situação contábil perfeitamente em dia.

Não me move nenhum sentimento de raiva ou de inimizade. Evidentemente todas as ONGs que conheço propagam aquilo que é bom ou tentam se inserir no texto. A Lei do ICMS Ecológico funciona há nove anos no Paraná e já pagou mais de R\$400 milhões. Guaraqueçaba já recebeu mais de R\$12 milhões, mas nenhum representante da SPVS foi meu colega nos quatro mandatos de Deputado Estadual. Não conheço ninguém e, evidentemente, quando se tem um posição, eles a acabam respaldando.

Por que comprem terrenos em cabeceiras de rio? Por que comprem, prioritariamente, terrenos em beira de estradas? Quem nos garante que os nossos filhos terão autorização dos filhos dessas ONGs? Eles dirão “não”, porque os terrenos são herança dos avós, dos bisavós...

Quanto a isto – e não sei se estou errado – tenho uma certeza, Senador: sou a parte mais fraca, e, evidentemente, o que estou fazendo aqui é uma exposição de coração. Pela pouca experiência que tenho, reconheço que sairei, de uma ou de outra maneira, perdendo porque haverá uma pressão muito grande. Trata-se do poder do capital e da mídia. Sou um simples Deputado Estadual e, evidentemente, não poderia me contrapor ao capital americano, alemão e, muito menos, ao associado a eles. Entretanto, enquanto cidadão, homem público e Presidente da Comissão do Meio Ambiente, tenho pelo menos o dever de trazer à baila a questão. Penso que a CPI das ONGs, em funcionamento no Senado Federal, ganhará um vulto tão grande que será uma das CPIs mais propagadas deste País e no mundo, sobretudo quando constatar-

mos que os americanos querem compensar com as nossas terras a poluição que lançam no ar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, eu gostaria de comentar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Peço desculpas ao Senador Moreira Mendes, porque não havia percebido que o Senador Tião Viana gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. TIÃO VIANA – É apenas para concluir minha indagação, Sr. Presidente.

Pergunto objetivamente ao nobre Deputado: V. Ex^a apresenta alguma denúncia de transgressão de alguma natureza às entidades citadas aqui: a Fundação O Boticário e a SPVS.

O SR. NEIVO BERALDIN – Aqui está uma certidão, colhida no Município de Antonina e datada de 27 de julho deste ano, que certifica, por haver sido requerido verbalmente, que, revendo o Livro IV, indicador real desta serventia, não consta registro efetuado nos lotes 11, 12, 15, 16, 22, 28 e 29 da Gleba nº 6, Colônia Fronteira, do Município de Guaraqueçaba.

Certifico, ainda, que deverão ser procedidas buscas complementares junto a ofício imobiliário da Comarca de Paranaguá, o que fizemos.

O SR. TIÃO VIANA – Mas a minha pergunta é no sentido de que existe um documento do Ministério Público Federal, analisando a aquisição dessas propriedades, que fiz a leitura. V. Ex^a põe em dúvida aquele documento do Ministério Público Federal?

O SR. NEIVO BERALDIN – Gostaria de perguntar ao nobre Senador se a certidão em que a União Federal confiscou o Sr. Aníbal Cury, em 1969, é válida? Tendo em vista que a certidão não mostra nenhuma titulação, está evidenciado que a terra é da União, e isso se chama, na minha modesta avaliação, reintegração de posse, com ordem de despejo.

O SR. TIÃO VIANA – Então, V. Ex^a contesta o parecer do Ministério Público Federal.

O SR. NEIVO BERALDIN – Não o conheço, Senador. Sinceramente, fui surpreendido aqui.

O SR. TIÃO VIANA – V. Ex^a não teve acesso a ele, mas este foi feito por uma solicitação da Assembléia Legislativa. É uma resposta à Assembléia Legislativa pelo tratamento da matéria. Está no cabeçalho, Sr. Presidente. V. Ex^a poderia fazer a leitura, para que o Deputado tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria de fazer um ponderação ao Senador Tião Vi-

ana e ao próprio Deputado Neivo Beraldin: estamos numa fase de oitiva. O Deputado está apresentando documentos e sendo interpelado, e V. Ex^a, Senador Tião Viana, apresentou outros. Então, esses documentos vão ser sistematizados pela assessoria da CPI. Depois, vamos ter oportunidade de analisá-los, com todo respeito ao parecer do Ministério Público e ao que a Assembléia possa ter apurado, e nós vamos julgar tudo. Não é o julgamento ou o parecer do Ministério Público que vai nortear a decisão final desta CPI.

O SR. TIÃO VIANA – Estou absolutamente convencido disso, e a pergunta que fiz é se há dúvida quanto ao mérito e à apresentação do documento do Ministério Público Federal. Trata-se de uma pergunta extremamente pertinente e necessária, diante de uma denúncia que o Deputado faz sobre apropriação indevida de terras. Parece-me que esse é o teor da denúncia que ele faz.

O SR. NEIVO BERARDIN – A informação que tenho é a de que o Ministério Público Federal nos solicitou o que havia em relação à Fundação O Boticário e a SPVS. Remetemos ao Ministério Público Federal cópia das reuniões, das notas taquigráficas, e, evidentemente, não recebi mais nenhuma resposta. Não sei mais o que possa ter havido no campo jurídico. Desconheço, inclusive, esse relatório do Ministério Público Federal. Estranhei isso, porque se se apressa uma CPI em curso, apresenta-se um relatório do Ministério Público, como isenção de culpa, o Ministério Público do Estado do Paraná deve também elucidar essas coisas.

Aqui, por exemplo, há Ministério Público de São José dos Pinhais ...

O SR. TIÃO VIANA – Tanto que o meu requerimento é no sentido de que venham os dois Ministérios – o Público Federal e o Público Estadual – para esclarecer esse assunto, porque V. Ex^a tem todo direito de ter um esclarecimento formal.

O SR. NEIVO BERARDIN – Veja o que diz o Promotor de Justiça designado, Marcos Bittencourt:

“Outrossim, informo que, referente às indagações sobre a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, as mesmas estão sendo objeto de pesquisa por parte da Promotoria de Justiça da Comarca de São José dos Pinhais, sede da referida entidade e, tão logo se encontrem prontas, serão imediatamente remetidas a V. Ex^a, ao seu conhecimento.”

Até hoje, não tenho conhecimento de que eles tenham aprovado os últimos exercícios da Fundação.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, encerro a minha intervenção, solicitando que a Relatora, que

tem em mão o documento que entreguei, leia apenas o cabeçalho para ficar clara a procedência. Muito obrigado.

A SRA. MARLUCE PINTO – Documento dirigido ao Sr. Clóvis Ricardo: “Prezado Senhor, cumprimentando-o, venho por meio do presente encaminhar cópia do despacho exarado no expediente relativo à investigação que vem sendo realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná quanto à atuação da entidade de proteção ao meio ambiente – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) – onde (sic) poderia envolver interesse federal, informando outrossim seu arquivamento.

Sendo o que tinha para o momento, apresento os meus protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente, Mário José Ghisi, Procurador Regional da República.”

O SR. NEIVO BERARDIN – Até porque ele não tem esses documentos. A Assembléia jamais enviou a ele – além das duas reuniões realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para ordenar melhor os trabalhos, o documento já foi encaminhado à Relatora.

O SR. TIÃO VIANA – E requisitada a vinda dos dois Procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Peço a V. Ex^a que formalize o pedido.

O SR. TIÃO VIANA – Está sendo encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Deputado já está com os documentos aqui apresentados.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Senadores, Deputado Neivo Beraldin, inicialmente comunico aos Srs. Senadores presentes que encaminhei à Mesa um requerimento do seguinte teor, que será posteriormente objeto de deliberação:

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que se requirite ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama cópia de todos os convênios firmados com entidades não-governamentais, os valores conveniados, valores liberados e cópia das respectivas prestações de contas dos últimos cinco anos.

O objetivo desse requerimento é fazer uma análise, porque esse é o nosso propósito nesta CPI. Lido esse requerimento, registro que, neste momento, não estamos julgando nem prejulgando a atividade de O Boticário ou da SPVS. Tenho o maior respeito pela

entidade e o que conheço dela foi por intermédio de publicidade. No meu Estado, especificamente na minha cidade, conheço a sua atuação. Sei que a empresa gera muitos empregos. Em todos os lugares do Brasil, há pontos de venda. Parabéns! Entretanto, isso não afasta a responsabilidade da CPI de ir a fundo em todas as questões, seja na de O Boticário, seja de qualquer outra ONG. A nossa obrigação, neste momento, é exatamente colocar a limpo tudo isso.

O ilustre Deputado levantou uma questão – percebo inclusive que S. Ex^a trata o assunto com a preocupação de não extrapolar limites ou de não levantar nenhuma suspeição. No entanto, S. Ex^a cumpre verdadeiramente com o seu dever de Deputado e de Presidente de uma comissão importantíssima que trata da questão do meio ambiente – cumprimento-o por essa atitude. O Sr. Deputado nos traz informações de que, no mínimo, alguma suspeita sobre os documentos levantados existe. Se há um convênio que estabelece que se deve aplicar o recurso para comprar ou para se construir uma escola, a instituição, no mínimo, deve estar construída. Se o recurso é destinado a promover reflorestamento na Mata Atlântica, é preciso que ele tenha sido feito. Apuraremos todos esses fatos no decorrer dos trabalhos da CPI.

Faço uma reflexão muito importante sobre a qual o Deputado Neivo foi categórico. Não tenho dúvidas de que, na realidade, toda essa questão de meio ambiente levantada hoje no Brasil, virou até modismo – diria inclusive que, hoje, nas rodas sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo, é chique discutir meio ambiente, como se essas pessoas soubessem o que ocorre na Amazônia e talvez na Mata Atlântica, como se conhecessem o sofrimento de quem vive na Amazônia e nos municípios que V. Ex^a citou, as suas angústias, a sua miséria, a falta de escola e de educação.

A reflexão que faço é exatamente esta: se todo esse dinheiro e se toda essa energia fossem voltados para essas populações, mudando o seu pensamento, mudando os seus costumes e aquilo que se está investindo fosse direcionado para a educação, talvez não conseguíssemos na nossa geração, mas a próxima certamente pensaria diferente de nós.

Portanto, creio que há um erro estratégico em relação a esse assunto, o que me leva à conclusão de que realmente V. Ex^a tem razão quando afirma que, na verdade, um norte-americano, um europeu, um japonês — que não sabem mais o que fazer lá porque já acabaram com tudo — acreditam que têm o direito de vir aqui, nos países do Terceiro Mundo, e ditar regras, dizendo o que devemos ou não fazer. Isso é um absurdo!

Na minha opinião, esse é o objetivo principal da nossa investigação.

Quero deixar claro que, hoje, sou muito mais ambientalista e verde do que era há dez anos. Darei até um testemunho aqui: sou um modesto proprietário rural no meu Estado, em Rondônia, e tenho uma propriedade em que derrubei 50% da floresta. Eu tinha o direito de fazer isso, porque era o que estava prescrito na lei daquela época. Se fosse hoje, eu certamente não o faria mais, com lei ou sem lei, em razão de uma mudança de conceito. Mudei o meu conceito. Acredito que devemos realmente cuidar do meio ambiente. No entanto, acho que a discussão está no foco errado.

Aproveito a oportunidade para falar sobre a Medida nº 2.166, que propõe modificações profundas no Código Florestal. Todos brigam e dão palpite em relação a essa medida provisória, mas ninguém se preocupa verdadeiramente com as pessoas que moram na Amazônia, ou seja, com os 20 milhões de brasileiros que moram lá. Seria necessário ocorrer exatamente o contrário: deveríamos começar essa discussão pela população envolvida — como no caso da Amazônia, exemplo que cito por se tratar, atualmente, do foco do mundo inteiro. Todos olham para a Amazônia, mas se esquecem do povo que está lá, das suas dificuldades e de como viverão.

Porém, qualquer discussão na Amazônia, na Mata Atlântica ou em qualquer bioma que tenha que ser preservado deveria começar pelas populações que lá vivem, montando-se uma nova estrutura para atingir o objetivo final, que é o meio ambiente.

Em meio a um povo que, há 500 anos, aprendeu com seus pais, avós e bisavós que cultivar a terra é derrubar e pôr fogo, como é possível editar uma lei seca e fria, estabelecendo que, a partir de agora, não se pode mais fazer isso?! Não é assim. É preciso começar exatamente pelo homem que está lá, mostrando-lhe o caminho, dizendo que não se procede mais daquela forma e que o conceito deve ser modificado, dando-lhe também meios de subsistência: escola, educação, etc.

Não podemos encarar os fatos com romantismo e imaginar, Senador Tião Viana, que encontraremos aquele velho seringueiro que conheci quando cheguei a Rondônia, há trinta anos; aquela figura que se embrenhava no mato e ficava lá, às vezes, até oito meses sem voltar para a cidade grande. Ele não conhecia rádio, televisão, nada. Atualmente, ele conhece tudo isso e consegue aferir os benefícios da vida moderna, de morar numa cidade, de ter energia, de ter escola para o filho, de usufruir dos aparelhos ele-

trodomésticos, enfim, de gozar as facilidades da vida moderna. Como convencer esse homem a voltar para a floresta – e aí é que está o romantismo – e imaginar que ele viverá de extrair a borracha da seringueira? Isso é, no mínimo, fazer piada com a nossa inteligência!

Creio que o depoimento de V. Ex^a é importante para iniciarmos esse debate e essa reflexão. Ninguém tem o objetivo de condenar previamente ou de prejudicar a atividade do Boticário. Quero repetir: essa é uma empresa que presta relevantes serviços ao País. O que me preocupa, entretanto, é esse dinheiro externo e desconhecido que vem para o Brasil. Não sabemos de onde vem nem para onde vai. Senador, percebo que, hoje, para se conseguir liberar poucos recursos para uma prefeitura do interior de meu Estado, de R\$50 mil, para comprar um ônibus para transportar criança – foi o exemplo citado aqui –, é uma novela. É uma novela, é papel para todo lado. Agora, se o senhor quer facilitar sua vida, monte uma ONG e diga que o objetivo dela é cuidar do meio ambiente. Pegue meia dúzia de barbudinho lá do Rio de Janeiro, monte a ONG, no dia seguinte o senhor tem o crédito aberto em qualquer desses Ministérios – é Ministério do Meio Ambiente, é Ibama, são ONGs internacionais. Essa é a reflexão que quero trazer aqui à discussão. Não tenho nada contra a ONG, assim, eu acho que há organizações não-governamentais, sobretudo na área de saúde, que prestam relevantes serviços ao País, temos que tirar o chapéu e reconhecer, mas, por outro lado, existe um mecanismo sendo montado internacionalmente. Estão usando os brasileiros como instrumento para isso, esses brasileiros que se dispõem a agir dessa forma, usando como pano de fundo essa questão do meio ambiente e que, lá no fundo, o que eles estão querendo não é meio ambiente coisa nenhuma, é impedir o nosso desenvolvimento e fazer o que eles não fizeram, essa é a realidade.

Então, quero encerrar minha participação. Quero apenas fazer uma pergunta, para ficar claro, pontualmente, a respeito desses poucos convênios cujas cópias o senhor trouxe para cá, porque não consegui entender direito, não peguei aquela parte que falou da fita aí.

Repetindo que não estou prejudgando nada da entidade, nem da Sociedade de Prevenção da Vida Selvagem (SPVS), nem de O Boticário, mas apenas para exemplificar: desses convênios que o ilustre Deputado trouxe para cá, o senhor teve comprovação, por meio da sua atividade como Parlamentar, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de que os recursos não foram aplicados onde deveriam ser?

Se possível, cite uns dois ou três apenas, para ficar registrado e dar um caminho para a Comissão, a partir dessa informação, começar a fazer um rastreamento de muitos outros convênios, inclusive de outras entidades.

O SR. NEIVO BERALDIN – Senador Moreira Mendes, fico satisfeito de ouvir o seu pronunciamento, que, na verdade, é de coração.

Há poucos dias – vou até fazer uma menção aqui –, eu estava num jantar lá em casa, e o meu filho chegou com uma caixa, falando para a gente, para os amigos que estavam lá: “Eu trouxe um presente”. Qual foi a nossa surpresa quando ele abriu a caixa, e não havia nada! Ele falou: “O maior presente é o ar que tem dentro desta caixa”.

Então, os convênios aqui são dinheiro do Banco Mundial, são vários: um é de R\$200 mil, outro é de R\$127 mil, outro foi auditado e, inclusive, acho que quem deve explicar melhor isso é o ex-Ministro Gustavo Krause, que foi quem assinou os convênios, e gente do Ibama, e nada contra a empresa Boticário.

Fundação Artur McCarter – aqui é uma proposta de US\$1,25 milhão. Não há nenhuma menção, em nenhuma ata, de dinheiro brasileiro. O que estou trazendo aqui é uma coisa até certo ponto, imagino eu, simbólica do que signifique isso tudo, mas é um indício. É ouvindo o povo, ouvindo os vereadores das cidades, ouvindo os prefeitos, ouvindo a comunidade, dialogando, que a gente vai formando. Acho o seguinte: que temos que pensar globalmente mas temos que agir localmente. Para você saber da verdade, o que está acontecendo, é preciso ir lá, e lá é miséria, lá é fome, lá é falta de educação, lá é falta de saúde, até porque, do Município de Guaraqueçaba, 93% da extensão territorial são área de preservação.

Então, são mais dificuldades. Evidentemente que essa gente não condiz com a triste realidade do povo brasileiro. Isso temos que admitir de pronto. Podemos até prejudicar nesse conceito, mas não quero julgar as pessoas. Não tenho esse direito e nem essa obrigação. A minha obrigação era a de chegar aqui e passar aquilo que eu sei. Reafirmo aos Srs. Senadores que não me move nenhuma bronca pessoal. Ao contrário, perco muito com a minha vinda aqui. Tenho convicção disso, mas não podia deixar de fazê-lo.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantos habitantes há neste Município a que o ilustre Deputado se referiu?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Guaraqueçaba deve ter em torno de oito a dez mil habitantes, com cinco mil eleitores.

O SR. MOREIRA MENDES – E com uma área de 93% do seu território com áreas de preservação! Não seria muito mais prático e inteligente investir nos oito mil habitantes, que são poucos, e ter a seu lado oito mil verdadeiros defensores da natureza? Não é mais prático?

A mesma coisa ocorre no Estado de Rondônia – e parece-me que o Brasil está desinformado a respeito da questão. Hoje, quando se fala em fazendeiro, madeireiro, leiteiro, soa, ao ouvido das pessoas, como se fosse um nome feio, aliás, incluo-me no meio deles por não me envergonhar de ser fazendeiro, ao contrário, orgulho-me disso, apesar de não ser produtivo, exerço, na fazenda, uma atividade voltada para a ecologia e para o meio ambiente, porque tenho um hotel-fazenda com trilhas pela mata, enfim, mas se eu for chamado de fazendeiro não me ofenderia. O Brasil imagina que somos devastadores, que estamos acabando, liquidando com tudo, quando, na verdade, o que fazemos é matar a fome do povo brasileiro. Vou repetir: se toda essa energia, esse recurso fosse voltado para melhorar a qualidade de vida das pessoas e transformá-los pela educação, pela saúde, em verdadeiros defensores do meio ambiente, isso seria muito mais prático.

É o registro que faço.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; eminente Relatora, Senadora Marluce Pinto; meus caros Senadores. Eminente Deputado Neivo Beraldin, apesar de V. Ex^a dizer que está perdendo com a sua vinda, nós, pelo contrário, estamos ganhando com a sua presença.

De fato, a discussão de V. Ex^a traz uma contribuição para que alcancemos o objeto desta Comissão, que é muito importante, porque já pude perceber que as ONGs – organizações não-governamentais –, que são uma manifestação espontânea da própria sociedade em se organizar e desenvolver determinada atividade, não diverge das demais organizações que temos no País, nas quais observamos desvios comportamentais. Algumas permanecem na busca do seu objeto, dentro dos parâmetros legais, observando as regras e regulamentos impostos por dispositivos legais, mas há outras, aquelas organizações de toda a sorte como empresas que, por exemplo, buscam burlar a legislação para obter benefícios ou para alcançar outros objetivos que não aqueles confessados no seu instrumento de constituição.

Temos observado que nas organizações não-governamentais existe essa preocupação, esse tipo de desvio comportamental. Portanto, é justamente para encontramos esses desvios comportamentais das organizações não-governamentais que esta Comissão foi constituída, e qualquer contribuição que venha a nos auxiliar neste trabalho é extremamente positiva.

Portanto, agradeço a presença de V. Ex^a, que traz a preocupação com duas organizações não-governamentais que atuam em seu Estado. Divirjo um pouco do pensamento – e é uma pena que S. Ex^a não esteja presente – do Senador Moreira Mendes, quando se revela extremamente preocupado com a alocação de recursos externos para aplicação em nosso território. Eu não. Aplaudo a alocação de recursos externos, pois o País enfrenta grandes dificuldades na geração de recursos que venham a estimular as diversas atividades aqui desenvolvidas. Desde que os recursos externos tenham objetivos claros, compatíveis com os reclamos da sociedade e estejam dentro dos ditames legais, não vejo preocupação em que uma organização não-governamental se ajuste e busque recursos no exterior a fim de promover a preservação ambiental e o desenvolvimento de atividades na área da saúde e da educação, como há vários e bons exemplos. Não tenho esse tipo de preocupação. É claro que é preciso haver um tipo de fiscalização, de acompanhamento, no sentido de verificar se os propósitos confessados em seu instrumento de organização não são cortina de fumaça para disfarçar os verdadeiros interesses que observamos em algumas organizações não-governamentais.

Há poucos dias tive a oportunidade de conhecer uma organização que se dedica a avaliar o seqüestro de carbono numa região próxima à Ilha do Bananal. E com recursos externos. Encontrou alguém no exterior que acredita que pode empregar um pouco de seu dinheiro na experiência de avaliação de seqüestro de carbono. Não vejo que prejuízo o País ou o cidadão brasileiro pode ter com isso. Vejo prejuízo, por exemplo, em meu Estado, quando pretendemos aproveitar uma modal viária que a própria natureza nos legou, fazendo com que Estados mediterrâneos, como o que represento, Tocantins, Mato Grosso e grande parte da região Norte deste País de extensão territorial continental, onde a transposição de bens e serviços privilegiam a modal rodoviária, sabidamente a mais cara e que impõe às populações da região uma desigualdade em relação aos grandes centros, pois faz com que o custo de produção seja mais elevado e os produtos não alcancem preços competitivos em qualquer mer-

cado. Condene a organização não-governamental que, sob o título de preservação ambiental, sob a alegação de que a implantação de uma hidrovía mata os peixes, prejudica os índios e os ribeirinhos, numa intenção disfarçada de preservação ambiental, deseja inibir o processo de desenvolvimento de uma região.

Recebi correspondência, ousada e atrevida, de uma ONG, admoestando o Governo brasileiro para que não implantasse as hidrovias Araguaia e Tocantins e não ampliasse sua produção de soja, dizendo que a Europa – a ONG é holandesa – não tinha mais como processar um volume maior de soja, quando, na verdade, o que pudemos perceber é que o desejo não era o de proteger nossos índios, nem os ribeirinhos e muito menos nossos rios. Queriam realmente inibir o processo de desenvolvimento, a possibilidade de organizarmos, de forma racional, a economia.

Verificamos no Brasil, eminente Deputado, num período muito curto de tempo, pouco mais de 30 ou 40 anos, um processo de inversão do perfil da população brasileira, que era eminentemente rural. Há 40, 50 anos, 70% da população residia no campo, e 30% na cidade. Atualmente, a inversão é brutal. O êxodo rural continua em razão da desassistência ao homem do campo, em razão dos atrativos que a cidade, pelo fato de receber um volume maior de investimentos e de apoio às diversas atividades, como tem recebido. Mas fico preocupado porque, se o êxodo rural continuar nesse ritmo acelerado em que vai, daqui a pouco não sei como as populações das cidades vão-se alimentar, já que na cidade não se produz arroz, milho, feijão e soja, que servem a mesa do brasileiro, desde o mais rico ao mais humilde. Também não sei como vamos vestir, porque o algodão também é produzido no campo e é utilizado para tecer os nossos tecidos e fazer as roupas. Enfim, a continuar esse êxodo rural, não há processo de tecnologia que consiga verticalizar a produção obtida no meio rural para atender à demanda de uma população que experimenta um processo de crescimento assombroso. Já somos mais de seis bilhões de habitantes no planeta, e não sei como conseguiremos alimentar e vestir esse povo caso todo mundo saia do campo.

Não tive a honra e o privilégio de ouvir as suas colocações preliminares, em razão de outros compromissos, pois estava na Comissão de Orçamento e não pude assistir ao seu depoimento, mas o eminente Senador Tião Viana me explicou, em linhas gerais, muito rapidamente, as preocupações que V. Ex^a trouxe a esta Comissão com relação a duas organizações não-governamentais existentes no seu Estado. Tanto a Assembléia Legislativa quanto os vereadores têm

que exercitar as suas prerrogativas constitucionais, investigar e averiguar mesmo.

Como O Boticário comprou uma determinada área e está pegando dinheiro externo para preservar o ambiente, não vejo onde há preocupação e perigo. No entanto, se estão usando essa situação como uma cortina de fumaça e estão desenvolvendo outras atividades que podem causar dano ao meio ambiente, dano à saúde da população, aí, sim, cabe efetivamente uma investigação, trazendo inclusive essa informação como contribuição à nossa Comissão, para que possamos adotar as providências investigativas e direcionar até para providências penais cabíveis.

Portanto, quero reiterar a colocação de que ganhamos com a presença de V. Ex^a e esperamos que outros parlamentares e outros cidadãos brasileiros dos quatro quadrantes do País estejam atentos para o que está fazendo esta Comissão que investiga essas organizações, para que possamos apoiar aquelas que estão bem intencionadas, aquelas que estão contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira, e possamos reprimir, repelir e punir aquelas que contrariam os preceitos legais brasileiros e que atentam contra o cidadão brasileiro.

O SR. NEIVO BERALDIN – Senador, há um velho ditado que diz que em terra de cego quem tem um olho é rei. Precisamos ver se esse olho está funcionando para o bem comum.

Essas organizações não podem esperar que sejamos nem bons nem ruins, mas que sejamos justos. Penso que neste País, em vários aspectos, faz-se uma cortina de fumaça, um **marketing**, algo que parece que vai tomar conta do mundo.

A **Rede Globo de Televisão** fez um **Globo Repórter** sobre o Salto do Morato, sobre a questão de Guaraqueçaba. Aí eu fui lá com essa fita e entrevistei um cidadão. Conversando com ele, eu disse: “Escuta, mas e o **Globo Repórter** que foi feito? Foi a **Rede Globo de Televisão**”. Ele disse: Olha, casualmente, naquele dia, havia uma criança que precisava ser atendida no posto de saúde e que esperou da manhã até às 21 horas. E aí uma determinada pessoa foi pegar um ninho de papagaio-da-cara-roxa, e a pessoa remeteu um choro, e aquilo, com certeza, tomou conta do mundo inteiro. Foi algo fantástico, lindo, para se ver na tela de televisão. Mas e o povo que vive lá? O que é que mudou para eles? O Brasil, com certeza, viu com bons olhos uma bela reportagem bem editada, mas o que viu o povo de lá? Então, Senador, penso que temos que mudar as coisas de baixo para cima, ser mais verdadeiros, mais sinceros, menos

lobby para os grandes e mais ação para os pequenos. Aí vamos conseguir, com certeza, mudar este País em algumas coisas e separar o joio do trigo. Por que não? Porque há ONGs, com certeza, que prestam grandes serviços. Mas há outras que se valem da situação do Brasil. O que mais este País tem de riqueza são as belezas naturais. Aliás, este País teria que torcer muito para que esse Tratado de Kyoto fosse referendado pelos americanos, a fim de que possamos ver um dia certificadas as áreas e emitir bônus. Porque aí a sociedade brasileira terá o retorno por aquilo que ela mais tem, que é o meio ambiente.

Estamos acompanhando isso, meu caro Presidente Mozarildo. Fico feliz em ver aqui, nesta tarde, Senadores da República preocupados com o meio ambiente, em ver alguns membros do Senado Federal com essa dedicação. E mais uma vez eu gostaria de dizer, se me permitem: Guaraqueçaba tem 313 mil hectares, que abriga dois dos maiores protegidos remanescentes de floresta atlântica, que é o paraíso das ONGs americanas. Esse jornal não escreverá mais isso, porque eles conseguiram uma liminar na Justiça e não poderá falar mais deles, sob pena de sua edição ser apreendida.

Portanto, coloco-me à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, retorno a palavra à Relatora para fazer as considerações finais, se for seu desejo.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Estado do Paraná, meus nobres colegas, é lamentável, mas nesta Casa temos muitos trabalhos e nos mesmos horários, impossibilitando-nos de acompanhar alguns trabalhos desde o início. Acho até que o próprio Senador Tião Viana não chegou a tempo de ouvir todos os detalhes aqui expostos pelo Deputado.

O que mais me preocupou, e acho que é também a preocupação do Deputado, foi o fato de uma empresa nacional, como a Boticário, ter uma fundação, já constar uma aquisição de 2,4 mil hectares de terra, mas não ser encontrada pela Comissão, que executou um bonito e produtivo trabalho, em qual cartório toda essa extensão de terra está registrada e como se deu essa aquisição. Então, é louvável que exista essa empresa, também louvo. A Boticário emprega muita gente, tem um faturamento mensal bastante elevado, contribui para a arrecadação de impostos pela União, arrecadação de renda para a União. Mas vamos analisar que essa grande aquisição seja

até para que a fauna seja explorada nessas terras, que eles possam estar fabricando seus produtos, seus cosméticos, que sabemos tem um mercado incrível, não só mundial como nacionalmente. Mas não é concebível que uma empresa dessa, mesmo sendo nacional, já que fez essa grande aquisição de terras, não empregue, não tire parte do seu faturamento para ajudar uma comunidade tão pobre, como falou aqui o Deputado. É uma comunidade que passa fome, que não tem uma creche, não tem escola, não tem posto de saúde. Porque isso é o principal. É lamentável que essa empresa não possa oferecer empregos nessa comunidade, haja vista que a própria fundação tem apenas quatro funcionários.

O SR. TIÃO VIANA – A SPVS tem 50 funcionários, e cada um ganha dois salários mínimos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Essa informação não foi dita aqui.

O SR. TIÃO VIANA – O debate começa a tomar outro rumo. Então, eu gostaria de participar, dizendo que a obrigação de resolver o problema da fome, da saúde e da educação é do Estado.

A culpa é do Governador do Paraná, que pertence ao PFL, e não de uma organização não-governamental.

A SRA. MARLUCE PINTO – Senador, estamos aqui tratando de organizações não-governamentais, e a CPI se prende apenas a esse assunto. E tenho me pautado sempre dessa forma.

O SR. TIÃO VIANA – Mas saúde e educação...

A SRA. MARLUCE PINTO – Sim, concordo, é obrigação do Estado.

Muitos brasileiros ainda não têm nem terra, e como é que uma organização não-governamental, que celebra convênios com órgãos públicos do País e também recebe recursos em dólar de outros países, não presta conta do que recebe e nem ao menos emprega um percentual de tudo que está sendo adquirido? Adquirem terras, mas não sabemos por quanto, acredito que seja por valores irrisórios. Não me convence a situação de um Estado já desenvolvido como o Paraná. A Comissão do Meio Ambiente chegou à conclusão de que nada foi feito em termos sociais, não conseguiu encontrar nem mesmo o cartório onde devem ter sido registradas essas terras. Então, não sabemos se é cessão de posse, se há contrato de compra e venda ou mesmo se foi feito o registro.

O objetivo da nossa Comissão não é analisar quais os erros das administrações, dos governos estaduais e muito menos do Governo Federal. Estamos analisando as ONGs. Sabemos que há muitas delas

que empregam recursos na área de saúde, como já foi dito aqui, sabemos que a própria Fundação de Saúde mantém convênios com organizações não-governamentais para prestação de serviços na área de saúde.

Foi muito bem lembrado pelo Senador Moreira Mendes, que diz quando uma prefeitura realmente recebe recursos, seja qual for o valor, por mais irrisório que seja. Vamos pensar numa pequena prefeitura lá no interior do Norte – ela não gera renda para ter um corpo técnico trabalhando na elaboração de convênios e fazendo suas prestações de contas. Nesses lugares, o comum é que um secretário designado para executar esse trabalho ganhe R\$200,00, R\$300,00 por mês, e possivelmente não deve ter condições de apresentar um trabalho eficiente. Então, a prefeitura é penalizada, fica inadimplente por não prestar contas, ou então presta contas mas não apresenta todos os documentos exigidos. Havendo destinação de R\$50 mil ou até menos para uma prefeitura dessas e ela ainda fica inadimplente sem receber recursos, como é que uma ONG tem o privilégio de se instalar em nosso País, seja ela nacional ou estrangeira, e receber recursos e não termos conhecimentos, quando o próprio Governo, para conseguir qualquer empréstimo externo, precisa da aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos e do Plenário? Será que vamos deixar que se instalem mais e mais organizações não-governamentais e que recebam recursos, sem que saibamos como são gastos? Sinceramente, Senador Tião Viana, se elas estiverem empregando muito bem esses recursos, acho ótimo.

Já foi dito aqui, desde o início, que esta Comissão não foi instalada para fazer injustiças. Muito pelo contrário, quando chegarmos ao final dos trabalhos e se tivermos a conclusão de que todas as ONGs que recebem recursos, sejam nacionais ou estrangeiras, estão empregando bem esses recursos, vamos dar vivas e cooperar para a instalação de outras. Agora, o que me impressionou é que são 2.400 ha de terra! É muita terra, sem que saibamos a finalidade, como foi feita a aquisição, se essas terras estão sendo produtivas, se há um faturamento para a fundação ou para as ONGs e nada é revertido para a área social.

Sei que a obrigatoriedade é do Governo Federal, mas para isso também deve haver recursos. Tanto o Governo Federal quanto o Estadual têm sua obrigação. Contudo, mais obrigação temos nós, Senadores, pois somos representantes dos Estados. Para isso existe a paridade. O meu Estado, Roraima, tem a menor população do País, mas tem três Senadores, como tem o Estado de São Paulo, com a maior popu-

lação do País. Então, a responsabilidade de fiscalizar e de encontrar o erro é nossa.

Para uma empresa privada instalar-se em qualquer lugar, ela tem que comprar o terreno; se fizer empréstimo nos bancos, pagará juros; se não pagá-los na data do vencimento, pagará juros sobre juros. Além disso, ela paga todas as obrigações sociais de seus empregados e tem que se preocupar com o lucro da empresa. E, se não existirem as empresas privadas, onde o povo trabalhará? Há toda essa exigência com as empresas privadas nacionais. Contudo, não nos preocupamos com as ONGs que se instalam. É tudo muito fácil para elas. Se o dinheiro viesse só de fora, tudo bem. Mas está comprovado que não. Ele declarou que não conseguiu as cópias de todos os convênios. E não se sabe onde se empregaram um R\$1,5 milhão!

Portanto, temos que rever isso. Será ótimo se, depois de examinarmos tudo o que foi dito, o resultado for positivo. Declaremos para o País e para as pessoas que nos estão ouvindo que realmente as ONGs estão beneficiando muito o nosso País. Contudo, até que não se prove o contrário, nossa obrigação é fiscalizar, é procurar entender melhor a situação.

Sinceramente, moramos num Estado onde há ONGs, índios, onde a terra precisa ser preservada e onde ainda há muita fome. No dia-a-dia, lutamos para conseguir mais recursos nesta Comissão de Orçamento. V. Ex^a mesmo percebe que nós, do Norte, somos os que mais ficamos na Comissão do Orçamento, porque nossos Estados não têm o privilégio de ter uma renda que satisfaça às suas necessidades. Muitas vezes, ficamos aqui até de madrugada, mesmo conseguindo pouco. Depois, fazemos peregrinações aos Ministérios, para levar recursos àquelas prefeituras mais carentes. E tudo isso é fiscalizado, V. Ex^a sabe disso.

Sei que V. Ex^a faz um brilhante trabalho aqui. Não estou dizendo isso para jogar confete, pois não sou disso. Gosto mais da ação do que do discurso. V. Ex^a já pôde chegar a essa conclusão, pelo tempo em que está no Senado. Fico muito mais em comissões técnicas e nos Ministérios, atrás dos recursos, do que com a preocupação do discurso, porque não me sobra tempo. Posso não conseguir muito, mas, ao menos, procuro ser criteriosa nessa parte, para que aqueles que têm mais recebam menos, e os que têm menos recebam mais.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra, porque é necessário um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria realmente de apelar a V. Ex^a que fosse breve. Estamos fugindo um pouco do objetivo.

O SR. TIÃO VIANA – Claro, Sr. Presidente. Se-
rei bem objetivo. Tive o cuidado de, na minha manifes-
tação, ser absolutamente objetivo e pautar-me exclu-
sivamente na matéria. Mas entendo que é um assunto
tão motivante e tão interessante que envolve refle-
xões mais amplas, como o fizeram o Deputado e a
Senadora Marluce Pinto. E eu não poderia deixar de
também fazer um comentário subjetivo.

Tenho a clara compreensão de que é preciso ter
cuidado quanto à entrada e aplicação de qualquer ca-
pital estrangeiro em nosso País. Mas não tenho receio
de que esse capital, quando venha com intenção po-
sitiva, possa ser ameaçador, como muito bem obser-
vou o Senador Leomar Quintanilha. A preocupação
com essas pessoas que passam dificuldades lá é de
todos, mas principalmente e constitucionalmente dos
Governos que ali atuam – municipal, estadual e fede-
ral. Não se pode fugir a isso; senão vamos responsa-
bilizar agora as ONGs pela crise, pela fome e pelo de-
semprego do Brasil.

Sei que a Fundação O Boticário, cujos donos
não conheço, é uma empresa do Paraná – brasileira,
portanto – e que emprega mais pessoas do que o lati-
fúndio improdutivo deste País. Mas não devemos per-
der tempo nesse tipo de discussão.

Cito um exemplo objetivo. Trata-se de um irlan-
dês que atua no meu Estado desde 1970 numa ação
missionária combatendo a hanseníase. Ele conse-
guiu reduzir de 110/1000 para 7/1000 e talvez já para
5/1000 os casos de hanseníase no meu Estado. Prati-
ca uma ação fantástica, extraordinária, trazendo di-
nheiro da Irlanda, da Itália. E ajudou tanto a nossa re-
gião. Só não tenho medo da solidariedade internacio-
nal; caso contrário, vamos rejeitar o Papa, que manda
ajuda para o nosso País. Não é isso que interessa.
Não é essa a razão aqui.

Se os países de Primeiro Mundo investissem
0,7% do PIB no Terceiro Mundo, não haveria fome no
mundo. Então, por favor, dinheiro internacional é
bem-vindo. Mas não podemos confundir neste debate
a origem e a finalidade da visão de soberania, preocu-
pação do Deputado, da Senadora Marluce Pinto e de
V. Ex^a e de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Antes de encerrar a reunião, quero fazer comentários
breves. Primeiramente, quero dizer, como todos o fi-
zeram, que o objetivo desta CPI é investigar as ONGs
que estiverem agindo irregularmente. Portanto, as

ONGs que estão agindo regularmente deveriam aju-
dar esta CPI de maneira efetiva, porque o resultado
será um atestado favorável para aquelas que agem
regularmente. E, para as que agem irregularmente, o
resultado será realmente desfavorável, pois terão o
enquadramento legal previsto.

No caso específico das duas organizações ana-
lisadas hoje (a organização O Boticário e a SPVS, do
Estado do Paraná) tivemos informações preliminares
trazidas pelo Deputado Neivo Beraldin e pelo Deputa-
do Federal Max Mauro, o qual encaminhou uma docu-
mentação que será autuada, analisada. Depois ado-
taremos com muita cautela e prudência o espaço se-
guinte.

Já ouvimos uma entidade do Estado do Amazo-
nas, a Cooperíndio, que tem denúncia de envolvimen-
to com extração ilegal de minérios. Ouvimos uma or-
ganização que atua no Estado de Roraima com sus-
peita de aquisição irregular de terras. E agora discuti-
mos essas duas entidades.

Obviamente ouviremos as duas entidades, para
estabelecer o contraditório e saber exatamente o que
elas têm a dizer em sua defesa ou esclarecer, porque,
aliás, não aconteceram acusações tão graves.

E gostaria de deixar um aviso final. Na próxima
semana, não haverá reunião da Comissão. Quere-
mos que, na próxima semana, os assessores da Co-
missão se debrucem sobre os documentos dessas
três entidades, para que possamos definir a convoca-
ção das pessoas que julgarmos necessárias e que já
estão aprovadas para uma próxima oportunidade.

No dia 9 de outubro, faremos uma reunião admi-
nistrativa para, em decorrência da análise dos docu-
mentos pelos assessores da Comissão, deliberarmos
sobre as informações que eles prestarem e votarmos
vários requerimentos que estão na Comissão há al-
guns dias – hoje foram apresentados três requeri-
mentos.

Repito. Na próxima semana, haverá trabalho in-
terno da Comissão. No dia 9 de outubro, realizaremos
uma reunião administrativa para votarmos os requeri-
mentos e deliberarmos sobre as informações que a
assessoria técnica nos prestar e outros assuntos que
venham ao conhecimento desta CPI, logicamente.

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin. Digo a V.
Ex^a, como temos dito a todos que vieram aqui, que
esta não é uma comissão de julgamento e, sim, de in-
quérito. Estamos aqui justamente levantando os da-
dos para, ao final, chegarmos às conclusões. O que
não podemos é ficar com essa situação dúbia que
pode contaminar todas as organizações não-gover-

namentais. Temos que separar o joio do trigo. Obviamente, com aquelas entidades que estiverem trabalhando bem, mesmo – como disse o Senador Tião Viana – captando recursos fora, aplicando-os em benefício da população, não há nenhum problema, nenhuma ilegalidade. Entretanto, por exemplo, se constarmos que estão adquirindo terras para outras finalidades ou se estão, como nos parece, extraindo minerais de algumas áreas, de maneira ilegal, obviamente, vamos, ao final, ouvidas todas as partes, tirar as nossas conclusões.

Todos os Senadores daqui, independentemente do Partido, temos o mesmo pensamento. Tanto é que tenho constatado que esta CPI talvez seja a mais discreta que existiu no Senado até aqui. Não estamos preocupados com holofotes, não estamos preocupados em estarmos fazendo estardalhaço – nem a relatora, nem eu, como Presidente, nem qualquer membro da Comissão. O que queremos é fazer um trabalho sério, cauteloso, mas que tenha um resultado em benefício de toda a população brasileira.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19h46min.)

Ata da 10ª Reunião Realizada em 23-10-01.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Moreira Mendes, Gilberto Mestrinho e Marina Silva, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito **“destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONGs”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o Deputado Sérgio Carvalho – Relator da CPI da “Grilagem de Terras na Amazônia”. O Senhor Presidente convida o Deputado para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações iniciais. Posteriormente, o Senhor Presidente convida o Senador Moreira Mendes para funcionar como Relator “ad hoc”, concedendo-lhe em seguida a palavra para os seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, a Senadora Marina Silva. Ao final, o Senhor Presidente recebe das mãos do Deputado, diversos documentos referentes a sua exposição prestada a esta Comis-

são. A Presidência agradece a presença do convidado pela sua colaboração. Nada mais havendo a tratar, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da CPI, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 10ª reunião da CPI das ONG, criada pelo Requerimento nº 22 de 2001, do Senado Federal.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 25 de setembro, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa)

Aprovada a ata.

Comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Ex^{mo} Sr. Deputado Sérgio Carvalho, Relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados.

Antes de convidar o Deputado Sérgio Carvalho a vir à Mesa, convido o Senador Moreira Mendes para funcionar como Relator **ad hoc**, devido à ausência da Relatora, Senadora Marluce Pinto, que deverá estar aqui em poucos instantes.

Convido o Deputado Sérgio Carvalho para tomar assento à mesa.

Esclareço aos presentes que o Deputado Sérgio Carvalho encontra-se nesta CPI na condição de convidado, para prestar alguns esclarecimentos a esta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Carvalho, para sua exposição inicial.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, peço desculpas por ter pedido por três vezes uma prorrogação de prazo para que pudesse vir aqui prestar esses esclarecimentos. É que o relatório estava sendo corrigido pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, onde continua até hoje. Portanto, infelizmente não consegui ainda trazê-lo, para que possa ficar aqui, de posse desta CPI, que está investigando a questão das ONGs na Região Amazônica. Entretanto, assim que estiver pronto, iremos oficialmente encaminhá-lo para cá, porque entendo ser um documento bastante importante para que esta CPI também possa dirigir-se e procurar ver algumas questões de importância a respeito da ocupação de terras na Região Amazônica.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que a CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica foi proposta no início de 1999 porque saiu uma matéria na revista **Veja**, inclusive ganhou a capa da revista, a respeito de um empresário do Sul do País, mais precisamente do Paraná, que estava envolvido com a ocupação de uma área bastante extensa do Município de Altamira, no Estado do Pará, de 4,7 milhões de hectares. Na capa da revista **Veja**, saiu estampado: “É o dono do mundo”. Por causa disso, foi proposto um estudo completo da ocupação de terras públicas na Região Amazônica, e por 18 meses a CPI teve a preocupação de fazer essa investigação. Foi uma investigação bastante profunda, estivemos em quase todos os Estados da Região Amazônica, exceto em Tocantins e no Maranhão, e por duas vezes estivemos no Estado do Amazonas e no Estado do Pará. Nos outros Estados, estivemos por uma vez só. E por que isso? Porque, tanto o Estado do Amazonas, quanto o Estado do Pará, são os Estados que têm o maior número de problemas e o maior número de ocupações irregulares de terras públicas. Para se ter uma idéia, a estimativa a que a CPI chegou de ocupação irregular no Estado do Amazonas chega a 30% do seu território. O Estado do Amazonas tem 153 milhões de hectares, nos quais há uma estimativa de 55 milhões ocupados irregularmente, ou seja, ilegais, com documentação fraudada em cartório. No Estado do Pará, há cerca de 25 milhões de hectares. O cálculo é que, na região Amazônica, existam 150 milhões de hectares de terra em mãos de particulares de forma irregular.

Durante os trabalhos da CPI, encaminhamos um documento à Secretaria-Geral do Senado Federal em que solicitávamos que esta Casa descrevesse e enumerasse todas as propriedades acima de 2.500 hectares concedidas nos últimos 30 anos. Conforme a Constituição, toda terra acima de 2.500 hectares requer uma concessão, realizada por meio de projeto de decreto legislativo do Senado Federal.

É importante esclarecer que, ao longo destes últimos 30 anos, esta Casa alienou ou permitiu que se alienassem a particulares apenas 4,2 milhões de hectares de terra em toda a região Amazônica. No cadastro do Incra, consta que existem, na região Amazônica, 160 milhões de hectares de propriedades acima de 2.500 hectares. Ora, se há esse dado no cadastro do Incra e o Senado Federal só concedeu 4,2 milhões, a estimativa, portanto, é que, na Amazônia, existam em torno de 150 milhões de hectares de terra acima de 2.500 hectares ilegal-

mente ocupados por terceiros. Essa é a conclusão a que a CPI chegou.

No decorrer dos trabalhos da CPI – está registrado no relatório –, conseguimos levantar documentação em cartório e as denúncias feitas durante as atividades desta Comissão. Aproveitou-se também uma análise realizada pelo Dr. Gildo Ferraz, Procurador da República que, nas décadas de 70 e 80, foi a primeira pessoa que buscou informações nos cartórios da região Amazônica – principalmente no sul do Amazonas e do Pará. Valeu-se, ainda, do trabalho realizado pelo próprio Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por meio de todo esse estudo, a CPI logrou comprovar 60 milhões de hectares de terra fraudados na Amazônia, que estão irregularmente nas mãos de particulares – dos quais 43 milhões já retornaram ao patrimônio público da União.

O próprio Ministério tem procurado desenvolver, com muita desenvoltura, a questão de recuperação, para o patrimônio público, dessas terras que estão ilegalmente na posse dos particulares. Além disso, os Tribunais de Justiça dos Estados do Amazonas e do Pará realizaram um trabalho muito importante e fundamental para que essa ação ocorresse. Procurou-se retratar, portanto, o quadro da ocupação de terras da Amazônia.

Por que ocorre a grilagem de terras? Antigamente, nas décadas de 70 e 80, grupos econômicos começaram a ir para a Amazônia – principalmente Mato Grosso, Pará e Rondônia – à procura de terra para cultivar, derrubar e fazer pastagem. Recentemente, especialmente na década de 90, as pessoas não queriam mais terra – e continuam não querendo – para abrir. Elas desejam simplesmente a terra para servir como moeda de troca. Toda pessoa que almeja uma terra grilada na região Amazônica pretende transformá-la em moeda de troca para algum negócio.

Por exemplo, muitos são os casos em que se tencionava explorar madeira, fazendo um plano de manejo, e o Ibama não exigia a documentação da terra, isto é, uma escritura pública com título definitivo e certificado do Incra. Então, uma grande parte dos planos de manejos florestais da Região Amazônica foram feitos com base em terra grilada em cartório. Então, a pessoa queria esse pedaço de terra para explorar madeira com um capital menor. O hectare de terra legal na Amazônia custa em torno de R\$60,00, R\$70,00 numa região ainda inóspita, enquanto que numa terra grilada com documentação falsificada pode custar até R\$1,00. Logo, se a

pessoa quer explorar madeira, por que vai comprar uma terra de R\$60,00 ou R\$70,00? Ela vai comprar é terra de R\$1,00, R\$2,00, R\$5,00, R\$10,00. Então, com grupos econômicos pressionando a região, formaram-se verdadeiras quadrilhas que realmente se dispunham a localizar essa terra, fraudar documentação em cartório.

Nenhuma terra grilada se faz sem o conluio de servidores da Justiça, principalmente cartorários. A terra grilada é feita dentro de cartório e também com ajuda das pessoas responsáveis por órgãos federais da região, o Incra, o Ibama, enfim, institutos de terras dos Estados. É dessa maneira que se formaram essas verdadeiras quadrilhas na região amazônica.

Outro exemplo de pessoa que faz uso da terra para saldar dívida de INSS é o caso de Canutama, Estado do Amazonas, onde o maior grileiro de terra do País, seu Fábio Saraiva de Farias, colocou em seu nome 2,7 milhões ha em vários Municípios nos Estados do Amazonas e Acre e vendeu, só numa gleba chamada Pajehu de Flores, 495 mil ha para 64 empresas de ônibus do Brasil inteiro, 38 das quais de São Paulo, dois de Brasília, várias empresas da Bahia, do Nordeste, do Paraná. Por que essas empresas de ônibus queriam terra em Canutama, no Estado do Amazonas? Para alguma coisa. Mas a CPI não comprovou a intenção delas. Fica, então, uma dúvida, uma pergunta no ar: por que 64 empresas de ônibus compraram uma gleba só em Canutama, interior do Amazonas?

Há outros casos. Pessoas queriam terra para fazer projetos da Sudam, o que era muito comum. Dois empresários de Brasília adquiriram terra em Manacapuru, vizinho da cidade de Manaus, para fazer projeto da Sudam. E estivemos lá presenciando os projetos e constatamos que não havia absolutamente nada, embora tenham gastado R\$25 milhões. Se não era para fazer empréstimo em banco, era para quitar dívida. Se não era para quitar dívida, era para fazer plano de manejo ou para vender para o exterior. Ultimamente, está muito em voga o sequestro de carbono. Muitas pessoas tentaram vender para o exterior terra grilada com documentação falsificada. Então, são vários os motivos pelos quais as pessoas querem terra grilada. Hoje não é mais para cultivar ou derrubar a mata e fazer pasto para criar gado, mas como moeda de troca, para fazer algum negócio adiante. Então, esse é o quadro que encontramos na região amazônica.

Sei que o trabalho que V. Ex^{as} estão fazendo aqui é especificamente com base em ONGs que de-

têm terra na região amazônica. Poucos foram os casos que encontramos de ONG que detém terra na região amazônica e aqui isso já foi até debatido. Os senhores já convidaram pessoas responsáveis pela Associação Amazônia, que tem 172 mil ha no Sul do Estado de Roraima, para que viessem aqui depor. Também houve depoimentos dessas mesmas pessoas lá em Roraima: do Hector Gariboti, do Sr. Luís Antonio, que é ligado à Universidade do Amazonas, e também de alguns ribeirinhos. Talvez o único caso que encontramos de ONG que detém uma quantidade de terra grande na região amazônica foi a Associação Amazônia. Eles têm essas terras de posse ilegal, irregular, sem documentação. Eles afirmam que compraram essas terras às benfeitorias dos ribeirinhos. São apenas sete famílias, numa área de 172 mil hectares. Dá mais de 25 mil hectares por família. Eles detém essas terras até hoje de forma irregular. Essas pessoas dessa associação foram indiciadas pela CPI por dois motivos: primeiro, por propriedade ilegal de terra porque não têm a mínima documentação, não há consistência na sua cadeia dominial, muito menos título definitivo das terras; segundo, eles mantêm essas sete famílias nesse local, e elas não recebem o salário com carteira assinada, caracterizando também trabalho escravo. Eles mantêm essas pessoas. Há aqui os depoimentos dessas pessoas, Sr. Presidente, que vou deixar com V. Ex^a para que se veja o que pode ser feito.

Um dos fatos graves é que essa Associação Amazônica* é mantida por organizações internacionais da Itália, da Espanha e de outro país da Europa que mantêm essa associação aqui na região amazônica. Eles já mandaram uma quantia de 500 mil dólares para essa associação e mantêm esse laço e esse vínculo com as universidades e empresas da Europa. Portanto, acho que esse é o caso mais específico a respeito de ONG que detém terra na região amazônica de forma irregular. Por isso, vim a esta Comissão prestar este depoimento.

Quero dizer que outro caso levantado foi a questão da **ForeverGreen**, que fica no Município de Barreirinha, no Estado do Amazonas, mas não se trata de uma ONG apenas de estrangeiros.

Sr. Presidente, além disso, tivemos a preocupação de solicitar de todos os cartórios da região amazônica que encaminhassem documentos, registros de terra de todos os proprietários estrangeiros. Hoje, isso está no arquivo da CPI. Acho que seria importante que as CPIs que apuram a questão das ONGs tivessem essa documentação. Trata-se de uma farta

documentação de registro de escrituras públicas de estrangeiros que está em poder da CPI das terras públicas. Seria interessante que a CPI também tivesse essa documentação. No mais, fico à disposição para responder a qualquer pergunta a respeito das questões levantadas naquela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes, Relator *ad hoc* desta reunião, para fazer suas indagações.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, ilustre Deputado Sérgio Carvalho, quero inicialmente dar um testemunho, parabenizando o nobre Deputado em nome de toda a população do meu Estado de Rondônia. Quero dizer que o Deputado honra muito bem aqui a população daquele Estado. Como Parlamentar pelo Estado de Rondônia fez um brilhante trabalho à frente da CPI sobre grilagem de terras na Amazônia, da qual foi Relator. Foi um trabalho de fundo e de fôlego que certamente produzirá efeitos extremamente salutares por todo o Brasil, não apenas na região amazônica, sobretudo pelo exemplo de se chegar a fundo nessa questão, tocar nessa ferida do Judiciário, que, por muitas vezes, tem sido conivente com essas irregularidades. Então, de forma clara, quero parabenizar o Deputado Sérgio Carvalho e dizer que nós, do Estado de Rondônia, somos muito orgulhosos do seu trabalho.

Tenho conhecimento, até por meio de algumas informações prestadas mesmo por V. Ex^a, nas viagens que fazemos daqui para Rondônia, de que – esse é o ponto que quero enfocar – a CPI da grilagem de terras, que foi relatada por V. Ex^a, apurou um envolvimento muito grande de juízes, desembargadores e cartorários da Amazônia nessa questão. Pergunto se, por meio da CPI, V. Ex^a ou os que dela participaram chegaram à conclusão de que esses magistrados ou essas pessoas ligadas ao Poder Judiciário – frisando que não são todas, mas uma absoluta minoria – de alguma forma propiciaram que organizações não-governamentais pudessem obter vantagens com as terras, especialmente essa Associação Amazônia(*). Essa é uma pergunta; em seguida farei outras.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Gostaria de agradecer as palavras elogiosas do Senador Rubens Moreira Mendes e de dizer também que S. Ex^a foi suplente do atual Governador do Estado de Rondônia. É com uma surpresa muito saudável e com bastante alegria que a população está vendo o seu trabalho. Apesar de não ter sido votado, era suplente do Governador e está fazendo um trabalho extraordinário no

Senado Federal. Portanto, parabenizo S. Ex^a pelo seu desempenho nesta Casa.

Há uma questão importante que esqueci de mencionar, que é a participação de cartorários na grilagem de terra, na ocupação irregular de terras públicas e a participação do cartorário ou do juiz do interior ou até desembargador. No relatório que apresentei ao plenário da CPI, propus o indiciamento de cinco desembargadores e dez juízes. Por quê? Porque eles, de certa forma, ajudaram a passar terras da União ou do Estado às mãos de particulares de forma ilegal. Decidimos pelo indiciamento de todos os juízes e desembargadores que cometeram tal ato. Infelizmente, com destaques supressivos, depois de apresentado o relatório, alguns deputados retiraram o nome de quase todos os desembargadores e juízes, só restando um. O único desembargador que permanece como indiciado na CPI foi o do Estado do Amazonas, Daniel Ferreira. No levantamento que fizemos, dos 43 milhões de hectares de terras já recuperados em benefício da União e dos Estados, em 23 milhões de hectares houve a participação de juízes e desembargadores, e, em 20 milhões, a participação somente de cartorários, com documentação falsificada em cartório, sem a ajuda de juízes e desembargadores.

Somente um juiz do Estado do Amazonas, para citar um exemplo, ajudou a passar para a mão de particulares mais de 12 milhões de hectares de terras, o Dr. Rui Morato, que está para ser promovido a desembargador naquele Estado. Existe realmente uma participação, mas se trata de uma minoria dentro do Poder Judiciário. Se há grilagem de terra com documentação falsificada em cartório de registro de imóveis, existe uma responsabilidade muito grande do Poder Judiciário, que, por meio de suas corregedorias, tem competência para cuidar, zelar, fiscalizar e penalizar, tirar os responsáveis por tal ilícito de dentro dos cartórios. Isso infelizmente não tem sido feito na região amazônica. Eis a resposta a V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES – Deputado Sérgio, como última pergunta, uma vez que sua explanação foi minuciosa a ponto de esclarecer aquilo que podia, da CPI da Grilagem, ajudar aqui, que é exatamente essa questão da Associação Amazônia.

Pergunto se existe algum outro fato que, em seu modo de ver, em razão da falta de tempo da CPI da Grilagem, mereceria ser apurado, nesta CPI, com relação à grilagem associada a organizações não-governamentais. É evidente que existem muitas organizações não-governamentais importantíssimas e que prestam relevantes serviços ao País. Mas existem algumas que, infelizmente, estão envolvidas com atos

ilícitos, como é o caso da que aparece na CPI da Grilagem de Terras. Assim, indago a V. Ex^a se existe algo que devamos apurar aqui.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Como eu disse há pouco, Senador Moreira Mendes, o que acreditamos que precisa ser apurado e deve ficar esclarecido é a relação que a Associação Amazônia tem com entidades e com empresas da Europa e dos Estados Unidos, empresas que mantêm a Associação. Ora, se a Associação ocupa, irregularmente, 172 mil hectares de terra, onde dizem que gostariam de desenvolver um projeto auto-sustentável e onde há sete famílias que não recebem salário digno, e por isso ela pode ser enquadrada por exploração de trabalho escravo, creio que devem ser investigados os dois pontos: se isso ocorre realmente e o vínculo existente entre a Associação e essas empresas. Em seu depoimento, o Sr. Hector Gariboti(?) não citou com que empresas a Associação mantém vínculos, mas devemos investigar os vínculos existentes com empresas da Europa, da Espanha, da Itália e, se não me engano, da Noruega.

O SR. MOREIRA MENDES – Deputado, apenas para complementar a resposta, V. Ex^a pode informar se o Ministério Público denunciou qualquer uma dessas pessoas junto à Justiça do Estado do Amazonas ou de Roraima?

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Não, acredito que isso ainda não tenha sido feito. Mas o relatório da CPI pede o indiciamento de pessoas envolvidas com a Associação.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com as explicações do Deputado Sérgio Carvalho. Tenho um requerimento que farei no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senadora Marina Silva, V. Ex^a deseja fazer alguma indagação ao depoente?

A SRA. MARINA SILVA – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho que realizou. Fui autora do requerimento que convidou V. Ex^a a prestar esses esclarecimentos e nos transmitir essas informações. Mas, lamentavelmente, hoje é um dia muito difícil, pois há várias comissões definindo emendas ao Orçamento. Faço parte da Comissão de Educação. Assim, estou dividida entre a Comissão e o trabalho aqui. Mas fiz questão de para cá me dirigir porque tenho em mãos seu relatório e sei que muitas das informações estão aqui.

Gostaria de fazer uma pergunta rápida, já agra decendo a contribuição. Alguns nomes de pessoas e instituições privadas são citadas em seu relatório:

Mustaf Said Agroindustrial, Manacapuru e Cia. Amazonense Aplub – Agroflorestal Amazônia S.A., CR Almeida, etc. Gostaria de saber se existem evidências de grilagem de terra envolvendo esses grupos, se existe ou foi encontrada a presença de organizações não-governamentais cumprindo algum papel nessa cadeia ilegal de grilagem e que organizações citadas por V. Ex^a estariam envolvidas nesse aspecto. O Senador Moreira Mendes já havia feita a pergunta de forma mais específica. Portanto, como a minha engloba tanto a feita pelo Senador e também a primeira parte, referente às empresas privadas, gostaria de saber de V. Ex^a qual seria o grau de envolvimento dessas empresas na grilagem de terra.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senadora Marina Silva, e dizer que é com um prazer muito grande que eu estou aqui para prestar esclarecimentos à CPI que apura a ocupação de terras e a atuação irregular de ONGs na região amazônica.

Em todos os casos de grilagem que nós encontramos na região amazônica, algo em torno de 60 milhões de hectares, comprovadamente, com a estimativa de 150 milhões de hectares, nós só encontramos um a respeito de ONG envolvida com ocupação ilegal de terras, que é a Associação Amazônia. Essa Associação detém 172 mil hectares de terra no sul do Estado de Roraima e não tem a documentação suficiente para provar que adquiriu essa terra de forma legal. Esse foi o único caso que nós encontramos.

Outro caso isolado foi o de dois holandeses, o Sr. Laurentis – eu não me lembro o sobrenome dele – e a esposa. Eles são da Holanda e detinham – porque também já foi cancelado – terra no Município de Barreirinha, chamada ForeverGreen. São os dois únicos que nós encontramos. Um é de um estrangeiro isolado, não é de ONG. Pode-se dizer que a Associação Amazônia seja uma ONG porque é ligada à Universidade do Estado do Amazonas. Eles dizem que têm ligação também com outras entidades científicas.

O restante são todos casos, como V. Ex^a citou agora mesmo, de ocupação totalmente ilegal de terras públicas.

Há o caso do Cecílio Rego Almeida. A CPI originou-se por causa de uma matéria na revista **Veja**, de janeiro de 1999, em que estava estampada a capa dele, com o título “O Dono do Mundo”, que dizia que ele estava com 4,7 milhões de hectares de terra no Município de Altamira, no Estado do Pará. A CPI comprovou que essa terra foi uma verdadeira falsificação de documentação no cartório de Altamira, passando de 50 mil hectares para 4,7 milhões de hectares.

Há também um caso que ficou totalmente demonstrado no Pará, que foi o do fantasma Carlos Me-deiros, que detém até hoje 12 milhões de hectares, bloqueados pela Justiça do Estado do Pará, que teve a conivência e a participação de juizes daquele Estado. Há também o caso do Sr. Falb Saraiva de Farias, da Aplub Agroflorestal Amazônia Ltda., que tem 1 milhão de hectares no Município de Borba, também de forma ilegal e irregular – foi feito um acordo dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Desculpem, eu não me recordo qual o outro caso que V. Ex^a citou. São irregulares os casos da Aplub; Falb Saraiva de Farias; Cecílio do Rego Almeida; Mustaf Said, ex-Prefeito de Lábria, que deteve em suas mãos uma quantidade de terra muito grande. Um juiz, Dr. Rui Morato, foi muito amigo dele e concedeu ao Sr. Mustaf Said mais de 8 milhões de hectares de terra por meio de usucapião e sentença demarcatória.

Então, realmente, há esse caso e outros tantos, como o que V. Ex^a citou agora mesmo, que eu me lembrei: Cia. amazonense e Agroindustrial Manacapuru, de dois empresários aqui de Brasília, que detiveram, também de forma ilegal, com documentação sem consistência alguma, sem cadeia dominial, sem título definitivo, terras doadas pela prefeitura de Manacapuru a algumas pessoas, e eles adquiriram dessas pessoas. Eles tinham um plano para desenvolver pecuária e dendê, não fizeram absolutamente nada na região e contraíram R\$25 milhões da Sudam. Esse é outro caso, além de tantos outros que apuramos e que estão no relatório da CPI.

Então, realmente, a conclusão a que chegamos é que a Amazônia foi ocupada de uma forma irregular, ilegal.

A SRA. MARINA SILVA – Eu agradeço os seus esclarecimentos. Com certeza, o relatório de V. S^a é consistente e contribui com o trabalho que aqui vem sendo realizado. Lamentavelmente, nós observamos recursos públicos sendo drenados para empresas privadas que não fazem os investimentos, enquanto nós temos, tanto no caso do Pará quanto ali perto, em Rondônia, as chacinas de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara, por um pedacinho de terra, e observamos uma vergonha como essa, de milhões de hectares destinados, com a conivência de alguns segmentos da própria Justiça, para empresas privadas.

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, antes de encerrarmos esta reunião, de

fazer apenas uma pergunta ao Deputado Sérgio Carvalho, que fez uma explanação muito precisa e deixará conosco documentos e a versão final do relatório da CPI da Grilagem. V. Ex^a mencionou que foi constatada que a Associação Amazônia recebeu cerca de US\$ 500 mil, gostaria de saber como a CPI chegou a comprovação do recebimento desses recursos.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Chegamos a essa comprovação por meio do depoimento do Sr. Hector Gariboti(???), que, quando depôs em Boa Vista, disse ter recebido o montante de US\$500 mil ao longo de alguns anos de algumas empresas da Europa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas a CPI não teve acesso à documentação contábil ou fiscal que pudesse comprovar esse recebimento.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Não, Sr. Presidente, porque o nosso objetivo era mais específico: apurar a ocupação irregular. Então, não nos desviamos desse objetivo, porque se investigássemos outros fatos associados à ocupação irregular poderíamos nos dispersar, então, não tivemos como objeto essa investigação. Acredito que talvez seja bastante interessante que a CPI presidida por V. Ex^a tome esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer ao Deputado Sérgio Carvalho por sua explanação e dizer que, na verdade, pelo seu depoimento constatamos que membros da Associação Amazônia, segundo as suas palavras, foi pedido um indiciamento de membros dessa Associação, o que é talvez o principal motivo da instalação dessa CPI das ONGs; e também V. Ex^a mencionou o nome de uma entidade que está nos jornais, a ForestGreen, que, segundo os anúncios, estaria captando recursos no exterior em troca da manutenção de uma área particular de reserva natural.

Fico muito agradecido a V. Ex^a e gostaria de poder, na evolução dos nossos trabalhos, se necessário, contar mais uma vez com o apoio e as informações de V. Ex^a. De qualquer forma fica para mim a constatação de que pelo menos duas entidades não governamentais, a Associação Amazônia, em Roraima, e a ForestGreen, devem efetivamente ser investigadas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h33min.)

(OS 21248/01)

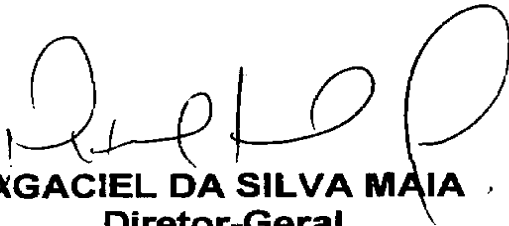
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2236 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **SELMA ROSANI BENTO DE SOUZA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 20 de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2237 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990 e Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2001, **CHRISTIANNE GONZAGA DE SANTANA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 20 de novembro de 2001.



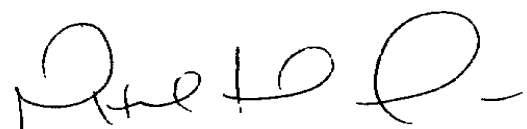
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2238, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016081/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor **ALMIR SANTOS GRANADO DA SILVA**, matrícula 1727, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Arquivo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 13 de novembro de 2001.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2239, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015983/01-3,

RESOLVE dispensar a servidora **KÁTIA ASFORA OLIVEIRA**, matrícula 4250, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 09 de novembro de 2001.

Senado Federal, 21 de novembro de 2001.

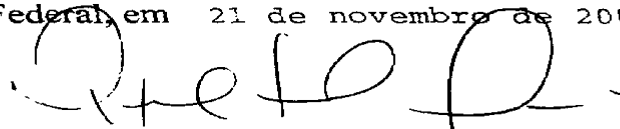

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2240 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016181/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ FERNANDO SCHREINER MORAES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS.

Senado Federal, em 21 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2241, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando que as férias dos servidores do Senado Federal deverão ser concedidas, preferencialmente, durante o período de recesso do Congresso Nacional, **RESOLVE**:

Art. 1º - São concedidas férias regulamentares aos servidores do Senado Federal no período de **02 a 31 de janeiro de 2002**.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste artigo observar-se-ão as normas estabelecidas no § 1º do art. 77 e no art. 79 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Recursos Humanos orientar e instruir os órgãos do Senado Federal para o fiel cumprimento deste Ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 119 de 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a substituição do gestor substituto do Contrato nº 35, de 2000, designado pelo Ato nº 13, de 2001, do Diretor-Executivo, (Processo nº 326/00-3), celebrado entre a **SUN MICROSYSTEMS DO BRASIL INSÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, pelo servidor **RICARDO FARIA CORRÊA TEIXEIRA**, matrícula 00420.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 5 de novembro de 2001.


JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 120 de 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a substituição do gestor titular da Carta-Contrato nº 47, de 1999, designado pelo Ato nº 66, de 2001, do Diretor-Executivo (Processo nº 799/99-8), celebrada entre o **INSTITUTO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS – IISIS** e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, pelo servidor **CARLOS EDUARDO BORATTO POSTIGA**, matrícula 00477.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 5 de novembro de 2001.


JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 121 de 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal n.º 09, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 236/01-2 (microcomputadores), 343/01-3 (*notebooks*), 305/01-4 e 707/00-7 (*workstations*), 209/98-8 (instalação do sistema de *Storage Tek*), 289/00-0 e 277/00-2 (discos para servidores da rede) **RESOLVE:**

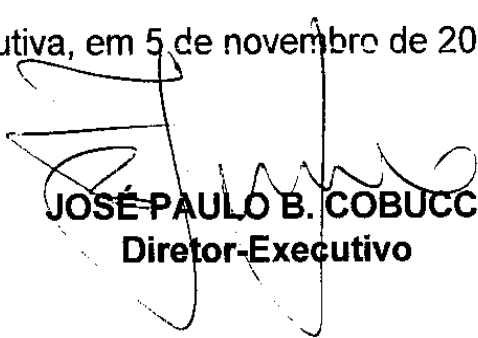
Art 1º Instituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de receber, configurar, avaliar e aceitar microcomputadores, servidores de rede, *workstations*, *notebooks*, impressoras de rede e corporativas, expansão dos sistemas *storage* e *backup*; analisar e julgar as propostas técnicas dos processos licitatórios, efetuar testes, dar suporte técnico, emitir os “*Termos de Aceite*” e realizar as instalações dos equipamentos adquiridos.

Art 2º Designar para integrar a Comissão os servidores **Ricardo Viana de Camargo**, para presidir os trabalhos; **Paulo de Moraes Nunes**, para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos; **Otávio de Moraes Lisboa**, **José Henrique Silva Sousa**, **Paulo César de Araújo Rego**, **Rubens Terra Neto**, **Eusébio Dalvi**, **Luis Roberto Daisson**, **Denise de Faria Pereira Senise**, **Fábio Alexandre Ferreira**, e **Adalberto José Rolim Tubbs**, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa; e **José Alderico Lima**; **Mayra Lucia Lacerda**, para secretariar os trabalhos, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa, todos do Quadro de Pessoal do PRODASEN.

Art. 4º Fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de outubro de 2001.

Diretoria-Executiva, em 5 de novembro de 2001.



JOSÉ PAULO B. COBUCCI
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO N.º 122 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal n.º 09, de 1997, RESOLVE:

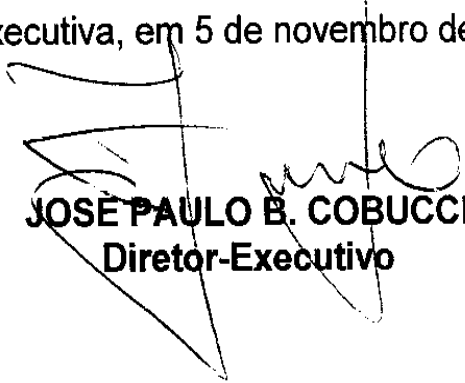
Art. 1º Instituir Comissão Técnica Especial com a finalidade de apoiar o julgamento das propostas referentes à aquisição de equipamentos de informática para atender às Câmaras Municipais cadastradas no Programa INTERLEGIS.

Art. 2º São designados os servidores **ALEXANDRE PAIVA DAMASCENO**, na qualidade de Presidente, **PAULO FERNANDO MOHN E SOUZA**, para substituí-lo em seus impedimentos e afastamentos; **MARCOS VALENTE RAMOS**, **OTTO LUIZ VILELA DO NASCIMENTO**, **AMÉRICO MUNHOZ JUNIOR** e **RUI OSCAR DIAS JANIKUES**, do Quadro de Pessoal do PRODASEN; **JOSÉ APARECIDA CAMPOS**, **GUILHERME FERREIRA DA COSTA**, do Quadro de Pessoal do Senado Federal; **ANTONIO CARLOS COELHO ABRANTES**, Consultor Técnico e **ROBERTO MONTE VERDE**, Oficial Sênior de Compras, ambos do PNUD; **ADRIANA PARANHOS**, **REINALDO SILVA CAVALCANTI** e **ÂNGELO MOREIRA LAGES**, representantes da UAP/ABC.

Art. 3º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 5 de novembro de 2001.


JOSÉ PAULO B. COBUCCI
Diretor-Executivo

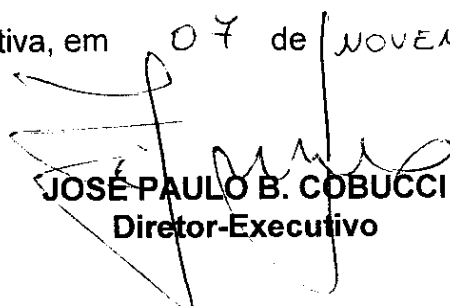
ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 123 , DE 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução n.º 9, de 1997 (SF), e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000042/99-4, **RESOLVE**:

Art. 1º Reconstituir, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato 98 de 2001, a partir de 24 de outubro de 2001 para concluir seus trabalhos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 07 de NOVENBRO de 2001.



JOSÉ PAULO B. COBUCCI
Diretor-Executivo

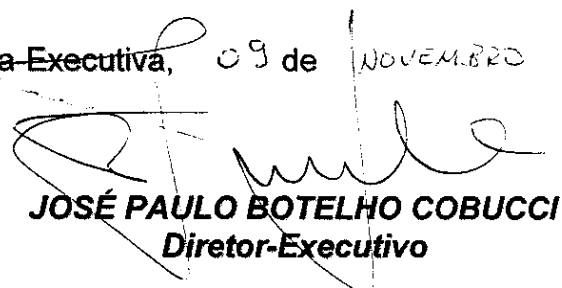
ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 124 , DE 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do processo PD-001798/01-4, **RESOLVE**:

Art. 1º Dispensar o servidor **LEOPOLDO PERES TORELLY**, Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, da Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato do Diretor-Executivo nº 95, de 30 de julho de 2001.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 09 de NOVENBRO de 2001.



JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 125, DE 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os gestores titular e substituto, da Carta-Contrato nº. 21, de 2000, designados pelo Ato nº 105, de 2001, do Diretor-Executivo, celebrada entre Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN e AGÊNCIA ESTADO LTDA, pelos servidores **MARCELO ESTRELLA DE OLIVEIRA**, matrícula 489 e **CLÁUDIO SILVA MIRANDA**, matrícula 563, respectivamente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 16 de NOVENBRO de 2001.


JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI
Diretor-Executivo

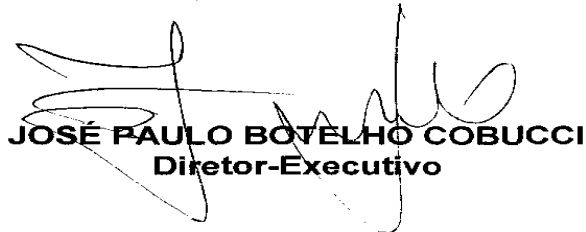
ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 126, DE 2001

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os gestores titular e substituto, da Carta-Contrato nº. 57, de 1998, designados pelo Ato nº 68, de 2001, do Diretor-Executivo, celebrada entre Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN e TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA, pelos servidores **MARCELO ESTRELLA DE OLIVEIRA**, matrícula 489 e **CLÁUDIO SILVA MIRANDA**, matrícula 563, respectivamente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 16 de NOVENBRO de 2001.


JOSÉ PAULO BOTELHO COBUCCI
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 127, DE 2001

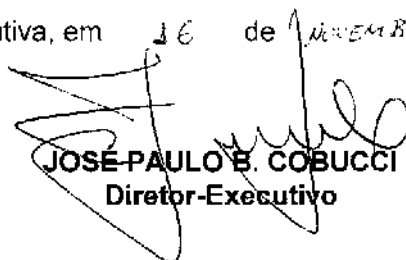
O **Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução n.º 9, de 1997 (SF), e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002120/01-1, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os servidores **ERIVALDO DE HOLANDA LEAL**, Técnico de Informática Legislativa e **LIANA LAURA BAHIA DE MENEZES**, Analista de Informática Legislativa, ambos do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen, para compor a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato 108, de 27 de setembro de 2001.

Art. 2º Prorrogar pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato 108 de 2001, a partir desta data .

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 16 de ~~NOVEMBRO~~ de 2001.



JOSE PAULO B. COBUCCI
Diretor-Executivo